



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 112ª SESSÃO À 117ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 31
18 JUL. A 22 JUL.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da Luz

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Justificativas para apresentação de projeto de lei que altera a Lei 8.429/92 - Lei da Improbidade Administrativa. Senador Antônio Leite.	242	de Lula” e “Não acerta uma”, edições de 5 e 7 de julho de 2005. Senador Leonel Pavan.	249
AGRADECIMENTO			
Agradecimento pelos votos de pesar recebidos por ocasião do falecimento de seus entes queridos em junho de 2005. Senador Paulo Paim.	133	Registro do artigo “A mula-sem-cabeça do PT”, de autoria do articulista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 11 de julho de 2005. Senador Álvaro Dias.	251
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro de artigo publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “O desmanche”, edição do dia 2 de julho de 2005. Senador Leonel Pavan. ...	170	Comentários ao artigo do professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , de 11 de julho de 2005, sob o título “A morte da esperança”. Senador Flexa Ribeiro.	254
Registro do artigo intitulado “Corrupção e democracia”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 3 de julho de 2005. Senador Eduardo Azeredo.	171	Artigo intitulado “A ética da cueca dos dólares”, de autoria do ex-Presidente do STF, Dr. Maurício Corrêa, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , do dia 17 de julho de 2005. Senador Arthur Virgílio.	255
Comentário sobre artigo intitulado “A saída Clinton”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	172	Registro do artigo intitulado “Foco de tensão”, publicado na seção opinião do jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de julho de 2005. Senador Eduardo Azeredo.	256
Registro do artigo intitulado “A renúncia branca”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de julho de 2005. Senador Álvaro Dias.	173	Comentários à matéria publicada pelo jornal <i>O Rio Branco</i> , edição de 17 de julho de 2005, sobre demissão de agrônoma pela ONG (Pesacre) - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	286
Registro do editorial intitulado “Lula tem o que fazer”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2005. Senador Sérgio Guerra.	173	Registro da matéria intitulada “A radiografia do mensalão”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 13 de julho de 2005. Senador Álvaro Dias.	332
Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Parcerias Brasil-EUA na Amazônia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , de autoria do Embaixador dos Estados Unidos, Sr. John J. Danilovich. Senador Arthur Virgílio.	201	Registro dos artigos intitulados “A única agenda positiva” e “Mensagem dos Correios para Lula”, publicados pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> e pela revista <i>Veja</i> , respectivamente. Senador Flexa Ribeiro.	336
Registro, nos Anais do Senado, de artigos publicados na <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulados “A culpa		Registro de matérias publicadas pelas revistas <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i> , tratando da reação do Presidente Lula em relação às denúncias de corrupção que permeiam o atual governo do PT. Senador Leonel Pavan.	338
		Comentário sobre os artigos intitulados “Operação Paraguai” e “Lula endossa a farsa”, publicados	

	Pág.		Pág.
pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições dos dias 18 e 19 de julho de 2005, respectivamente. Senador Reginaldo Duarte.	344	Réplica ao discurso do Senador Aloizio Mercadante, pois esse Senador foi citado por aquele em discurso de outra sessão. Senador Arthur Virgílio.	142
Registro de artigo intitulado “O combate à corrupção no governo”, de autoria do Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 20 de julho de 2005. Senador Arthur Virgílio.	348	Esclarecimentos ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, no que tange às denúncias de corrupção envolvendo o PT. Senador Aloízio Mercadante.	144
Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo para o jornalista Luis Nassif intitulado “Lições do caso Daslu”. Senadora Ana Júlia Carepa.	407	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio proferido no dia 14 de julho de 2006, em que teceu críticas ao Presidente Lula. Senador Eduardo Suplicy.	151
Comentários a artigo do ex-Senador Jarbas Passarinho, intitulado “Os homens e os regimes” publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , no dia 12 de julho de 2005. Senador Arthur Virgílio.	457	Considerações sobre as despesas de campanha eleitoral de S.Exa. Senador Eduardo Suplicy.	151
Comentários a artigo intitulado “Sem explicação”, de autoria da colunista Miriam Leitão, publicada na coluna Panorama Econômica do jornal <i>O Globo</i> , do dia 19 de julho de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	459	Explicação pessoal sobre o financiamento de sua campanha ao Senado. Senador Jefferson Péres.	217
Registro do artigo intitulado “A estrela e o horror”, de autoria do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 20 de julho. Senador Álvaro Dias.	460	Referências ao pronunciamento do Sr. Jefferson Péres sobre o financiamento de sua campanha ao Senado. Senador Arthur Virgílio.	218
Comentário sobre a crise política que assola o País, destacando os artigos publicados no dia 8 de julho pelos jornais <i>Valor Econômico</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> . Senador Leonel Pavan.	461	Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante de repúdio à denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a . Senador Álvaro Dias.	312
Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Lula e a corrupção”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado na revista <i>Primeira Leitura</i> . Senador Reginaldo Duarte.	464	AVISO	
Registro da matéria intitulada “Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ..	489	Aviso nºs 6.298 e 5.299/2005, de 5 de julho, comunicando providências adotadas em relação aos requerimentos nºs 604 e 665, de 2005, respectivamente, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Papaléo Paes.	353
Registro do artigo intitulado “De bombas e brumas”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de julho de 2005. Senador Sérgio Guerra.	501	Aviso do Tribunal de Contas da União nº 23, de 2005-CN (nº 977/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 959, de 2005 – TCU bem como os respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, vinculadas ao Programa de Trabalho 06.846.1027.0002.	470
Registro do artigo intitulado “Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 3 de julho de 2005. Senador Leonel Pavan.	502	(CPI)	
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Trata acerca dos trabalhos realizados pela CPI. Senador Renan Calheiros.	181
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão do dia quatorze de julho de 2006, em que seu nome foi citado. Senador Aloízio Mercadante.	139	Sugestão de reunião de Lideranças de Partido no Senado para se discutir o andamento das CPIs. Senador Ney Suassuna.	197
		Proposta para que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta, destacando a importância dos trabalhos das CPIs para o País. Senadora Heloísa Helena.	197

Pág.	Pág.
<p>Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena que propôs que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta, destacando a importância dos trabalhos das CPIs para o País. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Comenta acerca da importância da instalação de CPIs para apuração de denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Faz considerações acerca da obrigação de se oferecer à população os resultados das investigações da CPI. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador César Borges.</p> <p>Considerações sobre os trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso Nacional. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Comenta acerca da importância das investigações da CPI. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senadora Ana Júlia Carepa.</p> <p>Apela para que a verdade venha à tona com as investigações das CPIs acerca das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Comenta acerca da importância dos depoimentos dos procuradores federais na CPI dos Bingos. Senador Magno Malta.</p> <p>Comenta acerca da importância da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Tião Viana.</p> <p>Faz comentário acerca da importância da investigação da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Sibá Machado.</p> <p>Indignação com fatos apurados pela CPI dos Correios, que demonstram a guerra entre partidos políticos em conluio com empresários articulados com a cúpula do Palácio do Planalto. Senadora Heloísa Helena.</p> <p>(CPMI)</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador José Jorge.....</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finali-</p>	<p>dade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Antônio Carlos Magalhães. ...</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Aloízio Mercadante.</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Fernando Bezerra.</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador José Agripino.</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Comenta acerca da importância da apuração das denúncias de pagamento de dinheiro a parlamentares, por intermédio da CPMI do "Mensalão". Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>Considerações sobre a oitiva na CPMI dos Correios, em 20 de julho de 2005, do Senhor Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores-PT. Senador César Borges.</p>
198	182
198	182
200	
244	183
247	
281	184
425	
426	
427	185
454	186
182	187
	232
	266

IV

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o clima de exaltação na reunião da CPMI dos Correios, com a oitiva de Delúbio Soares, e a necessidade de apuração das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal. Senador Pedro Simon.	280	nais Comunitários Educativos e Culturais de Pelotas-RS e região. Senador Paulo Paim.	133
Realiza comentários sobre os trabalhos da CPMI dos Correios. Senador Álvaro Dias.	477	DESEMPREGO	
Comenta acerca dos trabalhos da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.	478	Comenta acerca da queda da taxa de desemprego no Brasil. Senador Sibá Machado.	450
CORRUPÇÃO		EDUCAÇÃO	
Comenta acerca da ilegalidade nas alegadas transações de empréstimos concedidos pelo Sr. Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores. Senador Álvaro Dias.	146	Faz registro da garantia pelo Governo Federal, da federalização da URCAMP - Universidade da Região de Campanha, no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	133
Tece comentários acerca da ilegalidade nas alegadas transações de empréstimos concedidos pelo Sr. Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Eduardo Suplicy. .	148	Comenta acerca curso Pré-Vestibular para afrodescendentes e indígenas da Universidade de Caxias do Sul-UCS. Senador Paulo Paim.	133
Comenta acerca do posicionamento do PMDB favorável à apuração das denúncias de corrupção contra o Governo Federal. Senador Ney Suassuna..	149	Importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Senadora Ana Júlia Carepa.	240
Faz considerações a respeito das denúncias de corrupção no Governo Lula e sobre a crise política do Partido dos Trabalhadores. Senador Arthur Virgílio.....	203	Considerações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, e a melhoria na qualidade de ensino no país. Senadora Ana Júlia Carepa.	268
Faz considerações sobre a corrupção que envolve o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores. Senador Antônio Carlos Magalhães.	210	Faz comentários acerca da importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Mão Santa.	269
Comenta acerca da necessidade de que se apure as denúncias de corrupção contra o Governo Lula e o eventual envolvimento do Partido dos Trabalhadores. Senador Eduardo Suplicy.....	243	Comenta acerca da audiência no Ministério da Educação solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande-PB, Professor Thompson Mariz, para apresentar o plano de expansão da Universidade Federal da Paraíba. Senador José Maranhão.	390
Comenta acerca da importância da participação dos diversos setores da sociedade na apuração das denúncias de corrupção no Governo Federal. Propostas para o combate à corrupção. Senador Mozarildo Cavalcanti.	403	ELOGIOS	
Comenta acerca da necessidade de adoção de medidas destinadas ao combate à corrupção. Senador Mozarildo Cavalcanti.	473	Tece elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio.....	152
Faz análise dos reflexos na democracia brasileira, das denúncias de corrupção e dos episódios de recebimento, por parlamentares da oposição, de envelopes contendo pó branco. Senador Augusto Botelho.	489	Dirige elogios à conduta do Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	244
DATA COMEMORATIVA		Dirige elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Sibá Machado.	306
Registro do oitavo aniversário da Associação das Entidades Administradoras e Usuárias de Ca-		Dirige elogios ao trabalho da Polícia Federal que desencadeou a "Operação Confraria". Senadora Ana Júlia Carepa.	407
		Dirige elogios ao Senador Alberto Silva quanto a sua atuação. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Álvaro Dias.	472

	Pág.		Pág.
ENSINO SUPERIOR			
Saúda a bancada paraibana que, juntamente com o Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, vem trabalhando junto às autoridades federais, para a expansão da Universidade para todo o interior do semi-árido. Senador Ney Suassuna.	314	Faz considerações sobre as denúncias de corrupção envolvendo o PT e o governo. Senador Arthur Virgílio.	124
Comenta acerca da criação de novas Universidades Federais. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Sibá Machado.	314	Faz comentários a respeito da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em Paris, referindo-se à crise política no país. Senador Arthur Virgílio. ...	124
Comenta acerca da importância do Ensino Superior. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Mozarildo Cavalcanti.	391	Realiza críticas ao Presidente Lula por entrevista concedida em Paris, a uma repórter da TV francesa. Senador José Agripino.	136
EXPLICAÇÃO PESSOAL			
Defesa com relação à pretensa denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a . Senador Aloízio Mercadante. ...	310	Critica o Presidente Lula por entrevista concedida em Paris, a uma repórter da TV francesa. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.	138
Resposta ao pronunciamento do Senador Álvaro Dias, que respondeu ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante de repúdio à denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a . Senador Aloízio Mercadante. ...	313	Faz críticas quanto à atuação do Presidente Lula. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.	200
GOVERNO FEDERAL			
Realiza críticas ao Presidente Lula, por entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo. Senador Romeu Tuma.	110	Criticas ao Ministro Ciro Gomes em resposta à declaração feita em comício no Ceará ofensiva ao orador. Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	219
Faz comentários acerca da entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Mozarildo Cavalcanti.	110	Realiza críticas ao Ministro Ciro Gomes. Senador Arthur Virgílio.	219
Critica o Presidente Lula, por entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marco Maciel.	111	Critica a excessos do Ministro Ciro Gomes ao agredir políticos na defesa do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador José Agripino.	220
Faz considerações acerca das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal. Senador Papaléo Paes.	115	Mentiras que exemplificam que o Governo Lula não fala a verdade. Senador José Jorge.	220
Faz apelo ao Presidente da República para que contribua no sentido do esclarecimento das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal. Senador Papaléo Paes.	115	Protesto contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo. Senador Aloízio Mercadante.	221
Faz considerações acerca das denúncias de corrupção do Governo Federal. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Arthur Virgílio.	116	Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo. Senador José Jorge.	223
Faz considerações a respeito da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em Paris, a uma TV Francesa. Senador Mozarildo Cavalcanti.	117	Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo. Senador Arthur Virgílio.	223
		Realiza tréplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, que comentou seu discurso em que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo. Senador Aloízio Mercadante.	225
		Faz críticas ao Ministro Ciro Gomes. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	229
		Comentários à entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida em Paris a uma TV Francesa. Senador Mão Santa.	237

	Pág.		Pág.
Comenta acerca dos casos de corrupção no Governo Lula. Senador Mão Santa.	237	HOMENAGEM	
Realiza comentários acerca da entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida em Paris a uma TV Francesa. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Eduardo Suplicy.	239	Homenagem à classe dos comerciantes, pelo transcurso do "Dia do Comerciante" comemorado dia 16 de julho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	117
Defesa da honra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senadora Ana Júlia Carepa.	240	Homenagem pelo cinquentenário da Diocese de Parintins. Senador Arthur Virgílio.	201
Faz comentários à entrevista do Presidente Lula concedida em Paris, para uma TV Francesa. Senador Heráclito Fortes.	244	Louvor à sanção do projeto de lei, de sua autoria, que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Senador Paulo Paim. ...	234
Faz comentários acerca de corrupção envolvendo o Governo Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa.	267	Comenta acerca da realização, no mês de novembro, da Marcha Zumbi + 10. Senador Paulo Paim.	234
Comenta acerca da necessidade de certas mudanças no governo do PT. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senadora Ana Júlia Carepa.	282	Homenagem à direção do Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre/RS. Senador Paulo Paim.....	302
Reflexões sobre a crise política e as denúncias de corrupção no Partido dos Trabalhadores envolvendo o governo do Presidente Lula. Senador Efraim Morais.....	283	Saudações às 52 brasileiras selecionadas pelo projeto "Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005", iniciativa que objetiva destacar o papel da mulher na construção da paz no mundo. Senadora Fátima Cleide.	347
Críticas ao depoimento do Sr. Delúbio Soares na CPMI dos Correios e às declarações do Presidente Lula diante da crise. Senador Antônio Carlos Magalhães.	284	Homenagem ao trabalho do ex-Ministro Humberto Costa, à frente da pasta da Saúde. Senador Tião Viana.	429
Comenta acerca das denúncias de corrupção no governo Lula. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Mão Santa.	285	Homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades. Senador Paulo Paim.	451
Comentários às reações do Governo Federal ante a crise política do país. Senador José Jorge.	292	Faz homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.	452
Comenta acerca do depoimento do Senhor Delúbio Soares à CPI. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Efraim Morais.	293	Faz homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sibá Machado.	453
Comenta a respeito da inércia do Governo Federal. Senador Eduardo Azeredo.	307		
Faz considerações sobre a crise no governo do Presidente Lula. Senador Jefferson Péres.	329	IGREJA CATÓLICA	
Faz considerações às declarações do Presidente Lula à imprensa francesa, referentes à Justiça brasileira. Senador Arthur Virgílio.	384	Registro da realização do XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo. Senador Tião Viana.	294
Faz críticas à atuação do Governo Federal. Senador Efraim Morais.	393	Faz comentários acerca da realização do XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Edison Lobão.	295
Comenta acerca dos resultados da última pesquisa CNT/Sensus, que indica a expansão das avaliações positivas do Governo Lula e do próprio presidente da República. Senador Sérgio Guerra.	463		
Transcrição de matérias publicadas por jornais de circulação nacional sobre as denúncias de corrupção no governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	479	INTERNET	
		Comenta acerca dos males que a <i>internet</i> pode causar, no que diz respeito à disseminação de conteúdos pornográficos e violentos. Senador Arthur Virgílio.	124

	Pág.		Pág.
LEGISLAÇÃO ELEITORAL			
Comenta acerca da confecção de um novo modelo de título eleitoral. Senador Papaléo Paes.	328	272, de 2005 (nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado de Tocantins. Senador Nezinho Alencar.	7
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA			
Comenta acerca da questão da redução da jornada de trabalho como forma de geração de novos empregos. Senador Paulo Paim.	234	Parecer nº 1.282, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005 (nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Rio de Maria, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	11
LEGISLATIVO			
Defesa da aprovação do projeto de lei de autoria de S.Exa., já aprovado no Senado Federal, relativo à regulamentação da atividade do “lobby”. Senador Marco Maciel.	111	Parecer nº 1.283, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2005 (nº 1.359/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	15
Comenta acerca da regulamentação da atividade do “lobby”. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mozarildo Cavalcanti.	112	Parecer nº 1.284, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2005 (nº 1.578/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FA-EPE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado do Pernambuco. Senador José Jorge.	18
MEDIDA PROVISÓRIA			
Medida provisória nº 244, de 2005 que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000,0, para os fins que especifica.	326	Parecer nº 1.285, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2005 (nº 998/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	21
MINISTRO			
Considerações sobre a vida pública do Ministro Márcio Fortes. Senador Jonas Pinheiro.	392	Parecer nº 1.286, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2005 (nº 1.406/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.....	24
PARECER			
Parecer nº 1.279, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005 (nº 1.466/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	1	Parecer nº 1.287, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106, de 2005 (nº 920/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.....	27
Parecer nº 1.280, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2005 (nº 1.484/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	4		
Parecer nº 1.281, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº			

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.288, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.348, de 2004 (nº 1.118/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	30	Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	49
Parecer nº 1.289, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.363, de 2004 (nº 828/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	33	Parecer nº 1.295, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.371/2004, de 2005 (nº 1.371, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	52
Parecer nº 1.290, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.373, de 2004 (nº 1.015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	36	Parecer nº 1.296, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2005 (nº 1.382/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	55
Parecer nº 1.291, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474, de 2004 (nº 754, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	40	Parecer nº 1.297, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2005 (nº 1.405/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	58
Parecer nº 1.292, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2005 (nº 1.270/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	43	Parecer nº 1.298, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2005 (nº 1.414, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas. Senador Gilberto Mestrinho.	61
Parecer nº 1.293, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2005 (nº 1.337/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga/SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Estado de São Paulo. Senador Aloízio Mercadante.	46	Parecer nº 1.299, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.299, de 2005 (nº 1.420/2004, na Câmara dos Deputados), que autoriza a Associação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	64
Parecer nº 1.294, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2005 (nº 1.102/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rádio Elo de Comunicações		Parecer nº 1.300, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2005 (nº 1.430/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.	67

Pág.	Pág.
<p>Parecer nº 1.301, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2005 (nº 1.432/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí. Senador Mão Santa.</p>	<p>Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antonio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins. Senador Nezinho Alencar.</p>
<p>Parecer nº 1.302, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2005 (nº 1.433/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.</p>	<p>Parecer nº 1.308, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005 (nº 1.472/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia. Senador José Jorge.....</p>
<p>Parecer nº 1.303, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005 (nº 1.434/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento do Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.</p>	<p>Parecer nº 1.309, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2005 (nº 1.499/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.</p>
<p>Parecer nº 1.304, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2005 (nº 1.449/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.</p>	<p>Parecer nº 1.310, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2005 (nº 1.532/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.</p>
<p>Parecer nº 1.305, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2005 (nº 1.451/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca.</p>	<p>Parecer nº 1.311, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2005 (nº 1.539/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., pra explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipeiras, Estado do Ceará. Senador Reginaldo Duarte.</p>
<p>Parecer nº 1.306, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005 (nº 1.462/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCD-BO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado da Bahia. Senador César Borges.</p>	<p>Parecer nº 1.312, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2005 (nº 1.452/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará. Senador Reginaldo Duarte.</p>
<p>Parecer nº 1.307, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2005 (nº 1.468/2004, na Câmara dos</p>	<p>Parecer nº 1.313, de 2005 (do Projeto de Lei de conversão nº 15, de 2005- Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005), o PLV nº 15, de 2005, estabelece condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios, combater fraudes e irregularidades contra a Previdência Social e equalizar regras que requerem base legal, de modo a aumentar a inclusão de cidadãos à condição de segurado da Previdência Social. Senador Aloízio Mercadante.</p>

	Pág.		Pág.
Parecer nº 314, de 2005 – PLEN, do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000.00, para os fins que especifica. Senador Aloízio Mercadante.	324	Comenta acerca da situação do desmatamento no Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	270
		Comenta acerca da crise na indústria madeireira paraense. Senador Flexa Ribeiro.	288
PECUÁRIA		POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Faz apelo para a destinação de recursos para a manutenção do combate à aftosa. Senador Sibá Machado.	450	Registro do primeiro Encontro Nacional de Software Livre para Municípios. Senadora Serys Slhessarenko.	232
POLÍTICA		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Faz considerações sobre a crise política do país. Senador José Agripino.	136	Comenta sobre a importância da Ferrovia Norte-Sul. Senador Edison Lobão.	467
Reflexões sobre a história política e a democracia brasileira. Senador Mão Santa.	264	Faz comentários acerca da importância da Ferrovia Norte-Sul. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Antônio Carlos Magalhães.	467
Mostra-se contrário à utilização de dinheiro público nas eleições. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Antônio Carlos Magalhães.	306	Faz comentários acerca da importância da Ferrovia Norte-Sul. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador José Sarney.	468
Encaminha discurso à Mesa tratando da crise política no país. Senador Efraim Morais.	393	POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA	
Faz considerações sobre a crise política brasileira. Senador Arthur Virgílio.	465	Comenta acerca da incoerência da manutenção da taxa de juros básica pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central - Copom. Senador Flexa Ribeiro.	448
Faz comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política. Senador Álvaro Dias.	491	Realiza comentários acerca do pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro que tratou da incoerência da manutenção da taxa de juros básica pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central - Copom. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado.	449
POLÍTICA AGRÍCOLA		POLÍTICA ENERGÉTICA	
Faz considerações acerca da cultura da soja no Brasil. Senador Alberto Silva.	122	Faz comentários acerca da importância da construção da Gasene. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Jorge.	231
Faz proposta ao Presidente Lula de implantação no país de programa de leite produzido da soja. Senador Alberto Silva.	122	Comenta acerca do sucesso da Petrobrás, campeã de tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, e que alcançou a auto-suficiência na produção nacional de petróleo. Senador Sibá Machado.	450
Apoio às reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	302	Considerações sobre a proposta de criação de uma empresa brasileira de biocombustíveis destinada a desenvolver projetos de geração de energias alternativas ao petróleo. Senador Alberto Silva.	470
Apelo ao governo para solucionar a situação crítica dos pescadores artesanais de camarão. Senador Leonel Pavan.	338		
POLÍTICA AMBIENTAL			
Críticas ao Ministro Ciro Gomes, que defendeu a transposição das águas do rio São Francisco, em reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Fortaleza - CE. Senador César Borges.	229		

	Pág.		Pág.
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Decreto Legislativo n° 345, de 2005 (n° 1.094, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a proteção dos vegetais - CIPV, aprovado na 29ª conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação –FAO em 17 de novembro de 1997.	353	Projeto de Resolução n° 68, de 2005, que altera o disposto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando hipótese de competência terminativa das Comissões Permanentes. Senador Valdir Raupp.	260
Projeto de Decreto Legislativo n° 346, de 2005 (n° 1.394, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.	373	REFORMA AGRÁRIA	
		Realiza comentários acerca do assentamento de sem-terra na Amazônia. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Augusto Botelho.	472
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei da Câmara n° 347, de 2005 (n° 1.559/05, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 9 de julho de 2004.	379	Considerações acerca da reforma política. Senador Marco Maciel.	190
		Trata acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.	191
PROJETO DE LEI DO SENADO		Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Suplicy.	192
Projeto de Lei do Senado n° 258, de 2005, que autoriza a criação de <i>campi</i> universitários nas cidades de Guaraí e Colinas, como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Senador Nezinho Alencar.	189	Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Papaléo Paes.	192
Projeto de Lei do Senado n° 259, de 2005, que acrescenta um art. 17-A à Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa e dá outras providências. Senador Antônio Leite.	242	Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Azeredo.	193
Projeto de Lei do Senado n° 260, de 2005, que altera o art. 2º da Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado. Senador Sérgio Zambiasi.	259	Comenta acerca da impropriedade de que se discuta, na atual conjuntura, o tema da reforma política. Senador Papaléo Paes.	198
Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2005, que altera dispositivos das Leis n° 8.212 e n° 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social. Senador Aloízio Mercadante.	321	Comenta acerca da importância de uma reforma política. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Valdir Raupp.	199
		Comenta acerca da importância de uma reforma política. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mozarildo Cavalcanti.	199
		Comentários sobre a atual crise política no país. Senador Alberto Silva.	226
		Propostas para a reforma política. Senador Eduardo Suplicy.	305
		Faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	307

Pág.	Pág.
Realiza defesa da aprovação da proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que unifica os mandatos eletivos a cargos públicos e que proíbe a reeleição para os cargos do Executivo, nas três esferas de poder. Senador Paulo Octávio.	423
Faz comentários acerca do pronunciamento Senador Paulo Octávio que defende a unificação dos mandatos eletivos a cargos públicos e que proíbe a reeleição para os cargos do Executivo, nas três esferas de poder. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Sibá Machado.	424
REGIMENTO INTERNO	
Posicionamento favorável à proposta de que os trabalhos parlamentares do Senado funcionem de segunda a sexta, das oito até às dezesseis horas ou mais, se necessário. Senador Antônio Leite. ...	465
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 784, de 2005, que requer voto de aplauso à Seleção Brasileira Feminina de Vôlei, que se tornou pentacampeã de vôlei em Sendai, Japão, no Grand Prix da Liga Mundial. Senador Arthur Virgílio.	107
Requerimento nº 785, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeu Cavalcante Silva, para que forneça informações a respeito dos contratos de prestação de serviço de publicidade, propaganda e patrocínios estabelecidos pelas empresas ELETROBRÁS, ELETRONORTE, CHESF e FURNAS no período compreendido entre os anos de 2003 e 2005 inclusive. Senador José Jorge.	188
Requerimento nº 786, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelos seus 41 anos de emancipação. Senador Leonel Pavan.	188
Requerimento nº 787, de 2005, que requer, a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 128/2005 e 148/2005 de autoria do Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio.	262
Requerimento nº 788, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido no dia 19 de julho de 2005, no Estado do Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	262
Requerimento nº 789, de 2005, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no sentido que sejam prestadas esclarecimentos referentes ao contrato celebrado entre o Grupo Telemar com as empresas BR4 e GameCorp. Senador Antônio Carlos Magalhães.	263
Requerimento nº 790, de 2005, que requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações no sentido que sejam prestadas esclarecimentos referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp. Senador Antônio Carlos Magalhães.	263
Requerimento nº 791, de 2005, que requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda no sentido de que a Comissão de Valores Mobiliários - CVM preste esclarecimentos referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp. Senador Antônio Carlos Magalhães.	264
Requerimento nº 792, de 2005, que requer seja concedida licença para ausentar-se do País, nos dias 25 e 26 de julho de 2005, a fim de participar de seminário de especialistas sobre o tema Aplicação da Legislação relativa aos Direitos das Populações Autóctones organizado pela União Interparlamentar e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem a realizar-se na sede da União Interparlamentar em Genebra - Suíça. Comunica que estará ausente do País no período de 23 a 27 de julho de 2005. Senadora Ana Júlia Carepa.	402
Requerimento nº 793, de 2005, que requer homenagem ao ex-Senador Nelson Carneiro, por publicação de sua biografia, como parte da coleção <i>Grandes Vultos que Honraram o Senado</i> . Senador Efraim Morais.	402
SAÚDE	
Comenta acerca das vitórias alcançadas pelo Governo na área da saúde. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Edison Lobão.	430
Comenta acerca das melhorias na área da saúde. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa.	430
Comenta acerca das melhorias na saúde. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Augusto Botelho.	430

	Pág.		Pág.
SEGURANÇA PÚBLICA			
Protesto contra prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Senador Antônio Carlos Magalhães.	382	Comenta acerca da prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Eduardo Suplicy.	409
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	382	Indignação pela tentativa de intimidação de S.Exa. com o envio, ao seu gabinete, de envelope contendo substância não identificada. Senador Arthur Virgílio.	479
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	383	SOLIDARIEDADE	
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	385	Demonstra solidariedade ao Senador Arthur Virgílio, por acusações sofridas. Senador Paulo Paim.	133
Realiza comentários acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Maranhão.	386	Agradece ao Senador Paulo Paim, por sua solidariedade. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Arthur Virgílio.	133
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	387	Demonstra solidariedade ao Sr. Cícero Lucena Filho e a sua família, pela prisão arbitrária ocorrida na manhã de 21 de julho de 2005. Senador Ney Suassuna.	406
Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Senador Efraim Morais.	394	Informe sobre viagem realizada por S.Ex ^a ., dia 21 de julho de 2005, a João Pessoa, Paraíba, de visita ao ex-Ministro Cícero Lucena, em virtude sua prisão. Senador Arthur Virgílio.	479
Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Pedro Simon.	397	TRANSCRIÇÃO	
Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Mão Santa.	398	Solicita transcrição de Nota da Executiva Nacional do PSDB, condenando ação arbitrária do governo contra o Dr. Cícero Lucena. Senador Arthur Virgílio.	384
Comentários sobre a "Operação Confraria", desencadeada pela Polícia Federal. Senador Aloízio Mercadante.	406	VIOLÊNCIA	
		Leitura de e-mail contendo ameaças a S.Ex ^a . Senador Arthur Virgílio.	194
		Sugere à mesa que encaminhe a ameaça de morte recebida por e-mail pelo Senador Arthur Virgílio para o Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal examine a origem da mensagem. Senador Eduardo Suplicy.	197

Ata da 112ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Romeu Tuma e Alberto Silva

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2005** (nº 1.450/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Nascente Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mongaguá, Estado de São Paulo*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.279, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005 (nº 1.466/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 226, de 2005 (nº 1.466, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional

por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, jurídica e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 226, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprova-

ção do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 226/05 NA REUNIÃO DE 28.6.05
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

SEN. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CESAR BORGES

4- JOSÉ AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VÂNIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA

MAGUITO VILELA

VALDIR RAUPP

GERSON CAMATA

SERGIO CABRAL

JOSÉ MARANHÃO

WIRLANDE DA LUZ

GILBERTO MESTRINHO

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPA LEO PAES

5- MAO SANTA

6- LUIZ OTÁVIO

7- (VAGO)

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BUARQUE

FÁTIMA CLEIDE

FLAVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- PAULO PAIM

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVÊNIO DA FONSECA

JULHO 2005

ANAIS DO SENADO FEDERAL

3

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

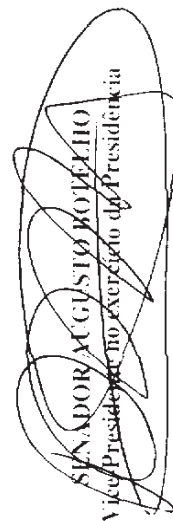
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 226105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA				
THEOTÔNIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GILFERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUTO VIEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PLE PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
ELAVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
ÍDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTE					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBLASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOLEIRO					JUVENIL DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 06 / 2005



SENADOR AUGUSTO BOLEIRO
Vice-Presidente do exercício da Presidência

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

PARECER Nº 1.280, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 254, de 2005 (nº 1.484/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 254, de 2005 (nº 1.484, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em Conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102. IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 254, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 254, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 254/05 NA REUNIÃO DE 28/06/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

SEN. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

HELIO COSTA

MAGUITO VILELA

VALDIR RAUPP

GERSON CAMATA

SÉRGIO CABRAL

JOSÉ MARANHÃO

WIRLANDE DA LUZ

GILBERTO MESTRINHO

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BUARQUE

FÁTIMA CLEIDE

FLAVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

AUGUSTO BOTELHO

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- JOSE AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LUCIA VANIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPAIEO PAES

5- MAO SANTA

6- LUIZ OTAVIO

7- (VAGO)

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

1- PAULO PAIM

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRICIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER Nº 1.281, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2005 (nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, no Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Nezinho Alencar**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 272, de 2005 (nº 1.544, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, no Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições

que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 285, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 272, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, no Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005. –

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 272/05 NA REUNIÃO DE 28 106 105
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDENCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBAO

MARCELO CRIVELLA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- JOSÉ AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LUCIA VÂNIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPALÉO PAES

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTÁVIO

7- (VAGO)

8- (VAGO)

HÉLIO COSTA

MAGUITO VILELA

VALDIR RAUPP

GERSON CAMATA

SÉRGIO CABRAL

JOSÉ MARANHÃO

WIRLANDE DA LUZ

GILBERTO MESTRINHO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BOARQUE

FATIMA CLEIDE

FLAVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- PAULO PAIM

2- ALOIZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTONIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

1- JUVÊNIO DA FONSECA

AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 272 105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNIAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
HÉLIO COSTA					SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGUITO VILELA					AMIR LANDO				
VALDIR RAUPP	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
GERSON CAMATA					VAGO				
SÉRGIO CABRAL	X				PAPALÉO PAES				
JOSÉ MARANHÃO					MÃO SANTA	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				LUIZ OTÁVIO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 06 / 2005

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar a entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.282, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005 (nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio de Maria, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 273, de 2005 (nº 1.508, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial. nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão

de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 273, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 273, de 2005, não evidenciou violação da Legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, Juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005. – Senador **Augusto Botelho**, Vice– Presidente no exercício da Presidência.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 273/05 NA REUNIÃO DE 28/10/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

SEN AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES

1- ROSEANA SARNEY

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSÉ JORGE

3- CÉSAR BORGES

MARIA DO CARMO ALVES

4- JOSÉ AGRIPINO

EDISON LOBÃO

5- MARCO MACIEL

MARCELO CRIVELLA

6- ROMEU TUMA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

7- EDUARDO AZEREDO

GERALDO MESQUITA

8- SÉRGIO GUERRA

LEONEL PAVAN

9- LÚCIA VÂNIA

REGINALDO DUARTE

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA

1- AMIR LANDO

MAGUITO VILELA

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUPP

3- (VAGO)

GERSON CAMATA

4- PAPALÉO PAES

SÉRGIO CABRAL

5- MAO SANTA

JOSÉ MARANHÃO

6- LUIZ OTÁVIO

WIRLANDE DA LUZ

7- (VAGO)

GILBERTO MESTRINHO

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

1- PAULO PAIM

CRISTOVAM BUARQUE

2- ALOÍZIO MERCADANTE

FÁTIMA CLEIDE

3- FERNANDO BEZERRA

FLÁVIO ARNS

4- DELCÍDIO AMARAL

IDELI SALVATTI

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO SATURNINO

6- MAGNO MALTA

MOZARILDO CAVALCANTI

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SÉRGIO ZAMBIASI

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVÊNIO DA FONSECA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO AMINAL

PDS 273 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 28/10/2005

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” ...”(NR)

PARECER Nº 1.283, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2005 (nº 2.359/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 279, de 2005 (nº 2.359, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, ao seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comunicação de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatar-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2005. –
Vice-Presidente no exercício da Presidência Senador **Augusto Botelho**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 279/05 NA REUNIÃO DE 23/10/2005
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDENCIA:

J.N. Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES

1- ROSEANA SARNEY

JORGE BORNHAUSEN

2- JONAS PINHEIRO

JOSE JORGE

3- CESAR BORGES

MARIA DO CARMO ALVES

4- JOSE AGRIPINO

EDISON LOBAO

5- MARCO MACIEL

MARCELO CRIVELLA

6- ROMEU TUMA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

7- EDUARDO AZEREDO

GERALDO MESQUITA

8- SÉRGIO GUERRA

LEONEL PAVAN

9- LÚCIA VANIA

REGINALDO DUARTE

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HELIO COSTA

1- AMIR LANDO

MÁGUITO VILELA

2- GARIBALDI ALVES FILHO

VALDIR RAUJP

3- (VAGO)

GERSON CAMATA

4- PAPALÉO PAES

SÉRGIO CABRAL

5- MÃO SANTA

JOSÉ MARANHÃO

6- LUIZ OTAVIO

WIRLANDE DA LUZ

7- (VAGO)

GILBERTO MESTRINHO

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

1- PAULO PAIM

CRISTOVAM BUARQUE

2- ALOÍZIO MERCADANTE

FATIMA CLEIDE

3- FERNANDO BEZERRA

FLAVIO ARNS

4- DELCÍDIO AMARAL

IDELI SALVATTI

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO SATURNINO

6- MAGNO MALTA

MOZARILDO CAVALCANTI

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SERGIO ZAMBIASI

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVENCIO DA FONSECA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 279/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL	X				MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 28/06/2005

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.284, DE 2005

Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2005 (nº 1.578/2005, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

Relator *ad hoc*: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo. o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 289, de 2005 (nº 1.578, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência Legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior. nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 289, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 289, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 289/05 NA REUNIÃO DE 28 JUNHO 2005
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

SEN. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBAO

MARCELO CRIVELLA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- JOSÉ AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VÂNIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPAIEO PAES

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTAVIO

7- (VAGO)

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BUARQUE

FÁTIMA CLEIDE

FLÁVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- PAULO PAIM

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

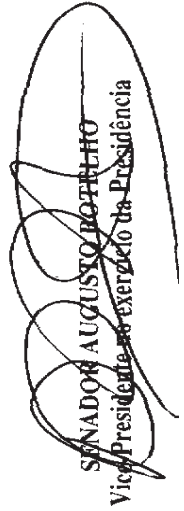
PDS

289,05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: A

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 106 / 2005


SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente em exercício da Presidência

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal,

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada nela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.285, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2005 (nº 998/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 290, de 2005 (nº 998, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora

e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 290, de 2005, não evidenciou violação das Formalidades

estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, tendo ocorrido, na Câmara dos Deputados, o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que "altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga".

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 290, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 290/05 NA REUNIAO DE 28/06/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Sen. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSE JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- JOSÉ AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VANIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPALEO PAES

5- MAO SANTA

6- LUIZ OTAVIO

(VAGO)

(VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BUARQUE

FATIMA CLEIDE

FLAVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SERGIO ZAMBIASI

1- PAULO PAIM

2- ALOIZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTONIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRICIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

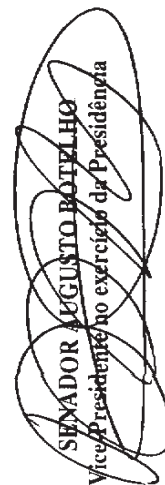
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 290/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 06 / 2005



SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providência

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.286, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2005 (nº 1.406/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 293, de 2005 (nº 1.406, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não con-

traria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 293, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 293, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2005. – Senador **Augusto Botelho**, Vice Presidente no exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 293/05 NA REUNIÃO DE 28 JUNHO 2005
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

SEN. AUGUSTO BOTELHO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSE JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

TEOTONIO VILELA FILHO

GERALDO MESQUITA

LEONEL PAVAN

REGINALDO DUARTE

1- ROSEANÁ SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CESAR BORGES

4- JOSE AGRIPINO

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SERGIO GUERRA

9- LUCIA VÂNIA

10- TASSO JEREISSATI

PMDB

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- PAPALEO PAES

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTAVIO

7- (VAGO)

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS

CRISTOVAM BUARQUE

FATIMA CLEIDE

FLÁVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SERGIO ZAMBIASI

1- PAULO PAIM

2- ALOIZIO MERCHANTANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRICIA SABOYA GOMES

8- NEZINHO ALENCAR

PDT

1- JUVENCIO DA FONSECA

AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

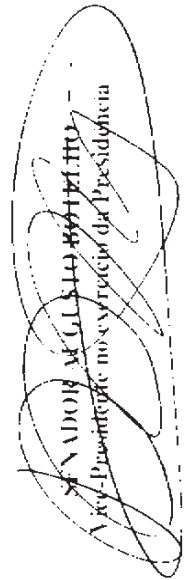
LISTA DE VOIÇÃO NOMINAL

PDS 293, 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT, E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
EROT BORNHAESEN					RONALD PINHEIRO				
ROSE BORGES					FLÁVIO BORGES				
MARLA DO CARMO ALVES	X				OSVALDO AGUIAR				
ELSON LOBATO					MARCO VAMPI	X			
MARCELO CRIVELAN					ROMÉO JÚNIOR	X			
DEJONIO VIEIRA FILHO	X				EDUARDO AZEVEDO				
GERM DO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONIL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DE ARAÚJO	X				FASSO FERRETTI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFACIOSA					AMIRANDO				
MARCIO DO AMARAL					CARIBALDI MENEZES FILHO				
VALDIR RAMALHO	X				VAGO				
ELSON CAMALEÃO	X				PAULINO PAINS				
SERGIO AMARAL	X				MARCELO	X			
ROSE MARIANO	X				LUZIO VAGO	X			
MIRIAM DALL'AGLI	X				VAGO				
CELESTINO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALDENOR BRILAS	X				PAULO PAMI	X			
CRISTOVAM BEZERRA					MELQUIOR MERCADANTE				
EDUARDO CLEBER					HERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
LEFÉRSALVAZ					ANTÔNIO CARLOS VAIADARES				
ROBERTO ALEJUNDO					MAGNO VALLA				
MOZARILDO CALCANI					PATRICIA SARDYA GOMES				
SERGIO ZAMBiasi	X				SEZINJO ALENCAR	X			
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VICENTINO FERREIRO					IVANILDO FERREIRA				

TOTAL: 13 SIM, 16 NÃO, 16 ABS, 1 AUTOR, 1 ABSTENÇÃO

SAÍDA DAS REUNIÕES EM 22 DE JULHO DE 2005



 ADENOR DE G. BRILÁS

 Vice-Presidente no exercício da Presidência

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.287, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106, de 2004 (nº 920/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.106, de 2004 (nº 920, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 11 de outubro de 2002, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.106, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob

exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.106, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21-6-05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1106/04 NA REUNIÃO DE 23 JUN 2005
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, RSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTOS - NOMINAL - PDS JJG/6/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PALLOPAMI				
CRISTOVA AMBUARQUE	X				MOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				HERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO ALARAI				
IBELI SALVATHI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALFA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENICIO DA FONSECA				

TOTAL: 1A SIM: 16 NÃO: 7 ABS: 7 - AUTOR: 7 - PRESIDENTE: 1



SENADOR HELIO COSTA

Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 06 / 2005

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.288, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.348, de 2004 (nº 1.118/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.348, de 2004 (nº 1.118, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A, para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 10 de fevereiro de 1998, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.348, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.348, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos

pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

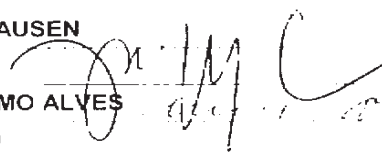
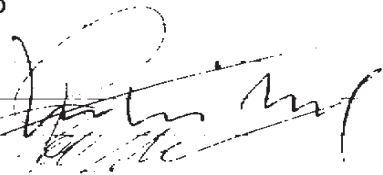
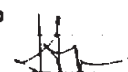
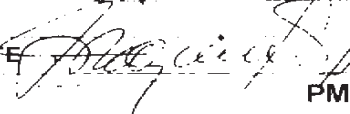
Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO



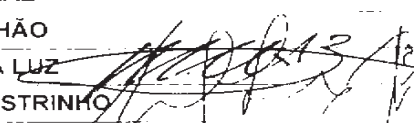
**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1348/04 NA REUNIÃO DE 21 JUNHO
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: Senador Helio Costa 


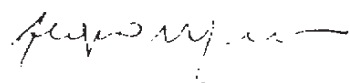


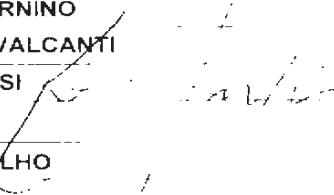
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA 	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPANÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE 
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES 
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 1348/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DENÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA				
REGÍONIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO FERRETTI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
ELAVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS V ALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 37 SIM: 16 NÃO: 7 ABS: 7 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 03



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/06/2005

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.289, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.363, de 2004 (nº 828/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.363, de 2004 (nº 828, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar o ser-

viço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 190, de 17 de abril de 2001, que renova permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.363, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Brasil S.A., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.363, de 2004, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Cultura de Campinas Ltda., atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do

Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDAN Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 1.363, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 190, de 17 de abril de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., originariamente Rádio Brasil S.A., para explorar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 21-6-05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1363 / 04 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Senador Helio Costa*

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SERGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HELIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALEO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTAVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLAVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SERGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVENCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

JULHO 2005

ANAIS DO SENADO FEDERAL

35

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 363 04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALEO PARES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA				
JOSE MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DALUZ					VAGO				
GEBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AGUSTO BOTELHO					JUVENICIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 06 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 1.363, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 190, de 17 de abril de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., originariamente Rádio Brasil S.A., para explorar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente, Aloízio mercadante, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.290, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.373, de 2004 (nº 1.015/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.373, de 2004 (nº 1.015, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 634, de 26 de abril de 2002, que renova permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.373, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Educadora Música e Cultura Ltda., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda da redação ao art. 1º do PDS em análise.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.373, de 2004, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda, atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 1.373, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 26 de abril de 2002, que renova por dez anos, a partir de 15 de junho de 1997, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., outorgada originariamente à Rádio Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1373/04 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



Sen. Helio COSTA

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMOSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSE JORGE	3- CESAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBAO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SERGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HELIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALEO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MAO SANTA
JOSE MARANHÃO	6- LUIZ OTAVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOIZIO MERCADANTE
FATIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCIDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRICIA SABOYA GOMES
SERGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 1373 / 04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEVEDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONIL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
REGINALDO DI ARUI	X				TASSO FERREISSAMI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VIEIRA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALEO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
LATIMIA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DEJÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALLA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: -

PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 2ª 106 / 2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 1.373, DE 2004**

Aprova o o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 634, de 26 de abril de 2002, que renova por dez anos, a partir de 15 de junho de 1997, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., outorgada originariamente à Rádio Educadora Musica e Cultura Ltda., para explorar, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.291, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474, de 2004 (nº 754/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.474, de 2004 (nº 754, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por meio de mensagem presidencial o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de dezembro de 2002, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado

Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.474, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.474, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1474/04 NA REUNIÃO DE 23/06/05.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 3974/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSE JORGE	X					CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES	X					JOSÉ AGRIPINO	X				
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL	X				
MARCELO CRIVELLA						ROMEL TUMA					
TEOTÔNIO VILELA FILHO						EDUARDO AZEREDO					
GERALDO MESQUITA	X					SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN						LÚCIA VÁVIA					
REGINALDO DUARTE	X					TASSO JEREISSATI					
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
HELIO COSTA						AMIR LANDO					
MAGUITO VILELA	X					GARIBALDI ALVES FILHO					
VÁLDIR RAUPP						VAGO					
GERSON CAMATA						PAPALFO PAES					
SERGIO CABRAL						MÃO SANTA	X				
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
WIRLANDE DA LUZ	X					VAGO					
GILBERTO MESTRINHO	X					VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
MELTON FREITAS						PAULO PAIM					
CRISTOVAM BUARQUE	X					ALOIZIO MERCADANTE	X				
FÁTIMA CLEIDE	X					FERNANDO BEZERRA					
FLAVIO ARNS	X					DELCIDIO AMARAL					
IDELI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO						MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRICIA SABOYA GOMES					
SERGIO ZAMBIASI	X					NEZINHO ALENCAR	X				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		
AUGUSTO BOTELHO						JUVENCIO DA FONSECA					

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/06/2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.292, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2005 (nº 1.270/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 76, de 2005 (nº 1.270, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 439, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. –

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 76/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Senador Nelson Costa*

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTOS NOMINAL - PDS 76/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHEU SEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉO JUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DU ARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVA AMBUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SAURINHO					MAGNO MANTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABR: 7 AUTOR: 7

PRESIDENTE: 01



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 06 / 2005

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congres-
so Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação
de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar
e renovar concessão, permissão e autorização para o
serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,
observado o princípio da complementaridade dos sis-
temas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no
prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento
da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão
dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos
do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente pro-
duzirá efeitos legais após deliberação do Congresso
Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Co-
munitária e dá outras providências.**

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a reda-
ção, a alteração e a consolidação das leis,
conforme determina o parágrafo único do
art. 59 da Constituição Federal, e estabe-
lece normas para a consolidação dos atos
normativos que menciona.**

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de
Radiodifusão Comunitária.**

.....
PARECER Nº 1.293, DE 2005

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2005**

**(nº 1.337/2004, na Câmara dos Deputados),
que aprova o ato que autoriza a Associação
dos Moradores da Comunidade de Restin-
ga/SP, a executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Restinga, Estado
de São Paulo.**

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter
terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº
96, de 2005 (nº 1.337, de 2004, na Câmara dos Depu-
tados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria
nº 521, de 8 de outubro de 2003, do Ministério das Co-
municações, que autoriza a Associação dos Moradores
da Comunidade de Restinga/SP, a executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Esta-
do de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do
Congresso Nacional por meio de mensagem presiden-
cial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art.
223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comu-
nicações ao Presidente da República, documento que
integra os autos, informa que a presente solicitação foi
instruída em conformidade com a legislação aplicável,
o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão
de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer fa-
vorável de seu relator. Na Comissão de Constituição
e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi
considerado jurídico, constitucional e vazado em boa
técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Se-
nado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão
de Educação opinar acerca de proposições que ver-
sem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, tele-
visão, outorga e renovação de concessão, permissão
e autorização para serviços de radiodifusão sonora
e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se
também sobre a constitucionalidade, juridicidade e
técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra
disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-
ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de
3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Depu-
tados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo
sob exame, atende aos requisitos constitucionais for-
mais relativos à competência legislativa da União e as
atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos

arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga/SP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. –

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 96/05 NA REUNIÃO DE DJ 106105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE BALUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTEIO NOMINAL - PDS 96 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAEUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BIZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALFA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SAROYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 12 SIM 17 NÃO 17 VOTO EM BASTA 7 AUTORES 17 PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/06/2005

SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão serão de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 1.294, DE 2005

Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2005 (nº 1.102/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará. (Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes.)

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 123, de 2005 (nº 1.102, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado

Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 123, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 123, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. –

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 123/05 NA REUNIÃO DE 21 JUNHO DE 2005
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Helio Costa 

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYÁ GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 123 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHIAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBAO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMELI TUMA	X			
HEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JERREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
ELVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IBELIS ALVATI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MAMUA				
MOZARILDO CAVACANHI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM; 16 NÃO; 03 ABS; 01 AUTOR; 01 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/06/2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.295, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2005 (nº 1.371/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 144, de 2005 (nº 1.371, de 2004, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua

constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto esta em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 144, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. –

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 144/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE E. CAÇÃO LISTA DE VOTA O NOMINAL - PDS 144 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DÊMISTENES TORRES					ROSEANA SARNET				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA				
TEOTÔNIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGLHO VIEIRA	X				CARIBALDI ALVES FILHO				
V ALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESJINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PALLO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 05 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

PARECER Nº 1.296, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2005 (nº 1.382/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 146, de 2005 (nº 1.382, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 146, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 146, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 146/05 NA REUNIÃO DE 23/106/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Senador Helio Costa* 

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOTEIO NOMINAL - PDS 346/05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHIAU SEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUNJA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGLUTO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
IDEELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENIO DA FONSECA				

TOTAL: 38 SIM: 17 NÃO: 7 ABS: 3 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 04



SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.297, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2005 (nº 1.405/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

Relator *ad hoc*: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 198, de 2005 (nº 1.405, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo. O ato Foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 198, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III — Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 198, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

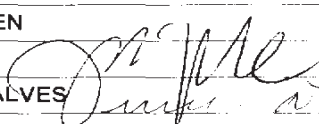
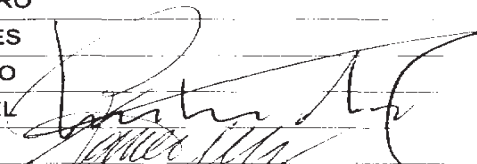
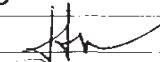
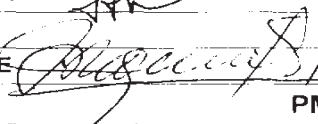
reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

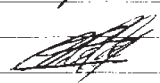

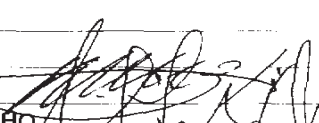
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 198/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa 


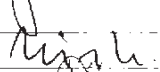
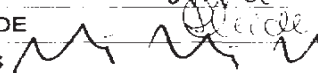
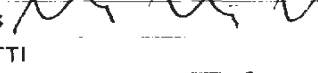

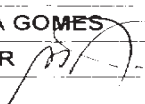
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA KUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 358 / 05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSÉANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMELIUMA	X			
TEÓFONO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEVEDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VIEIRA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AEÍTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IBELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATTURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: SIM: 12 NÃO: 10 ABS: 10 AUTOR: 10 PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/06/2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.298, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2005 (nº 1.414/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 202, de 2005 (nº 1.414, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49. XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de-

vendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 202, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob

exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 202, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 202/05 NA REUNIÃO DE 23/106105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 202 / 05

BLOCO DA MINORIA (PL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TORRES					ROSEANA SARNEY				
FAUSEN					JONAS PINHEIRO				
	X				CÉSAR BORGES				
RMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
O					MARCO MACIEL	X			
IVELLA					ROMEL TUMA	X			
JELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
SQUITA	X				SERGIO GUERRA				
AN					LUCIA VANIA				
DUARTE	X				FASSO JE REISSATI				
LARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELA	X				AMIR LAMDO				
P					GARIBALDI ALVES FILHO				
ATA					VAGO				
AL					PAPALÉO PAES				
IAO					MÃO SANTA	X			
ALUZ	X				LUIZ OTAVIO				
STRINHO	X				VAGO				
BLOCO DE APOIO AO T, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LAS					PAULO PAIM				
BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
DE	X				FERNANDO BEZERRA				
TI	X				DELÍCIDIO AMARAL				
URNINO					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
AVALCANTI					MAGNO MALTA				
IASI	X				PATRICIA SABOYA GOMES	X			
ULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	NEZINHO ALENCAR	X			
HELHO					SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					H VENICIO DA FONSECA				

SIM: 15 NÃO: 7 ABS: 7 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 06 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.299, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2005 (nº 1.420/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 205, de 2005 (nº 1.420, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 205, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 205, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 205/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



(Sen. Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 205/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU FUYA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VIANA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JERISSAHI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALLA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOETTIG					JU VENECIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal,

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.300, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2005 (nº 1.430/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná.

Relator: Senador Flávio Arns

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 207, de 2005 (nº 1.430, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora

e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 207, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 207, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do Município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**, Presidente, – Senador **Flávio Arns**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 207/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZÉREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOT: 0 NOMINAL - PDS 207/05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA S ARNEY				
JORGE BORNHAIM SEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO ANTÔNIO	X			
MARCELO CRIVELA					ROMER TIAMA	X			
FEOTONIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DIARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LINDO				
MINGITO VILELA	X				GARIBAUDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP					VÁGO				
GERSON CAMATA					PAPALHO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARIANO					LUIZ OLAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VÁGO				
GILBERTO MENTINHO	X				VÁGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM DE ARAÚJO	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLÉIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
ELAVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELLI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MIZAREDO CAVACANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENIO DA FONSECA				

TOTAL: 46 SIM: 15 NÃO: 31 ABS: 0 AUTOR: 0 ABSTENÇÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES EM 21/06/2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 1.301, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 208, de 2005 (nº. 1.432/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II Estado do Piauí.

Relator: Senador **Mão Santa****I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº. 208, de 2005 (nº. 1.432, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro II, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII,

combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu ar. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão,

outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49. XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº. 208, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

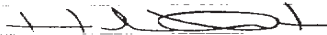
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 208, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro II, Estado do Piauí, na Forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.


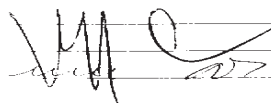
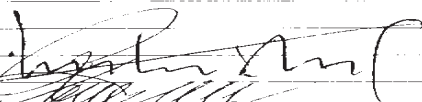
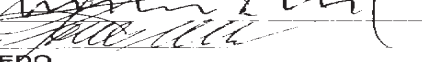
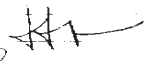
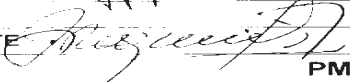
Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO



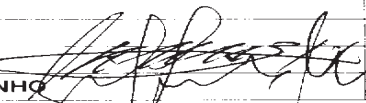
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 208/05 NA REUNIÃO DE 23/10/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa 

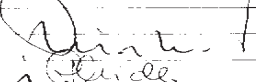
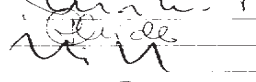
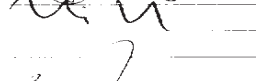

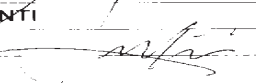

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN 	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA 	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO 	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS 	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 208/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LÉONEL PAVAN					LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LUZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 7 ABSTENÇÃO: 0 PRESIDENTE: Cd

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/06/2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26
DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.302, DE 2005

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2005 (nº 1.433 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 209, de 2005 (nº 1.433, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que ver-

sem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições,

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 209, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 209, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 209/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 209 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO FERREISSAHI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIRLANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ABELTON FREITAS					PALLO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLÉIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.303, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005 (nº 1.434/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 210, de 2005 (nº 1.434, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua

constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 210, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 210, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

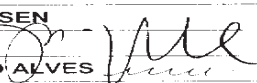

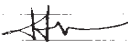
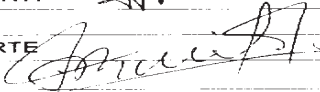
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 210/05 NA REUNIÃO DE 21 106 105
OS SENHORES SENADORES:

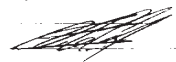

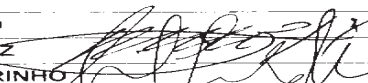
PRESIDENTE:

 (Sen. Helio Costa)

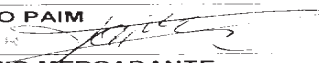
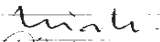


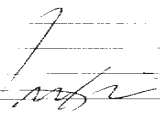

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZERÉDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNIO DA FONSECA
---	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 240105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LÓBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA				
TEOFONIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LULIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTREINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MELTON FREITAS					PAULO PAMI	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENILDO DA FONSECA				

TOTAL: 47 SIM: 16 NÃO: 16 ABS: 16 AUTOR: 16 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237, de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.304, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2005 (nº 1.449/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 216, de 2005 (nº 1.449, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativo.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 216, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

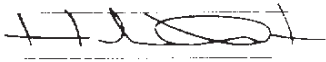
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 216, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 216/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Helio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR
GERALDO MESQUITA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT


AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTADO NOMINAL - PDS 216 105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TULMA	X			
TEOTÔNIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				LASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LINDO				
MAGUITO VIEIRA	X				GABRIEL DE ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESFRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BLARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
ELÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALFA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/06/2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.305, DE 2005

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2005 (nº 1.451/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

Relator *ad hoc*: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 218, de 2005 (nº 1.451, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do arts., 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2005, não evidenciou violação de legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 218/05 NA REUNIÃO DE 23/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Senador Hélio Costa*



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

*relator
out. hex*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTOS: 232 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DE ARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGLHO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALEA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM; 15 NÃO; 7 ABS; 7 AUTORES; 6 PRESIDENTES;

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA
MESA

CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorga à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.306, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005 (nº 1.462/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova

Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCD-BO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã, Estado da Bahia.

Relator: Senador **César Borges**

Relator **ad hoc**: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 225, de 2005 (nº 1.462, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCD-BO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incum-

bindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2005, não evidenciou violação das informalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

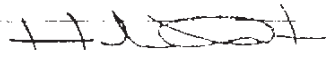
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCD-BO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

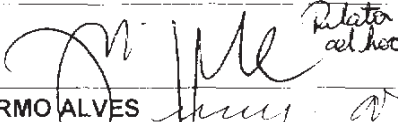
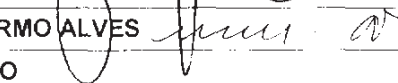
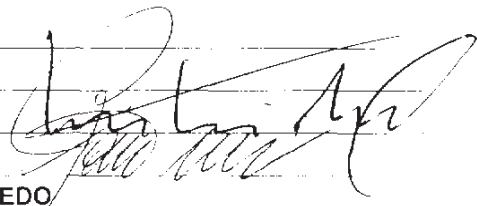
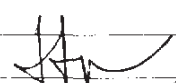
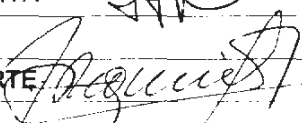
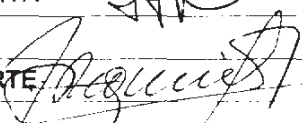
Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

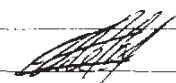

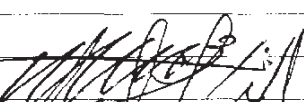
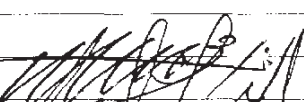
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 225/05 NA REUNIÃO DE 23/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa 


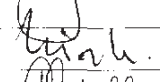
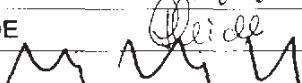
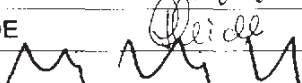
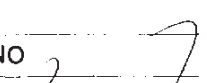
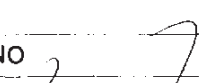
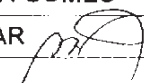
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE  ^{Relator ad hoc}	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- JOSÉ AGRIPINO 
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN 	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO 	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE, PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

JULHO 2005

ANAIS DO SENADO FEDERAL

87

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 225/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU LIMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEVEDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DI ARTE	X				LASSO JEREISSAH				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGLHO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RALPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LEIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALCÍZIO MERCADANTE				
FAHMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDEL SAUVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: SIM: 16 NÃO: 7 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1



SALA DAS REUNIÕES, EM 11/06/2005

SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.307, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2005 (nº 1.468/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Nezinho Alencar**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 228, de 2005 (nº 1.468, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antonio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, no Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49. XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos Arts. 49, XII e 223 da Constituição, constatam-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 228, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 228, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

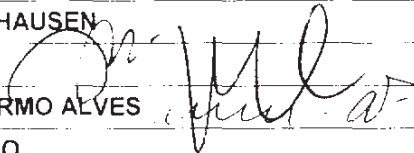
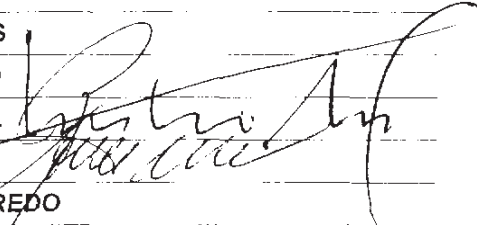
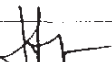
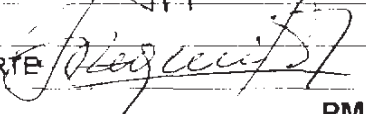
Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

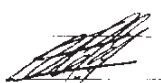
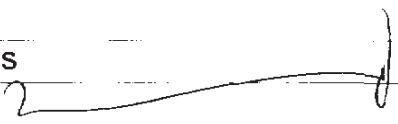
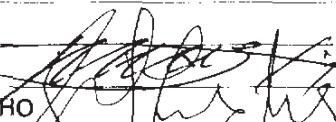
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 228/05 NA REUNIÃO DE 23/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Hélio Costa 


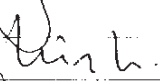
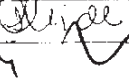
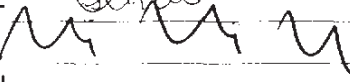
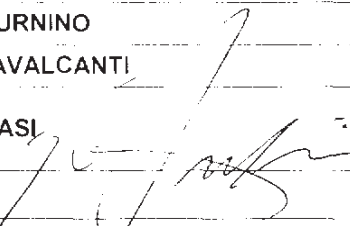
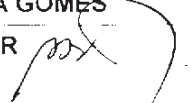
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

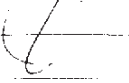
HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

RELATOR

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
---	------------------------

LISTA DE VOTOS NOMINAL - PDS 228 / 05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARGA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMIEL TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGLITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPE					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO	X				LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESIRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AFLTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELEI SAUVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENÍCIO DA FONSECA				

TOTAL: 12 SIM: 16 NÃO: 11 ABS: 11 AUTOR: 11 PRESIDENTE: 01



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 22 / 07 / 2005

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 218, 225, 228, 231, 234, 235 e 237, de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.308, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005 (nº 1.472/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia.

Relator: Senador **César Borges**

Relator *ad hoc*: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 231, de 2005 (nº 1.472, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão

de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 231 de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 231, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

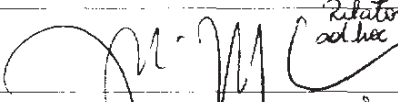
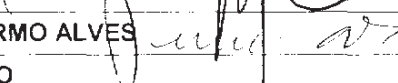
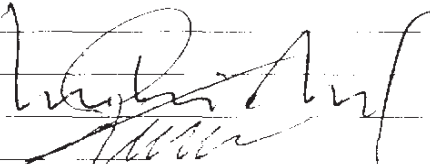
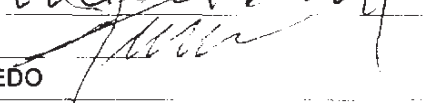
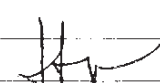
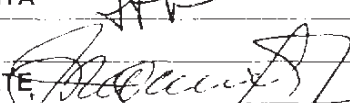
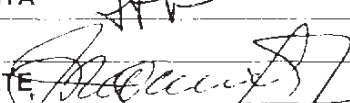
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 231/05 NA REUNIÃO DE 21/10/05
OS SENHORES SENADORES:

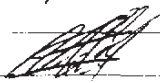

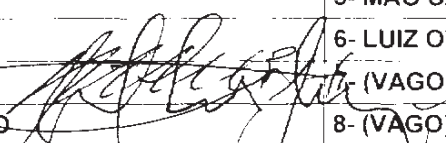
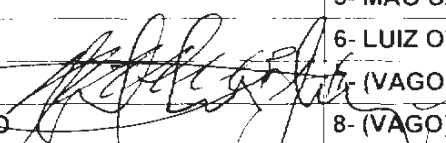
PRESIDENTE: Senador Hélio Costa




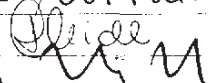

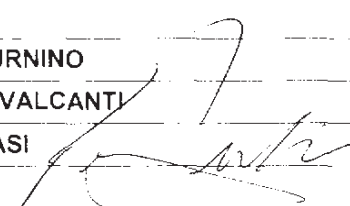
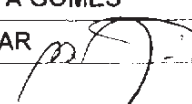
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN 	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO 	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNIO DA FONSECA
---	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 233 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAU SEN					IONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
ÉDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVIELLA					ROMELI TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LUCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPE					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MAO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM				
CRISTOVAM BLARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCLÍDIO AMARAL				
IDEELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS V ALADARES				
ROBERTO SATTURNINO					MAGNO ALFA				
MOZARILDO CAVALCANHÍ					PATRICIA SABOY A GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENILDO DA FONSECA				

TOTAL: 46 SIM: 35 NÃO: 7 ABS: 7 AUTOR: 7 PRESIDENTE: 03



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.309, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2005 (nº 1.499/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 233, de 2005 (nº 1.499, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi

considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica Legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 233, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 233, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 233/05 NA REUNIÃO DE 21 106 105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

H. Costa (Sen. Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOT. AO NOMINAL - PDS 233/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAFSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JERISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LÂNDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESIRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PALLO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALCÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELGÍDIO AMARAL				
IDEELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.310, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2005 (nº 1.532/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 234 de 2005 (nº 1.532, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição dez motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que Integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que levou ao seu de deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 3 de junho de 1998.

A proposição ordinária da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 234, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 234, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 234/05 NA REUNIÃO DE 21 106 105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Hélio Costa)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT


AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 234/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAI SEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				FASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAU PP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALFO PAES	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OFAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTREINIG	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BLARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALIA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005

Of. nºCE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.311, DE 2005

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2005 (nº 1.539/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 235, de 2005 (nº 1.539, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão

de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 235/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



Sen. Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
RELATOR	

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA
-----------------	-----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
 LISTA DE VOTANTES NOMINAL - PDS 235 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMISTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNJAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACHÊ	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA				
FROTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO FERREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELEI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MIOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINIO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005


 SENADOR HELIO COSTA
 Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237, de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.312, DE 2005

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2005 (nº 1.452 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária “São Francisco” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 237, de 2005 (nº 1.452, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária “São Francisco” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu ad. 102, IV, cumpre, à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615 de 3 de junho 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 237, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 237, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária “São Francisco” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 237/05 NA REUNIÃO DE 21/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



Sen. Hélio Costa

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 237 / 05

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMÉU TUMA	X			
TEÓFONIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VIANA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JERUSSALI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					AMIR LAMANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VÁLDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDER DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESSIRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALÉTON PRETAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
ÍDELI SALVATH					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2005



SENADOR HELIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 93, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 226, 254, 272, 273, 279, 289, 290 e 293, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/93/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 28 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 226, 254, 272, 273, 279, 289, 290 e 293 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 94, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.106, 1.348, 1.363, 1.373, 1.474, de 2004, e 76, 96, 123, 144, 146, 198, 202 e 205, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/94/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 1.106, 1.348, 1.363, 1.373, 1.474 de 2004 e 76, 96, 123, 144, 146, 198, 202 e 205 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 95, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/95/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 21 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 207, 208, 209, 210, 216, 218, 225, 228, 231, 233, 234, 235 e 237 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 871, de 2005**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 857, de 2005–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada em obras de construção

de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-282-SC – Florianópolis – Divisa com a Argentina, no âmbito do Fiscobras/2001 (TC – 003.719/2001-2).

O expediente, anexado ao processado do **Requerimento nº 673, de 2001**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 140/2005 – CDDPH/SEDH/PR

Brasília, 27 de junho de 2005

Senhor Presidente,

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, sediado na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, vem recebendo, nos últimos meses, reiteradas e graves denúncias de violações de direitos humanos, especialmente na modalidade de violência sexual contra adolescentes, imputadas ao Senhor HELLOSMAN SAMPAIO RIBEIRO, ex-Prefeito Municipal da cidade de Milagres/CE, a ensejarem pronta e eficiente apuração, em parceria e colaboração com outros órgãos encarregados de semelhante mister.

As referidas denúncias guardam estreita relação com o caso apurado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, nos anos de 2003 e 2004, conforme se verifica do respectivo relatório final já amplamente divulgado por essa Casa Legislativa.

Assim, considerando que a dita CPMI realizou diligências e audiência pública no Estado do Ceará, produzindo importantes provas a respeito do caso mencionado, as quais se encontram arquivadas aos cuidados da Secretaria das Comissões do Senado Federal e que certamente serão determinantes para a continuidade das investigações e a punição dos culpados na forma da lei, venho solicitar a extração e remessa de cópias de todos os documentos referentes ao caso em questão.

Atenciosamente, – **Nilmário Miranda**, Secretário Especial dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2003 – CN.

A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente por meio do Ofício SF nº

1.445/2005, de 04 de julho de 2005, aditado pelo Ofício SF nº 1.500/2005, de 11 de julho de 2005.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 784, DE 2005

Requer voto de aplauso à Seleção Brasileira Feminina de Vôlei, que se tornou pentacampeã de vôlei em Sendai, Japão, no Grand Prix da Liga Mundial.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Seleção Brasileira Feminina de Vôlei, pela conquista do pentacampeonato da Liga Mundial, ao derrotar a Itália por 3 sets a 2 (25/20, 22/25, 25/21, 27/29 e 15/7), nesta segunda-feira, na cidade de Sendai, no Japão.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Confederação Brasileira de Vôlei e, por seu intermédio, a todas as integrantes da equipe, técnico e auxiliares.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Pela quinta vez, o selecionado brasileiro de vôlei masculino conquistou o Campeonato da Liga Mundial, elevando o renome esportivo do País em disputas internacionais.

Sala das Sessões, 18 de julho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 214/2005-CPMI – “CORREIOS”

Brasília, 13 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005 – CN, “para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, e em conformidade com os arts. 68 da Constituição Federal e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado

com o art. 2º da Lei nº 5.579/52 e, ainda, com o art. 4º da Lei Complementar nº 105/2001, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 7-7-05, foi aprovado o Requerimento nº 364/2005, cópia anexa, solicitando, com a máxima urgência, a relação das pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos senhores senadores, membros efetivos e suplentes desta CPMI, a saber: Delcídio Amaral, Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Efraim Moraes, José Jorge, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sibá Machado, Fátima Cleide, Ana Julia Carepa, Antônio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2005

(Da Srª Deputada Juíza Denise Frossard)

Requer que se obtenha junto as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a relação das pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos senhores Deputados e Senadores, membros efetivos e suplentes da CPMI.

Senhor Presidente:

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/2001 e dos demais dispositivos regimentais, solicito que Vossa Excelência requeira da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a relação das pessoas que prestam serviços diretamente aos gabinetes dos membros efetivos e suplentes desta CPMI.

Justificação

O Deputado Roberto Jefferson anda a dizer que entre os membros desta CPMI existem deputados beneficiados com o tal mensalão. Como instrumento de investigação relevante, seria de se checar com a portaria do prédio onde está situada a agência do Banco Rural, de onde são sacados volumes altos de dinheiro das contas de responsabilidade do senhor Marcos Valério, se por lá andou alguma das pessoas que prestam serviços diretamente aos deputados membros titulares e suplentes desta CPMI.

Sala de Reuniões, 6 de junho de 2005. – Deputada **Juíza Denise Frossard**, PPS/RJ.

OFÍCIO Nº 221/2005 – CPMI – CORREIOS

Brasília, 13 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na data de hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito por mim presidida aprovou requerimento para que o Senhor Procurador-Geral da República adote providências destinadas a apurar a responsabilidade penal do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) pela autoria de mensagem destinada aos servidores daquele órgão na qual se referia aos Senadores e Deputados membros desta Comissão com termos indignos e injuriosos. A citada autoria foi confirmada por ofício do General Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, conforme cópia em anexo.

Trago a matéria ao conhecimento dessa Presidência solicitando que sejam tomadas, no âmbito do Senado Federal, as medidas urgentes que se fazem necessárias, inclusive a proposição de voto de censura.

Renovo, em nome da Comissão, votos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Delcídio Amaral** – Presidente da Comissão.

Ofício nº 524/2005/GSIPR/CH GAB

Brasília 3 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Delcídio Amaral
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “CORREIOS”
Senado Federal
70165-900 – Brasília – DF
Assunto: Nota da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

Senhor Presidente,

Atendendo solicitação do Deputado Osmar Serraglio, Relator dessa Comissão, encaminho a Vossa Excelência cópia da mensagem firmada pelo Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, divulgada aos servidores da Agência por intermédio da Intranet do órgão.

Atenciosamente, **Jorge Armando Felix** – Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço http://www.abin.gov.br/abin/20040720170759/20050706161103/view

Links

Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Utilidades Notícias Contatoque se Aplicativos

Portal ABIN e Mensagens de Diretores: MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL - (06/07/05)

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL - (06/07/05)

Carlos Funcionários

Há mais de um mês acompanhamos com perplexidade o envolvimento do nome da abin com o caso dos Correios.

Por mais de uma vez já informamos aos senhores da leitura da nossa partic.ção na coleta de dados e produção de conhecimento nesse evento.

Tentamos até a última hora evitar o depoimento do Lange na CPI, mas não foi possível.

Os estragos à atividade profissional do Lange, mais os estragos a nossa reputação, só poderãc ser avaliados com o tempo.

Neste exato momento, o que devo fazer é elogiar a conduta do profissional Lange, como um verdadeiro herói ao enfrentar as bestas-feras em pleno picadairo.

Eslou, pessoalmente, tentando entender a falta de empenno da AGU na proteção do nosso servidor.

Isso poderia ter acontecido com qualquer um de nós.

Desse episódio vamos tirar muitas lições, mas lembrem-se, só podemos consertar o telhado com o tempo bom.

Abraço.

Mauro Marceio de Lima e Silva
Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência

Internet

ABIN - Agência Brasile... Documentos - Microsoft... Documentos - Microsoft... 17/31

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, de ofício me inscrevo para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Marco Maciel.

S. Ex^a terá dez minutos e mais cinco de tolerância para seu pronunciamento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna com muita amargura no coração.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a foi Vice-Presidente da República, exerceu com dignidade, por várias vezes, o cargo de Presidente e sabe o que representa para a Nação o respeito ao cargo.

Ontem, fiquei um pouco surpreso e entristecido ao ver, no programa da TV Globo de domingo, que comenta vários assuntos da semana, uma entrevista do Presidente Lula feita em Paris. Isso me lembrou Marta Suplicy, que sempre gostou de estar em Paris em suas horas de dificuldade, mas o que me preocupou bastante é que a Globo fez questão de dizer, com muita clareza, que não interferiu nos questionamentos feitos ao Presidente e que os direitos de exibição da matéria foram comprados.

Pergunto-me, como brasileiro e não como Senador, Senador Marco Maciel: seria correto um Presidente, numa hora difícil como esta, dar explicação de algumas coisas que aconteceram no País, nesses últimos meses, por intermédio de uma TV francesa, que vende o seu produto para ser exibido aos brasileiros? Eu achei um pouco estranho.

Pode ser que eu esteja enganado na minha visão, um pouco voltada a um passado que traz a nossa mente a postura do Presidente Marco Maciel em várias ocasiões, quando dirigiu o País.

Uma das frases que o Presidente Lula disse trouxe-me preocupação, e a **Folha** a publicou, hoje, na primeira página: “O PT só fez o que é feito no Brasil sistematicamente”. Pelo amor de Deus, e a esperança que foi vendida de que o PT viria para modificar as coisas, dentro da ética, da dignidade, do respeito ao cidadão? A confusão que criaram é bem maior que aquela que enfrentamos num passado recente, Srs. Senadores.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está abordando um tema que, tenho certeza, deixou perplexos todos que assistiram ao Fantástico ontem. O Presidente, dias antes, ao lado do Presidente Chirac, disse que só iria falar dos problemas nacionais quando voltasse ao Brasil e que o Presidente da França sóalaria dos problemas daquele país após o encontro de ambos. Em seguida, o Presidente resolveu dar uma entrevista, na França, a respeito do Brasil, falando essas coisas que V. Ex^a citou. Primeiro, disse que o PT está fazendo o que era costumeiro, quer dizer, se estavam sendo feitas coisas erradas, então estaria justificado que se fizesse errado também. Depois, tentando desvincular-se e até humilhar, até certo ponto, os dirigentes do PT, disse que os bons estavam no Governo, nas Prefeituras ou como Deputados Federais, e os que estavam lá, realmente, não tinham condições de dirigir o Partido. Ele foi muito infeliz. Primeiro, porque até se contradisse: se o Presidente falou que sóalaria sobre o Brasil quando voltasse ao País, ele mentiu. Na sua entrevista, comentou que o ruim é quando se fala a primeira mentira, porque, depois, é necessário que se minta por toda a vida para justificá-la. Assim, quero registrar, também, a minha perplexidade diante da entrevista e da forma como foi feita.

O SR ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador. V. Ex^a acompanhou a entrevista e deve estar amargurado como eu. Não estou indignado, porque a indignação ocorre devido ao que está acontecendo. A postura do Presidente, inclusive, desconsidera por completo o exercício da Presidência do Genóio. Então, tudo que se diz a respeito do seu comportamento e de que assinou sem saber não é verdade, porque ele era um mau administrador, segundo o Presidente Lula, e destruiu o Partido no calor da vontade de vencer a qualquer preço, comprando, vendendo, fazendo tudo o que pudesse trazer benefício para as eleições, realizadas em vários Municípios e Estados, para Deputados e outros membros dos Poderes que administram o País. Isso foi dito, não sou eu quem está inventando. Tudo está escrito aqui.

O Ministro da Educação, Tarso Genro, disse que o PT, hoje, está a nu devido à sua administração e que vai fazer uma auditoria interna. Diz sua filha que ele comprou uma massa falida. Se o Partido está nu, não posso falar que Lula é a cueca, porque eu poderia ser mal interpretado, já que cueca lembra uma história meio confusa, mas eu diria que querem usar o Presidente como sunga para encobrir as partes pudendas que o PT exibiu, usando a qualificação de homem de bem que a população, nas últimas pesquisas, ainda lhe deu. Não é justo e correto que se faça isso, nem que o Lula se preste a tanto.

V. Ex^a sabe das amarguras por que tem passado seu Estado. Vejo-o quase que diariamente, na tribuna, à

beira das lágrimas, pedindo uma minguada ajuda para melhorar o seu Estado. Sem receber resposta, mesmo no período em que seu Partido fez parte da base de sustentação do Governo, sempre votando com a consciência tranqüila. Hoje, vi V. Ex^a revoltado na sua cadeira, por razões que todos também sentimos: a falta de compreensão, de sinalização e de simpatia no atendimento daqueles que realmente representam o seu povo neste Congresso.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a comenta, com oportunidade, a entrevista veiculada ontem à noite pelo Presidente Lula. Concordo com V. Ex^a na crítica ao fato de o Presidente Lula haver adotado a postura de conceder entrevista na França, em Paris, e não fazê-lo em nosso País. Sempre tenho presente que os problemas do nosso País devem ser discutidos aqui. Recordo-me de um fato muito significativo de nossa história. Em pleno AI-5, uma delegação parlamentar foi a uma reunião da UPI em Londres. Dentre os membros da delegação, estava o Secretário-Geral do então MDB, Tales Ramalho. Durante o conclave, ele foi instado por jornalistas a falar sobre o Brasil, inclusive criticar o governo militar que dirigia a Nação. Ele fez questão de dizer: “Sou contra essa conduta. Sou oposição no Brasil, o meu partido é de oposição, mas não farei nenhum comentário aqui fora, porque os problemas do Brasil devem ser resolvidos em nosso País. Lá é o fórum, é o lócus, é o lugar adequado para que essas questões sejam discutidas e debatidas”. Daí por que eu gostaria de, já nessa preliminar, dizer a V. Ex^a que concordo inteiramente. Senti que foi algo que chamou a atenção de toda a sociedade no dia de hoje. Há muitas pessoas comentando e se surpreendendo, como, aliás, lembrou o Senador Mozarildo Cavalcanti, com o fato de o Presidente ter-se valido, durante visita à França, para comentar problemas internos nossos. Espero, mais do que espero, desejo e até apelo para que Sua Excelência, na próxima oportunidade, ao falar, prefira fazê-lo com a imprensa brasileira, porque considero, como V. Ex^a diz com muita propriedade, que aqui é o lugar para discutir os nossos problemas. Não quero me alongar no aparte, sei que o tempo de V. Ex^a já está para se encerrar, e penso até que a Mesa pode ser um pouco tolerante pela significação da questão de que V. Ex^a trata, mas quero dizer que concordo com a observação que faz V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a é um exemplo de conduta nessa área de Executivo.

Mas o pior de tudo, Senador Mozarildo, é o aspecto. É certo que a repórter é uma brasileira que mora na França, mas é **freelancer**. Portanto, foi uma matéria que ela fez para ser vendida.

Não acredito – como o Presidente Lula diz que, às vezes, não sabe de nada – que Sua Excelência desconhecesse a qualificação da repórter. E a Globo, inteligentemente, foi lá e comprou os direitos autorais de projeção de imagem, porque a imagem do Presidente Lula também necessita de autorização para ser exibida. E não deve ter cobrado, o que seria o fim da picada. Mas a jornalista teve o zelo de vender a sua matéria. Portanto, quantas redes de televisão ficaram amarguradas e postergadas em razão de não terem oportunidade de ouvir o Presidente criticar o seu partido em público e internacionalmente.

Sei que amanhã vamos ouvir os membros do Governo, Sílvio Pereira e Delúbio Soares, que eram as pessoas mais fortes do Governo e escalavam aqueles que iam servir o Governo, e mesmo antes da assunção do Presidente Lula. Eram escolhidos, gerenciados, e acredito eu que o Ministro José Dirceu passava para o Ministro a indicação e S. Ex^a determinava a nomeação. Não tem outra explicação, a coisa é muita clara nisso. Então, o que aconteceu, no meu ponto de vista e posso estar errado, mas, se eu fosse analisar como policial, perguntar-me-ia: por que todas essas pessoas foram afastadas do Palácio se lá despachavam? Para a investigação não entrar porta adentro do Palácio. Então, policialmente acho que o mais interessante foi afastá-las, porque tira o vínculo, o cordão umbilical que poderia e deve levar, talvez, por outros fatos, a investigação ao Palácio.

Todos nós estamos lutando para preservar o Presidente Lula, porque seria algo bastante amargo para o País mais uma situação que passamos durante o Governo do Presidente Collor.

Portanto, penso que o Governo tem que se acautelar. Ele não pode raciocinar em termos de Presidente de Sindicato. Ele hoje é o Presidente da República e como tal tem que se comportar.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

S. Ex^a terá dez minutos com mais cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para me referir a projeto de lei que apresentei, em 1989 – há, portanto, 16 anos –, relativo à regulamentação da atividade do **lobby**.

Esse projeto foi aprovado pelo Senado Federal no dia 12 de dezembro de 1990 e, como sói acontecer, já que praticamos no Brasil o sistema bicameral,

a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados. E lá se encontra sem manifestação final.

Como sabem V. Ex^{as}, **lobby** é uma expressão inglesa, um substantivo que quer dizer antecâmara, sala de espera e até freqüentemente usada em hotéis. Houve até quem dissesse que talvez a origem da palavra **lobby** como conseqüência do trabalho feito por pessoas interessadas na aprovação de projetos, junto a congressistas e Presidentes da República nos Estados Unidos, em Washington. Elas ficavam no **lobby** até a hora em que os congressistas ou mesmo o Presidente da República pudessem atendê-las. Dizem que a origem do **lobby** foi justamente esse trabalho que pessoas interessadas na aprovação de projetos ou em decisões de governo que lhe fossem favoráveis faziam para tentar comover ou obter o apoio da autoridade a que se dirigia.

Aliás, eu diria que a atividade de **lobby** é antiga. Um grande jurista pernambucano, Nehemias Gueiros, que também foi um grande internacionalista, numa conferência feita no Conselho Federal da OAB, em 1958, fez uma afirmação que me parece procedente. Ele disse que o **lobby** nasceu praticamente com a instituição parlamentar. Na medida em que existem projetos em debate, em discussão, é natural que apareçam pessoas interessadas na aprovação ou rejeição de uma determinada matéria, ou até na modificação em proposição que esteja em discussão.

Às vezes, o **lobby** se faz de forma ostensiva, quando a pessoa se apresenta e se identifica. E muitos deles são desenvolvidos de forma disfarçada, isto é, aquele lobbismo que não se identifica, que não se sabe, como se diz no Brasil, com quem se está falando, daí por que essa é uma atividade que precisa ser regulada, como o foi nos Estados Unidos.

Aliás, li recentemente um livro do Professor João Bosco Lodi, que observa que, nos Estados Unidos, a regulamentação da matéria foi feita há muito tempo e que recentemente o Congresso americano aprovou uma quarta lei sobre **lobby**. É uma lei que, inclusive, regula o **lobby** feito por governo estrangeiro junto ao Congresso norte-americano. Como os Estados Unidos são uma nação muito forte econômica e militarmente, é natural que governos estrangeiros tenham interesse na aprovação de certas matérias; assim, o Congresso americano resolveu fazer uma lei para esse tipo de **lobby**.

Se olharmos a origem da regulamentação, verificaremos que o **lobby** nos Estados Unidos teve sua regulamentação já nos fins do século XIX, em dois estados: Massachussets, terra de Kennedy – de modo especial, ocorreu em 1890 –, e Wisconsin, em 1899. Em 1946, portanto já no século XX, foi aprovado o **Federal Regulation of Lobbying Act**, que regulou, de forma mais geral,

a matéria. Não podemos deixar de fazer o mesmo aqui no Brasil. Sabemos que o **lobby** existe e que devemos regulamentá-lo, dar-lhe uma disciplina legal.

Creio que o **lobby** é uma realidade. Existe, sobretudo, junto às instituições representativas, às Assembleias dos Estados, às Câmaras Municipais, ao Congresso Nacional, quer Câmara dos Deputados, quer Senado Federal. Também é feito no Executivo e no Judiciário, talvez em menor escala. Daí por que tomei a iniciativa de apresentar um projeto que busca disciplinar a atividade, estabelecendo, inclusive, a obrigatoriedade de identificação das empresas, dos seus titulares, com prestação de contas à Receita Federal, para que removamos a face oculta do “lobbismo”.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, o pronunciamento que V. Ex^a faz, referindo-se, inclusive, a um projeto já apresentado, é muito conveniente para o momento que vivemos. No Brasil, há realmente essa mania de não se regulamentarem certas realidades, certas práticas, ou de se desconhecem outras que são necessárias, ensejando-se que as coisas sejam feitas de maneira atravessada, ilegalmente e, portanto, às escondidas. Penso que a regulamentação do **lobby** é um dos pontos importantes da vida pública no País. V. Ex^a disse que o **lobby** se exerce de maneira clara mesmo. Vimos recentemente, na votação da Lei de Biossegurança, que havia um **lobby** forte dos vários lados interessados, que procuraram os Senadores – estou falando apenas do Senado – de forma muito contundente. Em outros assuntos mais delicados, digamos assim, ele também existe. Pior ainda é o **lobby** que se faz de alguns – sabemos – escritórios em Brasília, para se intermediar, por exemplo, a liberação de recursos públicos para Prefeituras e Estados. Isso não está regulamentado, mas precisa ser, assim como outros assuntos. Por exemplo, proíbe-se a existência de cassinos e jogos de bingo, não se regulamenta a matéria, fica-se nessa brincadeira de não se permitir e permitir, e eles continuam existindo. Nos grandes países, como V. Ex^a citou, existem o **lobby**, os cassinos, os jogos, que já estão regulamentados. O país ganha com isso. Então, cumprimento V. Ex^a, que dá uma aula sobre essa matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço o substancioso aparte de V. Ex^a e também a referência elogiosa que faz ao projeto que apresentei.

Desejo aproveitar a ocasião, para ferir o tema que foi objeto de seu aparte. O instante é muito bom, para que aprovemos a disciplina do **lobby** em nosso País,

porque, na medida em que o “lobbismo” esteja regulamentado, evitaremos, como tenho insistido, o lado obscuro e irregular da atividade; criaremos condições para que essa ação se processe sobretudo no Poder Legislativo, mas também no Poder Executivo e por que não dizer – no Poder Judiciário, faça-se sob o império da lei. Dessa forma, melhoraremos o funcionamento das instituições públicas brasileiras.

Essa é uma matéria que poderia ser incluída no bojo das chamadas reformas políticas, pela significação que teria para o bom funcionamento da instituição congressual e – friso mais uma vez – do Poder Executivo – abrangendo os Ministérios – e do Poder Judiciário. Como lei, também poderia ser objeto de igual tratamento no plano dos Estados e Municípios. Já que praticamos, no Brasil, o federalismo desde a Constituição Federal de 1891, é fundamental que essa proposição, uma vez aprovada, seja também objeto de consideração das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, para que possamos fazer com que o **lobby** funcione como uma instituição que, de fato, leve ao Poder Legislativo, aos Poderes da República, dos Estados e dos Municípios as demandas da sociedade e que evitemos o chamado lado obscuro, ilícito, muitas vezes, da atividade lobista.

Em complementação ao aparte que me fez o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, diria que, de alguma maneira, o “lobbismo” não deixa de ser um tipo de democracia participativa. No Brasil, há a democracia representativa que se faz por meio dos órgãos do Poder Legislativo, mas sabemos que é possível conciliar hoje essa prática com a da democracia participativa. A Constituição Federal de 1988, a meu ver, inovou, quando estabeleceu, no parágrafo único do art. 1º que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. No art. 14, a participação do povo pode ocorrer também por meio da iniciativa popular, do plebiscito e do referendo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Enfim, essas práticas não deixam de ser uma forma de democracia participativa, que se concilia com a democracia representativa.

É bom frisar que se deve exigir que as instituições façam o **lobby** sob o império da lei, resguardando-se, portanto, o interesse público. Eu gostaria de lembrar que, quando fui Presidente da Câmara, entre 1977 e 1979, começamos a estabelecer o registro das instituições que deveriam se habilitar para que pudessem freqüentar a Casa, as comissões, inclusive também, de alguma forma, atuar junto ao plenário. Mas isso, por si só, é insuficiente. Daí por que, posteriormente, já no Senado, apresentei esse projeto em 1989, que busca regulamentar o **lobby**

por meio de um projeto de lei, porque dessa forma obrigamos não somente a empresa a prestar contas ao Congresso, mas também à própria Receita Federal.

Damos assim, conseqüentemente, um passo muito importante para ampliar a fiscalização sobre atividade lobista.

Mas, Sr. Presidente, sem querer me alongar gostaria então de dizer que a razão da minha presença hoje é justamente para cobrar que a Câmara dos Deputados se manifeste sobre o assunto. No dia de 2 de agosto próximo vamos completar dezesseis anos da apresentação do projeto, quinze anos praticamente da sua aprovação pelo Senado, e Câmara até o presente momento não se manifestou. É certo se poderá dizer que a Câmara convive com muitos problemas e é uma casa muito numerosa. Mas, de toda maneira, eu não gostaria de deixar de fazer um apelo à Mesa da Câmara dos Deputados e por que não dizer às lideranças dos partidos políticos para que cogitem de apreciar o referido projeto. Acredito que com aprovação dele estaremos dando uma contribuição muito grande ao aprimoramento dos costumes políticos brasileiros.

Ao contrário do que muita gente pensa, o **lobby** não pode ser confundido com atividade de relações públicas nem tampouco com atividade da imprensa, que são coisas totalmente diferentes. O tipo de atuação é rigorosamente diferente e daí por que merece um tratamento específico, a exemplo do que já fizeram outros países do mundo – que eu poderia mencionar vários exemplos – de modo particular os Estados Unidos. Cito os Estados Unidos porque o país dispõe de uma estrutura governamental muito semelhante à nossa, isto é, lá também é uma república federativa, presidencialista e bicameral. Então, acho que a legislação americana, de alguma forma, é uma boa conselheira para que busquemos regulamentar o **lobby** e fazê-lo, conseqüentemente, uma atividade que possa contribuir, como disse, para melhorar as instituições públicas brasileiras e eliminar condutas ilícitas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a. Gostaria de pedir que, se possível, fosse transcrito artigo que escrevi, quando Vice-Presidente da República, sobre a questão do **lobby**. É um texto pequeno e desejo seja incorporado ao discurso que acabo de proferir.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lobby e regulamentação

Marco Maciel*

Um dos temas mais relevantes da agenda política contemporânea é o da democracia participativa. Trata-se de um conceito cunhado para distinguir os procedimentos eleitorais da investidura do poder e das decisões políticas dos governos democráticos. Em outras palavras, não basta que o poder político seja democraticamente investido. Ele tem de ser, também, democraticamente exercido.

A participação política significa a possibilidade de permitir que todos os atores do processo político, a começar pelo que se convencionou chamar de sociedade civil, tomem parte nas decisões relevantes que lhes dizem respeito e que diretamente lhes afetam.

A atuação dos chamados grupos de interesse no processo político é um capítulo relevante da democracia participativa.

Como se sabe, quanto mais amplos e legítimos os interesses sociais defendidos por essas entidades, mais participativo se torna o processo decisório no âmbito da política. Convém frisar a expressão “interesses legítimos”, porque o mecanismo da defesa de interesses ilegítimos, obviamente, não opera por essa mesma via, nem torna visível a sua atuação.

Como no Brasil não existe legislação a respeito, a prática de interesses que são ilegítimos terminou confundida com a dos interesses legítimos. Isso se deve, sobretudo, à circunstância de que a palavra de origem inglesa lobby sofreu no País uma conotação pejorativa, muito embora haja uma distinção entre grupos de interesse, não formalizados, grupos de pressão, que são formalizados, e em geral defendem interesses corporativos, e lobbies, que exercem essa mesma atividade profissionalmente. Resultado: terminamos satanizando a participação, mesmo se legítima, e santificando a manifestação, mesmo que ilegítima.

Foi para suprir essa lacuna da legislação brasileira que apresentei, em meados da década de 80, projeto de lei regulamentando o exercício dessa atividade. O projeto já foi aprovado no Senado e se encontra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Reconheço haver um entendimento pelo qual alguns vêem em iniciativas dessa natureza o risco da contaminação se dar em sentido inverso do que atualmente ocorre, isto é, que a defesa de interesses autênticos termine legitimando a defesa dos que são ilegítimos. Os que pensam dessa maneira obviamente esquecem que a regulamentação visa, exatamente, dar transparência ao sistema de participação nas decisões.

Hoje, quando um parlamentar recebe um lobista, não sabe se é um representante de uma entidade ou instituição legal ou se representa interesses escusos. Pretender, de antemão, santificar alguns interesses e satanizar outros constitui evidente discriminação.

O primeiro resultado da regulamentação será a possibilidade de identificar a natureza de tais interesses. Aqueles que forem legítimos não terão por que não se registrar, especificando, inclusive, os recursos que os financiam e os meios de que dispõem para a defesa dos interesses que representam. Os que forem ilegítimos se afastarão imediatamente desse circuito legal, operando clandestinamente, porque não terão a possibilidade de colocar permanentemente sob a ótica da fiscalização pública a investigação dos seus recursos e processos.

Ousaria mesmo dizer mais: a regulamentação da defesa desses grupos é uma etapa necessária e indispensável à modernização das relações das instituições públicas com a sociedade.

Se dermos racionalidade a esse debate e não o encararmos de forma emocional e suspeita, não só estaremos fortalecendo os mecanismos democráticos de participação das decisões de governo, como, ao mesmo tempo, daremos mais transparência às relações entre o governo e a sociedade e o que é mais importante contribuiremos decisiva e não retoricamente para conferir efetividade à democracia decisional, que todos aplaudem, mas em favor da qual poucos atuam.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Marco Maciel, V. Ex^a encaminhará a matéria à Mesa, para ser atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Papaléo Paes, por cinco minutos e mais alguns se precisar.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o dia em que foi divulgado pela Rede Globo de Televisão que um alto funcionário dos Correios recebeu o valor de R\$3 mil, configurando propina, outros fatos de corrupção vêm sendo evidenciados pelos meios de comunicação no Brasil.

Sabemos que a corrupção é um fator que, por muitos anos, vem sendo discutido, analisado e, sobretudo, repudiado pela sociedade. Por certo, não há mecanismos eficientes que impeçam, em curto prazo, a ação dos promotores da corrupção, conhecidos como corruptos, palavra que deixa a todos indignados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando me refiro a mecanismos eficientes, quero dizer que a legislação brasileira e as ações do poder de polícia são extremamente falhas, com diversos meios de procrastinação e com grande possibilidade de interferência política a troco de vantagens outras.

Pelo que se ouve e se sabe, a corrupção no País encontra-se nos diversos entes federados, seja em nível municipal, estadual ou federal, e isso, sem dúvida alguma, impede que o desenvolvimento, tão almejado por todos, fique a passos lentíssimos, causando danos muitas vezes irreparáveis.

Sr. Presidente, o povo brasileiro, a bem da verdade, é descrente quando vê que o poder público tenta investigar e punir, como consequência dessa investigação. Isso porque entende que somente os pequenos, ou seja, os pobres, é que vão para a cadeia. Os grandes e os ricos sempre encontram mecanismos para ficar fora das grades, o que é simplesmente lamentável. E o pior é quando as investigações acabam, como se diz popularmente, em pizza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as entrevistas concedidas à Rede Globo de Televisão pelos Srs. Marcos Valério e Delúbio Soares, sem dúvida alguma, promovem em todos nós uma análise que, a bem da verdade, ratifica o entendimento de que os partidos políticos – e, neste particular, o Partido dos Trabalhadores – são os primeiros a descumprir a legislação

eleitoral e, o que é pior, a enfraquecer a democracia tão almejada por todos nós.

Mas, Sr. Presidente, o Sr. Marcos Valério, de uma forma dissimulada, veio à CPI não só omitir, mas, sobretudo, mentir, num total desrespeito à Instituição e ao povo que espera ver punidos os culpados por todos esses fatos. Quando me referi a mecanismos, logo podemos verificar que o Sr. Marcos Valério veio protegido por uma decisão preventiva, que lhe protegeria de ser preso. Entendeu ele também que lhe era permitido mentir e omitir.

O Partido dos Trabalhadores, o PT, tem o dever ético e moral de punir pela exclusão todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, macularam a sua história, os seus discursos, a sua ideologia preconizada e a boa-fé de todos os seus militantes. Isso é o mínimo que deve ser feito.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também concedeu uma entrevista em caráter de exclusividade, foi bem claro ao dizer que o seu Partido deve tomar decisões que, por certo, desagradarão a alguns e que, necessárias e urgentes, essas devem ser tomadas.

Como representante de um Estado Federado, quero aproveitar o contexto para dizer que as denúncias de corrupção, de malversação, temos ouvido e lido por alguns anos também no Estado do Amapá, mas que ficam tão-somente em nível de imprensa, e nada é apurado, e muito menos alguém é punido. Portanto, a descrença, lá no meu Estado, é grande por parte da população. Isso precisa mudar.

Termino o meu pronunciamento pedindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a todos os seus assessores diretos, bem como aos órgãos que têm poder de investigação, em particular as CPIs ora em funcionamento no Congresso Nacional, que contribuam, incansavelmente, para que todas essas denúncias fiquem devidamente esclarecidas e que, não importando quem sejam, venham a ser responsabilizados pelos seus atos, a fim de que o País volte à sua normalidade política, fortalecido e respeitado por todos.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se eu pudesse acrescentar alguma coisa ao seu discurso, tão equilibrado, tão brilhante e competente, Senador Papaléo Paes, diria que é o apelo para que este Governo e seu principal Partido, o PT, parem com o festival de inverdades, com o festival de mentiras. Cada vez acrescentando uma nova mentira ao acervo, afundam mais o poço em que se enfia a credibilidade do próprio Governo. Tentar separar Lula de PT é impossível, tentar jogar o PT às feras, fingindo que Lula não é PT, também. E só a verdade – repito agora ao nobre Deputado Paulo Delgado, do PT de Minas, pela milésima

vez –, só a verdade poderia, quem sabe ainda poderá, salvar Lula e o PT. Essa nova operação, que imita a Operação Uruguai, e que os jornais batizaram, muito inteligentemente, como Operação Paraguai, porque falsifica a Operação Uruguai, essa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...ao contrário de desmontar a tese de que há dinheiro público no meio, corroborou claramente a idéia de que havia o mensalão e o mesadão, como disse a revista **Veja**. Portanto, a apuração de tudo até o final é a única saída digna para este Governo. Os almirantes holandeses, quando seus navios afundavam, diziam orgulhosamente que o mar é o único túmulo digno para um almirante batavo. E aqui eu diria que, para um governo em incêndios, talvez a única saída digna seja, de fato, abrirem a caixa-preta de tanta indecorosidade e imoralidade, a começar por todos aqueles – o Sr. Valério deve falar, o Sr. Delúbio deve falar, todos devem falar –, porque a Nação está indignada com o que está vendo. E o que ela está vendo não edifica os passos civilizatórios que a nossa sociedade precisa alcançar. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, agradeço sua participação, porque, realmente, a população brasileira está esperando por essas apurações.

Além de a população desacreditar nesse processo todo que está correndo por aí, no sentido de que levará a uma punição, ontem, a população brasileira ficou desolada ao ouvir o Senhor Presidente da República dizer que o PT está fazendo a mesma coisa que os outros partidos fazem. Mas foi a mensagem do PT que elegeu o Senhor Presidente da República, uma mensagem de que era um partido diferente, que não estava contaminado pelas más ações que outros partidos cometeriam. Então, isso nos desola, causa-nos desesperança e descrença.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Enfim, o povo brasileiro está atrás de crença, de credibilidade, de uma luz no fim do túnel, para que possamos resgatar para essa mesma população um horizonte onde essa população venha a se amparar, no sentido de que tenhamos dias melhores. E esses dias melhores levam-nos a dizer que desejamos ter um País sério, onde a corrupção seja olhada como corrupção, como um ato falho dessa parte da sociedade que deve ser punido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

O Senador Alberto Silva abre mão para V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, e falará posteriormente.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por dez minutos. Em seguida, ao Senador Alberto Silva.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes entrar no assunto que me traz a esta tribuna hoje, reitero o que disse em aparte ao Senador Romeu Tuma: realmente, minha perplexidade, diria até a minha tristeza, em assistir ontem à entrevista do Presidente Lula, lá da França, falando sobre a crise no Brasil.

Além do aspecto de ter concedido uma entrevista de maneira exclusiva, segundo consta, a uma repórter *freelancer* que vendeu essa entrevista à TV Globo, há o fato de, dias antes, o Presidente ter dito, ao lado do Presidente Jacques Chirac que sóalaria dessa crise aqui no Brasil. E, na entrevista que concedeu, disse que o que interessa é a verdade, e o ruim de se mentir a primeira vez é ter de ficar mentindo o resto da vida para justificar a primeira mentira. Ora, então pergunto: quando o Presidente estava falando a verdade? Quando, ao lado do Presidente Chirac, disse que iria falar sobre a crise aqui no Brasil ou, depois, na entrevista que concedeu com exclusividade – pelo que se pôde perceber, ao lado de algum castelo na França?

Na verdade, o que foi dito é de estarrecer. O Presidente parece dizer que, após as eleições, quando ele saiu do Partido e quando saíram alguns figurões que vieram a ser prefeitos, governadores, deputados estaduais, vereadores e senadores, o PT ficou sem pessoas com capacidade de tocar o Partido e que, por isso, ficou fragilizado. Portanto, essas coisas teriam acontecido em razão disso.

Realmente, é espetacular vermos como o Presidente, agora, quer desvincular-se do PT. Ora, se o Presidente se elegeu exatamente por ser PT, vendendo uma mensagem de mudança, de esperança, de transformar os hábitos políticos e de combater a corrupção, agora ele não é mais PT? Então, o que ele é?

Fico realmente consternado com isso e registro esse meu desalento.

Sr. Presidente, no fundo, o que me traz a esta tribuna hoje – e gostaria de tê-lo feito na sexta-feira – é registrar aqui o Dia do Comerciante, transcorrido no dia 16. Foi um sábado e, portanto, não havia reunião do Senado. Quero especialmente homenagear a classe dos comerciantes do meu Estado, Roraima.

Os comerciantes de Roraima comemoraram a data no dia 16. A data foi marcada em Roraima por solenidade alusiva. A Associação Comercial rendeu homenagens ao sócio-fundador e patrono do comércio, o empresário Said Salomão, que completou 90 anos de idade justamente no Dia do Comerciante.

O Sr. Said Salomão foi um pioneiro, que chegou a Roraima com apenas 14 anos de idade, vindo da Síria, e foi o maior investidor do Território na época.

O comércio cresceu com a população, desde a década de 40, e a mudança político-administrativa do então Território Federal do Rio Branco trouxe a necessidade de uma organização. O mercado sofria algumas dificuldades, mas a classe empresarial precisava acompanhar as metas de desenvolvimento da nova administração.

A solução foi instalar um órgão que representasse e coordenasse as atividades no âmbito empresarial com a fiscalização dos deveres e o respaldo da defesa dos direitos. Após várias reuniões e planejamento, 34 empresários do Território criaram, em 1944, a Associação Comercial do Rio Branco (ACR) [naquela época, éramos Território Federal do Rio Branco].

Com 61 anos de fundação, a Associação colabora com os poderes públicos dentro das finalidades institucionais, inclusive os de órgão técnico-consultivo, defende os interesses da classe e estuda os problemas sócio-econômicos propondo as medidas de interesse para o desenvolvimento regional.

Também promove, estimula e participa de iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviço, pugna pelo crescimento da mentalidade empresarial, estimula o espírito associativo e ampara, dentro das condições possíveis, os associados que sofrem medidas arbitrárias.

Segundo o presidente da ACIR, Derval Furtado, a atuação da entidade é relevante no âmbito de atividades e campos administrativos, sociais e políticos como órgão vigilante que policia, sugere e defende, não só em relação aos interesses comerciais, mas também ao bem-estar social do Estado e da nação. Antes da criação do Estado e, portanto, da criação da Assembléia Legislativa, a Associação Comercial e Industrial de Roraima foi fórum de debates de grandes causas sociais e político-administrativas, como a transformação do Território em Estado, a construção da BR-174, a adequação do sistema energético e a definição da questão fundiária pelo Governo Federal. Para ele, a busca pela definição fundiária visa a evolução sócio-econômica e a alertar o Estado e a Nação sobre as influências negativas das constantes intromissões de estrangeiros em assuntos internos da região e dos demais Estados, em prejuízo do desenvolvimento e em flagrante agressão à soberania nacional.

Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que fizessem parte do meu pronunciamento os seguintes documentos: esta publicação sobre o Dia do Comerciante em Roraima; esta publicação do jornal **Folha de Boa Vista**, que faz um perfil do Sr. Said Samou Salomão,

que, repito, foi um dos pioneiros do comércio de Roraima, um dos maiores investidores do Estado que ainda é um homem lúcido e que está atento às mudanças que o Estado vem sofrendo; e, por fim, documento que recebi da Facir, assinado por seu presidente e por seu segundo secretário, que faz referência ao transcurso do Dia do Comerciante e, inclusive, ao fato de meu pai, nos anos de 1946 a 1948, também haver presidido aquela associação.

Com muito prazer faço este registro e cumprimento todos os comerciantes do meu Estado na figura do presidente de sua Associação Comercial, Derval Furtado, e dos membros de sua diretoria, desejando que essa instituição continue a ser atuante não só na defesa dos direitos de seus associados e na fiscalização da atividade comercial, mas principalmente na defesa dos interesses

maiores do nosso Estado, na defesa dos interesses da população, do consumidor. Isso ela vem fazendo. Sou testemunha do quanto a nossa Associação Comercial e, hoje, a Facir, têm trabalhado nesse sentido ao lado das outras instituições vivas do Estado – com certeza, serão responsáveis pela grande mudança pela qual o Estado precisa passar para se consolidar e se tornar um Estado em que as pessoas possam, a cada dia, viver melhor.

Termino requerendo a transcrição dos documentos aos quais me referi.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIA DO COMERCIANTE: ACIR vai homenagear Saíd Salomão

Os comerciantes locais comemoram a passagem do seu dia no próximo sábado - 16. A data será marcada em Roraima por solenidade alusiva. A Associação Comercial renderá homenagens ao sócio-fundador e patrono do comércio, o empresário Saíd Salomão. Ele completa 90 anos de idade no Dia do Comerciante.

Em Roraima, o comércio cresce com a população, desde a década de 40. A mudança político-administrativa no território federal do Rio Branco trouxe a necessidade de organização. O mercado era viciado, mas a classe empresarial precisava acompanhar as metas de desenvolvimento da nova administração.

A solução foi instalar um órgão que representasse e coordenasse as atividades no âmbito empresarial com a fiscalização dos deveres e o respaldo de defesa dos direitos. Após várias reuniões e planejamento, 34 empresários do território criaram em 1944 a Associação Comercial do Rio Branco (ACR).

Com 61 anos de fundação, a Associação colabora com os poderes públicos dentro das finalidades institucionais, inclusive os de órgão técnico consultivo, defende os interesses da classe e estuda os problemas sócio-econômicos, propondo as medidas de interesse para o desenvolvimento regional.

Também promove, estimula e participa de iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviço, pugna pelo crescimento da mentalidade empresarial, estimula o espírito associativo e ampara, dentro das condições possíveis, os associados que sofrem medidas arbitrárias.

FÓRUM DE DEBATES

Segundo o presidente da ACIR, Derval Furtado, a atuação da entidade é relevante no âmbito de atividades e campos administrativos, sociais e políticos, como órgão vigilante que polícia, sugere e defende, não só em relação aos interesses comerciais, mas também ao bem-estar social do Estado e a nação.

"Antes da criação do Estado e a Assembléia, a ACIR foi fórum de debates em grandes causas sociais e político-administrativas, como a transformação do território, construção da BR-174, adequação do sistema energético e a definição da questão fundiária, pelo Governo Federal", afirmou.

Para ele, a busca pela definição fundiária visa a evolução sócio-econômica e alertar o Estado e a nação sobre as influências negativas decorrentes da constante intromissão de estrangeiros em assuntos internos da região e de mais Estados, em prejuízo do desenvolvimento e a agressão flagrante à soberania nacional.

Said Samou, maior investidor do passado, completa 90 anos

O empresário Said Samou Salomão, um dos maiores investidores de Boa Vista no início do século passado, comemora os 115 anos da cidade às vésperas do seu próprio aniversário de 90 anos, no próximo dia 16.

Seu Said deixou o comando dos negócios para os filhos e netos. Ele também não dá mais expediente no Bazar das Novidades, fundado em 1934. Durante anos, a loja era referência de toda a população de Boa Vista e do Estado. Aí vendia-se de tudo, desde o prego para as construções até carros ou gasolina, tecidos, sapatos.

O empresário chegou em Boa Vista aos 14 anos, vindo da Síria, quando "ainda usava calças curtas", em suas palavras, para trabalhar no comércio dos tios. Cinco anos depois, abriu o próprio negócio. Casou com uma amazonense filha de sírios. Latife Abdala Salomão lhe deu cinco filhos. Somaram-se à família 12 netos e dois bisnetos. Desde o falecimento de dona Latife, ele mora com a filha mais velha, Sâmara Salomão Mene. Hoje seu nome batizou o palácio dedicado aos microempresários.

É com nostalgia que o empresário lembra dos primeiros anos em Boa Vista. "A doença não permite recordar com precisão todas as emoções, mas a maior de todas é poder ainda participar do comércio de Boa Vista", afirmou.

Ele conta que se sente muito feliz e realizado por ter participado dos primórdios da organização da cidade e do Estado e das suas principais atividades. "Cheguei a passar 45 dias entre Manaus [Amazonas] e Boa Vista para trazer mercadoria para a população", recordou.

Sobre a Boa Vista atual, disse que gosta do progresso, mas prefere a cidade de sua juventude, pelas lembranças e pelos desafios que teve que vencer. Seu Said foi um dos fundadores da Associação Comercial de Roraima (Acir), criada em 1944. No Dia do Comércio, 16 de julho, mesma data de seu aniversário, será homenageado pela instituição.



FACIR

"Nossa Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Boa Vista/RR, 16 de julho de 2005

CT/FACIR Nº 43/2005

Ao Exmº.
Senador Mozarildo Cavalcanti
SENADO FEDERAL

REF: Dia do Comerciante

Senhor Senador,

A FACIR - Sistema das Associações Comerciais e Industriais de Roraima, cumprimentado V.Exa. vem expor com grande honra, o trabalho e o esforço do Senador Mozarildo em prol do desenvolvimento do nosso estado, seqüência viva dos propósitos deixados pelo Ilustre e saudoso Presidente desta Casa, Mozart Cavalcanti.

A reflexão que a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Roraima faz no Dia do Comerciante é que, o legado deixado pelos seus ex-presidentes, com destaque o Presidente Mozart, nos traz força para que os comerciantes de Roraima se mantenham firmes no propósito de gerar riqueza, empregos e desenvolver economicamente nossa região.

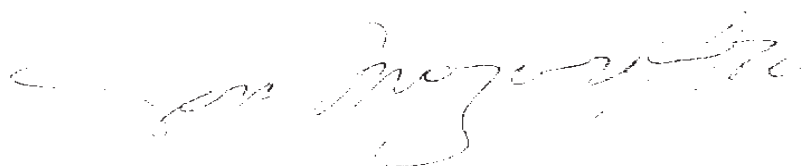
Senador Mozarildo Cavalcanti, a diretoria que governou a ACIR no período de 1946 a 1948 presidida pelo Presidente Mozart, nos deixou historicamente, trabalhos que podemos nos orgulhar, pois naqueles tempos de reais entraves, homens de bem dedicaram grandes esforços para preparar no futuro, a força do associativismo difundido em todos os cantos do planeta na era moderna, definindo assim, a visão de grande estrategista na defesa do comércio da nossa terra.

Senhor Senador, finalizando, muito nos honra por dever de gratidão, agradecer ao saudoso Presidente Mozart Cavalcanti neste Dia do Comerciante.

Atenciosamente,

Fco. Derval da Rocha Furtado
Presidente

Wellington L. Castro
Dir. 2º Secretário



Boa Vista/RR, 16 de julho de 2005

CT/FACIR Nº 43/2005

Ao Exm^o.
Senador Mozarildo Cavalcanti
SENADO FEDERAL

REF: Dia do Comerciante

Senhor Senador,

A FACIR – Sistema das Associações Comerciais e Industriais de Roraima, cumprimentado V.Exa. vem expor com grande honra, o trabalho e o esforço do Senador Mozarildo em prol do desenvolvimento do nosso estado, seqüência viva dos propósitos deixados pelo ilustre e saudoso Presidente desta Casa, Mozart Cavalcanti.

A reflexão que a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Roraima faz no Dia do Comerciante é que, o legado deixado pelos seus ex-presidentes, com destaque o Presidente Mozart, nos traz força para que os comerciantes de Roraima se mantenham firmes no propósito de gerar riqueza, empregos e desenvolver economicamente nossa região.

Senador Mozarildo Cavalcanti, a diretoria que governou a ACIR no período de 1946 a 1948 presidida pelo Presidente Mozart, nos deixou historicamente, trabalhos que podemos nos orgulhar, pois naqueles tempos de reais entraves, homens de bem dedicaram grandes esforços para preparar no futuro, a força do associativismo difundido em todos os cantos do planeta na era moderna, definindo assim, a visão de grande estrategista na defesa do comércio da nossa terra.

Senhor Senador, finalizando, muito nos honra por dever de gratidão, agradecer ao saudoso Presidente Mozart Cavalcanti neste Dia do Comerciante.

Atenciosamente,

Fco. Derval da Rocha Furtado
Presidente

Wellington L. Castro
Dir. 2º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Alberto Silva por dez minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta segunda-feira em que as comissões parlamentares de inquérito ainda não estão funcionando – o País inteiro está esperando para saber o que vai acontecer –, mudo um pouco o tom da conversar aqui em nosso Senado. Gostaria de trazer à consideração dos brasileiros e dos meus companheiros algo de que o Brasil não se está dando conta e que, no entanto, estamos cedendo aos outros povos: a cultura da soja.

Em nossa colonização não entrou a soja, mas o feijão, a farinha de mandioca, o arroz e outros – esses são os alimentos da nossa população carente. A soja não faz parte desse conjunto de alimentos. Porém, se pegarmos os livros de história, vamos chegar à conclusão de que a soja salvou milhares de gerações há dois, três, quatro mil anos.

Estamos vendendo quarenta milhões de toneladas de soja. Poderíamos, quem sabe, fazer um “Programa Nacional do Leite de Soja”. Por quê? Porque o Presidente Sarney, quando era Governador, fez um programa belíssimo, aliás, de uma profundidade da qual pouca gente se deu conta. À época, eu estava no Piauí – lembro-me bem, eu era Governador – e vi a efetividade daquele programa do leite, que atendeu as famílias carentes.

A minha proposta difere um pouco daquela implementada por José Sarney. O ex-Presidente comprava o leite e mandava distribuí-lo mediante uma espécie de tíquete. Minha proposta é mais ou menos assim, mas por que não extrair o leite da soja? É fácil.

A propósito, vamos lembrar que o Presidente Figueiredo deu um exemplo nacional. Falou-se na “vaca mecânica” e trouxeram um copo de leite para que ele experimentasse. Ele pegou aquele copo e, diante das câmeras, cuspiu e disse: “Este leite é horrível”. É claro que, de lá para cá, a tecnologia mudou: é simples, um choque térmico, que é uma das técnicas de hoje, e alguma coisa mais, e o leite não tem o gosto que se fala. Pelo contrário: é saboroso e, além disso, é duas vezes mais nutritivo do que o leite de vaca.

Preparei em casa e trouxe, porque sei que a TV Senado está no Brasil todo: este leite aqui é muito bom, não tem gosto ruim, não é preciso misturá-lo a

nada. Um quilo de soja dá oito litros deste leite. Se eu comprar um quilo de soja por um real, terei oito litros de leite por um real. É muito barato!

Vamos agora a uns números bem maiores. Vamos dar uma sugestão ao Presidente Lula: vamos criar um programa do leite que atenda milhões de brasileiros. Suponhamos que eu apanhe, por exemplo, 300 mil toneladas de soja. Estamos exportando 40 milhões, e os povos asiáticos que compram o produto estão alimentando seus povos. Ninguém se iluda pensando que eles estão alimentando apenas frangos, porcos ou vacas leiteiras com soja: seguramente alimentam também a população carente. Da soja se tira o leite e a carne. Olhem aqui a carne de soja! Não é a que se encontra no supermercado não. Isto aqui é coisa muito melhor: fiz em casa, conheço a tecnologia adequada e usei pequenos aparelhos, mas isso pode ser feito industrialmente.

Vamos aos números porque o tempo é curto e eu quero é levantar a questão. Tendo-se em mente que cada quilo rende oito litros, trezentas mil toneladas de soja rendem 2,4 bilhões de litros de leite de soja. Além disso, pode-se obter outros produtos a partir do resíduo da extração do leite. Tomem como exemplo esses 300 gramas de soja que trouxe – descascada, tirei a casca e, tirando a casca, muda muito a figura. Existe maneira técnica de tirar facilmente a casca de soja. De 300 gramas de soja, tirei dois litros e 600 gramas de farinha. O resíduo podemos chamar de carne de soja.

Querem ver o que fiz com a carne de soja? Imaginem uma família com isto aqui: cem gramas é um pequeno bife deste aqui, é um hambúrguer. Há aqui quatro bifés, mas eu poderia ter feito seis – o resto eu trouxe para mostrar qual é o aspecto desse resíduo. De 300 gramas eu faço seis bifés para uma família e, além dos dois litros de leite de soja, posso apanhar o resto e fazer pão de soja para uma família de cinco pessoas: um copo pela manhã para as crianças que ainda não estão na escola, no pré-escolar – e que não tomam o café – e também para o menino de sete anos que vai para a escola, que, na maioria das vezes, sai em jejum de casa, sendo sua primeira refeição a merenda. Quem estiver me ouvindo, que conteste esses números, porque, no meu Estado, sei que é assim. Em várias famílias carentes, a primeira refeição que o menino tem é quando chega na escola, às 10 horas, pois saiu de casa em jejum.

No entanto, com esse programa, esse menino não sai em jejum, toma um copo de leite de soja e come

um pão de soja. E o que não está na escola? Esse tem a alimentação garantida; e a família, na hora do almoço, tem o hambúrguer. Um bife de 100 gramas de soja para uma pessoa alimenta mais do que um bife de 100 gramas de carne, pois é proteína pura. E isso pode ser constatado consultando os compêndios daqueles que estudam a soja e sabem que ela é um alimento extraordinário, tendo salvado gerações e gerações.

Essa seria a minha proposta. O Governo não gastaria dinheiro. Não vamos propor verb a, não vamos dar nada gratuitamente como o Fome Zero. E vamos ver por quê. Trezentas mil toneladas de soja. O Governo compra a tonelada a R\$800. Gastou, portanto, R\$240 milhões. Entrega, então, essa soja às usinas – naturalmente vai haver um programa, e elas vão se preparar para isso. As usinas, por sua vez, vão receber R\$100 por tonelada para extrair o leite e esse farelo que estou chamando de carne de soja. Cem reais por tonelada, seguramente as empresas vão querer.

O Governo, então, gastou R\$300 milhões mais R\$30 milhões, porque são 300 mil toneladas a R\$100. Ou seja, o gasto do Governo é de R\$330 milhões. Mas recebe 2,4 bilhões de litros de soja. Se o Governo vender o litro do leite de soja a R\$0,15, já vai obter R\$360 milhões com essa venda. Isso significa que ele recuperou o que gastou, pois vende – não dá – para a população carente, por intermédio das suas organizações, um litro de leite de soja a R\$0,15.

E quem pode pagar R\$0,15 por litro de leite? A família mais pobre pode comprar dois litros. Serão R\$0,30 por dia, o que dará R\$9 por mês. E esse bagaço que estou chamando de farelo da soja, o Governo daria de graça para as famílias fazerem esse hambúrguer que está aqui. Isso é bom demais!

Fiz em casa para mostrar que é possível. Por que o Brasil não faz? Vamos fazer o programa do leite de soja ao invés de exportar toda a nossa soja. Tenho certeza de que essa é a primeira vez que se trata desse assunto aqui. E qual será a repercussão? Vou me mexer para ver qual será a primeira usina, no meu Estado do Piauí, que se prontificará para montarmos esse programa para 300 mil famílias, porque o programa de 300 mil toneladas atende a quatro milhões de famílias, o que abrangeria, por exemplo, o Estado do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco; Bahia já é bem maior.

E, repito, com esse programa o Governo não gasta nada, porque, como estou dizendo, ele vende o litro do leite de soja para a família carente por R\$0,15. Então, não temos que tirar verba daqui e dali. Basta

ter competência e criatividade. Vamos fazer o programa do leite de soja, porque os que estão comprando a nossa soja estão fazendo isto: alimentando as suas populações carentes.

Creio que levantei uma questão e quero fazer um apelo: Presidente, enquanto as CPI separam tudo o que está ruim e os culpados são punidos – eu digo mais uma vez –, assumo o comando! Convoque as pessoas. Aqui está um programa, Presidente. Se desejar, sento-me à mesa com companheiros nossos que são tão competentes ou mais do que eu – pois muitos são ex-governadores – e vamos fazer um programa útil à população carente, porque há 50 milhões de brasileiros, é o que se fala, vivendo abaixo da linha de pobreza, vivendo praticamente na miséria.

Esse programa pode tirar 50 milhões de brasileiros da miséria, porque esses brasileiros podem gastar R\$9 por mês para comprar o leite e ganham de graça a carne de soja.

Sr Presidente, creio que encerrei o que tinha a dizer...

Com o maior prazer, meu caro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a ainda tem três minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu terei o maior prazer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, S. Ex^a, o Senador Arthur Virgílio, não pediu um aparte.

Mas se V. Ex^a permitir, gostaria de relatar rapidamente que, no sábado, estive na cidade de Caldas Novas a convite da Prefeita, Dr^a Magda Mofatto, que foi Vereadora, Deputada Estadual e hoje é Prefeita. S. Ex^a fez questão que eu visitasse uma feira industrial da cidade, da região. E o principal estande tratava exatamente da agregação de valores à soja – o leite de soja, leite com sabores. Fiquei encantado, e V. Ex^a, por coincidência, traz a essa tribuna, hoje, a importância dessa transformação. Com a queda dos valores no mercado internacional, provavelmente teremos prejuízo com a venda de grãos. Mas, se atendermos a população carente... E o leite de soja faz bem, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com um milhão de toneladas, Sr. Presidente, alimentaremos 40 milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Existe um **site** na Internet chamado Carta O Berro, junto com outras imoralidades ainda escondidas nessa invenção fantástica da tecnologia moderníssima que é a própria Internet. E lá eu tenho percebido, minha assessoria tem notado diversas publicações que tentam denegrir a minha imagem de homem público e, portanto, fazer mal a minha própria carreira.

É estranho, porque uma pessoa tão frontal como eu sou, tão previsível. Tão previsível! As pessoas sabem exatamente o que eu vou fazer depois de terem... Todo aquele que me der um beijo dificilmente não levará outro e todo aquele que me der um soco, dificilmente não vai levar quatro socos, duas cotoveladas e três pontapés. Eu sou previsível. Não tem o que discutir comigo. É tão simples!

Mas o que me causa espécie, Sr. Presidente – e estou encaminhando **e-mails** para a Mesa pedindo providências e, quem sabe, da própria Polícia Federal –, é esse travestimento, que são terroristas que fazem tão indecentes os seus gestos quanto aqueles que colocam relações sexuais na Internet. A gente tem visto tudo isso. Eu não sei enfrentar adversário assim. Eu não seria nunca um terrorista; eu seria membro de um exército regular, aquele que alinha francês de um lado, alemão do outro e depois vê quem fica em pé no final.

Eu tenho dificuldade em lidar com terrorista, com a covardia, com essas coisas todas. Mas, de qualquer maneira, sem me apoquentar um só segundo com isso, estou encaminhando o requerimento à Mesa, porque alguma providência jurídica deve ser tomada, até para começarmos a mostrar que a Internet é uma invenção para o bem e não deve ser abrigo de covardes. E estou procurando erros de português, pois se houver muitos erros de português, vou dizer que é gente do Governo. Mas ainda não encontrei. De qualquer maneira, é a cara de certos setores do Governo; é a cara de mensalão. O que escrevem ali é a cara, o espírito de mesada, de mensalões, de empréstimos com os Correios avalizando. É a cara da imoralidade pública; é a cara da corrupção deslavada.

Eu não quero fazer ilação nem acusação. Apenas encaminharei à Mesa o que tenho visto e recebido desse tal *site* e de outros. A Internet tem de começar a ser olhada por nós com toda a atenção, até porque acredito que temos de proteger os cidadãos de bem da investida de cidadãos que são tão de mal e tão do

mal que não conseguem assinar seus próprios nomes. Mas eu volto à carga, Sr. Presidente.

Quando V. Ex^a quiser me dar a palavra, quando for a minha vez, estou pronto para arrazoar, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeitamente. Registramos a nossa solidariedade a V. Ex^a. Aguardamos o requerimento para tomarmos as providências. Se V. Ex^a deseja falar como Líder, esteja à vontade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Há oradores inscritos na minha frente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sim, estão inscritos os Senadores Marcelo Crivella, José Jorge, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Alvaro Dias, César Borges, Arthur Virgílio e, em seguida, Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça a palavra como Líder, então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A palavra está franqueada a V. Ex^a.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, mais cinco de tolerância. Em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pilhagem que certos setores petistas do Governo Lula praticaram contra a Nação é como o furto praticado pelas tropas que ocupavam cidades conquistadas em combate em eras passadas; é o próprio saque.

A diferença é que já não há nem combates nem conquistas de cidades ou de impérios. A versão moderna, aceitem ou não, foi institucionalizada pelo Governo eleito em 2002.

Se não há combates, não há canhões nem setas inflamadas. E nada é feito no corpo-a-corpo. O que houve no Brasil da Era Lula? Corrupção, desvio, empréstimos fajutas e o mensalão. Tudo foi feito, embora na surdina, em sala vizinha à do Presidente, muito próxima à do então Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Primeiro, apareceu um personagem, o Waldomiro, dos bingos.

E logo viria a incontida voragem de dirigentes de empresas públicas e estatais, não ficando a salvo nem mesmo o Banco do Brasil e a mais tradicional e prestigiada instituição prestadora de serviços deste País, os Correios.

Agora, as denúncias não são apenas diárias, acontecem a cada hora, explodem, infelicitam o Brasil e entristecem sua população. O povo já não tem outro tipo de notícia a não ser esse vendaval de corrupção,

nos jornais, na TV, nas revistas semanais. Lula bateu recordes em capas de revistas.

Na quinta-feira, aqui deste plenário, sustentei que, se o Presidente Lula sabia de tudo e não tomou providências, Sua Excelência prevaricou. Se de nada sabia, isso é muito grave. Afinal, não se compreende que o País seja governado por um Presidente que não sabia o que maquinavam no campo da corrupção nem ao lado de seu gabinete nem na sala ao lado.

Usei, naquela manhã, palavras um pouco mais duras. Porém, duras como a realidade que assusta, a cada momento, o povo brasileiro, tão intensos são os relâmpagos. De repente, um raio e logo vem outro e outro e mais outro.

Milhões de brasileiros arrependem-se do voto de 2002, no mínimo, desesperançados. Outros entendem que, ao menos, é preciso investigar tudo à exaustão. Por isso, vou enumerar, no final deste pronunciamento, o que posso interpretar do pensamento dos brasileiros.

O que não é possível é tolerar que todos esses desvios continuem marcando a vida pública e política do Brasil.

Não aceito nenhuma interpretação, mesma vinda do Presidente da República, de que o que ocorreu faz parte do chamado trivial doméstico da Nação.

Não. Não faz. Não é. Não aceito isso.

Não aceito nem mesmo a fala do Presidente, na placidez do cenário parisiense, cercado do verde de gramados e jardins, com miosótis e jasmims.

Dita por um Presidente, é de fazer corar a mais verde vegetação em tempo de chuva a frase que Lula usou na recente entrevista, sentado diante de um antigo castelo: “A direção do PT fez o que é feito no Brasil sistematicamente”.

Em primeiro lugar, alto lá, Presidente Lula! Isso, no mínimo, é uma ofensa que atinge a todos os brasileiros. E, mais do que nunca, a nenhum brasileiro agrada ser colocado no mesmo nível dos petistas desviados dos rumos da decência.

Ressalvo os verdadeiros militantes do Partido do Presidente. Eles devem estar muito incomodados em ver que o adjetivo petista corre o risco de confundir-se ou até de virar sinônimo desses tantos outros adjetivos ou substantivos que cheiram ao ilícito.

Em segundo lugar, o Presidente passa a idéia do cidadão que, prevaricador, supõe que esse seria o comportamento normal ou que é feito sistematicamente no Brasil.

O próprio Presidente revela que o PT foi longe demais ao dizer: “Já faz tempo que eu deixei de ser

presidente do PT”. Agora, o que ele mais quer é distância do PT para se salvar, sem legitimidade. Os brasileiros também, com todo santo direito à repulsa e a uma santa indignação.

Fiel aos hábitos implantados pelo falso petismo no Palácio do Planalto, a imaginação dos marqueteiros oficiais deve ter raciocinado: “Olha, Sr. Presidente, já que o senhor vai à França, a gente ajeita uma longa entrevista sua, no melhor estilo da grã-finagem, com um castelo ao fundo, num belo jardim, sentado confortavelmente numa espaçosa poltrona. E aí o senhor diz que tudo isso faz parte dos hábitos dos brasileiros”.

É o raciocínio de quem supõe de que todos nós, brasileiros, somos tolinhos.

E, por ser uma entrevista do Presidente do Brasil, estou anexando a sua íntegra a este pronunciamento. Assim, o historiador do amanhã disporá de elementos riquíssimos para avaliar o comportamento de um grupo que um dia teve sonhos de noites de verão.

Passo a enumerar as providências que considero importantes, Senador José Agripino, e merecem ser analisadas pelo Congresso Nacional, sem perda de tempo:

1ª requeremos ao Tribunal Superior Eleitoral a imediata suspensão do Fundo Partidário do PT. Fundo Partidário, dinheiro público, não casa com caixa 2, imoral, confessado por delúbios e valérios;

2ª colocar **sub judice** o mandato dos que se elegeram pelo PT à base de caixa dois de delúbios e valérios;

3ª investigar o verdadeiro financiamento público de que se valeu o PT e revelados pelas denúncias diárias da imprensa.

Em meio a esse cenário pouco primoroso para o Brasil, chega a ser incompreensível e inconcebível que o Presidente Lula mantenha o mesmo tom de seu monocórdio fraseado.

Aqui ou na França, nada do que ele fala rima com a realidade que aparece diante dos brasileiros. Ou é aquela cena, repetida mil e tantas vezes, do homem dos Correios embolsando aqueles R\$3 mil, ou é as manchetes de primeira página, como a de hoje da **Folha de S. Paulo**, que peço seja inscrita nos Anais, para todos ficarmos pasmos.

Acredite quem quiser, salve-se quem puder. A verdade é que Marcos Valério teve o desplante e a ousadia de oferecer como garantia de um empréstimo repassado para o PT nada mais, nada menos do que um contrato de publicidade que fechara com os Correios. O empréstimo foi contraído com o BMG e, pela

garantia dos contratos da ECT, justifica e embasa o pedido de suspensão do fundo partidário na direção do Partido dos Trabalhadores.

Aqui, como lembrei no começo deste discurso, o raciocínio é o velho chavão dos falsos petistas: tudo em família e tudo bem. E aqui vão matérias que peço que sejam incluídas nos Anais, Sr. Presidente: Marta Salomon*, **Folha de S. Paulo**; essa outra da **Folha**. E estamos aqui percorrendo as páginas para prosseguir o discurso a seguir.

Sr. Presidente, afora o mar de lama que aí está, é fundamental comentarmos algumas coisas bem simbólicas, bem claras. A operação Uruguai do Governo Collor foi menor do que esta operação Paraguai do Governo Lula. Naquele momento, era um PC com mil facetas; agora, são vários PCs e mil casos, com mil facetas cada um. Para onde nos viramos encontramos uma figura purulenta, encontramos o opróbrio, a humilhação aos foros de dignidade da nossa gente. Para onde nos viramos, encontramos um beco sem saída, porque as denúncias não param e a podridão é arrebatadora, é avassaladora.

Sr. Presidente, o Sr. Delúbio Soares foi a Belo Horizonte, encontrou-se com Marcos Valério e acertaram uma posição em comum. E o mais estarrecedor de tudo é que Marcos Valério falou primeiro, Delúbio Soares falou depois – e aí vem a minha tristeza –, o terceiro a falar, no mesmo tom, na mesma coerência, depois dos outros dois, para se certificar “da fidelidade de ambos”, foi o Presidente Lula, ele próprio, dizendo as mesmas coisas, falando como se fosse habitante de uma cratera lunar e não o Presidente de um País conflagrado pela corrupção, patrocinada pelo seu Governo, por relações promíscuas com o Congresso Nacional, a partir de invenções do Governo dele.

O que acrescentaram Valério e Delúbio ao acervo de verdades que já tínhamos jurisprudenciadas no coração e na cabeça da Nação foi por meio de mais mentiras...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu disponho de quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou conceder mais cinco minutos para V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Acrescentaram mais mentiras, que se somaram ao acervo de verdades já jurisprudenciadas no coração da Nação brasileira. Afinal de contas, primeiro não era empréstimo nenhum; depois, eram dois; depois,

oito. Estou em dúvida se eram oito mesmo, se não é uma nova Operação Uruguai. Mas, de qualquer jeito, quando a **Folha de S. Paulo** mostra que o lastro para o empréstimo ir para o PT vinha dos Correios e Telégrafos, fica bem claro que não era dinheiro privado coisa nenhuma, Sr. Marcos Valério, que não era dinheiro privado coisa nenhuma, Sr. Delúbio. O Sr. Delúbio foi escolhido para se imolar, para salvar outros, para boi de piranha. Não era dinheiro privado coisa nenhuma, até porque o acúmulo dos débitos do PT para com Marcos Valério e suas empresas se deu precisamente porque os empréstimos não eram para ser pagos pelo PT a Marcos Valério. Marcos Valério certamente pagaria pelo PT empréstimos em compensação pelos gordos contratos que auferiu ao longo da sua relação de mancebia, da sua relação de comborço com o Governo que aí está.

Outro dia estive aqui indignado, muito mais do que hoje, havia questões pessoais no meio. Recebi muitos **e-mails** e na imprensa saíram artigos dizendo “tem razão, mas exagerou”, mas ninguém disse que eu não tinha razão ou então “tem toda razão”. Nas ruas, as pessoas dizem que finalmente alguém falou o que elas queriam ouvir. Mas eu posso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tranqüilamente, dizer a mesma coisa que havia dito na semana passada em linguagem escoreita para alguns ou linguagem de Rolando Lero, para outros. Posso dizer: se Sua Excelência o Senhor Presidente da República de nada sabia, Sua Excelência é um terrível desavisado, é um notável alienado, um impossível distraído. Olhem que estou sendo educado agora. Ninguém vai mais reclamar de mim. Sua Excelência é um notável distraído. Esqueçam as palavras ditas como grosseira. Sua Excelência é um notável distraído ou, então, é alguém que sabendo, que tomando conhecimento dos malfeitos, teria praticado – e não vou repetir a palavra corrupção porque alguns a consideram grosseira -, teria sido conivente com a prática de delitos contra o Erário. Não vou ser grosseiro e dizer contra a bolsa popular. É dinheiro não escriturado, sopra-me um companheiro.

Posso dizer a mesma coisa com outras palavras. Se eu me dedicasse a pesquisar o dicionário, falaria como o Presidente Tasso Genro, que fala, fala, fala, e ninguém entende o que ele diz. Ganha um “mensalão” quem souber traduzir para o Português um texto dos teóricos do Presidente do PT, Tasso Genro.

Estou aqui para dizer, em qualquer linguagem, que o Brasil está – aliás, linguagem que usei a semana passada – afundado em um mar de lama. Mas Arthur Virgílio não pode se destemperar. Então, o Brasil está

mergulhado em terreno movediço de odor não muito agradável. O Brasil está mergulhado em terreno pantanoso em terreno pantanoso do ponto de vista ético. O Brasil está vivendo momentos – não posso dizer em que tem faltado vergonha na cara de tanta gente que tem mentido, se não vão dizer que eu me destempeirei –, em que tem faltado demonstração mais firme de caráter e de convicção patriótica àqueles encarregados de tocar para frente os sagrados destinos da Nação brasileira.

Deixemos de eufemismos. Estou pensando o que a imprensa está pensando. Estou pensando o que o povo está pensando. Estou dizendo o que o povo quer ouvir. Estou dizendo, com clareza, que essa situação não pode perdurar. Estou dizendo, com nitidez, que temos, sim, que reagir para salvar as instituições brasileiras. E não é o Presidente Lula acrescentando – Arthur disse, quinta-feira, mentiras; Arthur, calmo de segunda-feira, diz inverdades, Sr. Presidente – inverdades, ou melhor ainda, inexatidões – para ficar bem delicado. Não vou dizer que Sua Excelência mentiu, mas foi inexato, inverídico, inverossímil. O Senhor Presidente Lula, para que eu prove que não me destempero, tenho que virar um dicionário ambulante. Mas vamos lá.

Já não é possível não contarem a mais absoluta verdade sobre tudo e sobre todos para o País. Não é mais possível, não é mais aceitável, não é mais crível, não é mais justo, não é humano com este País.

Portanto, Sr. Presidente, a leitura das revistas semanais demonstra uma crise que chega...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...que chega ao lar do Presidente – e esse assunto é o mais doloroso para mim. Uma crise que passa por todos os setores deste Governo, alguns ainda por vir, outros já em pleno processo de putrefação, sem que haja formol suficiente para impedir – vou ser elegante de novo – a generalização do odor desagradável.

Encerro, dizendo que, por ora, o importante mesmo é registrarmos a última mentira – não, Arthur, não diga mentira –, a última inveracidade dessa dupla escolhida para boi de piranha, Valério e Delúbio, essa dupla...E como é triste ver o PT e os petistas indo depor nas comissões, munidos de hábeas corpus para poderem mentir!

James Bond, “Direito para Matar”, “Licença para Matar”, **my name is Bond, James Bond; my name is Delúbio Soares**, direito para mentir! Nunca imaginei

que fossem ao Supremo Tribunal Federal requererem o direito de poder mentir sem serem presos!

Aqui estamos para exigir que o País seja passado a limpo mesmo. Tenho dado todas as chances para que novas inverdades não se somem a inverdades tão gritantes que aí estão. Fora disso, cairíamos nós na prevaricação, cairíamos nós na conivência, cairíamos nós na idéia de que este País pode continuar desse jeito, escolhendo-se meia dúzia de bois de piranha para, ao final, ao fim e ao cabo, salvarmos algo que estaria apodrecido na raiz das práticas políticas brasileiras.

Portanto, é hora mesmo de tomarmos, inicialmente, esta medida, o PSDB e o PFL:

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo, em face da confissão do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Marcos Valério de Caixa 2 financiando candidatos do PT, a imediata suspensão do fundo partidário a que faz jus esse Partido.

Pelo dinheirão que tem entrado ali, já vi que não vai fazer grande falta, mas, ainda assim, é o que nos cabe, legitimamente e de direito, tomar como providência nesta hora tão grave, uma hora percebida como grave por todos os brasileiros, menos pelo Senhor Presidente da República, que não quer ver além das lentes panglossianas que seus áulicos lhe impingem, porque não é momento para Dr. Pangloss, é momento para real **politique**, é momento para realismo profundo, é momento de ver a crise na sua profundidade e buscar saídas reais. Nada de cortina de fumaça, e, sim, saídas reais!

Acho que ainda é tempo. Mas sinto que cada vez temos menos tempo pela frente para encontrar uma saída que seja a menos dolorosa para o povo brasileiro, a menos indigna para este Partido e a mais digna possível para o Senhor Presidente da República.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a pilhagem que certos setores petistas do Governo Lula praticam contra a Nação é como o furto praticado pelas tropas que ocupam cidades conquistadas em combates em eras passadas; é o próprio saque.

A diferença é que já não há nem combates nem conquistas de cidades ou de impérios. A versão mo-

derna, aceitem ou não, foi institucionalizada pelo Governo eleito em 2002.

Se não há combates, não há canhões nem setas inflamadas e nada é feito no corpo-a-corpo, o que houve no Brasil da era Lula? Corrupção, desvio, empréstimos fajutas e o mensalão. Tudo foi feito, embora na surdina, em sala vizinha à do Presidente e muito próxima à do então Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Primeiro, apareceu um personagem, o Waldomiro, dos bingos.

E logo viria a incontida voragem de dirigentes de empresas públicas e estatais, não ficando a salvo nem mesmo o Banco do Brasil e a mais tradicional e prestigiada instituição prestadora de serviços deste País, os Correios.

Agora, as denúncias não apenas diárias, mas por hora. Explodem, infelicitam o Brasil e entristecem sua população. O povo já não tem outro tipo de notícia a não ser esse vendaval de corrupção. Nos jornais, na TV e nas revistas semanais. Lula bateu recorde em capas das revistas.

Na sexta-feira, aqui deste plenário, sustentei que, se o Presidente Lula sabia de tudo e não tomou providências, ele prevaricou. Se de nada sabia, isso é muito grave. Afinal, não se compreende que o País seja governado por um Presidente que não sabia o que maquinavam no campo da corrupção, às vezes ao lado de seu gabinete ou na sala ao lado.

Usei naquela manhã palavras um pouco mais duras. Duras como a realidade que se assusta a cada momento o povo brasileiro, tão intensos são os relâmpagos. De repente, um raio. E logo vem outro. E outro. E mais outro.

Milhões de brasileiros arrependem-se do voto de 2002, no mínimo desesperançados. Outros entendem que, ao menos, é preciso investigar tudo à exaustão. Por isso, vou enumerar, no final deste pronunciamento, o que posso interpretar do pensamento dos brasileiros.

O que não é possível é tolerar que todos esses desvios continuem marcando a vida pública e política do Brasil.

Não aceito nenhuma interpretação, mesmo vinda do Presidente da República, de que o que ocorreu faz parte do chamado trivial doméstico da Nação.

Não. Não faz. Não é. Não aceito isso.

Não aceito nem mesmo a fala do Presidente, na placidez do cenário parisiense, cercado do verde de gramados e jardins.

Dita por um Presidente, é de fazer corar a mais verde vegetação em tempo de chuva a frase que Lula usou na recente entrevista em Paris, sentado diante de um antigo castelo:

“A direção do PT fez o que é feito no Brasil sistematicamente.”

Em primeiro lugar, alto lá, Presidente Lula! Isso, no mínimo, é uma ofensa que atinge a todos os brasileiros. E mais do que nunca a nenhum brasileiro agrada ser colocado no mesmo nível de petistas desviados dos rumos da decência.

Ressalvo os verdadeiros militantes do Partido do Presidente, que devem estar muito incomodados em ver que o adjetivo petista corre o risco de confundir-se ou até de virar sinônimo desses tantos outros adjetivos ou substantivos que cheiram ao ilícito.

Em segundo lugar, o Presidente passa a idéia do cidadão que, prevaricador, supõe que esse seria o comportamento normal ou “o que é feito sistematicamente no Brasil.”

O próprio Presidente revela que o PT foi longe demais ao dizer: “Já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT”. Agora, o que ele mais quer é distância do PT. Sem legitimidade! Os brasileiros também, com todo um santo direito à repulsa e com uma santa indignação.

Fiel aos hábitos implantados pelo falso petismo no Palácio do Planalto, a imaginação dos marqueteiros oficiais deve ter raciocinado:

“Olha, Presidente, já que o Senhor vai à França, a gente ajeita uma longa entrevista sua, no melhor estilo da granfinagem, com um castelo ao fundo, num belo jardim, sentado confortavelmente numa espaçosa poltrona. E, aí, o Senhor diz que tudo isso faz parte dos hábitos dos brasileiros.”

É o raciocínio de quem supõe que todos nós, brasileiros, somos tolinhos.

E por ser uma entrevista do Presidente do Brasil, estou anexando sua íntegra a este pronunciamento. Assim, o historiador do amanhã disporá de elementos riquíssimos para avaliar o comportamento de um grupo que um dia teve sonhos de noites de verão.

Passo a enumerar as providências que considero importantes e merecem ser analisadas pelo Congresso Nacional, sem perda de tempo:

- 1 – suspender o Fundo Partidário para o PT;
- 2 – colocar sub judice o mandato dos que se elegeram pelo PT;
- 3 – investigar o verdadeiro financiamento público de que se valeu o PT e revelados pelas denúncias diárias da imprensa;

Em meio a esse cenário pouco primoroso para o Brasil, chega a ser incompreensível e inconcebível que o Presidente Lula mantenha o mesmo tom de seu monocórdio fraseado.

Aqui ou na França, nada do que ele fala rima com a realidade que aparece diante dos brasileiros. Ou é aquela cena, repetida mil e tantas vezes, do homem dos Correios embolsando aqueles R\$3 mil, ou é a manchete de primeira página de hoje da **Folha de S.Paulo**, que passo a ler:

“Lula lava as mãos e diz que está fora do PT há 3 anos

Em entrevista gravada na França, presidente alega que a direção do PT fez ‘o que é feito sistematicamente’ no Brasil

Em sua primeira entrevista desde que viajou para a França, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que não tem mais responsabilidade pelas decisões da legenda. ‘Já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT. Fui presidente do PT durante três anos, mas, depois que virei presidente da República, não pude mais participar da direção do PT, não pude mais participar da reunião do diretório do PT. O PT tem muita autonomia em relação ao governo e o governo tem mais autonomia ainda em relação ao PT.’

As declarações do presidente Lula foram dadas na sexta-feira, em Paris, a uma repórter brasileira que trabalha numa emissora francesa. A entrevista foi exibida ontem na íntegra pelo Fantástico, da TV Globo.

Lula ponderou que, do ponto de vista eleitoral, ‘o partido errou e a direção do PT fez o que é feito no Brasil sistematicamente’. Não deixou, porém, de condenar a atitude dos dirigentes que, segundo os últimos depoimentos do ex-tesoureiro Delúbio Soares e do publicitário Marcos Valério de Souza, montaram um caixa 2 para financiar as campanhas eleitorais do partido. “Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo”, avaliou.

Lula ressaltou que o partido, ‘se errou’, terá de explicar ‘onde e por que errou’, e acrescentou que o PT não pode pagar pelo erro ‘de um dirigente ou outro’. Segundo o presidente, o PT teve um problema na direção, que ficou ‘fragilizada e enfraquecida’, e cometeu erros que ‘outrora’ não cometeria.

Eleições

De acordo com Lula, o partido ficou fragilizado porque muitos quadros foram afastados da direção para participar do governo, com as eleições de petistas para as prefeituras e governos estaduais e com a sua própria chegada à Presidência. Além disso, o presidente acha que o PT também foi vítima do próprio crescimento: ‘Tenho o PT como filho. Porque sou um dos fundadores. Em 20 anos, o PT chegou à Presidência, coisa que muitos partidos demoram 100 anos para conseguir.’

‘Gostaria que fosse tudo diferente, mas não é’, ressaltou o presidente, enfatizando que ‘os adversários devem ter ficado indignados porque todas as denúncias não chegaram ao governo’. Lula acrescentou: ‘O povo está sabendo distinguir bem as denúncias. Toda vez que se faz ilações sobre corrupção sem nome concreto fica difícil de apurar.’ Para ele, a população sabe identificar o que é verdade nas denúncias e prova disso é a última pesquisa sobre sua popularidade. E reafirmou: ‘O Brasil não merece isso.’

O presidente defendeu a verdade como melhor alternativa para os problemas. ‘Trabalhar com a verdade é muito melhor. A desgraça da mentira é que você, ao contar a primeira, passa a vida inteira contando mentiras para justificar.’ Questionado sobre as eleições, disse que “não está pensando nisso ‘e ainda tem um ano e meio de mandato.”

É para ficar pasmo. Acredite quem quiser. Salve-se quem puder. A verdade é que Marcos Valério teve o desplante e a ousadia de oferecer como garantia de um empréstimo (repassado para o PT), nada mais, nada menos que um contrato de publicidade que fechara com os Correios. O empréstimo foi contraído no BMG e, pela garantia dos contratos da ECT, justifica e embasa a suspensão do Fundo Partidário do PT.

Aqui, como lembrei no começo deste discurso, o raciocínio é o velho chavão dos falsos petistas: tudo em família e tudo bem!

Sr. Presidente, afora o mar de lama, a voracidade da corrupção que vai marcando indelevelmente o

Governo Lula, uma outra face dessa triste fase vivida pelo Brasil precisa ser mostrada à sociedade.

É a truculência com que agem os intermediários deste Governo, como ocorreu esta semana em São Paulo com a chamada Operação Daslu, ou Narciso, como pretende a Polícia Federal.

Em São Paulo, já há reações contra esses exageros, inclusive por parte da Fiesp. Os empresários protestam contra o “show de pirotecnia”, como foi intitulada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** a invasão da Daslu.

Para o importante jornal e para a população brasileira, essa demonstração irracional do Governo Lula representa “um estardalhaço planejado, uma truculência despropositada.”

Segundo ainda o **Estadão**, essa Operação Narciso foi motivada por razões basicamente políticas, com o objetivo de desviar os holofotes dos escândalos nos quais o PT está envolvido.”

O Governo petista do Presidente Lula é um governo de cartilhas. Pena que nada se aproveite de nenhuma delas. São todas cartilhas do mais tolo tropicalismo.

A *Cartilha do Lá Fora* é o manual em que Lula se orienta para suas inúteis excursões pelo mundo afora, como agora em Paris. Daqui a pouco, ele inventa de sair dançando com o Sting e o Raoni, num show de tudo, menos de compostura presidencial.

Nem tudo pareceria perdido e alguma ou outra coisa se salva, como a Portaria nº 1.287, assinada há duas semanas pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Essa seria, para usar um termo bem ao gosto de Lula, uma *cartilha do bem*. São instruções para a execução de diligências da Polícia Federal no cumprimento de diligências para o cumprimento de mandatos judiciais de busca e apreensão.

Logo no início (art. 2º), diz a portaria:

“– O cumprimento do mandado de busca e apreensão será realizado:

.....
 III – de maneira discreta, apenas com o emprego dos meios proporcionais, adequados e necessários ao cumprimento da diligência.”

Indago se foi isso que houve no recente episódio Daslu.

Pego a resposta no noticioso eletrônico do jornalista Ricardo Noblat. Diz ele:

“A operação Daslu não foi realizada de maneira discreta nem sem a presença de pessoas alheias ao cumprimento à diligência.”

E mais:

“Como de resto não tem sido a maioria das operações deflagradas pela Polícia Federal. Há um claro propósito de se dar publicidade a elas.”

O mesmo jornalista Noblat transcreve a frase de “um petista eufórico a propósito da Operação Daslu”:

“Finalmente, o Governo começou.”

Ninguém pode ficar contra a fiscalização nem fechar os olhos aos atos de corrupção, de contrabando ou de sonegação fiscal.

Tudo isso pode e deve ser feito. Mas civilizadamente. Jamais como para servir de cortina de fumaça que possa encobrir a ineficiência do Governo Lula.

O que houve em São Paulo foi uma estrepitosa demonstração de arbitrariedade do Governo. E, mais ainda, revela que esse é o governo do descontrole.

Até então, sabia-se que o Presidente Lula não manda nada. Agora, se sabe que o Ministro da Justiça é outro que também não manda.

Se mandassem, e a obedecer a *Cartilha do Bem* do Ministro Thomaz, aquela demonstração de força não teria ocorrido, até por ser desnecessária. Afinal, a Daslu não é nenhum **bunker**. Ao contrário, é uma loja aberta ao público.

Como empresa, sujeita-se, sem dúvida, à fiscalização do fisco, tanto que as investigações que culminaram no espetáculo da terça-feira tiveram início há quase um ano, depois que a Receita Federal apreendeu em Guarulhos e em Curitiba mercadorias com notas fiscais falsas e verdadeiras, segundo o noticiário.

Que se faça a fiscalização. Mas sem a “presepada” tão presente no Governo Lula, dos bonés que variam de cor e formato de acordo com as conveniências pessoais de Sua Excelência, aos passos folclóricos, carnavalescos ou ruidosos, como os da Operação Daslu.

O que está havendo no País, com exibicionismos e fanfarronices, é uma demonstração do arbítrio de um Governo que pensa que pode tudo.

Não pretendia comentar a violência contra a loja de São Paulo. Mas de tanto ver a repetição de coisas assim, entendo que não posso silenciar. O silêncio é cúmplice do arbítrio.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" / PARTIDO & GOVERNO

Ant. Juv. Valério

Marcos Valério ofereceu contrato com estatal para tomar dinheiro e repassá-lo ao partido

Conta dos Correios serve de garantia a empréstimo ao PT

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza apresentou um contrato de publicidade recém-fechado com os Correios como garantia de um empréstimo de R\$ 15,9 milhões tomado por uma de suas empresas no BMG (Banco de Minas Gerais), no início de 2004. O empréstimo teria a finalidade de socorrer o PT. O empréstimo -um dos mencionados no depoimento do publicitário à Procuradoria Geral da República na semana passada- não foi pago até hoje. A dívida já teria alcançado R\$ 21 milhões, de acordo com informações sigilosas analisadas pela CPI dos Correios. Os empréstimos teriam sido feitos a pedido do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que também confirmou a versão de Marcos Valério em depoimento.

O empréstimo concedido pelo BMG à Graffiti Participações teve o dinheiro liberado dois meses depois de a SMPB Comunicação fechar um contrato de publicidade com os Correios. No mesmo dia (27 de janeiro de 2004), o dinheiro entrou e saiu da conta da Graffiti no BMG para o Banco Rural. O banco que mais movimentou dinheiro de Marcos Valério e de suas empresas ainda não repassou à CPI informações do sigilo bancário. O Banco Central fixou prazo até amanhã.

O Rural é apontado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como o banco onde os saques do suposto "mensalão" eram feitos.

O empréstimo revela como Marcos Valério se valeu de uma rede de empresas montada por ele e suas relações com estatais. O publicitário mineiro figurou como sócio da Graffiti por pouco mais de sete meses, alguns anos antes da data de liberação do empréstimo do BMG. A maioria do capital pertence à mulher de Marcos Valério, Renilda. A Graffiti detém participação da DNA Propaganda, uma das duas agências de publicidade de Marcos Valério, e funciona no mesmo endereço da SMPB, outra das agências e dona do contrato com os Correios, na rua dos Inconfidentes, em Belo Horizonte.

No ano passado, a estatal pagou à SMPB R\$ 29,6 milhões. Parte desse dinheiro foi repassado a empresas responsáveis pela produção e veiculação das campanhas, como televisões, jornais e revistas. A título de comissão e honorários, a SMPB ficou com R\$ 3,6 milhões, segundo informação dos Correios.

Na última sexta-feira, a ECT suspendeu o contrato com a agência, que divide com

outras duas empresas (Link Bagg e Giovanni) uma conta de R\$ 90 milhões de publicidade da estatal. A rescisão do contrato deve ser anunciada nos próximos dias, seguindo decisão já tomada pelo Banco do Brasil.

Na análise das primeiras informações referentes à quebra do sigilo bancário do publicitário Marcos Valério, de sua mulher, Renilda, e de 14 empresas, a CPI identificou ainda uma segunda operação de empréstimo no BMG, de cerca de R\$ 15 milhões, cujos recursos também supostamente teriam sido repassados a pessoas indicadas pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares. O contrato também teria como garantia contratos publicitários e tampouco foi pago.

Entre estatais e órgãos públicos, as duas principais empresas de Marcos Valério também detinham na época dos empréstimos os contratos dos ministérios do Trabalho e do Esporte, da Eletronorte e do Banco do Brasil -o maior de todos. Num período de poucos meses, a SMPB e a DNA ganharam os contratos do Banco do Brasil, dos Correios e da Câmara dos Deputados.

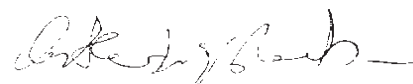
A Graffiti, que usou como garantia o contrato da SMPB com os Correios para tomar empréstimo do BMG, aberta no final dos anos 90, viu suas movimentações crescerem em 2003, primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo levantamento feito pela Receita Federal, com base no pagamento de CPMF, a empresa que detém parte do capital da DNA Propaganda movimentou R\$ 53,4 milhões em 2004, ano do empréstimo, mais do que o dobro do volume de dinheiro que passou pelas contas da empresa no ano anterior.

As demais empresas de Marcos Valério também aumentaram as movimentações financeiras. A SMPB movimentou, nos dois primeiros anos de governo Lula, quatro vezes o volume de dinheiro que passou por suas contas nos dois últimos anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso. A DNA, que já detinha contratos com o Banco do Brasil, Eletronorte e os ministérios do Trabalho e do Esporte, mais do que dobrou as transações no mesmo período.

O BMG já havia aparecido antes como personagem da atual crise política. Com o aval de Marcos Valério, o banco emprestou R\$ 2,4 milhões ao PT no ano passado. A instituição viu seus negócios crescerem no governo Lula por conta do crédito

Consignado e apresentados -



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP.) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos. Em seguida, falará o Senador José Agripino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Senador Zambiasi, lá do meu Rio Grande; Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que venho à tribuna para registrar que, até no máximo dia 29, conforme nos informou o Ministro Tarso Genro, vai ser garantida a federalização da Urcamp, a nossa universidade da campanha. Com isso, com certeza absoluta, a metade da nossa população do Sul, tão sofrida, será beneficiada. Isso vai contribuir e muito, Sr. Presidente, para o desenvolvimento da chamada metade mais pobre do nosso Rio Grande.

Cumprimento o Ministro Tarso Genro pelo trabalho que fez, construindo com a sociedade gaúcha essa possibilidade, e, ao mesmo tempo, cumprimento-o por ter, em um ato de coragem, aberto mão da sua função de Ministro da Educação para assumir o novo cargo de Presidente do PT.

Entendo que S. Ex^a fez um belíssimo trabalho à frente do Ministério, quando apresentou à Casa e ao País o projeto da reforma universitária, o projeto que vai fortalecer o ensino profissionalizante, o projeto que vai garantir, nas universidades, espaços para pobres, para índios e para negros, que é o ProUni.

Nessa mesma linha, Sr. Presidente, eu gostaria de informar à Casa que já pedi uma audiência para o novo Ministro do Trabalho, companheiro Marinho, ex-Presidente da CUT, para que possamos discutir a matéria, já que o Orçamento é que vai decidir o valor do salário mínimo e o reajuste dos aposentados para o ano que vem.

Estou pedindo para que o Ministro Marinho me receba junto com representantes dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Estou tentando até, Senador Romeu Tuma, uma reunião conjunta do Ministério do Trabalho com o da Previdência, para discutirmos o novo valor do mínimo para o ano que vem, que deve constar na peça orçamentária. Ao mesmo tempo, quero saber como ficará o reajuste dos milhões de aposentados e pensionistas – que são hoje em torno de 22 milhões –, para que eles possam ter recompostos os seus salários de acordo com o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

Espero que essa reunião se realize ainda este mês. Quem sabe, quando votarmos a LDO, na última semana de trabalho da Casa, durante o mês de julho, possamos ver contemplada, enfim, uma reposição de-

cente para os milhões de aposentados e pensionistas – dizia eu 22 milhões – e um salário mínimo para o ano que vem que chegue a um patamar em torno de pelo menos R\$400,00.

Quero também dizer, Sr. Presidente – e aproveito a visibilidade de que disponho por meio da TV Senado –, que estou mediando uma negociação para que a Marcha Zumbi+10, programada para o mês de novembro, seja unitária. Essa marcha, eu dizia aqui em outra oportunidade e repito hoje, é inspirada naquela marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King. Mas o movimento negro organizado neste País está com um problema de divergência entre duas datas. Eu queria, então, comunicar a todas as Lideranças que, na quarta-feira, depois de amanhã, em meu gabinete, às 15h, vou receber o comando do movimento para definirmos a data, que será, com certeza, na minha avaliação, na segunda quinzena de novembro, ficando próxima a 20 de novembro, que é a data comemorativa dos 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Essa marcha tem como um dos eixos, Sr. Presidente, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, e V. Ex^a já participou de inúmeros debates a esse respeito. Sei que V. Ex^a é defensor dessas propostas, que buscam a igualdade, enfim, para que ninguém seja discriminado por nenhum motivo.

Faço este informe da tribuna, porque confesso, Senador Romeu Tuma, Senador Arthur Virgílio, que eu não estava aqui, na semana passada, mas registrei a V. Ex^{as} a minha solidariedade pelo enfoque que foi dado. É muito fácil jogar o nome de um homem público na lama, mas até ele conseguir explicar depois que aquilo não tem nada a ver com a sua história e com o seu currículo, leva muito tempo.

Deixo isso mais uma vez aqui registrado. Eu só não estava aqui na semana passada porque perdi, em duas semanas, um irmão, Oriovaldo Paim, e, na semana subsequente, a minha irmã Marlene Paim. Ambos em função do diabetes.

Falo isso porque creio que o diabetes tem de ser muito bem controlado, Sr. Presidente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu havia lido sobre a sua irmã na coluna da Ana Amélia Lemos e sobre esse drama familiar, que é V. Ex^a perder, de maneira tão angustiante, dois irmãos. A morte sempre é angustiante, sempre é trágica. Mesmo a morte no leito, para mim, é trágica; mesmo a morte de Barbosa Lima Sobrinho, com cento e dois anos, para mim foi trágica. É uma vela que se apagou docemente, mas é

uma vela que se apagou. Porém, na plenitude da vida dos seus dois irmãos, isso se reveste de algo que me dá toda a conformação dessa coisa que eu temo – não tem o que me faça não temer –, que é a morte. Tenho absoluta convicção de que V. Ex^a seria mesmo solidário naquele meu episódio. E o mais surrealista é que não teve acusação nenhuma. Aquilo é um nome jogado ao vento, é a tentativa de se deixar uma coisa assim, sem explicação, para depois se dizer candidamente: “Ah, mas eu não fiz por mal”. Esse episódio aumenta a minha admiração por V. Ex^a até pelas razões regionais: V. Ex^a vai e mantém o seu compromisso. Foi no dia seguinte àquele em que V. Ex^a me presta solidariedade. Eu, que não invalido a boa fé com que agiu no episódio das denúncias do Banco Rural – e, quem sabe, culpados saiam dali, Deputado Rodrigo Maia –, dormi intranquilo e acordei preocupado com dois grandes amigos: Sigmaringa Seixas e Paulo Delgado, ambos do seu Partido. Pensei: não durmo se eu não reparar isso! Intirei-me do que havia ocorrido com os dois. Não houve sessão sexta-feira. Eu vim aqui para falar dos dois. Aí, fui ao Comitê de Imprensa falar dos dois. Está tudo muito esclarecido. São pessoas completamente corretas e completamente sérias. Pensei: Imaginem se vou permitir que paire sobre duas honorabilidades essa dúvida, que tem sido tão canhestamente usada como tática por alguns. Ou seja, me faria mal, sabendo quem são Paulo Delgado e Sigmaringa, deixar a dúvida. Eu disse: “Para mim, não precisam explicar nada; me expliquem só porque quero defender vocês dois, talvez com mais legitimidade do que os companheiros de vocês. Mas vocês não precisam me explicar nada, porque acredito em vocês de olhos fechados”. É dessa forma e é com esse relacionamento que V. Ex^a e eu somos adversários há muito tempo. E seremos pelo tempo que a história pedir, mas sem nunca termos perdido a noção do respeito mútuo e a noção da adequação das nossas posições. Tenho muito orgulho da sua amizade, do seu companheirismo, assim como tenho muito orgulho da amizade, do companheirismo do Paulo Delgado e do Sigmaringa Seixas, assim como tenho muito orgulho do papel que exerço na vida pública deste País. Portanto, quero dizer que nada que vem no sentido do caráter me surpreende em V. Ex^a, porque sempre trocamos esse tipo de influxo. V. Ex^a sabe que conta comigo, e tenho sabido contar com V. Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço-lhe, Senador Arthur Virgílio.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E o faço com muita tranquilidade.

Senador Arthur Virgílio, todo o Rio Grande do Sul sabe disso, e vou repetir aqui: no episódio Ibsen Pinheiro, voto secreto. Fui à tribuna e disse: “Não votarei pela cassação de Ibsen Pinheiro, porque não estou convencido de que ele seja culpado”. Por isso, a minha preocupação, quando nomes de Deputados, de Senadores ou mesmo de Ministros são simplesmente citados sem nenhuma prova. Até se conseguir explicar depois que não se tem nada a ver com isso, o cidadão está praticamente crucificado.

Deixo registradas as minhas preocupações.

Para minha alegria, depois ficou comprovado que Ibsen Pinheiro não tinha nada a ver com o episódio. No entanto, depois de cassado, só ficou a história para ser contada. Felizmente, o Rio Grande o elegeu Vereador, recentemente, com a maior votação, e ele está realizando um belíssimo mandato na capital de todos os gaúchos.

Repito, Senador Arthur Virgílio, que a CPMI vai investigar tudo. Para quem tiver cometido erro ou se apresentado à sociedade de forma duvidosa, o melhor caminho é a CPMI, que responderá à altura, tenho certeza, do que a sociedade exige. Estou muito tranquilo quanto a isso, mas me preocupo.

Vou dar um outro exemplo, pois estou aqui há quase 20 anos, como V. Ex^a sabe: na época da CPI dos Anões, um jornal publicou que havia uma emenda de dois Parlamentares gaúchos em que uma empreiteira tinha interesse – não vou citar o nome dos Parlamentares para não criar mais uma dúvida. Emendas todos nós, em tese, apresentamos, mas se a empreiteira “a” ou “b” tinha interesse numa delas, que culpa tinha o Parlamentar? No entanto, até que seja explicado à sociedade que não há problemas, o nome já foi jogado.

Assim, é preciso muito cuidado, pois se um nome é mencionado de forma incorreta, dizendo-se que um doador oficial de campanha contribuiu com Pedro, Paulo ou João, o fato gera confusão em quem está assistindo.

Então, fica registrada a minha total solidariedade, não somente ao Senador Arthur Virgílio, mas a inúmeros Deputados federais que, pela sua história e conduta, tenho certeza absoluta, não temem porque nada devem.

Era isso, Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa dois pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foram dados cinco minutos de prorrogação, mas se V. Ex^a precisar de mais tempo, a Presidência o concederá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bem.

Faço o registro do oitavo aniversário da Associação das Entidades Administradoras e Usuárias de Canais Comunitários Educativos e Culturais. É muito importante o trabalho que fazem as rádios comunitárias, por isso as homenageio, citando como exemplo as rádios de Pelotas e região.

Sr. Presidente, trato, também, de um curso pré-vestibular muito interessante, que está sendo incentivado na região da serra, mais precisamente em Caxias do Sul, para afrodescendentes e indígenas, como forma desses companheiros terem acesso à universidade. Muitos deles, que não são contemplados pelo ProUni, por intermédio desse cursinho pré-vestibular estão chegando às universidades e poderão concluir um curso superior.

Sr. Presidente, na semana em que estive no meu Estado devido ao falecimento da minha irmã, Teresinha Marlene Paim de Lima, suspendi toda a minha agenda, mas participei de uma homenagem que lhe fizeram, bem como a meu pai, já falecido, na região do Campo de Cima da Serra, em São José dos Ausentes.

Dizem que recordar é viver e, nessa região muito bonita, onde passei a maioria das férias do meu tempo de menino, voltei às raízes, às origens. Pude reviver as muitas vezes que atravessei aquelas pradarias, buscando os animais para recolhê-los, e os banhos de rio que eu tomava com meu velho pai.

Foi um momento muito bonito para mim, por isso quero, de público, agradecer a forma carinhosa como fui recebido naquela região. Estavam lá mais de duas mil pessoas esperando pela minha chegada. Fizemos um minuto de silêncio e demonstramos o carinho que têm por mim. Embora eu não seja natural da região, lá nasceram os meus pais, ambos falecidos, como também meu mano. V. Ex^a participou de uma sessão em que discutíamos a PEC Paralela e eu explicito-lhe que aquele era um momento muito doído para mim.

Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Zambiasi pelo voto de pesar pelo falecimento dos meus entes queridos, já recebido por mim e meus familiares.

Sr. Presidente, reafirmo que é muito importante o trabalho das CPIs. Elas cumprirão seu papel, com certeza, mas espero que, neste período, o Plenário não pare de votar. Que, a partir de agosto, efetivamente votemos os grandes temas, como o País espera, dos campos da saúde, da educação, da habitação, da renda, do emprego e da segurança. Que a CPI cumpra seu papel e que continuemos, Senado e Câmara, deliberando e votando, porque o País não pode e não vai parar. O País continua muito firme e a economia, equilibrada.

Senador José Agripino, V. Ex^a foi fundamental, porque me dizia: “Paim, só preciso do parecer do Relator e vou assinar a urgência”. E assinou.

Aprovamos a PEC Paralela, como era papel do Senado. Fale quem quiser falar, mas a PEC Paralela só existe porque foi construída pelo Senado da República. Nós a construímos e a remetemos para a Câmara, que a alterou e a enviou para cá, onde a votamos por unanimidade. Votamos a PEC Paralela original e, quando ela foi alterada, a votamos de novo por unanimidade.

Creio que foi um momento muito importante. Tenho certeza de que Base do Governo e Oposição, cada uma respeitando o seu espaço e a sua forma de atuar, em momentos como o da PEC Paralela, estarão juntas, votando por aquilo que for de interesse do País.

Por isso, volto normalmente às atividades, com muita convicção de que votaremos a LDO no momento adequado, mediante um grande entendimento, seja no final de julho ou no início de agosto, assim como votaremos, também, todas as matérias que o País está na expectativa de que aqui sejam aprovadas.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que considere como lidos os dois pronunciamentos que encaminharam à Mesa.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação das Entidades Administradoras e Usuárias de Canais Comunitários Educativos e Culturais de Pelotas comemorou, no último 16 de julho, 8 anos de fundação e de bons serviços prestados à população da região Sul do estado do Rio Grande do Sul.

Essa entidade possui várias outras afiliadas, associações de radiodifusão comunitária, além de entidades religiosas e ONGS, somando mais de 148 entidades, sendo que é uma das maiores associações do gênero do Sul do País.

Vários eventos estão ocorrendo em comemoração ao aniversário dessa associação, como a arrecadação de agasalhos para famílias carentes de Pelotas e região e a realização de uma audiência pública no próximo dia 18 na Câmara de Vereadores de Pelotas.

Destacamos o exemplar trabalho levado ao ar, com imparcialidade, democracia, independência, utilidade pública e serviços prestados a comunidade mais carente.

Ainda destacamos os programas assistências, como inclusão de talentos mirim, locutor mirim e escolinha de futebol, além de convênios com outras insti-

tuições para qualificação de crianças, jovens e adultos com objetivo futuro de auxiliar no ingresso destes no mercado de trabalho.

Para todos os que fazem com que a Associação das Entidades Administradoras e Usuárias de Canais Comunitários Educativos e Culturais de Pelotas e Região chegue aos 8 anos de idade, os meus votos de que continuem trilhando o caminho da tradição da boa informação.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vimos também hoje ao plenário desta casa elogiar a iniciativa da Universidade de Caxias do Sul – UCS que, através do programa Pré-Vestibular para Afrodescendentes e Indígenas, tem estimulado o acesso à universidade e a inclusão social de afrodescendentes e indígenas.

O Programa foi lançado em 2004 pela Pró-Reitora de Ação Comunitária e já iniciou com grande sucesso. Dos 40 alunos que prestaram o concurso vestibular, 37 obtiveram êxito e estão cursando a Universidade.

O curso preparatório para o próximo vestibular será oferecido gratuitamente a 50 alunos afrodescendentes ou indígenas, com baixa renda familiar.

A Universidade de Caxias do Sul, ainda, concede bolsa-auxílio com descontos de 30% a 70% para os alunos que não conseguirem obter bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O objetivo é trabalhar a auto-estima, proporcionar condições de inclusão social mediante o desenvolvimento de habilidades e competências que potencializem a capacidade desses jovens e ampliem as condições de acesso à educação de nível superior.

Iniciativas como essa me fortalecem na luta contra a discriminação, contra o preconceito e em prol da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Vejo que não estou sozinho! Que nos rincões mais distantes deste País surgem, aqui e acolá, ações importantes para a construção de uma sociedade mais igualitária, tornando a educação superior mais acessível a uma população, normalmente, excluída das universidades.

Segundo dados do MEC, o índice de negros nas universidades brasileiras é de 2%, em média.

Esses dados mostram a necessidade de adotarmos medidas que ampliem o acesso à educação superior para as comunidades afrodescendentes através da implementação de programas de ações afirmativas.

A promoção da igualdade racial no País precisa se transformar na artéria principal que irrigará todas as políticas de Governo.

O Congresso Nacional precisa aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que já conta com o aval da nossa sociedade!

Será um importante instrumento para a promoção da inclusão social; já que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização e as desigualdades econômicas estão intimamente associadas ao racismo e à discriminação racial.

A meu ver o Brasil ainda engatinha em ações afirmativas públicas e privadas, e queremos caminhar a passos largos nessa seara! O Estatuto da Igualdade Racial é o início desse longo caminho!

Sr. Presidente, finalizo minhas palavras com um trecho da Declaração e Programa de Ação, adotada em 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul.

“...Acreditamos firmemente que a educação, o desenvolvimento e a implementação fiel das nossas normas e obrigações dos direitos humanos internacionais, inclusive a promulgação de leis e estratégias políticas econômicas e sociais, são cruciais no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata...”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, como inscrito, por dez minutos, ao Senador José Agripino.

Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em três dias seguidos, a Nação assistiu às incríveis entrevistas do Sr. Marcos Valério, do Sr. Delúbio Soares e, finalmente, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, após aproximadamente um mês sem falar sobre as denúncias que assolam o seu Governo e o seu Partido, deu uma curiosa entrevista diretamente de Paris.

As três entrevistas têm um traço de união. Todas elas colocam como vilão da história o sistema eleitoral brasileiro, os fundamentos das doações de campanha eleitoral, como se tudo fosse enraizado nesse único problema.

Não sei se o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio têm consciência de que o País inteiro está-se fazendo uma pergunta: será que eles acham que sou bobo e que não vi que eles combinaram as entrevistas, que eles estão com o mesmo alibi, que eles estão com o claro objetivo de puxar a acusação penal para acusação eleitoral preclusa?

O dinheiro ilegítimo que teria financiado campanhas eleitorais de pessoas eleitas não produziria efeito, porque só se pode argüir a legitimidade de um mandato

até quinze dias depois da diplomação, o que já aconteceu há muito tempo. Espertamente, eles puxaram o foco para a investigação eleitoral, puxaram o foco das entrevistas para o defeito de financiamento de campanha.

Sr. Presidente, causou-me estranheza a entrevista de Sua Excelência, o Presidente Lula. Fiquei indignado com a falta de indignação do Presidente Lula! Assisti, na semana passada, ao Senador Arthur Virgílio no limite máximo – quase apoplético – da indignação, e isso se devia a uma razão: à meia-noite do dia anterior, tinha sabido que um Deputado do PT havia dito que ele tinha recebido uma doação que era colocada como ilegítima – que era legítima, registrada no TSE – de uma empresa que estava sendo investigada. O Senador Arthur Virgílio, com claríssima indignação, porque não tem culpa no cartório, veio a esta tribuna e falou, esbravejou. Agradou a alguns, desagradou a outros, mas demonstrou, com sua indignação, que não tem culpa no cartório.

O Presidente Lula, na entrevista que deu em Paris a uma repórter – que não era de nenhuma das cadeias instaladas no Brasil, mas uma *freelancer* que trabalhava para uma tevê francesa –, falou de corrupção como se fosse algo muito natural, muito aceito. Alto lá! Aceito por quem, cara pálida? Essa não! Sua Excelência falou sem indignação nenhuma. A entrevista correu fluida, sem problemas. Fiquei na minha cadeira, Sr. Presidente, esperando, como brasileiro, aquela pergunta cuja resposta é devida a cada cidadão brasileiro. A pergunta não vinha. Esperei o andamento da entrevista, e a pergunta não veio. A entrevista terminou, e a pergunta não foi feita. Ficou a frustração: a minha e a do povo brasileiro. A pergunta é: Presidente Lula, V. Ex^a sabia ou não sobre o que estava acontecendo à sua volta com seus companheiros de trinta anos, como Sílvio Pereira, Delúbio Soares, Waldomiro Diniz, José Dirceu, José Genoíno, com as pessoas que construíram com Vossa Excelência o Partido dos Trabalhadores e o seu Governo? A pergunta não foi feita, e a resposta não foi dada.

Uso a tribuna no dia de hoje, Senador Paulo Paim, para manifestar uma preocupação e declarar uma deliberação. A minha preocupação é a de que estejamos perdendo as referências. São tantas denúncias juntas, que não se está mais sabendo dar a correta graduação de sua importância, até em matéria de valores. Estamos perdendo, Sr. Presidente, as referências. Deixe-me lembrar a V. Ex^a a lamentável Operação Uruguai, que foi criada para justificar uma acusação feita ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello e que envolvia recursos da ordem de US\$3,7 milhões. A Operação Uruguai deflagrou todo um processo de investigação que culminou no *impeachment* do Presidente Collor. Se fossem US\$1 milhão ou US\$500 mil, pouco importava. Mas foram US\$3,7 milhões, e aquilo era muito importante.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a sabe, para falar em referências, quanto é que se está falando de doação da Telemar para uma empresa do filho do Presidente Lula, a Gamecorp, se não me engano? Cinco milhões de reais é o que está sendo doado a uma empresa que tem como atividade jogos eletrônicos, criação de jogos, algo assim. O faturamento de todo o setor é de R\$1,2 milhão. Só a injeção de capital ou o dinheiro empregado pela Telemar na compra das ações da empresa da qual faz parte o filho do Presidente envolve uma soma de R\$5 milhões. Na Operação Uruguai, foram US\$3,7 milhões, o equivalente a mais ou menos R\$8,5 milhões.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a acompanhou o noticiário de fim de semana, viu as entrevistas de Marcos Valério e de Delúbio Soares e deve ter guardado as cifras e os valores dos empréstimos declarados como tomados para serem endereçados ao PT: R\$39 milhões é de quanto se fala; com juros, chega-se a R\$70 milhões; especula-se em R\$160 milhões. São somas astronômicas.

A pergunta que me faço – e já disputei tantas campanhas eleitorais – é a seguinte: onde foi parar tanto dinheiro? Foi gasto com quê? Com campanha eleitoral? Com mensalão? Com enriquecimento individual de pessoas? Com charuto cubano? Com vinho Romanée-Conti? Com o quê? O País quer saber.

Isso tudo me leva a adotar uma providência. As entrevistas, no final de semana, do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares são casadinhas numa coisa: um diz – e o outro concorda – que um tomou dinheiro emprestado a pedido do outro, para financiamento do PT, de diretórios estaduais, de campanhas eleitorais. Falam em R\$89 milhões, em valores iniciais. No jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, está colocado o fato que me motivou a declarar ao Senado Federal que o meu Partido e o PSDB estão tomando a iniciativa de entrar com uma denúncia junto ao Tribunal Superior Eleitoral, manifestando a nossa opinião e denunciando ao TSE a infração do art. 31, inciso III, da Lei nº 9.096, de 1995, que é a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O que diz o art. 31, inciso III, da Lei nº 9.096/95?

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

(...)

III – autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais.

Senador Arthur Virgílio, o Sr. Delúbio Soares concordou com o Sr. Marcos Valério em que empréstimos eram tomados para subsidiar o Partido dos Trabalhadores. Está dito no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje que a empresa Graffiti Participações, pertencente ao Sr. Marcos Valério, no dia 27 de janeiro de 2004, tomou junto ao BMG, Banco de Minas Gerais, empréstimo no valor de R\$15,9 milhões. A empresa Graffiti Participações ofereceu, como caução, aval para tomar os R\$15,9 milhões emprestados, que cabem perfeitamente dentro dos R\$39 milhões declarados pelo Sr. Delúbio Soares, como empréstimos tomados pelo Sr. Marcos Valério para subsidiar as ações do PT.

O aval da operação de R\$15,9 milhões foi um curioso contrato tomado pela SMP&B com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A SMP&B, a DNA e a Graffiti, todas elas pertencem a um acionista chamado Sr. Marcos Valério e sua esposa. Um contrato dos Correios serviu de aval para que a empresa Graffiti tomasse, com o aval de outra empresa do mesmo dono, a SMP&B, R\$15,9 milhões – pelo dizer do Sr. Delúbio Soares, para subsidiar, evidentemente, o Partido dos Trabalhadores.

O que qualquer brasileiro de inteligência mediana, como eu, há de entender? Que dinheiro dos Correios, que seguramente foi faturado pela Graffiti, serviu para subsidiar o Partido dos Trabalhadores e que o empréstimo foi apenas uma antecipação do produto do contrato. Ou seja, a infração ao art. 31 está claríssima. Diante disso, o que devo, por obrigação, fazer?

Ouçó V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se V. Ex^a, a partir do seu discurso tão consistente, Senador José Agripino, quisesse traçar uma medida da gravidade do caso, eu lhe diria que chegaram a este ponto: optaram por se dizerem criminosos eleitorais, em função da prescrição, para tentarem não ser enquadrados como criminosos de crimes ainda não-prescritos. Ou seja, quando alguém chega ao ponto de afirmar “Para escapar, digo que só fiz isso e que não fiz tudo aquilo”, a situação está muito grave, agravando-se a cada momento. Em nada contribui para a solução da crise aquela entrevista decepcionante, pífia, inócua, completamente contraproducente do Presidente Lula, em França – estou tomando muito cuidado com o português agora para não dizerem que me destempero: quem diz “na França” não está sendo fino. Aquela entrevista em França, portanto, é tão grave que, se não se derem conta os de boa-fé desse Governo do ponto a que está chegando a situação, terão depois de se lembrar de que houve quem, até sob incompreensão, tentou ajudar; até sob perfídia, tentou colaborar para

que o Brasil não sofresse todos os percalços possíveis, trazidos por uma crise que está assumindo proporções gigantescas. As pessoas já nem lembram como eram as revistas antes. Não há mais espaço para esportes; não há espaço para coluna social; não há mais espaço para medicina. Uma viagem de Brasília a Manaus, de 2 horas e 20 minutos, não é suficiente para ler as três revistas principais...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sequer com leitura dinâmica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não dá! Um conhecido bebedor da minha terra disse para alguém que lhe perguntou sobre o tempo de viagem daqui para Manaus que eram oito uísques. Então, não sei dizer em revistas qual é a duração da viagem, mas o tamanho da crise está-se avolumando. As inverdades, os conluios, as combinações, o direito de ir ao tribunal para ter o direito de não falar a verdade numa CPI, tudo isso está representando algo que a mim me causa certa dor no coração.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, tenho procurado pautar meu comportamento pela ponderação e pela moderação. Hora nenhuma procuro colocar a carroça na frente dos bois; tudo a seu tempo. Longe de mim falar em **impeachment** ou em impedimento de mandato de A, B ou C, mas é nosso dever zelar pelo dinheiro público.

Fundo partidário, Senador Arthur Virgílio, é dinheiro público, do contribuinte; é dinheiro do imposto pago pelos brasileiros que vai para o caixa da União e deste para o Poder Judiciário, que finalmente o distribui com os partidos políticos mediante critérios. O fundo partidário do PFL, no ano passado, foi de R\$16 milhões e pouco; o do PT, R\$22 milhões e pouco, fora o rateio de multas.

As investigações que estão em curso nos levam a uma constatação, e essa, a uma obrigação. A afronta ao art. 31, inciso III, é claríssima, na minha visão. Contudo, não interessa a minha visão, e sim a de quem vai julgar para tomar atitudes, que é o Tribunal Superior Eleitoral. Conversei com o Presidente do meu Partido, Senador Jorge Bornhausen, e pedi a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que conversasse com o Presidente do seu Partido – V. Ex^a já o fez. E quero fazer um convite para que o Presidente do PDT e de outros partidos que o desejem subscrevam a denúncia que apresentaremos amanhã ao Tribunal Superior Eleitoral, informando nossa preocupação com a conexão clara entre o empréstimo tomado no BMG, repassado para o Banco Rural – o famoso Banco Rural! – e dele para o PT, em uma clara antecipação de recursos provenientes dos Correios, uma empresa pública, para um partido polí-

tico, o que fere o art 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em seu inciso III.

O que queremos é que o dinheiro público fique fora – fora! – deste lamaçal que é a onda de denúncias que está assolando o Partido dos Trabalhadores. É nossa obrigação proteger. Fundo partidário é dinheiro público. Há uma constatação: vamos tomar uma providência, que é a nossa obrigação. Convido V. Ex^a para, amanhã, junto com os Presidentes dos nossos Partidos, irmos ao Tribunal Superior Eleitoral cumprir a nossa obrigação: livrar o dinheiro público do fundo partidário dessas transações que não enobrecem ninguém, muito menos um partido político que se dizia guardião da ética, o Partido dos Trabalhadores.

E mais: vou entrar com uma ação e sugerir ao meu Partido que inste o Partido dos Trabalhadores a retirar aquele número 25, que está lá recuperando 25 anos de existência, de dentro da sua estrela. Vinte e cinco é o número do PFL. Que botem lá o 13 e tirem o 25 de perto da estrela do PT!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado a realizar-se amanhã, 19 de julho, às 11 horas, destinada à designação dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 7, de 2005 – CN, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de dizer que, em crises como esta, assistimos aos melhores momentos do Parlamento e também aos piores; aos comportamentos mais nobres e aos pequenos comportamentos. É assim a vida pública, e aprendemos com o tempo.

Quero dizer que, na quinta-feira passada, fiquei absolutamente estarecido com o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. Primeiro, porque conheço S. Ex^a e somos Parlamentares há mais de dez anos. Sempre tivemos uma disputa dura, acirrada, respeitosa, mas leal. E creio que S. Ex^a cometeu um ato de deslealdade para comigo.

É verdade que S. Ex^a me ligou lá pelo meio-dia, dizendo que viria ao plenário, na hora em que eu estava indo ao aeroporto, para embarcar para São Paulo. Tentei dar retorno ao celular duas vezes e não consegui falar com S. Ex^a. Fui para São Paulo. Infelizmente, na sexta-feira, não houve sessão plenária. Eu tinha compromissos no meu Estado. Depois, li o pronunciamento e fiquei mais impressionado pela forma, pelo tom, pelas expressões, pelo conteúdo e pela direção do seu pronunciamento; sobretudo por S. Ex^a me haver incluído naquele pronunciamento de uma forma que considero inapropriada e apressada. Se ao menos S. Ex^a tivesse conversado antecipadamente comigo, seguramente não o teria feito.

Começo pela transparência da minha vida parlamentar, da minha campanha, da minha vida pública. Gosto das coisas que dizem respeito ao meu nome bastante esclarecidas. Sobre o debate daquela quinta-feira, apesar de ter tentado esclarecer com algumas jornalistas da Casa, o que eu disse não foi publicado. Espero que o seja agora.

O Senador afirmou que eu tinha declarado R\$710 mil, mais precisamente R\$710.483,41, e que, portanto, minha campanha não poderia ter sido feita com esses recursos e que era mentira a minha declaração.

Primeira ponderação: dos 54 Senadores que se elegeram, eu fui o 25º a mais gastar nessa declaração. Portanto, temos atrás de mim: 2 Senadores do PDT, 4 do PFL, 2 do PL, 5 do PMDB, 3 do PSB, 2 do PSDB, 7 do PT e 2 do PTB, que declararam ter gastado menos do que eu.

Portanto, estranho! Por que pinçar o meu nome sem analisar o conjunto das declarações? Mas, entendendo; talvez mais um esforço de atingir o Governo pela minha condição de Líder do Governo.

Agora, o que não foi dito deste plenário e o que até agora não foi publicado, porque hoje de manhã, pela CBN, ouvi o Senador Heráclito Fortes, novamente – tratou-me com muito respeito durante todo esse processo, quero destacar isso –, afirmar que R\$710 mil são muito pouco para as minhas despesas de campanha.

Na declaração que está no TSE, além da minha declaração pessoal, existem as despesas do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo, recursos que outros partidos não fazem, mas o meu Partido faz. Estão declarados lá, pela campanha no Estado de São Paulo, R\$3.417.804,13. Além do meu parceiro, na época candidato ao Governo do Estado, José Genoíno, R\$2.023.999,47. Portanto, gastamos na campanha, em São Paulo, R\$6 milhões. E R\$3.417 milhões são as despesas do Partido no Estado, que dizem respeito à campanha do Genoíno, dizem respeito à minha

campanha e dizem respeito às campanhas estaduais e federais. No PSDB, em Manaus, Amazonas, não teve essa despesa, pelo que me informei – se tiver havido, gostaria de conhecer.

A maioria dos Senadores não tem a despesa partidária divulgada publicamente. Por que é importante a despesa do partido? Porque parte das despesas de campanha é do partido. Os comícios quem organiza é o partido, não é o Senador. Vou como convidado de uma atividade partidária.

No nosso Partido, todos os candidatos a Deputado Estadual e Federal imprimem nos seus panfletos o nome da chapa majoritária, o número, a cédula. Portanto, não fiz um jornal de campanha meu. Todo o material era feito pelos meus companheiros de Partido. A cédula de campanha que era distribuída tinha Lula, Genoíno, Mercadante e os demais candidatos a Deputado Estadual e Federal. Essas despesas estão contabilizadas e nominadas, além do que cada Deputado Federal e Estadual fez.

Por isso, quero responder também a uma nota que assisti hoje, de um diálogo que jamais existiu. Nunca fui discutir com o Sr. Delúbio Soares o seu depoimento, porque não posso discutir um depoimento que não conheço, informações que jamais me foram dadas.

Não sei por que chegamos a essa dívida. Não sei onde foi tomada a decisão relativa a essa dívida. Não sei por que o partido se endividou dessa forma. Não sei que contratos são esses que foram feitos. Não conheço o Sr. Marcos Valério. Jamais falei com ele, nunca participei de uma reunião. Nunca recebi qualquer apoio de campanha desse cidadão. Portanto, espero, em algum momento, e cobrei isso do Sr. Delúbio Soares, poder ter a informação completa do que aconteceu.

A única coisa que eu disse a ele e repito é: diga a verdade. Porque é o melhor para o Partido e para o País que tenhamos transparência e que possamos apurar tudo isso com todo rigor.

Mas, na minha declaração do Comitê Único do PT, no Estado de São Paulo, pagamos para a publicidade, campanha do Sr. Duda Mendonça, R\$1.910 milhão, além do que o Presidente Lula pagou, R\$7.085 milhões, da campanha nacional. Foi feito um pacote com o Duda Mendonça em vários Estados da Federação, incluindo São Paulo – era o mesmo estúdio, era a mesma equipe, as mesmas pessoas, e eu tinha apenas 52 segundos de campanha dia sim, dia não, porque a nossa participação no horário eleitoral era bastante pequena. As despesas estão aqui declaradas no TRE. E a despesa de comunicação e publicidade é mais ou menos a mesma em qualquer Estado em televisão, não importa qual o tamanho do eleitorado, a despesa é

mais ou menos a mesma. Só de comunicação, no caso da produtora de televisão, gastamos R\$1.910.

Estão aqui também R\$357.983,00 mil de **ou-doors**, que na maioria das vezes, no nosso Estado, éramos eu, o Genoíno, o Presidente Lula, ou eu e o nosso colega de chapa José Genoíno. Portanto, essa é despesa da campanha da qual participei, é isso que fui informado, é isso que divulgamos. Somados, são R\$6 milhões. Acho inclusive muito dinheiro.

Uma das providências que temos que tomar, rapidamente, nessa crise é reduzir os gastos de campanha, reduzir substancialmente os gastos de campanha, porque o problema dos partidos em relação aos gastos de campanha vai muito além do PT. É muito importante que esse debate seja feito, com profundidade, para que tudo seja esclarecido, mas que seja esclarecido também de todos os partidos, para que possamos dar um salto de qualidade em relação ao processo democrático.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a levantou o...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Vou falar depois, o microfone está nesta posição. Aparte é assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vai falar baseado no art. 14?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, vou dar prosseguimento à minha intervenção.

Esclarecido esse episódio que, para mim, era absolutamente indispensável que eu fizesse, volto a afirmar que considere as expressões utilizadas pelo Senador Arthur Virgílio absolutamente incompatíveis com o decoro parlamentar. Registro o meu protesto nos Anais desta Casa. Não estava aqui naquela oportunidade – gostaria que algum outro companheiro o tivesse feito – mas as reputei absolutamente inapropriadas. Não se pode tratar um debate político com expressões como as utilizadas. Não se pode tratar a figura do Presidente da República da forma como foi tratada. Isso não contribui para a democracia, não contribui para o respeito entre Oposição e Governo, não contribui para o que quer que seja. Isso significa um rebaixamento do debate político, que tenho certeza de que a biografia do Senador Arthur Virgílio nunca patrocinou, e é por isso que peço que não insistamos nesse caminho, porque não ajuda a convivência, o relacionamento respeitoso que nós sempre tivemos ao longo de todos esses anos.

Entendo que a Oposição queira mudar o foco e centrar o seu ataque no Presidente Lula. Não sei se pelo prestígio dele junto ao povo, se pelo fato de as pesquisas eleitorais mostrarem que o povo não só confia no Presidente, como sabe que Sua Excelência não está envolvido. É evidente que não está envolvido, é

evidente que esse processo foi feito no PT por algumas poucas pessoas, que sequer a Executiva Nacional tomou conhecimento ou o Diretório Nacional. Pergunte a qualquer membro do Diretório Nacional se, em algum momento, foi discutido esse tipo de financiamento, esse tipo de empréstimo, esse volume de gasto de campanha. Nunca foi informado e nunca foi discutido.

Quero terminar, dizendo aos meus parceiros da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a tem direito a mais cinco minutos de prorrogação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ... que espero que consigamos conduzir esse processo com bastante responsabilidade pública; que tudo seja apurado, que não haja prejulgamento, que as informações sejam prestadas, mas que, acima de tudo, façamos um balanço mais profundo.

E pergunto aqui, aos companheiros deste Plenário, se não temos o problema do pagamento em campanha, fora da prestação de contas oficial, como um grave problema da democracia brasileira, que perpassa todos os partidos? Porque a maioria dos empresários não quer hoje financiar e ter seu nome envolvido com essa criminalização recorrente da atividade política no Brasil. Esse é o problema mais grave da democracia brasileira. Não acredito que o modelo de financiamento público exclusivo vá resolver essa questão. A Alemanha estabeleceu o financiamento público exclusivo, como forma de tentar responder a essa questão democrática, e continua tendo problemas de financiamento paralelo. A crise de Helmut Kohl foi exatamente relacionada a financiamento de campanha eleitoral.

Penso que o melhor caminho é o da transparência absoluta. É, a partir dessa crise, darmos um salto definitivo no Brasil e assumirmos que o financiamento de campanha faz parte da atividade política, que os empresários devem assumir a sua responsabilidade nesse processo e eliminarmos definitivamente esse mecanismo, junto com medidas corajosas de redução de custos de campanha: a proibição de showmícios, a redução do tempo da campanha e o estabelecimento de um padrão para os programas de televisão que não leve a esses gastos absurdos que estamos tendo com as agências de publicidade, para que possamos não repetir esse tipo de situação.

É muito melhor explicitarmos os financiamentos de campanha na prestação de contas de cada partido, de cada candidato, do que assistirmos o que temos visto recorrentemente: depois da campanha aparecem gastos que não foram contabilizados, gastos substantivos, significativos, que mostram que a transparência não ajuda o eleitor a tomar decisão. Quando vamos hoje a

um congresso médico de oncologia e o médico faz a apresentação de um novo remédio, ele é obrigado a colocar embaixo os conflitos de interesses: quais foram os laboratórios que financiaram a pesquisa, para que cada médico possa tomar decisão se aquela conclusão é exatamente produto da pesquisa científica e da medicina ou se o financiamento do laboratório interferiu no resultado como parte do **lobby** de uma atividade farmacêutica. E o médico toma a sua decisão olhando para seus pacientes e tendo informação. Acho que na vida pública é assim. Os patrocinadores de campanha são os mesmos patrocinadores da imprensa. Por que um veículo pode ter liberdade editorial e acha que homem público não pode ter liberdade de decisões simplesmente porque recebeu o apoio de campanha? E o eleitor vai avaliar se a decisão de cada homem público está vinculada ou não ao financiamento do partido ou daquele candidato.

Se não resolvermos essa questão democrática de reduzirmos o custo de campanha, de baratearmos o custo de campanha, seguramente, esses problemas vão-se repetir. Se hoje eles são visíveis – e é bom que sejam, do ponto de vista do Partido –, só lamento tomar conhecimento desses fatos pela imprensa. Acho que os companheiros deveriam ter-me dito isso antes de tomar a decisão, aconselhando-se mais de forma democrática e respeitosa com os companheiros de Partido que têm 25 anos de história, como é o meu caso, e que não foram consultados em momento algum sobre as decisões tomadas e que têm de receber informações pela imprensa, como está ocorrendo.

Acredito que tudo foi feito pelo espírito partidário, mas ainda assim não se justifica. Isso não pode acontecer. Um Partido como o PT não podia viver um momento como este. Temos um imenso desafio, não apenas de pedir desculpas à opinião pública, mas de reformar o Partido, corrigir esses erros e permitir uma trajetória em que não se repitam mais episódios dessa natureza.

No entanto, eu diria que essa não é só uma tarefa do PT. Enganam-se aqueles que acham que esse é um problema só do PT. É fácil conduzir isso como se fosse o problema de um único partido, mas não é verdade. Trata-se de um problema da democracia brasileira e está presente em quase todas as legendas partidárias. E eu pediria àqueles que vão continuar esse debate que digam claramente se esse não é um problema dos demais partidos e se não temos despesas partidárias e dívidas de campanha que não são contabilizadas. Essa nova questão precisamos resolver com coragem.

É fácil e rápido criminalizar apenas o PT, mas não será a melhor solução para a democracia brasileira. Teremos de responder pelos erros que cometemos

– e espero que tudo seja apurado e esclarecido. Mas essa é uma questão geral da vida partidária, presente em todas as atividades de campanha, e só superaremos isso se tivermos um debate franco, aberto e leal e promovermos uma profunda reforma política no Brasil, porque, sem ela, não superaremos esses episódios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Se V. Ex^a pede a palavra para uma explicação pessoal, tem direito à palavra imediata.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para réplica, creio que também. Não importa a forma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, por ter sido citado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante propôs um tom, e aceito o tom proposto por S. Ex^a. Ele sugere um tom elevado e com a retomada de parâmetros civilizados para se discutir a questão neste plenário.

É meu intento e, portanto, é plena a aceitação.

S. Ex^a refere-se – e o Presidente Lula o fez ontem do mesmo jeito – a possíveis problemas em quaisquer partidos do espectro brasileiro. O Sr. Delúbio Soares diz que há, claramente, caixa dois no PT, e o diz como sendo a saída mais amena para esse emaranhado de acusações em que se coloca o Partido de S. Ex^a.

V. Ex^a estranhou, Senador Aloizio Mercadante. Vou ler, de forma objetiva, alguns itens de campanha, mas esclareço que considero muito cômodo dizermos: sou candidato a senador, tenho fulano de tal como candidato a governador; entro em um programa de televisão e falo; entro em um avião como se fosse invisível, como se não ocupasse um lugar; a panfletagem foi organizada pelo governador, como se não houvesse uma divisão clara, proporcional ao cargo pleiteado por todos, das responsabilidades financeiras de campanha. Mas há.

Não ousaria dizer, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, que seu mandato estaria **sub judice**, até porque se o Partido se responsabilizou por grande parte dos gastos e se o Sr. Delúbio diz que foi um caixa dois, é terrível. Confio em V. Ex^a. Tenho certeza absoluta. V. Ex^a não conhece Valério e não se envolveu em coisa alguma. Defenderia V. Ex^a, como fiz com seus correligionários Paulo Delgado e Sigmaringá Seixas, de um

jeito que V. Ex^a não fez comigo. Isso marcou profundamente a minha relação com V. Ex^a.

Se é verdade, por um lado, que, aos tucanos, é recomendado o respeito claro a V. Ex^a, ficou patente que qualquer rastaquêra pode dizer o que quiser de mim no seu Partido. Faz parte do jogo. Petista ainda pode tudo, pelo menos na ilusão que alimenta certas figuras que não estão se dando conta da gravidade da situação em que está enfiado esse Partido. V. Ex^a não é tratado de maneira descortês por nenhum tucano. Se surgisse uma insinuação parecida com aquelas na CPMI, eu viraria bicho em defesa de V. Ex^a. Eu chamaria o tucano que tivesse feito essa gracinha de mau gosto e o teria repreendido duramente. Não senti nada parecido com isso. V. Ex^a viajou, cumpriu a sua rotina e não demonstrou por mim a consideração e o respeito que o Senador Paulo Paim demonstrou, que a Senadora Ideli Salvatti demonstrou. Precisamente por isso, eu quis mostrar a V. Ex^a que, se é para se jogar um outro tipo de jogo, eu estou aqui.

Mais ainda: quero discutir – já que quero excluir completamente essa história do Sr. Delúbio e seus caixas 2, 3, 8, 9, 25, o número que ele quiser – e dizer que, para mim, há itens básicos de campanha, Senador Aloizio Mercadante. Programa de TV, programa de rádio, anúncio de TV, anúncio de rádio: não me diga que é tudo igual. Não é, porque tem o *spot* do Senador no horário que lhe cabe...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso tem de ser computado na medida clara do que é o valor do mercado que aí está. Desculpe-me, sei que V. Ex^a não sabe disso. R\$1,9 milhão, Duda? Não acredito. Não ficou rico daquele jeito, cobrando tão pouco para fazer campanha para um partido político. Nós sabemos que foi muito mais.

Pesquisas, pesquisas. Então, tudo é do governador, nada ali beneficia o senador? Então, nada deve ser computado na conta do senador? Mobilização, eventos, comícios, panfletos, caminhadas, carreatas, reuniões, pessoal, locação de palco, sonorização, iluminação, transporte... Então, o senador entra, banho tomado, fala na hora própria, soltam lá os foguetes para ele, e ele não tem participação nenhuma naqueles gastos de campanha? Ou deveria ter declarado alguma parte, a proporcional que fosse, já que era o número dois da eleição? O número um seria sempre o Governador.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou prorrogar o tempo para V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Administração, locação de sede, escritório político – não dá para misturar o seu escritório político com outro –, pessoal, comando, suporte. Vi uma coisa que parecia inédita no seu Partido. Vi, neste ano, cabos eleitorais. Vi. Viajei pelo País inteiro e, em vez daqueles petistas vibrantes que, embora chatos, eram legítimos, vi pessoas balofas arrastando para um lado e para outro uma bandeirinha, quase que esperando para receber a diária no fim do dia ou no fim da semana, ou a semanada.

Móveis, equipamentos, informática, telefones centrais, aparelhos de telefone, contas telefônicas, os insumos necessários a uma campanha, material promocional, camisetas, bonés, mídias, assessoria própria para atingir a mídia não eleitoral e, portanto, assessoria de comunicação social, jornais de campanha, logística, veículos, transporte, combustíveis, fretamento de aeronaves, passagens aéreas, hospedagem, alimentação, impressos, panfletos, cartazes, **folders** etc.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem razão: eu não estou aqui para propor um jogo de hipocrisia nem para dizer que se devem ao PT todos os defeitos do quadro político. Não faria isso. Ao contrário: aceito o tom elevado que V. Ex^a propõe e aqui lhe abro, de maneira pública, o coração. Alguém me perguntou lá fora: “Mas o Sr. Roberto Jefferson não disse que o seu partido, o PTB, trabalhava caixa-dois?” Senador José Agripino, creio que temos de ser justos, não é preciso ter nenhuma coragem, basta justiça. Se o PTB disse, pelo seu presidente de então, que fazia isso, deveríamos pedir a suspensão do fundo partidário para o PTB; com clareza: PT e PTB, os dois. Isso é o justo, isso é o correto.

Mas não considero ilegítimo o seu mandato, Senador Aloizio Mercadante, de forma alguma. Ao contrário: V. Ex^a é um dos grandes nomes do Congresso Nacional; é um parlamentar que nunca, a meu ver, demonstrou jaça na sua participação na vida pública. Nunca demonstrou, e eu nunca tive economia em dizer isso de V. Ex^a, mesmo nos momentos dos nossos embates mais duros.

Eu apenas quis dizer que, na minha opinião, se fizermos a conta direitinho, veremos que não é pouco o que custa uma eleição num Estado do porte do seu, assim como não custa pouco uma eleição num Estado do tamanho do meu. Pessoas do seu partido, espero eu que não acolitadas pela direção nacional, até porque não vou responder a ninguém de lá, responderei sempre ao Presidente daqui...

Nada – e aí vou usar uma expressão não sei se da Senadora Heloísa Helena ou da Senadora Ideli

– de perder tempo com os porcos, vamos para o dono dos porcos, direto para o dono dos porcos. Dizem, no meu Estado, que, como eu declarei R\$1,6 milhão, eu teria comprado o meu mandato. Eu, que fui o homem público com mais votos em toda a história do Estado do Amazonas em todos os tempos – mais votos que o Presidente Lula, mais votos que o Governador de Estado –, teria eu comprado a eleição. Eu, que procurei justamente fazer o contrário: declarar tudo aquilo que recebi de arrecadação de campanha. É preciso chegarmos a essas verdades, Sr. Senador Aloizio Mercadante.

No mais, V. Ex^a chegou a dizer isso... Em relação a V. Ex^a, vou dizer quais são os meus sentimentos. V. Ex^a já disse mais de uma vez, já disse para mim e já disse pelos jornais, que V. Ex^a sabe que as coisas passam muito rapidamente comigo...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...e V. Ex^a tem um saldo positivo comigo muito grande, um saldo positivo muito grande. Eu não deixaria nunca de respeitá-lo, de querê-lo bem e, talvez até por respeitá-lo e querê-lo bem, tenho anotada, e não a anotaria de outros, esta omissão que, para mim, foi grave. Constatar que, no seu partido, qualquer irresponsável pode dizer o que quiser a meu respeito sem ser admoestado. Foi algo que a mim me marcou, foi algo que a mim me fez mal, foi algo que a mim me sugeriu que eu estava tendo compreensão sem estar recebendo compreensão de volta.

Então, acredite: quando trouxe aqui para questionar – e continuo fazendo isso – a sua prestação de contas, estava embutido ali também uma boa dose de amizade pessoal. Queria dizer a V. Ex^a que não aceitava esse método, porque V. Ex^a me conhece e sabe que não convivo com a injustiça, não sei dormir com a trava da injustiça na garganta. Por isso é que dormi mal e, no dia seguinte, acordei para defender Sigma-rixa Seixas e Paulo Delgado...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Apelo a V. Ex^a que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não acuso ninguém, mas tem gente que se explicou naquele episódio do Banco Rural de maneira tão amarela, que eu, olhando como telespectador, disse: “Meu Deus do céu! Isso está esquisito”. Disseram: “Não, o meu assessor foi lá. O meu assessor estava de blusa azul. Naquele dia tinha também não-sei-quem na porta. A

Elba Ramalho estava dançando na porta do banco e não sei o quê...”

Eu sei quem é Sigmaringa Seixas e quem é Paulo Delgado, por isso fui defender os dois, até porque vi a angústia de Sigmaringa Seixas, que é parecida – ele foi acusado, eu não fui – com a angústia que eu tive de extrapolar.

Exagerou... Exagerei em quê? Exagerei em quê? Eu podia ter dito com palavras mais amenas tudo aquilo que estou pensando das omissões do Presidente da República e do quadro de corrupção que está varrendo o País.

Exagerou o quê? Alguém vem, faz insinuações no ar, à meia-noite, insinua alguma coisa contra a minha honra pessoal e quer que eu me comporte como uma moça da antiga Socila, treinando boas maneiras para casar com um homem da alta sociedade paulista?

Não é esse o meu objetivo. Meu objetivo era claramente dizer que ninguém tripudia sobre a minha honra impunemente. Já demonstrei isso à farta e eu sou previsível: as pessoas sabem que, em agindo comigo assim, a resposta é assado; em agindo assado, a resposta é assim. Nunca respondi à lealdade com deslealdade. Nunca responderia a amizade e companheirismo sem ser com lealdade e companheirismo. Por outro lado, não me peçam limites quando se trata de eu ter o meu calo moral pisado, porque esse é o meu patrimônio e esse não tem quem atinja.

Saiba, como última expressão: quando eu trouxe o nome de V. Ex^a, eu queria precisamente chamar sua atenção para o que me pareceu ser uma bela injustiça pessoal. A injustiça se faz pela ação. V. Ex^a praticou injustiça comigo pela omissão. Eu imaginava que V. Ex^a teria ligado à meia-noite e dez para esse cidadão para não deixá-lo virar a noite sem que ouvisse a ponderação de V. Ex^a de que é fundamental ter respeito por quem merece respeito, é fundamental ter consideração por quem merece consideração, é fundamental tratar com lealdade quem não trata seus adversários com deslealdade.

Talvez eu seja um adversário à moda antiga, adversário que não gosta de pisar. Estava negociando com o seu partido respeito ao Ministro José Dirceu, porque eu não admito que se humilhe um general de tropa. Aliás, não admito que se humilhe ninguém. Eu não quero que se humilhe Marcos Valério numa CPI; eu não quero que se humilhe Delúbio, ninguém! Uma pessoa que age assim se ofende de maneira tripla quando sente que é uma mão só: lealdade e consciência daqui pra lá; de lá pra cá, somenos importância e algo que me beirou um pouco a leviandade e a falta de convicção de caráter em relação a minha pessoa. Não exatamente de V. Ex^a, mas incomodou-me a ati-

tude; para mim foi uma atitude, e atitudes e gestos eu respondo com atitudes e com gestos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, com base no art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem cinco minutos para a tréplica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.
Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria começar pelos esclarecimentos.

Não assisti ao depoimento na CPI dos Correios. À meia-noite, eu estava dormindo. Não sei o que se passou lá. Quando cheguei aqui na quinta-feira de manhã, participei de duas reuniões e, depois, embarquei para São Paulo. Quando recebi o telefonema, ao meio-dia, tentei entender se estava acontecendo alguma coisa, porque eu havia ligado duas vezes e não havia recebido retorno. Então, liguei para o Senador Sérgio Guerra: “Sérgio Guerra, está acontecendo alguma coisa com o Arthur?” Ele disse: “Não”. Perguntei: “Houve algum problema na CPI?” Ele falou: “Não”. Insisti: “Não houve nada?” E ele disse: “Nada.” Eu só vim saber o que tinha acontecido quando eu estava chegando a São Paulo, depois do discurso que V. Ex^a proferiu.

Portanto, eu não podia defendê-lo de um episódio que eu nem sabia que tinha acontecido. Além disso, quando fui me informar sobre o que tinha acontecido, disseram-me que não havia sido feita nenhuma tentativa de atingir a sua honra, que havia sido feita menção a um apoio financeiro de campanha.

E vou dizer mais: ou nós passamos a tratar essa questão como uma parte essencial da política – e cada homem público tem um duplo vínculo, o voto e o apoio financeiro de campanha –, ou não vamos sair da situação em que estamos. Creio que esse caminho fácil de criminalizar o financiamento de campanha é que está levando a essa situação, em que os empresários não querem aparecer, e os homens públicos também não querem assumir aquilo que a imprensa toda sabe. Abre-se qualquer jornal, e se vêem todas as empresas que estão patrocinando. São as mesmas! As mesmas empresas, os mesmos bancos, as mesmas instituições são as que patrocinam cada um dos Senadores e Deputados que aqui está. Faz parte do debate político essa dimensão da democracia. E acho que todo homem público tem de explicar qualquer questão que diga respeito à sua vida, sobretudo o financiamento de campanha.

Portanto, para que fique bem claro, volto a dizer: a opção, em São Paulo, pela produtora de Duda Men-

donça foi uma recomendação do PT nacional, que fez um acordo nacional, não só para a campanha do Presidente Lula, como para várias outras campanhas.

Em segundo lugar, diferentemente de outros Partidos, no PT há uma centralidade partidária nas campanhas.

Exemplo: os nossos candidatos a deputados estaduais e federais não apareciam fazendo discursos deles mesmos: meu nome é fulano de tal, eu fiz isso e aquilo. Não, a propaganda era do Partido: vote na legenda, vote 13. Por isso, parte das atividades dos custos de campanha era do Partido.

Nós prestamos conta: o Genoíno, R\$2 milhões; eu, R\$710 mil; e o Partido, no Estado, R\$3.417 milhões, porque foi assim a campanha. Foi assim.

Diferentemente de outros partidos que não têm a mesma estrutura partidária, nós temos militância, diretório municipal, estadual. Quando eu chego a uma cidade, tem uma carreata me esperando, que a militância organizou; tem um comício, que a militância da cidade organizou.

Todo o meu gasto de campanha foi imprimir faixa plástica, que era a forma de me contrapor à força dos *outdoors* de outras candidaturas muito mais fortes economicamente que a minha no Estado de São Paulo. No interior, em todas as cidades por onde passei, tinha *outdoors* de alguns candidatos ao Senado. O meu não estava lá. Eu mandava a minha “faixinha” plástica e a militância subia e colocava no poste; é ela que distribui o meu panfleto.

E isso está contabilizado, está contabilizado como gasto de Partido. Não tem sentido ser um gasto meu. Cada cédula do PT, obrigatoriamente, tinha o meu número e o meu nome. Cada panfleto tinha a minha cara, o meu número e “Senador Mercadante”. Aquilo é política do Partido...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...é prestado conta como política partidária.

A maioria – no caso de V. Ex^a, eu verifiquei – não tem essa prestação de contas do partido no Estado. É legítimo que a escolha seja outra, mas a nossa é assim. Só não podem dizer que eu tenho R\$710 mil, mas não considerar que existem mais R\$3,417 milhões cujas contas foram prestadas e que inclui tudo isto: *outdoor*, comício, “showmício”, carreata e, sobretudo, a propaganda de comunicação, R\$1,910 milhão. Está lá escrito, Duda Mendonça.

Então, essa é uma diferença de cultura partidária, de forma de fazer campanha e de prestação de contas. Só não pode omitir.

E, volto a dizer, ainda assim, sou o 25^o em termos de despesa partidária. Apenas 24 Senadores, dos 54, apresentaram gastos acima do meu. Mas, se considerar o partido, seguramente, estou numa posição que não é essa, porque declaramos e apresentamos aquilo que penso que foi o gasto e as informações que a direção do Partido me deu à ocasião. Portanto, não procedem a afirmação e a preocupação.

Por último, quero dizer que, se soubesse que havia algum ataque à honra de V. Ex^a, eu o teria defendido. E, se houvesse algum ataque do PSDB à minha honra, teria me defendido também. Mas, seguramente, não viria à tribuna para acusar V. Ex^a, porque jamais imaginaria que V. Ex^a poderia estar por trás de qualquer ação daquela natureza.

E não vejo o fato da menção de uma contribuição de campanha ser uma coisa que desabone a sua honra, a sua história e sua atitude parlamentar. Nada. Não há nenhuma relação entre aquilo... É um fato que V. Ex^a tem que explicar. Na vida pública, tudo que temos que explicar já perdemos. E erro político não é o que fazemos, é o que os adversários dizem que fizemos.

Mas não há nada que desabone a sua honra. Absolutamente, não vejo nada nessa direção e jamais patrocinaria qualquer coisa. Penso que ninguém, nem a imprensa acharia, porque tinha a menção de uma contribuição de campanha, que aquilo o responsabilizava por alguma coisa.

E não sabia, não sabia que essa questão tinha sido discutida na CPI à meia-noite. Não sabia. Se soubesse, teria, seguramente, me solidarizado, mas não teria feito o que V. Ex^a fez. Não podia me defender naquele momento e, na sexta-feira, não tivemos plenário. Ainda pedi a algumas jornalistas para explicar a prestação de contas do Partido, como fazemos e como encaminhamos, mas não tive essa oportunidade.

Espero, no entanto, que hoje tenha feito e isso possa ser publicado, analisado e considerado. Somos um Partido que temos uma cultura partidária, que temos, na legenda do Partido, uma dimensão fundamental do projeto e, por isso, fazemos campanha dessa forma. Sempre foi assim. O PT estadual sempre assume parte das responsabilidades de campanha, e define a agenda. Quem define a minha agenda é o Partido, quem marca os compromissos e os comícios é o Partido, no Estado. E os Senadores são convidados para participar. O Partido assume, paga e contabiliza aquela despesa.

O que não era assim no Partido – e espero que nunca mais volte a ser – é o nível de endividamento a que ele chegou. Penso que foram decisões que não foram democráticas, não foram transparentes, não foram discutidas, pelo menos comigo, jamais, em ne-

nhuma instância e em nenhuma oportunidade. E se endividar da forma como se endividou, realmente não consigo entender por que esse caminho, realmente não consigo entender, porque se tivesse sido feito um debate transparente e democrático, com certeza não estaríamos assim.

Se estamos endividados, temos que cortar custos. Não poderíamos reproduzir esse padrão em 2004, tínhamos que enxugar despesas para poder equilibrar as finanças e não expor o Partido da forma como está exposto, por um caminho que não traz nenhum dividendo político. Ao contrário, prejudica a história do PT.

Mas somos um Partido que temos uma longa história de serviços prestados ao Brasil, um Partido que contribui decisivamente para a transparência e para a ética...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... e vamos saber, tenho certeza, superar essas imensas dificuldades que estamos atravessando.

Por último, quero dizer, e termino com isto: as despesas de campanha fora da prestação de contas estão presentes em todos os partidos. É só olhar a história recente, a eleição de 2002, e vários partidos, depois da eleição, apresentaram, ou a imprensa apresentou, despesas extremamente elevadas que não estavam contabilizadas.

Isso mostra que precisamos de uma reforma política corajosa. O caminho que proponho é a transparência absoluta. Não penso mais que o fundo público exclusivo venha a resolver.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não resolveu na Alemanha, que tem uma cultura muito mais rígida, penso que não resolverá no Brasil. Creio que o caminho é a transparência absoluta, é colocarmos todos os dados na mesa, aproveitarmos esta crise e reduzirmos definitivamente os gastos de campanha, porque estamos prisioneiros de uma lógica de competição que é uma lógica perversa para a vida pública. Aos Senadores, aos Prefeitos, aos Governadores, ao Presidente da República não interessa gastar o que estamos gastando em campanha. Não interessa. É muito dinheiro para um País como o nosso, e por isso temos que fazer a reforma política, reduzir o prazo de campanha, mudar o programa de televisão, voltar a ser algo absolutamente austero, direto, sem qualquer tipo de outro recurso televisivo, para não encaixar a campanha, reduzir o tipo de material que pode

ser usado e estabelecer um programa de austeridade em campanha, porque assim não precisaremos estar fazendo um debate como este e poderemos discutir o País, o desenvolvimento, o emprego, o crescimento, que é a agenda que o Brasil espera da vida pública, espera deste Congresso Nacional e que, infelizmente, nesta oportunidade, não está sendo possível.

Mas, para respeitar o Senador Alvaro Dias, que está inscrito, termino o meu pronunciamento. Se for necessário, voltarei após.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a teve a tolerância dos 14 minutos que foram dados ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a se inscreveu como Líder. Pergunto se o Senador Alvaro Dias poderá usar da palavra antes de V. Ex^a, porque eu já o chamei por três vezes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que tem dez minutos.

Depois falará o Senador Ney Suassuna como inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, tentaram nos ensinar a arte de falsificar a verdade. Com aquilo que podemos denominar de armação ilimitada, arquitetaram uma versão ainda mais fantasiosa do que aquela já conhecida pelo País, de triste memória, a Operação Uruguai, confessando em três partes, numa triangulação espúria – Governo, Marcos Valério e PT –, crime eleitoral.

Na linguagem jurídica a confissão implica em formação de quadrilha para a prática da corrupção eleitoral. Diante dessa confissão, que transforma o PT em réu confesso, imaginamos ingressar, no final da semana, com representação junto à Justiça Eleitoral para as providências legais cabíveis.

Os Líderes Arthur Virgílio e José Agripino avançaram e transformaram a idéia em força maior, com a autoria dos dois Partidos de Oposição, protocolando já no dia de amanhã essa representação, uma vez que a Justiça Eleitoral age quando provocada, convocando a Procuradoria Eleitoral para a necessária investigação.

Sr. Presidente, a confissão de crime eleitoral não é sentença judicial de absolvição para os demais crimes. Na verdade, houve uma arrumação em três

partes, repito: uma combinação que envolve o Poder Executivo, o Sr. Marcos Valério e o PT, por intermédio do Sr. Delúbio Soares.

Se essa convicção já tinha força, ganha força superior depois da entrevista do Presidente Lula. Aliás, pasmem Srs. Senadores, a entrevista que o Presidente Lula concedeu foi gravada antes que concedessem suas entrevistas o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares. O Presidente da República sabia de antemão o teor das entrevistas de Valério e de Delúbio. Dessa forma, essa associação para uma combinação que subestima a inteligência dos brasileiros faz com que tenha clareza solar a existência da triangulação.

Senador Arthur Virgílio, é evidente que o crime eleitoral é grave. E a representação que será protocolada amanhã, com base nos artigos 34 e 35 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, permitirá à Justiça Eleitoral investigar, para imputar responsabilidades e punir.

O art. 350 do Código Eleitoral estabelece punições que partem das menores multas – suspensão de recursos do fundo partidário – até perda de mandato e reclusão por até cinco anos dos envolvidos. Há um elenco de punições relativamente ao crime eleitoral. É preciso dizer que esse crime é grave, sim. Querem esse debate. Na verdade, desejam restringir, escapando desse modelo de corrupção, para um fato isolado que seria o crime eleitoral confessado.

Não autorizamos o PT, por meio de qualquer liderança, por mais ilustre que seja o seu dirigente, imputar aos demais partidos a mesma prática. Há equívocos fatais para o PT nessa versão fantasiosa. O Sr. Delúbio Soares assume em nome da Executiva. Se, em um primeiro momento, assumiu pessoalmente; em um segundo momento, admitiu que toda a Executiva, agora deposta, participou da decisão de obter empréstimos por meio das agências do Sr. Marcos Valério.

Em primeiro lugar, não há na história do Brasil informação sobre empréstimos dessa natureza da parte de qualquer partido político, até porque partido político não tem patrimônio capaz de sustentar um empréstimo como esse.

Essa terceirização dos recursos não é resultante da generosidade do Sr. Marcos Valério, e sim do seu interesse escuso de enriquecimento ilícito com base nos recursos públicos garantidores do empréstimo concedido ao Sr. Marcos Valério e repassado ao PT. Não é o Sr. Delúbio Soares que não tem patrimônio para tal. Não é o PT que também não tem patrimônio para tanto. É, sim, o patrimônio público.

Já está demonstrado, em documentos publicados pela **Folha de S. Paulo**, que o Sr. Marcos Valério

caçou um dos empréstimos de mais de R\$15 milhões no BMG com carta de crédito, com a garantia da sua conta junto aos Correios, que investigamos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, o Sr. Marcos Valério, na verdade, constituiu-se em repassador de recursos públicos, fez a ponte entre os cofres públicos e os cofres do Partido dos Trabalhadores, de forma escusa, deplorável, desonesta.

Não há como aceitar essa manipulação dos fatos com uma arquitetura dessa versão que subestima realmente a inteligência de todos nós.

É lamentável sobretudo a participação do Presidente da República. Nesse acerto de versão, estabeleceu-se que o Presidente seria excluído do processo. Esses recursos, supostamente direcionados às campanhas eleitorais, não seriam em benefício da candidatura Lula. Mas o Sr. Delúbio Soares confessa que esses recursos foram repassados não a comitês financeiros de determinadas campanhas eleitorais, mas aos diretórios regionais do Partido.

Sr. Presidente, os diretórios regionais do Partido faziam a campanha eleitoral de quem? Por acaso, faziam a campanha eleitoral de José Serra? Não. Faziam a campanha eleitoral do candidato Lula à Presidência da República. Portanto, não há como excluir a candidatura Lula desse processo de corrupção eleitoral.

O que é estranho, Sr. Presidente, é que afirmou o tesoureiro do PT que esses recursos eram repassados aos diretórios regionais. Sabemos, com a experiência de campanha eleitoral que todos temos, que diretório regional não movimentava recursos financeiros em campanha eleitoral. Os recursos destinados à campanha eleitoral não passam pelas contas do Partido do diretório regional. Há um comitê financeiro criado e registrado junto à Justiça Eleitoral, com conta de campanha aberta em agência bancária, por onde os recursos passam. Portanto, essa é mais uma confissão de ilegalidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, queremos repudiar essa tentativa que subestima a inteligência e vem escamotear a verdade. Queremos repudiar essa associação espúria entre o Executivo, o Sr. Marcos Valério, o Partido dos Trabalhadores e que se estende a Partidos da Base Aliada e a Parlamentares na barganha que se estabeleceu mediante um projeto de poder de longo prazo, que escancarou as portas da corrupção também para a participação da iniciativa privada. O espaço para a corrupção, estimulada pela cobiça de determinados empresários que aceitam o jogo da propina

para abrir portas no Executivo, foi aberto pelo modelo de corrupção instalado pelo atual Governo.

Não consegue ver quem não deseja ver. Essa é, sem dúvida, uma realidade explicitada pelos fatos noticiados nos últimos dias. Que houve a arquitetura de um projeto de poder de longo prazo cujo fim justificava os meios, eu, particularmente, não tenho dúvidas. Duvide quem quiser duvidar. Exclua o Presidente dessa responsabilidade quem quiser excluir. Não posso fazê-lo, para ser verdadeiro diante da minha própria consciência e daqueles que depositaram em mim confiança para representá-los no Senado Federal. O Presidente é, sim, partícipe de forma direta e indireta. Não só porque não impôs autoridade, foi omissivo, conivente, cúmplice, estimulou a impunidade, que alavancou a corrupção, que ganhou corpo e proporções no Executivo Federal, mas porque, seguramente, participou de todas as decisões.

Ninguém é ingênuo a tal ponto. Ninguém ingênuo a tal ponto chega à Presidência da República. Portanto, não há como, de forma alguma, excluir o Presidente de responsabilidades.

Nessa entrevista concedida em Paris – desculpem-me, mas me parece que com perguntas calculadas e respostas ainda mais calculadas, mais estudadas –, o Presidente disse algumas verdades, reconheço, entre elas a de que o grande problema é a mentira. Depois que se mente a primeira vez, há que se mentir muitas vezes na tentativa de corrigir os efeitos provocados pela primeira mentira.

Já estamos convivendo com uma coleção de mentiras; a partir da primeira versão, outras versões foram surgindo até essa última versão, que me perdoem é medíocre para convencer as pessoas inteligentes. Por mais boa vontade que possa ter o cidadão brasileiro, não terá facilidade para se convencer da sinceridade dessa versão prontamente defendida pelo Presidente da República na entrevista concedida em Paris. Repito: o Presidente não é adivinho, o Presidente não poderia prever o teor das entrevistas de Marcos Valério e Delúbio Soares; gravando a entrevista antes que aquelas fossem concedidas, o Presidente demonstrou ter decorado bem a estratégia urdida por aqueles especialistas em malandragem imaginam poder iludir sempre a opinião pública brasileira.

Sr. Presidente, essa CPI tem uma responsabilidade extraordinária, a responsabilidade de alcançar os principais artífices dessa modelagem corrupta. Nós sabemos não ser fácil; alcançar alguns corruptos que até já foram alcançados não há problemas; no entanto, chegar aos verdadeiros artífices dessa arquitetura de

modelo de corrupção que se instalou na República é tarefa mais complexa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se houver tempo, concederei com prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo de V. Ex^a já foi prorrogado duas vezes mas, se houver necessidade, concederei um minuto...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se o Senador Eduardo Suplicy me permitir, eu encerro, mas, se desejar, com a condescendência do Presidente...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como sou o próximo orador inscrito, poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O próximo orador é o Senador Ney Suassuna. V. Ex^a não está inscrito aqui. Quer que eu o inscreva?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pensei que estivesse inscrito. Eu havia avisado ao Secretário da Mesa... Permita-me apenas dizer ao Senador Alvaro Dias que, primeiramente, avalio como muito importante a declaração do Presidente da República do quanto Sua Excelência deseja que a verdade venha inteiramente à tona e considera importante, como V. Ex^a ressaltou, que jamais se esteja faltando com a verdade, porque isso acaba implicando conseqüências ainda mais danosas. Esse foi o sentido maior do que Sua Excelência disse e do seu desejo de que haja o esclarecimento completo desses fatos. Temos a convicção de que a Comissão Parlamentar de Inquérito chegará – tanto pelo trabalho realizado pela Oposição como por nós, da Base aliada, que desejamos a verdade – à completa descoberta dos fatos e será responsabilizada, na forma da lei, toda e qualquer pessoa que tenha cometido erros. Avalio, conforme V. Ex^a, que houve, de fato, contradições entre as primeiras declarações feitas pelo Diretor-Tesoureiro Delúbio Soares e por Marcos Valério nas entrevistas anteriormente concedidas e aquelas concedidas ao Jornal Nacional na sexta-feira e sábado respectivamente. Mas há algo importante: ambos começaram a falar mais sobre os fatos do que anteriormente, e isso constitui uma contribuição para o objetivo de V. Ex^a, para o meu e o do Presidente da República, de sabermos inteiramente dos fatos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Quanto à sinceridade de V. Ex^a, eu não tenho dúvida.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Mas lamento dizer que o discurso do Presidente está muito distante da prática. Se fosse sincero o Presidente no seu discurso, não participaria dessa engenharia falaciosa de se articular uma versão medíocre em relação ao esquema de corrupção instalado no Governo da República.

O Presidente prestaria um serviço maior à sociedade. Aliás, ele é um grande comunicador quando conversa em entrevista da natureza daquela veiculada pela Rede Globo domingo à noite. Ele se comunica bem com o grande público, ele tem um linguajar fácil, didático e sobretudo nessa entrevista, extremamente estudada, ele procurou passar essa versão de que nós estamos diante apenas de episódios de corrupção no campo eleitoral, que se constituem em prática rotineira neste País.

O Presidente não foi verdadeiro. Há Partidos que não admitem o Caixa 2, há Partidos que não admitem tais procedimentos. Mas se existem os Partidos que admitem tais procedimentos, o Presidente da República tem instrumentos para alcançá-los. O que é preciso é destacar: quem acusa tem o ônus da prova. O PT não foi acusado. O PT se autocondenou ao confessar e tornou-se réu confesso. Há uma confissão para toda a Nação de que esse é o procedimento adotado pelo PT; para afirmarem que outros Partidos adotam o mesmo procedimento terão que arrancar confissões semelhantes ou então, Sr. Presidente, apresentar provas consistentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como orador inscrito, por dez minutos e mais cinco minutos de prorrogação.

O Senador Eduardo Suplicy está inscrito em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de avisar ao Senador Arthur Virgílio que, como serei o orador seguinte ao Senador Ney Suassuna e farei uma referência pessoal ao discurso proferido por S. Ex^a na quinta-feira, se S. Ex^a puder permanecer no plenário, seria adequado. Então, aviso o Senador Arthur Virgílio que falarei sobre o diálogo que tivemos na última quinta-feira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB quer firmeza nas investigações, total transparência e não quer que absolutamente nada deixe de ser investigado. Tanto é que já entregamos desde a quarta-feira passada os nomes dos membros da CPI do “mensalão”, e não vamos deixar de participar de nenhuma CPI.

Nós não vamos de maneira nenhuma fazer como a Oposição, que aproveita todo o quadro – no papel correto dela – e ocupa todos os espaços. O PMDB não vai fazer isso. Mas não vai deixar que ninguém fique impune se tiver culpa. Também não vai fazer como o Governo: atacar quem está buscando investigar em algumas ocasiões. Não! Vamos ser solidários ao Governo, mas queremos, com firmeza, que se faça essa apuração!

Não estamos aqui só para isso, Sr. Presidente. Já está até cansativo o que se fala! O lugar para se falar é na CPI, as brigas têm de ocorrer na CPI, as investigações têm de ocorrer na CPI, mas, em quase 100% dos espaços fora da CPI, só se fala nessas investigações, e os Parlamentares se esquecem do mais importante, que é o eleitor, o cidadão, aquele que nos colocou aqui por meio do seu voto. Eu queria exatamente falar sobre esses que pagam altos impostos e que não recebem serviços de qualidade.

Veja, Sr. Presidente, a pesquisa feita no dia 12 no meu Estado. A pergunta é: “O Governo deve trabalhar e ter mais atenção em que áreas?” O item “assistência à saúde” recebeu 39,4% dos votos. Isso mostra que, apesar de se pagar INSS, de se pagarem impostos sobre tudo – para quem quiser se embriagar, a fim de fugir da realidade, 80% do preço que se paga por uma garrafa de aguardente é de imposto, e 20% correspondem ao preço do produto –, a saúde é o primeiro item de grita da população. Nos postos de saúde, não há remédios, e muitas cidades nem sequer têm médicos. Esta é a grita maior no meu Estado: assistência à saúde. Vamos apurar tudo, mas é hora de se prestar atenção também aos serviços pelos quais o povo clama.

O segundo item é segurança pública. E vejamos aonde chegamos neste País! O meu Estado, a Paraíba, em termos de segurança, sempre foi tranquilo. Poderia até haver crimes passionais, mas não havia esse problema de segurança pública. Agora, 21,2% da população reclama da segurança. Na Capital, a porcentagem é maior: 28,5%. É o segundo item pelo qual clama a população: segurança pública.

Assistência à educação é um item que nunca deveria ser nem pedido pela população. O Governo

tinha de saturar a população de educação. Foi assim que o Japão mudou, foi assim que os Estados Unidos mudaram, foi assim que a Coréia mudou, foi assim que Taiwan mudou. Mas a assistência à educação continua na terceira posição no clamor da população.

Moradia é a que se segue. Faltam sete milhões de casas, principalmente casas populares. O quinto item, geração de emprego, obteve 4,5% dos votos e foi seguido por saneamento básico, transportes urbanos, menores carentes. É incrível também que o meu Estado já esteja em nono lugar em relação aos menores carentes. As cidades já começam a se ressentir disso.

O cidadão é estimulado a responder sobre o maior problema que a população está vivendo, e a resposta desponta de forma ímpar: o desemprego, com 45,8% dos votos. Quando se oferece uma lista perguntando quais os problemas pelos quais uma população pode passar, as respostas são as que mencionei acima a V. Ex^a. Mas o cidadão, quando estimulado, responde que o maior problema que a população está vivendo é o desemprego, com 45,8% dos votos no meu Estado. Isso significa que há falta da Sudene, que há falta de projetos para as regiões periféricas, como é o caso do meu Estado. A estratégia não está funcionando, porque 45,8% da população clama por emprego. E somos muito condescendentes com emprego, porque são muitos os subempregos que passam por empregos.

Em seguida, vêm a saúde e a segurança, como na outra lista.

Fico impressionado com isso, Sr. Presidente, porque o nosso povo é otimista, o nosso povo é bom, o nosso povo confia, mas, na hora de receber a contrapartida, esta não há. E nós, aqui, estamos gastando uma quantidade gigantesca de energia. Não quero que se pare, não é isso que estou falando. Devem-se apurar os fatos, mas temos de departamentalizar. Esta é a hora de apurar os fatos e de continuar cobrando os serviços básicos de que a população precisa.

Nessa mesma pesquisa, Sr. Presidente, faz-se uma pergunta: “O ano de 2005 está sendo melhor do que o de 2004?” E 36,4% da população acha que sim; 42% acham que está igual; e apenas 17% acreditam que está pior. Quer dizer que, apesar de tudo, o povo está confiando que o País está andando, graças à economia. Essa pesquisa não é esse imbróglio político, não. Esse resultado se deve exatamente ao papel econômico, que está sendo desenvolvido. As pessoas têm esperança. Vejam como o nosso povo é crédulo!

Sr. Presidente, a outra planilha sobre a qual eu gostaria de falar nos deixa pasmos! Veja que coisa in-

crível: “O senhor aprova ou desaprova o Governo do Presidente Lula?” A pesquisa foi realizada no dia 12; hoje é dia 18. Portanto, faz seis dias. A resultado foi o seguinte: 54,9% o aprovam; 34,95% o desaprovam; e 10,97% não têm opinião formada sobre o assunto.

Vejam que fenômeno interessante! Em João Pessoa, 59,5% o aprovam, e 33,7% o desaprovam. Quando se trata da grande João Pessoa ou das cidades periféricas mais pobres, cidades dormitórios, esse índice salta para 64,1%. Então, a confiança no Presidente é de 64,1% contra os 27,6% que o desaprovam.

Na mata paraibana, 48,5% da população o aprova contra 42,2%. Por quê? Porque essa é a região que está mais descrente. É a região da monocultura, da cana-de-açúcar, e o cidadão está vendo que absolutamente nada foi feito em prol dele.

Em Campina Grande, 54,1% o aprovam, e 32,7% o desaprovam. No agreste paraibano, 52,5% o aprovam, e 36,1% o desaprovam. E vai por aí fora.

Então, observamos que, nas cidades onde há mais gente pobre, onde está havendo distribuição dessas bolsas, disso e daquilo, a aprovação cresce. Quando se trata de um lugar inacessível, em que as pessoas não estão recebendo essas benesses de bolsa educação, disso e daquilo, cai o índice. Mas, mesmo assim, o índice continua superior a 50%.

O que concluo com isso, Sr. Presidente? Concluo que precisamos pisar no acelerador em termos de desenvolvimento.

Se ainda tem a confiança do povo neste momento, pelo menos no meu Estado – e creio que isso se repete no País todo –, o Presidente tem de arregaçar as mangas, não ficar prosa e trabalhar, cobrar dos seus Ministros tudo o que pode. Para o Ministro que não trabalhar e não mostrar resultados ao povo, que o está vendo, rua!

Não se pode mais, Sr. Presidente, continuar com essa situação. São sessenta dias de crise, e todos estão de braços cruzados, olhando o mundo! Isso não pode continuar.

O PMDB estará apoiando o Presidente na governabilidade, mas o PMDB espera ver o Ministério e o Presidente trabalhando.

Com toda certeza, essa crise será debelada, e os responsáveis, os criminosos irão para a cadeia. E o Presidente será imbatível. Mas, se ficar no blablablá, se ficar com pena de cortar cabeças, se ficar querendo proteger fulano ou sicrano – e não estou falando do Presidente, mas do Governo em geral –, as coisas não vão andar.

Devemos ter coragem e disposição, porque quem nos colocou aqui foi o povo. A razão maior deste País é o povo. Não é para ficarmos aqui de conversa comprida, sem dar ao povo, que paga impostos caríssimos, a resposta que ele espera.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a por ter cumprido o tempo, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, prezados visitantes do Senado, eu gostaria de começar a minha exposição com um aviso ao Senador Arthur Virgílio, porque falarei a respeito do nosso diálogo da última quinta-feira, quando S. Ex^a, indignado por razões que lhe são importantes, aqui resolveu fazer um pronunciamento. Eu, discordando da maneira como S. Ex^a se referia ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, procurei recomendar-lhe que tivesse um outro tipo de atitude, mais respeitosa. Telefonei-lhe ainda na tarde da quinta-feira, informando-lhe que na tarde de hoje, ou nesta semana, eu iria trazer-lhe a demonstração, encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral, de minhas despesas de campanha. Como S. Ex^a havia duvidado de minha palavra, fiz questão de lhe dizer que minha demonstração de gastos está de acordo com aquilo que, efetivamente, aconteceu.

A respeito desse episódio, publiquei um artigo no **Jornal do Brasil**. Felizmente, tem havido um interesse grande para que esse artigo seja também publicado em outros jornais do País. O **Correio Amazonense** havia solicitado, há mais de duas semanas, a publicação dos meus artigos e coincidiu de justamente o primeiro deles ser referente ao Senador Arthur Virgílio, que é um Parlamentar de grande combatividade e que conheço há muitos anos, uma vez que fomos colegas na Legislatura de 1983 a 1987, quando éramos ambos, pela primeira vez, Deputados Federais e nos engajamos em muitas lutas comuns.

Eu gostaria de abrir esta reflexão com um ensinamento muito importante do Professor Rubem Alves, feito em seu **Quarto de Badulaques**. Ele, que é psicanalista, filósofo e professor da Universidade de Campinas, fala algo muito interessante para o nosso dia-a-dia.

O Senador Arthur Virgílio, que me dá a honra de estar presente, vai perceber que essa recomendação de Rubem Alves sobre o ouvir – e, agora, vou falar até

um pouco mais longamente – serve também para o relacionamento com a nossa pessoa amada.

1. Sobre o ouvir: O ato de ouvir exige humildade de quem ouve. E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos. Mas isso, admitir que o outro vê coisas que nós não vemos, implica em reconhecer que nós somos meio cegos... Vemos pouco, vemos torto, vemos errado. Bernardo Soares diz que aquilo que vemos é aquilo que somos. Assim, para sair do círculo fechado de nós mesmos, em que só vemos nosso próprio rosto refletido nas coisas, é preciso que nos coloquemos fora de nós mesmos. Não somos o umbigo do mundo. E isso é muito difícil: reconhecer que não somos o umbigo do mundo! Para se ouvir de verdade, isso é, para nos colocarmos dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis, ainda que provisoriamente, as nossas opiniões. Minhas opiniões! É claro que eu acredito que as minhas opiniões são a expressão da verdade. Se eu não acreditasse na verdade daquilo que penso eu trocaria meus pensamentos por outros. E se falo é para fazer com que aquele que me ouve acredite em mim, troque os seus pensamentos pelos meus. É norma de boa educação ficar em silêncio enquanto o outro fala. Mas esse silêncio não é verdadeiro. É apenas um tempo de espera: estou esperando que ele termine de falar para que eu, então, diga a verdade. A prova disto está no seguinte: se levo a sério o que o outro está dizendo, que é diferente do que penso, depois de terminada a sua fala eu ficaria em silêncio, para ruminar aquilo que ele disse, que me é estranho. Mas isso jamais acontece. A resposta vem sempre rápida e imediata. A resposta rápida quer dizer: “Não preciso ouvi-lo. Basta que eu me ouça a mim mesmo. Não vou perder tempo ruminando o que você disse. Aquilo que você disse não é o que eu diria, portanto está errado...”

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Depois, vou entregar a V. Ex^a uma cópia...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Receberei com muito afeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... desse bonito texto, que prossegue sobre o amar e o ouvir.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Arthur Virgílio poderá até desfrutar dessas

palavras de forma um pouco melhor com a sua estimada esposa, porque falam do relacionamento entre as pessoas.

Aprendemos a nos respeitar e lembro-me, Senador Arthur Virgílio, de diversas passagens de nosso mandato comum. Por exemplo: ambos fomos, juntamente com inúmeros Deputados à época, para a comemoração, salvo engano, do quarto aniversário da Revolução Sandinista.

Foi um momento muito especial de nossa vida política, porque ali víamos chegar ao poder um governo progressista, embora depois, infelizmente, ele não tenha conseguido levar adiante a sua trajetória de objetivos comuns. A Frente Sandinista ainda procura, por meio de eleições democráticas, voltar ao poder que alcançou e perdeu, devido aos inúmeros erros que cometeu. Isso constitui um aprendizado para nós dois.

Quem sabe V. Ex^a poderá fazer o aparte com maior substância se me permitir registrar, no nosso diálogo, o artigo que escrevi?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu o li.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Ele foi publicado também em Manaus e imagino que seja algo que possa ser interessante para V. Ex^a. Aos domingos, meus artigos serão publicados no **Correio Amazonense**. Eles resultam, em grande parte, da reflexão que temos feito aqui e que constitui, Senador Arthur Virgílio, certamente, um mútuo aprendizado. Nesse renhido debate que, muitas vezes, travamos, tenho certeza de que aprendemos uns com os outros. Nós, brasileiros que representamos o povo, precisamos uns dos outros para construir um Brasil melhor, algo de que o meu querido amigo Carlito Maia tanta falava.

Antes de conceder, com muita honra, o aparte ao Senador Arthur Virgílio, peço ao Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, que tenha alguma tolerância, já que, na semana passada, ouvi o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio por cerca de 25 minutos. S. Ex^a falou por quase uma hora, mas, para não perder meu vôo, não pude ouvi-lo por todo esse tempo. Então, hoje vou continuar o nosso diálogo.

Concedo o aparte a V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Suplicy, antes de mais nada, esclareço que não tenho, pessoal ou politicamente, nada contra V. Ex^a. V. Ex^a lembrou um episódio que foi importante nas nossas vidas e eu recordo-me de um outro, que até hoje me emociona. Estávamos ambos naquele fim de festa, após a votação da Emenda Dante de Oliveira, das eleições diretas...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando houve um episódio na frente do Congresso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...e o Dr. Ulysses pediu a diversos Parlamentares que acompanhassem o povo até à Rodoviária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A grande verdade é que muitos colegas nossos se escafederam, não foram. V. Ex^a e eu fomos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu me lembro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Lembro-me de que os homens do General Newton Cruz queriam arrastar nós dois e aquela pequena multidão para atrás dos Ministérios, pelo lado esquerdo de quem sai daqui. Nós não aceitamos de jeito algum porque sabíamos que eles queriam nos espancar e espancar os manifestantes lá fora. Então, V. Ex^a e eu fomos, feito dois Quixotes, porque nenhuma força tínhamos e nem ele reconhecia validade nenhuma de mandato de ninguém. Tratava-se de um ditador mesmo, enfim, daquela laia toda que chegamos a conhecer. E acompanhamos o povo até a rodoviária a pé. Lá, rapidamente, eles tomaram os ônibus disponíveis, e foi a partir daí que retornamos ao Congresso. Se V. Ex^a quer se lembrar de um episódio que mais me aproxima de V. Ex^a, é esse. Um outro: quando voltamos da Revolução Nicaragüense, V. Ex^a ficou com um livro de uma figura que nós dois admirávamos muito, chamado Tomás Borge. Um livro sobre a ideologia da revolução sandinista. V. Ex^a ficou com o livro e não me devolveu até hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Puxa vida! Vou ver se acho esse livro. E era de V. Ex^a? Era nosso? Pedi para ler e não devolvi? Mas vou fazê-lo. Vou achar o livro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu estava curioso em saber do pensamento daquele que era o ideólogo da revolução sandinista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas só hoje V. Ex^a me cobra o livro? Desculpe-me.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida. Talvez esteja muito bem na biblioteca de V. Ex^a. Tenho, portanto, muito carinho pessoal por V. Ex^a. Num momento de muito rompante, enfim, se eu tivesse que dizer que cometi, por envolver naquele episódio alguém – e sou uma pessoa meio sem limites quando me sinto atacado nesse flanco ético –, até para justificar a legitimidade das minhas contas, acabei falando de uma figura que adoro, que é o Senador Jefferson

Péres, e falei de V. Ex^a também. O Senador Aloizio Mercadante explicou como funciona o seu Partido e claro que, se tem programa de TV, programa de rádio, pesquisas, *telemarketing*, mobilização para eventos, comícios, panfletagem, tudo isso tem um custo que talvez não tenha sido computado, enfim, administração, toda aquela logística, material promocional, as mídias não-eleitorais, assessoria de comunicação, pessoal, jornal de campanha, veículos, transportes, combustíveis, fretamento de aeronaves, uma parte deveria ser computada na do Senador, e impressos também. Alguém diz que o Partido gastou tanto, mas o Partido não explicita quanto destinou para a candidatura do Senador. Enfim, em outras palavras, não tiraria aqui, em nenhum momento, a legitimidade de um mandato legítimo de um homem como V. Ex^a. Portanto, eu diria apenas que espero de V. Ex^a primeiro compreensão. V. Ex^a falou: “V. Ex^a usou palavras muito duras com o Presidente”. Eu ouvi, no tempo do Presidente Fernando Henrique, palavras muito mais duras proferidas por dirigentes do mais alto relevo do seu Partido em relação ao Presidente Fernando Henrique. Segundo, estamos vendo esse episódio de Delúbio, e o que espero de V. Ex^a? V. Ex^a sabe que a minha amizade por V. Ex^a é irretirável e, portanto, o seu mandato é legítimo. V. Ex^a tem um peso na política brasileira e na política de São Paulo que todos reconhecem. E o que espero? Que V. Ex^a chegue lá no depoimento do Delúbio e não espere que eu conteste ou que alguém conteste, que V. Ex^a conteste, dizendo: “o senhor está mentindo, não tem caixa dois no PT”...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...e peça a expulsão dele, sob pena de ele ficar maculando todos os mandatos conquistados por colegas seus. Ele não é do seu tempo, enfim. Em outras palavras, V. Ex^a traz para mim uma outra novidade – e peço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a –, algo que é positivo em V. Ex^a. V. Ex^a me telefonou, leu-me vários *e-mails*. Depois, eu disse a V. Ex^a que estava apouquentado com o fato de V. Ex^a estar escrevendo em um jornal amazonense. Agora, V. Ex^a está obrigado a fazer umas cinco colunas lá me elogiando, e estou imaginando que isso vai sair. Isso fica entre duas pessoas muito fraternas, como somos nós dois. E uma coisa me encanta: V. Ex^a, desde aquele momento se preocupou, colocou idéia fixa e veio para cá dar as suas explicações. Isso contrasta com 99% das pessoas de seu Partido, que estão todas entocadas, todas acuadas, todas sem a autonomia que V. Ex^a está demonstrando. Todas elas querendo que a tempes-

tade passe, como avestruzes com o rabo de fora e a cabeça enfiada na terra. Eu, portanto, parablenizo V. Ex^a pela preocupação que demonstra em não deixar dúvidas sobre V. Ex^a, no seu estilo, do mesmo jeito, que não deixo dúvidas, no meu estilo, a meu respeito. Portanto, saiba que foi um mero acidente e que não serviu em nenhum momento para diminuir o apreço e o carinho que tenho pelo homem, pelo cidadão que V. Ex^a é e, mesmo tempo, o apreço e o respeito que tenho pelo Parlamentar insigne que V. Ex^a é nesta Casa. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a tem dois minutos para concluir, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero, então, registrar aqui a parte relativa à prestação de contas da minha campanha eleitoral de 1998, que havia sido referida pelo Senador Arthur Virgílio. Quero também dar cópia da mesma para V. Ex^a. Então, isso será para as notas taquigráficas e para as mãos de V. Ex^a.

Quero também transmitir, Senador Arthur Virgílio, que, se quiser, poderá acompanhar desde já, no dia-a-dia, como é que é feita a minha campanha.

Em 2006, V. Ex^a observará que os gastos de minha campanha serão modestos até o fechamento das urnas. O gasto principal normalmente é o alocado para a feitura do programa de televisão, mas, em 1998, despendi muito pouco em *outdoors* e formas de publicidade, que normalmente custam mais caro. Eu havia dito a V. Ex^a que o total de gastos em 1998 havia sido de R\$360 mil, eu tinha só assim por cima, e quero registrar que foram R\$379,606 mil. Aqueles que contribuíram diretamente para a minha campanha há o registro feito.

E reitero aqui que não deve um Senador ofender o Presidente da República da maneira como aconteceu aqui na última quinta-feira. Em nenhum momento, por maiores que fossem as críticas que eu pudesse ter ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso durante os seus oito anos de governo, procurei sempre manter uma atitude de respeito nas palavras que usei em relação ao Chefe desta Nação.

Quem sabe, então, quando eu o procurei como amigo, como pessoa que aqui o respeita, pessoa com quem estive junto, dentre outras, na campanha por Diretas Já!, por Ética na Política, eu recomendo a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, a maneira de se dirigir ao Presidente da República. V. Ex^a poderá trazer os fatos e tudo, mas, no que diz respeito aos adjetivos, o quão mais respeitoso V. Ex^a agir, melhor será, até para a nossa convivência diária, a convivência que V. Ex^a, naturalmente, como Líder...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte por dez segundos?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...de um dos principais Partidos da Oposição, o PSDB. V. Ex^a tem de dialogar normalmente com os Ministros de Estado, com o Presidente da República, eventualmente. Então, ao usar de adjetivos que são de natureza ofensiva, V. Ex^a estará dificultando o seu próprio trabalho. Então, essa é uma recomendação que faço como seu colega no Senado Federal.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte por dez segundos?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Suplicy, e agora é a hora de falarmos de tantas lembranças. Eu devo dizer a V. Ex^a duas coisas. Primeiro, V. Ex^a não ponderou. Há pessoas que, essas sim, insultaram o Presidente Fernando Henrique no passado e que eram dirigentes elevados do seu Partido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – O que eu não recomendo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas não ponderou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Falo com eles.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sim, mas não os criticou.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sempre falo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a concedeu o aparte, deixe S. Ex^a finalizar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Calou e consentiu. Segundo, eu quero lhe passar algo que é da minha... As pessoas são as pessoas, senão seríamos todos números. Eu sou extremamente cuidadoso com essa questão da honra alheia. Entendo que o Presidente está sendo ou omissivo ou profundamente alienado. Eu usei palavras que substituíram essas e que foram palavras mais rudes. Eu tenho senso de justiça. Eu o fiz sob o silêncio de muita gente do PT. Tanta gente do PT silenciou, e fui, talvez, o único que defendeu o Diretor do Ibama, que é do seu Partido, acusado injustamente por um Procurador. Fui lá e o defendi, como o fiz com Sigmaringa e com Paulo Delgado. Agora, não me peçam para medir as minhas reações, porque isso é impossível. O que recomendo é que, nesse campo ético, não peguem no meu pé, não toquem no meu calo, porque aí é outra pessoa; desaparece aquela pessoa que sou. Quanto ao diálogo, V. Ex^a sabe que mantenho, o tempo inteiro, com todos, um diálogo respeitoso. Nada me impede de amanhã conversar sobre assuntos públicos com os

Ministros; nada me impede de conversar com o Presidente da República, se ele o quiser, à luz do dia, sobre a questão nacional. Nada me impede. Agora, tudo que não admito é o tratamento de achincalhe que acho que seu Partido me dispensou. A partir daí, senti-me sem limites, no direito de, pura e simplesmente, defender-me. E, na hora em que me defendo, não o faço com as armas que o fulano considera que são as corretas. Eu me defendo com as armas que o meu coração e a minha cabeça, numa mediação entre eles, pedem. Portanto, peço que compreenda o meu sentimento. Sou assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria a V. Ex^a que se apressasse, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu sou assim, Senador. No mais, o apreço por V. Ex^a, que está fazendo o que muita gente do seu Partido não está. V. Ex^a está procurando defender-se e esclarecer as coisas, quando outros não o fazem. Os outros estão apanhando e fingindo que são presidentes e ministros na França.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, com diversos companheiros de Partido sempre ponderei que não utilizassem palavras ofensivas com quem quer que fosse, porque isso dificultava o diálogo.

V. Ex^a sabe que poderá haver situações em que um Ministro de Estado que ouviu palavras ofensivas ao Presidente terá dificuldade de dialogar com V. Ex^a. É por essa razão que recomendo a V. Ex^a ter outro tipo de atitude – mais respeitosa, por mais crítica que venha a ser – em relação ao Presidente. A palavra...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que V. Ex^a terminasse em um minuto, por favor.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – A palavra bem escolhida é sempre muito melhor, quando há uma atitude construtiva.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que faça constar nos Anais o artigo que escrevi, “Os gastos das campanhas políticas”, referente ao Senador Arthur Virgílio, bem como o registro das minhas despesas de campanha, oficialmente encaminhadas ao TRE e aprovadas por aquele tribunal em 1998.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS POR VALOR ESTIMADO

Candidato: EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY

Partido: PT

Eleição: SENADOR **DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

UF: SÃO PAULO

Valor: R\$348.205,02

Art. 6º, § 1º das INSTRUÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

"As receitas auferidas em recursos estimáveis em dinheiro devem ser acompanhadas de notas explicativas em que conste a sua avaliação pelos preços praticados no mercado elaboradas pelo Tesoureiro, quando se tratar de prestação de contas de Comitê Financeiro, ou pelo Candidato"

Transfêrencia dos recursos pelo Comitê Financeiro Estadual

LOCAL: SP

DATA: 13/11/98

Eduardo Matarazzo Suplicy
ASSINATURA
EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY

Paulo Frateschi
ASSINATURA
PAULO FRATESCHI

NELI CHAVES DO AMARAL
CRC ISP-115.089/0-0

DEMONSTRAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS (Anexo III)

Candidato: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Partido: PT

Eleição: SENADOR

UF: SÃO PAULO

DATA	NÚMERO DOS RECIBOS	ESPÉCIE DO RECURSO	DOADOR/CONTRIBUINTE	CGC/CPF	VALORES	
					UFIR	R\$
09/09/1998	184522	CHEQUE	FERNANDO MILLIET DE OLIVEIRA	00459445804	520,24	500,00
08/09/1998	184521	CHEQUE	JOSE EPHIM MINDLIN	00650838815	5.202,37	5.000,00
11/09/1998	184523	CHEQUE	VICENTE LENTINI PLANTULO	00627299857	31,21	30,00
25/09/1998	184527	CHEQUE		75577151872	208,09	200,00
25/09/1998	184525	CHEQUE		69365669804	312,14	300,00
5/09/1998	184526	CHEQUE		11899757856	10,40	10,00
02/10/1998	184528	CHEQUE		15292897850	104,05	100,00
29/09/1998	184532	CHEQUE			52,02	50,00
30/09/1998	184533	DINHEIRO			10,40	10,00
05/10/1998	184534	CHEQUE			208,09	200,00
21/09/1998	184524	CHEQUE	BOLSA DE VALORES DE S.PAULO	61694865000190	10.404,74	10.000,00
29/09/1998	184529	CHEQUE	BOLSA MERCADORIAS & FUTUROS	54641030000106	10.404,74	10.000,00
01/10/1998	184530	CHEQUE	NELES CONTROLS DO BRASIL LTDA	47247580000180	3.121,42	3.000,00
01/10/1998	184531	CHEQUE	ALFA LAVAL LTDA	56990245000168	2.080,95	2.000,00
01/08/1998		ESTIMADO			362.298,43	348.205,02
TOTAL/TRANSPORTAR					394.969,33	379.605,02

LOCAL: E. Matarazzo SuplicyDATA: 13.11.98

ASSINATURA

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

ASSINATURA

PAULO FRATESCHI

Neli Chaves do Amaral
NELI CHAVES DO AMARAL
CRC 1SP-115.089/0-0

Plan 1

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

CONTA 5.106-3 BANCO DO BRASIL

SALDO DA CONTA: 523,37

SALDO DO EXTRATO: 223,37

DIFERENÇA 300,00

CHEQUE DEPOSITADO EM 28.09.98, DEVOLVIDO E AINDA NÃO REAPRESENTADO.


 EDUARDO MATARAZZO SUPLICY
RELAÇÃO DE CHEQUES RECEBIDOS (Anexo IV)

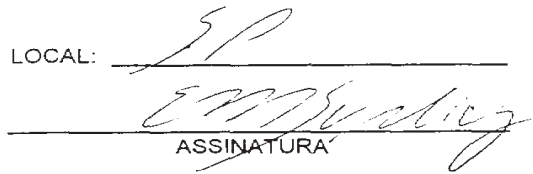
Candidato: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Partido: PT

Eleição: SENADOR

UF: SÃO PAULO

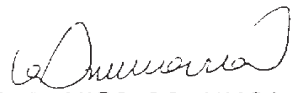
DATA DO RECEB.	IDENTIFICAÇÃO EMITENTE/DOADOR		IDENTIFICAÇÃO DO CHEQUE				VALORES
	NOME	CGC/CPF	DATA DA EMISSÃO	Nº BCO	Nº AG.	Nº CHEQUE	R\$
11/09/1998	VICENTE LENTINI PLANTULO	00627299857	11/09/1998	341	01035	0819100	30,00
25/09/1998		75577151872	25/09/1998	399	00223	0493183	200,00
25/09/1998		69369569804	25/09/1998	237	00498	000294	300,00
25/09/1998		11899757856	25/09/1998	341	00262	0633833	10,00
02/10/1998		15292897850	02/10/1998	275	0413	010680	100,00
29/09/1998	BOLSA MERCADORIAS & FUTUROS	54641030000106	29/09/1998	491	0001	086675	10.000,00
01/10/1998	NELES CONTROLS DO BRASIL LTDA	47247580000180	22/09/1998	275	0310	010601	3.000,00
30/09/1998	FERNANDO MILLIET DE OLIVEIRA	00459445804	09/09/1998	237	00504	0007836	500,00
29/09/1998							50,00
21/09/1998	BOLSA DE VALORES DE S.PAULO	61694865000190	21/09/1998	399	00343	0475405	10.000,00
01/10/1998	ALFA LAVAL LTDA	56990245000168	18/09/1998	332	0357	234949	2.000,00
05/10/1998							200,00
08/09/1998	JOSE EPHIM MINDLIN	00650838815	04/09/1998	422	0002	142097	5.000,00
TOTAL/TRANSPORTAR							31.390,00

LOCAL: SPDATA: 13.11.98

 ASSINATURA


 ASSINATURA

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

PAULO FRATESCHI


 NELI CHAVES DO AMARAL
CRC 1SP-115.089/0-0

DEMONSTRAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (Anexo VIII)

Candidato: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY
Eleição: SENADORPartido: PT
UF: SP

DATA	NOME DO PARTIDO/COMITÊ/CANDIDATO BENEFICIÁRIO	VALORES R\$
		0,00
TOTAL / TRANSPORTAR		0,00

LOCAL: SPDATA: 13/11/98


EDUARDO MATARAZZO SUPLICY



PAULO FRATESCHI


 NELI CHAVES DO AMARAL
 CRC 1SP-115.089/0-0

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
 EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

REF. PRESTAÇÃO DE CONTAS

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, candidato ao Senado, pela Coligação PRA RENOVAR SÃO PAULO, nas eleições de outubro passado, neste ato representado pelo Tesoureiro adiante assinado, vem, mui respeitosa e perante V.Excia., identificar os nomes dos doadores/contribuintes, em complemento do Anexo III, que não constaram da Prestação de Contas anteriormente ofertada, a saber:

Data	Número dos recibos	Espécie do recurso	Doador/Contribuinte	CGC/CPF	UFIR	R\$
25.09.98	184527	CHEQUE	Roberto Jorge Regeusteiner	75577151872	208,09	200,00
25.09.98	184525	CHEQUE	Wo To Kwang	69369569804	312,14	300,00
25.09.98	184526	CHEQUE	Marcos Tako Ozaki	11897757856	10,40	10,00
02.10.98	184528	CHEQUE	Leonardo Makoto Yoshi	15292897850	104,05	100,00

Requer, ainda, a juntada do Extrato Bancário do Banco do Brasil, com saldo, em 19 de novembro do corrente, de R\$ 523,37.

Termos em que,
 W. Departamento.

São Paulo, 23 de novembro de 1998.


 PAULO FRATESCHI
 TESOUREIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CANDIDATO

Nome: Eduardo Matosazzo Supley Número: 13

	Sim	Não
1. Tempestividade		
1.1 A prestação de contas foi apresentada dentro do prazo (03/11/98)	X	
2. Demonstrativos		
2.1 O candidato apresentou os anexos II a V, VIII, X e XI, e o extrato bancário.	X	
2.2 Os demonstrativos apresentados encontram-se assinados e datados.	X	
2.3 Apresentou demonstrativo de resultado de comercialização (se houver receitas correspondentes)		
3. Conta Bancária		
3.1 Foi aberta conta bancária específica.	X	
3.2 Toda movimentação financeira transitou pela conta bancária.	X	
3.3 Apresentou os extratos bancários relativos ao período completo da campanha.	X	
3.4 O extrato bancário está em nome do candidato.	X	
3.5 Foi feita conciliação bancária.		
4. Análise dos Demonstrativos (Comitê Financeiro/Regional x Candidato)		
4.1 O Anexo V (candidato) corresponde ao declarado no Anexo VIII (comitê financeiro I).		
4.2 O Anexo II (candidato) corresponde ao declarado no Anexo VII (comitê financeiro).	X	
5. Receitas		
5.1 Os cheques apresentados no Anexo IV estão contidos no Anexo III.	X	
5.2 As doações em cheques estão devidamente identificadas (Anexo IV).	X	
5.3 Todos os recursos arrecadados foram trocados por recibos eleitorais (Anexo III).	X	
5.4 Os doadores estão devidamente identificados (Anexo III).		X
5.5 Os recibos eleitorais correspondem à numeração demonstrada no Anexo II.	X	
5.6 Os valores arrecadados foram convertidos em UFIR (Anexo III).	X	
5.7 As doações em espécie foram estimadas em moeda corrente e possuem as respectivas notas explicativas (Anexo III).		
5.8 O candidato recebeu apenas doações de fontes permitidas na legislação (artigo 8º - receitas vedadas).		
5.9 Foi obedecida a vedação de arrecadar recursos antes do registro do comitê financeiro (Anexos III e IV).		
5.10 As receitas estão devidamente classificadas, inclusive fundo partidário e transferências (Anexo V).	X	
6. Despesas		
6.1 As multas compõem a relação de despesas (Anexo V).	X	
6.2 Há devida discriminação na rubrica "Outras Despesas", caso ultrapasse 5% (Anexo V).	X	
6.3 As despesas estão devidamente classificadas e foram identificadas as do fundo partidário (Anexo V).	X	
6.4 Foi atendido o limite de gastos estabelecido pelo partido.	X	
7. Obrigações a Pagar		
7.1 As obrigações a pagar estão devidamente registradas (Anexo X).		
7.2 Há recursos disponíveis para o pagamento, ou o candidato se responsabilizou pela dívida.		
7.3 Foram emitidos recibos eleitorais (para atender obrigações a pagar).		
7.4 Houve trânsito destes recursos na conta bancária.		
8. Sobras de Campanha		
8.1 Há sobras de campanha. Qual o Valor R\$ <u>523,37</u>		
9. Depósitos não Identificados		
9.1 Os depósitos não identificados foram acrescidos às sobras de campanha.	X	
10. Cálculos aritméticos/rasuras.		
10.1 As peças apresentadas estão com os cálculos aritméticos corretos/sen rasuras (Quando relevantes).		
11. Notificação		
11.1 O candidato atendeu as notificações encaminhadas.	X	
Legenda dos Anexos II. Demonstração dos Recibos Eleitorais Recebidos III. Demonstração dos Recursos Arrecadados IV. Relação de Cheques Recebidos	V. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) VIII. Demonstração de Transferências Financeiras X. Demonstração de Obrigações a Pagar XI. Ficha de Qualificação do Candidato	
Observações: <u>Conta R\$ 260,00 de depósitos não identificados, não está coberto na sobra</u>		

Analisado por

MÉLIO ROBERTO RAMOS
Auditor - TCM

data 24/11/98

Processo nº 11.135 – classe 7ª

Sra. Coordenadora.

Trata-se da prestação de contas do comitê financeiro do PT e seus candidatos às eleições majoritárias MARTA TEERESA SUPLICY (Governadora) e EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (Senador).

Analisadas sob a luz da Lei 9.504 e da Resolução nº 20.102/98, constatamos o seguinte:

I – Tempestividade

As prestações de contas foram apresentadas dentro de prazo estabelecido.

II – Demonstrativos

Todos os demonstrativos foram apresentados, devidamente assinados e datados, nos termos da legislação citada.

III – Conta Bancária

Foram abertas contas bancárias específicas, por onde transitou toda a movimentação financeira da campanha.

IV – Análise dos Demonstrativos (Comitê Financeiro/ Regional x Candidato)

As informações prestadas pelo comitê estão em conformidade com as prestadas pela direção estadual e pelos candidatos.

V – Receitas

As receitas foram classificadas corretamente, perfeitamente identificadas e trocadas por recibos eleitorais, estando as fontes de doação de acordo com o artigo 8º da Resolução nº 20.102.

VI – Despesas

As despesas foram devidamente classificadas.

VII – Obrigações a pagar

As obrigações a pagar foram *adequadamente* registradas.

VIII – Sobras de campanha

Houve sobras de campanha no valor de R\$ 1.143,55 e R\$ 523,37, nas contas dos candidatos ao governo e senado, respectivamente.

IX – Depósitos não identificados

Os depósitos não identificados foram acrescidos às sobras de campanha.

X – Cálculos aritméticos

As peças entregues apresentam-se legíveis e com seus cálculos corretos.

Por todo o exposto, entendemos que as contas do comitê financeiro do PT, assim como de seus candidatos MARTA TERESA SUPLICY e EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, estão em condições de aprovação.

À consideração de V. Sa.

Em, 29 de Novembro de 1998


Helcio Rogério Ramos
Auditor - TCM

Senhor Diretor-Geral.

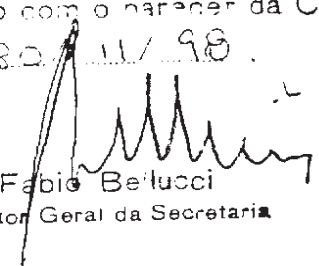
Analisadas as contas do Comitê financeiro do PT e de seus candidatos a Governadores e a Senador, e prestados os esclarecimentos necessários pelos representantes do partido, manifesto-me pela aprovação da presente prestação de contas, que se adequou à legislação que rege a matéria.

Apreciação suspenso.
CCI, em 29/11/98



Ana S. Poyares
Coordenadora de

De acordo com o parecer da CCI
DG, em 30/11/98.

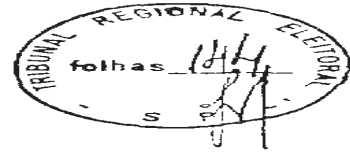


Fabio Beilucci
Diretor Geral da Secretaria

DATA
Nesta data recebi estes autos.
São Paulo, 30 NOV 1998
Chefe do Setor de Feitos Cíveis

Processo nº 11.135 Classe 7ª

V I S T A



À Doutora Procuradora Regional Eleitoral.
Secretaria, em 30 NOV 1998 /

Secretário do Tribunal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 11135/98

Representante:

*Conselho Financeiro Único de Instituições
Trabalhadores Contábeis Suplicy e
Eduardo Katarazzo Suplicy*

Egrégio Tribunal,

Nos termos da manifestação da
Coordenadoria de Controle Interno (CCI), opino pela aprovação formal das
contas apresentadas.

São Paulo, 15 de dez de 1998.

Alice Kanaan
ALICE KANAAN
PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL

Processo nº - Classe

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao
Exmo. Senhor Relator,
São Paulo, 03 DEZ 1998

Secretária da Judiciária

Voto TRE nº 727/98 (16.815)

Vistos.

À Mesa.

São Paulo, 09 de dezembro de 1998.


VISEU JÚNIOR
RELATOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Estado de São Paulo

Processo nº 11.135 - REPRESENTAÇÃO - Classe 7ª

Relator: Des. Viseu Júnior

Representante: Comitê Financeiro Único do Partido dos Trabalhadores - PT,
Marta Teresa Suplicy e Eduardo Matarazzo Suplicy

Assunto: Prestação de Contas referente à aplicação dos recursos de
campanha eleitoral de 1998 em cumprimento à Lei 9504/97 e
Resolução nº 20102 do C. TSE.

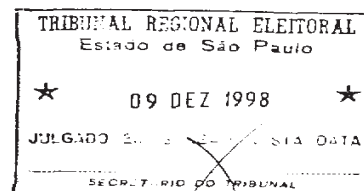
DECISÃO

1 3 2 6 2 2

Aprovaram as contas, sob
o aspecto formal, V. U.

Lista de Presença

Des. Nelson Schiesari
Des. Viseu Júnior
Juíza Anna Maria Pimentel
Juiz Eduardo Tess
Juiz Eduardo Bottallo
Juiz Otávio Henrique
Juiz Vito Guglielmi
Dra. Alice Kanaan
Procuradora Regional Eleitoral



Publicado em Sessão,
nos termos do artigo 24, §
1º, da Res. nº 20.102/98.

ACÓRDÃO Nº 132622

Processo nº 11135 - Classe Sétima

REPRESENTAÇÃO

Representantes: Comitê Financeiro Único do Partido dos
Trabalhadores - PT, Marta Teresa Suplicy e Eduardo
Matarazzo Suplicy

Assunto: Prestação de Contas referente à aplicação dos
recursos de campanha eleitoral de 1998 em
cumprimento à Lei 9.504/97 e Resolução nº 20.102 do
C.TSE.

Vistos, relatados e discutidos os autos do
processo acima identificado, ACORDAM, por votação unânime, os
Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, depois de ouvida a
douta Procuradoria Regional Eleitoral, em aprovar as contas, sob o
aspecto formal, nos termos do relatório técnico do Auditor do Tribunal de
Contas do Município e da manifestação da Coordenadoria de Controle
Interno, que adotam como parte integrante da presente decisão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores Nelson Schiesari (Presidente) e Viseu Júnior; dos
Juízes Anna Maria Pimentel, Eduardo Tess, Eduardo Bottallo, Otávio
Henrique e Vito Guglielmi.

São Paulo, 09 DEZ 1998



Relator

Viseu Júnior

Processo nº 11.135 Classe 7ª

CERTIDÃO

CERTIFICO que o V. Acórdão retro foi
publicado em Sessão desta data, bem como
foi dada ciência do mesmo ao(a) Exmo.(a)
Sr.(a) Dr.(a) Procurador (a) Regional
Eleitoral.

São Paulo, em 09 DEZ 1998

p/ Secretário do Tribunal

Processo nº 11.135 Classe 7ª

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que o V. Acórdão
retro transitou em julgado.

São Paulo, 15 DEZ 1998


Chefe do Setor de Feitos Cíveis

Os gastos das campanhas políticas

Eduardo Matarazzo Suplicy

O ato de ouvir exige humildade de quem ouve. E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça, mas com o coração, que o outro veja mundos que nós não vemos.

Rubem Alves

O senador Artur Virgílio, líder do PSDB no Senado, na última quinta-feira, estava possuído da mais alta indignação. Na véspera, lá por volta da meia-noite, ao arguir o dirigente da Skymaster na CPI dos Correios, o deputado Henrique Fontana (PT-RS) lhe perguntou se a empresa havia feito uma contribuição para a sua última campanha eleitoral, pois o Tribunal Superior Eleitoral registrava uma contribuição legal da ordem de R\$ 50 mil.

Considerando a questão ofensiva, o senador amazonense fez um dos mais duros e violentos pronunciamentos contra o presidente Lula e o PT, usando termos que prefiro não repetir. Como seu colega no parlamento - fomos contemporâneos em nosso primeiro mandato na Câmara dos Deputados, de 1983 a 1987, quando batalhamos juntos pelas eleições diretas e pela democratização do País - recomendo a ele que não utilize palavras que depois possam vir a prejudicar o diálogo que normalmente deverá ter com o presidente e seus ministros, assim como com seus colegas no Congresso Nacional. Em nenhum momento, por maiores que pudessem ser as críticas que tive sobre ações do governo Fernando Henrique Cardoso, usei de ofensas ao presidente durante seus oito anos de mandato.

O próprio presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), observou que ainda na última reunião ministerial, conforme o testemunho do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não queria que a defesa de seu governo fosse feita com ataques aos adversários.

Artur Virgílio, porém, ficou tão enfurecido que, ao perguntar o quanto havia sido o montante arrecadado para as despesas da campanha de minha segunda eleição para o Senado, em 1998, e ouvir minha resposta, de que havia sido algo em torno de R\$ 360 mil - na verdade R\$ 379.606,00 - começou a bradar que não acreditava que pudesse ser tão pouco, que eu estaria mentindo. Diante do repto do deputado Roberto Jefferson (P'B-RJ) perante a CPI, de que praticamente todos os parlamentares se utilizavam de recursos "por fora", ou caixa - dois, para suas campanhas, observou que no seu próprio caso, no Estado do Amazonas, havia arrecadado e gasto R\$ 1,6 milhão, com todos os recursos efetivamente declarados como caixa 1. Não teve a calma de me ouvir com a atenção devida, ainda que eu o tivesse convidado a vir a São Paulo para observar como era perfeitamente possível, sobretudo para quem já é senador e trabalha com seriedade e intensidade em defesa do interesse público, poder ser eleito com gastos relativamente modestos.

Naquela mesma tarde, após a sessão, liguei para ele e lhe disse que na próxima terça-feira poderei mostrar, com maior detalhe, a demonstração do Comitê Financeiro daquela campanha, aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral em 9 de dezembro de 1998. Os dados ali demonstrados correspondem à realidade. Quem acompanhou de perto a minha campanha pode testemunhar que ela foi bastante modesta no que diz respeito a quaisquer recursos de publicidade. Daqueles R\$ 379 mil, o gasto maior alocado pelo Comitê Financeiro foi o correspondente ao programa de rádio e televisão, realizado juntamente com a campanha da

candidata a governadora, Marta Suplicy, e dos candidatos à Assembleia Legislativa e à Câmara Federal, estimado em torno de R\$ 348,2 mil para a campanha ao Senado.

Como é difícil acompanhar o que ocorreu em 1998, convido o senador Artur Virgílio para acompanhar-me em São Paulo desde agora, para saber em detalhes quanto será necessário gastar para a campanha de 2006. Por minha experiência no parlamento, para quem já tem uma posição, a melhor campanha sempre se realiza praticamente sem gastos a partir do trabalho realizado ao longo de todo o mandato. Sobretudo agora, que temos os modernos meios de comunicação como a TV Senado, a internet e o trabalho da imprensa, os eleitores podem acompanhar de perto tudo o que fazemos de bom ou de ruim.

Tenho a convicção de que será, sobretudo, a informação de que estarei sendo candidato, por melhores que sejam os meus competidores, obviamente com a possibilidade de debater democraticamente as minhas proposições e atitudes com eles, que bastarão para que os eleitores tomem a sua decisão sobre quem deverá representar o meu Estado no período de 2007 a 2014.

Diante de tudo que tem acontecido e do que está por ser melhor revelado nas CPIs do Correio e do Mensalão, será importante que o Congresso Nacional vote logo a Reforma Política, incluindo o financiamento público de campanha. A permanecer também a forma de contribuição de pessoas físicas e jurídicas, creio ser fundamental a aceitação da proposta do deputado Chico Alencar (PT-RJ) de que todas as contribuições venham a ser registradas em tempo real, pela internet, para pleno conhecimento da população.

Eduardo Matarazzo Suplicy é senador (PT-SP)
eduardo.suplicy@senador.com.br

A CASA DE RUBEM ALVES

Início Jardim Mall Carpe Diem Cozinha Templo Fúgi Quarto de Badulaques Proseando Loja Virtual

Quarto de badulaques (XVIII)

- 1. SOBRE O OUVIR:** O ato de ouvir exige humildade de quem ouve. E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos. Mas isso, admitir que o outro vê coisas que nós não vemos, implica em reconhecer que nós somos meio cegos... Vemos pouco, vemos torto, vemos errado. Bernardo Soares diz que aquilo que vemos é aquilo que somos. Assim, para sair do círculo fechado de nós mesmos, em que só vemos nosso próprio rosto refletido nas coisas, é preciso que nos coloquemos fora de nós mesmos. Não somos o umbigo do mundo. E isso é muito difícil: reconhecer que não somos o umbigo do mundo! Para se ouvir de verdade, isso é, para nos colocarmos dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis, ainda que provisoriamente, as nossas opiniões. Minhas opiniões! É claro que eu acredito que as minhas opiniões são a expressão da verdade. Se eu não acreditasse na verdade daquilo que penso eu trocaria meus pensamentos por outros. E se falo é para fazer com que aquele que me ouve acredite em mim, troque os seus pensamentos pelos meus. É norma de boa educação ficar em silêncio enquanto o outro fala. Mas esse silêncio não é verdadeiro. É apenas um tempo de espera: estou esperando que ele termine de falar para que eu, então, diga a verdade. A prova disto está no seguinte: se levo a sério o que o outro está dizendo, que é diferente do que penso, depois de terminada a sua fala eu ficaria em silêncio, para ruminar aquilo que ele disse, que me é estranho. Mas isso jamais acontece. A resposta vem sempre rápida e imediata. A resposta rápida quer dizer: "Não preciso ouvi-lo. Basta que eu me ouça a mim mesmo. Não vou perder tempo ruminando o que você disse. Aquilo que você disse não é o que eu diria, portanto está errado..."
- 2. SOBRE O AMAR E O OUVIR:** Amamos não a pessoa que fala bonito, mas a pessoa que escuta bonito... A arte de amar e a arte de ouvir estão intimamente ligadas. Não é possível amar uma pessoa que não sabe ouvir. Os falantes que julgam que por sua fala bonita serão amados são uns tolos. Estão condenados a solidão. Quem só fala e não sabe ouvir é um chato... O ato de falar é um ato masculino. Fala é *fallus*: algo que sai, se alonga e procura um orifício onde entrar, o ouvido... Já o ato de ouvir é feminino: o ouvido é um vazio que se permite ser penetrado. Não me entenda mal. Não disse que fala é coisa de homem e ouvir é coisa de mulher. Todos nós somos masculinos e femininos ao mesmo tempo. Xerazade, quando contava as histórias das *1001 noites* para o sultão, estava carinhosamente penetrando os vazios femininos do machão. E foi dessa escuta feminina do sultão que surgiu o amor. Não há amor que resista ao falatório.
- 3. O MÚLTIPLO E O SIMPLES:** O Tao-Te-Ching, livro sagrado do Taoísmo, já dizia há mais de um milênio, que nós temos dois lados. Há um lado, o lado que olha para fora. Olhando para fora defrontamo-nos com o mundo da multiplicidade, 10.000 coisas que se impõem aos nossos sentidos, nos dão ordens, nos atropelam, e nos enrolam aos trambolhões, como aquelas ondas de praias de tombo. Mas há um outro lado que olha para dentro. Aí nós defrontamos com uma única coisa, o desejo mais profundo do nosso coração, aquela coisa que, se a tivéssemos, nos traria alegria. Jesus contou a parábola de um homem que tinha muitas jóias e que, ao encontrar uma única pérola maravilhosa, vendeu as muitas para comprar uma única. No primeiro lado mora o conhecimento, a ciência, a bolsa de valores, a cotação do dólar, as coisas que se podem comprar, e todas as coisas que compõem a nossa vida de fora. Essas coisas são "meios para se viver" – ferramentas que podemos usar. No segundo lado mora a sabedoria, que é a capacidade para discernir as coisas que valem a pena. Num bufê você encheria o seu prato com tudo o que está na mesa? Somente um tolo faria isso. Você consultaria o seu desejo: "De tudo isso que está à minha frente, o que é que realmente desejo comer?" Tolo são aqueles que, seduzidos pela multiplicidade, se entregam vorazmente a ela. Eles acabam tendo uma terrível indigestão... Sábios são aqueles que, da multiplicidade, escolhem o essencial. Simplicidade é isso: escolher o essencial.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alberto Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Peço que os encaminhe à Mesa, para que V. Ex^a seja atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo da **Folha de S. Paulo**, do último dia 2 de julho do corrente, intitulado “O desmanche”.

CLÓVIS ROSSI

O desmanche

SÃO PAULO - Aloizio Mercadante foi, durante muitos anos, a voz econômica do PT. Vencida a eleição, não foi nem ouvido nem cheirado. Agora que o governo precisa de uma pajelança para ver se consegue ressuscitar, Lula convida Delfim Netto para ser o feiticeiro, com o que desmoraliza de vez Mercadante.

Se havia, fora da política eleitoral, um trio que todo mundo identificava com o PT, aliás com o que o PT tinha de melhor, era formado pelo jornalista Ricardo Kotscho, por frei Betto e pelo empresário Oded Grajew.

Debandaram todos. Em silêncio leal, mas eloquente.

José Dirceu, suposta alma do PT, caiu, disse que vinha para a planície para combater, mas, em vez da planície, está perdido em algum buraco negro, silencioso.

José Graziano era a cara do Fome Zero antes mesmo de o Fome Zero existir. Sumiu.

Olívio Dutra era o bigode-símbolo do PT que parecia ter dado certo, o de Porto Alegre/Rio Grande do Sul. Ao

Não sobrou nenhum petista facilmente reconhecível no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre o Senador Aloizio Mercadante, que por muito tempo foi a voz econômica do PT, mal se ouviu falar; José Dirceu, que era a alma do PT, passou a ser o fantasma; José Graziano, que era a cara do Fome Zero, sumiu muito antes de o plano ser lançado e Olívio Dutra, que era o bigode-símbolo do PT, ainda continua em Porto Alegre, mas sozinho, sem o PT. Sobrou apenas o Palocci, que, segundo o autor, Clóvis Rossi, só está onde está porque foi assassinado quem deveria estar lá (Celso Daniel). O governo está acabando.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o referido artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

lado de Tarso Genro. O bigode ainda está lá, mas o PT foi varrido de Porto Alegre e do governo do Estado, Olívio é o ministro mais demitido da história e Tarso louva o valor de ter o PMDB no governo, justo o PMDB que os varreu no Sul.

Sobrou algum petista facilmente reconhecível no governo Luiz Inácio Lula da Silva? Há alguns, sim. Burocratas sem votos e sem que se saiba que diabo pensam.

Ah, tem o tal de Antonio Palocci, é verdade, mas é bom lembrar que está onde está porque foi assassinado quem lá estaria (Celso Daniel). Sem o crime, Palocci seria apenas mais um deputado federal ou prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Vamos, portanto, parar de falar que o governo pode acabar. Como governo do PT, tal como foi eleito, já acabou. Pior: não começou nenhum outro tipo de governo.

Ⓐ -> crossi@uol.com.br

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Corrupção e democracia”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 3 de julho do corrente.

O ex-presidente, em seu artigo, mostra que a crise política que se instalou no País é amparada em graves acusações e apresenta pelo menos dois aspectos inéditos em nossa história: as denúncias de corrupção adquiriram uma dimensão quase sistêmica dentro das nossas instituições e atingiram em cheio um

partido que sempre se julgou detentor do monopólio da virtude e da ética.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Corrupção e democracia

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo e ex-presidente da República

O noticiário das últimas semanas pegou de surpresa a maioria dos brasileiros. Não que corrupção seja coisa nova entre nós. O que choca, agora, é a gravidade das acusações, inéditas em nossa história em pelo menos dois aspectos: por adquirirem pela primeira vez uma dimensão quase sistêmica dentro de nossas instituições e por atingirem em cheio um partido que sempre se julgou e continua até hoje a se julgar o detentor do monopólio da virtude e da ética.

Assisti de perto ao impeachment de um presidente acusado de ter sido conivente com o uso das “sobras de campanha” para fins pessoais. Na época eu era senador e custei a aceitar que deveríamos partir para uma CPI, que daria, como deu, em impeachment. Até que os fatos foram mais fortes do que tudo e nos curvamos a eles e à necessidade da depuração, primeiro na Presidência, depois no Congresso. E a democracia resistiu galhardamente.

Já era suficientemente adulto em 1954 quando houve a tragédia do suicídio de Getúlio Vargas. Na época, as oposições usaram o pretexto do “mar de lama”, que jamais atingiu a honradez pessoal do presidente, para tentar colocá-lo para fora do governo. Getúlio, talvez pego de surpresa e indignado com as ações ilícitas de seus guardas pessoais, deu um tiro no peito. Ao pôr fim à vida, Getúlio pôs fim também às pretensões golpistas. Juscelino foi vítima de duas rebeliões e saiu do governo acusado pesadamente de corrupção. Vieram os militares em 1964 e nada comprovaram quanto à figura presidencial, embora pairasse no ar a sensação de corrupção no governo.

Em todos esses episódios, as acusações ou eram pretextos para uso político, ainda que confitesses elementos de verdade, ou quando fundamentadas, como ocorreu no caso do presidente Collor, se circunscreviam a algumas partes do aparelho de Estado e a algumas pessoas de dentro e de fora da máquina pública que se teriam beneficiado com a corrupção.

Mais recentemente, houve acusação de “compra de votos” para aprovar a emenda da reeleição. Quando se lê os jornais da época, entretanto, duas coisas ficam bem claras: primeiro, a escuta telefônica da conversa entre deputados do Acre deixa evidente que se ale-

gava suborno no estado, não em Brasília. Para fazer a conexão com Brasília, isto é, com o governo federal, foi usada outra conversa, altamente suspeita, obtida por um “senhor X” que todos diziam saber quem fosse (alguém ligado ao malufismo e comprometido com dívidas na Receita Federal, pressionando por uma “ajudazinha” que o fizesse delas). Nessa segunda conversa, se faziam vagas referências a um “Serião”. Foi o que bastou para que a oposição, sob a liderança do PT, acusasse o governo de ter comprado votos.

A denúncia ocorreu em maio de 1997, quatro meses depois da aprovação da emenda da reeleição por larga vantagem, correspondendo aos anseios demonstrados em todas as pesquisas de opinião pública e nos editoriais de quase toda a mídia. Por que (se razões morais não houvessem de sobra) iria o governo federal “comprar”, mesmo se houvesse alguém disposto a vender, o que era oferecido sem custo graças ao apoio generalizado da opinião pública à tese da reeleição?

Não houve CPI, mas houve depoimento indignado e esclarecedor do então ministro Sérgio Motta à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, prndo por terra a alegação de que ele (com a suposta ajuda do deputado Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara, que encaminharia os aflitos ao ministro) “solucionava” problemas dos deputados. E houve mais: dos quatro ou cinco deputados acusados, os dois principais renunciaram aos mandatos, esvaziando as razões para a CPI. Não obstante, setores políticos contrários à reeleição, sobretudo o petismo e seus arredores, inconformados com a derrota, ensaiaram logo a tese golpista do “fora FHC” e tornaram “verdade” a infâmia de dizer que eu ou meu governo compramos votos para aprovar a reeleição. Pode ter havido compra de votos, mas não por mim ou por minha ordem, nem pela ordem de meus colaboradores e não foi graças a esse tipo de barganha que a emenda foi aprovada.

Por que a ressalva? Para reafirmar que não se deve aceitar gato por lebre: nem tudo é corrupção política, embora ela exista, e nem tudo o que ocorre é da responsabilidade do presidente, embora ele possa ter algo a ver com os casos de corrupção. Sobre tudo quando se torna sistêmica e compromete o comando da máquina pública. Foi por isso que me apressei em dizer que, até agora, nada in-

dica que o presidente Lula tenha diretamente algo a ver com tudo isso: não dá, sob pena de golpismo, para atrair logo pedras no presidente. Mas a ressalva aumenta a responsabilidade dele. Digo porquê.

Nos casos que mencionei acima, não havia nada que pudesse indicar um “sistema” montado para corromper. Talvez o caso Collor se aproxime dessa situação. Ainda assim, entretanto, a ação do principal acusado de corruptor se fazia de fora da máquina do estado e as acusações mais pesadas se referiam a “sobras de campanha” ou a dinheiro privado obtido pela facilitação na liberação de recursos bloqueados pelo “confisco da poupança”. Agora, não: acusa-se um partido, o PT, (e eu não endosso a acusação antes de ser comprovada, embora os indícios sejam veementes) de organizar não só a distribuição de cargos, mas também de dinheiro, para comprar apoios políticos.

É quem acusa não é a oposição, mas gente de dentro da aliança governista que, além de acusar, confessa e incita os demais a confessarem. Pior ainda: quem denuncia está convencido de que foi vítima de uma manobra de órgãos de segurança do Estado para desmoralizá-lo. E tão fortes foram suas palavras que a muitos pareceu que revelavam um segredo de polichinelo: os deputados que ouviram as declarações contundentes do deputado Jefferson na Comissão de Ética davam ao espectador a impressão de que ouviam uma ópera cujo enredo conheciam.

Estamos, portanto, diante de uma forma nova de corrupção, organizada supostamente sob a batuta do principal partido de sustentação do governo e que veio à luz não por denúncias da oposição nem encontrou nela quem desse às denúncias qualquer eco “golpista”. Quem partiu Mateus que o embale.

Cabe agora ao presidente Lula mostrar se é líder ou se ficará limitado a ser um símbolo. As bandeiras de sua história estão ameaçadas de se esfumarem no vendaval de acusações sem resposta convincente por parte dos responsáveis. Cabe ao presidente mostrar que governa e que não é leniente com a corrupção. Nem em seu partido, se houver, nem muito menos na máquina pública. A inação presidencial levará seus adeptos à desilusão e suscitará nos que não o apoiam politicamente preocupação com as instituições democráticas.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 7 de julho de 2005, intitulado “A saída Clinton”

Segundo o jornalista Clóvis Rossi, o Presidente Lula deveria ir à televisão para um **mea-culpa**. Mesmo que Lula tenha que pedir desculpas por atos alheios, ainda assim é melhor que ficar atônico como se fosse alguém que, além de não ter culpa nenhuma, não soubesse de nada.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A saída Clinton

SÃO PAULO - *Do jeito que caminham as coisas, o melhor que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem a fazer é imitar Bill Clinton: ir à televisão para um mea-culpa.*

Recapitulemos um pouco o caso Clinton: negou primeiro o caso com a estagiária da Casa Branca, foi apertado por um procurador (este, sim, politicamente motivado) e pela maioria republicana no Congresso até que resolveu contar tudo e pedir desculpas ao público (e à família).

A situação de Lula é, por enquanto, até mais confortável.

Não apareceu, até agora, o batom na cueca, como os repórteres ironicamente chamam uma prova contundente, ao contrário da mancha no vestido que surgiu no caso Clinton/Monica Lewinsky.

Além disso, há uma quase generalizada disposição de poupar Lula —em parte, pela reserva de simpatia de que ainda goza e, em parte, porque a oposição quer deixá-lo ferido, mas não morto, até a eleição de 2006.

No caso Clinton, os setores conservadores, movidos por uma moral torta, queriam chupar sua jugular de um só sorvo.

Não sei francamente que tipo de mea-culpa Lula poderia fazer, porque não sei o que o presidente sabe sobre o gigantesco imbróglio armado na República. Seja qual for, será certamente melhor que esse gotejar diário de cadáveres políticos insepultos. Melhor para ele e para o país.

É possível até que Lula tenha de pedir desculpas não por seus próprios malfeitos, se existem, mas pelas culpas alheias, embora de amigos e aliados. Paciência.

Pior será manter o país refém de uma situação que o repórter Fernando Canzian, desta Folha, resumiu assim no almoço de ontem entre companheiros: “O incrível é que todo mundo acredita em tudo o que Roberto Jefferson diz; menos que caiu um armário em seu olho”. Patético, mas verdadeiro.

@→ rossi@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A renúncia branca”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 08 de julho do corrente.

Ao chamar Delfim Netto para fazer um plano econômico, o Presidente Lula está renunciando toda a sua ideologia. Confirmando que tudo o que acreditava e praticava estava errado e que seus companheiros já não são tão boa companhia. Isso porque o Presidente sempre combateu a política econômica que era feita

pelo mesmo Delfim Netto, o mesmo que hoje ele está chamando para o seu Governo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A renúncia branca

SÃO PAULO - *O convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao deputado Delfim Netto (PP-SP) para elaborar uma pajelança econômica que tomou o codinome de “déficit nominal zero” equívale à renúncia branca de Lula. Exagero? Decida você mesmo, acompanhando o seguinte ajuda-memória:*

1 - *Lula nasceu para a vida sindical combatendo a política econômica da ditadura, a cargo do então todo-poderoso czar Delfim Netto.*

2 - *Lula dificilmente teria sido presidente da República não fosse o fato de ter liderado greves no ABC — contra a política econômica de Delfim.*

3 - *Lula e Delfim Netto, durante o Congresso constituinte (1986/88), votaram sempre de maneira oposta em todas as questões relevantes.*

4 - *Lula foi candidato em todas as quatro eleições presidenciais após o fim da ditadura. Delfim Netto, em todas as quatro, apoiou outros candidatos (Paulo Maluf, por exemplo).*

Conclusão inescapável: ao chamar agora Delfim Netto para fazer um

plano econômico, Lula está dizendo que toda a sua vida foi um tremendo equívoco, que sempre esteve do lado errado, que tudo o que aprendeu não era certo e que os companheiros que o cercam ou cercavam são todos uns tolinhos, inúteis na hora de elaborar uma nova política econômica.

O histórico demonstra que o equívoco não foi apenas de um ou dois dias, de um ou dois meses, de um ou dois anos, mas da vida pública toda, inteira.

Se tudo o que aprendeu era errado, não há a mais leve garantia de que possa aprender alguma coisa agora, no pouco tempo que lhe resta de Presidência, pelo menos no primeiro mandato. Logo, só lhe sobra recorrer a um adversário.

Exatamente como fez ao convidar para parceiro o deputado Roberto Jefferson. Não por acaso o cidadão que começou a implodir a Presidência Lula.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Lula tem o que fazer”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 05 de julho do corrente.

Depois da denúncia de que Marcos Valério, apontado como caixa do “mensalão”, avalizou um empréstimo de R\$2,4 milhões do banco BMG para o PT, o

Presidente Lula tem de fazer uma reforma que se transforme em sua salvação. Não se trata apenas de uma reforma ministerial, mas, sim, de um verdadeiro saneamento na administração federal, uma limpeza geral. Deveria ser lançada a mais extensa malha fina sobre os contratos do Governo para que se pudesse descobrir todas as maracutaias, “despolitizar” a máquina, trocando políticos por técnicos e cortar os cargos de confiança.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES AO ESTADO DE SÃO PAULO - TERÇA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2005

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Celso Álvares, 55 - CEP-02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2430 CEP 01160-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax N° (011) 3856-2940

Conselho de Administração:
Presidente: Rubens C. Mesquita
Membros: Fernando Lam Mesquita, Francisco Mesquita, Júlio César Mesquita, Maria Cecília V. C. Mesquita, Patrícia Maria Mesquita
Fundado em 1875
Fundador: Júlio Mesquita Filho (1870-1976)
Membros: Júlio de Mesquita Filho (1927-1970), Francisco Mesquita (1937-1962), Luiz Carlos Mesquita (1952-1970), José Vieira de Carvalho Mesquita (1859-1938)

INFORMAÇÕES

Lula tem o que fazer

A revelação de que pouco mais de um mês depois da posse do presidente Lula o publicitário mineiro Marcos Valério - apontado como o caixa do "mensalão" - intermediou e realizou um empréstimo de R\$ 2,4 milhões do BMG ao PT, do qual ele viria a pagar uma prestação de R\$ 350 mil, representa um golpe mortal na reputação do partido. Os seus esboços alcançaram o Palácio do Planalto. Era literalmente o que faltava para escancarar as relações espúrias entre o tesoureiro pelista Delúbio Soares, outro analista do financiamento, o "homem da mala", sua companheira e a administração com a qual ele celebrara (em mais de um sentido) contratos milionários tidos como possivelmente superfaturados pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A evidência também surgiu em cheyo e pretexto do PT, José Genoino, que primeiro desmentiu o negócio ao qual dera o seu aval por escrito, depois jogou o vexame da participação de Valério nas costas de Delúbio e por fim disse que assinou o contrato sem ler. A nova denúncia alcançou também o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, que recebeu em palácio a

para se lançar a tanto, ele dispõe da plataforma consagrada pela altitude responsável que a oposição vem tomando. Desde logo, bem faria o presidente "de todos os brasileiros" se deixasse de socorrer o PT no seu momento da verdade. A hora é de deixar o partido fazer o que lhe aprouver. Um ato de certo sem precedentes - mas a crise o que?



U ESTADO DE S. PAULO

fisiológico do presidente com o PMDB governista. Por incrível que pareça, o negócio - que também é de compra de apoio, embora sem denúncias da criminalidade do PT na matéria. Mas é outra a reforma que pode ser a salvação de Lula. Trata-se do saneamento da administração federal, o equivalente à limpeza das províncias cavalarças de Áugias. A mais extensa malha fina, com a máxima visibilidade, deveria ser lançada sobre os contratos passíveis de conter maracutaias, freando-se a execução de todos quantos mostram indícios de irregularidades, sobretudo na área da publicidade oficial. Em paralelo, o Planalto começaria a "despolitizar" a máquina, trocando políticos por técnicos e cortando cargos de confiança. Além disso, correspondendo à atitude positiva da oposição, que continua acreditando na inocência de Lula ("até agora nada indica que o presidente Lula tenha diretamente algo que ver com tudo isso", escreveu Fernando Henriques em uma panfleta legislativa suprapartidária. Não usou o dever de casa talvez esteja além das forças do presidente. Mas, a esta altura, o que lhe resta?

No plano do governo, é tarde para pedir que a reforma ministerial ignore o recente acordado que se esperava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a presente sessão.

OS Nº 14575/05

ATA DA 98ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal de 1º de julho de 2005)

RETIFICAÇÃO

Na página 21504, referente à apreciação da Mensagem nº 129, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.034, DE 2005 – PLEN

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para proferir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.034, DE 2005 – CRE

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. – ...

.....

Na página 21506, referente à apreciação da Mensagem nº 131, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.035, DE 2005 – PLEN

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para emitir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.035, DE 2005 – CRE

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – ...

.....

Na página 21508, referente à apreciação da Mensagem nº 139, de 2005.

Onde se lê:

PARECER Nº 1.036, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) – Concluída a votação, Sr. Presidente, o indicado recebeu 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo. Não houve abstenções.

Leia-se:

PARECER Nº 1.036, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, a indicação do Sr. João Batista Cruz, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

.....

Na página 21509, referente à apreciação da Mensagem nº 140, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.037, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, concluída a votação, procedeu-se à contagem dos votos, apurando o resultado de 15 votos favoráveis.

Leia-se:

PARECER Nº 1.037, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, a indicação do Sr. Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 15 votos favoráveis; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

.....

Na página 21510, referente à apreciação da Mensagem nº 145, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.038, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.038, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Na página 21511, referente à apreciação da Mensagem nº 153, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.039, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para proferir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.039, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Na página 21513, referente à apreciação da Mensagem nº 155, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.040, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para proferir parecer) ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.040, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Na página 21514, referente à apreciação da Mensagem nº 158, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.041, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para proferir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.041, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...

Na página 21516, referente à apreciação da Mensagem nº 2, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.042, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.042, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...

Na página 21518, referente à apreciação da Mensagem nº 4, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.043, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.043, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...

Na página 21519, referente à apreciação da Mensagem nº 114, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.044, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.044, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Na página 21520, referente à apreciação da Mensagem nº 121, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.045, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.045, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Na página 21521, referente à apreciação da Mensagem nº 127, de 2005,

Onde se lê:

PARECER Nº 1.046, DE 2005 – PLEN

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para emitir parecer) – ...

Leia-se:

PARECER Nº 1.046, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...
.....

Ata da 113ª Sessão Extraordinária, em 19 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 11 horas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tendo em vista a criação, por meio do Requerimento nº 7, de 2005 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES

TITULARES

José Jorge
Romeu Tuma
Jorge Bornhausen
Almeida Lima
Leonel Pavan
Teotônio Vilela Filho

PMDB

Maguito Vilela
João Batista Motta
Amir Lando
Wellington Salgado de Oliveira
Ney Suassuna

SUPLENTES

José Agripino
Heráclito Fortes
Paulo Octávio
Alvaro Dias
Reginaldo Duarte
Sérgio Guerra

Valdir Raupp
Pedro Simon
Gilberto Mestrinho
Alberto Silva

Bloco (PT – PSB – PL)

Sibá Machado	Eduardo Suplicy
Ana Júlia Carepa	Nezinho Alencar
Serys Silhessarenko	
Fátima Cleide	

PDT

Augusto Botelho	Juvêncio da Fonseca
-----------------	---------------------

PTB

Sérgio Zambiasi	Fernando Bezerra
-----------------	------------------

PP

Valmir Amaral

De acordo com o rodízio estabelecido pela Secretaria da Mesa do Senado Federal, da outra vez, a indicação coube à Senadora Heloísa Helena, do P-SOL. Agora, cabe ao Senador Valmir Amaral, pelo PP.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foram indicados também para compor a Comissão Mista os seguintes Deputados:

DEPUTADOS

TITULARES

Odair Cunha
Paulo Pimenta
Professor Luizinho

PT

João Correia
Mauro Lopes
Zé Gerardo

PMDB

José Rocha
Moroni Torgan

PSDB

Júlio Redecker
Zulaiê Cobra

SUPLENTES

Iriny Lopes
Luiz Sérgio

Almerinda de Carvalho
Gastão Vieira
José Divino

Eliseu Rezende
Paulo Magalhães

	<u>PP</u>	
Agnaldo Muniz Ibrahim Abi-Ackel		Darci Coelho Pedro Canedo
	<u>PTB</u>	
Arnaldo Faria de Sá Luiz Antônio Fleury		Carlos Dunga Marcus Vicente
	<u>PL</u>	
José Carlos Araújo		Neucimar Fraga
	<u>PPS</u>	
Raul Jungmann		Fernando Coruja
	<u>PSB</u>	
Renato Casagrande		Sr. Ribamar Alves
	<u>PCdoB</u>	
Daniel Almeida		Perpétua Almeida

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, diante da grave crise política que atravessamos, venho me orientando – e não poderia me comportar diferentemente – pelo equilíbrio, pela isenção, pela responsabilidade e pela absoluta transparência. Todos são testemunhas de ter estimulado que as denúncias sobre supostos pagamentos de mesadas fossem investigadas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Em todos os momentos procurei compartilhar as ações e decisões com os líderes partidários, do Governo e da Oposição.

Nas reuniões com os Líderes sempre deixei claro que, pelas circunstâncias, seria, repito, melhor a Câmara desenvolver a apuração, uma vez que havendo casos inscritos na possibilidade de perda de mandato, o Senado não os votaria.

Sempre disse e repeti várias vezes, e queria mais uma vez dizer, que não ficaria bem que o Senado, por exemplo, instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar quebra de decoro parlamentar de Deputados.

Como não prosperou o entendimento para a instalação de uma CPI apenas na Câmara dos Deputados, fizemos a leitura do requerimento de CPI Mista no Congresso Nacional, uma vez que o pedido para instalação da Comissão preenche os pressupostos legais: fato determinado, número suficiente de assinaturas e prazo estabelecido para seu funcionamento.

Rigorosamente, o Senado tem acompanhado, a Câmara também, o mesmo critério adotado no pedido anterior da CPI dos Correios.

Em momentos tão delicados como o atual, nossas referências inseparáveis são o respeito irrestrito

à Constituição brasileira, obediência ao Regimento e total atenção às expectativas da sociedade. Apenas a investigação isenta, séria, profunda, responsável e sem paixões políticas contribuirá para mantermos a respeitabilidade e credibilidade de nossas instituições.

A História não perdoa omissões e nem a sociedade absolve tentativas de acobertamento.

Esta Casa já deu um passo vital para manter sua relação com a sociedade ao assumir o papel de protagonista da investigação. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém está autorizado a confundir o Congresso com uma funilaria. Aqui não se fará blindagens. Quem tiver culpa, se houver culpa, pagará por ela.

As denúncias e a multiplicidade delas são de extrema gravidade, e a sociedade continua a exigir esclarecimentos. Só assim o Congresso Nacional se afirma. A responsabilidade que está em cada um de nós pode ser traduzida no fato de que 90% da sociedade quer ver resultados a partir das investigações do Congresso através de seu mais eficaz instrumento de fiscalização – as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Tenho convicção de que o Congresso Nacional – que nunca se negou a combater a corrupção, dentro ou fora de seu corpo – não hesitará. Se houver parlamentares que rebaixaram seus mandatos e suas consciências em troca de subvenções ilegítimas, se houver, e contra eles forem produzidas provas, eles deverão ser punidos emblematicamente, estejam onde estiverem, em qualquer legenda, em qualquer Estado. Não prejuízo ninguém, nunca o fiz, mas ninguém poderá se considerar inalcançável. Só o trabalho autônomo das CPIs permitirá à sociedade ter elementos para separar os bons dos maus homens públicos. Generalizações são sempre desaconselháveis e perigosas.

As investigações das CPIs poderão convergir em determinado momento, dado as coincidências dos personagens citados. Por isso, faço um apelo aos integrantes das duas Comissões, a seus presidentes e relatores.

No objetivo da racionalidade, eficiência e agilidade das investigações, vamos promover um permanente intercâmbio de informações, de depoimentos e até, se oportuno for, vamos inovar, e fazer, respeitando o objeto de investigação de cada uma, sessões conjuntas para agilizar a investigação e evitar sobreposições e redundâncias.

Creio que esse é também um anseio da sociedade, que esperava ver os resultados das investigações o mais rápido possível, sem prejuízo da qualidade da apuração e do direito sagrado da defesa.

As CPIs têm poderes suficientes e os instrumentos necessários para evitar tentativas de transformá-las em laboratórios para testes de versões.

A sociedade e nós queremos a verdade, nada além e nada aquém da verdade. Vamos perseguir a verdade, só a verdade, para evitar que mergulhemos em um Estado regido pelas suposições.

Era o que tinha a dizer, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Muito Obrigado!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na realidade, não vou usar esse tempo todo, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^a pela instalação desta CPI hoje. V. Ex^a está fazendo exatamente aquilo que disse que faria. Todos nós sabemos que V. Ex^a preferia que houvesse uma CPI sobre este tema apenas na Câmara. Mas, na realidade, as condições políticas ensejaram a realização desta CPI também aqui no Senado.

Agora já são três CPIs aqui no Senado, além de CPIs sobre outros temas. Temos a CPI dos Correios, a dos Bingos e a do Mensalão. Então, eu gostaria de fazer um apelo às Lideranças do Governo para que nesta CPI, ao contrário do que ocorreu na CPI dos Bingos, possamos fazer um acordo em torno da relatoria, da Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Isso foi feito na CPI dos Correios, na qual fomos majoritários; elegemos o Presidente, o Senador Efraim. Mas, naquela CPI, mesmo podendo indicar o Relator, fizemos questão de que ele fosse indicado pela Liderança do Governo. Por que fazemos esse pedido? Por entendermos que, sendo o Presidente e o Relator, um do Governo e outro da Oposição respectivamente, teremos melhores condições de encaminhar os trabalhos da Comissão.

A partir da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, desde a gravação do Sr. Roberto Marinho, infelizmente, a cada dia novas denúncias vão surgindo, novas pessoas são comprometidas, pessoas estão sendo retiradas do Governo. Infelizmente, tudo aquilo que o Deputado Roberto Jefferson disse em sua entrevista e, posteriormente, nas declarações na Câmara e no Senado estão se confirmando. É necessário que

tenhamos muito sangue frio e muita competência para que possamos condenar aqueles que erraram e inocular os que efetivamente não participaram dessas irregularidades. Mas acho que, para que a Comissão se inicie com o pé direito, tem de haver consenso, mostrando que o queremos é apurar. Para isso, é necessário que tenhamos Relator e Presidente, um da base do Governo e outro da base da Oposição.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a. Eu gostaria de, mais uma vez, reforçá-la. Se houver acordo, se houver entendimento, se houver convergência, com certeza vamos ter mais agilidade, mais celeridade da própria investigação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães e inscrevo o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ponto de vista que V. Ex^a esposou teve, na ocasião, o meu total apoio, no sentido de que esta Comissão fosse exclusivamente da Câmara dos Deputados. V. Ex^a lutou por isso e não conseguiu. Entretanto, ainda hoje pela manhã, na CPI dos Correios, falava-se em uma CPI única. Isso hoje acho impossível diante da nossa posição favorável, mas a do Governo contrária, manifestada na reunião de Líderes, da qual tive a honra de participar, não como Líder. De modo que quero dizer a V. Ex^a que, a essa altura, a CPI tem de ser mista mesmo, que foi o decidido, em relação à qual foram agora indicados os nomes. Mas não foi por nossa culpa. Estávamos com o seu pensamento, mas o Governo deve ter razões de sobra para não pensar como nós e no dia da reunião de Líderes não aceitar essa sugestão. Daí por que acho extravagante hoje, na CPI dos Correios, tentar-se ainda fazer uma comissão mista. E o pior: foi um Líder atuante do PT que pediu que isso ocorresse, quando, na realidade, o próprio Governo manifestou-se contrariamente na reunião de Líderes, presidida por V. Ex^a com muita eficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, aos Senadores Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra e Leonel Pavan.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, primeiramente manifesto o meu apoio ao sentido maior das suas palavras sobre a importância de o Congresso Nacional e o Senado Federal estarem empenhados no esclarecimento

total dos fatos que hoje são objeto seja da CPI dos Correios, seja da CPI do chamado “mensalão”, seja a respeito de procedimentos indevidos neste Governo ou no anterior.

Pondero que a posição de V. Ex^a, quando avaliava que não caberia ao Senado examinar o que porventura teria ocorrido de irregularidade com os Deputados, fazia um certo sentido. Mas há que se considerar também um outro aspecto, Senador Renan Calheiros, com respeito à responsabilidade das direções dos Partidos, na medida em que aqui no Senado há inúmeros membros de direção de partidos, presidentes de partidos, membros de executiva e de diretórios regionais dos diversos partidos envolvidos. De alguma maneira, é positivo que a apuração sobre o Mensalão tenha também a participação não apenas dos Deputados mas também dos Senadores. Acho que isso acabará sendo adequado.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar que ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral, eu me dispus a participar, seja na qualidade de titular ou de suplente, na CPI dos Correios e nesta, agora, do Mensalão, na qual fui designado como primeiro suplente. Tenho alguma experiência na participação em CPIs, como, por exemplo, em 1992, quando, até por ter sido o autor do requerimento, juntamente com o Deputado José Dirceu, sobre os atos de PC Farias, o então Líder do PMDB – em que pese eu fosse o único Senador do PT, que, portanto, não teria a proporção devida para participar como membro titular – honrou-me, nomeando-me como um dos suplentes daquela CPI. Assim, pude verificar que o suplente participa praticamente em igualdade de condições em relação aos Senadores titulares.

Espero, então, poder colaborar com o propósito expresso por V. Ex^a de apurar completamente todos esses episódios e, sobretudo, cooperar na reflexão do que fazer, daqui para frente, para conseguirmos extirpar dos costumes da vida política brasileira os problemas que agora estão vindo à tona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, em primeiro lugar, parabênizo a iniciativa de V. Ex^a. Nós, que acompanhamos de perto todo esse processo, defendíamos desde o início que a CPI dos Correios fosse instalada a partir de fato concreto, determinado: as denúncias relativas à corrupção naquela instituição – nos Correios. Sendo assim, a CPI seria instalada e foi instalada com a denúncia apresentada pelo Sr. Roberto Jefferson. S. Ex^a o Deputado

Roberto Jefferson originalmente é réu, é denunciado e apresentado na CPI dos Correios, naquele depoimento, como um dos envolvidos no episódio. Quando se apresentou ao Conselho de Ética, ele apresentou outras denúncias referentes a indícios de corrupção que envolveriam uma lista de Parlamentares.

Esse novo fato, que sequer existia quando foi proposta a CPI dos Correios, deu início a alguns pedidos de CPIs. A Oposição propôs uma CPI exclusiva no Senado, liderada pelo Senador José Agripino. A Oposição propôs, sobretudo através do PDT, PV e PPS, uma CPI Mista, e a base propôs uma CPI na Câmara. Defendi, desde o início, da mesma forma que já se manifestaram o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Renan Calheiros e a ampla maioria dos Senadores, que essa CPI fosse feita na Câmara dos Deputados, porque basicamente dizia respeito ao decoro parlamentar de Deputados. Se, realmente, esse fato existiu, se houve compra de Parlamentares, recursos transferidos indevidamente ou o que quer que seja, até o momento, todas as denúncias e os indícios dizem respeito a envolvimento de Parlamentares da Câmara dos Deputados.

O Regimento é muito claro: o Senado não pode se envolver em matérias referentes à Câmara dos Deputados. Por isso, amparado no Regimento, amparado na história parlamentar, e, no meu entender, em um episódio que diz respeito ao decoro parlamentar de Deputados, sempre defendi que essa CPI fosse exclusiva da Câmara. Tentamos acordo para isso com a Oposição, que foi absolutamente intransigente e obstruiu a aprovação dessa CPI na Câmara. Assim sendo, foi apresentada à Mesa uma CPI mista.

V. Ex^a deu prazo de uma semana, depois deu mais um prazo e marcou: “Terça-feira, às 20 horas, será lido o requerimento”. Mesmo havendo sessão na Câmara, aguardamos e foi lido o requerimento. Lido o requerimento, os membros da CPI têm que ser indicados e ela tem que ser instalada. Portanto, essa tese está superada pela própria iniciativa da Oposição, que não apenas propôs a CPI mista como, naquela terça-feira, denunciava que havia uma obstrução do Presidente da Câmara, que não queria a instalação da CPI. O tempo e o fato demonstraram que não era assim, que a CPI seria instalada, que a investigação seria feita. Portanto, agora temos uma CPI mista, e o acordo foi cumprido – acordo esse feito com a Oposição, feito com o Presidente, e todos os partícipes têm obrigação de cumpri-lo.

Por último, quero discutir a questão da Presidência e da Relatoria. Primeiro, durante oito anos de mandato, as CPIs não eram instaladas; nem com um milhão de assinaturas conseguíamos instalá-las. E, quando instaladas, jamais tivemos oportunidade de negociar a Presidência e a Relatoria. Nunca! Jamais! Em nenhuma

oportunidade! Entretanto, por acordo, podemos ceder à Oposição, eventualmente, a relatoria. Por que cabe a Presidência à Base do Governo? Porque ela é maioria. Por que cabe ao PMDB no Senado? Porque é o Partido mais votado. É por isto que o Presidente Renan é o Presidente do Senado, porque o Partido mais votado é o PMDB. E nunca usamos para a composição de Presidência de comissão o critério de bloco. Desde o início da legislatura passada, fizemos um acordo pelo qual os blocos não iriam interceder na indicação da Presidência da Mesa nem das comissões. Então, no Senado, esse argumento não procede. E, na Câmara dos Deputados, a maior Bancada é do PT. Portanto, no nosso entendimento, pelo voto popular, pelo voto nas urnas, pela vontade do povo, as duas maiores Bancadas são do PMDB e do PT, ou seja, Presidência e Relatoria. Por acordo, nós podemos compor.

A experiência de composição que tivemos na CPI do Banestado não foi positiva. Nem sequer chegamos a um relatório final, à conclusão da CPI, uma CPI importantíssima, exatamente pela disputa entre Relator e Presidente, fato que prejudicou a imagem do Congresso e a eficiência da CPI.

Quando nós discutimos a CPI dos Correios, tentamos alguns nomes com a Oposição, mas não foi possível chegar a um acordo quanto aos nomes da própria Oposição. Nós estávamos dispostos a construir um acordo, mas não foi possível. Fomos a voto. Foi uma disputa democrática, e nós ganhamos no voto secreto, com a vontade dos Parlamentares. A pergunta que faço hoje é: não foi boa a escolha da Presidência e da Relatoria? Essa CPI não está funcionando com total isenção, com equilíbrio, com moderação? Está funcionando. Tanto está, que a Oposição agora queria uma CPI apenas. Tanto está, que ela propõe que aquela CPI se transforme em única – quer dizer, uma parte da Oposição porque a outra apresentou requerimento e assinaturas do Senado e da Câmara – a Oposição não está muito unificada sobre esse encaminhamento. Isso mostra que, quando escolhemos bem, pessoas equilibradas, responsáveis, democráticas, plurais, os trabalhos evoluem. Não que as outras indicações não chegassem a isso; poderia, eventualmente, o nome da Oposição ter conduzido o trabalho com o mesmo equilíbrio, mas estamos tendo uma boa experiência na CPI dos Correios.

Então nós podemos fazer um acordo se houver nomes de consenso. Se não houver, nós vamos a voto, que é a forma democrática. O Regimento recomenda as maiores Bancadas, que, no nosso entendimento, são PT e PMDB. Se houver acordo, nós faremos; se não, nós vamos a voto.

Tenho certeza de que estamos abertos ao diálogo, como sempre estivemos em todas as matérias; não há

que ser diferente nessa. A única reivindicação que faço é que instalemos imediatamente a CPI, que não protemos esta investigação. O País todo quer que tudo seja apurado, e apurado com rigor, com profundidade, apurado até o final. Por isso, é muito importante que essa CPI se instale o mais rapidamente possível.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Fernando Bezerra.

Em seguida, darei a palavra ao Líder José Agripino.

Estão inscritos também os Senadores Leonel Pavan e Romeu Tuma.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela forma equilibrada, corajosa, competente, em perfeita sintonia com a sociedade. Temos que apurar a verdade, nada além e nada aquém, como V. Ex^a disse em seu discurso inicial.

A sociedade não nos perdoaria, em hipótese nenhuma, se fôssemos omissos em relação a desvio de conduta de quem quer que seja, do Governo ou do Parlamento.

O Parlamento, hoje, está, na visão da sociedade, numa situação extremamente delicada, e nós temos que ser rigorosos conosco mesmos na apuração desses fatos.

Esta comissão parlamentar mista que deveria, também no meu entendimento, ter sido criada no âmbito exclusivo da Câmara dos Deputados para que não nos crie o constrangimento de investigar denúncia contra Deputados, infelizmente deságua aqui. Então, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e externar o meu ponto de vista.

Ouvi o Senador José Jorge propor um acordo. Acordo é um bom caminho para tudo, mas não o considero relevante. Penso que é absolutamente irrelevante quem vai ficar à frente desses trabalhos, porque eu não acredito que haja alguém que tenha a coragem, a falta de bom senso de não buscar a fundo as investigações a fim de punirmos aqueles que se desviaram. O exemplo disso é o comportamento do Senador Delcídio Amaral, equilibrado, sereno, paciente. Todos reconhecem esse ponto, e nós vamos investigar a fundo as denúncias dos Correios.

Na verdade, quero dizer que sou favorável ao acordo. O pior dos acordos é sempre a melhor solução de todos os problemas. Se nós tivermos a oportunidade de, por acordo, escolher Presidente e Relator desta

comissão, vou ficar muito contente. Caso contrário, ouvi aqui a manifestação do Líder do Governo no Senado no sentido de irmos a voto. Não me preocupo porque, mesmo havendo essa disputa, tenho certeza de que vai prevalecer o equilíbrio de quem for escolhido Presidente e de quem for Relator na busca da verdade, que V. Ex^a também aqui persegue.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, declaro que a posição do PFL é a da unificação. A proposta que fizemos, e V. Ex^a é testemunha disso, foi a da unificação das CPIs e CPMLs que estão em funcionamento, pelo inevitável das conclusões.

Não há nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que mensalão, compra de voto, CPML dos Correios, corrupção, tudo vai desaguar apenas numa vertente. Então, na minha opinião, dividirmos as investigações em CPI dos Bingos, CPML dos Correios, CPML do Mensalão é dispêndio de energia, pela evidência dos fatos, desnecessário. Nós propusemos juntar tudo. Não tivemos nossa proposta aceita. Humildade diante dos fatos, porque a proposta está feita, a indicação dos nomes está feita, e vamos aos fatos, vamos às investigações. Vai haver uma trabalhadeira infernal, e vamos trabalhar para chegar às conclusões que a sociedade exige.

Que fique, portanto, muito claro que, em nome da eficácia, do pragmatismo e da objetividade, propusemos a unificação de todas as CPIs e CPMLs em torno de uma só, mas não tivemos nossa tese aceita. Fizemos mais, propusemos que a CPML do Mensalão fosse aditada à CPML dos Correios, mantendo-se o Presidente e o Relator, por uma razão muito simples: não se trata de confiar ou não no Senador Delcídio, mas porque, com o esquema de vigilância da sociedade, com o acompanhamento pelos meios de comunicação, é impossível alguém, Sr. Presidente, ousar ser faccioso. É impossível! Seria o supra-sumo da irresponsabilidade cívica alguém ser faccioso. A moderação e o equilíbrio são imperativos da vigilância, são determinados por ela.

Confiamos não só no Senador Delcídio Amaral e no Relator Osmar Serraglio, mas também, e acima de tudo, na vigilância da sociedade, nos meios de comunicação, nas rádios, nas televisões, na eficiência dos membros da Comissão, que estão trabalhando com abnegação, com denodo, com dedicação exclusiva, para se chegar àquilo de que a sociedade não vai abrir mão: a investigação e a conclusão dos fatos.

Com relação à indicação de membros, volto a discordar frontalmente do Senador Aloizio Mercadante. S.

Ex^a está desconhecendo algo chamado direito das minorias, está desconhecendo os expedientes que V. Ex^a, Sr. Presidente, endereçou aos partidos e aos blocos. Tanto os blocos são considerados que V. Ex^a, quando pediu a indicação dos membros, dirigiu-se ao Bloco da Minoria no Senado, pedindo a indicação de cinco Senadores. Pediu a indicação de quatro Senadores ao PMDB e de quatro Senadores ao Bloco do Governo. Quem é maioria? É claro que é o Bloco da Minoria, a quem V. Ex^a pede a indicação de cinco membros. Isso é cristalino.

Se não querem respeitar o direito das minorias, essa é outra questão. Não vamos argumentar com fatos pretéritos, mas com os do presente, que são: o PFL, o PSDB e o PDT respeitam os direitos democráticos previstos na Constituição, nos Regimentos e também os direitos das minorias. Tanto respeitam que na eleição para a presidência e para a relatoria da CPI dos Bingos foi eleito um presidente do bloco majoritário, o Senador Efraim Morais, que, cavalheirescamente, convidou um integrante das hostes governistas para ser seu vice-presidente e pediu ao PMDB ou ao Bloco do Governo a indicação do nome do relator, um respeito claro à tradição, ao Regimento, a tudo que vem acontecendo; diferente do acontecido na CPML dos Correios, onde fomos a votos.

Se o Bloco do Governo se propõe e se dispõe a um entendimento, nós temos entendimento. Pela nossa convicção, caberia, pelo rodízio, ao PSDB a indicação do Presidente da CPML do Mensalão.

Conversei com o Senador Arthur Virgílio, Líder no Senado, que me propôs a indicação do nome de um Deputado que nem das hostes do PSDB o é, o Deputado Raul Jungmann. Manifestei a minha posição favorável. Já que a posição pertence ou é da responsabilidade da indicação do PSDB, S. Ex^a indicaria, com o de acordo do PFL do Senado. Consultei o Líder Rodrigo Maia, que também concorda com esse nome. É o nome que submetemos à apreciação.

Se quiserem chegar a um entendimento em torno de um nome que reputo confiável, esse é o nome que sugerimos para a administração das investigações de um fato da maior importância, um parlamentar que está, na minha opinião, acima do bem e do mal e que deseja, como nós desejamos, a correta investigação dos fatos.

Ficam aqui os esclarecimentos e a proposta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, na forma do art. 14, ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, darei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, serei muito breve. Primeiro, o respeito à Minoria sempre existiu nesta Casa e, de nossa parte, jamais foi questionado em qualquer Comissão ou em qualquer outro funcionamento. Mas nem o Regimento, nem a história do Parlamento estabelece que presidência ou relatoria seja um direito da Minoria. O que o Regimento diz é que cabe a presidência ao maior partido, e cabe a relatoria ao maior partido da outra Casa. É verdade que o Bloco tem indicações proporcionais aos Senadores do bloco. Mas V. Ex^a há de reconhecer que, desde o início desta Legislatura e da anterior, nós acordamos que presidência de comissão não seria definida por bloco. Tanto que o Presidente da Casa é do PMDB, Senador Renan Calheiros – o anterior também o era, o Senador José Sarney; a Presidência da CAE, que é a primeira indicação, é do PMDB; a segunda, do PFL; a terceira, do PT; a quarta, do PSDB. Sempre o fizemos por partido, por voto. Exatamente para evitar troca-troca à véspera de final de Legislatura, como ocorre em outras Casas para composição da Mesa ou comissão. Então, está respeitado. Por acordo ou entendimento, nós podemos chegar a qualquer solução. A minha preocupação fundamental é que seja um Presidente bastante equilibrado e que dê segurança aos trabalhos, e que seja um Relator que tenha uma excelente formação jurídica, para que não se cometa qualquer tipo de arbitrariedade ou açodamento nessa investigação. Alguém que tenha uma boa formação jurídica e que seja capaz de sustentar, no amparo da lei, da Constituição, do Código de Processo, do Regimento da Casa, o seu parecer. Eu acho que este é o espírito da Casa: o direito de defesa, o contraditório, apurar com rigor e profundidade, mas sempre com o amparo da lei. Eu acho que essa é a sugestão que nós queremos construir. Mas vamos sentar, vamos conversar e ver se conseguimos celebrar acordos. Se não, nós iremos a voto, como é democrático, e a Oposição disputou, bravamente, na CPI dos Correios. O voto é secreto. A vontade dos Senadores e dos Deputados é que vai estabelecer a Presidência da Comissão, como já aconteceu em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De acordo com o art. 14, concedo a palavra a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero entrar na discussão estéril que está se colocando; eu prefiro ficar com a tradição de 10 anos, 15 anos do que foi feito aqui no preenchimento dos cargos de CPIs. Eu

prefiro ficar com 10 anos, 15 anos a ficar com seis meses. Não vamos entrar em discussão estéril. Se o Bloco do Governo quiser uma composição, vamos fazer a composição, e o nome que sugerimos é o do Deputado Raul Jungmann; senão vamos à fiscalização da opinião pública, seja quem for o Presidente, seja quem for o Relator, fiscalização da opinião pública e dos membros – Deputados e Senadores – que desejam, como nós, a investigação profunda e a elucidação dos fatos anunciados.

O Sr. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos deixar também registrado aqui que o PSDB sempre trabalhou aqui no Senado para que as coisas caminhem dentro do que a sociedade quer: coisas claras, transparentes e que tudo seja fiscalizado.

Quando surgiu a denúncia dos Bingos, o PSDB, junto com o PFL, junto com o PDT trabalharam, e trabalharam muito, para que a CPI dos Bingos fossem instalada. Infelizmente, houve de parte do Governo, inclusive encampada pelo próprio Presidente, pelo ex-todo-poderoso José Dirceu, um trabalho para que a CPI dos Bingos não fosse instalada. Foi preciso recorrer à Justiça para que tivéssemos o direito de instalar a CPI. O PSDB também trabalhou, contrariando aquelas afirmações do Líder Aloizio Mercadante, também trabalhou junto com o PFL, para que essas CPIMs ou CPIs fossem unificadas, para que não houvesse várias CPIs, porque precisamos agilizar a fiscalização. Em todo os momentos, em todas as discussões, o PSDB se comportou dessa maneira, fazendo com que as coisas ficassem claras, independentemente se for A ou B o presidente, mas que se respeitasse àquilo que era comum nesta Casa, os acordos no sentido de que quando fosse nomeado o presidente do partido do Governo, o relator seria da Oposição, ou vice-versa. Hoje nós poderíamos, tranquilamente, ter apenas uma CPMI, ou CPI, apenas a dos Bingos, se não tivesse o Governo, no passado, trabalhado para retirarem as assinaturas. Com certeza, funcionando a CPI dos Bingos, que hoje funciona, todos os escândalos, certamente, teriam sido investigados. Ao não permitirem que a CPI dos Bingos fosse instalada, abriu-se a porteira, o dono da fazenda deixou uma fresta, deixou a porta um pouco aberta e passou um boi, depois passou a boiada. A corrupção ficou realmente descontrolada para o Governo, e hoje temos CPI dos Correios, CPI dos Bingos, CPI do Mensalão. Daqui a pouco, vem a CPI do Celso Daniel também, e vamos ficar aí passando este ano e o ano que vem apenas tentando tratar das CPIs.

Eu mesmo faço parte da CPI da Emigração Ilegal, faço parte da CPI da Terra, faço parte da CPMI

dos Correios, da CPI dos Bingos e, agora, vou participar também da CPI do Mensalão. Vai ficar realmente difícil fazer um trabalho mais claro, mais ágil, transparente. Estou falando isso porque vamos ouvir as mesmas pessoas, Sr. Presidente. O Sr. Delúbio, o Sílvio, o Marcos Valério também vão ser ouvidos na CPI do Mensalão. O Roberto Jefferson também será ouvido. Já foram ouvidos na dos Correios e, certamente, vão ser ouvidos de novo. Veja que podíamos ter aproveitado tudo isso em apenas uma CPMI. A sociedade, Sr. Presidente, quer agilidade.

Vejam só: antes, quando contestavam as CPIs, quando diziam que não tinham provas, que era falácia, que era golpe, que falavam por falar, hoje, aqueles mesmos que diziam que era golpe da direita, que era golpe não sei de quem, eles mesmos estão confessando. Já há réu confesso, Senador Antonio Carlos Magalhães. Aquele que chorou e disse que era golpe da direita foi dizer agora, confirmado pelo Presidente Lula, confirmado por Marcos Valério, que há um Caixa 2. Um Caixa 2! Se não houvesse as CPIs, certamente não saberíamos de tudo isso.

Cadê aquelas pessoas que diziam que era golpe? Cadê aquelas pessoas que diziam que era mentira, que não havia provas? E nós da Oposição não estamos conseguindo mostrar as verdadeiras provas, exceto nos debates, exceto nas investigações da CPI. Mas a própria Base do Governo está se denunciando, está se contradizendo – aliás, tinham que combinar com o Presidente Lula para dizer na França uma coisa e para o outro dizer a mesma coisa aqui no Brasil. Só que não combinaram o horário.

Há uma confusão, estão batendo cabeça. Não se encontram mais. Isso é mentira ou é real? Isso é real. O Brasil ouviu. A quem querem enganar? Para que esconder o jogo? Será que ainda dirão que é golpe? Será que ainda dirão que é jogo eleitoral? Que querem antecipar as eleições? Não pode mesmo isso acontecer no período eleitoral. Tem que acontecer agora a fiscalização. É agora que temos que apurar.

Sr. Presidente, infelizmente, não vamos conseguir apurar tudo neste ano e vai acabar indo para o ano que vem porque três meses não resolvem. Serão quatro ou cinco, vão prorrogar essas datas.

Lamento profundamente. Falavam tanto em lavagem de dinheiro, que temos de apurar, que precisamos apurar, e o PT está usando a legenda, a sigla, para lavagem de dinheiro.

Eu não quero usar a questão política, mas é preciso esclarecer que há muita gente boa no PT, muita gente séria, e essas pessoas também querem clarear a questão. Mas há muitos que diziam que era golpe, que era antecipação de eleição e agora têm que se curvar,

e são coniventes com a corrupção. Lamentavelmente, isso está bastante claro através da Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pedi ao Secretário, Dr. Carreiro, uma cópia do pronunciamento feito por V. Ex^a ao abrir a reunião de instalação desta CPMI. E vi uma aula de ética e de respeito aos Parlamentares nas considerações feitas por V. Ex^a e testemunhadas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que compareceu à reunião dos Líderes. Lá ficou patente que deveria haver uma CPI na Câmara, em razão do volume de acusações iniciadas pelo Deputado Roberto Jefferson, que atingem alguns Parlamentares, ainda não comprovadamente, de participação em “mensalão”. Mas houve por bem V. Ex^a, em razão da pressão da sociedade, instalar uma CPMI.

Mas o que me leva a falar sobre esse problema, Senador, é que eu acho que, dentro do critério apontado por V. Ex^a e testemunhado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – não vou entrar no mérito, porque o meu Líder já está cuidando disso e é um homem equilibrado –, a Câmara deveria indicar a Presidência, até em respeito ao que V. Ex^a disse preliminarmente, da importância da direção dos trabalhos ser oferecida à Câmara dos Deputados. É isso que me leva a fazer essa proposta.

Sei que alguns Parlamentares acham que o mais importante é a Relatoria. Só que o Presidente é eleito e o Relator é indicado pelo Presidente. Então, digo isso buscando subsídio no discurso de V. Ex^a, tão bem elaborado, na instalação desta CPMI.

Então, fica aqui a minha sugestão a V. Ex^a e aos demais Líderes de que é importante que a Presidência da CPMI, por ser escolhida por eleição, seja oferecida à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a. A sugestão que faz é realmente pertinente, racional. O ideal, repito, era que nós tivéssemos condições de fazer um acordo, para construir uma convergência, um consenso, com relação à eleição do Presidente e à conseqüente designação do Relator, coerentemente com o que, no início, todos nós defendemos.

Está cumprida a finalidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 8 minutos.)

Ata da 114ª Sessão Não Deliberativa, 19 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, da Srª Serys Slhessarenko, dos Srs. Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Augusto Botelho

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeu Cavalcante Silva, o presente requerimento para que forneça informações a respeito dos contratos de prestação de serviço de publicidade, propaganda e patrocínios estabelecidos pelas empresas Eletrobras, Eletronorte, Chesf e Furnas, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2005 inclusive.

Gostaríamos de solicitar ao ministro:

a) Cópia integral do processo que instruiu a licitação e que foi objeto da execução de cada licitação;

b) Cópia do contrato assinado entre as subsidiárias deste ministério e a respectiva empresa vencedora da licitação;

c) O valor total de cada contrato;

d) Cópia dos contratos e convênios de patrocínio e sua respectiva execução;

e) Cópia de toda a documentação de execução efetiva do contrato, mês a mês, desde sua assinatura até a presente data.

Justificação

Tendo em vista os recentes escândalos na área de comunicação do Governo Federal, cabe ao legislador exercer também a incumbência constitucional de fiscalizar os atos emanados do Poder Executivo.

Considerando, portanto, que os gastos das empresas públicas nas atividades de divulgação e patrocínio não são previstos no Orçamento Geral da União, mas são deliberados internamente, faz-se necessário o

acompanhamento detalhado e rigoroso das licitações e dos contratos executados pelas mesmas, com vistas a evitar eventuais danos ao patrimônio público.

Dessa forma, solicito aos Nobres Pares, a aprovação deste requerimento ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal possa avaliar a regularidade do processo licitatório, e da execução dos contratos de prestação de serviços de publicidade, propaganda e patrocínios.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(Mesa para decisão).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 786, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado Voto de Aplauso em homenagem ao Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelos seus 41 anos de emancipação.

Justificação

Balneário Camboriú completará amanhã, dia 20 de julho de 2005, 41 anos, pouco, por tudo que representa.

De uma vila de pescadores à capital turística do Mercosul, Balneário Camboriú, atrai pela natureza e infra-estrutura.

Ao completar 41 anos, neste dia 20 de julho de 2005 os indicadores oficiais favoráveis em termos de qualidade de vida colocam a cidade entre as 10 melhores do Brasil para se viver e comprovam que o processo de desenvolvimento econômico e social resultante do investimento no turismo em Balneário Camboriú, não é circunstancial à presença do litoral, mas resultado da vontade política aliada às parcerias com todos os setores da comunidade.

O turismo e a boa receptividade aos visitantes é prática comum nas ruas e no cotidiano da administração municipal deste município catarinense, do qual já tive a satisfação e oportunidade de administrar por três mandatos.

Grande parte da sua arrecadação é investida em infra-estrutura, saneamento, saúde, educação, projetos e ações sociais permanentes, além de desenvolver e aprimorar cada vez mais as parcerias para tornar realidade projetos arrojados no desenvolvimento e modernização do setor turístico.

Como resultado dessas ações públicas e por viver exclusivamente da “indústria” do turismo, a população se conscientizou deste potencial e recebe muito bem o turista.

Conhecer e, por isso, retornar á Balneário Camboriú, é desfrutar de uma hospitalidade e de uma excelente infra-estrutura que se traduz em modernos equipamentos turísticos, ruas limpas, comércio diversificado, serviço eficiente, sistema viário em fase de modernização e humanização, além da natureza exuberante com obras de urbanização integradas à paisagem e que socializam o acesso à todos os recantos turísticos, sem falar em atrações e gastronomia diversificada.

Por todas essas razões, a população de Balneário Camboriú e todos nós catarinenses, temos orgulho e enorme alegria em comemorar essa data.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Leonel Pavan**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2005

Autoriza a criação de *campi* universitários nas cidades de Guaraí e Colinas, como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nas cidades de Guaraí e Colinas, **campi** da Fundação Universidade Federal do Tocantins, podendo, para tanto, absorver o patrimônio das instituições de educação superior ali existentes.

Art. 2º Os referidos **campi** terão como objetivo desenvolver, sem promover indissociação, atividades de ensino superior, pesquisa e extensão.

Art. 3º A estrutura organizativa e a forma de funcionamento dos **campi**, bem como as condições de parceria com outras instituições locais, serão definidas no estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e em outras normas legais pertinentes.

Art. 4º A criação dos **campi** subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nas últimas décadas, ocorreu no Brasil intenso e veloz movimento de universalização do ensino fundamental, com a conseqüente expansão da escolaridade para a última etapa da educação básica, o ensino médio. Em 1993, foram 615 mil os concluintes do ensino de 2º grau. Em 2003, esse número ultrapassou dois milhões, na grande maioria estudantes de escolas públicas e gratuitas.

No Estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988, a história não foi diferente. Em 1994, havia cerca de 30 mil alunos no ensino médio; em 2004 eles já eram quase 76 mil. Também não é diferente, hoje, a composição social dos alunos: a imensa maioria das matrículas é das escolas estaduais gratuitas (71,6 mil), o que indica, no quadro atual, serem oriundos das classes populares.

Ora, esse mesmo dado mostra, com toda eloqüência, a necessidade de oferta de mais vagas na educação superior pública e gratuita. O Estado do Tocantins só recentemente ganhou uma universidade federal, que oferece, anualmente, menos de mil vagas em seus cursos de graduação. Enquanto isso, concluíram o ensino médio, em 2004, aproximadamente 25 mil estudantes, nos cursos regulares e supletivos. Não é por acaso que nas maiores cidades, como Palmas, Araguaína e Gurupi, multiplicam-se as instituições privadas, acessíveis, entretanto, somente aos que dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com as respectivas mensalidades.

Nesse contexto, nada mais justo que a expansão da universidade federal para as áreas de maior densidade populacional, conforme o mandato constitucional originário e a atual política do Ministério da Educação. Sem dúvida, a disseminação da pesquisa e do ensino superior, com a conseqüente difusão da cultura científica e tecnológica, fará com que o atraso econômico do interior seja superado. As oportunidades de profissionalização mais especializada ajudarão

a debelar o desemprego que se estende aos campos antes primitivos ou desabitados.

A presente proposição, portanto, visa a dar maior concretude às intenções dos Poderes Públicos em responder, com qualidade, às necessidades culturais da população do Tocantins, nos municípios de Guaraí e Tocantinópolis, reconhecidamente pólos demográficos e econômicos de suas respectivas regiões, evitando também a excessiva concentração da oferta de cursos superiores na sede da universidade, que agrava o êxodo das populações interioranas e o inchaço da capital.

Finalmente, lembramos que se trata de um projeto que segue o modelo de tantos outros que visam apenas a autorizar o Poder Executivo a praticar ato determinado. Modelo esse que já se tornou tradicional, pelo qual se exerce a missão de representar os interesses dos estados brasileiros e, assim, sensibilizar o Poder Executivo para seu dever de dar resposta às necessidades da população.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Nezinho Alencar**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e cidadania e de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel. Hoje, não sendo sessão deliberativa, V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, li, quando jovem, a **Oração aos Moços**, de Rui Barbosa. Nela, o autor observa haver patrocinado a causa de três verdades – a democrática, a republicana e a eleitoral, lamentando, contudo, não terem elas conseguido, no tribunal da política, melhor tratamento do que Deus Vivo no julgamento de Pilatos. Sem ter a veleidade nem a pretensão de aproximar-me do estuante jurista e político – aliás, homenageado nesta Casa com o busto no plenário – ousou proclamar haver consumido longos tempos de minha vida pública a refletir sobre esses temas e a propor a efetivação de medida para questões tão transcendentais para as instituições brasileiras.

Faço tais observações, Sr. Presidente, em virtude do instante em que o Brasil é alcançado por grave crise política, conquanto não deva sua intensidade

afetar as nossas instituições, hoje robustas, mercê dos avanços obtidos nos últimos tempos, mormente após a promulgação da Constituição de 1988.

Os tempos, portanto, parecem indicar ser este o instante de apurar os fatos, como o está fazendo com diligência o Congresso Nacional e, após sua conclusão, adotar as medidas cabíveis estatuídas na Constituição, nas leis e nos Regimentos da Câmara e do Senado, corrigindo-lhes desvios e prevenindo a repetição de condutas não republicanas.

É de se supor que – uma vez que o Parlamento, além de órgão legislativo e fiscalizador, o é igualmente grande fórum de debate dos problemas nacionais – brotem, entre outras, sugestões também para melhorar o desempenho de nosso sistema político.

Considero, porém, que somente depois da apuração dos fatos, será o momento de o Congresso Nacional centrar seus cuidados na adoção de medidas voltadas para aprimorar as instituições, aprovando a Reforma Política, aliás fundamental para restaurar a credibilidade e a legitimidade de que carecem os Poderes da República.

Aliás, o Velho Testamento, na sabedoria do Eclesiastes, lembra que “para tudo tem o seu tempo”. Não convém, pois, colocar o depois antes do antes.

“As coisas políticas têm por principal condição a oportunidade”, lecionou Nabuco de Araújo, em discurso proferido nesta Casa em 1870, para acrescentar: “As reformas, por pouco que sejam, valem muito na ocasião, não satisfazem depois, ainda que sejam amplas”.

Ora, Sr. Presidente, discutir questões institucionais em períodos eleitorais pode parecer um convite à nociva prática do casuísmo, e tanto mais inconveniente será proceder a mudanças em períodos de instabilidade política como a que atravessamos. Configuraria, ao meu ver, uma atitude, mais que arriscada, temerária. A administração do tempo – friso – é certamente o maior desafio para o homem público: cabe-lhe saber que o momento oportuno não é qualquer momento.

Por isso, se pensamos em soluções que não sejam precárias e ocasionais, a reforma política há de ser pautada para instante que permita fazê-la de forma refletida, para que não venha a Nação, em seu discernimento, nos apodar de procedimento ousado ou precipitado. Ousadia e precipitação não são boas companheiras, especialmente no sáfaro território da política. Receio até que a antecipação deste tema finde por converter uma mera crise política – conjuntural, portanto – numa crise sistêmica, com viés institucional.

Há mais de três décadas tanto no exercício dos mandatos legislativos, de funções nos órgãos de dire-

ção partidária, quanto no desempenho de cargos no Executivo – estadual e federal – venho me dedicando ao cumprimento de agenda que concorra para o *ag-giornamento* de nosso modelo institucional. A persistência com que tenho abordado as questões dessa natureza se quadra na convicção de que a reforma política – sempre preconizada, nunca priorizada – é a mais relevante das transformações de que necessita o País, posto que indispensável à governabilidade, de que depende, em última análise, o sucesso de todas as demais. A governabilidade, em nosso como em qualquer outro país, insista-se, será, pois, sempre decorrência direta e imediata da racionalidade da engenharia política adotada.

Embora tenhamos avançado em alguns itens dessa agenda, devemos reconhecer, constata-se que as mudanças institucionais brasileiras têm sido historicamente mais fruto de nossas dificuldades conjunturais do que de nossas deficiências estruturais.

O Brasil, Sr. Presidente, é um dos poucos países do mundo ocidental que virtualmente experimentou todas as modalidades possíveis, tanto na forma de Estado quanto na forma de Governo. Tanto com relação ao sistema de Governo quanto em relação ao regime político. Por outro lado, já utilizamos em períodos sucessivos tanto o sistema eleitoral majoritário quanto o proporcional, atualmente em vigor. Já tivemos fase de bipartidarismo e de pluralismo e, por consequência, também utilizamos o sistema decisório majoritário tanto quanto o consensual. Fomos Estado unitário de 1824, com a primeira Constituição do Império, a 1889. E temos federalismo – que padece de debilidade congênita –, dessa data (1889) até hoje, com exceção obviamente no Estado Novo, de 1937 a 1945, em que vivemos sob a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas. Vivemos pendularmente sob regimes democráticos e autocráticos. Já conhecemos voto facultativo e adotamos a obrigatoriedade do voto hoje em vigor. Já concedemos, negamos e voltamos a conceder – acertadamente, a meu ver – o voto ao analfabeto. Asseguramos o sufrágio feminino no Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de 30, embora a efetiva participação da mulher somente tenha ocorrido em 1945, quando também a França adotou o voto feminino. Praticamos o presidencialismo a partir de 1889 e, de modo especial, com a Constituição de 1891, que criou as instituições republicanas, e adotamos um efêmero e improvisado parlamentarismo entre 1961 e 1963.

É bom lembrar que esse parlamentarismo não pode ser classificado como tal, posto que foi produto da moldura de uma circunstância extremamente difícil pela qual passava o País, tendo em vista a renúncia de Jânio Quadros. Portanto, adotou-se, por meio

de uma emenda constitucional, que Afonso Arinos denominou de Ato Adicional, um regime que não é a expressão correta de um verdadeiro e autêntico parlamentarismo.

Entre outras conquistas, saímos do voto restrito e censitário para o voto universalizado, constituindo hoje o segundo colégio eleitoral do mundo ocidental e o único, apesar de nossas enormes dimensões territoriais, sistema inteiramente informatizado. Isso leva a dizer que, hoje, as eleições no Brasil são feitas sem a mácula da fraude, ou seja, obtendo o que os especialistas chamam de verdade eleitoral.

Praticamos um calendário eleitoral muito próximo de um modelo dos mais antigos do mundo, que é o dos Estados Unidos, em que se vota, aqui como lá, a cada dois anos, alternado-se eleições municipais e eleições gerais, o que evita tanto a federalização das disputas locais quanto a municipalização das eleições federais.

Ao longo destes quase dois séculos de vida independente – vamos completar 200 anos de nossa Independência muito brevemente, no ano 2022 –, passamos também por momentos de graves rupturas de natureza econômica, de cunho financeiro e de origem cambial em nosso balanço de pagamentos, gerando incertezas e inquietações sociais, sempre, e é bom salientar, salvo raríssimas exceções, com o Congresso Nacional em pleno funcionamento. . Registre-se, também que houve nos últimos tempos progressos na busca da estabilidade econômica (vide Plano Real e desdobramentos), no campo social (especialmente na educação e saúde) e da inserção do País no plano internacional, inclusive pelo Mercosul.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) –V. Ex^a me concede um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, estamos no ano de 2005, 505 anos de Brasil! Tivemos capitânias hereditárias, governo geral, Império, Pedro I e Pedro II, governos militares no começo da República, depois, ditadura civil, ditadura militar. Mas em nenhum governo a corrupção foi tão grande. V. Ex^a começou bem, citando Rui Barbosa, “Oração aos Moços”. Eu li e reli, dezenas de vezes, agora pergunto: Lula, você leu “Oração aos Moços”, de Rui Barbosa? Pois então quero ensinar ao Presidente, a Sua Excelência. Aprender requer humildade; é bom. E vou sintetizar o que foi dito por Rui Barbosa para orientar o Lula, que não leu a Oração, que não a aprendeu. O que ele diz? Só há um caminho: a lei e a justiça. Este não é um Estado democrático de direito, essa é a verdade. O mesmo determinam as leis de Deus, Senador Marco

Maciel, V. Ex^a que é cristão. Está escrito lá: “Não roubarás”. E nunca se roubou tanto neste País como agora. Essa é a vergonha. Nós já pecamos contra as leis de Deus e contra as leis. E Rui Barbosa foi mais adiante: Vai chegar o tempo em que, de tanto ver as nulidades prosperarem, a corrupção se alastrar, vamos rir de ter honra e vamos ter vergonha de ser honestos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora quero dizer algo a V. Ex^a e ao Presidente, que é do PT: Não segura! Eu ouço a voz rouca das ruas e eu vi, lá no Piauí, motoqueiros, sábado, tomando uma cervejinha – **in vino veritas** –, virarem para a repartição, para o palácio do Governo e dizerem: “Malandros, vagabundos, ladrões!” Eu vi homens aposentados que trabalham sentirem vergonha. Senador, está na hora dos “verdinhos”. V. Ex^a sabe o que são “verdinhos”? O povo não acredita. Como Winston Churchill disse, a democracia não é boa, é ruim, mas ele não conhece nenhum sistema melhor. Mas democracia é respeito à lei, é não-impunidade, é não admitir roubo e corrupção. Está uma lama de corrupção no Congresso Nacional. Isso é uma vergonha! E eu acho que o povo deve começar a sua revolução.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Mão Santa, ouvi o seu aparte – como sempre palavras candentes – e recolho as observações que V. Ex^a faz. Agradeço também o apoio que V. Ex^a dá à importância de instituições republicanas sonhadas por Rui Barbosa, cujo busto se encontra aqui no plenário a inspirar as nossas ações e propostas.

Ouçó, com prazer, o nobre Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, concederei, com satisfação, o aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, há poucos dias, comentei com V. Ex^a que, na rádio CBN, o Governador Jorge Viana, irmão do nosso Presidente, chamava a atenção para que nós, do PT, deveríamos dialogar com V. Ex^a a respeito sobretudo da reforma eleitoral, dado que V. Ex^a tem um acúmulo altamente respeitável de estudo e de reflexão sobre o tema. E confirma isso com o pronunciamento que faz nesta tarde, trazendo aqui uma história de reflexões a respeito. Quero ponderar uma preocupação relativamente àquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados, pelo menos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Creio que ainda falta a conclusão da votação. Preocupa-me, dentre outros aspectos, o que foi ali votado, ou seja, o voto por lista, sobretudo da maneira como ali foi designado, para que a primeira lista na próxima eleição corresponda à constituição da

Câmara dos Deputados, isto é, à ordem dos deputados federais que estão exercendo o seu mandato.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ora, parece-me que isso constitui um absurdo. Não estou ainda persuadido de que o voto em lista seja o melhor. Tenho a impressão de que devemos perguntar aos eleitores se preferem continuar a escolher os seus próprios vereadores, deputados federais ou estaduais ou se preferem que a direção indique a ordem dos que ingressarão, para que a Convenção aprove, e, daí, eles votem no partido simplesmente. Imagino que o melhor será que os eleitores continuem a escolher o seu representante diretamente, obviamente de partido definido e – o que avalio como muito importante – com a respectiva fidelidade partidária, durante o seu mandato.

Trago essa preocupação porque gostaria muito de ouvir a sua reflexão a respeito, porque nós, do Senado, caso a reforma venha com essa característica, teremos que procurar aperfeiçoá-la.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer as palavras contidas no aparte de V. Ex^a. Devo acrescentar que concordo com a opinião de V. Ex^a no que diz respeito à proposta aprovada na Câmara com relação à introdução das listas. Tendo em vista a limitação do tempo, gostaria de depois conversar com V. Ex^a pessoalmente sobre como vejo essa questão no âmbito da reforma política.

Não desejo encerrar sem dar oportunidade de aparte ao Senador Papaléo Paes, para depois ouvir também o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB.

Ouçó o aparte do nobre Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, é com muita honra que faço um aparte ao discurso de V. Ex^a, primeiro, parabenizando-o pela brilhante exposição sobre sua idéia, sobre o que V. Ex^a pensa da reforma política. Lamentavelmente, observamos que este tema surgiu exatamente agora, em um momento em que o País passa por uma situação muito difícil, com muitas denúncias de corrupção, com o povo vendo que os Poderes, principalmente o Executivo e o Legislativo, estão jogados em um mar de lama. Enfim, essa reforma poderia estar soando para a população como sendo uma alternativa para tentar encobrir a imagem que o povo tem dos políticos, que é uma imagem bastante desgastada. No entanto, quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema, que é muito importante, lamentando que tenha surgido apenas neste momento.

Vejo que essa reforma política, necessária para o País, poderia não ser a nossa grande esperança. A nossa grande esperança deveria ser uma reforma de caráter, o povo saber escolher seus representantes. Não adianta mudarmos de regime, mudarmos as regras, e os palhaços, as pessoas serem as mesmas em circos diferentes. É o que penso. Mais uma vez, parabeno V. Ex^a. Preocupo-me muito com a situação por que passa o País, principalmente na área política. É muito preocupante, mas temos que continuar tendo forças para lutar a favor dos bons políticos, da boa política e da democracia. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Papaléo Paes, ao tempo em que agradeço o aparte de V. Ex^a, quero recolher também, por ser muito importante, a manifestação do ilustre representante do Amapá nesta Casa, no que diz respeito à necessidade de refletirmos um pouco sobre a reforma política e não fazê-la agora.

Ouço o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, o meu Partido, o PSDB, como V. Ex^a sabe, defende a reforma política há muito tempo. Neste início de ano, tive uma esperança maior. V. Ex^a participou de várias reuniões em que conseguimos fazer uma agenda mínima de alguns pontos para vigorarem já no próximo ano e outros em 2008. Depois tivemos, na Câmara, a aprovação de um projeto global, que tem alguns retrocessos, como a questão da cláusula de desempenho. Mas, ainda assim, o PSDB, e eu, pessoalmente, mantenho a minha esperança, porque a reforma política está realmente na origem. A origem dos problemas que enfrentamos no Brasil está no nosso sistema político atual. Precisamos fazer algumas mudanças de maneira urgente. Não é possível o País ter 37 partidos! Não se consegue governar com esse número de partidos. Como se fazer uma reunião inicial com presidentes de 37 partidos? Isso não pode continuar assim. Da mesma maneira, os partidos têm que ter representatividade, para não serem partidos de aluguel, como acontece de fato nas eleições. Às vezes um partido maior usa um partido menor para atacar os adversários. Temos os horários de televisão que são usados por outros partidos, por pretensos candidatos. Então, eu queria trazer a V. Ex^a o apoio total do PSDB. Já estive com mais esperança de aprovar uma reforma política de verdade, mas mantemos a nossa vontade, a nossa disposição. O PSDB deseja uma reforma política e acredita que ela é fundamental para o Brasil. E V. Ex^a, como uma das pessoas mais entendidas do assunto, como um dos maiores conhecedores dos sistemas políticos existentes no mundo todo, sabe muito bem os caminhos a nos dar.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, o aparte de V. Ex^a foi muito generoso com relação às minhas preocupações referentes a esse tema, mas devo dizer que concordo integralmente quando V. Ex^a diz que a reforma política deveria ter sido a primeira reforma, ou seja, ela deveria ter sido a mãe de todas as demais. E vou mais além: uma vez Roosevelt disse, com propriedade, que era necessário fazer primeiro as primeiras coisas. Isso deveríamos ter feito logo no início. Se tivéssemos feito essas reformas, certamente a instituição congressual e os entes públicos, de modo mais geral, estariam em situação muito melhor perante a sociedade brasileira.

Penso que, de alguma forma, o fato de não termos realizado tempestivamente as reformas políticas ajuda a explicar a crise política por que passamos neste instante, com graves danos à imagem do Parlamento e dos Poderes da República, de modo geral.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar dizendo...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não. Ouço, com satisfação, o nobre Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Vice-Presidente, Senador, Governador, mas principalmente nosso querido amigo Marco Maciel, o discurso de V. Ex^a vem a calhar – e não é a primeira vez que V. Ex^a o faz – em uma hora de tantas atribulações. Tivéssemos feito o que V. Ex^a já preconizou há tanto tempo, não estaríamos passando por todos esses vexames. Atualmente, estamos vendo o que a hipocrisia, o que a mentira no campo da política gerou. Dizem que a televisão é gratuita, mas ninguém bota um programa para funcionar em um Estado por menos de R\$1 milhão. Dizer que não se gasta dinheiro em campanha não é verdade. Quem for fazer algumas camisas, dependendo da cor, gasta em média R\$4,00 por cada uma. Então, morro de rir quando alguém diz que, em São Paulo, gastou R\$700 mil, porque, para fazer um milhão de camisas – o que, em São Paulo, não significa nada, porque são 28 milhões de habitantes – gastam-se R\$4 milhões. Então, essas questões todas precisam ser repassadas. E V. Ex^a vem insistindo na necessidade de se fazer essa reforma. Quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que já passou até do tempo. Temos que fazer já, embora tardiamente, as reformas que V. Ex^a tão bem preconizou na área política do nosso País.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Líder Senador Ney Suassuna, agradeço o aparte de V.

Ex^a e o apoio que traz à causa que venho defendendo há longos tempos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, concluo.

Em que pesem as conquistas alcançadas, as transformações que temos logrado obter resultam insuficientes. Daí a importância, insisto, das reformas políticas que têm um espectro bem mais abrangente do que se cogita. Na concepção orgânica de governo, os sistemas – o eleitoral-partidário, o de governo, o federativo e o republicano – devem ser mecanismos capazes de produzir, permanentemente, decisões que atendam as demandas da sociedade, de forma racional e tempestiva.

A capacidade de tomar decisões articuladas e congruentes, e como tal serem efetivamente aplicadas, é o que modernamente se denomina governabilidade. Enfim, as reformas políticas, que optaria por designá-las como institucionais, são imprescindíveis sob pena de o País mermar, adiando o nosso querer coletivo de viver em nação democrática, desenvolvida e socialmente justa. Para isso, Sr. Presidente, é necessário ter plena convicção de que a realização de nosso destino não é algo que se deva esperar, mas algo que se impõe alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a política é cheia de fatos pitorescos. Recebi, no meu gabinete, um *e-mail* assinado por Friedrich Nietzsche. Eu disse que não é do bom PT, porque o PT não escolheria um filósofo genial, porém de direita. Poderia assinar sob o pseudônimo de Karl Marx; isso o velho PT, pelo menos.

De Friedrich Nietzsche, dirigido para mim. Assunto: Informação do Partido ao Líder – Urgente. E coloca quinhentos sinais de exclamação. Mostrei ao Senador Romeu Tuma, que fez carreira brilhante da Polícia Federal, e ontem, no almoço, comuniquei isso ao Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Sr. Presidente, leio o texto do *e-mail*: “Olá, Excelentíssimo Arthur Virgílio. Preste muita atenção no que vou lhe dizer, vou ser direto. Renuncie imediatamente ao mandato de Senador” – vírgula – “caso contrário” – aí ele esqueceu a vírgula – “se não obedecer esta ordem” – ele esqueceu o “a”; seria “a esta ordem” – “sofrerá...” E aí é que devemos começar a procurar suspeitos, pois, ao invés de “represálias”, o nosso filósofo escreveu “represárias” – vírgula – “incluindo o Seqüestro” – com “s” maiúsculo; a pessoa é do crime, porque seqüestro é com letra minúscula, mas quando alguém é criminoso de bom coturno, esse valoriza a figura do seqüestro – “... de sua família”. Quer dizer, vai seqüestrar toda a minha família. Minha família é enorme. Tenho um primo que, se ele seqüestrar, ele se arrepende; o rapaz vai chateá-lo tanto que ele vai querer devolvê-lo para mim. Continuo: vírgula – “pois conheço muito bem sua vida” – ponto. Aí baixou o santo do Osama bin Laden nele: “Anuncie em rede nacional esta minha ordem – vírgula; não precisava da vírgula – e o senhor não se arrependerá” – vírgula; essas vírgulas dele estão complicadas. “O senhor fará em nome da nação” – ele coloca “seqüestro” com letra maiúscula e nação com ene minúsculo; é uma inversão de valores do nosso filósofo Nietzsche. Aí ele diz assim: “Esta mensagem – sei que ele quis dizer “é absolutamente séria”, mas esqueceu o acento agudo em “e” e colocou: “Essa mensagem e absolutamente séria” – ele teria que ter dito “é absolutamente séria”. E termina exclamando novamente.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, de qualquer maneira, encaminhe isso não para a Polícia Federal, mas para o Macaco Simão, da **Folha de S. Paulo**. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa aguarda cópia da manifestação de V. Ex^a.

Senador Ney Suassuna, a Mesa pede uns segundos para fazer a leitura de expediente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. GLPMDB nº 254/2005

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, encaminho a Vossa Excelência a nova composição dos membros suplentes da bancada do PMDB, integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005 – CN – para apurar denúncias de recebimento de vantagens patrimoniais indevidas por

membros do Congresso Nacional), ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Maguito Vilela
João Batista Motta
Amir Lando
Wellington Salgado
Ney Suassuna

Suplentes

Valdir Raupp
Gilberto Mestrinho
Alberto Silva
Pedro Simon

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Ney Suassuna – Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) –
O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. GAB/I/Nº 920

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Aníbal Gomes passa a participar, na qualidade de titular, da comissão mista de inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membro do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição ao Deputado Zé Gerardo.

Quanto à suplência informamos que a ordem será a seguinte:

Suplente

1º Gastão Vieira
2º José Divino
3º Almerinda de Carvalho

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB, em exercício.

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Ofício nº167/Plen

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Zezéu Ribeiro – PT/BA em substituição ao Deputado Odair Cunha – PT/MG para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por

membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Eduardo Greenthalgh**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Façam-se as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Ofício nº 168/Plen

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente o Deputado Devanir Ribeiro – PT/SP, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Eduardo Greenthalgh**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência designa o Sr. Deputado Devanir Ribeiro como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membro do Congresso Nacional, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 0392-L-PFL/05

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Chico Sardelli para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos”, em substituição ao Deputado Eliseu Resende.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

Of. nº 718/05-BLP.

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex^a, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, que irá apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do poder executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, como suplente, o Deputado Miguel de Souza (PL/RO) em substituição ao Deputado Neucimar Fraga (PL/ES).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Miguel de Souza**, Líder em exercício do Partido Liberal – PL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. PSDB Nº 752/2005

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 300/2005 – GLDBAG.

Brasília, 18 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Tião Viana para integrar, como Titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada “CPI dos Bingos”, em substituição à Senadora Fátima Cleide, que passa a compor a referida Comissão na qualidade de Suplente.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 301/2005 – GLDBAG.

Brasília, 19 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Eduardo Suplicy para integrar, como Titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko, que passa a compor a referida Comissão na qualidade de Suplente.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Tendo em vista que a pauta encontra-se sobrestada em obediência ao §6º do art. 62 da Constituição Federal, a Presidência defere o **Requerimento nº 783, de 2005**, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder, por até sete minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

Permita-me, Senador Ney Suassuna, falarei apenas trinta segundo sobre esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, a Mesa pede a V. Ex^a que fale após o orador, porque eu já o anunciei por duas vezes. Assim que S. Ex^a falar, terá V. Ex^a o direito de falar sobre o episódio pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não

me incomodo. Pode fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas uma sugestão, Sr. Presidente.

Embora possa isto ser uma brincadeira de mau gosto, como ela contém uma ameaça, além de encaminhar ao Macaco Simão, conforme solicitou o Senador Arthur Virgílio, quero aqui sugerir à Mesa que V. Ex^a a encaminhe ao Ministro da Justiça, porque há aqui meios de... O Senador Romeu Tuma poderá fazer uma sugestão. Que seja enviado ao Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal examine a origem, porque se trata de um Colega do Senado que está sendo ameaçado e temos que tratar isso com a devida solidariedade e seriedade.

Penso que o nobre Senador Ney Suassuna me perdoará pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Mesa adota a decisão de encaminhar cópia ao eminente corregedor, Senador Romeu Tuma, que adotará as medidas pertinentes ao caso.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, a orientação de V. Ex^a, com toda certeza, não deve ser deixada de lado. Mas se qualquer um de nós fosse temer todas as ameaças que já recebemos na vida, nenhum de nós estaria aqui. Isto é natural, é normal, faz parte do jogo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma CPI se instala hoje: a CPI do Mensalão. Mais uma CPI que vai tumultuar a nossa rotina e vai dificultar, sobremaneira, a tramitação dos processos e o cumprimento dos nossos compromissos para com a população. Não que este não seja um compromisso importante, o desvendamento de todas as coisas erradas que foram feitas e a punição dos culpados, mas o PMDB, que é a maior Bancada nesta Casa e que sempre está sintonizado com as aspirações da sociedade e que está sempre preocupado, também, com os valores republicanos, vai fazer uma tentativa amanhã. Convido todos os Líderes de Partido do Senado para que nós, amanhã, no almoço – convido, inclusive, à minha amiga Heloísa Helena – busquemos a discussão desarmada para vermos se encontramos alguma solução para minorar essa tramitação. Não sei se unindo uma a outra, não sei se deixando apenas duas, sem parâmetros. Vamos, com o espírito desarmado, analisar toda esta situação, porque falta ser instalada outra CPI, e eu me preocupo. Hoje eu já tive – e peço desculpas ao meu querido amigo Alberto Silva – que colocar S. Ex^a no “banco de reserva” de uma das CPIs por falta de

elementos. Quero poupar meu amigo, que tem uma cabeça maravilhosa, que pode dar contribuições muito boas. Se está ficando pequeno o maior “time” da Casa, imaginem os partidos menores. Por isso, quero convidar os Líderes partidários para, amanhã, na Liderança do PMDB, almoçarmos e tentarmos encontrar alguma solução, sem parâmetros, sem **parti-pris**, sem coisa nenhuma. Vamos conversar para ver se é possível, com o raciocínio desarmado, mas eficiente, encontrarmos uma forma de destravar o nosso dia-a-dia, que não será fácil a partir de agora.

Era este o pedido que eu queria fazer. Encaminharei o convite a todos os Líderes. Se for possível, ótimo; se não, continua tudo como antes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. Pela ordem.) – Eu gostaria de falar pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra pela Liderança do P-SOL, por até sete minutos.

Em seguida, terá a palavra o Senador Papaléo Paes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não quero fazer nenhuma provocação ao Senador Ney Suassuna, até por que S. Ex^a foi bom, mandando chocolate neste instante, convidando-nos para um almoço, mas quero apenas tratar do tema que S. Ex^a trouxe ao plenário.

Sei que existe uma preocupação muito grande de todos os Senadores, sei que existe uma preocupação grande da sociedade com relação aos trabalhos legislativos. É evidente que todos nós que somos honestos intelectualmente, que sabemos que uma CPI não paralisa os trabalhos da Casa, não paralisa o País, todos sabemos que sequer poderá funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito havendo votação no plenário. Entendo que as CPIs são extremamente necessárias – infelizmente, estão três CPIs instaladas porque o Governo e sua respectiva base de bajulação infernizou a ponto de não tratar a CPI dos Correios junto com a CPI do Mensalão. Se a CPI dos Correios é a CPI que investiga a água suja que moveu e que move o moinho da corrupção e do mensalão, nada mais lógico, até do ponto de vista da lógica formal, que pudéssemos estar em apenas uma CPI investigando todos os indícios relevantes e crimes contra a Administração Pública.

Se há muitas CPIs instaladas, a responsabilidade é do Governo, duplamente do Governo. Primeiro, porque foi o Governo que estabeleceu a promiscuidade com o Congresso Nacional, ao montar aqui um balcão de ne-

gócios sujos, distribuindo cargos, prestígios, liberação de emenda, poder e mensalão. Então, o Governo já foi o responsável por usar a mesma metodologia que, ao longo da nossa história, condenamos com veemência, que é de implantar no Congresso Nacional um balcão de negócios sujos para estabelecer a promiscuidade nas relações com o Palácio do Planalto e para estabelecer a subserviência, a subordinação e a covardia do Congresso Nacional diante dos interesses do Executivo. Segundo, porque fez um esforço gigantesco, ora para não instalar a CPI, ora para instalar muitas CPIs. Ao instalar muitas CPIs, pulveriza as investigações, pulveriza o controle dos meios de comunicação e da sociedade de uma forma geral.

A proposta concreta que faço é trabalharmos de segunda a sexta. Pronto: trabalhar de segunda a sexta. Ninguém pode reclamar de cansaço nem de salário, porque, se alguém falar de salário e de cansaço, vai comparar com o salário mínimo e vai comparar com a angústia e o sofrimento da grande maioria da população em relação ao Congresso Nacional, mais desmoralizado do que estava anteriormente.

Em vez de estabelecermos mecanismos para obstaculizar as investigações ou obstaculizar a tramitação de projetos na Casa, é uma proposta muito objetiva a de trabalhar de segunda a sexta, como qualquer trabalhador faz, com um salário muito menor do que o nosso de Parlamentar. Essa é a proposta que deixo.

Certamente, hoje tem reunião de Líderes e amanhã também haverá. Vou estar na CPI, e nosso Vice-Líder, Senador Geraldo Mesquita, representará a Liderança do P-SOL, mas deixo absolutamente claro que CPI não paralisa o Congresso Nacional, não paralisa o País. CPI é essencial para diminuir a desmoralização que já é grande do Congresso Nacional na sua promiscuidade com o Palácio do Planalto.

Se queremos agilizar os trabalhos do Congresso Nacional, tenhamos a coragem e a vergonha de trabalhar de segunda a sexta, como trabalha a grande maioria do povo brasileiro. Assim, estaremos legislando, fiscalizando e estabelecendo procedimentos investigatórios no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era só, Sr^a Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Registro que está inscrito para uma

comunicação inadiável o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Continuando com a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por dez minutos, mais cinco de tolerância.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que é sobre a violência urbana, gostaria de prestar minha solidariedade à Senadora Heloísa Helena pelas suas palavras. Realmente, o que a Senadora disse ainda há pouco, em seu discurso, é a nossa realidade. Não podemos deixar que esta Casa e a Câmara dos Deputados se deixem desmoralizar por determinadas manobras políticas do Poder Executivo no sentido de que o Congresso Nacional deixe de ter a força que tem, deixe de exercer os seus deveres e suas obrigações, por meio, principalmente, de medidas provisórias e daquilo que nos parece muito evidente, o fortalecimento da base.

Não entendemos por que determinados partidos, partidos pequenos – sem desmerecê-los –, começam com uma bancada de 27 Deputados e, de repente, com um ou dois meses depois, tenham multiplicada sua bancada para 54 Deputados. Vejam o próprio PT, o PMDB e o PSDB, que, apesar de ter sido detentor do Governo passado e de ser um Partido forte, diminuiu sua bancada na Câmara pois perdeu deputado para um outro partido que, comparativamente, era bem menor.

Justificam-se, sim, as CPIs, mas não se justifica só hoje termos a CPI dos Bingos, que já deveria ter sido até encerrada, concluída. É mais uma a contribuir para que ocorra o que a Senadora disse, para diluir, para fazer com que a imprensa tenha vários focos de ação. Assim, as causas mais importantes perdem a força da imprensa, que colabora cada vez mais na absorção das ações, das determinações das CPIs.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V. Ex^a desenvolve no Senado. Santa Catarina é um Estado distante do seu, e lá há muitos catarinenses que, de vez em quando, quando conversamos sobre o Senado, fazem elogios ao seu trabalho nesta Casa. V. Ex^a, assim como nós, assim como o PSDB, quis, desde o começo, a instalação da CPI dos Bingos. Quando surgiu, quando foi gravada a denúncia, queríamos levar para a população brasileira o que estava ocorrendo, o que ocorreu, de forma mais clara. Infelizmente, o Governo fez tudo para impedir essa CPI. O Governo, por meio do seu técnico, o Presidente Lula, e do seu melhor Ministro, José Dirceu – digo

melhor porque parecia que era o que mandava, que era o todo-poderoso –, não instalou a CPI. Precisou-se de uma decisão da Justiça para que a CPI fosse instalada. Se, naquela época, essa CPI tivesse sido instalada – tenho a certeza, Senador Papaléo –, não estávamos hoje discutindo CPIMs como a do Mensalão, como a dos Correios. Quando liberaram aquela, quando deixaram a coisa correr solta, liberaram a corrupção: “podem gravar, podem meter a mão, porque o Governo vai trancar tudo”. Essa CPI que hoje é instalada, dos Bingos, teria que ser instalada naquela época. Com relação ao mensalão, eu acredito que ele existe, porque não é possível que Partidos, como o PSDB, tenham perdido tantos Parlamentares justamente no período de votação de projetos importantes. Quando havia algum projeto importante para ser votado no Congresso Nacional, alguns Partidos de Oposição perdiam integrantes. Certamente, havia alguns benefícios. É por isso que se fala das coincidências entre valores sacados em determinados bancos e período de alguns projetos que foram votados no Congresso. Acredito que realmente alguns Deputados Federais se beneficiaram – é uma minoria – em relação aos votos em projetos apresentados pelo Governo Federal.

O SR. PAPALEÓ PAES (PMDB – AP) – Obrigada, Senador Leonel Pavan.

Concedo o aparte ao nobre Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Papaléo Paes, concordo plenamente com V. Ex^a quando diz que é CPI de mais. Tudo poderia ser apurado na CPI dos Correios. Aliás, até mesmo o mensalão, porque muitos dos que foram citados e que falaram sobre o mensalão já estão sendo ouvidos na CPI dos Correios. É humanamente impossível trabalhar ao mesmo tempo em três, quatro CPIMs, que é o número de CPIMs atualmente instaladas no Senado Federal. Conforme já disse em aparte ao Senador Maguito Vilela, se não me falha a memória na semana passada, não acredito em mensalão em larga escala. Para mim, o fato está mais concentrado em algumas lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no troca-troca de partidos, o que a reforma política poderia ter evitado se tivesse sido realizada há dois, três anos. Neste momento, o Congresso tem que envidar todos os esforços a fim de aprovar o mais rápido possível a reforma político-eleitoral, sob pena de continuar o troca-troca de partidos, o que ninguém agüenta mais. Votaria cem vezes, se possível e permitido fosse, a favor da fidelidade partidária. Nunca é tarde. Ainda é tempo de aprovarmos

uma reforma política nesta Casa. Não acredito, repito, em mensalão em larga escala. As denúncias têm que ser apuradas com rigor o mais rápido possível, a fim de que inocentes não paguem, por meio da opinião pública, pelo fato de que a grande maioria da Câmara dos Deputados tenha recebido o mensalão. Obrigada, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Valdir Raupp, agradeço a participação de V. Ex^a, que é semelhante à intervenção do Senador Leonel Pavan. Ainda há pouco, o Senador Marco Maciel proferiu um belo discurso a respeito de reforma política, que é muito importante. O momento é que não é adequado para se discutir o assunto. Até porque quando surgiram as denúncias sobre corrupção, a primeira ação – acredito que tenha sido do Governo – foi jogar para a população a reforma política como sendo a salvação da lavoura. Mas não podemos discutir um tema tão importante de maneira afobada, de maneira que nos desconcentre no sentido de provar à opinião pública que estamos fazendo algo a fim de tentar minimizar a questão da corrupção.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a tocou no ponto nevrálgico da questão. Todos nós concordamos que é preciso fazer uma reforma política. Há mais de dois anos, aprovamos no Senado Federal pontos da reforma política que estão na Câmara dos Deputados, e lá não foram aprovados. Por quê? Porque o Governo não teve interesse em aprovar. Do contrário, mobilizaria sua Base e aprovaria. Como disse V. Ex^a, no quadro de convulsão e de perplexidade em que se encontra a Nação, pensar em fazer um arremedo de reforma política, é algo completamente descabido. V. Ex^a é médico, assim como eu, e sabe que não há condições de fazer uma cirurgia calculada, planejada, em um momento de emergência, de trauma. Agora, temos que cuidar da emergência, tomar as providências que estamos tomando de investigação profunda dos fatos e, ao mesmo tempo, discutir. Entendo que a reforma política tem que ser aberta para a discussão popular. Não é somente porque temos um mandato representando a população que vamos inventar que modalidade de reforma queremos, e a população vai aceitar, pura e simplesmente. Temos de discutir se o sistema de listas

e o financiamento público são aceitos pela população e como a população vê a questão da fidelidade partidária. Temos de abrir o debate e realizar uma reforma profunda e para valer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti. É muito interessante o que V. Ex^a diz ser fundamental: a consulta à população. Não podemos discutir reforma política a toque de caixa, repito, apenas para dar uma satisfação à população, para dizer que estamos fazendo alguma coisa. Devemos apurar muito bem os fatos, dar uma informação da realidade de nossas ações para a população, e participar das CPIs com a dedicação que pudermos, sem protelar, a fim de não chegarmos a uma conclusão que venha a ser um verdadeiro vexame para nós mesmos.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, muito equilibrado. V. Ex^a sempre traz assuntos da maior importância à tribuna. O País está preocupado e se debruça nas denúncias que trazem inquietação à vida política nacional. O Governo, no primeiro momento, procurou desconsiderar a crise, dizendo que se limitava a um funcionário dos Correios de quinto escalão que recebeu R\$3 mil. Posteriormente, pressionou tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal a fim de que não houvesse o número necessário de assinaturas para que a CPMI dos Correios fosse instalada. Em seguida, mudou de postura, que não é mais a de impedir, mas de proliferar as CPIs. A intenção, o fim, é o mesmo, Senador Papaléo, é tentar confundir a opinião pública, é tentar que os fatos não sejam apurados. Atualmente – e ontem participei de um debate, inclusive com membros do Governo, no programa Roda Viva, na TV Cultura –, a idéia é trazer a questão central da reforma política e do financiamento de campanha. Mas, neste momento, não é isso que a população brasileira deseja. A população quer a apuração dos fatos que enlameiam a vida pública nacional. Portanto, na CPI, temos a obrigação de oferecer resultados concretos à população, identificando e punindo os culpados, e inocentando os que não têm culpa. Aí sim, teremos como produto da CPI uma reforma política ampla que trate inclusive do financiamento de campanha. Do contrário, Senador Papaléo Paes,

é cortina de fumaça, é tentar fazer com que os fatos não possam ser investigados como devem. Portanto, ao parabenizar V. Ex^a, faço essas considerações, que, penso, vêm ao encontro do seu pensamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges, pela importante intervenção.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a traduz o que deve ser esta Casa. V. Ex^a foi, primeiro, laureado na profissão, e esse prestígio profissional o fez líder, prefeito e, em seguida, V. Ex^a veio para cá. Assim deve ser a entrada da porta estreita de um trabalho de dignidade. Mas o que entendo está no livro de Deus: “Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito”. O tempo agora é de limpar. Pois está uma sujeira, uma porcaria, uma lama, uma vergonha! Estamos aqui simbolizando os 181 anos de Senado, que, ao longo dos anos, durante toda a crise, recebeu uma luz, pelo menos para evitar a guerra civil. E está para haver guerra civil, porque a população não aceita esse mar de corrupção. O culpado – e tem que assumir – é Sua Excelência, o Presidente da República. Não tem dor, não! Primeiro, Sua Excelência tem que saber o mínimo de administração. Não basta dizer que é bonzinho, que é gente boa. O Zezinho e o João, assim como Sua Excelência, são gente boa. Gostaria de saber se o Presidente aprendeu o que Henri Fayol trouxe ao mundo moderno: os princípios de administração, de unidade, de comando, de direção – não sabemos quem manda no País –, assim como os de planejar, orientar, coordenar e controlar. Sua Excelência não fez o controle, que é o fundamento da administração, e levou o País à desordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT. Fazendo soar a campanha.) – Senador Papaléo Paes, eu gostaria de informar a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o tempo do aparte é de dois minutos, previsto pelo Regimento Interno. Peço aos Srs. Senadores que, quando estiverem a dois minutos do término da fala, não concedam aparte, porque fica muito complicado.

Concederei mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Essa excepcionalidade é importante, e agradeço muito a V. Ex^a. Não costumo ultrapassar

meu tempo, sabendo que temas importantes como este, geralmente, atropelam o Regimento da Casa, como ocorreu com o Senador Marco Maciel, que proferiu um discurso muito brilhante a respeito de reforma política e teve seu tempo prolongado em até 29 minutos, o que eu achei que foi até pouco para S. Ex^a.

Mas agradeço muito os apartes, que foram todos importantes para o que nós estávamos nos propondo hoje a trazer como mensagem.

O meu discurso sobre violência urbana no Brasil, um tema que eu levava para a questão do meu Amapá, fica para a próxima oportunidade, considerando que o tema nacional que ora discutimos, relativo à apuração das corrupções no País, nos domina, nos prende a atenção. Se Deus quiser, o resultado dessas CPIs, que são as nossas grandes esperanças, vai trazer a punição para quem deve ser punido.

Senador Mão Santa, quando iniciávamos aqui a nossa sessão, havia quatro médicos presentes e éramos a maioria; depois nós fizemos um comentário, que V. Ex^a repetiu. Nós fomos eleitos, o povo nos escolheu pela dignidade, pela forma correta como nós exercemos a nossa profissão de médico. Disso não tenho nenhuma dúvida. O povo do Amapá me elegeu Senador, como me elegeu Prefeito, pela forma com que exerci, com muita responsabilidade, a minha profissão de médico. E não seria por eu ter um mandato eletivo, por eu estar representando o povo, que trairia essa confiança. Por isso, quero que apurem e que saibam dividir quem é o bom político e quem é o mau político.

Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a está inscrito, é o próximo orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, sim, mas antes de mais nada, peço a V. Ex^a que considere como lido o discurso que comemora o Cinquentenário da Diocese de Parintins, anexando aos Anais o artigo sobre esse Município progressista do meu Estado, publicado na **Folha de S. Paulo** pelo Embaixador dos

Estados Unidos, ao mesmo tempo ressaltando o trabalho do Prefeito Bi Garcia, que vem sendo mudancista, progressista, correto, ético naquela cidade.

Assumo a tribuna, portanto, Sr^a Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parintins, com seu Festival Folclórico, é um espetáculo tão grandioso e brasileiro quanto a própria Floresta Amazônica.

Essas são as palavras escolhidas pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil para definir a cidade de Parintins, onde estive no último final de semana. O Embaixador John J. Danilovich também lá esteve. Viu a Amazônia, viu Parintins e se encantou.

O Embaixador deve ter se referido a Parintins com um sonoro *Wonderfull e*, em bom português, referindo-se à viagem, definiu o Festival Folclórico como “um final à altura para uma jornada de dez dias por uma região cuja importância é reconhecida em todo o mundo, mas que será brasileira para sempre.”

Todos os anos vou a Parintins. Este ano minha visita coincidiu com a festa de meio século da Diocese de Parintins. Foi, por isso, uma festa ainda mais expressiva, com a procissão em louvor à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo.

Li, depois, que participaram a procissão 40 mil pessoas. Segundo o registro jornalístico, o povo saiu às ruas, pedindo, de mãos dadas, proteção para mais um ano de trabalho e prosperidade.

Administrada com empenho pelo Prefeito Bi Garcia, Parintins prepara-se agora para a Festa do Peixe Liso. Essa festa, no arquipélago das Ilhas Tupinambaranas, já é tradicional no Município. Na época de cheia, formam-se lagos na várzea, com imensa quantidade de peixes surubins e dourados.

Sr. Presidente, ao encerrar, peço a anexação a este pronunciamento do artigo de autoria do Embaixador dos Estados Unidos e publicado no jornal **Folha de S. Paulo**. O Embaixador percorreu a Amazônia por dez dias e, no artigo, dá um testemunho do que ali viu.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Parcerias Brasil-EUA na Amazônia

ENTRE OS dias 17 e 26 de junho, fiz uma memorável visita à Amazônia brasileira. Conheci projetos de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e pesquisa científica copatrocinados pelo governo dos Estados Unidos, sempre em parceria com instituições brasileiras. Além de conhecer as maravilhas naturais e culturais da região, também tive a oportunidade de conversar com lideranças do governo, da sociedade civil e do empresariado em Macapá (AP), em Belém e Santarém (PA), e em Manaus e Parintins (AM).

Nessas conversas, identifiquei nos interlocutores o desejo de construir um Brasil ambientalmente protegido, socialmente justo e economicamente próspero, que seja inclusivo para toda a Amazônia. Também percebi uma preocupação com a presença estrangeira na região e com a absurda teoria conspiratória de que, no futuro, poderia haver uma "invasão" ou alguma forma de "internacionalização" da Amazônia.

Ressaltei — e gostaria de enfatizar para todos os brasileiros — que tais temores são totalmente infundados. A Amazônia é um magnífico patrimônio do Brasil, um presente da natureza para os brasileiros. Acredito que o Brasil está preparado para enfrentar os problemas daquela região e os desafios do desenvolvimento sustentável, mas o mundo se preocupa com o que acontece na Amazônia e quer ajudar os brasileiros a preservá-la.

Gostaria de exemplificar aqui como alguns projetos copatrocinados pelos EUA que visitei estão contribuindo para o conhecimento científico, a conservação ambiental e o desenvolvimento humano da região amazônica.

Em Santarém, participei, com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, da abertura do segundo Seminário Nacional do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no dia 21 de junho. Meu país contribui, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), com esse esforço internacional para o desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade e a redução dos gases do efeito estufa. A massa de conhecimentos acumulados pelo PPG-7 já começa a ficar evidente no planejamento de políticas para a região, como os planos Amazônia Sustentável e BR-163 Sustentável.

A Amazônia é um magnífico patrimônio do Brasil, mas o mundo se preocupa e quer ajudar os brasileiros a preservá-la

Com o mesmo espírito de cooperação para a preservação da Amazônia, os EUA copatrocinam importantes projetos de pesquisa científica na região de Santarém. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) é uma iniciativa de pesquisa internacional liderada pelo Brasil que conta com a participação da Nasa e estuda as interações físicas, químicas e biológicas entre biosfera e atmosfera da Amazônia e de todo o planeta.

Outro projeto de grande impacto científico é o "Seca-Floresta", estudo conduzido em cooperação entre o Woods Hole Research Center, dos EUA, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e o Ibama, com apoio da Nasa, da Usaid, da Fundação Nacional de Ciência (NSF) e de outras agências do governo dos EUA para entender a resposta da floresta a condições controladas de seca. Ambos os projetos oferecem grandes avanços tanto ao entendimento da "ciência pura" sobre a ecologia do planeta como à preservação imediata das riquezas da floresta.

Também trabalhamos com as pessoas, não apenas com a floresta, em projetos como a Clínica da Fundação Esperança, que oferece educação e cuidados médicos para a população da região há

30 anos, com apoio da Usaid. A poucos quilômetros de Santarém, subindo o rio Tapajós, a Usaid apóia as Oficinas Caboclas dos Tapajós, projeto do Ipam dentro da Reserva Extrativista de Tapajós-Arapiuns. Esse projeto é um exemplo de pequenas comunidades manejando seus recursos florestais de maneira sustentável por meio da extração de madeira em pequena escala para a produção de móveis e objetos decorativos.

Em Belém, participei do lançamento de um programa de fomento à exportação do açaí: uma parceria entre a Usaid e a Federação das Indústrias do Estado do Pará, que vai dar assistência técnica para aumentar a participação das micro e pequenas empresas paraenses nas exportações. Por meio desse programa, a Usaid aposta na geração de empregos e no aumento das exportações de todo o setor açajeiro do Pará de forma ambiental e economicamente sustentável.

Ainda no Pará, visitei a empresa madeireira Cikel, que tem um programa de exploração florestal de impacto reduzido que segue os rigorosos critérios de certificação do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC-Brasil), afiliado ao Forest Stewardship Council, ONG com atuação em mais de 40 países. Entre os princípios exigidos para certificação pelo FSC, que oferece condição privilegiada para exportação de produtos madeireiros para os Estados Unidos e a Europa, estão: obediência à legislação ambiental, respeito aos direitos dos povos indígenas, investimento na comunidade local, observância da legislação trabalhista e cumprimento de um plano de manejo que proteja a integridade e a produtividade da floresta.

A Cikel e a Usaid apóiam ainda os esforços de um centro de treinamento do Instituto Floresta Tropical, que treina profissionais em vários níveis de especialização nas melhores técnicas de manejo e exploração florestal.

Concluí minha visita à Amazônia pelo Festival Folclórico de Parintins, um espetáculo tão grandioso e brasileiro quanto a própria floresta amazônica. Foi um final à altura para uma jornada de dez dias por uma região cuja importância é reconhecida em todo o mundo, mas que será brasileira sempre.

John J. Danilovich, 55, cientista político, mestre em relações internacionais, é o embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será dado como lido, na forma do Regimento.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, a Oposição formaliza hoje, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, pedido visando à pronta suspensão dos repasses do Fundo Partidário ao Partido dos Trabalhadores. Exagero? A base governista-petista talvez ache que sim. Mas não é. Definitivamente, não é.

Exagero é o que se passa no Brasil do Governo petista do Presidente Lula, transformado em lama, em malas, propinas e mensalão.

O Brasil virou ou não a República da Lama Serena? Virou, sim. É só abrir os jornais do dia. Lá está a lama nossa de cada dia nessa estranha República, que não é a nossa. Fica do outro lado da rua.

Até nos jornais estrangeiros há notícias dessa anomalia que atormenta o povo brasileiro. Leio na edição de ontem do **Financial Times**, de Londres: Título: “É o pior quadro desde a queda de Collor”.

O texto:

O jornal britânico **Financial Times** destaca que a crise política enfrentada pelo Governo Lula – “a pior desde o **impeachment** do Presidente Fernando Collor” – aprofunda-se a cada dia e arranha cada vez mais a imagem do Partido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É um complemento. Sou estudioso de História. Desde as capitânicas hereditárias até hoje, é a maior vergonha, a maior corrupção, o maior mar de lama. Por menos que isso, tiraram Collor, e Getúlio teve coragem de se afastar até da Terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até porque não havia mar de lama no episódio de Getúlio. Incorporo, com concordância, o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Diz ainda o **Financial Times**: “A percepção da corrupção é particularmente danosa para um Partido que prometeu mais ética na política”. E mais, o artigo lembra desde o vídeo do ex-diretor dos Correios Mau-

rício Marinho recebendo propina até a prisão do petista cearense José Adalberto Vieira da Silva com 100 mil dólares na cueca. “A cada dia, surgem novas e mais estranhas acusações”. Segundo o **Financial Times**, a maioria das denúncias abala o PT e aliados, mas “políticos de Oposição também estão sob fogo cerrado”. Falta explicar quais.

Essa é a imagem com que, por obra e graça do Governo petista do Presidente Lula, o Brasil já é visto lá fora. É a imagem real. Diferente e irreal é a crônica da farsa montada nos jardins de um palácio de França, em meio a flores e tantas árvores. O cenário do irreal foi mostrado, como convém, no melhor estilo Duda Mendonça. Nele, o Presidente Lula se prestou a uma encenação que o jornalista Clovis Rossi rotulou de patética. Para começar, lugar de sofá não é em gramado de jardim. Aí já começava o irreal, tão irreal quanto o fraseado do Presidente tentando colocar panos quentes na crise de que é um dos responsáveis e diz de nada saber. O articulista da **Folha** chamou o Presidente de alienado e foi em frente dizendo que além de alienado, Lula foi covarde.

Quem diz isso não sou eu, notem bem. Deus me livre! Quem diz isso é o jornalista Clovis Rossi. Ele explica a razão: “Foi covarde ao botar a bomba no colo da antiga direção petista, como se ele não tivesse nada com ela, como se ela não fosse formada de velhos companheiro – aí pergunta Clovis Rossi – de armas ou de malas?”

Houve exagero? Não parece. E ainda há quem diga que eu exagerei nos adjetivos empregados na quinta-feira última aqui deste Plenário. Naquela manhã, a Nação ainda não havia visto o Presidente muito à vontade no sofazão de Paris. E Sua Excelência estava tranqüilo, estava seguro de que não viriam perguntas do tipo se ele sabia ou não? Ser ou não ser? O velho imortal drama Hameletiano. Na fase pós-sofá do gramado, Lula ganhou mais um adjetivo: “leviano”. É o que diz em artigo hoje publicado na **Folha** o advogado Fábio Konder Comparato – ele vem a ser o Presidente da Comissão de Defesa da República da Democracia da Ordem dos Advogados do Brasil Nacional. Por que Lula teria sido leviano? Segundo Comparato, Lula foi leviano ao chancelar dirigentes do PT que movimentaram o dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral. Para usar o latim clássico, dinheiro não declarado é o chamado caixa dois, hoje em pleno cartaz na República petista. Muito parecido com os lançamentos cintilantes da Broadway, no caso petista um Broadway tupiniquim, com direito àquele sofá na grama verde.

Começo a achar que até usei um certo tom brando e afetuoso na sessão daquela quinta-feira. Afeto, sim, principalmente diante da gravidade da crise que aí está e que ocupa todos os espaços da imprensa brasileira. Até mesmo aqui, no Senado da República, é penetra esse ar que somos obrigados a respirar. É pesado o ar da República petista.

Não foi por acaso que, nesta manhã, tivemos uma sessão extraordinária para o pregão da CPI do Mensalão. Na oportunidade, o Presidente Renan Calheiros fez breve alocução e muito oportuna, firme, altiva e que, ao meu ver, serve também para afastar o mau agouro. O nosso ilustre Presidente começou com frases bem atualizadas: “Diante da grave crise que atravessamos...”, “em momentos delicados como o atual...”, “...a história não perdoa missões...”, “...aqui não se fará blindagens porque o Senado não é uma funilaria...”, “...90% da sociedade brasileira querem ver, o mais rápido possível, os resultados através dos instrumentos do Congresso como as CPIs...”, “...Vamos seguir a verdade, só a verdade...”. E eu fecho aspas para o Presidente Renan Calheiros.

Na imprensa, a preocupação é a mesma que prevalece no Congresso Nacional. O jornal **O Estado de S. Paulo** já tem até uma espécie de editoria para cuidar do noticiário sobre a crise. Na edição de hoje, essa editoria transitória inclui, nada menos, de três notícias. Aí, diz o **Estadão**: “Crise no Governo Lula: BB afasta mais dois e decide antecipar auditoria”; “Secretaria atua fundo para operação no Banco Santos”; “Operações do BMG com o BNDES crescem 755%”; “Outro Assessor desmente irmão de Genoíno”; “Lula oferece Previdência. PP recusa e pede Cidades”; “Severino quer que PF investigue lista do Mensalão”; “Mais um petista pede a cassação do Líder do PFL”; “Dinheiro foi dado por amigo e não estava na cueca”; “CPI deve adiar depoimento de publicitário para analisar papéis”; “Justiça Federal pode prender Valério por destruir provas”; “Depoimento de Silvio Pereira preocupa Planalto”; “Sívio e Delúbio obtêm **habeas corpus** para não serem presos pela CPI”.

É aquele filme de James Bond às avessas. *My name is Bond. James Bond*. Licença para matar dada por Sua Majestade a Rainha de Inglaterra. *My name is Delúbio*. Licença para mentir na CPI, amparado em **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, que há crise, há. A dúvida deixou de existir há bastante tempo. Já agora, a crise que se extirpa, é a gravidade gravíssima da crise criada pelo Governo Petista do Presidente Lula.

Já temos, como resultado dessa enxurrada de lama petista uma relação de caídos. E não vamos confundir os caídos da crise petista com nada parecido com o *Vale de los caídos*, das proximidades de Madri. A brava Madri. A brava Madri republicana de Gabriel Garcia Lorca. Lá, o *Vale de Los Caídos* é um monumento em memória dos mortos, heróicos, na guerra civil espanhola.

Aqui não é nada disso. Os nossos caídos não são melhores que os caídos dos outros (os de Espanha). Vamos à relação dos caídos daqui:

OS CAÍDOS

- 7/6 – Diretoria dos Correios;
- 7/6 – Diretoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB);
- 16/6 – José Dirceu, Chefe da Casa Civil;
- 30/6 – Três diretores de Furnas Centrais Elétricas;
- 4/7 – Glênio Guedes, procurador da Fazenda Nacional, membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro;
- 4/7 – Silvio Pereira, Secretário/Geral do PT;
- 5/7 – Delúbio Soares, Tesoureiro do PT;
- 6/7 – Deputado José Borba (PR), Líder do PMDB na Câmara;
- 7/7 – Luiz Eduardo Franco de Abreu, Vice/Presidente de Finanças e Edson Monteiro, responsável pela área de varejo e distribuição do Banco do Brasil;
- 9/7 – Marcelo Sereno, Secretário de Comunicação do PT;
- 9/7 – José Genoíno, Presidente do PT;
- 11/7 – José Adalberto Vieira da Silva, Secretário de Organização do PT do Ceará e Assessor do Deputado Estadual José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno.
- 12/7 – José Nobre Guimarães, Líder do PT na Assembleia Legislativa do Ceará. Desligamento do PT com perda da liderança.
- 12/7 – Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação do Governo, em nível de Ministério e Gestão Estratégica. Perdeu o status de Ministro.
- 13/7 – Mauro Marcelo de Lima e Silva, Diretor/Geral da Abin.
- 14/7 – Henrique Pizzolato, Diretor de Marketing do Banco do Brasil e figura emblemática para nós ligarmos Partido, Valério, ou seja, público, Diretor do Banco do Brasil, conselheiro da Previ, Valério, mais de 300 mil que ele retirou de Valério, vinculação partidária.
- 18/7 – Sandra Rodrigues Cabral, Assessora Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil. Antônio Batista

Brito, Diretor de Marketing da Brasil Veículos, empresa subsidiária do Banco do Brasil.

18/7 – Josenilton Alves Rodrigues, gerente de núcleo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Esses são os primeiros resultados, antes mesmo das conclusões iniciais das CPIs em curso. Se fôssemos rotular a crise, teríamos que usar um Aurélio inteiro de adjetivos. Limito-me a repetir aqui palavras do eminente Senador Pedro Simon: “*O nome disso é formação de quadrilha.*”

Concordo com o representante gaúcho, cujo nome é dos mais respeitados neste plenário e na política brasileira.

Afinal, é ou não formação de quadrilha ceder uma sala no Palácio do Planalto para Sílvio Pereira e Delúbio Soares, os ex-secretário-geral e ex-tesoureiro do PT? Os dois aprontaram e aprontaram. Eram, no Planalto, esses, sim, os autênticos reis da cocada.

Será que o Presidente Lula não sabia da existência dessa sala e do modus operandi dos dois petistas? Sabia ou não sabia? É ou não é formação de quadrilha deixar rolar à solta as indicações de nomes para nomeações que faziam Sílvio Pereira e Delúbio. É. É sim. Mas Sílvio Pereira disse esta manhã na CPI que apenas indicava nomes; não os nomeava. Uma graça, boa graça sem graça.

É ou não é formação de quadrilha o Marcos Valério se travestir de dono da república petista, a ponto de dar um contrato de publicidade com os Correios como garantia de empréstimo junto ao BMG? Dinheiro evidente e sabidamente para o PT com o aval do Governo.

Digo mais, repetindo o que falam Brasil adentro: o Presidente Lula e o PT são uma coisa só. Esse é um casamento igual ao que o Papa costuma pregar como ideal, um casamento indissolúvel para todo o sempre, até que a morte os separe.

E, para não dizer que não falei de flores, serei bondoso, insistindo: a república petista tem data marcada para engrossar a lista dos caídos, e, se Deus quiser, vai até o final: no máximo 31 de dezembro de 2006. (*)

Sr. Presidente, solicito que sejam parte integrante do meu discurso e constem nos Anais do Senado as matérias de Flávia Marreiro “Lula foi Leviano, afirma Comparato”; “Lula endossa farsa”; “O nome disso é formação de quadrilha”, de Fabiano Rampazzo. “Na coletiva, Lula não quis falar de crise”, de Reali Júnior correspondente de Paris; “Para Financial Times, é o pior quadro desde a queda de Collor” e, finalmente,

de Fabiano Rampazzo, também do Uruguai, “O nome disso é formação de quadrilha”.

De quantos minutos ainda disponho, Sr.^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – De três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tudo o que eu gostaria, Senador Antonio Carlos, é que se amanhã ou depois eu tivesse que fazer um discurso desses, ele se esgotasse em dez minutos, ou seja, sinal de que a crise estaria diminuindo.

Temo que, daqui a uns dias, do jeito que a coisa vai, 15 minutos não bastem para arrolarmos todos os mal-feitos! Temo que, daqui a pouco, estejamos nos acostumando – e penso sempre nas novas gerações – com esta anomalia que virou normalidade de lermos as revistas semanais e os jornais brasileiros, entendendo que política internacional tem que ter espaço pequeno; política econômica, espaço mínimo; esportes, inclusive a paixão nacional, que é o futebol, espaço insignificante relativamente; política, com “P” maiúsculo, para tratarmos as estratégias de País, um espaço quase que inexistente, e os jornais cuidando de corrupção, de corrupção, de corrupção e de corrupção o tempo inteiro! Não é normal! Não é essa a tradição das revistas brasileiras. Em épocas normais da vida republicana brasileira, temos espaço para tudo, inclusive para esse fenômeno antigo da vida pública brasileira que é a corrupção, mas não só a corrupção!

Havia um político do Amazonas que era conhecido por ser brilhante e, ao mesmo tempo, um bom copo. Uma vez uma figura perguntou a ele: “Quanto tempo daqui para Manaus?” Em vez de dizer duas horas e quarenta minutos, duas horas e trinta minutos, falou 6 uísques, ou 8 uísques, algo assim. Se alguém me perguntar: “Quanto tempo de Manaus para Brasília, nos aviões de hoje?” Em vez de dizer duas horas e vinte minutos, digo: uma leitura completa de uma das revistas e uma leitura pela metade de outra, neste quadro. Antigamente, em duas horas e quarenta minutos, duas horas e trinta minutos, daria para se lerem todas as revistas e os jornais que, por ventura, contivesse o avião.

(A Sr.^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O quadro é grave, o quadro se deteriora, está virando uma cantilena.

Mas aqui está, Sr.^a Presidente, o artigo em que falo do *Vale de los Caídos*, que, infelizmente, não tem o ar heróico nem limpo dos que resistiram à ditadura de

Franco; tem o ar impuro dos que caíram porque, seja no PT, seja no Governo, tem pairado toda a dúvida ética, tem pairado toda a sensação de uma impunidade que não vai se completar, tem pairado toda a sensação de uma podridão que precisa ser posta a cobro.

Hoje vejo quatro tipos de petistas, com clareza. Primeiro petista, o que está acusado, acuado; segundo petista, o que está amedrontado, aquele que está com medo de ver o seu nome no jornal; terceiro petista, aquele que está defendendo os cargos e que finge que está solidário; quarto petista, aquele que efetivamente está indignado e que quer, sim, resgatar o nome desse grande Partido, e que quer, sim, dar novos rumos para este Governo que, com tanto amor, ajudou a construir, Sr^a Presidenta. Eu me solidarizo com esse, mas, sobretudo, me solidarizo com o sentimento do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula foi leviano, afirma Comparato

Lávia Marreiro

Da Reportagem Local

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi ao menos leviano, segundo declarações dos próprios integrantes do partido.

A opinião é do advogado Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Ele afirma que, até estourar a crise, o presidente reiterou sua confiança na cúpula partidária. “Não sei se ele não sabia. Se não sabia, ele deveria ter sabido. Estando numa situação de explicável honestidade, ele foi pelo menos leviano ao concordar com essa designação de ministros e dirigentes do partido”, diz o professor emérito da USP.

“Era preciso mais prudência, muito embora ele possa ter agido com boa fé”, ressalva o advogado. Anteontem, em entrevista exibida pelo “Fantástico”, Lula culpou a antiga diretoria do PT pelo confesso uso de caixa dois. Além de alienado, o presidente foi covarde, ao botar a bomba no colo da antiga direção petista, como se ele não tivesse nada com ela, como se ela

não fosse formada de velhos companheiros (de armas ou de malas?).

Delúbio Soares, é bom deixar claro, era o tesoureiro do partido durante a campanha eleitoral de 2002, aquela que levou Lula ao poder. Se o tesoureiro “não pensou direito no que estava fazendo”, conforme a desculpinha dada por Lula, o candidato paga também o preço.

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a TV Globo levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, transmitidas no sábado à noite pela mesma emissora – as quais, por sua vez, avalizam a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela mesma emissora.

No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensalão denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Eles negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os empréstimos “pessoais” de Valério, ou intermediados por ele, coisa de R\$ 39 milhões, com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004.

Os empréstimos irrigaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eletivos – menos o de presidente da República – do PT, PP, PL, PTB, PSB, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admitir delitos piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confessou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos

de todas as legendas – o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratagema, a que decerto não ficou alheia a criatividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruinosa ao seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ameaça: se a oposição for longe demais nas investigações, tampouco sairá ileso.

Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de depor na CPI dos Correios, poderá “arrastar junto o Brasil”? E não disse o presidente Lula em Paris que “o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feito no Brasil sistematicamente”?

E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que “o Brasil não merece o que está acontecendo” (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida **free-lancer** brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista.

Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela Rede Globo para exibição no Fantástico. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria ao risco de um embarço. E isso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que “o PT está sendo vítima do seu crescimento”, que as atuais denúncias “não chegaram ao governo”, que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que “a direção ficou muito enfraquecida” (porque os “melhores quadros” foram para o governo) e “possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos”. É o caso de invocar o ditado do “pior a emenda”.

Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armação cuja fragilidade é gritante (daí o rótulo Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não

pela oposição, com certeza pela mídia – para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos.

A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser “poupado dos detalhes”. Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.

O nome disso é formação de quadrilha

Fabiano Rampazzo

Dentro do Governo: Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), os escândalos que envolvem o governo e o PT são mais graves do que os fatos que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor. “A coisa lá, Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas para fazer transações ilícitas, favorecendo essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido”, afirmou o senador, em entrevista à Rádio Jovem Pan. “O nome disso é peculato, é formação de quadrilha. Tudo o que se pode imaginar de corrupção política eleitoral está somada nessa questão.”

Simon afirmou ainda que a cada dia que passa as acusações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolvendo o PT se confirmam. “E a CPI tem de parar de ouvir tanta gente. Pessoas que vão lá e contam a história que querem e, como a comissão não tem o levantamento do sigilo bancário, não pode contestar. Temos de fazer esses levantamentos de uma vez por todas, mas acho que isso deve acontecer essa semana”, concluiu.

Na coletiva, Lula não quis falar de crise

Logo depois de atender a repórter, ele não quis tocar no tema com imprensa brasileira

Realí Júnior Correspondente Paris

O presidente Lula mentiu na última sexta-feira, em Paris, quando afirmou durante entrevista coletiva à imprensa brasileira e francesa que só trataria de questões políticas quando retornasse ao Brasil. Essa declaração foi feita por volta de 13 horas. Duas horas antes, o presidente Lula havia recebido no Hotel Marigny, residência de hóspedes do governo francês, a jornalista Melissa Monteiro, à qual falou, à vontade, sobre política brasileira, principalmente para limitar toda a recente crise aos malfeitos do PT.

O acesso ao Hotel Marigny, onde o presidente se hospedou, é dos mais controlados por seguranças franceses e, desta vez, também por brasileiros. No momento em que Lula dava a entrevista, os demais jornalistas estavam no pátio do Palácio do Eliseu, aguardando-o para o encontro com Chirac.

Melissa Monteiro, que furou centenas de jornalistas brasileiros – os quais, durante 30 meses tentaram uma exclusiva e receberam sempre um “não” presidencial -, é responsável por uma pequena empresa de produção, a Melting Pot, e trabalha, eventualmente, como operadora de câmera para a TV Globo. Ela faz serviços também para o canal francês France 2, mas a direção dessa emissora e do programa *Oeil sur le Planète* (De Olho no Planeta) diz que não a contratou para nenhum trabalho ultimamente. Até ontem à noite, esse canal – cujo nome ela mencionou para conseguir a entrevista – não divulgou sequer uma imagem da conversa e já anunciou que não está interessado nela.

Melissa, ao falar da sua “feliz aventura”, revelou ontem que há tempos tentava fazer um programa sobre o governo Lula para as emissoras francesas e chegou a viajar ao Brasil com tal objetivo. Nada conseguiu, mas reativou a idéia às vésperas da visita de Lula a Paris. A Embaixada do Brasil informa, porém, que o nome dela não constava na numerosa lista de pedidos de jornalistas franceses encaminhada ao presidente.

Essa lista inclui as duas principais emissoras de TV, France 2 e TF1, que queriam o presidente brasileiro no jornal das 8 – mas ele rejeitou. Também os jornais *Le Monde* e *Le Figaro* reivindicaram exclusivas, igualmente sem sucesso. Mais que isso: a própria Embaixada

do Brasil chegou a pedir que Lula falasse ao canal France 2, que havia dado generosa cobertura ao Ano do Brasil na França. A resposta à Embaixada: não.

Tantas negativas, seguidas de um “sim” a uma free lance que não representa nenhum órgão de comunicação, só podiam complementar-se com um trabalho que, montado para ser vendido a uma TV francesa, nada perguntou sobre relações Brasil-França, nada sobre conversas de Lula com Chirac, nada sobre subsídios agrícolas ou apoio francês ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Por sinal, a palavra “França” não aparece uma única vez na conversa. Por fim, é um caso intrigante de entrevista para a TV francesa exibida primeiro em um outro canal, de outro país. SP Entrevista de Lula causa desconfiança Declarações do presidente coincidem em conteúdo com versões apresentadas ao “Jornal Nacional” por Valério e Delúbio OPERAÇÃO PARAGUAI Ariosto Teixeira BRASÍLIA A entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma jornalista brasileira, em Paris, pode ter sido parte de uma articulação entre o governo e a nova direção nacional do PT. As declarações do presidente, transmitidas domingo pelo “Fantástico”, da TV Globo, coincidem em conteúdo com as entrevistas dadas ao Jornal Nacional pelo publicitário Marcos Valério de Souza, na sexta-feira, e no sábado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Lula falou a Melissa Monteiro pouco antes de meio-dia de sexta-feira, nos jardins da Résidence Marigny, e atribuiu a crise no Brasil a erros do PT e ao sistema de financiamento das campanhas eleitorais, que seria permeável à corrupção.

A constatação de que a entrevistadora é uma cinegrafista e produtora de vídeo independente, e não uma repórter da TV francesa, deixou a impressão de que Lula pode ter participado de uma estratégia destinada a amenizar as implicações judiciais dos escândalos. De acordo com fontes diplomáticas ouvidas pelo Estado, não é usual que chefes de governo concedam entrevistas a jornalistas independentes. Melissa, no entanto, passou à frente dos centenas de jornalistas brasileiros, além

dos europeus, que há 30 meses vêm tentando, sem sucesso, uma exclusiva com Lula.

A desconfiança aumentou ao se constatar que Lula gravou a entrevista quando eram 7 horas no Brasil – bem antes, portanto, da entrevista que Valério daria à noite, na TV Globo, e da Delúbio, que falou no sábado.

A cientista política Lúcia Hipólito percebeu a coincidência: “Na entrevista concedida em Paris, o presidente Lula indica que sabia do caixa dois do PT ao afirmar que isso era feito sistematicamente pelos partidos” disse ela à Agência Estado.

SEM MENSALÃO

Embora pouco veraz – a ponto de ter sido comparada à farsa da Operação Uruguai, inventada em 1992 para explicar os gastos pessoais do ex-presidente Fernando Collor -, a versão de que não existe nenhum mensalão, mas apenas o uso de empréstimos bancários para financiar campanhas eleitorais, parece ter um objetivo claro: se o que Valério e Delúbio fizeram foi transgredir regras do sistema político, eles não podem ser punidos se também os outros não o forem. Ou então, que todos sejam inocentados e que o sistema de financiamento das campanhas seja reformado.

A linha de defesa adotada coincide com a do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ): a culpa pela vida partidária nebulosa é inerente a um sistema corrompido na origem. “Somos todos iguais”, disse ele na CPI dos Correios, mostrando a mala onde estariam as declarações de gastos de campanha de todos os membros da comissão.

Valério confessou, de fato, um crime eleitoral advindo de empréstimos feitos a pedido do ex-tesoureiro do PT. Delúbio confirmou as declarações e ressaltou que estava assumindo uma irregularidade perante a lei eleitoral.

Além disso, a fala de Lula no domingo coincide quase literalmente com parágrafos inteiros do artigo que José Genoïno publicou no sábado, no Estado. Lula disse: “Houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda no Brasil eram dirigentes do PT. (...) grande parte desses quadros vieram para o governo e a direção (partidária) ficou muito fragilizada (...) possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos”.

Genoïno escreveu: “O PT cresceu muito em sua estrutura política e administrativa. (...) Não adequamos o PT aos novos desafios que se apresentaram a partir da vitória de 2002. E, como muitos dos seus quadros dirigentes históricos assumiram tarefas no governo, o partido se enfraqueceu em sua capacidade dirigente”.

Para Financial Times, é o pior quadro desde a queda de Collor

O jornal britânico **Financial Times** destaca, na edição de ontem, que a crise política enfrentada pelo governo Lula – “a pior desde o **impeachment** do presidente Fernando Collor” – aprofunda-se a cada dia e arranha cada vez mais a imagem do partido. “A percepção da corrupção é particularmente danosa para um partido que prometeu mais ética na política”, avalia.

O artigo lembra desde o vídeo do ex-diretor dos Correios Maurício Marinho recebendo propina à prisão do petista cearense José Adalberto Vieira da Silva com US\$ 100 mil na cueca. “A cada dia, surgem novas e mais estranhas acusações.” Segundo o FT, a maioria das denúncias abala o PT e aliados, mas “políticos de oposição também estão sob fogo cerrado”.

“Foi uma grande surpresa para nós”, comenta, na reportagem, o editor-chefe do Estado, Flávio Pinheiro. “E acho que teremos novas surpresas.”

A extensa cobertura da imprensa brasileira é destaque no artigo, que alerta para o risco de uma onda de acusações não comprovadas. “Há a tendência de divulgar acusações sem nenhum acompanhamento”, diz Alberto Dines, do Observatório da Imprensa. Pinheiro considera importante trazer à tona casos de corrupção, mas também alerta contra o “denuncismo”.

Segundo o FT, a relação do governo com a imprensa “não é boa”. Ressalta que, ao surgirem as denúncias, a primeira reação do PT foi acusar a mídia de inspirar “uma conspiração de direita”. E lembra que Lula deu apenas uma entrevista coletiva em três anos de mandato, embora falasse constantemente com jornalistas antes de ser eleito.

Para que a visita de Lula seja tranqüila, sem acesso dos manifestantes, pelo menos cem policiais militares foram escalados para ajudar o Exército na segurança da comitiva. Policiais civis também participam do esquema de segurança. A visita de Lula está marcada para às 14 horas. Em Taubaté ele inaugura a fábrica de telefones celulares da LG Electronics, que teve um investimento de US\$60 milhões e vai criar 950

empregos diretos e indiretos. Depois, Lula participa das comemorações dos 50 anos da Alston

Simon: ‘O nome disso é formação de quadrilha’

Fabiano Rampazzo

URUGUAI: Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), os escândalos que envolvem o governo e o PT são mais graves do que os fatos que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor. “A coisa lá, Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas para fazer transações ilícitas, favorecendo essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido”, afirmou o senador, em entrevista à Rádio Jovem Pan. “O nome disso é peculato, é formação de quadrilha. Tudo o que se pode imaginar de corrupção política eleitoral está somada nessa questão.” Simon afirmou ainda que a cada dia que passa as acusações feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolvendo o PT se confirmam. “E a CPI tem de parar de ouvir tanta gente.”

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr^a. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do PDT tão logo seja possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em seguida ao uso da palavra pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, a palavra estará com o Senador Jefferson Péres.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, seguidos de mais dois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que dizíamos aqui, e éramos contestados, está tudo provado. As evidentes provas das falcaturas coman-

dadas pelo Partido dos Trabalhadores estão totalmente asseguradas como verdadeiras. Eu queria, neste instante, me solidarizar com a Bancada do PT, com os dirigentes que foram expulsos do PT, pois todos eles foram atacados pelo Presidente da República e acusados de incompetentes e imorais. Na França, o Presidente da República atacou. Mas fica a se perguntar: quem os colocou lá? O mesmo Presidente da República. Como estará hoje o José Dirceu, o José Genoíno e tantos josés que o PT tem? Como ficaram esses homens quando foram expulsos e quando o Presidente disse que eles estavam lá porque eram os piores quadros?

Mas o Presidente fez uma reforma ministerial e não modificou nada, apenas colocou um Senador na Previdência e agora o demitiu, também acusado de corrupção, antes mesmo do julgamento do Supremo.

O Presidente, todos sabem, não morria de amores pelo Sr. Tarso Genro, muito pelo contrário. E agora o Sr. Tarso Genro assume a Presidência do PT e ele louva Tarso Genro e bota para fora Olívio Dutra.

A situação no Partido dos Trabalhadores é caótica. Todos aqueles que defendiam aqui, sem exceção, a direção do PT e o Partido dos Trabalhadores não podem aceitar as palavras do Presidente Lula. Ele que é o responsável por tudo que está existindo aí.

Revolta-me quando um Senador, da tribuna, diz que o Lula não tem nada com isso. Ele sabia de tudo, está provado que ele sabia. E agora ele vem com um discurso diferente, totalmente acusatório ao seu Partido e, na realidade, quer se desligar do Partido porque não quer ser maculado pelos seus componentes.

Quando eu dizia que o dinheiro correu à solta nas eleições municipais em todo o Brasil e, em particular, na Bahia, vinham respostas defendendo os vampiros, os salteadores dos cofres públicos. Era dinheiro da Petrobras, e hoje está demitido o Sr. José Eduardo Dutra; era dinheiro do Ministério da Saúde, e hoje está demitido o Sr. Humberto Costa; assim, era também dinheiro do Ministério da Cidade, e está demitido o Sr. Olívio Dutra.

Conseqüentemente, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos saber ainda muita coisa deste Senado. A Polícia Federal, que é tão eficiente, que tem um grande dirigente, que é o Sr. Paulo Lacerda, tem de saber – não aceito que não saiba – de quem são e de onde foram tirados aqueles dólares encontrados na cueca do assessor e aquele dinheiro que estava na mala. A coisa chegou a tal ponto que qualquer pessoa que for hoje comprar uma cueca, vai perguntar: qual é

o tamanho? Médio, grande ou PT? (Risos.) Chegou a esse ponto a desmoralização do Governo.

Ora, meus senhores, a Polícia Federal sabe. O Dr. Márcio não pode ocultar, tem que dizer de onde saiu o dinheiro que está no Ceará e que foi para as mãos do irmão do Genoíno. Ninguém vai acreditar que aquele boboca que apareceu na televisão tenha crédito para pegar aquele dinheiro de alguém. Aquele não pega nem R\$100,00 emprestado, quem dirá US\$100 mil. Ora, meus senhores, vamos saber a origem desse dinheiro. Vamos saber. Está mal explicado.

E o dinheiro da Telemar para a empresa do filho de Luiz Inácio Lula Pereira da Silva? Isso está passando em branco. A própria imprensa, que aqui está diante de mim, não trata deste assunto. Deveria tratar. Não sei se a culpa é dos repórteres ou dos redatores...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mais um minuto, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sou tão bondoso com V. Ex^a na Comissão..

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas eu já lhe fiz todas as concessões. Estou indo além das concessões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quando presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ela não tem tempo determinado, mas não me arrependo.

Mas nós queremos saber do filho do Lula por que aquele dinheiro de US\$2,5 milhões, US\$5 milhões. Que gênio! Será que o Lula não vê que o seu filho não pode estar assim com US\$5 milhões? E ele não trata disso. Ele disse: “O meu filho é meu filho. Eu não tenho nada com isso”. É muito engraçada essa afirmação. Evidentemente isso não pode continuar.

Temos de saber tudo dos empréstimos do PT. Temos de saber tudo da vida de Marcos Valério...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... temos que abrir os cofres da Petrobras para saber tudo que existe por lá, e existe muita coisa! Por isso, foi o Sr. Sérgio Gabrielli para poder encobrir as coisas do Dr. José Eduardo Dutra, que virá aqui como valente, que era tido como bom, e era um bom Senador, mas a Petrobras hoje é um antro. Não há dúvida disso. Ele pode até dizer que é um conluio com o PMDB que deu nesse resultado. Isso aí cabe ao Sr. Renan Calhei-

ros e ao meu amigo José Sarney responderem, porque são eles os responsáveis pelas nomeações.

Nós queremos saber do IRB, nós queremos saber da Infraero, nós queremos saber de tudo, principalmente dos fundos previdenciários, porque há uma grande reportagem, cuja transcrição vou pedir aqui: “Um pente-fino dos fundos”. Vou pedir também a transcrição, Sr^a Presidente – não quero me demorar muito além do tempo –, de duas peças extraordinárias, publicadas em **O Estado de S. Paulo** de domingo. Primeiro, o artigo: “Limites de ação da PF”, que é realmente muito bem feito e diz tudo que se deve dizer em relação à Polícia Federal. Segundo, um artigo de Gaudêncio Torquato, excelente, tão bem escrito como há muito tempo não se vê, como hoje escreveu Clóvis Rossi. Esse é realmente um artigo que merece ser lido: “Pornéia e Mixórdia”. Esse artigo...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...do ponto de vista literário e moral...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Magalhães, um instante, por favor. V. Ex^a já usou todo o tempo que lhe era permitido. Já prorroguei por mais três minutos. Vou lhe dar mais um minuto e pedir a sua compreensão.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um minuto apenas, Sr^a Presidente, e terei o cuidado de lhe dar sempre o dobro do que V. Ex^a merece.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – “Pornéia e Mixórdia”. Leiam esse artigo. Do ponto de vista literário, moral, jornalístico, dificilmente já saiu algo igual. Daí eu pedir a transcrição, neste instante, desses artigos.

Voltarei aqui, se não for com cinco minutos, com sete, com oito, com dez, com vinte, com trinta minutos, com o tempo que puder, para mostrar ao Brasil que o tempo é pouco para mostrar as imoralidades do Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO MENSALÃO

Um pente-fino nos fundos

CPI dos Correios suspeita de fraude e enriquecimento ilícito envolvendo aliados do governo

José Casado

Enviado especial • BRASÍLIA

A CPI dos Correios vai quebrar o sigilo dos fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Postalís (Correios), Petros (Petrobras) e Real Grandeza (Furnas e Eletronuclear), cujas diretorias foram partilhadas entre PT, PTB, PP, PL e PMDB. A decisão será tomada em votação prevista para esta semana.

A comissão quer examinar as negociações com títulos financeiros realizadas durante os últimos 24 meses para identificar vendedores e intermediários. No alvo estão os investimentos milionários em títulos pós-fixados (remunerados com base na variação do IGP-M e no IPCA) e transações com os bancos Santos, Rural, BIC, BMC, BMG, Pine e Panamericano.

Há suspeita de fraudes, enriquecimento ilícito de diretores e pagamento de altas taxas de corretagem a intermediários ligados a partidos aliados do governo. Em alguns casos, fundos de estatais teriam comprado papéis de remuneração baixa — na base do IGP-M mais zero de juros, ou seja, apenas a correção da inflação e mais nada. Em outros, como ocor-

re na Fundação Real Grandeza, compras de títulos (CDBs, principalmente) chegaram a 25% do patrimônio do Banco Santos, 20% do Rural e 15% do BMG.

A CPI pretende, também, dimensionar eventuais perdas dos fundos de catatão em negociações de investimentos, nos quais teriam assumido até 100% do capital total e votante de empresas cujas ações sequer têm valor no mercado.

Partidos de oposição, PFL e PSDB preparam uma ação paralela e específica sobre a Petrobras, por causa de gastos de R\$ 850 milhões com publicidade no ano passado — o triplo do ano anterior — e de encomendas de plataformas marítimas (US\$ 1 bilhão) a fornecedores nacionais. Há suspeita de superfaturamento.

No setor de energia, síntese dos negócios

• Integrantes da CPI estão reconsti-

tuindo em detalhes o mapa do uso político de empresas públicas e de fundos de pensão. Eles encontraram no setor energético uma síntese dos negócios entre estatais e consultorias, corretoras e bancos privados, que resultaram em benefícios financeiros a integrantes de PT, PTB, PP e PMDB — intermediados por Marcos Valério de Souza, o suposto pagador do mensalão a parlamentares.

Logo após a posse, o então chefe da Casa Civil, José Dirceu, dividiu áreas-chave do comando das estatais Furnas e Eletronuclear entre o seu PT, o PTB do deputado Roberto Jefferson e o PP do deputado José Janene. São empresas com um fluxo de caixa mensal de R\$ 400 milhões e 12 usinas (dez hidrelétricas e duas atômicas), que fornecem energia à região onde se concentram 65% do Produto Interno Bruto.

O acordo se estendeu ao controle do fundo de pensão dos empregados dessas estatais, a Fundação Real Grandeza, cujos ativos somam R\$ 4,8 bilhões. A presidência da entidade foi entregue a uma ala de sindicalistas do PT do Rio, liderada pelo deputado Jorge Bittar. O governo nomeou diretores indicados por PTB, PP e PMDB.

Como chefe da Casa Civil, Dirceu

Furnas e da Infraero — estatais entregues por Dirceu ao PTB de Jefferson e ao PP de Janene.

Os documentos já reunidos pela CPI sugerem que o dinheiro do mensalão saía tanto de empresas públicas quanto privadas, fornecedoras de bens e serviços. A cobertura da coleta financeira era feita por uma das três empresas de Marcos Valério. O governo lhe dera contratos com estatais diferentes. No setor elétrico, um de seus clientes era a Eletronorte, que chegou a criar uma "assessoria parlamentar de resultados políticos", como informa o último balanço. Para empresas privadas, fornecedoras das estatais, a cobertura dada por Valério era com emissão de notas fiscais sobre serviços supostamente prestados. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**
Veja a distribuição de cargos nos fundos
<http://oglobo.globo.com/pais>

não participava de todas as etapas das negociações da base parlamentar. Elas eram conduzidas pelo então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, geralmente na sede do PT em Brasília. Ele escolhia a equipe de assessores de cada diretor nomeado por partido aliado. Sandra Cabral, assessora da Casa Civil, cuidava do arquivo com a memória desses acordos. Ela foi escolhida por relações de confiança com Delúbio Soares, então tesoureiro do PT.

A partir do primeiro semestre do governo Lula os negócios de Furnas, Eletronuclear e Real Grandeza

mudaram de rumo. O milionário resseguro de Furnas e da Eletronuclear, por exemplo, foi entregue à corretora Assurê, do empresário carioca Henrique Brandão, habitual financiador de campanhas de Roberto Jefferson, então

Os limites da ação da PF

Embora integrantes da Procuradoria-Geral da República e a direção da Polícia Federal em São Paulo tenham, nas entrevistas que têm dado à imprensa, insistido em enumerar as sanções penais aplicáveis aos acionistas da fábrica de cervejas Schincariol e aos proprietários da Daslu pelos crimes tributários de que são acusados, nos meios jurídicos a opinião dominante é a de que são remotas as possibilidades de condenação judicial das duas empresas. Isto porque, segundo a legislação em vigor, em matéria de sonegação as ações penais só poderiam ser propostas pela Fazenda Nacional depois de encerrados os procedimentos na esfera administrativa nos quais a validade da autuação é julgada. E isso não teria ocorrido nem com a Schincariol nem com a Daslu.

“Pela investigação ainda incipiente, as prisões parecem simbólicas, para marcar posição”, disse ao jornal *Valor* a criminalista Dora Marzo Cavalcanti de Albuquerque, titular de um dos mais conceituados escritórios de advocacia do País. Mesmo após a constatação da sonegação e a definição dos valores que deveriam ter sido pagos, por parte da Receita Federal, afirmou ela, os contribuintes têm a prerrogativa de pagar seus débitos, o que extingue automaticamente a ação penal e, junto com ela, os demais processos por “crimes acessórios”, como, por exemplo, o de formação de quadrilha.

“Essa é uma previsão da legislação brasileira que vem sendo acatada nas decisões do Judiciário. O entendimento tem prevalecido, inclusive, em julgamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do País”, concluiu a advogada, cuja opinião é tão mais importante por ter sido sócia do criminalista Márcio Thomaz Bastos até um dia antes dele assumir o Ministério da Justiça.

Esse pormenor, aliás, dá maior peso à sua afirmação de que as prisões dos acionistas da Schincariol e dos proprietários

após o término do processo administrativo no qual se julga a validade das autuações feitas pelas autoridades fiscais, como afirma a antiga sócia do ministro da Justiça, fica evidente que as operações realizadas pela Polícia Federal na Schincariol e na Daslu, além de espalhafatosas na forma, também foram abusivas, em termos legais.

Basta ver que, no caso da fábrica de cerveja, cuja invasão, por coincidência, ocorreu na mesma data em que estava marcado o depoimento sobre o “mensalão” pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) na Câmara, até hoje as autoridades fiscais nem sequer concluíram a fiscalização sobre o que teria sido sonegado.

Embora tenha divulgado a operação como a maior ação da história brasileira contra sonegação praticada por uma só empresa, a Receita anunciou que só poderá concluir seu trabalho em seis meses.

Por sua vez, o procurador da República que acompanha o inquérito afirmou recentemente que dispunha apenas de uma simples minuta da denúncia criminal que irá apresentar à Justiça. No caso da Daslu, a Receita também já admitiu que a fiscalização não estará concluída antes de seis meses, o que impede os proprietários da loja de esgotar todas suas possibilidades de defesa na esfera administrativa.

Diante da opinião predominante nos meios jurídicos de que é remota a hipótese de condenação das duas empresas por crime fiscal e da opinião de uma criminalista insuspeita de que as prisões de seus dirigentes foram atos simbólicos “para marcar posição”, é plenamente justificável o temor dos meios políticos e empresariais de uma instrumentalização partidária da PF.

Antes de mais nada, a PF é um órgão do Estado e a ele deve servir, na defesa dos interesses nacionais. Convertê-la em instrumento político do governo, para que atue em sintonia com uma estratégia de

O ESTADO DE S. PAULO

Aron e as relações internacionais

Celso Lafer

Este ano é o do centenário de Raymond Aron, que foi em vida o assíduo colaborador francês de O Estado de S. Paulo. Aron viveu e pensou o século 20. O seu objetivo permanente foi o de explicar as coisas. Era um liberal e um democrata na linhagem de Tocqueville, alimentado pela leitura de Weber e pela reflexão filosófica. Explorava as condições da ação, discutindo a interação das instituições políticas com a estrutura socioeconômica. Era, ademais, um liberal que foi um marxólogo.

No trato do papel dos intelectuais no espaço público, Aron se assumiu como um observador participante. Tomava posição, mas levava sempre em conta, na sua preocupação com o futuro, o que fazer para mudar as coisas, tendo presente o horizonte dos que tinham responsabilidades pelo processo decisório.

Aron instigava o raciocínio. Um dos campos em que atuou com maestria foi o das relações internacionais, no

NA SUA ÉTICA DE
PRUDÊNCIA E
EQUILÍBRIO HÁ ESPAÇO
PARA A ESPERANÇA

qual se notabilizou tanto como analista dos acontecimentos diplomáticos quanto como teórico maior desta área

de conhecimento. No seu percurso, o diálogo entre o pensador e o jornalista foi fecundo. É o caso, por exemplo, das suas análises do período da guerra fria, para a qual elaborou a moldura conceitual da fórmula “paz impossível, guerra improvável”.

Num dos seus primeiros livros teóricos no campo – *As Guerras em Cadeia* (1951) –, analisou a especificidade da 1ª Guerra Mundial. Mostrou a surpreendente insensatez das falhas diplomáticas associadas à surpresa técnica dos novos armamentos. Daí a sua recorrente reflexão sobre os limites da objetividade e a complementaridade entre diplomacia e estratégia militar. Esta complementaridade se dá, para Aron, no século 20, na unidade planetária do campo diplomático-estratégico, trazido pela revolução intelectual, técnica e econômica, que unificou, para o bem e para o mal, a humanidade.

Em *Paz e Guerra entre as Nações* (1962), Aron discute os níveis conceituais da compreensão do campo das relações internacionais. Aponta que não cabe uma analogia nem com a economia, nem com o futebol. A economia tem como problema a escassez e coloca escolhas sobre os meios de superá-la. O futebol tem regras, juiz, o preciso objetivo dos times de ganhar a partida, que é travada no interior de um campo delimitado, com número fixo de participantes. O campo das relações internacionais se desdobra sobre a sombra da guerra – para Aron, na sua reflexão sobre

Clausewitz (1976), um camaleão que assume sempre novas formas. Além do mais, e em contraste com o futebol e a economia, em função da diversidade dos objetivos, dos meios e da multiplicidade dos atores e dos contextos, o objeto das relações internacionais não é unívoco. Daí – e este é o ponto central da visão de Aron – a relativa indeterminação que caracteriza o campo.

Aron estuda a regularidade sociológica dos fatores que condicionam a condução de uma política externa: espaço, número, recursos, nações e regimes. O que ele realça, com originalidade, é que estes fatores não são mobilizados em função de um objetivo unívoco. É uma característica das relações internacionais a pluralidade dinâmica dos objetivos concretos das políticas externas dos Estados que compõem o sistema internacional. Entre estes objetivos figuram: segurança, desenvolvimento e bem-estar, prestígio, afirmação de idéias. É isto que faz do conceito do interesse nacional um conceito plurívoco e por vezes esquivo.

Assim, por exemplo, obter o prestígio de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é primeira prioridade da diplomacia do governo Lula, não o foi no governo FHC. A mudança dos regimes políticos de outros países é prioridade no governo Bush, não o foi no governo Clinton. A afirmação regional de uma revolução bolivariana é objetivo maior do governo Chávez, não foi item de outros governos da

Venezuela. É por este motivo que a racionalidade da conduta da política externa é circunscrita pela escolha de certas premissas que norteiam o seu processo decisório.

É nesta moldura que Aron explora conceitos dos quais esquematicamente se pode extrair a lógica durável das relações interestatais, caracterizada pela distribuição individual, mas desigual do poder entre os Estados. Entre eles, os provenientes dos equilíbrios/desequilíbrios derivados da ordenação estratificada do poder que podem levar a sistemas multipolares (como o do concerto europeu) ou bipolares (como o da guerra fria) e hoje, diria eu, o das tensões da unipolaridade.

Pornéia e mixórdia

Gaudêncio Torquato

Antes que algum leitor cobre explicações, vou logo dizendo que pornéia é uma palavra que Rui Barbosa resgatou das raízes gregas para dar título a uma contundente peroração sobre a prostituição no antigo Rio de Janeiro, onde um lupanar “desafia os tribunais e as Frinéias de sarjeta retoçam despidas à fimbria da toga”. O grande tribuno não se conformava com a devassidão nua que desfilava serelepe diante das janelas da mais alta magistratura do País. É triste constatar, mas os primórdios da República parecem inspirar os atuais tempos republicanos, ditos avançados, democráticos e justos. O desrespeito às coisas sagradas, hoje, não fica por conta da luxúria profissional, porquanto seus corpos integram o cordão da miséria nacional, merecendo toda a consideração,

Aron também realça a distinção entre sistemas homogêneos, nos quais prevalece o mútuo reconhecimento dos atores, e os heterogêneos (como o da guerra fria), nos quais isso não ocorreu. Aron estudou o confronto capitalismo-comunismo. Hoje, na sua linha, poder-se-ia discutir como os fundamentalismos vêm, por obra do não-reconhecimento mútuo, trazendo uma nova heterogeneidade ao planeta, que é um dos dados do fenômeno terrorista contemporâneo.

Aron, como observador participante, conclui *Paz e Guerra* com uma praxeologia na qual estuda as antinomias com que lidam os responsáveis pela condução da política externa.

Estes se confrontam com o que denomina o problema máquiavélico e o kantiano. O primeiro é o do realismo dos meios legítimos da condução da política externa, que, no limite, comporta o uso de força. O segundo é o da busca da “paz perpétua” e de um princípio regulador da humanidade que substitua a “moral do combate”. Na interação dos dois, Aron desenvolve uma ética de prudência e de equilíbrio entre excessos. Nesta não cabem profecias, mas há espaço para o dever da esperança.●

Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, foi ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso

mas pela despuorada ação conjunta de agentes da polícia, representantes do Ministério Público e alguns juízes, cujas decisões apressadas mancham seu próprio altar da magistratura. Nos últimos tempos, convenhamos, o Brasil virou uma mixórdia, uma grande barafunda.

A lei e a ordem são o pré-requisito da civilização, ensina Samuel P. Huntington, depois de expressar preocupação com o paradigma do “puro caos”, simbolizado pela ruptura do sistema normativo, as ondas criminais, as máfias e os cartéis de drogas, a debilitação da família, o declínio da confiança e da solidariedade, a expansão da violência e os Estados fracassados. A globalização do caos pega o Brasil ainda de calça curta. Não atingimos, ainda, idade adulta, pelo menos no que diz respeito à democracia, que sobe e desce na gangorra das crises, entre-meando, desde 1930, o peso da ditadura com a leveza da liber-

dade. Pois bem, esta atual crise, fermentada pela adrenalina de eventos cada vez mais escandalosos, não se limita a aspectos pontuais de denúncias que exibem negócios escusos entre agentes da representação política e do Poder Executivo. Há uma crise bem maior e mais grave, cujos reflexos se fazem sentir na multiplicação de sístoles esporádicas. Trata-se da crise da juvenização institucional.

A Constituição de 88 criou um amplo arco de defesa social. Estruturas se organizaram, novos quadros ingressaram no Ministério Público e na magistratura. A política alçou vôo, transformando-se em empreendimento. Os partidos afiaram suas facas para cortar o bolo do poder e formar correntes para dominar os espaços públicos. A mídia entrou pelo País afora, capilarizando informações e conhecimentos, ela própria se transformando em grande negócio. Gerou-se, assim, o ambiente para o es-

touro da boiada. A fulanização política amainou o fogo dos partidos. O País engalanou-se para receber o Estado-espetáculo. Heróis, guerreiros, super-homens passaram a trombetear coragem, civismo, ética, moral, segurança, proteção. As esferas institucionais – Judiciário, Ministério Público, Parlamento, Poder Executivo – passaram a frequentar os palcos da publicidade, em performances espetaculares, e seus agentes aprenderam uma parolagem de experiências criativas, inventos engenhosos e artifícios.

Sob esse guarda-chuva, certos atores da vida pública foram perdendo as estribeiras, estuprando a lei por todos os lados, invadindo competências, espetacularizando a política e carnalizando ações policiais. O espelho de Narciso é pequeno para refletir tantas vaidades. Essa Operação Narciso, com 250 policiais federais armados, sob o holofote da mídia, em torno da megaloja Daslu, em São Paulo, nada mais é que a expressão rematada do Estado pirotécnico em que vai se transformando o País. A prisão da dona da loja paulista denota claramente a intenção estratégica de desviar a atenção do tiroteio que abate a imagem do governo. Mas “o povo gosta”, acentua o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fiel à doutrina do “panis et circensis” dos tempos do imperador Nero e parecendo querer resgatar a

desgastada luta de classes. Para fechar o espetáculo com chave de ouro só falta mesmo o grito festivo com que as bacantes evocavam Dionísio, deus do vinho e do delírio místico: **Brôé!**

Promotores, juizes, alguns até cheios de entusiasmo cívico, juizes inexperientes, irremediáveis narcisistas, e policiais federais, clones de tropas de choque nazistas, se juntam nessa tragicomédia de ações bombásticas. Quem é o cidadão de bom senso que não deseja ver a mão implacável da Justiça sobre corruptos e criminosos? Ora, que a justiça se faça, mas dentro dos ritos processuais. Ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Isso é o que diz a Constituição. A barbárie, porém, instalou-se na esteira do mote “todos são culpados até que provem inocência”. Escritórios de advogados são arrombados, documentos são apreendidos, mesmo os de caráter privado, que não têm relação com os casos apontados

CERTOS ATORES DA VIDA PÚBLICA FORAM PERDENDO AS ESTRIBEIRAS...

para averiguação. Big Brother

surge com seu olho aterrorizador. Todos os nomes constantes das agendas de denunciados passam a ser suspeitos.

E assim a vida pública se vai dobrando ao império dos signos. Tudo vale a pena para fazer para encantar as massas. O conselho do matreiro cardeal Mazariño, sucessor de Richelieu, dá o tom: *simula e dissimula*. Nas situações de simulação assume proporções assombrosas. Depoentes contornam a verdade. Enquanto isso, o chefe da Abin, a agência de inteligência do governo, Mauro Marcelo, chama os deputados de “bestas-feras”, perde o cargo e recebe do presidente do Senado o troco: é um “destrambelhado”. A mixórdia é geral. Nas sombras da eternidade, Montesquieu, também jurista, encontra-se com o velho Rui e descreve sua visão de Brasil: “Quando vou a um país, não examino se há boas leis, mas se são executadas as que há, pois há boas leis por toda parte.” Triste, o patrono dos advogados lamenta: “Vejo lá assomar excentricidades de cinismo, fabulosas variantes de imoralidade, que surpresam momentaneamente a atenção do espectador, e já nem lhe fazem moça à memória.”●

Gaudêncio Torquato, jornalista,
é professor titular da USP
e consultor político. E-mail:
gautor@gtmarketing.com.br

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Jefferson Péres, por cinco minutos acrescidos de mais dois. Logo após, concederei a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alberto Silva.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr^a Presidente, seja generosa porque hoje não haverá Ordem do Dia. Temos tempo de sobra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas existem muitos oradores aguardando pela inscrição, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou fazer uma pausa no assunto do dia, que é esse lamaçal que emporcalha o País todo e escandaliza os brasileiros, para dar uma explicação pessoal, embora sobre um tema muito atual, que é o financiamento de campanha.

Na semana passada, meu amigo Senador Arthur Virgílio Neto subiu a esta tribuna, emocionado por uma referência feita a ele por um Deputado do PT a respeito de uma contribuição que recebera de uma empresa, mas a sua metralhadora giratória – sem querer, certamente – me atingiu de raspão. É que o Senador Arthur Virgílio, na passagem, fez menção à campanha eleitoral do Amazonas e mencionou a mim e ao Senador Bernardo Cabral e disse que a minha prestação de contas ao Tribunal Eleitoral tinha sido de R\$149 mil. Eu já nem me lembrava, Senador, da quantia exata. E como a dele foi bem maior, um milhão, eu creio que o Senador Arthur Virgílio ficou incomodado, imaginando que iriam fazer comparação entre as duas prestações de contas, e que eu teria, portanto – se não foi dito, foi insinuado –, sonogado informações, dados ao Tribunal Eleitoral.

Modus in rebus, como diziam os juristas de antigamente, eu gastei exatamente, com despesas da minha campanha pessoal, aquilo que foi declarado: R\$149 mil, arrecadados, doados por alguns empresários amigos e vindos das minhas próprias economias. Gastos pessoais, alguns *outdoors*, cartazes, santinhos, coisa desse tipo. Mas não está computada, nem teria por que estar, na minha prestação de contas, a estrutura de apoio que eu tive da Coligação.

Qual é a de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio? Teria sido veraz, absolutamente veraz, se tivesse dito: na minha prestação de contas aparecem gastos muito maiores do que os do Senador Jefferson Péres e do Senador Bernardo Cabral, porque eu tive de montar a minha própria estrutura de campanha.

V. Ex^a é Presidente do PSDB, fez a sua campanha solo, embora apoiasse um candidato a Governador, mas tratou de se eleger Senador. Claro, teve de cuidar

da sua campanha. Criou um comitê, arrecadou fundos nas empresas. Tudo despendido na sua campanha foi decorrente de arrecadação feita por V. Ex^a.

Eu não tinha por quê. Qual a estrutura de apoio que eu tive? Viagens ao interior em aviões fretados, estúdio de gravação das minhas gravações para TV e rádio e, finalmente, Senador Antonio Carlos Magalhães, os comícios. Claro que isso eu não comuniquei nos meus gastos. Eu pegava carona no avião do candidato a Governador Eduardo Braga, que fretava os aviões e deve ter declarado isso na prestação de contas da coligação. Eu não tinha que incluir isso em minha prestação de contas. Quando eu ia ao estúdio, alugado pela coligação e pelo Governador Eduardo Braga, que o utilizava, eu não tinha que declarar isso em minha prestação de contas. Claro que não! Eu não despendi, eu não aluguei. E os comícios que ele montava, comícios que têm artista, têm claqué, têm gente levada de caminhão... eu nunca levei ninguém, nunca contratei claqué e ia convidado. Ia lá, falava e ia embora. O comício tem um custo? Tem, mas eu não gastei um centavo.

Então, Senador Arthur Virgílio, eu fui veraz em minhas contas, foi isso que eu gastei. Agora, eu lhe digo: não tinha por que declarar, não sonoguei informação. Se o então candidato Eduardo Braga sonogou, eu não sei. Se declarou tudo, eu não sei. E de onde tirou o dinheiro também não sei nem me cabia perguntar de onde foi.

Eu gostaria de falar um pouco mais sobre isso. Por que é que me elejo Senador e, talvez, mesmo sem essa estrutura, gastando talvez o dobro, eu me elegeria? Pela característica da população do Amazonas. Em Manaus se concentram 60% dos votantes, 40% estão no interior. Eu tenho uma grande aceitação na Capital, onde quase não gasto dinheiro porque tenho o que chamo “meu exército invisível”. São milhares de pessoas, cabos eleitorais espontâneos, voluntários que ficam pedindo voto para mim. Alguns nem conheço, nunca falei com eles.

E o que aconteceu nas duas eleições para o Senado Federal? Eu fui o primeiro na Capital. Em 94, havia quatro candidatos competitivos, eu fui o primeiro na Capital e o quarto no interior. O que aconteceu em 2002? Três candidatos competitivos: eu, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Bernardo Cabral. Eu fui o primeiro na Capital e o terceiro no interior. Não fora isso, eu não seria Senador da República.

Mas, meu caro amigo Senador Arthur Virgílio, da próxima vez, dirija seu fogo contra os adversários, poupe os amigos e companheiros da Oposição.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alberto Silva, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge e, em seguida, concedo ao nobre Senador Arthur Virgílio, para uma explicação pessoal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, o Senador Jefferson Péres tem completa razão quanto à questão tática, quanto a dirigir o que chama de “metralhadora giratória” para adversários. Tenho por ele estima, admiração e carinho pessoal e familiar. Se trouxe à baila os seus números e os do Senador Bernardo Cabral, aliás, meu compadre, foi precisamente porque, a serem completamente exatos aqueles, os meus seriam exagerados. A serem exatos os meus, estariam subavaliados supostamente os outros dois.

O Senador me lembrou da campanha de 94. Começou lá detrás, eu ao seu lado, de maneira muito firme, muito crente, me indispondo com aliados para defender a sua candidatura, candidatura também amparada no Plano Real e em toda aquela conjunção de fatores que ofereceram ao Senado o belo e expressivo Senador que V. Ex^a é.

Em segundo lugar, eu quero dizer algo que, a meu ver vai absolvê-lo completamente. Eu insisto em que V. Ex^a concordou comigo que o preço de uma campanha de Senador não é cento e tantos mil, até porque tem aquilo que teria sido coberto pelo Governador do Estado. Insisto em que V. Ex^a concordou comigo de que o preço de uma campanha de Senador não é cento e tantos mil, até porque tem aquilo que teria sido coberto pelo Governador do Estado. Insisto. E se algo absolve V. Ex^a é que V. Ex^a...O que eu imagino? Se eu entro no avião do candidato a Governador, eu estou, de certa forma, assumindo compromissos políticos com aquele candidato a Governador. E esse candidato a Governador entrou – e aí vem algo que vou dizer em favor de V. Ex^a – ele entra e, no primeiro momento, inventa lá uma calamidade pública, inventa lá uma licitação, uma inexigibilidade de licitação que não cabia, e V. Ex^a. se afasta dele.

V. Ex^a, então, mostrou que, apesar de ter sido ajudado por ele, que, apesar de ter feito uma campanha que não foi barata...Do seu bolso saiu pouco, mas foi uma campanha cara, uma campanha com todo o aparato de um candidato favorito ao Governo, porque era o candidato apoiado pelo Sr. Amazonino Mendes, candidato oficial. V. Ex^a mostrou que era capaz de manter o seu compromisso com o que é o seu ideal de vida. Mas nós não estamos aqui discordando. V. Ex^a diz: “Eu declarei isso, mas eu sei que a minha campanha custou mais”.

Eu estava uma vez andando com minha mulher em Manaus. Eu já não tinha mais por onde andar na cidade. E um dia, ela, menos experiente do que nós, disse: “Puxa. Todas as casas daqui deste lugar têm pinturas com o nome do Jefferson e do Bernardo. E você?” Eu disse: “Olhe, eu estou usando as minhas pernas”.

Quer dizer, se V. Ex^a tem um exército invisível, eu até faço parte desse seu exército invisível porque já votei em V. Ex^a. Mas eu vi também um outro exército, que era o exército do Governador Eduardo Braga – uma campanha cara – muito visível, chegando com pinturas a casas que eu não atingia. Ou seja, V. Ex^a concorda comigo que a campanha não era aquilo, ou seja, ninguém se elege, com cento e poucos mil reais, Senador em nenhum lugar deste País. Agora, se elege com o dinheiro do governador, talvez ignorando que custa caro a sua participação na televisão, que é dispendiosa sua participação naqueles anúncios naqueles *spots* que são fundamentais para uma vitória – e V. Ex^a sai sempre tão bem na televisão. E na hora em que era para assumir um compromisso com algo que não parecia ético a V. Ex^a, V. Ex^a pulou fora. Isso é que me faz dizer que V. Ex^a tem inteira razão. Não vejo, portanto, discordância.

Terrível foi dizerem ontem aqui que a campanha Duda Mendonça cobrou em São Paulo um milhão e novecentos mil. Eu sei que ele cobrou mais para a campanha de 2002 do PT. E Lula teve a coragem de dizer que em 98 gastara apenas 3 milhões na sua campanha derrotada, mas eu, insistindo que só de camisetas ele gastou mais de 3 milhões de reais. Se há a figura do superfaturamento, no caso de Lula houve o subfaturamento.

V. Ex^a se refere a Manaus interior. Fundamental mesmo a sua ida ao lado do Governador, a quem V. Ex^a deu um grande aval na Capital. V. Ex^a deu aval a ele, para que ele – que sempre teve votos – tivesse votos a mais, para evitar um segundo turno que poderia ter sido danoso a ele. E ele deu a V. Ex^a os votos necessários para que V. Ex^a suplantasse o Senador Bernardo Cabral.

V. Ex^a é muito bem votado. Recebi uma pesquisa em Manaus muito explicativa, por características até diferentes nossas – V. Ex^a, essa figura ponderada. Recebi uma pesquisa nas vésperas da eleição. Meus votos eram quase todos... V. Ex^a teve 54% dos votos em Manaus, e eu tive 51% dos votos. Os seus divididos: 1º voto e 2º voto. Os meus, até por essa metralhadora giratória, talvez, os meus quase todos de 1º voto. Ou seja, se eu não conseguir convencer alguém no primeiro voto, eu não consigo, de jeito algum, dobrar no segundo, talvez por um defeito que já está tarde demais para que eu o corrija.

Mas, Senador Jefferson Péres, vou lhe dizer que concordamos aqui: a campanha não custa cento e poucos mil reais e V. Ex^a não honrou os compromissos que seriam danosos ao Amazonas em relação a quem custeou a outra parte da sua campanha. Saiba que eu saí daqui com algum peso. Eu disse “puxa vida, qual é a lógica?” A lógica foi: eu citei o Jefferson e citei o Bernardo para atingi-los? Não, não. Eu estava muito zangado. Eu citei para mostrar que era legítima a minha declaração, para mostrar que era inveraz.

Ontem eu vi o Senador Eduardo Suplicy, figura que não me agradou nem um pouco atingir. Saí daqui muito preocupado com isso. Se tem alguém que eu não gostaria de forma alguma atingir era V. Ex^a. E hoje, quando V. Ex^a me avisa cortesmente que ia falar, eu fiquei aqui completamente imobilizado, sabendo, ao mesmo tempo, que deveria prevalecer o cavalheirismo de V. Ex^a e amizade que nos une. Mas V. Ex^a podia estar indignado como eu podia estar. E o melhor que V. Ex^a fez foi ter esse gesto cavalheiro e permitir-me chegarmos aqui a corroborarmos, os dois, uma denúncia em conjunto. Uma campanha de Senador não custa cento e tantos mil reais! E V. Ex^a ainda tem uma coisa extra em seu favor. V. Ex^a não tem nada pago pelo PT, que se diz caixa 2 e que, portanto, ilegítimando mandatos. Alguém diz “gastei R\$7,00, mas recebi R\$3 milhões” de um dinheiro que veio das mãos do Delúbio e o Delúbio diz que é caixa 2 e V. Ex^a está coberto de legitimidade até por suas atitudes posteriores. Portanto, saiba que eu vou... eu tento domar essa metralhadora giratória, mas em relação a V. Ex^a eu sinto que, mais do que tirar as balas, eu devo aprender a não acioná-las, porque tenho por V. Ex^a carinho pessoal. E vou lhe dizer algo que já lhe disse algumas vezes, que foi tão importante que não lhe agradei na hora, nem por escrito. Não sei se fiz por escrito, não fiz pessoalmente. V. Ex^a fez o artigo mais bonito sobre o meu pai quando ele morreu.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Serys Shessarenko, suplente de Secretá-

rio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

S. Ex.^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu peço licença ao Senador José Jorge, porque eu fui atacado pessoalmente, embora chamado de “querido amigo”, por Ciro Gomes. Então, o querido Ciro Gomes me atacou no Ceará em um comício onde ele recebeu muitas vaias, daí a sua irritação.

Tenho que dizer que posso realmente atacar o Sr. Ciro Gomes pela maneira com que ele foi tão subserviente no Governo atual, e não faço esses ataques aqui não só em homenagem a ele, mas principalmente em homenagem a nossa colega Patrícia Gomes.

Eu queria, nesta questão de ordem, mandar esse recado ao Ministro Ciro Gomes. Diga a ele que não seja como está sendo, tão subserviente ao Presidente Lula a ponto de me atacar gratuitamente. O que eu digo é isto: a obra do São Francisco é feita para os empreiteiros roubarem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, com aquiescência do nobre Senador José Jorge.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos, não em socorro de V. Ex^a, que não precisa, mas V. Ex^a lembrou o Ministro Ciro Gomes, que andava meio sumido. O Ministro Ciro Gomes foi muito grosseiro, outro dia, em relação ao Presidente Fernando Henrique, que o está processando. Aí pensei: ele, agora, vai ser o Ferrabrás da parada, ou seja, ele, agora, não vai agüentar mais nada, vai virar o bambambã do *saloon*. De repente, a crise recrudesce, e ele não fala mais nada!

Gostaria de lembrar ao Ministro Ciro Gomes o seu dever de rebater, por exemplo, o que estou dizendo aqui, rebater o que todos estão dizendo, vir para a liça, vir para a luta, vir para o combate! É dever dele de lealdade com o Presidente Lula! Ensaiou uma defesa, está levando um processinho lá. E, em relação a mim, já garanto: pode bater à vontade que não processo ninguém! Ninguém! Ninguém! Ninguém! Ninguém! Com-

promisso assumido: pode fazer o que quiser que reajo exatamente no campo das idéias, sempre que der!

Estou só estranhando. O Ministro Ciro Gomes podia voltar agora e cumprir com o seu dever! Ministro, é dever seu defender o Presidente Lula! V. Ex^a parecia que ia ser o bambambã, e não está sendo. Então não banque aquele que está de olho no afundamento do navio. Cumpra o seu dever de defender o Presidente Lula, que precisa de alguém que o defenda. Está muito sozinho. E o Presidente Lula, por isso, tão sozinho que está, começa também a demonstrar uma certa falha de caráter e começa, então, a entregar PT, entregar todo mundo! Começa a dizer que não conhece ninguém, que não sabe de nada! Está um salve-se quem puder! Eu esperava do bravo Ministro Ciro Gomes a bravura de ir até o fim, com garra!

Então, estamos aqui prontos. E eu, mais do que ninguém, como sempre, às ordens do ilustre personagem da nossa política!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. É por um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador José Jorge, concedo, pela ordem, a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador José Jorge, uma palavra de reparo só. Custa-me crer que o Ministro Ciro Gomes tenha sido tão grosseiro, como estou vendo, com dois próceres do meu Partido, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Governador João Alves, que têm razões de Estado para colocar dúvidas com relação ao projeto de transposição do São Francisco, que eu defendo. Defendo, mas custa-me crer que vá sair. Penso que ele é hoje muito mais uma bandeira política, ou politiqueria e eleitoreira, do que uma verdade.

Agora, penso que, aí sim digo eu, meu querido amigo Ciro Gomes está se perdendo nos excessos e talvez enveredando por um caminho pouco recomendável, até pelo momento, na defesa de uma causa, com agressão a amigos que lhe foram muito caros e que estiveram muito solidários, como eu, quando ele precisou.

Minha solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao meu Governador João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em entrevista parisiense, na frente de um castelo, combinada previa-

mente com Marcos Valério e Delúbio, o Presidente Lula saiu-se com uma verdadeira pérola. “Trabalhar com a verdade é muito melhor. A desgraça da mentira é que você, ao contar a primeira, passa a vida inteira para justificar a mentira que você contou.”

Mas não é isso que se está vendo no Governo Lula. Ao contrário, temos visto um conjunto de mentiras.

Então, Sr. Presidente, eu tive muita dificuldade. Eram tantas as mentiras, que escolhi cinco ou seis para citar aqui, apenas para exemplificarmos que este Governo não fala a verdade.

1^a Mentira: O Presidente José Genoio declarou, publicamente, que o Partido nunca tinha recebido empréstimo avalizado por empresário.

A Verdade: a revista **Veja** desmascara o Presidente, mostrando cópia do aval do Sr. Marcos Valério em um empréstimo para o Partido dos Trabalhadores.

2^a Mentira: O “avalista oficial”, Marcos Valério, negou inicialmente qualquer repasse de recursos para parlamentares ligados ao Governo Federal.

A verdade: Ao ser confrontado com dados do Coaf, mostrando vultosas retiradas de dinheiro vivo de suas empresas, informa, inicialmente, que se destinava à aquisição de gado. Depois, em depoimento na CPMI, informa que os valores eram para pagamento de fornecedores de suas empresas. Agora, atendendo a recomendação de seus advogados, vai à Procuradoria-Geral da República para dizer que os recursos eram para o PT.

3^a Mentira: O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, cúmplice de Marcos Valério, também veio a público com uma versão para justificar os gastos do Partido dos Trabalhadores.

A verdade: Agora reconhece o empréstimo e, mancomunado com Marcos Valério, dá mesma justificativa para o dinheiro do caixa 2 do Partido governista.

4^a mentira: O ex-dirigente do PT do Ceará, José Adalberto Vieira da Silva, foi preso pela Polícia Federal, em Congonhas, carregando R\$200 mil em uma mala e US\$100 mil na cueca. Perguntado sobre a origem do dinheiro, o assessor do Deputado do PT, José Nobre Guimarães, irmão de José Genoio, informou ser fruto da venda de verduras na Ceagesp. Quatrocentos mil reais de verdura, Senador.

A verdade: quando ficou comprovado que ele não era agricultor, declarou que o dinheiro seria de um comerciante e advogado de Aracati, o Sr. João Moura. Agora, diz que pegou o dinheiro de um empresário amigo de São Paulo, que lhe emprestou o dinheiro para abrir uma pousada na cidade litorânea de Aracati, no Ceará.

5ª mentira: O ex-diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, o Sr. Henrique Pizzolato, foi pego recebendo R\$327 mil da empresa de publicidade DNA, de propriedade de Marcos Valério. Inicialmente, o Sr. Henrique Pizzolato negou ter recebido qualquer recurso obscuro. São palavras dele.

A verdade: O contínuo do Banco do Brasil, que retirou o dinheiro do Banco Rural, declarou que entregou pessoalmente o dinheiro para o Sr. Pizzolato, que com ele comprou um apartamento no Rio de Janeiro, no valor de R\$400 mil. Pagou somente o troco, Senador.

6ª mentira: A última mentira pública de membros do Governo é aquela que envolve o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Ao ser confrontado com a informação de que sua esposa, a jornalista Márcia Regina Cunha, teria comparecido à agência do Banco Rural aqui em Brasília, o Deputado informou que a sua mulher teria ido à agência para resolver problemas com a fatura da TV a Cabo. Geralmente, a cobrança é feita diretamente na conta.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A verdade: agora, a CPMI dos Correios já tem a informação de que a esposa do petista ilustre fez, pelo menos, uma retirada em dinheiro, de cerca de R\$50 mil. Parece ser muito dinheiro para uma simples fatura de TV a Cabo, que normalmente custa R\$100,00.

Mas o exemplo vem de cima. O Presidente Lula deu o exemplo quando pediu a um subordinado que omitisse a verdade sob um pretense caso de corrupção do governo anterior.

É hora de dizer toda a verdade. Segundo declarações do Sr. Marcos Valério ao Procurador-Geral da República, o ex-Ministro José Dirceu tinha conhecimento dos empréstimos feitos a pedido do tesoureiro Delúbio Soares. E há algo mais que o Ministro José Dirceu sempre disse: “Nunca fiz nada sem que Lula soubesse.” Se for verdadeira a frase, será inevitável que o Presidente da República soubesse de tudo.

Então, Sr. Presidente, o Presidente Lula e o seu Governo não podem dizer a frase “a mentira tem perna curta” nem podem falar que se deve dizer a verdade, porque, desde o início do caso Waldomiro, esse Governo e todas as suas declarações são cheias de mentira.

Então, para resumir e talvez para concluir esse discurso, posso dizer que o Presidente Lula deveria dizer a verdade, porque, até o momento, Sua Excelência tem sido, talvez, o maior mentiroso do seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, darei a palavra ao Senador Alberto Silva por permuta com o Senador César Borges.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, registrar os meus protestos veementes contra a forma como alguns Parlamentares da Oposição vêm se conduzindo nas suas intervenções neste debate. Considero inaceitável esse tipo de manifestação, especialmente vinda de um Parlamentar por quem tenho imenso respeito e que sempre tratei com toda a deferência, o Senador José Jorge. Não acho que isso ajuda o debate democrático. A Presidência da República, a instituição e sobretudo a figura do Presidente da República merecem a discussão política, o contraditório, a oposição, mas também o respeito institucional que o decoro Parlamentar, eu diria, impõe. Não posso aceitar a escalada de agressões que tenho visto.

Semana passada, ouvimos, por parte do Senador Arthur Virgílio, termos – eu expressei a minha profunda insatisfação com isso – que não fazem jus à biografia e à história dele e ao debate político. Agora, novamente, vejo a Oposição insistir no mesmo caminho.

Sei que o prestígio do Presidente junto ao povo brasileiro – todas as pesquisas demonstram isso – é muito consistente e muito sólido. O povo confia, porque Sua Excelência tem uma longa história de vida, de coerência, de sinceridade, de transparência, de espírito público, de tratamento respeitoso. Por isso, a biografia responde no momento de dificuldade e de crise que o Governo atravessa.

Há vinte dias, vi alguns Senadores pedirem ao Governo que afastasse as pessoas sobre as quais pairasse qualquer tipo de indício ou de suspeição. O Governo fez isso. O Presidente fez isso e vai fazer. Vai fazer para apurar e para investigar seja quem for e em que instância for. Vai fazer, porque esse é o procedimento que o Estado republicano deve ter. O fato de se afastar não significa prejulgamento; o fato de se afastar não significa a condenação precipitada; o fato de se afastar significa a possibilidade de apurar com isenção. É essa a resposta que o Governo precisa dar e está dando. Nós queremos que tudo seja apurado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está anunciando o afastamento do Presidente do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a não pode conceder aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Estou falando como Líder e infelizmente não posso conceder aparte.

Estou protestando contra os termos e a forma desrespeitosa que estou sentido em relação...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a marcasse o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de ter a palavra, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de ter o respeito e a consideração do Plenário para poder expressar a minha intervenção.

Não creio que essa forma, essa adjetivação, esse tipo de atitude contribua para o debate político, sobretudo quando tratamos da figura do Presidente da República. Este mesmo Congresso, com razão, pediu o afastamento de um funcionário da Abin, e manifestei que eram inaceitáveis os termos que ele tinha utilizado quando se referia a Parlamentares da CPI. Era inaceitável para a instituição! Um servidor público não poderia tratar o Congresso com aquelas expressões. Ora, o mesmo vale para o tratamento que deve ser dado à figura do Presidente da República, à instituição da Presidência da República, ao mandato de 53 milhões de votos que o povo brasileiro deu a esse homem que preside o País. O mesmo respeito, a mesma consideração.

E pergunto aos Senadores da Oposição se alguma vez subi à tribuna para tratar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso com expressões como essas que estão sendo usadas. Não que não tenha havido indícios de corrupção, que não houvesse denúncia de corrupção ou que Ministros ou funcionários do Governo anterior não tenham sido afastados, mas jamais utilizamos esse tipo de expressão. Isso não contribui para a vida democrática, não contribui para o respeito institucional, não contribui para a consciência política do nosso povo, não contribui para a credibilidade desses Parlamentares, a quem tenho imenso respeito. Temos debatido com toda a veemência e com todo o empenho, mas vale para esta Casa o respeito no tratamento, o decoro parlamentar, a figura de nobre Senador, de V. Ex^a. O respeito institucional é fundamental na vida de uma sociedade democrática. Por isso, não posso aceitar esse tipo de expressão.

Quero registrar aqui, pela segunda vez, meu veemente protesto. Quero que ele fique registrado nos Anais desta Casa, porque creio que esse tipo de expressão não contribui. Que façam as críticas, que apresentem as denúncias, os argumentos, que façam as críticas às políticas de Governo, que exijam a apu-

ração de qualquer indício de corrupção. Estamos aí com inúmeras CPIs que nunca foram feitas no período recente da história. Temos, inclusive, como vamos tratar todas essas iniciativas, mas que tudo seja passado a limpo pelo Ministério Público, pela Procuradoria da República, pelo Tribunal de Contas da União, pelas CPIs, que tudo seja apurado e investigado. No entanto, o prejulgamento, o ataque, a desqualificação, isso é inaceitável do ponto de vista do respeito político que quero ter com os Parlamentares da Oposição, sobretudo com aqueles a quem respeito tanto e com quem sempre temos debatido de forma franca.

Por isso, eu queria ponderar que buscássemos manter a qualidade do debate, das discussões, do enfrentamento político, ideológico, programático que temos tido nesta Casa e que não insistíssemos nesse caminho, que considero que em nada contribui para a convivência respeitosa que o Parlamento brasileiro deve ter.

Sr. Presidente, para concluir a minha reflexão, quero ainda chamar a atenção para o fato de que, com todas essas investigações, a economia brasileira segue segura, batendo recordes de exportações, recordes de saldo comercial, com o crescimento econômico preservado, a inflação caindo, um ambiente para que as medidas econômicas possam estimular o investimento, o crescimento econômico, a qualidade de vida do povo, a redução da vulnerabilidade externa, a redução das finanças públicas, mas ressalto que a preservação desse ambiente econômico – que, em última instância, interessa a todo cidadão brasileiro – depende também da atitude política que cada um de nós deve ter, investigando sem palanque eleitoral, investigando sem a busca imediata e fácil da manchete do dia seguinte, investigando sem prejulgamento, com equilíbrio e com responsabilidade, mas preservando a economia, preservando as instituições e, sobretudo, preservando o tratamento respeitoso, que é indispensável à convivência democrática.

Esse é o apelo que faço, esse é o registro que não poderia deixar de fazer. E seguramente espero que mantenhamos o ambiente, o clima de discussão e de debate que sempre tivemos nesta Casa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, porque fui citado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Alberto Silva, concederei a palavra, na forma do art. 14, ao Senador José Jorge e ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge, Líder da Minoria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, levando em conta as palavras do Senador Aloizio Mercadante, citei seis ou sete mentiras que foram ditas nessas investigações pelos diversos membros do Governo – inclusive, posteriormente, mostrou-se que eram mentiras, que não eram verdades. Então, a minha intenção era dizer que o Governo estava cheio de mentiras, mas evidentemente que, pela boa convivência aqui da Casa, é melhor que usemos com o Presidente Lula uma linguagem mais leve. Na realidade, o que eu disse ao Presidente Lula coloco para o seu Governo, por meio dos seus diversos membros, que não têm falado a verdade e que, a cada dia, inventam uma história diferente. Estamos vendo, inclusive, dois importantes membros do Governo, mesmo sem cargos, o Sr. Delúbio e o Sr. Silvinho, que para virem ao plenário da Comissão tiveram de pedir, antes, ao Supremo Tribunal Federal o direito de não responderem aquilo que lhes fosse perguntado. Então, talvez por conta disso, eu gostaria de retificar o que disse, para considerar um Governo cheio de mentiras. Deixemos o Presidente de lado para melhorar a relação aqui com os companheiros da Base do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado também a V. Ex^a.

Na forma do art. 14, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Em seguida, darei a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Alberto Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder Aloizio Mercadante faz uma análise de tempos passados que contém meias-verdades. S. Ex^a de fato prima pela elegância no trato e teve momentos de efetiva colaboração com o Governo passado, quando se tratou, por exemplo, de juntos lidarmos com uma greve que precisou da intervenção de S. Ex^a para que chegasse ao fim. Mas não tenho dúvidas de que S. Ex^a deve ter se excedido, sim.

Não vou ficar aqui cascavilhando discursos, mas com certeza S. Ex^a não discordou de fatos insultuosos, como, por exemplo, estarmos privatizando serviços esclerosados do Estado brasileiro – e que hoje são serviços brilhantes – com cheques exibidos pelo PT, como se fôssemos nós – os que queríamos as reformas estruturais – vendilhões da Pátria. V. Ex^a se lembra disso, Senador Flávio Arns. Falávamos sobre Telebrás e os cheques eram exibidos como se nós...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... por termos uma visão ideológica do mundo, fôssemos vendilhões da Pátria.

Descobri que minha mãe sofria de Alzheimer. Primeiro, ela teria arteriosclerose; depois, Mal de Parkinson – nunca teve essa doença. Quando soubemos que ela sofria de Alzheimer, fui ao Rio de Janeiro. E fui apupado no aeroporto pela CUT. Quando voltei, fui apupado novamente pela CUT. Depois, houve corredor polonês – o que nunca fizemos – para tentar interferir na votação dos Srs. Deputados. No dia seguinte, encontro um querido amigo meu, o Deputado Jair Meneguelli, do Banco do Brasil. E o Jair me disse: “Arthur, você foi tão duro conosco! Nós gostamos tanto de você! Você dizer o que disse para a gente!”. Eu disse: “Jair, fui apupado na ida, fui apupado na volta, mostraram cheque quando eu falava. Quando eu disse que a atitude de vocês era fascista, ditatorial, desonesta, falei o que, na verdade, me vinha ao coração e ao cérebro. Você age como se a vocês assistisse todo o direito, a vocês, petistas ungidos por Deus para serem postos acima do bem e do mal, e nós outros, mortais míseros, temos que nos conformar com as migalhas da compreensão eventual de uns e de outros”.

Vejo que às vezes o que parece exagero depois não o é. Estou aqui com a interpelação judicial do PT contra o Senador Tasso Jereissati, quando S. Ex^a dizia: “PPP do jeito que está é roubalheira para o Delúbio deitar e rolar”. Parecia, na hora, um achincalhe; hoje ninguém ousaria dizer que o Senador achincalhou quem quer que fosse.

Eu hoje li, Senador Fernando Bezerra, eu li frase de Senadores nossos, como Pedro Simon, de articulistas, como Clóvis Rossi, do jornal inglês **Financial Times**. Eu tive o cuidado, hoje, de ler frases com expressões mais duras do que aquelas que eu usei contra o Presidente Lula e fiz questão de dizer que eu endossava todas, mas não era responsável por nenhuma.

Em outras palavras, se o Presidente Lula quer se credenciar ao respeito com que começou a lidar com esta Casa, Sua Excelência, primeiro, deve se dar ao respeito e respeitar esta Casa.

Aquela cena bufa do sofá nos jardins de França, em frente a um castelo, corroborando a versão de Delúbio e de Silvío, aquela cena não credencia o Presidente ao nosso respeito, e as línguas vão ficando mais destravadas. Nós pedimos do Presidente a verdade, nós pedimos do Presidente que acerte por vias não travessas.

Por exemplo, Sr. Presidente, sou obrigado a dizer que a melhor escolha – e o que vou dizer vai deixar pasma a Casa, vai surpreender à Imprensa –, a melhor escolha nesta reforma ministerial do Presidente

Lula, o que me parece, Senador César Borges, um gol de placa, porque vai dar certo, é precisamente aquele que, indicado ou, não aquele que representará o PP, o Partido Progressista, a figura íntegra, competente, preparada do diplomata, empresário e executivo público Márcio Fortes.

Por incrível que pareça, uma reforma pífia, uma reforma que não veio para reformar, uma reforma que não escalou nenhum Maradona escala, de repente, um jogador de primeiro nível, que vai fazer um belo trabalho no Ministério das Cidades, como faria no Ministério da Previdência, como faria no Ministério do Desenvolvimento.

Não estou aqui para ver apenas defeitos. Há uma crise e essa crise exaspera o País. Há meses que a crise se arrasta e há meses – daqui para frente, vou tomar muito cuidado com minhas palavras – que, de inverdade em inverdade, de inveracidade em inveracidade, de aleivosia em aleivosia, de inexatidão ...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... aqueles que são como eu era diriam de mentira em mentira e eu digo que de falácia em falácia, os outros diriam que isto é que está afundando a credibilidade do Presidente.

Sua Excelência precisa recuperar toda a majestade da Presidência da República, e isto se faz com a apuração do que está acontecendo de equivocado, do que está acontecendo de desonesto. Não se faz isto fingindo que não se conhece o dirigente do PT. Não se faz isto jogando companheiros na água. Não se faz isto fingindo que não tem nada a ver com uma situação da qual só ele se beneficiou, até porque, se houve “mensalão”, foi para, supostamente, arranjar votos para garantir a governabilidade a ele, Presidente Lula. Então, um pouco de coragem, um pouco de generosidade em relação aos seus companheiros, um pouco de solidariedade não lhe farão mal, até por que ele acaba perdendo os seus companheiros e não ganhando a solidariedade efetiva da Nação.

Portanto, estou muito disposto a ouvir Sua Excelência dar sinais positivos para a Nação.

Foi a primeira vez que eu vi sofá no jardim. Eu nunca vi sofá em jardim. Aquilo é grotesco, aquilo foi pífio. Na primeira vez em que vi sofá em jardim, o Presidente faz uma aparição que não honra o múnus presidencial. Não honrou. Aí, depois, ele quer o quê? Vejo o Delúbio Soares dizendo uma coisa que combinou com o Valério e o Presidente Lula falando algo parecido com aquilo que o Delúbio combinou com o Valério, e ele quer que eu saia daqui e diga que Sua Excelência se portou como estadista? Não posso. Não

posso dizer que foi nem um estadista de sofá naquele momento. Não posso dizer que foi o estadista do castelo, não posso dizer que foi o estadista do jardim. Não posso. Eu posso dizer é que Sua Excelência está devendo à Nação as explicações cabais que a Nação está a lhe exigir.

De minha parte, Senador Aloizio Mercadante, como prova de boa vontade em relação a V. Ex^a, devo registrar o fato positivo: brilhante e correta a nomeação, por mais irônico que pareça, do Dr. Márcio Fortes para Ministro das Cidades. Finalmente um acerto. E como este Governo erra tanto e enviesa tanto, é precisamente pelo PT, que despertava tanta desconfiança em todos os setores da imprensa e da sociedade, que sai a melhor nomeação desta leva da pífia reforma ministerial, aquela que eles chamam de reforma ministerial, do Presidente Lula.

Desejo ao Dr. Márcio Fortes todo êxito, toda vitória, porque sei que, na sua carreira vitoriosa e honrada, ele saberá, mais uma vez, obter os êxitos a que faz jus.

Aliás – não é ironia –, o Dr. Márcio Fortes serviu com muito brilhantismo ao Governo passado. É dali que o conheço, é dali que conheço a sua competência, a sua capacidade de produzir, a sua capacidade de gerenciar bem e com honradez a coisa pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, para ser justo, eu não poderia conceder a palavra, na forma do art. 14, ao nobre Líder Arthur Virgílio e não conceder a V. Ex^a. Mas tenho que contar, novamente, com a aquiescência e com a bondade do Senador Alberto Silva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou ser muito breve.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, nestas horas, teríamos que criar um “artigo 42” – ou seja, 14 vezes 3 –, porque penso que S. Ex^a tem o direito de falar. Penso que é justo que fale, assim como o Senador Alberto Silva, e devemos estender a sessão. Não devemos ter hora, estendendo a sessão. Devemos fazer a sessão sem hora para acabar, porque temos de dar vazão a tudo que é debate, uns dando respostas a acusações, outros tendo eco para fazer as suas acusações. Um Senador brilhante como o Senador Alberto Silva tem mesmo que ter oportunidade para fazer o discurso sensato, o discurso inteligente, que faz parte do seu Parlamento. Pensei

que eu estava falando pelo direito de réplica e que S. Ex^a iria à tréplica, mas já vi que estamos no “art. 56”. De qualquer maneira, acredito que S. Ex^a merece falar, sim, merece falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria lembrar a V. Ex^a que tenho a impressão de que, pelo Regimento, pode-se falar apenas duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem razão, pelo Regimento, pode-se falar apenas duas vezes. Mas, quando cheguei à Mesa, já tínhamos concretizado um precedente, pois o nobre Líder, meu querido amigo Senador Arthur Virgílio, já havia falado pela terceira vez. Precedente é precedente; não há como conceder a palavra a um Líder sem conceder a outro. Senador Antonio Carlos, talvez este seja o momento de refazermos essa regra do próprio Regimento para que possamos ter produtividade e eficácia no debate.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Estou de acordo com o que V. Ex^a decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na forma do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar, mais uma vez, o meu apreço pela atitude dos dois Senadores, em particular do Senador José Jorge, por não ter insistido nesse caminho que somente prejudica a credibilidade do Senado e a qualidade do debate. Creio que foi muito positiva a atitude do Líder José Jorge.

Mas responderei, no mérito, a algumas colocações do Senador Arthur Virgílio, agora num novo patamar. É verdade que sempre o Governo está sujeito a situações de manifestações sociais, de vaias e, muitas vezes, inclusive, de atitudes por parte de uma militância radicalizada, em alguns momentos mais sensíveis, que não ajudam na vida pública.

Vi, em muitas votações, que a forma de condução de alguns manifestantes não pode ser apoiada, não pode ser aceita, e temos que debater como superar, na democracia, o direito de participação do cidadão sem agressão e com respeito à imunidade do voto, que é um princípio fundamental.

Aconteceu no Governo passado, e já aconteceu neste. Em algumas votações aqui, a forma de pressão, de agressão, no aeroporto, com faixas, na reforma da Previdência e em outros momentos, foi muito semelhante com o que ocorreu no passado, e nem uma coisa nem outra se justificam.

Recentemente, nesse “tratoço”, por exemplo, houve agressões a motoristas da Casa, simplesmente pelo fato de estarem dirigindo carros do Senado Federal. São coisas inaceitáveis! Agora, não podemos criar a jurisprudência do rebaixamento. Logo, se alguém fez, vamos retomar esse caminho. Não! Nós temos é que criticar o que foi feito, criticar o que pode ser feito e construir um padrão civilizado e respeitoso de debate democrático sem limite: ir a fundo, criticar, propor, argüir, questionar, mas respeitar, respeitar a instituição, respeitar o mandato popular, porque, se não mantivermos esse valor fundamental da democracia, prestaremos um desserviço à sociedade brasileira, ao debate, ao Estado de Direito.

Queria também reagir ao Líder quando diz o seguinte: “O Presidente não está sendo solidário com seus companheiros”. Olha, conheço poucos homens públicos tão solidários em relação aos companheiros como o Presidente Lula. Conheço poucos homens públicos que sustentam a posição e o companheiro nas horas mais difíceis e adversas como o Presidente Lula.

Agora, estou com Juscelino Kubitschek: o homem público não pode ter compromisso com o erro. Se algum companheiro errou, isso tem de ser identificado, com generosidade, com solidariedade, mas o erro tem de ser apontado e corrigido. Se se desrespeitou a lei, a lei tem de punir, mesmo os companheiros.

O Presidente não vai tergiversar sobre isso. Ele já disse: “Cortarei na própria carne, se for necessário. Quero apuração de tudo”. E o que ele menciona em relação às campanhas eleitorais é uma grande questão da democracia brasileira – e V. Ex^a é testemunha disso.

É uma grande questão: não podemos continuar com esse padrão de financiamento de campanha. Isso não quer dizer que não se tenha de apurar o que está aí. Que se apure tudo! Mas temos um problema de financiamento de campanha que não é exclusivo da sociedade brasileira nem da nossa democracia, é um tema que perpassa hoje as democracias mais avançadas e consolidadas e para o qual não temos uma resposta definitiva que possa superar esse tipo de problema, que é recorrente na democracia.

Mencionei outro dia que estamos caminhando na linha do financiamento público exclusivo. A Alemanha tem financiamento público exclusivo. Helmut Kohl foi

Primeiro-Ministro por 12 anos, unificou a Alemanha, era uma liderança incontestada, um grande estadista na história alemã. Caiu do governo exatamente porque tinha recebido recursos de campanha que não poderia ter recebido. A cultura alemã é bastante rígida, as instituições são muito sólidas. Pergunto se isso, que não tem eficácia na Alemanha, será exitoso no Brasil. Tenho dúvida. Acho que não deveríamos insistir nesse caminho.

A experiência mais consolidada e o melhor caminho para o Brasil é a americana, depois de 200 anos de democracia. Lá a contribuição de campanha é assumida, é transparente, é valorizada. O contribuinte de campanha, o candidato a presidente da república faz jantares, e o eleitor julga se o *lobby*, por exemplo, de armas, que está financiando a campanha Bush, tem compromisso com a defesa nacional – infelizmente, com uma política belicista –, se isso prejudica ou não o voto.

É isso que temos que acompanhar, porque o homem público tem um duplo vínculo: o vínculo do voto, que é o transparente, o único que muitos assumem como vínculo, e o vínculo do financiamento de campanha. Existe esse duplo vínculo.

Repito aqui uma experiência que, para mim, é exemplar, que é a da medicina hoje. Em qualquer congresso médico, por exemplo, de oncologia, o médico, quando vai apresentar o trabalho, quando vai apresentar uma nova droga, tem que colocar embaixo o conflito de interesses: qual o laboratório que financiou a pesquisa, quais os laboratórios que o remuneraram, para que cada médico possa avaliar se aquela droga que está sendo apresentada é produto da pesquisa médica ou se é influência de um *lobby* de uma indústria farmacêutica. Essa decisão que o médico toma, porque sabe que o que está em jogo é a sua clientela, é a vida do seu paciente, é a decisão que cada eleitor tem que tomar.

Temos que explicitar o financiamento de campanha. Temos de parar, neste Senado e nesta Casa, de criminalizar quem apoiou a campanha de quem quer que seja, porque, se caminhararmos nessa direção, vamos continuar aprofundando o problema, pois empresários sérios do País não querem apoiar ou não querem aparecer financiando campanha para não verem suas empresas e seus nomes expressos em momentos como este que estamos vivendo. Temos que discriminalizar, dar transparência a isso.

É assim, nesta sociedade capitalista, que funciona o processo democrático. É o eleitor que tem que fazer o julgamento se aquilo incide ou não no mandato. Quando incidir, a imprensa, que é financiada pelas mesmas empresas que financiam os homens públi-

cos – as mesmas empresas que estão nas revistas, nos jornais, nas televisões, são as que financiam os mandatos –, poderá, evidentemente, criticar quando alguém tiver tomado uma decisão em função do financiamento que teve.

Isso é democrático, é legítimo, desde que se respeite a lei. A crítica é oportuna, necessária e indispensável. Por isso, temos que dar um salto de qualidade para aprimorar o processo democrático no Brasil.

O homem público, como dizia Juscelino Kubitschek, não deve ter compromisso com o erro. Portanto, quem errou no Governo tem que pagar. Quem errou no Partido terá que pagar. Nós temos estatuto, regimento, código de ética. Temos que dar amplo direito de defesa, discutir, saber o que aconteceu. Eu, pelo menos, não fui informado, como boa parte dos dirigentes do Partido não o foram. A direção nacional nunca discutiu esses apoios de campanha, nem esses empréstimos. Jamais ouvi falar em Marcos Valério até que esta crise se iniciasse. Tudo isso tem que ser apurado, tem que ser transparente, e as pessoas têm que se defender. Mas o Partido terá que tomar decisões, e o País, seguramente, as tomará. Mas não basta. Precisamos fazer a reforma política e colocá-la junto com o financiamento de campanha como grande conquista desse período difícil da democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou perplexo ao assomar a esta tribuna, perplexo porque se não falar no que está acontecendo... Tenho falado em biodiesel, tenho falado nas possibilidades de alimentação do povo, mas, se não entrar na discussão do que preocupa este País, eu me consideraria omissa e não quero ser omissa, não vou ser omissa.

Tenho observado que, claro, está havendo realmente algo que nunca aconteceu no País. De todos os lados, surgem denúncias de toda natureza, e as comissões de investigação, todas instaladas, com seus membros trabalhando até altas horas da noite, recebem um volume enorme de documentos. Mas sou engenheiro, não sou advogado, não entendo muito como deve ser conduzida uma inquirição numa comissão de inquérito. Se eu fosse advogado, eu diria que ali há um engano. Todos os membros que constituem a Comissão começam a fazer perguntas às pessoas que estão sendo investigadas, e as pessoas simplesmente respondem ou não respondem. Surgem o tempo inteiro perguntas que parecem quase inócuas.

Se eu fosse advogado, eu aconselharia os membros da Comissão a fazer uma coisa muito mais importante, que aliás já estão fazendo. Procurem ter em mão as provas e, na hora em que alguém estiver mentindo, como estamos ouvindo – a imprensa toda cuida disso, e todo mundo diz, neste Plenário, quem falou, quem não falou, quem disse, quem não disse –, façam uma acareação entre aqueles que estão mentindo. Suponho que um advogado recomendaria isso. Façam uma acareação entre eles com documentos na mão, para apressar a solução, porque o povo está esperando o resultado.

Existem quatro comissões. Elas chegarão ao fim? Perguntando daquela maneira, como estamos assistindo, não chegarão a nenhum lugar, suponho eu, com a experiência de engenheiro, em primeiro lugar, com o desconhecimento em leis, porque não sou advogado. Mas, se fosse, eu proporia documentos na mão e uma acareação entre os que estão mentindo. Aí, creio que se chegaria mais depressa ao resultado que o povo está esperando.

Essa é a minha intervenção a respeito do drama que está ocorrendo neste País, e não poderia ficar omissivo, porque fui Governador duas vezes, Prefeito duas vezes, Deputado Federal, segundo mandato como Senador. Assistindo a tudo o que ocorreu neste País, eu não poderia ficar indiferente ao que se discute. O meu desejo é que se apure rapidamente e que não se estiquem essas comissões por seis meses, porque o País não pode parar.

Agora, paro de falar sobre o que estou falando, sobre o que todos estão querendo que aconteça, um resultado, e volto...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu pediria, meu caro, que seja bem rápido, porque o meu tempo já está reduzido. Eu estava em uma lista...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas vai ser uma grande colaboração. Eu o assisto desde 1948. V. Ex^a enfrentou muitas fases políticas: na democracia, na ditadura, suicídio do Vargas. Na ditadura do regime militar, foi uma bênção para o Piauí. V. Ex^a como Governador do Estado e em outros cargos federais. Permita-me. Todo o País, eu mesmo vi e senti, pois estava no Piauí, entusiasmado com as suas idéias. No biodiesel, V. Ex^a foi um ícone e agora na alimentação de soja. V. Ex^a é – e aí foi um acerto do Presidente Lula – conselheiro da República. V. Ex^a, que talvez seja o mais experiente, o que tem uma vida pública maior, reúna e aconselhe o Presidente da República. Senador Alberto Silva, vim do Piauí e vi o povo da nossa Parnaíba. Os aposentados me disseram: “Senador Mão Santa, está chegando a

hora dos verdinhos”. Estão desejando os verdinhos, que são os militares. V. Ex^a, como conselheiro da República, talvez o mais experiente, deve reunir e mostrar o quadro que atravessamos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador. Eu ia falando isso. Como já entrei e dei a minha opinião sobre como as Comissões devem fazer, volto ao meu Partido. Afinal, o PMDB tomou uma posição clara, definitiva, de apoio ao Governo do Presidente Lula, antes de acontecer tudo isso. Mas, durante o período em que aconteceu, o meu Partido não recuou no apoio ao que nós chamamos de governabilidade. Vinte Senadores e pouco mais de cinqüenta Deputados do meu Partido assinaram o apoio ao Presidente, ao Governo do Presidente, à governabilidade. Agora o Partido indicou e o Presidente nomeou três Ministros que, na minha opinião e de todos, são sérios, competentes, capazes, assumem as suas Pastas e, naturalmente, vão partir, daqui para frente, propondo soluções do nosso Partido, do nosso programa para o desenvolvimento do País. Isso é o que esperamos e é o que vai acontecer.

Entretanto, durante tudo isso que está ocorrendo, eu me reporto, por exemplo, ao fato de que houve algo no Brasil como aconteceu lá em Londres: explodiram não sei quantos carros do metrô, morreram dezenas de pessoas e, no entanto, o Governo inglês se manteve calmo, a população esperando o resultado das pesquisas para saber quem explodiu, mas o País não deixou de trabalhar. Isso é um exemplo fantástico para o mundo.

Então, agora, por que é que eu falei em biodiesel, por que eu falei em fome? Porque o Brasil que está nos ouvindo através dessas emissoras espera duas coisas: que se apure quem são os responsáveis e os punam. A Comissão tem esse dever. Deve acelerar para não esticar isso com aquelas perguntas que não levam a nenhum lugar. Repito, se eu fosse advogado, arranjaria os documentos e faria a acareação entre os que estão mentindo. Aí saberíamos já a verdade. Seria muito mais rápido.

Mas voltemos ao povo. O povo brasileiro ouviu falar que a economia vai bem e que os números apresentados pelo Ministro Palocci são os melhores – já ultrapassamos a casa dos R\$100 bilhões. Mas o nosso Senador Pedro Simon, com a sua experiência vivida, já tendo passado, também como eu, por duas ou três vezes por esta Casa, disse que 50 milhões de brasileiros estão vivendo abaixo da linha de pobreza. Então, é miséria!

Por isso, ontem eu trouxe aqui seis bifés de soja, um litro de leite de soja e mais a farinha de soja. Disse que nós podemos alimentar, por exemplo, as crianças

de zero a seis anos, que, pela legislação brasileira, estão fora do contexto da educação. E sabem por quê? Porque aqui as crianças só têm merenda quando completam sete anos e entram na rede escolar. E os meninos de zero a seis anos? Eles não têm merenda nem escola. E nós vamos fazer o quê?

Por isso, ontem, eu pensei: se exportamos 40 milhões de toneladas de soja em grãos – creio que os países que estão importando essa soja não vão transformá-la em alimento para frangos, ou seja, para o consumo animal ou para o leite ou a carne. Seguramente, dois terços desse produto importado vai alimentar as famílias dos povos que compram a nossa soja. Tenho certeza disto: que a soja talvez seja o alimento mais rico produzido na natureza. Salvou dezenas e centenas de civilizações ao longo da história. E nós, o maior produtor de soja do mundo hoje, exportamos a nossa soja. Por que não ficar com um milhão de toneladas aqui?

E, como o tempo é curto e a campanha já tocou, deixo para outro dia. Mas, ontem mostrei que, se eu tiver um quilo de soja, tenho oito litros de leite. E o leite de soja vale muito mais do que o leite de vaca.

Termino, Sr^a Presidente, como fiquei na fila, atendendo a todo mundo, pediria que me desse alguns minutos só para concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estão concedidos, pela sua espera, Senador Alberto Silva, mais cinco minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Fico grato a isso, seguramente. Mas, queria apenas fazer essa comparação. Vejam bem, o Ministro Patrus Ananias, se não me engano, declarou que já conseguiu colocar o Programa Bolsa Família para 10 milhões de famílias brasileiras. Na verdade, é um auxílio, é um dinheiro que se dá para ajudar a família que está desempregada. E, quem sabe, com esse dinheiro, ela talvez não compre o alimento das crianças, de zero a seis anos, tenho certeza disso, porque o leite é caro, custa entre R\$1,50 e R\$1,60. A carne não é barata, o feijão, ainda, ainda, mas, uma família que não tem emprego dificilmente sobrevive. Quando falei na soja, é porque a soja é barata. Um quilo de soja dá oito litros de leite e sobram seiscentos gramas que dão seis bifés de carne de soja de cem gramas. Se uma pessoa adulta ou pequena comer um bife de soja de cem gramas por dia e beber um copo de leite de soja, estará alimentada tanto quanto se comesse feijão, arroz ou muito mais. O que eu propus é que se faça isso para o Brasil todo.

E ainda disse mais. Vou concluir com esses números. Como a TV Senado transmite para o Brasil inteiro, e até para o mundo, vou citar um número aqui. Um milhão de toneladas de soja transformada em bife

de soja e leite de soja alimenta cinqüenta milhões de famílias brasileiras. E as crianças de zero a seis anos não ficarão sem o café da manhã. E os meninos de sete anos, das famílias carentes, que saem de casa, a primeira refeição delas, por incrível que pareça, é a merenda escolar. Eles saem em jejum de casa. Isso nós não podemos aceitar.

E, em nome do meu Partido e como programa dele, eu lanço o Leite de Soja para Todos, como o Senador José Sarney fez o Programa do Leite para Todos. Podemos conseguir? Podemos. Vou atrás dos Ministérios adequados e farei uma proposta. Depois, trago à consideração dos meus Pares.

Enquanto se julgam os culpados naquelas Comissões, não paremos o País. E, com relação ao Presidente, a recomendação do nosso companheiro Mão Santa, tudo bem. Mas, o Conselho da República se reúne quando convocado pelo Presidente. Então, se ainda não fomos convocados, apenas diria: o meu Partido confia no Governo do Presidente, e temos a obrigação de apresentar propostas válidas. Eu tenho três: a primeira é o reparo das estradas, sobre o qual estou com um documento pronto, que farei chegar ao Palácio, ao Presidente Lula, em meu nome e no do meu Partido; a segunda, um programa do biodiesel que atende ao plantador de mamona, o que significa dar emprego no campo; a terceira, o leite a partir da soja, ou seja, comida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, fui prefeitinho; não fui prefeito, como V. Ex^a, melhor do que eu, foi da minha cidade, mas fiz um serviço social, um programa com esse leite de soja, que tem um sabor ruim. V. Ex^a deve lembrar-se de João Batista Figueiredo. Naquela época nós o fazíamos com banana, com bananada. Vi uma criança, um rapazinho tomar nove copos de bananada com leite de soja.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu respondo, Senador Mão Santa. A tecnologia de hoje não é aquela do tempo do Presidente Figueiredo. O leite de soja que eu trouxe ontem fiz em casa. Eu tenho a tecnologia, a indústria brasileira a tem. O leite de soja é tão bom quanto qualquer outro produto, quanto qualquer suco que se vende no supermercado. Ontem eu o trouxe aqui. É um leite que não tem um sabor ruim e que leva um choque térmico; o restante da tecnologia não ensino aqui, porque muita gente já sabe. Oportunamente, direi como se faz leite de soja, melhor do qualquer outro suco e muito mais nutritivo.

Agradeço a tolerância da Presidente e deixo no ar três programas: o reparo das estradas, imediatamente; o programa do biodiesel, dando trabalho no campo; e a proposta “leite para todos”. Como fez Sarney com o

leite de gado, faremos com o leite de soja, já que somos o maior produtor de soja do mundo.

Não exportemos somente grãos; façamos com que a soja fique aqui e alimente os 50 milhões que vivem abaixo da zona de pobreza.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, não vou tomar o tempo da Senadora Ana Júlia. Falarei pela ordem, apenas para registrar a visita ao Senado Federal da Delegação da Nigéria, do Estado de Jigawa.

Estão presentes inúmeros Parlamentares Estaduais do Estado de Jigawa: Sr. Adamu Abubakar Maje, Sr. Ibrahim Manzo, Sr. Muhammad Kiri Shuaibu, Sr. Ado Sani Kiri, Sr. Lawan Yunusa Danzomo, Sr. Zulqiflu Abdu, Sr. Abdulkadir Abubakar Maje, Sr. Mukhtar Muhammad Birniwa, Sr. Ali Muhammad Magashi, Sr. Isa Alkasim Karkarna, Sr. Suleiman Ibrahim Marke, Sr. Adamu Ibrahim Babura, Sr. Ibrahim Hassan Kwazo, Sr. Sale Usman Tsuru, Sr. Adamu Ahmed, Sr. Adamu Ibrahim Gira, Sr. Ahmed M. Garba, Sr. Babandi Ibrahim Gumel e Sr. Sabo Wada Ringim, que estão acompanhados da Sr^a Ariádne, do Ibama, e de outras pessoas do Itamaraty.

Queremos dar as boas-vindas. S. Ex^{as} estão por duas semanas visitando o Brasil, examinando sobretudo este Estado produtor de bens agrícolas, conhecendo o desenvolvimento da agricultura brasileira. E, nesta Casa, conversarão com o Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passar a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Alberto Silva, gostaria de dar as boas-vindas a todos que o Senador Suplicy acaba de mencionar.

Sejam todos muito bem-vindos ao nosso País, ao plenário do Senado da República. Que a estada de V. Ex^{as} realmente seja inesquecível no nosso Brasil.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Alberto Silva, por dez minutos, acrescidos de mais cinco.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concederei a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, logo após a fala do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem relata o jornal **Folha de S. Paulo** que, no seu Estado natal, na capital do Estado do Ceará, o Ministro Ciro Gomes, no meio de muitas vaias, participou da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E lá teve a ousadia de defender o malfadado projeto da transposição do rio São Francisco, cujo nome até mudaram: agora dizem que não é transposição do rio São Francisco, mas integração de bacias hidrográficas.

Podem mudar o nome, mas sempre será um malfadado projeto, que visa a desperdiçar recursos públicos da maior importância. Querem gastar 4,5 bilhões em 24 meses. Não há dinheiro para a recuperação das estradas, para a educação, para a saúde; o Governo não faz a infra-estrutura que o País precisa para as suas exportações, mas quer gastar 4,5 bilhões em uma obra que não une, mas divide o País e até mesmo o Nordeste. Esse projeto traz uma divisão artificial entre o Nordeste setentrional e o restante do Nordeste.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permito o aparte com muita satisfação, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a e eu até apoiamos Ciro Gomes para Presidente, mas ele se perdeu naquela ocasião pela língua. Toda frase que dizia, perdia milhares e milhares de votos. Não se emendou. Continua com a língua solta, dizendo bobagens e defendendo uma obra que, realmente, só é boa para os empreiteiros. Entretanto, agora, a zanga dele não é comigo, não é com João Alves, pouco tem a ver com o São Francisco. Talvez tenha a ver com Severino Cavalcanti, porque ele estava convencido de que seria Ministro de duas Pastas: Integração Nacional e Cidades. Também pensou em ser Ministro da Saúde, porque achava que o Serra se projetou muito com esse Ministério. O Lula não confiou nele, ou, então, achou que ele o estava defendendo demais. E, realmente, está demais. É inacreditável como ele ficou lulista e nunca foi. Ele o combateu na campanha violentamente. Se pegarem as frases dele sobre o Lula, ele ficará

muito escabreado. Se ele insistir, vou dizer da tribuna o que ele pensava sobre o Presidente que ele hoje vive – não quero dizer subserviente – agradando. É o que faz Ciro Gomes ao Presidente da República. Deixem-no ficar zangado. Quanto mais ele falar, melhor para nós, brasileiros, que não vamos assistir a essa despesa imensa do País numa obra ineficaz.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço seu aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a aborda muito bem a questão. Causa espécie a posição do político Ciro Gomes, ex-Governador de um Estado importante como o Ceará. É claro que ele foi Governador, porque houve o apoio nosso e do verdadeiro líder do Ceará, Senador Tasso Jereissati, senão não o teria sido.

Mesmo assim ele me parece um homem que não está fazendo jus à sua carreira política, como Governador de um Estado nordestino e como candidato à Presidência da República. Votamos nele, mas ele se perdeu pela sua própria verve. Dizem que peixe morre pela boca. Foi o caso do candidato Ciro Gomes, que se destruiu, falou contra as mulheres, revelando um preconceito.

Hoje ele mostra ser nada mais do que um carreirista, um homem que tem apego ao cargo. Ele tem apego ao Ministério, onde está seguro; não quer deixá-lo, mesmo que lá faça uma administração extremamente inoperante. É Ministro da Integração Nacional, e o que fez nesse Ministério a favor do Nordeste brasileiro, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Fez apenas – permita-me V. Ex^a outra vez – agredir o Vereador Tanuri, de Juazeiro,...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – José Carlos Tanuri.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...quando o interpelou sobre o problema do São Francisco. Ele veio com o seu estilo agressivo de querer meter medo – esse é o mal dele, do tal valente treme-treme –, evidentemente, querendo intimidar o pobre do Vereador, mas ouviu o que devia, na cidade de Juazeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, Senador. E ele se agarra a esse cargo, não faz absolutamente nada, realiza uma péssima gestão à frente do Ministério da Integração Nacional e, agora, abraça-se com unhas e dentes a esse tal malfadado projeto da transposição, que quer chamar de integração de bacias.

Esse é um projeto que o País não pode, efetivamente, ver sequer o seu início, porque, vendo o início, não verá a conclusão; será mais uma obra inacabada, em que milhões de reais – R\$4,5 bilhões – serão dila-

pidados pelo Governo Federal. Para quê? Para trazer grandes empresas construtoras a participarem de um conluio para tentar fazer caixa de campanha para a reeleição do Presidente Lula. Se até agora as empreiteiras não estão no escândalo é porque não há obras. A grande obra do Governo é a publicidade, é o *marketing*. É aí que está a grande fonte de arrecadação dos recursos, são os Marcos Valérios da vida, e estão aí demonstrados. Mas o Governo não está satisfeito só com essa fonte, que é nova.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois, não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não quero interromper o belo discurso de V. Ex^a. Estou interrompendo demais, mas vou fazê-lo pela última vez. Ele provavelmente vai dar vitória a firmas que ninguém conhece. Essas, então, passarão, depois, às conhecidas. O jogo vai ser esse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a já denuncia à Nação a estratégia que se antevê para essa obra.

O Ministro Ciro Gomes deveria ter mais consciência com sua carreira política e não se abraçar a esse Ministério, a essa obra. Vi, no passado, também o próprio Governo Fernando Henrique dizer que essa era uma obra de decisão do Governo e que seria realizada de qualquer jeito. O maior defensor dessa obra – que não está presente, mas que merece a minha consideração, e nós tivemos embates duros – é o Senador Fernando Bezerra, que defende a transposição. Quando não tinha argumentos a favor da obra, S. Ex^a dizia: “É uma decisão de Governo, e acabou-se”. É como se trata hoje a obra. O Ministro Ciro Gomes não é democrático, não discute o assunto e diz: “Vamos fazer a transposição de qualquer forma”.

A transposição não aconteceu porque não podia acontecer. Não era uma obra viável no Governo Fernando Henrique. Agora, o Governo do PT – que, na verdade, é o terceiro mandato do Presidente Fernando Henrique, já que não há criatividade econômica – adota as mesmas medidas liberais e neoliberais que vinham no setor econômico e, também, na área da infra-estrutura, está abraçando um projeto que não é o dele. O Presidente Lula, na sua campanha, disse que esse era um projeto inviável, um projeto para dar dinheiro a grandes empreiteiras e que não poderia ser feito. Agora, passa a ser o projeto prioritário do Governo do Presidente Lula. Quem vai à frente? O Ministro Ciro Gomes.

O Ministro Ciro Gomes tem uma experiência, na sua vida administrativa, para a qual deveria olhar com

mais cuidado: o Canal do Trabalhador, que S. Ex^a fez como uma obra emergencial. Naquela época, foi necessária porque Fortaleza poderia passar pela falta de suprimento de água potável, mas tudo por ausência de planejamento. Se tivesse sido feito o que defendemos – a perenização dos rios por meio de barragens sucessivas –, àquela época, não seria necessária a construção do tal Canal do Trabalhador, que custou US\$48 milhões, para um canal do rio Jaguaribe até próximo à cidade de Fortaleza, para levar água até o açude de Pacajus, que fica a cinquenta quilômetros de Fortaleza. Depois, mostrou-se uma obra totalmente mal executada e mal planejada que hoje está em desuso. Foram recursos públicos jogados fora. O Canal do Trabalhador hoje somente funciona quando se pega água através de Pacajus e joga-se nele. Os sifões foram destruídos, porque a obra foi mal executada, pois ela foi feita de forma emergencial.

Então, o Ministro Ciro Gomes deveria olhar exatamente para esse exemplo do seu Governo, quando S. Ex^a era Governador. Foi um exemplo mal sucedido. Essa obra, inclusive, foi feita com dispensa de licitação na época.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O que se antevê, Senador Mão Santa, é que o projeto da transposição, como está concebido, será a reedição de algo como o Canal do Trabalhador: não vai funcionar.

Há, com certeza – aí, sem sombra de dúvida –, um interesse muito grande, porque não há democracia na discussão desse projeto. O Governo quer executá-lo de qualquer maneira, por cima de pau e pedra. O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que gerencia as águas da bacia do rio, é contra esse projeto.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a, por ser meu conterrâneo, vai-me conceder tolerância para que eu possa ser aparteado pelo eminente Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador César Borges, além de engenheiro, tem a experiência de extraordinário Governador da Bahia. Tive a oportunidade de conhecer em Denver, nos Estados Unidos, a transposição do rio Colorado; foram cem anos de planejamento para concluí-la. Então, o País, nestas condições de miséria, não pode, de chofre, sair para um projeto desses, pois o Nordeste está cada vez mais empobrecido. Há outras ações prioritárias.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Isso é um elefante branco; é apenas para dizer que o Governo vai fazer algo pelo Nordeste.

Lembremos o que o Governo prometeu.

Duplicação da BR-101. Pergunto aos senhores em que estágio se encontra a obra da duplicação da BR-101 entre Fortaleza e Aracaju? Simplesmente não saiu do papel.

O Gasene, gasoduto que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste: também não saiu do papel.

As PPPs ligadas ao Nordeste, onde estão? Também ainda no planejamento, no papel. Nada se vê de efetivo feito para o Nordeste.

Quanto à recriação da Sudene, estamos tentando aprovar o projeto, porque até a urgência constitucional foi retirada. Ou seja, o Nordeste brasileiro não tem estado nas prioridades deste atual Governo. Mas querem fazer a tal transposição de qualquer jeito, para se transformar em um elefante branco, para gastar os escassos recursos da Nação, do Erário, para dizer que atenderam ao Nordeste, quando o próprio Ministro Ciro Gomes reconhece que não vai resolver problema de seca no Nordeste.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, solidarizo-me com V. Ex^a, com o Senador Antonio Carlos, com Senador João Alves. Somos de Pernambuco, mas também achamos...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – ... que esse projeto da transposição do São Francisco está sendo feito de forma bastante açodada, de maneira tal que temos mesmo que protestar. E, aproveitando que o Senador Rodolpho Tourinho está na Presidência, gostaria de comparar esse projeto com a questão do Gasene, que agora teve a sua construção suspensa pelo Governo Federal. Trata-se de um projeto muito mais importante para o Nordeste do que a transposição, com uma grande vantagem: enquanto a transposição beneficia apenas três Estados, basicamente Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – e o Ceará é um dos Estados que mais têm água no Nordeste –, o Gasene beneficia todos os Estados do Nordeste, inclusive a Bahia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Até o Maranhão.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Até o Maranhão. E, na verdade, o Gasene é um projeto bem mais barato, custa praticamente metade do preço dessa primeira etapa da transposição...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Era um bilhão e cem milhões; agora estão falando em dois bilhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Já passou para um bilhão e meio. Quer dizer, um terço dessa futura obra inacabada, que é a transposição do São Francisco. E o Gasene é de uma empresa como a Petrobras, que tem recursos. Mas o Governo suspende o Gasene e, ao mesmo tempo, constrói, tenta construir ou diz que vai construir essa obra da transposição que, ao invés de unir, desune o Nordeste. Todos os outros Estados, além desses três, acham que sua realização não deveria ser a prioridade no momento. Então, V. Ex^a está correto: acho que todos os Senadores do Nordeste devemos estar unidos para garantir a construção do Gasene.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, Senador José Jorge. E, só para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de prestar solidariedade a todos aqueles que estão contra esse projeto. E que o Ministro Ciro Gomes não faça essa diatribe que ele fez lá, acusando pessoas como o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Governador João Alves, que, além de serem ex-governadores, são experientes e qualificados – o Senador Antonio Carlos por tudo que já exerceu, inclusive a Presidência desta Casa; o Governador de Sergipe João Alves é um estudioso do assunto, com livros a respeito, conhecedor da questão. No entanto, o Ministro Ciro Gomes procura desqualificar essas opiniões dizendo que S. Ex^{as} não têm honestidade intelectual no momento em que defendem a revitalização do rio São Francisco, defendem o meio ambiente onde está o rio São Francisco, a recuperação de suas matas ciliares, o sangramento das cidades ribeirinhas.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir.

O Ministro Ciro Gomes, infelizmente, procura desqualificar o interlocutor e, por isso, não foi Presidente da República. Ainda bem, porque seria, talvez, extremamente autoritário. Talvez tenha aprendido nesse período em que é ministro com o ex-ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, a ser autoritário, a ser stalinista. Isso não é possível, porque esse projeto tem de ser discutido. Há proposta até de um plebiscito para saber se é isso o que deseja a população do Nordeste e do Brasil.

Portanto, quero solidarizar-me aqui com o Senador Antonio Carlos, com o Governador João Alves e com todos aqueles que defendem o interesse do Brasil colocando-se contra esse malfadado projeto.

Muito obrigado pela compreensão, nobre conterrâneo, Senador Rodolpho Tourinho.

Durante o discurso do Sr. César Borges, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Lamentando não ter sido possível apartear V. Ex^a por estar ocupando a Presidência, passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Rodolpho Tourinho, que preside esta sessão, Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, na sessão extraordinária do Senado, às 11 horas, foi lida a relação dos membros da CPMI do mensalão e compra de votos. Eu não sei nem como se chama direito, porque uns chamam de compra de votos, outros chamam de mensalão. Eu chamo das duas coisas, porque, no final, está envolvida a compra de votos. Realmente, assusta-nos esse comprometimento de Parlamentares, eleitos pelo povo, se é que isso virá a confirmar-se. Houve essa denúncia especificamente sobre a Câmara dos Deputados, porque, felizmente, aqui no Senado, não se tem notícias disso, e eu acredito que isso não esteja pairando sobre nós.

Aliás, essa CPMI deveria ser uma CPI na Câmara, onde o problema emergiu. Esperamos que todos sejam inocentes, mas, se existem culpados, é lá, e cabe a eles resolver o problema. Até porque, se verificada a culpabilidade, qualquer procedimento de punição terá de ser feito pela Câmara, jamais com envolvimento do Senado, porque realmente não nos diz respeito, felizmente.

Lerei, aqui, o pedido feito na Câmara:

Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não das recentes denúncias de compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados – o chamado “Mensalão”, envolvendo parlamentares do Partido Liberal e do Partido Progressista, extensivas as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Considero da maior importância a realização dessa investigação. Deveria ter sido uma CPI, mas já que é CPMI, nós assinamos e concordamos. Aliás, buscamos e estimulamos isso. Eu e toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, as Sr^{as} e

os Srs Senadores do Partido dos Trabalhadores, à época, estimulamos, por meio de carta escrita e assinada pelos 13 Senadores e Senadoras do PT, que a Bancada do nosso Partido na Câmara puxasse, com vontade e determinação, a criação da CPI do mensalão e compra de votos.

Como foi definida como CPMI, estamos aí para que se apure tudo às últimas conseqüências. Investigações aprofundadas se fazem necessárias, julgamentos se fazem necessários, e punição se faz necessária.

A justificativa diz o seguinte:

A criação da presente Comissão se deve às recentes notícias [foi o primeiro pedido] veiculadas pela imprensa de que Parlamentares do Partido Liberal e do Partido Progressista estariam recebendo recursos financeiros mensais, o mensalão, com o objetivo de se alinharem automaticamente às votações de interesse do Governo Federal.

Essas notícias vêm-se juntar às denúncias veiculadas na imprensa, em 13 e 14 de maio de 1997 (isso é coisa antiga e deve ser muito mais antiga do que 1997), de gravações de conversas telefônicas, em que alguns Deputados admitiram ter vendido seus votos por R\$200 mil reais cada um a favor da emenda da reeleição, Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, transformada na Emenda Constitucional nº 16/1997. Segundo um desses Parlamentares, a operação foi intermediada por um ministro de Estado e dois governadores.

Diante desse quadro, cabe à Câmara dos Deputados, como representante legal da sociedade organizada, seguindo os mandamentos constitucionais consagrados no art. 58, §3º, da Magna Carta, investigar, por intermédio de uma comissão parlamentar de inquérito, esse fato tão nocivo à nossa sociedade.

E aqui vêm todas as assinaturas daqueles que pediam a CPI, que agora é CPMI, ou seja, uma comissão parlamentar mista de inquérito, composta por Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Após essa rápida introdução, falarei realmente sobre a importância dessa CPMI. Eu diria que outras já aconteceram no Congresso Nacional, ou somente na Câmara ou somente no Senado da República. No entanto, neste momento de tamanha turbulência política, as denúncias parecem – não podemos fazer afirmações com convicção – ter procedência, mas não foram apuradas ainda. Se já tivessem sido apuradas, não precisaríamos constituir comissão parlamentar

mista de inquérito. Se a estamos constituindo é porque não está tudo tão evidente, mas acreditamos que, com a CPMI, as evidências se farão com certeza.

Já temos a Comissão de Ética da Câmara funcionando e, com certeza, devemos contar com os trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público, porque as investigações têm de ser aprofundadas. Isso já foi dito reiteradas vezes. Alguns *e-mails* dizem que não adianta afirmarmos que as investigações têm de ser apuradas do a quem doer. Mas temos de dizer o quê? Eu quero que as apurações sejam feitas até as últimas conseqüências e não abro mão disso. Como há mais de 30 dias eu já pedi, Sr. Presidente, nesta tribuna, o afastamento da direção nacional do meu Partido do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Silvio Pereira. Há mais de 30 dias eu pedi o afastamento deles. Isso, infelizmente, não aconteceu de pronto e de plano. E hoje, aqui, peço a expulsão do Sr. Delúbio Soares do Partido dos Trabalhadores, porque as evidências estão muito postas e claras. E se, após tudo isso, intempestivamente, vier à luz algo que prove a sua inocência, eu serei a primeira a exigir que ele volte e que volte em grande estilo. Hoje, porém, as evidências nos levam a concluir por sua culpa e, por isso, o Partido dos Trabalhadores, de imediato, tem de expulsar o Sr. Delúbio Soares de suas fileiras. Não é mais possível contemporizarmos com esse tipo de coisa, com malas, malões, cuecas, cuecos e tudo mais.

Sabemos que parlamentares de outros partidos também têm maculado suas siglas partidárias, mas também temos visto algumas outras siglas agir de pronto e de plano, afastando, expulsando de seus quadros esses parlamentares. Por isso, formulo desta tribuna o pedido de expulsão imediata do Sr. Delúbio Soares das fileiras do Partido dos Trabalhadores.

É óbvio que nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos chocados. Acho que ninguém aqui duvida que todos os filiados, do militante mais simples dos rincões mais distantes do nosso País às autoridades maiores filiadas ao nosso Partido, estamos abalados, estamos chocados, e muito. A bandeira da ética e da moralidade sempre foi do nosso Partido. Aliás, eu não diria só do nosso Partido, porque há gente com dignidade em todos os partidos, assim como há gente sem dignidade também em todos os partidos. Essa bandeira sempre foi nossa, muito nossa, e eu, como filiada ao Partido dos Trabalhadores, dela não abro mão, não abro mão.

Somos mais de 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores. Hoje foi lida aqui a lista dos que já foram afastados do Governo e do Partido em decorrência dos escândalos que vêm aparecendo. É claro que, sem prejuízo, esperamos, sim...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só mais os meus dois minutos, Sr. Presidente, e prometo terminar.

Diria que nós, os mais de 800 mil filiados do Partido dos Trabalhadores, temos convicção, aliás temos certeza de que esse Partido, que foi construído na luta dos trabalhadores e que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República com a esperança do povo brasileiro, não vai entregar essa bandeira em função dos erros, dos equívocos, das irregularidades e até dos crimes cometidos por algumas figuras da direção nacional e de outras instâncias do nosso Partido. Não vamos entregar não. Vamos continuar batilhando, apurando.

Vamos exigir que se apurem as denúncias em todas as CPIs onde houver pessoas do Partido dos Trabalhadores depondo. Queremos que eles dêem todas as explicações necessárias, com profundidade. Se não justificarem com coerência, certeza e determinação aquilo que foi feito, que vão para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para os serviços de investigação deste País e que tudo seja investigado com isenção. Que essas apurações sejam totais, que estejam acima de qualquer tentativa de acobertamento ou restrição das investigações, que se apure até as últimas consequências o que vem acontecendo.

Antes de encerrar, quero rapidamente dizer algo sobre a questão do *software* livre, sobre a inclusão digital. Pretende-se, com o I Encontro Federal de *Software* Livre para Municípios, apresentar aos gestores municipais os benefícios do *software* livre, o aumento de eficiência com a modernização e informatização da Administração Pública. A idéia é incluir inúmeros Municípios na era digital de modo economicamente viável, seguro e livre. Mas voltaremos a esse assunto.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltarei à questão do *software* livre, assunto que reputo muito importante, extremamente relevante para o nosso País. Não podemos mais permitir que se continue exportando divisas para comprar *softwares* proprietários gigantescos quando temos a possibilidade do *software* livre...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador. Somente pediria que não ultrapassasse o tempo que está marcado, porque é o meu tempo e pretendo encerrar...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei muito breve. Quero somente dizer que, diante de tanta decepção e desencantamento, eu particularmente e o povo do Brasil estamos encantados com a sua firme

posição, que traduz a sua trajetória de mulher e líder deste Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador.

Agradeço ao Sr. Presidente pelo minuto a mais que nos concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Rodolpho Tourinho, venho à tribuna para cumprimentar o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter sancionado, no último dia 14, um projeto de nossa autoria que foi aprovado na Câmara e também no Senado. Trata-se do projeto que institui o dia 21 de setembro como Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Neste País, temos em torno de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Setembro lembra a primavera, lembra as flores, lembra um momento bonito das quatro estações e, portanto, é uma boa data associar a essa luta. É com a mesma paixão e com o mesmo carinho que digo que, quando apresentei ao Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, sonhava que, em 21 de setembro do ano passado, pudéssemos ver aprovado o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência e, ao mesmo tempo, o Estatuto. Não foi possível. Este ano, felizmente, conseguimos aprovar o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, 21 de setembro. Agora, a esperança é que possamos ver o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência aprovado e sancionado no dia 21 de setembro, numa homenagem a esses milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência.

A novela das oito, quando trata dessa questão, principalmente quando mostra aquela menina e o Frota, que fazem o papel de cegos, mostra que as pessoas com deficiência, uma vez incluídas no dia-a-dia, como qualquer cidadão, acabam interagindo de forma quase idêntica àquele que não tem nenhum tipo de deficiência. É importante darmos espaço às pessoas com deficiência para que possam ocupar, como têm direito, um espaço maior na sociedade, ampliando, assim, as suas conquistas.

Por isso cumprimento desta tribuna o Presidente Lula e todos aqueles que colaboraram, de uma forma ou de outra, para transformar o dia 21 de setembro no Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Espero que a coroação desse processo seja a aprovação e a promulgação do Estatuto já no próximo 21 de setembro.

Peço que V. Ex^a, Sr. Presidente, considere lido na íntegra o meu pronunciamento, que fala desse tema.

Aproveito, como eu dizia ontem, o espaço que a TV Senado nos dá, neste momento em que dialogamos com os Senadores no plenário, para que possamos nos comunicar com a sociedade. Quero dizer que a Marcha Zumbi + 10 – V. Ex^a é um estudioso do tema da igualdade racial – será no mês de novembro. Nesta quinta-feira, às 15 horas, em nosso gabinete, teremos uma reunião com as lideranças de todo o País para acertar os detalhes finais, porque serão eles que coordenarão a marcha. Nós, Parlamentares, somos apoiadores dessa marcha, que deverá ser realizada no mês de novembro, Senador Rodolpho Tourinho. E espero que a marcha aconteça antes do dia 20 de novembro. Estamos acertando a data, porque há uma discordância se deve ser realizada no dia 16 ou no dia 22. Confesso que sou simpático ao dia 16 e que estou fazendo esse entendimento com aqueles que estão organizando a marcha, porque eu gostaria muito que, no dia 20 de novembro, o Estatuto da Igualdade Racial fosse sancionado, e a marcha viria a Brasília com esse objetivo.

Esperamos colocar aqui mais de 50 mil negros e negras, brancos e brancas que lutam contra os preconceitos, para, no dia 20, vermos sancionado pelo Presidente o Estatuto, obra de todos nós, já que foi amplamente debatido na Câmara dos Deputados e no Senado. E V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, que está dando a redação final, está melhorando, no meu entendimento, pelo que já me comunicou recentemente, o capítulo referente às mulheres. Aliás, V. Ex^a não está melhorando o referido capítulo, mas sim introduzindo-o, já que essa é uma falha que o Estatuto tinha. Sempre digo que apresento a peça original, mas os Relatores é que têm dado uma bela contribuição na sua construção. E V. Ex^a tem contribuído em outros artigos e, tendo nos alertado sobre essa falha, está, enfim, aperfeiçoando-o, melhorando-o.

O mesmo ocorreu com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quando o apresentei, tinha poucos artigos, mas, com a construção feita pela Câmara e pelo Senado, estamos ampliando muito essa redação, como também ocorreu com o Estatuto do Idoso.

Assim, aproveitando ainda este espaço, quero dizer que a reunião será realizada na quinta-feira, às 15 horas, no meu gabinete. E estarão presentes o Professor Edson Cardoso e outras lideranças. Virão lideranças da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, para acertamos a data final da grande marcha que faremos sobre Brasília e que, no meu entendimento, deverá culminar com a sanção do Estatuto, que será a verdadeira carta de alforria do

povo brasileiro, fazendo valer, enfim, os nossos direitos civis que não vieram em 13 de maio de 1888.

Concluindo, Sr. Presidente, quero novamente falar do tema do salário mínimo, que está na pauta. É uma das medidas provisórias que trava a pauta e que deve ser votada, calculo eu, senão neste mês, no mês de agosto, definindo o valor do novo salário mínimo.

Estou esperançoso com a posição de Luiz Marinho. S. S^a vem ao encontro de uma idéia que estamos discutindo há muito tempo no Congresso: antecipar a data-base do salário mínimo de 1º de maio para 1º de janeiro. Subentende-se, pelo debate que temos travado na Câmara e no Senado, que a peça orçamentária deve definir, devido ao impacto na previdência, o valor do mínimo. Se a peça orçamentária é que decide esse valor, baseada no próprio PIB, na inflação e – muitos levantam, e eu concordo – na produtividade, o novo valor deveria, de fato, entrar em vigor já no dia 1º de janeiro.

Entendo mais: é fundamental também que os benefícios dos aposentados e dos pensionistas estejam vinculados ao dia 1º de janeiro, porque decidem o valor do salário mínimo como referência à questão do caixa da previdência. Então, se é isso, vamos fazer com que também os benefícios dos aposentados e pensionistas, que deveriam ter o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, sejam antecipados para o dia 1º de janeiro.

Se o Presidente Lula entender e aceitar essa proposta defendida por Luiz Marinho, entendo que nós aqui, pelo debate que já fizemos no ano passado, também deveríamos lutar para que entrasse em vigor no dia 1º de janeiro. Inclusive, há até uma discordância quanto ao valor do salário mínimo, que seria um pouco menor em 1º de janeiro e, se ampliasse para maio, seria um pouquinho maior, embora, é claro, o ideal seja conseguir o máximo em 1º de janeiro. De qualquer maneira, essa idéia que está sendo debatida na sociedade é muito positiva.

Pedi uma audiência ao Luiz Marinho. Recebi retorno da assessoria dele, dizendo que essa audiência poderá ser feita ainda no mês de julho ou na primeira semana de agosto, o que vem ao encontro da preocupação que estamos tendo, de forma tal que se assegure que a peça orçamentária, cuja votação final será em dezembro, contemple efetivamente o reajuste dos cerca de 24 milhões de aposentados e pensionistas e também daqueles que dependem do salário mínimo.

Até há algum tempo, diziam, Senador Rodolpho Tourinho – é claro que não estávamos aqui no Senado –, que era demagogia dizer que o salário mínimo beneficia cerca de 100 milhões de brasileiros. Hoje todos os dados confirmam isso. Se 54 milhões de brasilei-

ros não ganham meio salário mínimo, é mais do que correto afirmar que mais de 100 milhões de brasileiros seriam beneficiados com um salário mínimo mais decente e com toda a sua reação na cadeia produtiva do País. Se a população tiver mais poder de compra, conseqüentemente, aumentar-se-á o consumo; portanto, alguém terá de produzir, e, sendo assim, alguém estará trabalhando. Por conseguinte, estaremos gerando mais emprego.

Mas há uma outra questão também em relação à qual percebo que há simpatia por parte do novo Ministro do Trabalho. Trata-se da redução da jornada de trabalho, como forma de gerar emprego. Já realizamos aqui algumas audiências muito positivas com empresários e trabalhadores das mais variadas áreas – inclusive, de uma delas participou o Senador Mão Santa –, e, no geral, todos concordam que esse é um processo irreversível na economia mundial, não somente no Brasil. Cada vez que se parte para a robótica, para a cibernética e para a automação, diminuem-se os postos de trabalho. Portanto, só reduzindo a jornada é que se permite que o homem tenha direito ao emprego. E todos sabemos que emprego é vida. Todos sabemos que o emprego está vinculado inclusive ao lazer, à auto-estima, à dignidade do cidadão.

Por isso, quero também cumprimentar aqui o movimento sindical, no seu conjunto, que está pegando como eixo de debate a questão do salário mínimo e também a questão da redução de jornada.

E por que isso é tão importante, Sr. Presidente? Porque, numa economia estabilizada, não será fazendo uma lei aqui no Congresso Nacional que vamos definir os parâmetros de uma política salarial. A política salarial, penso eu, é construída, efetivamente, no processo de negociação, buscando o piso das categorias, os reajustes. Mas o salário mínimo, não! O salário mínimo é a base da pirâmide, e quem define o salário mínimo é o Congresso Nacional. Por isso, somos, eu diria, o grande sindicato daqueles que ganham salário mínimo, porque quem pode alterar e construir uma proposta de salário mínimo não é o sindicato da categoria, mas o Congresso Nacional. E nós, aqui, podemos fazer esse papel, com certeza absoluta.

Portanto, na conversa que tenho tido com todas as centrais sindicais, com todas as confederações de trabalhadores, há dois pontos que nos unificam: a luta pelo salário mínimo e a luta pela redução de jornada.

É claro que sobre a questão sindical não há entendimento, não há acordo. Todos sabem a minha posição. Penso que o projeto aqui encaminhado deveria, inclusive, ser retirado, para partirmos para um outro debate em nível nacional, a fim de construir uma

proposta de reforma sindical que seja, efetivamente, a média de pensamento da sociedade.

Há possibilidade de fazer isso, sem se fazer emenda – estou convencido disso –, Senador Rodolpho Tourinho, e podemos produzir um belo texto de liberdade, de autonomia sindical, sem mexer na Constituição, até porque, para alguns que questionam o art. 8º da Constituição, sempre digo que quem o escreveu – eu estava lá, fui Constituinte – foi Mário Covas, Lula, Olívio Dutra, João Paulo, de Monlevade, Jobim, Paim, quer dizer, nós construímos o art. 8º, entendendo que ele assegura a liberdade e a autonomia sindical.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje gostaríamos de falar sobre um tema muito importante para nossa sociedade: a luta das pessoas com deficiência. Uma trajetória árdua, mas que vem obtendo diversas conquistas. A mais recente foi, no dia 14, a sanção de projeto de nossa autoria que institui o dia 21 de setembro como “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência”.

Como cidadão e homem público, não podemos deixar de ver com alegria essa conquista, uma bandeira que defendemos ao lado de tantos outros companheiros, sejam deficientes ou não.

Na última sexta-feira foi publicado no Diário Oficial da União, em forma de lei, a instituição de um dia que será voltado para debates em torno dos temas que envolvem a vida de cerca de 24 milhões de pessoas.

Vemos o “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência” como um marco. Por quê? Porque as pessoas com deficiência, assim como todos aqueles que defendem os direitos desses cidadãos, passam a ter uma data para discutir e, principalmente, para traçar ações que promovam cada vez mais os avanços.

Avanços nas mais diversas áreas como, por exemplo, na saúde. Citarei o exemplo de minha irmã, uma senhora com mais de 60 anos – idosa, acometida de diabetes, cega em função dessa doença, com uma perna imobilizada decorrente de uma queda e que precisou com urgência de uma cadeira de rodas para poder se locomover em casa e na rua com segurança.

Procuramos, por meio de nossa assessoria, as repartições públicas responsáveis por essa política em toda Grande Porto Alegre. E o que podemos constatar? Que as pessoas que necessitam desses recursos levam meses e, em alguns casos, anos para serem

atendidas. Muitas, como o caso de minha irmã, falecem antes do atendimento.

Problemas assim estão contemplados em nosso projeto de Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Temos informações de que os programas levam em média cerca de dois a três anos para garantir um atendimento efetivo. Atendimento que, além de ser demorado, é padronizado, não respeitando as diferenças de cada cidadão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa situação é comum a milhares de pessoas!

Por razões assim é que reforçamos a importância de termos instituído um dia voltado para os debates acerca dos temas que permeiam a vida das pessoas com deficiência.

Essa lei vem para valorizar cada um desses cidadãos. A sanção nos mostra o comprometimento do País com a questão. Mostra-nos que a sociedade está mudando e aprendendo a olhar para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência de maneira diversa. Ou seja, estamos no caminho certo. No caminho de acabar com as diferenças, de extinguir o preconceito.

Outras ações colaboram com essa mudança. Uma mudança que, vale ressaltar, é da sociedade como um todo, inclusive daqueles que são considerados deficientes.

Falamos em outras ações... Alguns podem se perguntar: quais? Bem, um exemplo é termos em uma novela dois personagens cegos levando vidas normais. Eles nos mostram que todos somos capazes de tudo, que todos possuímos limitações, que todos temos áreas nas quais nos destacamos.

São cenas que mostram a inclusão dessas pessoas em diversos setores. Um outro exemplo diz respeito à inclusão no universo educacional.

O Ministério da Educação vem reinterpretando o conceito de Educação Superior afirmando ser um direito de caráter público. O Ministério irá destinar R\$1 milhão a instituições federais de ensino superior (Ifes) que desenvolverem projetos para garantir a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no ensino superior.

No dia 17 de junho de 2005, foi instituído o programa Incluir, do MEC, que visa incentivar as instituições federais de ensino superior a promover ações que tenham por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência.

Do universo de quase três milhões e meio de alunos no ensino superior, apenas pouco mais de cinco mil são pessoas que possuem alguma deficiência.

O programa Incluir tem como objetivo financiar os projetos das instituições que desenvolvam ações

para a diminuição das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso e permanência nessas instituições.

A educação superior merece especial atenção no que tange à ampliação do acesso de todos ao ensino universitário. É exatamente nesse sentido que o projeto Incluir contribui, possibilitando que uma grande parcela da população – que sempre esteve fora do sistema educacional- acesse o nível superior.

Nosso País precisa ter consciência de que mais de 14% do total da população possui algum tipo de deficiência. Essa consciência deve passar por itens que possibilitem a esses cidadãos ter maior conhecimento de seus direitos e de suas potencialidades.

Dessa forma, poderão desempenhar, como todos, significativo papel no desenvolvimento de uma sociedade realmente democrática e igualitária.

Passos estão sendo dados. Vemos a sanção do “Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência” como um avanço, como um caminho para que, em breve, tenhamos o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência aprovado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda há pouco terminou uma reunião na Presidência com as lideranças partidárias, que não estavam todas presentes. Estava marcada para as 17 horas a instalação da CPMI que vai averiguar a compra de votos no Congresso Nacional, conhecida pelo apelido de CPMI do Mensalão. No entanto, foi feita uma proposta, e os Líderes presentes concordaram, de ainda se tentar um acordo. Chegou-se ao consenso entre as lideranças dos partidos da base e da Oposição de que se fizesse amanhã, às 11 horas, a instalação da CPMI, com a eleição do Presidente e a indicação do Relator.

Era o que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Rodolpho Tourinho, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, evidentemente temos que ser otimistas.

Entendo que Juscelino Kubitschek, escolhido recentemente, quando se comemoravam os quinhentos anos do Brasil, o mais importante brasileiro – e teve seu mandato de Senador cassado, simbolizando as crises que sucederam –, deixou um ensinamento ao País: “É melhor sermos otimistas”.

O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando, Senador Eduardo Suplicy. Então, somos otimistas.

Nós somos cristãos. V. Ex^a também é cristão. É católico?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Houve uma crise enorme, um período negro. Quem não se lembra de César – não é o nosso César – Bórgia, da Itália, filho do Papa Alexandre VI? Era comum bispos e papas terem filhos, família, riqueza. Vendiam lugares no céu. A nossa Igreja vivia aquele período negro. Com a Reforma, de Lutero, ela melhorou e surgiram outros, com o mesmo sentido, a busca de Cristo, que disse “Eu sou o caminho, a Verdade e a Vida”.

Estamos nesta situação, mas está na hora de uma reforma, Senador Suplicy. A primeira reforma, antes da que estão falando agora, indevida no momento – e a **Bíblia** diz “sob os céus há um tempo determinado para cada propósito” –, é a reforma dos homens, a reforma do ser humano, a busca da verdade, das virtudes. Não adiantam modelos políticos enquanto os homens permanecem pecadores sem virtudes. Não adiantam!

Essa reforma, Senador Paulo Paim, deve ser feita agora. Este País ainda está na paz, porque há uma história que permitiu a este Senado se ver como o via o próprio D. Pedro I, que antes de entrar aqui tirava a sua coroa. Ele via aqui um Poder Moderador. E o foi. Em 181 anos, Senador Luiz Otávio, **malis minus**, o mal menor, não vou dizer que eles acertaram sempre, mas, pelo menos, evitaram uma guerra civil. Essa paz da nossa história deve-se ao Poder Moderador do Senado. E o País aceita essa cultura e essa história, a paz que ainda está aí, essa cultura de moderação que tem sido o Senado.

Os Parlamentares tiveram a coragem de abandonar suas férias, que nós chamamos de recesso, para ficar em vigília pela Pátria, para nos inspirarmos e trazermos uma luz para o drama que atravessamos. Talvez o pior de nossa história. Desde as capitânicas hereditárias, os governos gerais, os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, as repúblicas, as ditaduras, esta situação tem sido a mais vergonhosa.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a busca a verdade. Quis Deus que estivessem aqui V. Ex^a e o Senador Paulo Paim, símbolos que o PT tem da sua razão de ser. Que o PT tenha pureza e seja forte. Eu o quero

forte. Quero todos os partidos fortes. Só existe democracia com partido forte. Nós não desejamos isso que está acontecendo.

No entanto, Senador Luiz Otávio, queremos enfrentar o PT de peito aberto, frontalmente, pela democracia. Advertimos o PT: não admitimos o Partido cooptar, corromper o PMDB em busca de apoio. Se uns foram corrompidos, nós estamos aqui e não fomos. Isso nós não admitimos. Nós temos história e luta, inspirados em Ulysses, em Teotônio, em Tancredo Neves e no próprio Juscelino. Nós não admitiremos. Por isso, nós fomos o primeiro a nos rebelar, porque antevíamos isso. Eu fui prefeitinho e Governador, e percebi que as coisas não estavam tomando os bons rumos.

Mas digo ao Presidente Lula: “Ó, Presidente Lula, eu que votei em Vossa Excelência, medite”. Eu sei o que é isso. Como o Getúlio sofreu! Ó, bela Senadora Ana Júlia Carepa! Havia o DIP, que era um Departamento que enganava o Getúlio. Falavam: “Tudo vai bem, não tem nada”. Como há agora os Goebbels Mendonça da vida. Todas as porcarias surgiram da publicidade, a maioria delas, enganando.

Eu aprendi, Senador Suplicy, lá no Piauí, que é mais fácil se tapar o sol com a peneira do que se esconder a verdade. E a verdade está aí e é podre. Foi preciso um homem vir e dizer: “Getúlio, será mentira a Viúva? Serão mentiras o órfão, os assassinatos, o mar de lama?”

Senador, poucos dias depois desse pronunciamento, Getúlio não resistiu à verdade. E a verdade está aí. Serão mentiras, meu amigo Lula, os Waldomiro, os Cachoeiras, os Delúbios, os Silvios, os Valérios? E Santo André, Senador Suplicy? O homem da cueca e não sei mais o quê. Quanta podridão! Há umas verdades de que ninguém pode fugir: os princípios.

Administração é uma ciência e é velha, veio de um engenheiro dirigindo uma fábrica, Henry Fayol. Daí nasceram todas as escolas de administração do mundo. E ele falava em unidade de comando e direção. Sua Excelência não foi essa unidade, ninguém sabia de quem seria o comando.

Planejar, disciplinar, coordenar e orientar, mas e o controle? Cabe ao administrador.

A entrevista na França foi um desastre. O órgão de comunicação poderoso facilitou. O Presidente talvez não estivesse emocionalmente preparado.

Senador Suplicy, seria o mesmo que se V. Ex^a fosse Presidente da Câmara e fosse acusado de algum ato ruim e péssimo de corrupção e dissesse: “É teve, mas a Câmara...”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a, como líder maior do PMDB, pelo corporativismo do nosso Partido, pode me conceder mais cinco minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permitirei já.

Então, acusado, saiu dizendo que os outros também faziam. Essa do Presidente da República de defender o seu Partido dizendo que todos faziam foi uma infelicidade. Não fazem. Eu não fiz, Senhor Presidente Lula.

Para se fazer oposição tem que se ter coragem, Paulo Paim, Luiz Otávio, e vida limpa. E eu fui o primeiro aqui. O primeiro. Está no Hino do Piauí:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!
(...) O primeiro que luta é o Piauí.

E eu cheguei e disse que tinha votado no PT. Mas, na reforma da Previdência, eu bati. Tentaram me romper. E eu bati pelo amor à verdade e pelo compromisso de representar bem o Piauí e o povo do Brasil. E eu disse que há coisas só se fazem uma vez na vida: nascer, votar no PT. Eu já tinha feito. E aí está.

Senador Suplicy, é um prazer ouvi-lo. V. Ex^a representa a pureza, o trabalho, a dignidade e tenho certeza de que o povo de São Paulo haverá de fazer V. Ex^a voltar a esta Casa para recuperar o prestígio do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, avalio que seja muito importante o apelo de V. Ex^a no sentido de que o Congresso Nacional precisa se empenhar para trazer a verdade inteira à tona. Também esta foi a palavra do Presidente da República na entrevista que V. Ex^a critica. Mas gostaria, até aproveitando esta oportunidade, de fazer uma recomendação ao Presidente Lula: que leve em conta as suas observações. Notei que, de grande parte da imprensa brasileira, todos estão se ressentindo do fato de o Presidente Lula ter concedido a entrevista ao canal francês. Tudo bem, Sua Excelência estava na França e deu uma entrevista exclusiva ao canal francês, que foi comprada e exibida pela Rede Globo. Mas o que se percebeu? Que os jornalistas brasileiros, diante do quadro que se apresenta, gostariam de formular perguntas e aprofundar os esclarecimentos. Naquela entrevista o próprio Presidente Lula mencionou a importância de sempre se falar a verdade, porque, quando uma pessoa fala uma mentira, depois começa a ter que contar histórias e outras histórias, como ocorreu com o Sr.

Adalberto, que foi encontrado com R\$ 200 mil e US\$ 100 mil e até agora não trouxe a verdade inteiramente à tona. Então, como o propósito do Presidente Lula é contribuir para que a verdade inteira venha à tona, a minha sugestão ao Presidente é que, o quanto antes, marque uma entrevista coletiva na circunstância presente e responda a toda e qualquer pergunta da imprensa brasileira. É a recomendação que formulo, levando em conta as suas ponderações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É sábia e que Sua Excelência atenda, porque o Presidente foi muito infeliz.

Seria o mesmo, Ana Júlia Carepa, de eu ser acusado de ter roubado do Governador do Piauí e dizer: “É, eu roubei, mas o Tarso Jereissati roubou, o Garibaldi roubou, o Mariano roubou, a Roseana na época, todos que foram Governadores.” Não, aquilo foi um momento de infelicidade, que Sua Excelência tem que se desculpar; perdão, estresse, nervosismo.

Sua Excelência disse que o PT tinha feito isso e tal...que negócio é esse? Não tive, não. Pode buscar. Não tem essa enrolada, não. Não existe, não. Assuma a culpa! É o PT, ele que se defenda e não separe esse negócio de joio do trigo, não. Separe o joio do joio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...para deixar mulheres, Senadoras, encantadoras, como a Carepa, V. Ex^a, Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Ex^a tem mais um minuto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tem que separar. Ele não tem que meter os outros nessa história, não.

Temos 62 anos e não era isso o que estava ocorrendo.

Nesses dois minutos, serei breve, um quadro vale por dez mil palavras. Senador Suplicy, atentai bem, a mídia de hoje, que reúne todos os jornais, e os Senadores recebem só os assuntos políticos. Não vou cansá-los. A manchete do jornal **O Globo** diz: “Valério conseguiu R\$45 milhões para PT com garantia de estatais.” Estou lendo apenas a capa do jornal, cuja matéria ocupa quase que o jornal inteiro.

A **Folha de S. Paulo**, que todos têm, diz: “Oposição pede bloqueio de verba do PT.”

O terceiro jornal, **O Estado de S. Paulo**, diz: “Petistas querem expulsão de Delúbio e o calote das dívidas.”

A manchete mais importante do **Jornal do Brasil**: “PT corre o risco de ir à falência.”

O **Correio Braziliense** diz: “Cinco contratos ligam o Governo à operação ‘Paraguai’”. “Depoimento sigiloso de Marcos Valério (...) Dirceu sabia de tudo.”

Outra manchete, da **Gazeta Mercantil**: “Estabilizada com cheiro de estagnação.” O Brasil está parado.

A manchete principal do jornal o **Estado de Minas**: “Valério revela a Procurador que Dirceu sabia dos empréstimos.”

Diário de S. Paulo: “**Sílvio e Delúbio irão depor sob proteção**”. O último jornal, **Correio da Bahia**: “**Mensalão. Ex-dirigentes do PT vão depor com ‘habeas corpus’**”.

Capa da revista **Veja**, referindo-se ao Presidente Lula: “Quanto ele sabia”. “O PT em frangalhos”, capa da **Época**, e o belo José Dirceu; “A CPI pega fogo”, **IstoÉ**. “As mais valiosas marcas do Brasil” – só os banqueiros ganharam dinheiro –, revista **IstoÉ Dinheiro**; “O medo da reeleição” **Carta Capital**.

Esperamos que esta Casa, Senador Leite, como ocorreu ao longo de 181 anos, tire o Brasil dessa crise. Senador Augusto Botelho, **minima de malis**, pelo menos evitou-se a guerra civil.

Abraham Lincoln disse: “Não faça nada contra a opinião pública que malogra. Tudo com ela tem êxito”. Juscelino Kubitschek dizia: “Como vai o monstro?”, referindo-se ao povo. Quero lhe dizer, Senador Suplicy, que tenho visto o monstro. Ele está enfurecido, está desesperançoso.

Não podemos, neste mês, deixar a Pátria sem uma solução de verdade, sem a busca da verdade e sem punição. Caso contrário, este País sofrerá a primeira guerra civil. Não é justo. Não é justo que a situação permaneça como está: o povo sem esperança, sem emprego, sem teto, sem casa. E, aqui, um mar de corrupção. É preciso lembrar que Getúlio Vargas, por muito, muito menos, teve a coragem de se sacrificar para salvaguardar a democracia.

Presidente Lula: pense, reze, tenha coragem, faça suas orações para que Deus ilumine o Senado, a fim de que ele encontre uma solução de paz para este País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia, pela Liderança, por cinco minutos, para fazer uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Alberto Silva falou de um assunto muito importante, que diz respeito à alimentação das nossas crianças e da importância da soja para esse fim – do leite de soja, do bife de soja.

Eu gostaria de falar sobre o Fundeb e do quanto ele é importante – agora ele dá um aporte de recursos. Mas vou deixar para falar sobre o Fundeb amanhã, para mostrar o quanto é importante esse projeto do Governo, que está garantindo recursos não apenas para a educação. Além da educação fundamental, que já existia no Fundef, o projeto amplia recursos para a educação infantil – não existiam recursos no Fundef para a educação infantil – e para o Ensino Médio.

Há também uma grande diferença do Fundeb em relação ao Fundef: esses recursos já estão garantidos no Orçamento. Portanto, essa é uma grande diferença. Não é necessário brigar todos os anos para se incluir recursos no Orçamento. Não. Os recursos já estão vinculados.

Eu não poderia deixar de falar e de fazer uma defesa ao Presidente Lula. Na semana passada, eu não estava na Casa, porque eu estava cumprindo uma agenda no Estado, quando, neste Senado da República, foram feitas muitas ofensas ao Presidente da República. E não é só porque se trata da instituição Presidência da República – que todos devemos respeitar sim – que faço essa abordagem. É verdade que isso é fundamental. Não se pode usar a tribuna para ofender a Presidência da República. Mas também quero fazer a defesa do Presidente Lula pelo que ele tem feito neste País. E um dos motivos, por exemplo, é o Fundeb.

Assim como o ProUni, o Fundeb não está apenas dando o peixe. As políticas sociais, como o Bolsa Família, a que se referiu hoje o Senador Alberto Silva, são importantíssimas, mas não basta dar o peixe. É preciso ensinar a pescar. E o Fundeb é isso, o ProUni é isso, é permitir que milhares de pessoas de baixa renda, que não teriam condições de fazer um curso superior, tenham acesso a um diploma universitário. Isso é ensinar a pescar, isso é investir em desenvolvimento. E eu poderia elencar aqui muitos projetos importantes realizados pelo Presidente.

Recebi vários *e-mails* em que as pessoas reclamavam da postura do Parlamentar que ofendeu o Presidente Lula, do absurdo que foi isso. E o digo

com uma tranqüilidade imensa, porque, apesar de estarmos em campos diferentes, o Senador em questão e eu conseguimos ter uma relação boa de amizade. O Senador Arthur Virgílio sabe disso. Mas não aceito, assim como a maioria do povo brasileiro, inclusive pessoas da Oposição, essa forma de fazer oposição. Não é com ofensa que se faz ouvir.

Temos percebido que parte da Oposição passou a fazer um discurso mais duro, quando o resultado das pesquisas não lhes agradou, quando o resultado das pesquisas mostrou que o povo está interessado nas realizações do Presidente, como disse uma pessoa humilde que trabalha na minha casa, aqui, em Brasília: “É, Senadora, lá, no supermercado, estávamos comentando que esse povo está falando do Lula porque ele está fazendo pelos mais pobres, Senadora! Sou testemunha disso!”

Ela é uma aposentada e diz que é testemunha inclusive de parentes seus, que têm recebido benefícios de programas sociais.

Quero fazer essa defesa. Que possamos apurar os fatos, porque, neste Governo, pelo menos, não estamos impedindo CPIs. Este Congresso está apurando e vai apurar profundamente os fatos. Quem tiver culpa que seja punido: seja do PT, seja de qualquer outro partido, exerça qualquer que seja o cargo.

Quero ler o que significa a chamada CPI do Mensalão:

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (...), destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens, patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar matérias de interesse do Poder Executivo.

Isso significa que vamos investigar nesta CPMI qualquer vantagem pecuniária recebida por membros do Congresso Nacional; seja agora, seja há cinco, há seis, há sete, há oito anos, porque o crime é o mesmo. Não podemos tratar um criminoso diferentemente de outro: “Esse aqui, como ele cometeu um crime ... Foi bem ali... A gente não vai prendê-lo, ele não precisa de punição”. Não. Não existe isso, até porque nós vamos ser cobrados pela sociedade, porque, se é o mesmo crime, temos de investigar com o mesmo cuidado e com a mesma profundidade, para que todos sejam punidos.

Sr. Presidente, sei da sua compreensão. Hoje, falou-se muito em articulistas dos diversos jornais, e eu queria fazer referência a alguns artigos publicados.

Clóvis Rossi, o articulista que hoje fez altas críticas, no jornal de domingo escreveu: “Daslu, nobres e servos”. No jornal de ontem, Luís Nassif, da **Folha**

de S. Paulo, escreveu: “Por dentro da operação Daslu”. No dia 13, Luís Nassif já tinha escrito: “Joio e trigo na CPI”. Ele, que é um dos críticos do Governo, fez uma defesa importante do filho do Presidente, abordando o grande preconceito, existente neste País, contra filho de operário que se transforma em empresário. E foi feita a defesa dessa empresa. Era como se ela tivesse o dom de poder sonegar impostos, cometer crimes e, pelo fato de gerar empregos, não ser punida.

Pergunto a todos que me ouvem: quem pensam que enganam ao dizerem que era uma ação para tentar desviar a atenção da sociedade? Minha gente, as ordens de prisão foram dadas por um Juiz da 2ª Vara Federal de Guarulhos, em São Paulo.

A loja compra produtos no exterior – portanto, já não está mais gerando empregos aqui, está ajudando a fazê-lo lá fora, porque quase todos os produtos que vende são importados. Isso é legítimo e não questiono esse aspecto. No entanto, a loja compra um produto por US\$1 mil, e a empresa vendedora coloca na nota fiscal o valor de US\$100, de US\$15 ou de apenas US\$10. E esse mesmo produto é vendido, na loja, por US\$4 mil, mas o imposto pago é referente a apenas US\$100.

Quem perde com isso é a sociedade, os mais pobres, porque, quando se sonegam impostos, não se recolhem valores que poderiam ajudar os filhos da pobreza a ter mais acesso à saúde e à educação, a ter garantidos os recursos do Fundeb e do ProUni, que está permitindo a muitos jovens ter acesso ao curso superior – são mais de 100 mil até agora.

Não tenho nada contra a dona da loja, nem contra aquelas pessoas que freqüentam esse templo de riqueza, mas não dá para admitir que se venha defendê-los, dizendo-se que se trata de uma ação contra os empresários. Isso é um absurdo! Ninguém vai acreditar nisso! Ninguém, neste País, vai acreditar que se trata de uma ação contra os empresários, até porque muitos deles geram empregos aqui e pagam impostos. É justo para essas pessoas pagarem impostos, quando outros, que importam, vendem os produtos por um preço até 50 vezes maior que aquele pelo qual compraram e, além desse lucro muito grande, não querem pagar os impostos necessários para os serviços a que a sociedade tem direito? Não, não é justo.

Como recebi várias mensagens parabenizando a Receita Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, quero dizer que isso não tem nada a ver com desvio de atenção e, sim, com combate à corrupção, à sonegação, que são crimes tanto quanto o recebimento de dinheiro para se votar a favor de qualquer Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao Senador Antônio Leite.

Como faltam 20 minutos para o encerramento da sessão, Senador Antônio Leite, dividirei o tempo em dez minutos para V. Ex^a e dez minutos para o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, eminentes Senadoras e Senadores, tomei a iniciativa de apresentar a esta Casa projeto de lei visando à introdução do art. 17-A na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – Lei da Improbidade Administrativa –, para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa.

Em nosso País, como bem sabemos, a prestação jurisdicional não se caracteriza pela presteza; pelo contrário, os processos demoram, têm sua finalização postergada por meio de inúmeros mecanismos, de infinitos recursos e apelos, frustrando, não raras vezes, a expectativa de justiça das partes envolvidas.

No caso das ações de improbidade administrativa, aqueles que nelas são réus utilizam-se de toda sorte de artifícios para que os respectivos processos sejam prolongados, numa clara aposta para que o passar do tempo detenha e esfrie o vigor do Ministério Público e leve a imprensa e a opinião pública a esquecer os delitos praticados.

A própria lei acima citada é lacunosa e, ao mesmo tempo, dúbia quando se trata do processo judicial. O Ministério Público foi legitimado para entrar com processo cautelar apenas e tão-somente para requerer, na forma dos artigos 822 e 825 do Código de Processo Civil, o “seqüestro de bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio”, podendo o requerimento incluir a “investigação, o exame e bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais”. Mas não existe previsão legal para medida cautelar com o objetivo de afastar temporariamente o indiciado das atribuições do cargo ou da função; pelo contrário, no seu art. 20, estabelece que “a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória”.

Enfim, eminente Sr. Presidente, outros aspectos da Lei de Improbidade Administrativa poderiam ser enumerados. Deixo de fazê-lo por se tratar de tema eminentemente técnico. Julgo bastarem essas breves observações para justificar minha iniciativa, diante do afloramento à consciência nacional dos males que têm causado ao Brasil, à sua democracia, à sua população os atos ímprobos praticados contra a coisa pública.

A lei, como se tem verificado na experiência de outros países, não tem o condão de eliminar a corrupção, mas é fora de dúvida que instrumentos legais fortes, precisos e rápidos corroboram na coibição dos atos ímprobos dos cidadãos que ocupam cargos públicos sem honradez, sem retidão de conduta e sem integridade de caráter.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Antônio Leite.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2005

Acrescenta um art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), para estabelecer a precedência das ações decorrentes de atos de improbidade administrativa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 17-A:

Art. 17-A. As ações de que trata esta lei terão precedência sobre todas as demais que estejam sendo processadas no mesmo juízo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor trinta dias após a sua publicação, aplicando-se inclusive aos processos em andamento.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de estabelecer que os processos referentes a improbidade administrativa tenham precedência sobre os demais que estejam sendo processados no mesmo juízo.

Como bem sabemos, a prestação jurisdicional em nosso País não tem, entre suas características, a presteza. Assim, em regra, os processos demoram para chegar ao fim, por vezes frustrando a expectativa de justiça das partes envolvidas.

No caso das ações de improbidade, aqueles que nelas são réus não raro fazem uso de toda sorte de artifícios para que os respectivos processos sejam prolongados, apostando que o passar do tempo esfrie o ânimo do Ministério Público e leve a opinião pública a esquecer os ilícitos praticados.

Sendo assim, em razão do exposto, e tendo em vista o relevante interesse público que se faz presente na espécie de ação de que tratamos, estamos convictos

que os respectivos processos devem ter precedência sobre todos os demais.

Tal medida se justifica quando cada vez mais aflora a consciência dos males que têm causado ao País e à sua população os atos ímprobos praticados por administradores da coisa pública, exatamente os que mais têm a obrigação de zelar pela honestidade dos negócios públicos.

Como conclusão, em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da iniciativa que ora submetemos à consideração desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Senador **Antonio Leite**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso da ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica interessada integrará a lide na qualidade de litisconsorte, devendo suprir as omissões e falhas da inicial e apresentar ou indicar os meios de prova de que disponha.

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por dez minutos. A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento extremamente difícil no Brasil. Eu gostaria de estar aqui, Senador Mão Santa, a debater formas de erradicação mais rápida da pobreza no Brasil, formas de fazer a economia crescer, com a criação de empregos, numa velocidade a maior possível. Eu gostaria de estar, sobretudo, debatendo e recomendando aos membros do Copom, que amanhã decidirá sobre a taxa de juros, que enxerguem as possibilidades de diminuir gradualmente as taxas de juros para que venha a economia a crescer mais velozmente, aumentando as oportunidades e as decisões de investimento e a capacidade produtiva, aumentando a oferta de bens e serviços e contribuindo para que os objetivos de estabilidade de preços, de crescimento da economia, de oportunidade de emprego e melhoria da distribuição da renda se tornem mais compatíveis.

O interesse maior da Nação hoje está voltado para descobrir a verdade, e é necessário, de fato, que tenhamos esta disposição de passarmos a limpo inteiramente todos os fatos que caracterizaram problemas, seja no âmbito do Governo, seja no âmbito do Partido dos Trabalhadores ou dos partidos aliados. E a disposição do Presidente Lula de dizer que quer a verdade inteira e de querer colaborar para que isso efetivamente aconteça é alvissareira, sendo importante que isso se torne, de fato, realidade.

Tendo o Presidente concedido entrevista à TV francesa, a um dos principais canais da França, que foi comprada e retransmitida pelo “Fantástico”, na Rede Globo de Televisão, domingo último, e havendo um número tão significativo de órgãos de comunicação no Brasil que desejam ter igual oportunidade, e dada a situação de interesse tão grande pelos assuntos do momento, quero aqui reiterar, Senador Mão Santa, a minha recomendação: avalio que está no momento de o Presidente dar outra entrevista coletiva, tal como fez há pouco mais de um mês, quando poderão os jornalistas fazer as perguntas com total liberdade. E que Sua Excelência responda a 30, 40, 50 perguntas dos jornalistas brasileiros, os quais conhece tão bem, pois com ele conviveram ao longo de sua trajetória, desde que fundou o Partido dos Trabalhadores.

Penso que uma atitude como essa contribuirá para o próprio propósito do Presidente de trazer a verdade inteiramente à tona. Quando Sua Excelência disse que

uma verdade quando dita de maneira a expressar o que realmente aconteceu é dita num momento e, 100 ou 200 anos depois, continua a mesma verdade, estava salientando a importância de toda e qualquer pessoa transmitir os fatos tais como aconteceram, seja Silvino Pereira, que agora está depondo perante a CPI, seja Delúbio Soares, amanhã, Marcos Valério, depois de amanhã ou na semana próxima, e cada uma das pessoas que irão prestar depoimento.

Mas quero salientando algo importante que está ocorrendo no Brasil hoje: é que as instituições estão funcionando. Notem que a Constituição prevê que os Deputados Federais e os Senadores, nós podemos, para bem realizar a nossa missão, requerer informações, convocar autoridades para prestar esclarecimentos e instituir CPIs quando fatos determinados e complexos são objeto de interesse da Nação para se saber. Então, houve fatos determinados. Mais de um terço de Deputados e Senadores quiseram formar as CPIs, e elas estão em funcionamento. E é importante que a Nação esteja respirando, que haja debates fortes e quentes aqui, como temos presenciado mesmo neste mês que, de outra maneira, seria de recesso, mas que está sendo o momento de aprofundarmos as investigações. E é importante que não estejamos vendo aqui, por exemplo, quaisquer ameaças de golpes militares ou de rebeliões de qualquer natureza. O que está havendo é o funcionamento normal das instituições democráticas, e isso é muito importante para nós, prezado Senador Maranhão, porque estamos observando isto: a normalidade do funcionamento das instituições brasileiras.

É importante também que o Presidente dê, a cada dia, seu exemplo pessoal de retidão, de correção, para que todos que em volta de Sua Excelência estejam trabalhando venham a ter um procedimento semelhante. Se, em algum momento, falhas estiverem sendo observadas por parte daqueles que trabalham em torno do Presidente, então isso é um convite para que os que não se portam tão bem acabem realizando ações que não sejam as mais adequadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, serei muito breve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero aqui transmitir o quão importante é e será para o Presidente dar o primeiro exemplo no seu cotidiano. Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é, o primeiro exemplo está no Livro de Deus, quando diz: “Diga-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Isso era bom V. Ex^a lembrar. Sei que o Presidente não gosta muito de ler, principalmente a Bíblia, mas isso está lá escrito.

Que ele evite essas más companhias que tem tido a longo dos dias de seu Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, quando vivemos dentro de uma organização – pode ser um partido, um governo –, como essa organização é constituída de seres humanos, e como nós, seres humanos, podemos a qualquer momento cometer erros, pode acontecer de algum dentre nós fazer uma bobagem, cometer um erro ou uma irregularidade; mas o importante é que essa instituição, um partido político ou o Congresso Nacional, tenha os meios para corrigir esses erros de maneira a mais precisa.

Senador Mão Santa, estamos tendo a informação, nesses dias, da evidência de que pode ter havido aqui aquele pagamento de um benefício extra para que Parlamentares dos mais diversos partidos viessem a votar de acordo com o Governo. Se isso for comprovado – e a CPI do Mensalão retoma os seus trabalhos amanhã, às 11 horas, para averiguar isso –, é da maior gravidade.

O jornal **O Estado de S. Paulo** trouxe a matéria do Expedito Filho, neste domingo, dizendo que um personagem, que foi apelidado de Garganta Profunda, teria já há algum tempo encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito a evidência, o seu testemunho, de que de fato cerca de vinte e poucas pessoas estariam recebendo esse tal mensalão. Se ocorreu isso, é algo da maior gravidade na história do Congresso Nacional. Sou membro da CPI do Mensalão e estou me dispondo a trabalhar, efetivamente.

Eu gostaria de estar percorrendo o interior do Piauí para saber em que medida o Bolsa-Família será gradualmente transformado naquilo que eu tenho defendido, a renda básica de cidadania. Mas, neste momento, sinto-me na responsabilidade de desvendar inteiramente esses episódios, contribuindo seja para a CPMI dos Correios, seja para a CPMI do Mensalão ou para outras, e vamos fazê-lo, mesmo que em recesso. Teremos de apurar inteiramente a verdade e transmitir ao Chefe desta Nação quão importante é que cada pessoa, no seu Governo e no meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, contribua para o desvendar completo da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, por ordem de inscrição, último orador inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou daqueles que, nesta Casa, não perde uma oportunidade sequer de elogiar a

conduta do Senador Eduardo Suplicy, Parlamentar íntegro, vítima das incompreensões do seu Partido, mas um homem de convicções. Imagino onde V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, que teve a coragem de assinar a CPMI do Mensalão, estaria neste instante, se não tivesse tido a certeza de que ela ia dar no que deu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – CPMI dos Correios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – CPMI dos Correios. São tantas CPMIs, que nos afogamos nelas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assinei também a do Mensalão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a assinou a CPMI, e o seu Partido caiu de pressão neste plenário. Discursos grosseiros, declarações injustas, mas V. Ex^a veio aqui e confirmou o que diz Eclesiastes: que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre.

Hoje, seu Partido se curva diante da obrigação de aceitar a realidade. Talvez, Senador Suplicy, bem melhor tivesse sido para o Partido dos Trabalhadores, se, bem lá atrás, não tivesse tentado jogar embaixo do tapete fatos que já eram do conhecimento público, que a Nação toda sabia. Talvez, se a CPI do Waldo miro tivesse sido instalada, se a CPI do Banestado tivesse chegado ao fim sem nenhuma interrupção, para que não fossem apurados alguns fatos que envolviam militantes do seu Partido, não estivéssemos vivendo hoje este vexame.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, talvez tenha cometido, na semana passada, no meu modo de ver, o maior erro político de sua vida pública. Ninguém, ao longo de sua caminhada, de sua travessia de 25 anos, foi tão compreendido, tão ajudado pela imprensa brasileira quanto o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. Quantos jornalistas correram riscos, ao acompanharem Lula em suas caminhadas, ao registrarem, na época da censura, nas páginas dos jornais em que trabalhavam, matérias, às vezes até cifradas, sobre a atuação daquele jovem sindicalista que despontava como uma liderança no cenário político brasileiro!

O ato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desrespeitar toda a imprensa brasileira na França e dar uma entrevista a um organismo estrangeiro foi desapontador, Senador Eduardo Suplicy. Imagine V. Ex^a como um representante de um jornal ou de uma emissora de televisão ou de uma rádio, mandado a Paris, com as despesas pagas pelo órgão de imprensa, chegando lá, vê-se frustrado, sem poder prestar contas a seu editor-chefe ou a seu jornal ou a sua televisão, por não ter acesso a uma entrevista com o Presidente do seu País. E essa entrevista é dada a um órgão da imprensa francesa que, por azar do destino

e para felicidade dela, tinha como entrevistadora uma jornalista brasileira.

Sua Excelência errou desde o começo. O primeiro princípio de um Chefe de Estado é o de que não se fala, fora do território nacional, de assuntos internos do País. Não se expõem as questões políticas fora do Brasil. Não se fala da economia, da crise política, porque isso é assunto da exclusividade da Nação brasileira. O Presidente Lula se isolou num belo jardim, com perguntas e respostas não sei se programadas ou não, e concedeu um privilégio. E a imprensa, para ter acesso, teve de pagar ao jornal francês, à revista francesa o direito de exclusividade daquela matéria. O pior veio depois. Talvez os autores daquela idéia fantástica não tivessem atentado para um fato primordial: o fuso horário. O Presidente deu uma entrevista, e, em um momento contínuo, dois integrantes de seu Partido davam entrevistas no mesmo sentido e com o mesmo objetivo, ou seja, o de justificar o injustificável.

Não quero aqui dizer que este País é feito por filhos de Maria. Não quero negar que, em período eleitoral, infelizmente, em alguns casos, existe o tão propalado caixa dois. Mas isso jamais pode ser admitido pelo Chefe de Estado. Errou quem comunicou ao Presidente da República que seu Partido praticava o caixa dois, e errou o Presidente da República, ao revelar ao Brasil, anos depois de tomar conhecimento dessa convivência, que sabia do fato e que era algo corriqueiro.

Essa notícia veio da França para cá, e já não se pode, a partir de então, Senador Eduardo Suplicy, dizer que o Presidente Lula é inocente, até porque, se pegarmos os pronunciamentos feitos não só por Sua Excelência, mas pelos integrantes do seu Partido, veremos que são todos eles no sentido de combater essa prática – quando o PT era Oposição, abro um parêntese para que todos entendam. Todos verão que o Partido tinha, na sua linha filosófica, o combate a gastos de campanha, ao abuso do poder econômico, ao famigerado caixa dois. Ele queria a mais transparente das apurações com os gastos eleitorais. E como, agora, não só admite, como seu tesoureiro aceita o fato de que essa arrecadação vem desde o ano 2000, de que ela cresceu em 2002 e eclodiu em 2004?

Mas há um fato tão grave, Senador Maranhão: o de que o certame de arrecadação não se restringia apenas ao período eleitoral. Começaram, gostaram e continuaram. A movimentação financeira permanece, as arrecadações continuam, e as cifras que estão aparecendo a cada dia são estarrecedoras. Tinha certeza de que o Presidente jamais soubera daquilo e de que, se soubesse, protestaria. Infeliz do momento em que tentaram dar uma nova versão da operação Uruguai para o momento atual.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E aí vem apenas comprovar, Senador Mão Santa, o que venho dizendo há algum tempo. Nunca vi um desejo tão grande do atual Governo de querer parecer com o Governo Collor! É uma fixação, nos erros, nos arreCADADORES, na maneira de governar.

É lamentável que, até então ausente de qualquer indício de participação, os fatos recentes comecem a arrastar o Presidente para uma realidade triste e penosa.

OuçO o Senador Mão Santa com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a. Entendo que o Presidente Lula tem que pedir dois perdões: perdão à Nação pelo que o Partido dele fez e perdão pelo que ele disse. E V. Ex^a está dando essa chance. O Pai Nosso diz que perdoamos, o próprio Cristo disse: “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem, o que dizem”. Está na hora de ele pedir perdão pelo que o Partido fez e pelo que ele disse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, nunca imaginei – e digo isso com toda pureza d’alma – o envolvimento do atual Governo e de integrantes do PT – alguns deles eu achava que estavam só esperando o momento certo para chegar ao céu, sem precisar de nenhuma intermediação, direto, sem passar pelo purgatório – nessa prática tão condenável.

Em alguns depoimentos na CPI, o cinismo com que as pessoas negam os fatos comprovados documentalmente é de arrepiar, é de estarrecer e é, acima de tudo, de entristecer os que nessa caminhada de vinte e cinco anos acreditaram, deram seu suor, deram os melhores anos da juventude, os melhores momentos da vida acreditando na ascensão dessa estrela que se cantava aos quatro ventos, que tinha com a esperança vencido o medo.

A decepção, a frustração jogou a esperança para baixo. Temos, neste momento, que tentar salvar o País, este País forte, de boa-fé, de credibilidade excessiva, que achou que essa mudança, para uns, radical, para outros nem tanto, seria, enfim, o nosso caminho para o paraíso. Qual nada! A promessa de alimentação três vezes ao dia para todos os brasileiros ficou no discurso. O rompimento festejado com o FMI agora mesmo foi demonstrado que é uma farsa, uma balela, quando o Governo paga adiantado uma parcela de US\$8 bilhões, dinheiro esse que podia ser empregado em áreas sociais.

Aliás, Senador Suplicy, V. Ex^a, que briga por um salário justo, que briga por igualdade social, imagino como não ficou triste ao ver que o maior investimento social feito no atual Governo foi a compra de um

avião por R\$168 milhões. Não discuto a necessidade. O Presidente precisa ter a dignidade do cargo. Mas não precisavam comprar o avião à vista. Ninguém no mundo compra avião à vista; compra pagando em 20 ou 30 anos. E compra de governo a governo, são compras facilitadas.

O que a Nação não entendeu ainda e está curiosa para saber é porque esse avião foi pago de maneira adiantada, Sr. Presidente. Nem os xeiques árabes, que têm dinheiro jorrando pelos poços de petróleo, fazem esse tipo de aquisição. Fazem o *leasing*, compram em longo prazo, porque são homens de visão, homens que vêem negócios. E um País como o nosso, com as dificuldades que vive, é que tem a coragem e a ousadia de fazer uma compra dessa natureza! Isso um dia ainda será explicado.

Senador Eduardo Suplicy, o velho ditado que diz “onde há fumaça há fogo” nunca mostrou, como neste momento, como é rica a sabedoria popular, porque esses que estão aí no pelourinho, comprometendo o seu Partido e a sua história, já são falados pelos excessos, pelo comportamento há pelo menos dois anos. Providência nenhuma foi tomada. Espero que o Partido de V. Ex^a acorde e, ao invés de querer arrastar o Brasil inteiro, a classe política, como um todo, para a lama, procure ele mesmo fazer uma profilaxia, se renovar e fazer com que, finalmente, essa estrela, um dia, volte a subir. A estrela cadente, infelizmente, do Partido de V. Ex^a frustra, portanto, o Brasil e centenas de brasileiros, crédulos como V. Ex^a, que é um dos que mais sofrem neste momento, com a angústia de ver o seu Partido viver situações para as quais V. Ex^a não contribuiu. Ouço V. Ex^a, com muita alegria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a mostra problemas que estão ocorrendo no Governo do Presidente Lula, pessoa a quem deposito a minha confiança e espero que possa corrigir os rumos, sejam os relativos ao nosso Partido, sejam os relativos ao que se passa com o Governo. Tenho sido perguntado por algumas pessoas – ainda vejo aqui uma matéria no **Valor Econômico** de hoje – se alguns Parlamentares do PT estariam até considerando mudar de partido. Afirmando que, quando ingressei no PT, tomei uma decisão que considero uma decisão de vida: contribuir para que as coisas melhorem no nosso Partido, que aqueles grandes anseios de realização de justiça, de democracia e de ética na vida política e na administração pública sejam sempre alcançados com o maior empenho. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a pode se julgar um homem feliz. O Estado de V. Ex^a sabe separar o joio do trigo. Sou testemunha, porque todas as vezes que vou a São Paulo, vejo que São

Paulo sofre com V. Ex^a o que V. Ex^a sofre por causa do seu Partido. Aquela semana em que V. Ex^a passou aqui as privações, as agressões dos seus colegas por ter tomado atitude coerente, era comovente ver como São Paulo está ao seu lado. V. Ex^a se sintia muito feliz de que neste rabo de cometa, nessas águas turvas de uma enchente que vem arrancando tudo o que encontra pela frente, V. Ex^a está em um local seguro. Sinta-se muito feliz por isso e, do perigo que V. Ex^a viveu e passou, cercado de tantas pessoas ruins que enganavam V. Ex^a, o Presidente e a Nação, V. Ex^a escapou ileso. V. Ex^a é um herói nesse contexto todo.

Com a generosidade do Presidente, fico muito feliz em conceder um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para o Senador Paulo Octávio falar após o Senador Heráclito.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, serei muito breve. Quero apenas lhe dizer, em relação inclusive a essa questão de sair do Partido dos Trabalhadores, que, ao contrário, sinto muito orgulho e uso a estrela do PT. Não estou nem usando o broche de Senadora, até porque os meus brochinhos quebraram. Mas eu não deixo de usar o broche do PT. E não será isso que todos falam “É o PT. É o PT”. Não é o PT. Vamos investigar. Sou membro titular da CPI, que não é CPI apenas de mensalão, mas CPI para investigar qualquer recebimento de recursos pecuniários ou vantagens por membros do Congresso Nacional, seja agora, seja há dez anos. Não fala porque até o crime é o mesmo. Mas quero dizer a V. Ex^a que também me empenharei na investigação, e quem quer que seja o culpado será punido. É isso o que defendemos. Orgulho-me, porque, pelo menos neste momento, neste País, podemos investigar, Senador, o que não foi possível em outros momentos. Não foi possível, porque não se permitiam fazer CPIs, não se permitia, inclusive, que se aprofundassem as investigações; quando se fazia CPI, esvaziava-se a mesma. Não estou dizendo que é a sua posição, pelo contrário, mas V. Ex^a sabe que isso aconteceu em nosso País. Então, precisamos ter esse cuidado e essa responsabilidade, além de, com certeza, cumprirmos a nossa parte, votarmos o que é fundamental ao Brasil. Era o registro que eu gostaria de fazer na sua fala. Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quanto a se mudar de Partido ou a se ficar no Partido, essa é uma questão de foro íntimo, e nela não entro. Mas essa história de dizer que se faz CPI agora porque é o Governo de V. Ex^a não é correta, porque este Governo não quis CPI. O Governo de V. Ex^a desautorizou-a,

desmoralizando companheiros de V. Ex^a aqui porque assinaram a CPI do Waldomiro. A CPI dos bingos desmoralizou e desautorizou vários companheiros de V. Ex^a. Essa CPI foi constituída porque é da rua, tem a capilaridade que têm os Correios brasileiros. A voz do povo veio de fora para dentro, exigindo que os fatos fossem apurados. O Partido de V. Ex^a não só boicotou até o último minuto a CPI, como também manipulou a eleição dos membros dirigentes da CPI, quebrando acordo tradicional. Ainda hoje está lá, manipulando o desenrolar da CPI, sem permitir a participação clara e coerente da minoria. Não quer quebra de sigilo bancário de pessoas que estão envolvidas, não quer quebra de sigilo telefônico. A cada momento, faz obstruções que prestam um desserviço ao País.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – O Senador Delcídio Amaral está fazendo um trabalho ruim?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, o Senador Delcídio Amaral é um dissidente do Partido de V. Ex^a e é olhado com olhos de desconfiança por alguns setores do Partido. V. Ex^a sabe bem disso. O Senador Delcídio Amaral vive sendo pressionado pelas atitudes corretas e coerentes que toma. Não está agradando o Partido de V. Ex^a. Tanto isso é verdade, que, na semana passada, conversando com o Líder e falando que o Partido de V. Ex^a, a base do Governo, tinha a Presidência e o Relator da CPI, S. Ex^a me disse, com a cara mais séria do mundo: “O Presidente, nem tanto!”

Então, essas coisas não são bem assim. Nenhum governo gosta de CPI. CPI incomoda, é natural. CPIs só acontecem quando a credibilidade do governo cai, e aí há o apoio daqueles que se cansaram de dizer amém. Daí o gesto histórico do Senador Eduardo Suplicy, que, contrariando as diretrizes do Partido, assinou essa CPI.

Senadora, essa será a CPI da verdade, doa em quem doer. E, após essa CPI, o Brasil será bem melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio pelo tempo que resta da sessão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a deferência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de uma luta que durou mais de sete meses, a segurança pública do DF pôde comemorar esta semana uma grande vitória: o reajuste de 17% concedido a cerca de 30 mil servidores da área.

Nessa segunda-feira, ontem, saiu publicado o reajuste que atingirá policiais militares e civis e bombeiros do Distrito Federal.

Relembro alguns momentos importantes dessa luta e agradeço a todos aqueles que participaram dela, principalmente a todas as entidades de classe do DF que se mobilizaram em favor da causa: o Sindicato dos Delegados de Polícia, o Sindicato de Policiais Civis, a Associação dos Servidores de Segurança Pública Privada, a Associação dos Praças e Policiais Bombeiros, a Associação dos Agentes de Polícia Civil, a Associação dos Inativos e Pensionistas da PM e do Corpo de Bombeiros, o Clube de Subtenentes e Sargentos da PM, a Associação Recreativa de Militares e Funcionários Civis, o Sindicato dos Policiais Civis, entre muitas outras entidades.

Quero parabenizar também o Governador Joaquim Roriz pelo seu empenho. Lembro que, para viabilizar financeiramente o pagamento dos policiais, o GDF fez um planejamento tributário de recursos do Fundo Constitucional do DF, na ordem de R\$180 milhões, o que possibilitou a manutenção dos salários das três forças de segurança e dos aposentados – um reconhecimento pelo bom trabalho que a área de segurança vem desempenhando aqui na nossa cidade.

Para agilizar o pagamento de policiais e bombeiros no dia 20 de janeiro, recebemos do então Ministro Aldo Rebelo a garantia de que uma medida provisória seria editada autorizando o aumento. Infelizmente, isso não aconteceu. A lei que instituiu o Fundo prevê que qualquer benefício a ser concedido aos policiais civis e militares e bombeiros deverá ser realizado por meio de lei federal.

Começamos, então, Sr. Presidente, uma corrida contra o tempo, já que os recursos disponibilizados garantiam o aumento a partir de fevereiro. Desde fevereiro, Brasília tem os recursos, mas não poderia pagar o aumento sem a aprovação da lei votada aqui há duas semanas.

Há um mês, houve um encontro entre o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e o nosso Governador Roriz, inclusive com a presença da Bancada de Brasília, com a minha presença. Participamos, com representantes também de todas as áreas de segurança pública, de uma audiência, pedindo o regime de urgência na votação do projeto.

Agradeço aqui ao Presidente Severino Cavalcanti por se sensibilizar com o nosso pleito e por atendê-lo, votando realmente o projeto que estava parado há alguns meses na Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado no dia 07 de julho. Seguiu de imediato para o Senado. Indicado como Relator do projeto nesta Casa, conseguimos votar e aprovar em tempo recorde. Quero agradecer muito ao Senador Renan Calheiros, aos Líderes partidários, ao Senador Cristovam Buarque, que foi Relator também comigo, aos Senadores...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, permite-me um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ouço o aparte do Senador Mão Santa, com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo por sua alta sensibilidade. V. Ex^a foi um ícone nessa luta e conseguiu a vitória de reajustar os salários da segurança. Lembro que V. Ex^a segue aquilo que é o mais importante na democracia. Norberto Bobbio, político que morreu recentemente, tendo sido Senador vitalício da Itália, dizia que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança, o direito à vida, à liberdade e à propriedade. E V. Ex^a foi um ícone na luta desse reconhecimento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe, com muita alegria e muita honra, o seu aparte. A nação piauiense está muito bem representada em Brasília por V. Ex^a, que sabe quantos piauienses moram em Brasília, e todos têm em V. Ex^a uma grande referência.

V. Ex^a já me confidenciou que sua família se sente segura vivendo em Brasília. A segurança de Brasília, realmente, é uma das melhores do País, e queremos que ela continue a mesma; aliás, queremos melhorá-la. Queremos dar um exemplo ao Brasil, mostrando que a Capital de todos os brasileiros é uma cidade segura, o que considero fundamental para o desenvolvimento e para a cidadania.

Agradeço-lhe o aparte, que recebo com muito orgulho. E levo um abraço a todos os piauienses que moram em Brasília.

Com a sanção e a publicação da lei nessa segunda-feira, a área de segurança pública recebe outra boa notícia. O contracheque deste mês de julho já virá com os 17% a mais, uma vitória, pois esperávamos que o aumento só viesse na folha de agosto. Além disso, o aumento será retroativo a 1º de fevereiro.

Quero agradecer, novamente, ao Governador, por se comprometer a pagar as parcelas atrasadas integralmente.

Para que a segurança da população de todo o País melhore, como disse o Senador Mão Santa, é necessário remunerarmos bem os nossos policiais. O Governo de Brasília dá um grande exemplo, reconhecendo o trabalho da segurança pública de nossa cidade.

Por isso, no próximo contracheque, os policiais já receberão o aumento, que é justo, que é constitucional e que está previsto no Orçamento, sem buscar recursos da União, porque já são recursos do Fundo Constitucional da nossa cidade.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de complementar com um parecer muito importante da nossa Consultoria Legislativa, que diz o seguinte:

Na sessão do Senado Federal, no dia 7 de julho último, relatei, por indicação de Vossa Excelência (o Presidente Renan Calheiros), em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2005 (nº 5.030, de 2005, na origem), que *institui a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, altera a distribuição de Quadros, Postos e Graduações destas Corporações, dispõe sobre a remuneração das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências.*

Ocorre que, após a redação final e o envio dos respectivos autógrafos, verificou-se a existência de inexistência material na redação dada pelo art. 25 da proposição ao texto do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996.

Afirma o texto constante da redação final que será exigido para o ingresso na Carreira de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Informática, Geologia, Odontologia, Farmácia, Bioquímica, Mineralogia e Engenharia.

Ora, não há qualquer dúvida de que o conectivo correto no caso é a expressão “ou” e não “e”, uma vez que não se cogita que o Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal tenha que ser portador de doze cursos de graduação dos mais diversos ramos do conhecimentos.

Assim, tratando-se de lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, mas, ao contrário, em seu esclarecimento, solicito a V. Exª seja, na forma do art. 325, III, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhada nova mensagem à Presidência da República dando ciência do fato e solicitando a retificação da parte final do texto do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 1996, na redação dada pelo art. 25 do PLC nº 54, de

2005, onde se lê: *Mineralogia e Engenharia*, para se ler: *Mineralogia ou Engenharia*.

Era o que eu tinha a acrescentar.

Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência. Agradeço também ao Sr. Carreiro, pois foi muito oportuno o encaminhamento da votação em julho, ajudou-nos bastante.

Ao Presidente Renan Calheiros, o meu agradecimento em nome de toda a área de segurança de Brasília, porque conseguimos fazer uma grande proeza aqui no Senado Federal: o projeto chegou à Câmara e, com o consentimento dos líderes partidários, conseguimos votá-lo no mesmo dia. Foi uma vitória do Senado. Ficou demonstrada a competência desta Casa e o seu respeito à área de segurança de Brasília.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

A retificação será decidida oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, e Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar dois artigos publicados no jornal **Folha de S. Paulo**, em suas edições dos dias 5 e 7 de julho do corrente, intitulados respectivamente, “A culpa de Lula” e “Não acerta uma”.

Os referidos artigos mostram que há efetivamente um “cordão de isolamento” para tentar afastar o Presidente Lula da crise política que permeia, em geral, o atual Governo e, particularmente, o Partido dos Trabalhadores. O Presidente continua a afirmar que não sabia de nada, mas, mesmo que isso fosse verdade, até onde esse fato o inocentaria?

Pela oportunidade do assunto, requeiro que os artigos acima citados sejam dados como lidos e considerados como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A culpa de Lula

SÃO PAULO - Helmut Kohl foi o líder político que conduziu o processo de reunificação da Alemanha, tarefa ciclópica. Deu certo — claro que com os problemas inerentes à imensidão do desafio.

Kohl, portanto, é um formidável herói, cultuado por seus concidadãos, certo? Mais ou menos. Na verdade, Kohl está no ostracismo, mesmo agora que seu partido, a CDU (democracia-cristã) tem grandes chances de voltar ao poder.

Motivo: um escândalo em torno de financiamento irregular de campanha eleitoral. Familiar? Pois é. E o dinheiro, diga-se, nem foi para o bolso de Kohl. Pagou assim mesmo o preço político.

Por que, então, Luiz Inácio Lula da Silva deve ser inocentado a priori? Se há culpas no PT, como se deduz da pressão do próprio Lula para afastar a cúpula partidária, o presidente não pode ficar imune.

Não se trata, como no caso alemão, de suspeitar de que Lula tenha posto

dinheiro no próprio bolso, mas de ter claro que as irregularidades de que são suspeitos os dirigentes do PT visavam beneficiar o partido, sim, mas o governo do partido também.

Digamos que Lula não soubesse de nada. É inocente por isso? Não. É culpado por omissão. No mínimo, por ter aceitado que outros líderes do partido aparelhassem o PT para agir em benefício do governo e da reeleição do principal líder petista.

Antes que os descerebrados adeptos da teoria da conspiração comecem a berrar, já vou avisando: não, não é o caso de impeachment. Pelo menos com o que se sabe até agora.

Mas já é, sim, o caso de uma distribuição adequada de responsabilidades. A defenestração da cúpula do PT pode ajudar o governo a sair da cataratona e a encontrar uma linha de defesa menos inepta, mas não basta para inocentar o presidente.

@ → crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Não acerta uma

BRASÍLIA - A crise política é enorme, e a "reforma ministerial" está sendo mínima, como se Lula usasse um regador de um litro e meio para apagar um incêndio na Amazônia. Certamente não é nomeando o Silas isso e o Saraiva aquilo para Minas e Energia e Saúde (sim, Saúde!) que o presidente irá recuperar a dianteira do processo e o controle da situação.

Ainda mais porque Lula tem o ônus sem o bônus. Logo depois do anúncio constrangedor dos novos ministros no Planalto, o comando e os governadores do PMDB soltaram nota desautorizando tudo. É o governo, mais uma vez, trôpego, confuso e mal-assessorado no que se pensava que Lula tinha de melhor: a habilidade e a sensibilidade política.

A "reforma", que deve ter novos lances amanhã, é apresentada como uma tentativa do Planalto para sair da perplexidade e mostrar vitalidade. Palocci faz a sua parte, reunindo empresários e políticos governistas e da oposição para discutir algo concreto: o déficit zero sugerido por Delfim. Márcio Thomaz Bastos igualmente se esforça, sentindo os humo-

res de caciques como FHC e ACM.

Até a oposição ajula, não gritando "fora, Lula!" nem ameaçando a "governabilidade" e a "estabilidade", por mais que investigações paralelas, divulgadas aos borbotões pela imprensa, mostrem práticas nada bonitas no entorno do presidente.

Há, portanto, um cordão de isolamento para evitar que Lula seja atingido pela crise e pela lama. Mas, pe-raí, ele precisa corresponder à sua fantástica biografia e ajudar. Ou, pelo menos, não atrapalhar.

Aqui no país, ainda se ouve e se lê que Lula está "irritado", "triste", blablablá. E lá fora? O Lula que participa da reunião do G-8 hoje, na Escócia, e do Ano do Brasil na França, na semana que vem, em Paris, certamente não é o mesmo de dois anos atrás aos olhos do mundo.

Antes de morrer, Sérgio Motta implorou a FHC: "Não se apequene!". Deveríamos todos gritar em coro agora: "Nem você, Lula!".

@ → elianec@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A mula-sem-cabeça do PT”, de autoria do articulista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 11 de julho do corrente.

A cúpula do PT caiu pelo fato de ter sido pega em muitas mentiras e com muitas malas na mão. Essa visão já faz parte do quadro da corrupção da mesma maneira que a mula-sem-cabeça faz parte do folclore. É tão grotesco o caso que o Presidente deveria fazer mais pelo seu País que apenas nomear alguns amigos do PMDB.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero dizer que o País assistiu ao publicitário Marcos Valério e ao ex-tesoureiro Delúbio Soares apresentarem, em dueto, a mais risível das versões para justificar a origem da dinheirama que veio à tona a partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson. A versão engendrada nos faz reportar à malfadada “Operação Uruguai” da era Collor. As características da farsa montada em 2005 – os desmentidos reiterados; o falso testemunho de Marcos Valério à Comissão Parlamentar Mista dos Correios; as alegações de uma trama da direita para derrubar o Governo, apresentada inicialmente pelo Sr. Delúbio Soares; as cifras bilionárias envolvidas –levam-nos a acreditar que o esquema armado de corrupção é seguramente o mais sofisticado de que se tem notícia na República. A “opção” de assumir crime eleitoral como “mal menor” possui outra faceta: um tesoureiro não toma empréstimos “vários” sem que suas decisões sejam partilhadas e chanceladas pelos responsáveis pelo projeto de poder em curso. O que ficou caracterizado: houve formação de quadrilha para a prática de crime eleitoral. Existem muitas “verdades” a serem

reveladas. O que veio à tona é apenas a ponta do iceberg do sofisticadíssimo esquema de corrupção montado a partir do quarto andar do Palácio do Planalto, com suporte nos fundos de pensão das empresas estatais.

As irregularidades se acumulam a cada instante. O Sr. Marcos Valério, por exemplo, ofereceu contrato de publicidade com os Correios como garantia de um empréstimo de R\$15,9 milhões no banco BMG, sem mencionar empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, subvertendo toda a lógica financeira existente.

Rompendo o compromisso de só tratar da crise no seu retorno ao Brasil, o Presidente Lula concedeu, em Paris, entrevista a uma repórter brasileira local, cujos direitos de transmissão foram comprados pela Rede Globo de Televisão. Foi patético e desolador assistir ao Presidente Lula afirmar que o Partido dos Trabalhadores fez o que todos os partidos fazem, como se essa lógica fosse capaz de eximilo de responsabilidade. A forma como o Presidente Lula tenta se dissociar do PT é frágil e não resiste ao exame imparcial dos acontecimentos. Foram engendradas tantas mentiras até a apresentação da fantasiosa versão apresentada pela dupla Delúbio e Marcos Valério que, daqui por diante, só a verdade poderá restaurar a dignidade perdida.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, também do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 19 de julho de 2005, intitulado “Lula endossa a farsa”. O referido editorial retrata com fidelidade a conjuntura política atual.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VINICIUS TORRES FREIRE

A mula-sem-cabeça do PT

SÃO PAULO - *A degradação do petismo-lulismo não tem fim. Não se trata aqui do paroxismo de vexames e indignidades simbolizado pelo petista preso com uma pacoteira de dólares sob as calças. A degradação é ininterrupta porque o petismo-lulismo não é outra coisa que uma estratégia de se incrustar no poder a qualquer custo, sem nenhum projeto de substância. Da esquerda antiga —aliás uma redundância, pois não há esquerda nova— herdou apenas o cadáver mumificado, o vezo autoritário, o aparelhismo, a mentira sistemática do estalinismo.*

O petismo-lulismo procura salvar aparências, apenas. A camarilha lulista no PT caiu tão-só porque flagrada em mentiras ou sob o impacto das imagens da opereta bufa de última categoria estrelada pelo homem da mala do PT, materialização tão grotesca do folclore da corrupção como ver uma mula-sem-cabeça pastar. Não fossem escândalos, a camarilha estaria lá, José Genoíno inclusive, incrustada como craca no poder.

A seguir, a opereta deu lugar à pantomima dos “choques”: “ético”, “de gestão”. Para começar, Lula identifi-

cou mais uma vez o PT com o governo. Deu status reverso de ministro aos membros escafedidos da camarilha (Delúbio, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Genoíno), pois tirou gente de seu gabinete ministerial para substituí-los no PT. A nova cúpula, por sua vez, limita-se a dizer que vai fazer auditoria das contas e que quer assustar seus bandidos com uma agenda para registrar as reuniões de finanças do partido.

Após dois anos e meio, Lula promete começar a governar, com um “choque de gestão”. Não começará. A precariedade institucional, o desarranjo constitucional e o divórcio entre a condução da política e a da economia, herdado de FHC, agravaram-se ainda mais sob o PT. Se Lula tivesse noção do mal que causou iniciaria um governo de transição e diálogo, tocando reformas no sistema financeiro, na burocracia, na política, no Orçamento da União. Mas limita-se a nomear mais amigos medíocres, pelegos e o banco de reservas da confederação fisiológica do PMDB.

@ → vinit@uol.com.br

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA: 19	MÊS/ANO: Julho/05	EDITORIAL: Nacional	MACEDONHO A	PÁGINA: 3
---------------------------------------	------------	----------------------	------------------------	----------------	--------------

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a *TV Globo* levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, transmitidas no sábado à noite pela mesma emissora - as quais, por sua vez, avalizam a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela mesma emissora. No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensalão denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Eles negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os empréstimos "pessoais" de Valério, ou intermediados por ele, coisa de R\$ 89 milhões,

com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004. Os empréstimos irrigaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eletivos - menos o de presidente da República - do PT, PP, PL, PTB, PSB, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admitir delitos piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confessou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos de todas as legendas - o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratagema, a que decerto não ficou alheia a criatividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruinosa ao seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ameaça: se a oposição for longe demais nas investigações, tampouco sairá ilesa. Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de de-

por na CPI dos Correios, poderá "arrastar junto o Brasil"? E não disse o presidente Lula em Paris que "o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feito no Brasil sistematicamente"? E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que "o Brasil não merece o que está acontecendo" (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida *free-lancer* brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista. Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela *Rede Globo* para exibição no *Fantástico*. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria

ao risco de um embaraço. E isso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que "o PT está sendo vítima do seu crescimento", que as atuais denúncias "não chegaram ao governo", que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que "a direção ficou muito enfraquecida" (porque os "melhores quadros" foram para o governo) e "possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos".

É o caso de invocar o ditado do "pior a emenda". Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armação cuja fragilidade é gritante (daí o rótulo Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não pela oposição, com certeza pela mídia - para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos. A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser "poupado dos detalhes". Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo do professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 11 de julho de 2005, com o título: “A morte da esperança”.

O que deixou a crise atingir o PT foi a falta de esperança. Por muitos anos os eleitores identificavam o PT como um partido moral que lutava por um país melhor. Contudo, todas essas denúncias que atingiram o Partido não arranharam apenas a sua imagem, mas também, a

A morte da esperança

Denis Lerrer Rosenfield

Talvez um dos aspectos mais relevantes do processo de corrupção que atinge o PT e o governo federal reside na morte da esperança. No momento em que a “ética na política” como bandeira partidária foi atingida, todo um mundo ruído, o mundo da moralidade pública, o que estruturava o imaginário petista e soldava a aderência dos militantes ao seu partido e aos seus ideais. Os eleitores, ao longo de vários anos, se acostumaram a identificar o PT à moralidade, como se a luta por um novo Brasil fosse simplesmente a luta pela criação de um partido moralmente puro no poder.

Quando as primeiras denúncias surgiram, elas “cobravam” difícilmente ao PT, pois havia uma certa aura que fornecia uma blindagem eficaz. Celso Daniel foi assassinado, a situação foi e é particularmente escabrosa, pela extorsão de empresários, por protestos da família, pela tortura do prefeito e por assassinatos em série. Tudo, naquele então, foi feito para “descolar” o partido e seus membros do acontecido. Segundo o sabor das circunstâncias, os dirigentes partidários ora diziam que o episódio era criminal, ora político, e quando político não dizia, evidentemente, respeito ao PT. A tentativa terminou por malograr. Os protestos foram múltiplos, porém, fato grave, o partido da moralidade já mostrava o seu pouco compromisso com a ética. No episódio Waldemiro Diniz, quando foram comprovadas suas estreitas relações com um bicheiro, segundo uma fita que comprovava a arrecadação de fundos partidários, a reação foi a mesma, a de abafar o caso, com a obstaculização, inclusive, de uma CPI, agora finalmente autorizada pelo STF. Aqui a cola começava a não aderir. No entanto, o então ministro José Dirceu, já tendo o seu nome insistentemente citado pela mídia, foi objeto de uma festa de desagravo. Era um crime de lesa-majestade implicar o PT com a corrupção. Agora já não houve festa, nem desagravo. Os convivas, perplexos, partiram.

A questão, no entanto, é que a esperança também partiu. E não partiu por uma manobra qualquer da oposição, que, por assim dizer, foi pega de surpre-

esperança do povo, que deixou de acreditar que o PT é um partido inatingível e puro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SEREFEREO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sa. Ela se tornou espectadora de um espetáculo que a favorece. É como se, nada fazendo, ela já se tornasse a destinatária natural de uma outra alternativa política. As teses estapafúrdias de um “golpe” em curso, de uma ação concertada das “elites conservadoras” ou de uma orquestração da “direita” não resistem a uma mínima análise objetiva. Os problemas surgiram entre os partidos aliados, e não tiveram o PSDB ou o PFL como causa. A política macroeconômica, por exemplo, tem beneficiado as “elites” que o PT diz combater. Só se essas elites fossem maoístas tramariam a queda de um governo que as beneficia diretamente. Elites conservadoras como as representadas pelos senadores José Sarney e Renan Calheiros são os mais firmes suportes do governo. Se há golpe, é o de o PT ter renegado suas bandeiras históricas e, dentre elas, a mais preciosa, a da “ética na política”.

O partido e o governo acusaram, desta vez, recepção. Todas as manifestações e denúncias do deputado Roberto Jefferson estão sendo confirmadas. Confirmadas também pela renúncia de José Dirceu, de Silvinho Pereira e de Delúbio Soares. Eles passaram recibo e com uma velocidade espantosa. O primeiro chegou a obedecer aos prazos estabelecidos pelo deputado denunciante, que de réu se tornou acusador. A moralidade sobrou e a perplexidade tomou conta do País. A ética não pode mais ser desfalçada pelo governo e pelo PT. Nem pode o primeiro aduzir que tudo fazia pelo esclarecimento dos fatos, senão via discursos vazios que não se traduziram por ações práticas. Estas, aliás, seguiram e seguem uma direção oposta à apreendida. O presidente perde rapidamente credibilidade. A esperança dele despenhou.

A imprensa e a mídia foram as grandes protagonistas dessa história. Graças a uma imprensa livre, na qual vigem a corrupção e uma economia de mercado, os fatos puderam aparecer e ser desvendados. Se a opção autoritária do Conselho Federal de Jornalismo e da Aneinav tivesse vencido, a situação seria hoje provavelmente outra, com tudo sendo abafado. Enten-

de-se agora melhor o porquê dessas iniciativas que afrontaram tão diretamente a liberdade. A Polícia Federal, o Ministério Público e as comissões do Congresso vieram a reboque de uma investigação conduzida por revistas e jornais, que estão balizando o processo. Neste sentido se pode dizer que a sociedade brasileira está à frente de seu Estado e de seus partidos, sendo o motor da liberdade. Quem não se lembra das declarações, poucos dias atrás, de dirigentes partidários que asseguravam que não havia nada a investigar, que tudo estava devidamente elucidado? Será que

A MORALIDADE SOCOBROU E A PERPLEXIDADE TOMOU CONTA DO PAÍS

a nova elite política, a que está atualmente no poder, pegou os cacoades da antiga? Estranho mimetismo, estranha maneira de se conceber a “mudança”.

Quando das eleições de 2002, a publicidade do partido vencedor foi extremamente bem-feita. Guardamos todos na memória aquelas belas imagens que sugeriam moralidade e competência, como se a esperança fosse concreta e prestes a se realizar. Algumas imagens chegavam a sugerir, em muitos correndo pelos campos, que o reino dos céus estava próximo. A aposta foi muito elevada e a queda, tanto mais abrupta. Poder-se-ia dizer que a irresponsabilidade foi total. Limites morais foram claramente transpostos, pois ao inexecutível foi, agora, acrescentada a desfaçatez. Nada mais se sustenta, tudo periclitado, e os discursos presidenciais mais parecem palavras ao léu condizidas pelo medo que reaparece. O problema, hoje, é se o povo brasileiro fará um saudável exercício de ceticismo, de descrença em relação a promessas vazias e a condutas de fachada, ou se procurará um novo destinatário, um salvador da Pátria, aquele que poderá encarnar a crença perdida. Onde depositar a esperança? ●

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até quando a armadura se manterá intacta? “A couraça de proteção que a sociedade politicamente mais ajuizada, nestes momentos de tensão, cingiu o mandato presidencial, exorcizando o fantasma do *impeachment*, pode ter sido a causa da economia de atitudes mais drásticas que pudessem desaguar nessa indesejável probabilidade”.

O texto acima foi extraído do artigo intitulado “A ética da cueca dos dólares”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, do último dia 17 de julho do corrente. O referido artigo tece considerações sobre o comporta-

mento do Presidente Lula frente o furacão de denúncias que assolou os alicerces do Governo.

Pela oportunidade do assunto, Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A ética da cueca dos dólares

MAURÍCIO CORRÊA

Colunista

Percebe-se que o governo mudou a estratégia de ação. Não era para menos. Afinal, depois das últimas baixas sofridas, não dava para se esperar outra atitude. Nada melhor do que refrescar um pouco a memória. Há quase um ano o Palácio do Planalto já anunciava modificações no plantel ministerial. Até mesmo para a redução de seu injustificável tamanho. Há ministros que jogam paciência no computador e fazem palavras cruzadas nas horas de expediente por falta do que fazer. Debita-se a dificuldade na realização desse projeto de mudanças ao estilo pachorrento do presidente, que tem demonstrado inata apatia na hora de decidir. Sobretudo quando se trata de demitir amigos detentores de altos cargos, ainda que sejam incompetentes e incapazes. Uns, inclusive, sob suspeita da prática de atos ilícitos, conforme noticiam inquiridos em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Só mesmo depois do furacão das denúncias formuladas pelo deputado Jefferson e das posteriores evidências comprometedoras vindas a público é que se encorajou o presidente a sair da inércia e promover as primeiras alterações na área. Não fosse isso, é de supor que tudo continuaria no mesmo. A grande preocupação está em saber como ficarão as coisas daqui pra frente, assim que encerradas as alterações em curso nos escalões da cúpula da administração pública, agora interrompidas com mais uma viagem presidencial à França para assistir às comemorações da Queda da Bastilha, festada no dia 14 passado.

Seria o caso de ausentar-se do país no tumultuado momento em que vivemos? Não seriam

por essas e outras façanhas que a sujeira se esparramou pelos domínios íntimos do governo? Se indispensável a presente visita à França, por que viajar tanto? Seriam todas as viagens necessárias? Quanto os cofres públicos já despenderam com a revoada pelos quatro cantos do mundo? Haja dinheiro.

Desde que os arquitetos da política petista, então concentrados na direção partidária, foram afastados de suas funções, um novo panorama pode descortinar-se com visibilidade melhor para o Planalto. Tudo dependerá da ação pessoal de seu titular. Se assumir de fato e com disposição os encargos da administração pública, ampliando e aprimorando as relações com o Congresso Nacional, quem sabe terá condições de pilotar a nau do governo até o porto final de desembarque. O que é duvidoso é se haverá engenho para tanto. Aguardemos que algo de bom possa ocorrer.

A couraça de proteção que a sociedade politicamente mais ajuizada, nestes momentos de tensão, cingiu o mandato presidencial, exorcizando o fantasma do *impeachment*, pode ter sido a causa da economia de atitudes mais drásticas que pudessem desaguar nessa indesejável probabilidade. Nesse cenário da atualidade, incluem-se a cautela da própria mídia nacional na condução e interpretação dos fatos e a equilibrada ação dos parlamentares de oposição no Congresso Nacional. Para tanto, não faltaria combustível à aceleração do processo, se agulhadas as feridas abertas do declínio moral do petismo e suas relações incestuosas com a Presidência da República. Até quando a armadura se manterá intacta?

Primeiramente vieram as mentiras da antiga direção do PT.

Depois, o conluio maldito dos depósitos nas contas das empresas do mercenário testa-de-ferro do jogo financeiro. Em seguida, os avais negados pelos atores do golpe, posteriormente confirmados. De sobra, as confissões do tesoureiro e a história da Telemar com o Lulinha. Enfim, a farsa se rompeu. O resto é a roubalheira escancarada do dinheiro do povo. Precisaria de algo mais?

O vendável que assolou os alicerces do governo parece, todavia, não ter abalado o ânimo do presidente. Suas aparições públicas em meio à tamanha borrasca não lhe modificaram o humor. Comparece a cerimônias, viaja, discursa, sorri, indigna-se, veste bonés, monta arraial, dança o *forró* e assiste a todo o espetáculo como se nada tivesse acontecido ao seu redor. Coloca-se acima do bem e do mal. Acha-se uma entidade bafejada pelas graças do Olimpo. Assegura-se de que dará uma volta por cima da tormenta que se abate sobre o teto do país. Crê haver transposto o Rubicão dos escândalos de seu partido mesclados com seu governo.

Fora tudo o que tem conspurcado o pudor nacional, paira no ar, inexplicável, a verdadeira história do estranho transporte de dólares na cueca. Além do grotesco carregamento da grana estrangeira em tão malcheiroso lugar, acompanha-o polpuda soma de reais. No exato momento em que se aperta o cerco contra a trama petista é que o misterioso mensageiro sai do Ceará em busca de tão valiosa carga na distante São Paulo. É plausível? Dá para entender? Bem, desculpe, mas depois de tudo isso, a decantada ética dos fariseus petistas e de seu governo tinha realmente que ser levada numa cueca. Não haveria mais apropriado local.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Foco de tensão”, publicado na seção “Opinião” do jornal **O Globo**, edição de 12 de julho do corrente.

O artigo mostra que o Presidente Lula, ao nomear Luiz Marinho, Presidente da CUT, para ocupar o Ministério do Trabalho, importou mais um foco de tensão para dentro do Governo, abrindo uma nova trincheira de resistência à política do Ministro da Fazenda.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	12	Julho/05	Opinio	A	6

OPINIÃO

Foco de tensão

Ao ceder o Ministério do Trabalho à CUT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comete o mesmo erro do início de governo, quando terceirizou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, entregando-os ao MST — um dos maiores símbolos do aparelhamento da máquina pública na sua gestão.

Com uma diferença, para pior: a terceirização do Ministério do Trabalho implica riscos mais graves. Políticos, por exemplo. Não se deve esquecer que o ministro indicado, Luiz Marinho, presidente da CUT, foi dos primeiros a atenderem a temerária convocação feita por José Dirceu aos tais movimentos sociais para defenderem o governo de uma inexistente conspiração “conservadora” e de “direita” — quando a crise política, que acaba de implodir a cúpula do PT, é de origem ética e criminal.

Nesse sentido, é de se perguntar se o presidente, ao nomear Marinho, pensa em contar com um exército de reserva de militantes para ganhar as ruas caso os ventos da crise mudem de rumo e tomem a direção do Planalto.

Não há dúvida que, ao convidar Luiz Marinho, Lula importou mais

um foco de tensão para dentro do governo. Não passou despercebido que a primeira promessa do ministro escolhido foi a de lutar por um salário-mínimo mais elevado. Nada mais previsível.

Como também é evidente que isso vai contra qualquer esperança de que a Previdência deixe de ser o mais importante fator de desestabilização das contas públicas. Ao contrário, dada a dependência do orçamento previdenciário em relação ao salário-mínimo.

Lula cria problema para seu governo ao ceder pasta à CUT

O presidente Lula executa, mais uma vez, movimentos dúbios: acena positivamente para a proposta de redução do déficit nominal e de mais austeridade nos gastos públicos, mas coloca na equipe de ministros alguém contrário à idéia.

Com o agravante de que, com a escolha de Marinho, ele próprio, Lula, abre uma trincheira de resistência à política do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mais do que nunca a principal viga de sustentação do governo — ao lado do ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça.

Numa visão otimista, pode-se imaginar que Luiz Marinho tenha aceitado o convite apenas para ajudar o amigo de lutas sindicais. Não é uma suposição plausível.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005), que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Relator revisor:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.

Relator revisor:

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre

o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Relator revisor:

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Peço a benção de Deus sobre esta terra e sobre este povo. Que Deus ilumine as Comissões que estão investigando atos que só envergonham o País!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

Ata da 115ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 20 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias, Paulo Paim, Luiz Otávio,
Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/7/2005 07:36:59 até 20/7/2005 19:00:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVÉLLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X						

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.340/05

Brasília, 18 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi rejeitada a Emenda apresentada por essa Casa ao Projeto de Lei nº 3.987, de 2000, da Câmara dos Deputados (PLC nº 112/03, no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre o ensino da língua espanhola”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 20 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que hoje, 20 de julho de 2005, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres, Primeiro Vice-Líder.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

Ofício nº 393-L-PFL/05

Brasília, 20 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Paulo Magalhães deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos”.

Atenciosamente, – **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2005

Altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, transformando-se seu parágrafo único em § 2º:

“Art. 2º

§ 1º Após a distribuição prevista no **caput** deste artigo, eventual bolsa excedente poderá ser destinada a estudante que tenha cursado o ensino médio, ou parte dele, em escola da rede privada, na condição de bolsista parcial, nos termos definidos em regulamento do Ministério da Educação, observada a devida proporcionalidade com o tempo ou percentual de estudos gratuitos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos termos da Lei nº 11.096, de 2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) destina-se, prioritariamente, à criação de vagas para estudantes carentes que, ante a restrição de vagas na educação superior gratuita e a anuidade escolar cobrada pela rede privada, não teriam acesso a esse nível de ensino. Além dessa preocupação, o Prouni reserva vagas para portadores de necessidades especiais e contempla a formação de professores vinculados à rede pública de ensino.

No ano de 2005, o programa ofereceu 112 mil bolsas, entre integrais e parciais, das quais 107 mil foram preenchidas até a última etapa do processo seletivo, no conjunto de 216 mil candidatos considerados aptos a recebê-las. Desse modo, 5 mil bolsas, o que equivale a 4% da oferta, ficaram ociosas. Segundo o Ministério da Educação, esse excedente foi motivado pela oferta de vagas em cursos pouco procurados, ou em locais distantes da residência dos interessados.

Conquanto seja aceitável tecnicamente, o excedente constatado não pode ser socialmente justificado

num País como o nosso, onde faltam oportunidades de acesso à educação, ainda em todos os níveis. Ademais, a oferta de bolsas ao amparo do Prouni envolve renúncia de receita que enseja otimização, e quiçá a maximização, de aproveitamento das vagas disponíveis. Com efeito, não nos podemos dar o luxo de ter estudantes fora de uma universidade onde sobram vagas.

É com o propósito maior e exclusivo de preencher essa lacuna, sem qualquer prejuízo ao foco e ao equilíbrio do Prouni, que apresentamos a proposta de atendimento a estudantes do ensino médio que, na condição de bolsistas parciais, custearam parte de seus estudos, na maioria das vezes, visando ao ingresso futuro na educação superior, não raro com sacrifícios para suas famílias. Entre esses, há aqueles que foram obrigados a freqüentar escolas pagas por omissão do Poder Público e, certamente, muitos que perderam, no percurso do ensino médio, a capacidade de continuar arcando com as despesas de mensalidades escolares.

Ao permitir o benefício do Prouni a alunos que tenham cursado o ensino médio na condição de bolsista parcial, a alteração não produz qualquer distorção no Programa. A medida não compromete, nem de longe, a efetividade do Prouni. Nos moldes em que está sendo proposta, não haverá espaço para eventuais desvios de um segmento de renda para outro, até porque, em princípio, o bolsista parcial do ensino médio não terá acesso a bolsa integral no ensino superior. Assim, a simples aplicação dos critérios ora vigentes não permitirá as distorções suscitadas.

Estamos convencidos de que a medida fará justiça aos pais que, mesmo carentes, não pouparam esforços para assegurar um futuro diferente aos seus filhos e ao País. Assim, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala da Comissão, 20 de julho de 2005. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º A bolsa será destinada:

I – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II – o estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

.....
(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2005

Altera o disposto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando hipótese de competência terminativa das Comissões permanentes.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art.91

.....
III – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Justificação

A Constituição Brasileira de 1988 Contempla, em seu art. 58, § 2º, I, a possibilidade de delegação legislativa chamada **interna corporis**, de modo que

os órgãos fracionários representados pelas comissões permanentes de cada Casa Legislativa possam, na forma regimental, discutir e votar projeto de lei, dispensando a competência do Plenário.

As constituições de 1946 e 1969 já previam a mesma hipótese, não sendo, pois, novidade esse instituto do processo legislativo em nosso ordenamento.

Trata-se de providência bastante útil no sentido de acelerar-se o processo de criação de regras jurídicas novas, processo hoje tão obstruído, entre nós, até mesmo pelo abuso do Poder Executivo na edição das famigeradas medidas provisórias.

Tal inovação (aliás, tanto quanto a das medidas provisórias) procede da Constituição Italiana em vigor, que, em seu art. 72, prevê a hipótese de a câmara delegar a uma comissão sua a elaboração de lei sobre determinada matéria, em substituição ao plenário dessa câmara, transferindo-lhe, assim, em determinadas condições, sua competência legislativa.

O decano dos constitucionalistas brasileiros, o prof. da Universidade de São Paulo (USP), Manoel Gonçalves Ferreira Filho, se manifesta favoravelmente a essa ampliação dos poderes das comissões legislativas, nos seguintes termos:

Entretanto, respeitadas as necessárias precauções, a delegação **interna corporis** de modo algum atenta contra o prestígio e a dignidade dos Paramentos. Em verdade. Denunciá-la por não envolver o debate e o voto de todos os membros da câmara não é decisivo, desde que a possibilidade para todo e qualquer parlamentar de intervir na sua elaboração é resguardada.

Ora, o direito italiano, ao consagrar a delegação **interna corporis**, cuidou de estabelecer essas ressalvas.

Cabe ao Presidente de cada casa do Parlamento decidir de acordo com os regulamentos internos quais os projetos que serão sujeitos ao que os italianos chamam de procedimento decentrato, mas sua decisão pode ser impugnada pelo plenário. Todavia, a Constituição expressamente exclui desse procedimento certas matérias que enumera. A saber, matéria constitucional e eleitoral, resoluções sobre delegação legislativa, autorizações de ratificação de tratados e aprovação do orçamento e das contas públicas. (in “Do Processo Legislativo”, Ed. Saraiva, 2001, p. 138)

Apesar desse juízo propício, tal poder outorgado às comissões e ainda subutilizado em nosso meio, infelizmente.

Dados de Figueiredo e Limongi de 1994 (in “O processo legislativo e a produção legal no Congresso

pós-constituente”, Cebrap nº 38) indicam que, entre 1989 e 1992, somente 7,4% das leis aprovadas o foram em regime de decisão terminativa e que, ao invés, 58,6% daquela produção não foi apreciada conclusivamente pelas comissões, o que traduz a pouca importância relativa desse órgão, por enquanto, como **locus** de decisão política.

Na Itália, ao contrário, a experiência tem sido amplamente exitosa, como refere o prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em sua obra já mencionada:

A experiência da delegação **interna corporis** tem dado excelentes frutos na Itália, pelo menos no tocante ao aceleração da elaboração das leis. De fato, permite um trabalho profícuo, talvez por ser menos barulhento e teatral do que o feito em plenário. E, na verdade, por intermédio dela é que a esmagadora maioria das leis tem sido aprovada na Itália. Durante a primeira legislatura republicana, por exemplo, de 1948 a 1953, para 600 deliberações em plenário houve 2.000 em comissão. Por isso, não foi desarrazoado o empréstimo tomado ao direito italiano pela Constituição brasileira de 1967, ao permitir a delegação **interna corporis**. (op.cit.p 140)

Assim, a intenção da presente proposição não é outra senão alargar um pouco mais o âmbito da competência terminativa das comissões permanentes, de modo à nele incluir os projetos de lei procedentes da Câmara dos Deputados, de iniciativa parlamentar, que tenham sido aprovados em decisão terminativa por comissão daquela Casa, e que, atualmente, dependem, para tanto, de decisão do Presidente do Senado, em vistas as lideranças.

Trata-se, assim, de pequena mas, a nosso ver, valiosa contribuição para a agilização da tramitação de projetos de lei no Senado Federal, respeitada, entretanto, a soberania do plenário em relação às matérias de competência exclusiva das duas Casas do Congresso Nacional e as que requeiram quorum qualificado de votação.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005 – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
.....

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar:

I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;

II – projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Const. art. 52, X).

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 401 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 787, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 128/2005 e 148/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 788, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido ontem dia 19 de julho de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido ontem, dia 19 de julho de 2003, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado à família da pianista.

Justificação

Lindalva Cruz, que faleceu no Rio de Janeiro aos 97 anos de idade, foi uma extraordinária mulher e artista amazonense. Desde muito cedo demonstrou amor à música. Com apenas nove anos de idade já trabalhava como pianista, incumbida de sonorizar as sessões de cinema – época dos filmes mudos – no antigo Cine Alcazar, em Manaus. Por dez anos exerceu essa atividade, enquanto continuava a aperfeiçoar sua arte. Em 1925, com a chegada dos filmes sonoros, perdeu o emprego e então, com recursos arrecadados numa festa organizada por amigos, enfrentou longa viagem de navio e se mudou para o Rio de Janeiro, para continuar os estudos e formar-se pelo Instituto de Música da antiga Capital da República. Formada, voltou a Manaus, criou o Instituto de Música local e, por dez anos, ali lecionou, até ser chamada ao Rio de Janeiro para se tornar professora do Conservatório de Música, onde conheceu e se tornou amiga de Lucila, mulher do compositor Villa-Lobos. Artista respeitada em todo o País, ela se manteve em atividade, dando aulas, até há cinco anos. Uma de suas últimas apresentações foi em Manaus, no Teatro Amazonas, repleto de admiradores. Era mulher carinhosa, amiga, de lealdade inexecedível. Pela sua longa vida dedicada à música, pela contribuição dada à formação de tantos artistas, principalmente em Manaus e no Rio de Janeiro, ela se torna merecedora, portanto, da homenagem póstuma aqui proposta por meio de inscrição, em ata, de Voto de Pesar desta Casa.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 789, DE 2005

Considerando as notícias divulgadas na imprensa a respeito do vultoso aporte de capital realizado pela Telemar, concessionária de serviço de telecomunicações em regime público, em sociedades empresárias controladas pelo filho do Presidente da República, requerido, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações:

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos atos constitutivos (estatutos) e posteriores alterações das sociedades BR4 e GameCorp, bem como os de suas controladoras;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público, de escritura(s) de emissão de debêntures e/ou de seus certificados, em nome das sociedades empresárias BR4 e GameCorp, bem como da publicação e inteiro teor da ata da assembléia geral de acionistas ou da ata do conselho de administração da GameCorp que deliberou sobre a emissão de debêntures e, se for o caso, sobre a constituição de garantias reais;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos titulares de debêntures (debenturistas) das sociedades BR4 e GameCorp, bem como dos agentes fiduciários de debenturistas, se houver;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, das características das debêntures emitidas pelas sociedades BR4 e GameCorp, em especial: **(a)** existência de certificados de emissão; **(b)** forma de pagamento, prazo, garantias e encargos financeiros; **(c)** conversibilidade, ou não, das debêntures em ações; **(d)** valor total das debêntures emitidas e do capital social das sociedades BR4 e GameCorp;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos atos constitutivos (estatutos) e posteriores alterações, das sociedades componentes do Grupo Telemar (controladoras, controladas, coligadas etc.) que assumiram a condição de debenturistas ou de acionistas das sociedades BR4 e GameCorp, bem como da(s) ata(s) da assembléia geral de acionistas

e/ou do conselho de administração que autorizaram: **(a)** a aquisição dessas debêntures ou ações; e **(b)** o posterior exercício da opção de conversão das debêntures em ações de BR4 e GameCorp.

Justificação

A revista **Veja** publicou, em julho de 2005, matéria em que descreve a participação acionária da Telemar, maior empresa de telefonia do País, com receita líquida de R\$13,8 bilhões em 2004, nas empresas BR4 e GameCorp, em cujos grupos de acionistas figura o Sr. Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente da República.

De acordo com matéria, a Telemar teria investido cerca de R\$5,2 milhões, por meio da aquisição de debêntures conversíveis em ações das sociedades mencionadas, apesar de as mesmas não disporem de ativos com valores de mercado compatíveis com tal investimento.

Considerando que os principais acionistas do Grupo Telemar são empresas públicas, e que, portanto, aqueles investimentos podem ter sido realizados com recursos públicos, é fundamental que o Congresso Nacional investigue os fatos e verifique se houve favorecimento ou influência do Governo Federal no aporte de capital feito pela Telemar nas empresas do Sr. Fábio Luiz Lula da Silva.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 790, DE 2005**Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.**

Excelentíssimo Senhor,
Presidente do Senado Federal

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado Pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações no sentido de que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos, referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp:

1 – A empresa Telemar tem contratos celebrados com outras empresas em termos similares aos firmados com a empresa Gamecorp?

2 – Outras empresas de telefonia firmaram contratos similares ao celebrado entre a Telemar e a Gamecorp?

3 – Qual a avaliação do Ministério das Comunicações sobre o fato de a Telemar não ter

informado à Comissão de Valores Mobiliários a celebração do contrato com a Gamecorp?

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2005

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado Pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações no sentido de que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos, referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp:

1 – A empresa Telemar tem contratos celebrados com outras empresas em termos similares aos firmados com a empresa Gamecorp?

2 – Outras empresas de telefonia firmaram contratos similares ao celebrado entre a Telemar e a Gamecorp?

3 – Qual a avaliação do Ministério das Comunicações sobre o fato de a Telemar não ter informado à Comissão de Valores Mobiliários a celebração do contrato com a Gamecorp?

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**.

(À Mesa, Para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo dos demais oradores. S. Exª dispõe de até 12 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, está escrito no livro de Deus “depois da tempestade, vem a bonança”.

Senador Tião Viana, depois da tempestade, vem a bonança.

Winston Churchill disse que a democracia é ruim, é complicada, é difícil, mas, nas suas reflexões, também disse que não conhecia outro melhor regime. Então temos que cultivá-la, que preservá-la, que melhorá-la. Estamos nesta democracia! Quero crer que o Senado está dando um exemplo.

Brasileiras e brasileiros, Senador Paulo Paim, estamos em férias e estou com saudade do meu Piauí, do Delta. Senador Paulo Paim, talvez V. Exª não acredite, mas quero convidá-lo. Eu o convidei para conhecer os quilombos. V. Exª é um líder nacional muito conhecido, muito amado pelos trabalhadores do Brasil, pela sua luta pelo salário mínimo, muito amado pelos deficientes, pela igualdade racial.

Às segundas-feiras, Senador Paulo Paim, à noite, às 19 horas – como vocês chamam; nós lá no Piauí chamamos de 7 horas da noite –, eu mergulhava nos verdes mares bravios do Oceano Atlântico. E lembro-me de um professor de fisiologia que tive, Aloísio Pinheiro, que dizia que mergulhar no mar é como voltar ao passado, é como voltar ao primeiro habitat, ao útero materno, envolvido em água, daí aquela paz, aquela segurança, aquela vitalidade. Esse era o conceito do professor de Fisiologia. E eu, de noite, tomava.

Eu queria estar lá, porque é verão lá. É o pico. Eu me lembro que, quando fazia pós-graduação no Rio de Janeiro, eu dava um jeito de tirar uns dias em julho e ir ao litoral do Piauí. Quando eu chegava, em agosto, os cariocas, que são loucos por praia, perguntavam onde eu tinha tomado banho. Porque, em julho, não tem sol lá.

Eu dizia: É longe. É por isso que o hino do Piauí diz: Piauí, terra querida, filha do sol do Equador...

Paulo Paim, estamos aqui, não temos férias – e eu sempre procurei passar as férias lá. Esta vigília é o exemplo que o Senado dá, que nós damos, para preservar a democracia, que vive maus momentos.

Está escrito no livro de Deus que, depois da tempestade, vem a bonança. E eu quero crer, crer, crer. O próprio Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”.

Paulo Paim, V. Exª é do PT, e desde o início, eu, que votei no Lula, dizia que ele tinha que ouvi-lo. Em verdade, em verdade, eu vos digo: ó Lula. Foi mais adiante Cristo e disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

Nós temos que buscar a verdade. Está no Antigo Testamento que Moisés, o maior líder, escolhido por Deus, na sua missão – a sua foi uma missãozinha, Lula! –, não titubeou, não perguntou se havia exército do faraó, se havia mar Vermelho, se havia deserto, se

havia bezerro de ouro. Ele foi em frente, e Deus lhe deu as leis. Ó Lula, Lulalá, Lulacá, ouça! Nós somos pais da Pátria, Lula. Entenda! Moisés recebeu os mandamentos e lá no 7º está: “Não roubarás”. Não roubarás, não roubarás! V. Ex^a, Lula, está transformando este País na vergonha da corrupção, do pecado mortal, o sétimo. Está permitindo. Essa é a verdade.

Então, eu quero crer que tem que ser preservado. Esta Casa já teve muita dificuldade. Aqui, eu trago a nossa homenagem a Dr. Ulysses. Eu estava lendo a sua biografia. Ele dá um conselho que eu quero dar ao Lula. Eu tentei dar ao Lula... Eu votei no Lula, eu acreditei no Lula, elegemos até o Governo do Estado do PT. Atentai bem! Eu aqui, que fui prefeitinho, e o Lula não foi. Do núcleo duro nenhum foi prefeito. Eu dizia: núcleo duro e burro – está gravado aí nos arquivos. Fui Governador. Antevi que ele estava num mau caminho. Veio o Zé maligno, que pensava que eu tinha medo dele. “Vou tirar as posições do Mão Santa, vou acabar...” Acaba não, Zé maligno. Só Deus. Sou um homem do Piauí que, para estar aqui, como estou, tem de ter muita coragem e vida limpa. Mãos santas não são; são iguais às de todos os trabalhadores e trabalhadoras, mas o povo do Piauí sabe que são firmes, honradas, trabalhadoras, limpas e generosas com os pobres. Para fazer o que fiz desde o primeiro dia é preciso ter coragem e vida limpa. Mas atentai ao que eu disse. Tem de aprender com a História, Lula! Está aí o Ulysses. Dramas como esse, já houve, e o Congresso tirou. Você se lembra do suicídio de Getúlio? De Café Filho? De Carlos Luz. Ulysses visitava o Carlos Luz. Café Filho era o Vice-Presidente, e Carlos Luz o substituiu. Atentai bem, Paim! Então, foi com Marcondes e outros Deputados e, quando o viu, ele disse: “Eu já disse ao Café que nenhum Presidente da República sobrevive no Brasil se não impõe respeito”. Disse isso porque o Presidente estava abraçado com colegas parlamentares, deputados do seu Estado natal. Era aquela postura que nós exigimos, aquilo que o Presidente Sarney chama de liturgia do cargo, que faltou. Essa é a verdade. Mas, Senador Paulo Paim, então, Ulysses disse: “Em política, quando se evita a solução natural, só se provocam crises”. Então, o Congresso está buscando uma solução natural.

Como primeira solução natural, Ulysses Guimarães dizia: “Não roubar; não deixar roubar e botar na cadeia quem roubou”. Ainda não vi ninguém na cadeia, algemado, esses colarinhos brancos, pecadores, que envergonham a política, a Pátria, o mundo, a humanidade. Essa é a verdade. Nenhum! Eles chegam protegidos com atestado e com direito de mentir.

Senador Paulo Paim, Coelho Neto diz: “Quem rouba mente; quem mente rouba”. Eles já chegam com

atestado e com direito de mentir. Esta é a verdade: quem mente rouba; quem rouba mente. Aí estamos.

Mas gostaria de dizer que há esperanças. O apóstolo Paulo disse: “Fé, esperança, amor, caridade”. Vamos preservar a democracia, porque ela não tem nada a ver com o PT. Nós, brasileiros, a construímos e a defendemos. O modelo do PT era totalitário, comunista, nascido e inspirado nos países comunistas. A democracia faz parte de nossa história, e vamos preservá-la.

Não abriremos mão da alternância de poder. Esse é um bem da democracia. Não abriremos mão – e falo aqui em nome do PMDB, MDB de vergonha; falo em nome do Presidente do Partido, Michel Temer. É mentira quando dizem que o Senado está encantado com o PMDB. Senadores, não. Que Minas... Respeitamos Juscelino, respeitamos Tancredo, o **Libertas Quae Sera Tamen**, Afonso Arinos, que, desta tribuna, disse: Será mentira a viúva, Getúlio? Será mentira o órfão? O sangue? O mar de lama? De Tiradentes, mas também a cidade de Minas de Silvério dos Reis, de Calabar. Não decide por nós.

Eu represento aqui Ulysses, encantado no fundo do mar. Eu represento Tancredo, mineiro. Eu represento Juscelino, médico como eu, cirurgião como eu; foi prefeitinho, governador, cassado bem aqui. Essa é a nossa coragem. Quero dizer que não admitimos. Se manca, PT! Queremos enfrentá-lo de peito aberto. Nós o queremos forte, porque entendemos que a democracia precisa de partidos fortes. E o PMDB é o mais forte da história contemporânea. Queremos enfrentá-lo de peito aberto e livre.

Senador Paulo Paim, no último fim de semana recebi o jovem Anthony Garotinho. Como o apóstolo Paulo, ele é evangélico, percorrendo seu caminho, pregando sua fé e combatendo o bom combate. Eu o recebi na sede...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, mais um minutos para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a botou dez minutos. Faltam dois e mais um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu botei dez, mais dois e, agora, mais um. V. Ex^a sabe que eu serei tolerante até com mais um, se for necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu sei, mas V. Ex^a, como o juiz de futebol, vai descontar aquele período em que eu falei do Rio Grande do Sul, de V. Ex^a.

Eu quero afirmar que esse candidato tem o que o Ulysses dizia: coragem. E governa com a esposa dele, Rosinha Garotinho, o Estado do Rio, que está

melhor do que São Paulo – melhor renda **per capita**, turismo, felicidade.

Recebi a visita dele na sede do PMDB e quero dizer o seguinte, Senador Jefferson Peres: quero todos esses Partidos fortes. Senador César Borges, da Bahia, queremos a festa da democracia. Isso não será feito. Não vamos permitir que o PMDB seja cooptado, seja comprado. Não. Nós queremos dar a nossa contribuição.

Sei e aprendi em política – quando governei o Estado do Piauí cantava com muita fé, como uma reza – que o povo é o poder. Eu acho que a minha maior obra foi ensinar a respeitar o povo, a trabalhar pelo povo e a amar o povo. Então, povo do PMDB, as pesquisas apontam o Anthony Garotinho. É uma opção. O que nós queremos é todos os partidos fortes. Queremos o PT forte, com o Senador Paulo Paim e com a bela Senadora Ana Júlia Carepa, com o PSDB e o PMDB para soerguer a democracia, pois achamos que, na nossa democracia, a alternância do poder vai permitir hastermos essa bandeira e cantarmos “vamos continuar com a ordem e o progresso”.

O PMDB tem candidato a Presidente da República. Eu falo pelo PMDB, pela minha luta e pela minha história, e pela vergonha que os outros não têm.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador César Borges, por dez minutos mais um. Enquanto V. Ex^a vai à tribuna, inscrevo para uma comunicação inadiável, na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores, acabo de vir da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Lá, a comissão está ouvindo o ex-tesoureiro do PT, o ex-todo-poderoso tesoureiro, segundo ele próprio, do Partido hegemônico da República, o Partido dos Trabalhadores. E estamos assistindo, Sr. Presidente, a uma lição explícita, clara de mentiras, de cinismo, não diria sequer de escapismo ou diversionismo. Não. Ali, o Sr. Delúbio Soares está tentando explicar o inexplicável. Quer fazer com que a opinião pública brasileira, todos nós – uns mais inteligentes, outros menos, assim é a natureza e assim Deus nos fez, mas todos com capacidade de análise, de reflexão –, entendamos e aceitemos uma farsa montada, Senador Jefferson Péres, por algum advogado, prova-

velmente profundo conhecedor da legislação, que quer conduzir as investigações e, amanhã, a eventual culpa apenas para o crime eleitoral, safando todos aqueles que praticaram a formação de quadrilha, a corrupção ativa e passiva, de suas penalidades.

Esse advogado é hábil, só que este Governo não tem nada de original – copiou a política econômica de Fernando Henrique, copia hoje um projeto como o da transposição. As coisas que não são boas ele vai copiando, só pega os maus exemplos. Então, esse Partido pegou um exemplo lá de trás, de Fernando Collor, quando pegou o Sr. PC Farias e o fez ali culpado de tudo. Ele foi a Geni, o bode expiatório, para desaguar sobre ele todas as culpas e retirar dos demais a possibilidade de uma condenação judicial.

É a mesma coisa, Sr. Presidente, que se está repetindo agora, só que com um agravo: a concordância do Senhor Presidente da República com essa versão, por meio daquela malfadada entrevista lá em Paris. O Senhor Presidente não falou para os brasileiros, mas foi falar lá para os franceses, tudo isso numa ação coordenada, concatenada, para parecer a mesma versão do Sr. Delúbio Soares e a mesma versão do Sr. Marcos Valério.

Então, o que o Sr. Delúbio está dizendo na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é que, até 2002, ele assinava todos os cheques com o ex-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Era o seu companheiro de todas as horas para captação de recursos e para determinação de execução de despesas no Partido dos Trabalhadores. Inclusive conduziram dessa forma as eleições de 2002 – eleições gerais, porque praticamente só não houve eleição para Prefeitos e Vereadores, mas para Presidente da República, para Senadores, para Governadores, para Deputados Federais e para Deputados Estaduais.

Pois bem, o Sr. Delúbio disse que até 31 de dezembro de 2002 nunca fez o caixa dois – por sinal, ele não aceita o termo, o termo que ele utiliza é despesas ou receitas não-contabilizadas. Pois bem, isso ele não fez em 2002, mas já em 2003, aí foi possível a ele praticar o caixa dois, ou as despesas não-contabilizadas.

E qual a sua justificativa, Srs. e Sr^{as} Senadores, para essas despesas e essas receitas não-contabilizadas? É o fato de que, Senador Mão Santa, o Sr. Delúbio diz que havia débitos de campanha que precisavam ser saldados. Mas de que campanha? Da campanha de 2002. E para eleger quem? Para eleger os membros do PT: o Presidente da República, os Senadores, os Deputados e os Governadores do PT.

Então, o Sr. Delúbio, que se nega a dizer qual a destinação dos R\$40 milhões que ele diz que captou

por intermédio de empréstimos, está colocando sob suspeição todos os membros do PT e também da base aliada, que não era ainda aliada até aquele momento. O PL era, mas o PP e o PTB apoiaram outros candidatos. Mas ele começou a fazer o envio de recursos para a base aliada e também para os seus correligionários do PT. Então, é muito grave, porque ele coloca sob suspeição todos os elementos do PT que podem ter recebido, ou não.

Eu não quero dizer nada, não vou chegar a nenhuma conclusão. Quem faz a acusação é o Sr. Delúbio Soares. Isso pelo lado das despesas. O que mostra que as eleições de 2002 foram viciadas, por meio de um processo onde há um réu confesso: o tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Mas há um outro lado, o das receitas. Pelo lado das receitas, veja bem Senador Mão Santa, até 2002, diz o Sr. Delúbio que nunca praticou caixa dois. Mas em 2003 ele pratica. E por que ele pratica, então, em 2003? É por que chegou ao poder? É por que podia traficar influência? É por que poderia dar compensação a esses doadores não-contabilizados, como o BMG e o Banco Rural, que tiveram favorecimentos de medidas provisórias, como a Medida Provisória nº 130, que permitiu ao BMG receber o benefício de fazer empréstimos em consignação, o que aumentou imensamente a lucratividade desse banco. E isso não era permitido. Só era permitido aos bancos que pagavam benefícios previdenciários, o que não era o caso do BMG nem do Banco Rural. Quer dizer, estando eles no poder em 2003, o tráfico de influência foi possível pela captação de recursos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com o maior prazer dou-lhe o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, estive na comemoração dos 500 anos do Brasil em Porto Seguro. Eu estava rememorando aqui, desde lá, desde Porto Seguro, as Capitâneas Hereditárias, o Governo-Geral, os reis, a rainha que esteve no Brasil, os presidentes, a ditadura civil e militar... e nunca houve tanta corrupção e tanta bandalheira em toda a História. E eu faria minhas as palavras de Confúcio: “Não estou aqui para amaldiçoar as trevas (a corrupção), mas trazer a luz”. E a luz é a verdade, a luz é o outro baiano que está lá em cima. Ó Lula, aprenda! Rui Barbosa disse que só há uma saída: a lei e a Justiça. E as leis de Deus já diziam: “Não roubarás”. Criaram até simbolicamente o inferno para os ladrões. Então, vamos meter esses bandidos na cadeia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço o aparte, Senador Mão Santa, mas, infeliz-

mente para a Nação brasileira, o Presidente Lula não se espelhou nas palavras de Rui Barbosa. O Presidente Lula não se inspirou nos bons exemplos. O Presidente Lula preferiu as más companhias. O Presidente Lula preferiu um tesoureiro como Delúbio Soares, menino pobre de Goiás, que se encantou com o luxo e com o bom gosto, encantou-se pelos charutos cubanos da marca Cohiba, pelos bons uísques, pelos bons apartamentos em áreas nobres de São Paulo, pelo Sr. Silvio Pereira, Sr. Secretário-Geral do seu Partido. O Presidente Lula se encantou com essas coisas. O Presidente Lula comprou o Aero-Lula, que tem luxo e conforto para as suas viagens, que eram intensas – não sei se assim continuarão.

E hoje o próprio Presidente Lula procura se blindar e diz que não tem nada a ver com o que está acontecendo no País. É uma posição autista – desculpem-me os autistas. Vamos usar uma expressão médica: dissonância cognitiva. Cria uma realidade para si, procura não ver como está a República, ignora a perturbação. Oitenta por cento dos jornais brasileiros só tratam dessa grave crise institucional.

Pois bem! O Presidente Lula não tem a nobreza sequer de ser solidário com o seu Partido. Lava as mãos, como Pilatos: “– Não, eu não tenho nada a ver com esse Partido. Já me afastei há muito tempo. Só fui Presidente três anos.”

Sua Excelência teria que ter pelo menos solidariedade e assumir parte da responsabilidade e não transferir suas responsabilidades para seus ex-companheiros.

Mas eu permito, com muito prazer, o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, até para estabelecer o debate, porque sei que é um membro do PT.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Eu quero lhe dizer que a perplexidade e a indignação que tomam conta de toda a sociedade não é diferente na maioria das pessoas do PT. Sei que algumas pessoas podem não acreditar, mas nós nada mais temos a fazer do que ter um compromisso com a verdade. Doa a quem doer, nós vamos exigir – como a Senadora Serys Slhessarenko, por exemplo, ontem o fez –, vamos pedir a expulsão dessas pessoas. Quero dizer a V. Ex^a que nós, tanto quanto o Presidente Lula, estamos perplexos – estamos sim –, porque não tínhamos conhecimento de absolutamente nada disso, Senador. Eu estou tranqüila, inclusive quanto à minha campanha de 2002, absolutamente tranqüila com as contas aprovadas, sem problema. Apenas quero dizer isso para V. Ex^a. Eu sei da sua firmeza e do seu compromisso, mas quero dizer a V. Ex^a que isso é real. Nós estamos sendo, sim, solidários com a grande maioria dos petistas, dos militantes que carregam bandeira.

Estamos sendo solidários quando dizemos que essas pessoas traíram a nossa confiança – esta é a verdade – e fizeram coisas sem sequer discutir com a Direção do Partido. E nós estamos tão surpresos quanto qualquer outra pessoa. Com certeza, alguns sabiam, mas eu posso garantir a V. Ex^a que se trata da minoria da minoria, pelo que eu conheço, pelo que tenho conversado e pela perplexidade que tenho percebido. Aqui, na Bancada do Senado, nem um único Senador, nem uma única Senadora jamais tinha ouvido falar dessa questão e nem jamais ouvimos falar do Sr. Marcos Valério – só para deixar claro, Sr. Senador. Existem petistas e petistas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nobre Senadora, agradeço o aparte de V. Ex^a. Só para finalizar o meu discurso, eu quero dizer a V. Ex^a que tenho também certeza de que boa parte do Partido dos Trabalhadores... Mas não é a Direção. Posso achar que, quando a Bancada decidiu aqui não apoiar a CPI dos Correios, foi porque talvez, naquele momento, acreditasse, porque assim estava informado, que não haveria gravidade.

Mas, Senadora, o que não posso aceitar é que o Ministro-Chefe da Casa Civil não estivesse mancomunado com essas ações, sendo o inspirador e coordenador dessas ações. Como sempre, o Ministro-Chefe da Casa Civil disse que nada fez sem o conhecimento do Presidente da República. Aí também não adianta blindar o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Ele tem que assumir as suas responsabilidades. Tem que vir à Nação, num pronunciamento público, bater no peito e dizer “é minha culpa”, e não ficar tentando encontrar soluções mágicas, falsas, nem criar operetas, como essa a que assistimos no último final de semana. Ele precisa assumir, pedir desculpas aos 153 milhões de eleitores, assumir que errou para ver se ainda há salvação para o restante de seu Governo.

Nós não queremos crise institucional – não é bom para o Brasil. Nós não pregamos o “Fora Lula”. Nós não pregamos golpismo. Quiseram impingir a nós essa postura, mas ela não é nossa. No passado, o PT adotou o “Fora FHC”, mas, não é a nossa postura. Queremos paz e tranquilidade para este País crescer, para desenvolver, para gerar emprego, para dar oportunidades ainda ao Presidente Lula de corrigir todos os seus erros, para fazer o que prometera e não está fazendo em prol da igualdade social, da igualdade regional do nosso País.

Mas o caminho dele, até agora, não é correto, não é o que levará exatamente a isso. O caminho escolhido por ele é o escapismo. Por isso, alerta o Presidente para que assuma sua responsabilidade, fale com a Nação e peça desculpas; peça uma nova oportunidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, à Senadora Ana Júlia Carepa por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero falar hoje de um assunto sobre o qual eu disse que iria falar aqui: o Fundeb.

Nos últimos 30 anos o Brasil alcançou uma das maiores conquistas da sua História na educação: democratizou o acesso ao ensino fundamental. Hoje, 97% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola. Mas esse avanço não foi acompanhado pela melhoria da qualidade de ensino.

É verdade que quase universalizamos a educação. Mas a qualidade ainda deixa muito a desejar. Em Língua Portuguesa, por exemplo, e em Matemática, nem 10% dos estudantes atingem o desempenho adequado a seu nível de escolaridade. No ensino médio, faltam vagas. De cada 100 pessoas que entram, apenas 31 terminam a 8^a série e conseguem avançar.

Na educação infantil, das 22 milhões de crianças brasileiras com até 6 anos de idade, mais de 9 milhões não freqüentam instituições de ensino. Portanto, ampliar o acesso à escola reduz a pobreza, melhora a distribuição de renda e gera cidadania.

Ampliar o acesso à escola é ensinar a pescar, e não apenas dar o peixe. A criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) aponta para esta meta, porque garantirá qualidade em todo o sistema e ampliação do atendimento escolar, especialmente no ensino médio, na educação infantil e na educação de jovens e de adultos.

A proposta do Fundeb foi construída pelo Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, por meio de suas entidades representativas, como Consed (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). A educação básica de todos os Estados brasileiros sairá ganhando com o novo Fundo, principalmente os municípios com menor capacidade de investimento por aluno, que são justamente aqueles com os piores indicadores educacionais do País.

Estima-se, Sr^a. Presidente, que cerca de dois mil desses municípios terão suas receitas elevadas em razão de maior participação financeira da União no Fundeb. Isso contribuirá decisivamente para diminuir

as desigualdades educacionais entre as regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Diferentemente do Fundef, que destina recursos somente ao ensino fundamental, ou seja, deixando de fora o ensino infantil e o ensino básico, o Fundo da Educação Básica, além do ensino fundamental, também investirá na educação infantil, no ensino médio e, isto é muito importante, na educação de jovens e adultos. Muitos adultos, hoje, querem voltar a estudar e muitas vezes precisam desse apoio e desse incentivo. Muitos, inclusive, que trabalham e que precisam dessa possibilidade, dessa oportunidade. O número de alunos beneficiados saltará de 30 milhões, hoje, para 47 milhões. Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb serão destinados para a remuneração dos profissionais do magistério em exercício.

O significado do Fundeb pode ser medido pelo montante de recursos que o governo federal aportará ao novo Fundo. No atual Fundef, o Ministério da Educação investe, em média, 570 milhões de reais/ano para a complementação do fundo. Com o Fundeb, haverá muito mais recursos da União para a educação básica. Em quatro anos, o investimento federal será crescente, até chegar a R\$4,3 bilhões anuais em 2009. E quero dizer aqui que gostaria que fosse mais. Devemos discutir, já que o projeto está nesta Casa, para ampliarmos esses recursos. Está no Congresso Nacional, está na Câmara dos Deputados, e, depois de aprovado, virá ao Senado, mas já é um crescimento significativo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os números mostram que, nos Estados e Municípios que mais investem na educação, os índices de escolaridade da população são maiores.

No Brasil, 59% da população tem menos de 8 anos de estudo. Nos 17 Estados que investem mais, esse percentual se reduz para 55% da população. Já nos 10 Estados com menos recursos para a educação, 69% da população têm menos de 8 anos de estudo. Isso significa apenas o primeiro grau. Aliás, menos até do que o primeiro grau, menos até do que a oitava série. Então, quase 70% da população, nos 10 Estados que menos investem em educação, não tem sequer a oitava série completa.

Em relação ao magistério, está comprovado que, quanto maior a escolaridade do professor, melhor é o desempenho dos seus alunos. No entanto, cerca de 230 mil funções docentes ainda atuam na rede pública sem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. A Senadora Serys é professora e conhece bem essa realidade. O Fundeb tem como uma de suas finalidades valorizar todos os educadores públicos, não somente os professores.

Todos sabemos que a educação tem um papel econômico, social e político muito importante,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou lhe dar o aparte sim, Senador.

Todos sabemos que a educação tem um papel econômico, social e político muito importante, inclusive ao criar e distribuir renda. No mundo de hoje, os países cuja população tem baixo nível médio de escolaridade ficarão para trás, relegados às tarefas mais simples da redivisão internacional do trabalho ou a virar um “buraco negro” das sociedades em rede.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa. Espero apenas que seja breve para eu poder concluir. Ouço-o com prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, serei breve. Muito maior do que a sua beleza física é a beleza de sua inteligência. V.Ex^a diz que está tranqüila na eleição de 2006, e se o povo do Pará for inteligente pode fazê-la Governadora. Eu vi Fernando Henrique Cardoso perder a Prefeitura e ser Presidente. Quanto ao Fundeb, dou os meus aplausos a V. Ex^a e ao Presidente. Quando eu era Governador, foi instalado o Fundef. Mas ele só auxiliava – aquele antigo do meu tempo, porque V.Ex^a é novinha, só tem vinte anos – o Ginásio e o Primário. O Científico ou o Clássico ou o Normal, que eram mais dispendiosos pelo número de professores, pelas matérias, não tinham nenhum auxílio, eram precários. Então, os aplausos a V.Ex^a, que representa com muita grandeza este PT que nós queremos forte, belo, mas lutando a peito aberto com o meu PMDB pela democracia, um contra o outro, preservando o direito do povo de opção, de escolha.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa. Eu agradeço o seu aparte e o seu reconhecimento de que o Fundeb é muito importante porque está se ampliando tanto para o ensino infantil, que não estava incluído, para as crianças que têm menos de seis anos, quanto para o ensino médio, que, como V.Ex^a falou, realmente tem um custo maior. Portanto, esse Fundo será fundamental para o nosso País. Isso é investir realmente dando oportunidade para as pessoas aprenderem a pescar, para as pessoas aprenderem a ter uma profissão neste País.

Eu tive a oportunidade de participar de um seminário da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal que foi realizado na segunda quinzena de junho, no Estado do Pará, mais especificamente em Belém, onde tivemos a oportunidade de discutir sobre o referido tema. Inclusive com representante dos governos estadual e municipal. Percebemos uma forte

preocupação quanto ao aumento dos repasses dos recursos da União. Pelo projeto, os aportes da União terão aumento significativo.

É preciso que todos os Entes da Federação estejam diretamente envolvidos e comprometidos com esse avanço no campo da educação. As responsabilidades precisam ser divididas e é salutar que os governantes comecem a ter maior zelo com as suas receitas tributárias, evitando os famosos perdões fiscais, que muitas vezes significam valores exorbitantes que podem ser utilizados em áreas sociais, como, por exemplo, a educação.

Por ser um dos países mais desiguais do mundo, com desigualdades tanto geográficas quanto sociais, o Brasil possui enormes desafios pela frente. É preciso superar as desigualdades que travam o desenvolvimento. Nesse sentido, o Fundeb tem um profundo significado, o de financiar todos os níveis da Educação Básica, com participação federal maior, a fim de reduzir gradativamente as disparidades entre Estados e Municípios, bem como entre grupos sociais, alcançando, assim, um desenvolvimento mais igualitário, mais justo, mais humano, porque nenhum país do mundo conseguirá se desenvolver sem um investimento maciço em educação.

Reforço aqui também o que disse o Senador Mão Santa, que parabenizou o Governo e o Presidente Lula. Sua Excelência sabe o quanto é importante a base do ensino, até para que o jovem possa ter melhor oportunidade de entrar numa universidade. Hoje, com o ProUni, mais jovens poderão ter acesso a uma universidade. E é necessário também melhorar a qualidade do ensino, atingindo desde o ensino infantil, porque as crianças precisam de uma alimentação adequada nessa primeira fase. E sabemos o quanto as escolas são importantes no quesito alimentação, pois muitas crianças fazem sua alimentação nas escolas.

Portanto, parabeno este Governo e também os diversos atores dos outros níveis da Federação que contribuíram para que o Fundeb estivesse tramitando hoje neste Congresso Nacional, porque somente assim poderemos dar um salto de qualidade no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko e, em seguida, ao nobre Senador Pedro Simon.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a dispõe de dez minutos, com direito à prorrogação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Ana Júlia, há pouco, lembrou que ontem, desta tribuna – não vou colocar em discussão a questão que está posta na sociedade hoje, inclusive porque existem depoimentos nas CPIs a todo momento, que é o grande problema que o Partido dos Trabalhadores vivencia –, pedi a expulsão de alguns ex-membros da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e fui bastante enfática quanto ao nome do Sr. Delúbio Soares. Do meu ponto de vista, o que ele fez foi absurdo e de desconhecimento de praticamente todo o Partido dos Trabalhadores, com raras exceções da Direção Nacional, e, em termos políticos, a expulsão já deveria ter acontecido.

Entretanto, como eu disse, meu pronunciamento nesse sentido foi feito ontem. Hoje quero falar um pouco sobre a situação dramática que vive o meu Estado de Mato Grosso no que tange à questão do desmatamento. Se problemas estão existindo e aflorando neste País, em termos de corrupção, terão que ser desvelados. As investigações têm que ser aprofundadas, os julgamentos têm que acontecer e as punições têm que ser extremamente rigorosas. Mas, além disso, precisamos tocar o Brasil para frente. E tocar o Brasil para frente significa, dentre tantas coisas, coibirmos também o desmatamento e a devastação que vinha acontecendo, por exemplo, no meu Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as evidências sobre o desmatamento em Mato Grosso apontam claramente para a forma leniente com que o Governador Blairo Maggi tratou, até agora, sua política de meio ambiente. Tudo aquilo que falavam os ambientalistas e o Ministério Público se confirmou. A matéria do jornal **Folha de S. Paulo** de sexta-feira, dia 1º de junho, relata em detalhes, e responsabiliza diretamente, a política equivocada do Sr. Blairo Maggi para concessão de licenciamento ambiental.

Diz a extensa reportagem da **Folha**, assinada pelo editor de ciência, jornalista Cláudio Ângelo:

Um estudo apresentado nesta semana comprova pela primeira vez com números o que ambientalistas e o Ministério Público já vinham afirmando: o sistema de licenciamento ambiental por satélite de Mato Grosso falhou em conter o desmatamento ilegal naquele Estado a partir de 2003, primeiro ano do governo do “rei da soja”, Blairo Maggi (PPS).

O Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais de Mato Grosso, conhecido pela sigla SLAPR, era até 2003 considerado um exemplo para a Amazônia. Infelizmente, não mais funcionou a partir de 2003.

O SLAPR funcionava como uma espécie de “grande irmão”: para receber uma licença ambiental, os fazendeiros eram obrigados a apresentar todos os anos à Fema (a recém-extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente) uma imagem de satélite de suas propriedades, mostrando a reserva legal e a área a desmatar – até 20% de cada propriedade, dependendo, é claro, da região do Estado de Mato Grosso; em algumas localidades 50% da área podem ser desmatados.

A Fema também possuía uma base de dados com imagens de satélite de todas as fazendas cadastradas, atualizada anualmente. Se alguém desmatasse onde não podia, o crime ambiental aparecia na imagem. Os fiscais já saíam para a vistoria com as multas prontas, o que ao mesmo tempo evitava a corrupção e permitia que um número reduzido deles vistoriasse todo o Estado.

O estudo do ISA faz parte de uma pesquisa maior, encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente, que busca justamente avaliar a eficácia do sistema. Para produzi-lo, Lima e seus colegas tiveram acesso à base de dados da Fema. Foram analisadas, senhoras e senhores, 6.116 propriedades, cadastradas no sistema entre 2001 e 2004.

A análise revelou uma explosão do desmatamento em 2003. O corte raso só em reservas legais no período representou 31% de todo o desmatamento em propriedades cadastradas no sistema. Do total de desmate em reserva legal, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, 48% ocorreram em propriedades licenciadas em 2003.

A análise não levou em conta averbações irregulares de reserva legal, ou seja, a concessão de autorizações para desmate de 50% de propriedades em área de floresta, que contraria a lei federal e é objeto de uma ação civil pública do Governo Federal contra a Fema.

Temos aqui, Sr. Presidente, muitos outros dados, que infelizmente o tempo não nos permite apresentar neste momento, mas peço que sejam publicados na íntegra nos Anais do Senado da República.

Enquanto o Governador Blairo Maggi “bate cabeça” com sua política ambiental, fica cada vez mais evidente que o que ele realmente prioriza são os negócios de seu grupo empresarial. Deliberadamente ou não, sua maneira atrevida em desmatar, e só desmatar, ironicamente poderá ser seu sepulcro político. A demonstração cabal dessa afirmativa pode ser constatada pelos noticiários em Mato Grosso, em que o

Governador, pressionado pelo seu grupo empresarial Amaggi, ameaça até não disputar a reeleição.

Diz a matéria do editor de política Luiz Acosta, do jornal **Folha do Estado**, de Mato Grosso, que faço questão de reproduzir em parte:

O Governador Blairo Maggi está reavaliando a viabilidade de disputar ou não a reeleição ao governo do Estado. A informação foi dada por uma alta fonte do PPS, partido pelo qual Maggi se elegeu em 2002, que alegou que o chefe do Executivo estaria descontente diante das denúncias responsabilizando-o pelo desmatamento irregular da floresta amazônica e que estariam colocando alguns organismos internacionais contra suas empresas, trazendo prejuízos financeiros para o grupo.

Não vou continuar a ler a matéria do Sr. Luiz Acosta também pela exiguidade do tempo.

Felizmente, a pressão da sociedade, da comunidade internacional, dos jornais do mundo todo, e a revelação bombástica com dados científicos de prejuízo ao meio ambiente, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, fez com que o Sr. Blairo Maggi tomasse atitude, e na quarta-feira, dia 13 de julho, juntamente com a Ministra do Meio Ambiente, companheira Marina Silva, foi firmado convênio para que os órgãos ambientais da União e do Estado atuem de forma conjunta para combater o desmatamento ilegal.

O Governo está criando freios contra o desmatamento ilegal na floresta. Entre as medidas anunciadas, estão uma cooperação mais estreita entre o MMA, Ibama e Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, a definição de uma força-tarefa para criar novos parques e reservas e o reforço na fiscalização em áreas onde avança o desmatamento ilegal naquele estado.

A Ministra Marina Silva também informou que o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Sema/MT estão recadastrando serrarias em todo o Estado. O reforço de pessoal para o combate ao desmatamento no nosso Estado está sendo feito com o deslocamento de servidores de outros Estados, com a realização de concursos públicos e investimentos de R\$50 milhões.

Resultados da reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Mato Grosso, realizada em 13 de julho de 2005:

1. Celebração de Termo de Cooperação Técnica com vistas a integrar as atividades Sema e Ibama para a gestão compartilhada no Estado do Mato Grosso;
2. Instituição de força-tarefa para criação de unidades de conservação no Estado do Mato Grosso, considerando o mapa de prioridades para a con-

servação da biodiversidade (Decreto nº 5.092, de 21/05/04);

3. Realização de ações integradas Ibama, Sema e Polícia Ambiental do Estado do Mato Grosso em áreas críticas;
4. Celebração de Convênio MMA/Sema/MPE para aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural no Estado;
5. Integração da Sema e Ministério Público Estadual ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), que passará a receber diretamente do Inpe os informes sobre indícios da ocorrência de desmatamentos no Estado;
6. Criação de grupo de trabalho para implantação de sistemas de rastreabilidade da produção agropecuária do Estado.

Particularmente, estou torcendo para que essas medidas possam, pelo menos, estabelecer um ciclo sustentável de manejo de nossas florestas. Os prejuízos ao meio ambiente em meu Estado, no entanto, são irreparáveis e em alguns casos, irreversíveis, tudo pela sanha ambiciosa de alguns e pela conivência do Governador Blairo Maggi.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tenho ainda mais três minutos, Sr. Presidente.

Só para ficar num exemplo, Sr. Presidente, recebi levantamento da região, por exemplo, do nosso Município de Nova Ubitatã, Mato Grosso, que, informalmente, relata desperdício de matéria-prima em função do que consideram falta de bom senso por parte dos órgãos que são responsáveis pela fiscalização, mas que deveriam trabalhar para melhor aproveitar a matéria-prima que sabemos ser finita.

Estive, há poucos dias, Sr. Presidente, nos Municípios de Sinop, de Vera, de Sorriso, de Feliz Natal, de Nova Ubitatã.

O levantamento que recebi de Nova Ubitatã informa da situação crítica por que passa o setor madeireiro de região, particularmente em Nova Ubitatã, que é considerada fronteira agrícola. Conforme o jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 19 de junho de 2005, esse foi o Município que mais devastou na Amazônia, porém, conforme já me informaram, devido ao desencontro de ações entre o Ibama e a Fema, as madeiras das áreas derrubadas com autorização da Fema, para agricultura, não podem ser aproveitadas pelas madeiras por não terem sua origem reconhecida pelo Ibama, que não emite documento de origem para sua exploração.

Aqui eu tenho dados. Eu pediria mais alguns minutos para ler uma página, Sr. Presidente.

Área derrubada em Nova Ubitatã com madeira em condições de ser explorada: 48 mil hectares.

“Se considerarmos uma média mínima de dez metros cúbicos por hectare, teremos 480 mil metros cúbicos de madeira a ser aproveitadas.

Se considerarmos que uma madeireira de médio porte industrializa seis mil metros cúbicos por ano, teremos matéria-prima para trabalhar por oitenta anos.”

É o que as pessoas nos informaram em Nova Ubitatã.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dois minutos, Sr. Presidente. Obrigada.

Considerando que temos, em Nova Ubitatã, em torno de quarenta empresas de pequeno porte, existe hoje matéria-prima, que será desperdiçada, para abastecer dois anos de trabalho para milhares e milhares de trabalhadores. É matéria-prima que está derrubada, caída. É a chamada madeira caída.

Considerando que uma empresa dessas gera, entre diretos e indiretos, em torno de 45 empregos, teríamos garantido, em dois anos, 1.800 empregos no Município de Nova Ubitatã.

Eu não tenho tempo para terminar esta leitura, mas quero dizer que existem madeiras sem autorização para derrubada na origem, a chamada madeira deitada, que, infelizmente, está deitada, ou seja, derrubada. Mas a partir do momento em que está derrubada, é também condenável incendiar, queimar milhares e milhares de metros cúbicos de madeira, quando isso, de alguma forma organizada, pode ser aproveitado. Nossa preocupação é que o desmatamento de forma irregular pare por aí, que ele só aconteça de forma regular, o que pode ser aproveitado para evitar que passem fome milhares e milhares de trabalhadores nos rincões mais longínquos de Mato Grosso, os trabalhadores braçais das madeiras.

Estou levando este problema não só para o grupo de trabalho em Mato Grosso, como também para a Ministra Marina Silva e para o Presidente do Ibama. Não sou favorável ao desmatamento, não sou favorável tampouco a que se continue poluindo o ar com as grandes queimadas que vão acontecendo a partir da grande quantidade de madeira que há, leirada, para ser queimada em nosso Estado de Mato Grosso. É uma situação difícil, que precisa ter sua solução.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

Sistema do Mato Grosso aumentou desmatamento ilegal

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores

As evidências sobre o desmatamento em Mato Grosso apontam claramente para a forma leniente com que o governador Blairo Maggi tratou, até agora, sua política de meio ambiente. Tudo aquilo que falavam os ambientalistas e o Ministério Público se confirmou. A matéria do Jornal Folha de São Paulo desta sexta-feira, dia 1º de junho, relata em detalhes, e responsabiliza diretamente, a política equivocada do Senhor Blairo Maggi para concessão de licenciamento ambiental.

Diz a extensa reportagem da Folha, assinada pelo editor de ciência – Jornalista Cláudio Ângelo:

“Um estudo apresentado nesta semana comprova pela primeira vez com números o que ambientalistas e o Ministério Público já vinham afirmando: o sistema de licenciamento ambiental por satélite de Mato Grosso falhou em conter o desmatamento ilegal naquele Estado a partir de 2003, primeiro ano do governo do "rei da soja", Blairo Maggi (PPS).”

Pior do que isso: a derrubada de florestas em propriedades rurais cadastradas no sistema no período 2003-2004 foi 50% maior do que nas fazendas que não estavam licenciadas. O desmatamento em reservas legais de propriedades (que, em tese, são áreas de proteção) foi o triplo do observado em unidades de conservação.

Ambos os números sinalizam que o monitoramento não só não inibiu os produtores rurais como pareceu estimulá-los a desmatar.

"Quem entrou no sistema não acredita que vá ser punido. Ele não se sente inibido", disse à Folha André Lima, do ISA (Instituto Socioambiental), que coordenou o estudo, juntamente com Alícia Rolla. A pesquisa, apresentada na última segunda-feira num seminário sobre desmatamento no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), está disponível a partir de hoje no site da ONG (www.socioambiental.org).

O sistema de licenciamento de propriedades rurais de MT, conhecido pela sigla SLAPR, era até 2003 considerado um exemplo para a Amazônia. Montado com recursos internacionais, ele ajudou a reduzir o desmatamento no Estado em 36% em 2001 e 2002. Em 2003, o índice explodiu de 0,7 milhão de hectares para 1,8 milhão, sem que houvesse uma mudança no sistema que justificasse. No período 2003-2004, segundo dados do Inpe, Mato Grosso respondeu por 48% do desflorestamento na Amazônia Legal.

Big Brother

O SLAPR funcionava como uma espécie de "grande irmão": para receber uma licença ambiental, os fazendeiros eram obrigados a apresentar todos os anos à Fema (a recém-extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente) uma imagem de satélite de suas propriedades, mostrando a reserva legal e a área a desmatar --até 20% de cada propriedade, no caso das regiões de floresta.

A Fema também possuía uma base de dados com imagens de satélite de todas as fazendas cadastradas, atualizada anualmente. Se alguém desmatasse onde não podia, o crime ambiental aparecia na imagem. Os fiscais já saíam para a vistoria com as multas prontas, o que ao mesmo tempo evitava a corrupção e permitia que um número reduzido deles vistoriasse todo o Estado.

O estudo do ISA faz parte de uma pesquisa maior, encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente, que busca justamente avaliar a eficácia do sistema. Para produzi-lo, Lima e seus colegas tiveram acesso à base de dados da Fema. Foram analisadas 6.116 propriedades, cadastradas no sistema entre 2001 e 2004.

A análise revelou uma explosão do desmatamento em 2003. O corte raso só em reservas legais no período representou 31% de todo o desmatamento em propriedades cadastradas no sistema. Do total de desmate em reserva legal entre agosto de 2003 e agosto de 2004, 48% ocorreu em propriedades licenciadas em 2003.

A análise não levou em conta averbações irregulares de reserva legal, ou seja, a concessão de autorizações para desmate de 50% de propriedades em área de floresta, que contraria a lei federal e é objeto de uma Ação Civil Pública do governo federal contra a Fema. Outra conclusão do estudo é que os ativos florestais --ou seja, as áreas passíveis de desmate mas que são mantidas como floresta-- estão sumindo em ritmo acelerado: 23% deles viraram cinzas só entre 2003 e 2004. Já o passivo, ou seja, o que foi desmatado acima de 20% das propriedades, cresceu 16,7% em 2003 --equivalente ao o crescimento somado dos três anos prévios.

Se a tendência permanecer, diz Lima, a compensação florestal, mecanismo pelo qual um fazendeiro com passivo compensa seu desmate em excesso pagando seus vizinhos para manter as florestas em pé, estará comprometida em menos de cinco anos. "É recomendável que o Estado adote medidas urgentes para viabilizar a compensação de reservas legais entre propriedades rurais, antes que todo o ativo florestal desapareça", conclui o estudo.

Enquanto o Governador Blairo Maggi “bate cabeça” com sua política ambiental, fica cada vez mais evidente que o que ele realmente prioriza são os negócios de seu grupo empresarial. Deliberadamente ou não, sua maneira atrevida em desmatar e só desmatar, ironicamente poderá ser seu sepulcro político. A demonstração cabal desta afirmativa pode ser constatada pelos noticiários em Mato Grosso em que o governador, pressionado pelo seu grupo empresarial Amaggi, ameaça não disputar a reeleição: diz a matéria do editor de política Luiz Acosta do jornal a Folha do estado/MT, que faço questão de reproduzir integralmente:

“O governador Blairo Maggi está reavaliando a viabilidade de disputar ou não a reeleição ao governo do Estado. A informação foi dada por uma alta fonte do PPS, partido pelo qual Maggi se elegeu em 2002, que alegou que o chefe do Executivo estaria descontente diante das denúncias responsabilizando-o pelo desmatamento irregular da floresta amazônica e que estariam colocando alguns organismos internacionais contra suas empresas, trazendo prejuízos financeiros para o grupo

O Grupo Amaggi, segundo a fonte, estaria recebendo ameaças de boicote de empresas internacionais desde que começaram as denúncias de desmatamento ilegal da floresta, agravadas pelo envolvimento direto do ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Moacir Pires, indicação pessoal do governador, com o esquema fraudulento de emissão de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) e de venda ilegal de madeira.

Recentemente, a empresa também teve negado um pedido de empréstimo da ordem de US\$ 30 milhões, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que alegou erros de encaminhamento do processo.

“São fatos que nunca aconteceram. O grupo empresarial de Blairo Maggi sempre teve as portas abertas no mundo. Agora, bastou ele entrar na vida pública para as coisas começarem a dar errado e isso tem deixado o governador profundamente decepcionado com a política. Esses fatos estão fazendo com que ele reflita muito sobre a conveniência de disputar a reeleição. É lamentável, será muito ruim para Mato Grosso, sob todos os aspectos, se ele decidir sair prematuramente da política”, afirma a fonte.

Felizmente, a pressão da sociedade, da comunidade internacional, dos jornais do mundo todo, e a revelação bombástica com dados científicos de prejuízo ao meio ambiente, pelo Jornal Folha de São Paulo, fez com que o senhor Blairo Maggi tomasse atitude, e na quarta-feira dia 13 de julho, juntamente com a Ministra do Meio Ambiente, companheira - Marina Silva, foi firmado convênio para que os órgãos ambientais da União e do Estado atuem de forma conjunta para combater o desmatamento ilegal.

"O governo está criando freios contra o desmatamento ilegal na floresta. Entre as medidas anunciadas, estão uma cooperação mais estreita entre MMA, Ibama e Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, a definição de uma força tarefa para criar novos parques e reservas e o reforço na fiscalização em áreas onde avança o desmatamento ilegal naquele estado”.

Além disso, será firmado o primeiro convênio envolvendo Ministério Público e Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para uso de dados do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) por Mato Grosso, e será desenvolvido um sistema para certificação das propriedades rural, as ações do governo serão desenvolvidas ao longo de um ano, até que os sistemas de gestão ambiental, de licenciamento e de fiscalização estejam estruturados. "Novas licenças para desmatamento só serão concedidas com o trabalho integrado de órgãos federais e estaduais, Ministério Público e sociedade, garantindo que a derrubada da floresta só ocorra de forma legal", garantiu a Ministra do MMA.

A ministra Marina Silva também informou que MMA, Ibama e Sema/MT estão recadastrando serrarias em todo o estado. O reforço de pessoal para o combate ao desmatamento naquele estado está sendo feito com o deslocamento de servidores de outros estados, com a realização de concursos públicos e investimentos de R\$ 50 milhões.

Resultados da Reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Mato Grosso, realizada em 13 de julho de 2005

1. Celebração de Termo de Cooperação Técnica com vistas a integrar as atividades SEMA e IBAMA para a gestão compartilhada no Estado do MT.
2. Instituição de força tarefa para criação de unidades de conservação no estado do MT, considerando o mapa de prioridades para a conservação da biodiversidade, decreto 5.092 de 21/05/04.
3. Realização de ações integradas IBAMA, SEMA e Polícia Ambiental do Estado do MT em áreas críticas.
4. Celebração de Convênio MMA/SEMA/MPE para aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural no Estado
5. Integração da SEMA e MPE ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – DETER, que passará a receber diretamente do INPE os informes sobre indícios da ocorrência de desmatamentos no Estado.
6. Criação de GT para implantação de sistemas de rastreabilidade da produção agropecuária do Estado.

Particularmente estou torcendo para que estas medidas possam, pelo menos, estabelecer um ciclo sustentável de manejo de nossas florestas. Os prejuízos ao meio ambiente em meu Estado, no entanto, são irreparáveis e em alguns casos irreversíveis, tudo pela sanha ambiciosa de alguns e a conivência do governador Blairo.

Quero dizer, finalmente, que estou extremamente preocupada com a paralisia geral do setor madeireiro em Mato Grosso, fato que pude constatar pessoalmente em viagem que fiz a semana passada a 14 municípios do norte do Estado e onde recebi inúmeros apelos no sentido de encaminhar uma solução de urgência que possa viabilizar o setor.

Só para ficar num exemplo Senhor Presidente, recebi levantamento da região de Nova Ubiratã/MT que informalmente relata desperdício de matéria prima em função do que consideram falta de bom senso por parte dos órgãos que são responsáveis pela fiscalização, mas que deveriam trabalhar para melhor aproveitar a matéria prima que sabemos ser finita:

Diz o ofício:

“Conforme acordado verbalmente, relatamos a situação crítica por que passa o setor madeireiro de nossa região. Particularmente em Nova Ubiratã, que é considerada fronteira agrícola, conforme o Jornal a Folha de São Paulo, edição de 19 de junho de 2005, fomos o município que mais devastou na Amazônia, porém conforme já informamos a Vossa Senhoria, devido ao desencontro de ações entre o IBAMA e a FEMA, a madeira das áreas derrubadas com autorização da FEMA, para agricultura, não podem ser aproveitadas pelas madeiras por não terem sua origem reconhecida pelo IBAMA, que não emite documento de origem para sua exploração.”

- Área derrubada em Nova Ubiratã com madeira em condições a serem exploradas: 48.000 Há.

Se considerarmos uma média mínima de 10 m³ por Hectare, teremos 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) m³ de madeira a ser aproveitada pela industria madeireira.

Se Considerarmos que uma madeireira de médio porte industrializa 6.000 m³ por ano, teremos matéria prima para trabalhar por 80 (oitenta) anos.

Considerando que temos em nosso município em torno 40 (quarenta) empresas de pequeno porte, temos hoje matéria prima que será desperdiçada para abastecer estas empresas por 02 (dois) anos.

Considerando que uma empresas destas gera entre diretos e indiretos em torno de 45 empregos, teremos garantido em dois anos 1.800 empregos em nosso município, que significa hoje 25% de nossa população. (Segundo IBGE: 7.108 Habitantes).

Temos que levar em conta também a madeiras que poderá ser explorada como lenha para secadores de armazéns, que também gera emprego na exploração, lenha esta que com certeza será destruída nas leiras.

Para tanto, sugerimos como solução imediata para que o setor não paralise totalmente, sejam feitos levantamos destas áreas e seja autorizada a sua exploração, até que o setor se organize e busque novas alternativas para sobrevivência.

Sugerimos também que os municípios tenham condições de organizar e fiscalizar os reflorestamentos em suas áreas de domínio, em parceria com os órgãos Estaduais e Federais, como forma de estimular a garantia de crescimento sustentável da atividade madeireira.

Devido à criação dessa força-tarefa, encaminharei esta e outras propostas para esse comitê gestor e espero que num curto espaço de tempo, possamos dar a agilidade necessária a esse importante setor da atividade econômica de Mato Grosso.

Senadora Serys

The bottom of the page contains several handwritten signatures in blue ink. There are also some faint, illegible stamps or markings, possibly from a government office or a specific committee, located below the signatures.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de dez minutos com prorrogação de dois minutos, mais a tolerância da Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é compreensível o vazio deste plenário. Lá na Comissão o clima é de exaltação. Hoje é o dia do célebre depoimento do tesoureiro do PT. Armaram um esquema segundo o qual tudo o que aconteceu no PT foi o tesoureiro. Cento e tantos milhões de empréstimos dos bancos foi feito pelo tesoureiro. Ele e o empresário assumiram esses empréstimos, e a Executiva Nacional não sabe de nada.

Ontem, falou o Secretário-Geral, que tinha ouvido falar, e agora está lá o tesoureiro. O que aconteceu foram gastos de campanha. Muitos companheiros do PT tinham dívidas grandes da última eleição. E o tesoureiro, junto com o empresário, pegou uma série de empréstimos e distribuiu esse dinheiro. Para quem? Ele não fala. Quanto foi? Ele não fala. Quais são os seus bens? Ele não fala. O que o senhor possui? Ele não fala. Está ele com um advogado, que, como diz a Deputada Juíza Denise Frossard, é um dos mais caros de São Paulo. Traçaram uma tática. Não houve roubo, não houve falcatura, não houve nada. Não teve mensalão, não teve nada nos Correios, não teve nada. O que houve foi que o PT se utilizou do chamado caixa dois, dinheiro não regularizado. Nas campanhas políticas, o PT gastou e ficou devendo dinheiro não contabilizado. Para pagar, o tesoureiro e o empresário foram aos bancos e pegaram dinheiro fora do PT para pagar essas contas e não contabilizaram.

O que eles querem dizer é que o que aconteceu aqui foi muito simples, algo que geralmente acontece. Candidato a prefeito, a deputado, a senador, a governador, gasta muito mais do que se imagina na campanha. Gasta! Gasta e não registra e fica por isso mesmo. É o que o PT teria feito e é o que ele agora está apresentando, uma tática que eu diria inteligente sob o ponto de vista jurídico. Os advogados orientaram para que o PT fique firme nisto, que não houve uma vírgula de irregularidade a não ser dinheiro usado para campanha. Eles acham que, assim, caem no crime eleitoral, e o crime eleitoral já passou, porque a eleição foi há dois anos e meio, já prescreveu e nada pode acontecer. Eles acham que toda essa confusão que está havendo no Brasil terminará zero a zero. Mas que ingenuidade é essa?

O advogado deles pode ser muito competente, pode entender, pode orientar no sentido jurídico, mas, no sentido político, ele não entende nada. Ele não entende o que dizer para um Secretário-Geral que vem aqui

depor quando perguntado “quais são os seus bens? O que é que o senhor tem”? “Eu direi depois, na hora em que achar importante”. Como pode um Secretário-Geral do PT se esconder, não dizer o que tem? Onde é que estamos, meu Deus do céu?

Depois, ficamos sabendo que tem um carro último tipo, o mais moderno, e que uma das empresas que tem atuação lhe deu de presente. O Collor também ganhou de presente um carro Elba quando estava na Presidência da República. Aliás, o carro do Collor era bem mais simples do que esse que o Secretário-Geral ganhou.

O Presidente Lula disse: “Vamos investigar; não fica pedra sobre pedra. O que tem para se falar se falará, e se dirá a verdade”. E eles estão escondendo. Não está entendendo o PT que, só botando a nu a realidade, conseguirá vencer essa etapa.

O Brasil confiou no PT, foram 25 anos em que o PT semeou, plantou, teve uma obra excepcional, andou pelos bairros, pelas vilas, pelos operários, pelos trabalhadores. O povo confiou e deu uma vitória ao Lula, um homem do povo, um homem simples, que vinha das camadas mais humildes da população e chegou à Presidência da República.

Agora está aí. Agora esta aí, meu Deus do céu! Agora está aí o Partido envolvido no caos e não quer sair. O PT só tem uma saída: botar a nu o que aconteceu e botar para rua os que cometeram corrupção. O PT ou faz isso ou sucumbe junto.

Volto a repetir: o meu Partido, o PMDB tem uma história mais espetacular que a do PT, porque o MDB foi o Partido da luta democrática, que fez a democracia, que lutou contra a ditadura. Quando o PT entrou, já tínhamos a democracia. Mas nós, o PMDB, sustentamos os 20 anos da ditadura militar, defendemos, lutamos, esbravejamos e conquistamos a democracia.

O Tancredo Neves ganhou a eleição; morreu antes de assumir. Assumiu o Sr. Sarney. E o MDB ficou naquela: um pé no Governo Sarney, um na Oposição. Nós tínhamos ganho dois terços na Câmara dos Deputados, dois terços no Senado e todos os Governadores, à exceção do Sergipe. Uma eleição depois, logo depois, o Dr. Ulysses entrou com 3%. O povo não aceitou aquela tibieza do MDB, o povo não aceitou aquela falta de capacidade de ação e de tomar posição do MDB. E não tivemos nada de envolvimento com escândalo, com imoralidade. Não chegamos ao Governo. O PT chegou e elegeu o Presidente da República. O povo confiou, está olhando para ele e vê esse espetáculo que a televisão está transmitindo. Há uma revolta geral.

Chego no Rio Grande do Sul, e sobre todos os partidos estão dizendo “o que está acontecendo? Mas

o que é isso, meu Deus do céu?” Estão enlameando nós todos juntos.

Agora vêm querer dar um golpe: “Não, foi despesa de campanha”. “Olha, os partidos gastaram demais, e, como os partidos gastaram demais, tivemos que dar dinheiro para pagar as despesas”.

Quer dizer, o que se falou dos Correios não existe mais. As irregularidades, os ilícitos não existem mais. É isso o que o PT quer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, sempre tive V. Ex^a como um amigo não apenas pessoal, mas também do PT. V. Ex^a, às vezes, teve divergências no Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou fã do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas poderia aqui recordar tantos episódios de que fui testemunha, inclusive diálogos que V. Ex^a teve com o Presidente Lula, hoje, juntamente com José Graziano, e no tempo do Governo Itamar Franco, quando V. Ex^a era o Líder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No seu gabinete.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No meu gabinete.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em nome do Presidente da República, convidava o Lula para trazer o PT para participar do Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Exatamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a participou do diálogo com o Presidente Itamar Franco a respeito de como iria contribuir para acabar com a miséria e a fome.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O PT apresentou uma proposta, e o Presidente Itamar a aceitou e a pôs em prática.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Essa foi uma entre dezenas de ocasiões em que estivemos juntos, inclusive tivemos participação e interação intensa tanto na CPI de Paulo César Farias quanto na CPI do Orçamento, pois ambos fomos os primeiros proponentes diante das irregularidades ocorridas. A sua palavra é de recomendação positiva. Nós do PT precisamos colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona. Esta é a minha recomendação a Silvinho Pereira e a Delúbio Soares: revelem as coisas tais

como aconteceram, de acordo com a recomendação do próprio Presidente, nas suas últimas falas. Que se diga toda a verdade, não só pela metade; que não se diga a inverdade, porque tem pernas curtas. Esse foi o sentido maior da sua fala para o Fantástico, no último domingo. Vamos aqui colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona, e esse será o caminho para que a nossa Instituição, o Congresso Nacional, e para que o PT se fortaleçam. Uma organização constituída de seres humanos, é claro, pode ter pessoas que cometam erros. Eu posso cometer erros. Mas é importante que essa organização saiba como corrigir os erros. É isso que precisamos demonstrar agora. A possibilidade de o Partido dos Trabalhadores sair dessa situação, sobreviver e ainda se fortalecer no futuro dependerá muito de como vamos corrigir os erros, reconhecê-los, responsabilizar os que porventura tiverem cometido faltas graves e, com o Congresso Nacional e conosco mesmos, ver quais as medidas para caminharmos na direção de nunca mais cometer essas impropriedades. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que fala como um amigo. Sei que V. Ex^a respeita o PT e sabe o quanto, na sua terra, o Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores é forte, se fortaleceu. V. Ex^a, muitas vezes aqui elogiou as iniciativas do orçamento participativo e tantas outras, das quais foi testemunha na sua terra, em Porto Alegre, em Caxias do Sul e em outros municípios gaúchos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que me fez lembrar os tempos em que V. Ex^a estava praticamente sozinho aqui nessa bancada, em que V. Ex^a era o único representante do PT. Foi uma luta difícil a sua. V. Ex^a incomodava, um Senador que, sozinho, parava este Senado, porque impunha respeito.

Gosto do PT. Meus companheiros do MDB me olhavam com um certo ressentimento, no Rio Grande do Sul, dizendo: “Mas por que você não vai para o PT?” “Eu não vou para o PT porque sou do MDB. Mas reconheço que o PT é um fator novo na sociedade brasileira. Representa uma verdadeira revolução social, sem a violência. E, com o Lula, ele tem todas as condições de fazer.” Eu acreditava. Eu acreditava!

Quando tive a honra de o Lula jantar em minha casa, eleito Presidente, antes de assumir, eu disse para ele: “Lula, o Brasil inteiro hoje é Lula: a universidade, os empresários, os intelectuais. Há uma torcida só para que o teu governo dê certo. E você não tem compromisso com ninguém, Lula. Você não tem compromisso com militar, nem com empresários; você não tem compromisso com absolutamente ninguém a não ser com

a sociedade brasileira. Escolha os mais capazes, os mais competentes, e faça um governo revolucionário que você tem condições de fazer”. E eu achava que era isso que ia acontecer.

Agora, nessa altura, eu concordo que temos que passar o Brasil a limpo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Eu concordo que nós temos que mudar profundamente esses vazios pelos quais saiu o dinheiro para as campanhas eleitorais. Eu concordo que tem que ser reformulado isso. Eu concordo. Mas ficar só nisso, não. Nós temos é que botar o dedo nas coisas que aconteceram. Nós temos é que chamar a atenção para os erros cometidos. E o PT tem que fazer a **mea culpa** dele. O PT fazendo a **mea culpa**, ele e o Lula, afastando alguns que devem ser afastados. Por isso que eu não entendo. Demitiram o coitado do Olívio Dutra, e o Presidente do Banco Central está lá, ainda. O Presidente do Banco Central está lá, processado pelo Supremo Tribunal, processado por corrupção. E está lá o Presidente do Banco Central. Mas o que é isso, meu Deus do céu!? Como é que eles vão dizer que o Governo começou a se moralizar, se um Presidente escandaloso, como esse do Banco Central, está lá no Governo? Ter coragem de mudar, fazer uma plataforma singela, falar à Nação, o PT pode dar a volta, e o Lula também. Agora, esconder para debaixo do tapete, querer encontrar uma fórmula jurídica e obrigar os jovens, os companheiros do PT, a votar numa fórmula dessas, é suicídio coletivo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história se repete. V. Ex^a me lembra o Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, um instante. Senador Pedro Simon, V. Ex^a já tem 4 minutos de prorrogação. Peço ao Senador Mão Santa que seja breve no aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estamos há tão pouco tempo aqui, Senadora!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dez segundos para elogiar a Senadora Serys Shlessarenko, que fica muito bem na Presidência. Mas a história se repete, Senador Pedro Simon. Havia em Roma um Senador, Cícero, brilhante como V. Ex^a. Dizem que foi o maior orador do mundo, porque V. Ex^a não tinha nascido. Mas, diante da corrupção que derrubava o Império Romano, César disse: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lamento, Senador Pedro Simon, pois não se trata de apenas um Catilina; são muitos Catilinas abusando da nossa paciência.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Serei breve. Estou indo para a CPI, e não poderia deixar de fazer o aparte, de parabenizar V. Ex^a e de concordar com o que diz em relação à necessidade de o PT fazer o que tem que ser feito, de fazer a mudança que precisa ser feita no Partido. É por isso que apóio o Sr. Raul Pont para Presidente do PT e o fato de o Presidente Lula – já dissemos isso várias vezes – demitir não apenas para colocar pessoas de outros Partidos. Considero legítimo que Sua Excelência coloque pessoas de outros Partidos, mas que demita quem está sob suspeita e quem está sendo processado, como, por exemplo, o Dr. Henrique Meirelles, pois este já deveria ter saído há muito tempo, ou talvez nunca devesse ter entrado neste Governo. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigada a V. Ex^a. Eu acho, Sr^a Presidente, que é uma hora em que todos devemos colaborar. Temos que dar força nesse sentido. Aquelas CPIs que estão aí não devem ser feitas no sentido de tentar derrotar o PT, e muito menos tentar se fazer no sentido de atingir o Lula. Sou daqueles que defende que a pessoa do Lula é uma pessoa muito importante. E que, para nós, é muito importante que o Lula chegue até o final de seu Governo. Mas o Lula tem que dar exemplo para isso. O Lula tem que dar sinal para isso. E, nessa altura, não estou aqui para dizer “sabia ou não sabia. Se sabia, era isso; se não sabia, era aquilo”. Estou para dizer que agora aconteceu, e todo o Brasil sabe. E se agora aconteceu, e todo o Brasil sabe, o Lula tem que tomar providência. E a sua Bancada aqui no Congresso tem que ser a primeira a dar o exemplo.

Quando, há um ano e oito meses, Sr^a Presidente, pedimos a criação da CPI dos Bingos, que era o caso do Waldomiro, não tinha nada. Àquela altura, o Lula era Deus, o PT era Deus, o Governo era uma maravilha, não tinha nada. Foi o primeiro fato que aconteceu. Se tivessem criado aquela CPI, nós não chegaríamos onde chegamos hoje, mas uns achavam que eram mais amigos do Presidente do que todo mundo, e boicotaram, não deixaram criar a CPI.

O Sr. Mercadante e os Líderes do PMDB e do PTB não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar, não indicou. Engavetaram. O Supremo teve que mandar indicar. Se

tivesse sido constituída lá, um ano e oito meses atrás, não estaríamos na situação em que estamos hoje. Estou dizendo isso para dizer apenas o seguinte: ser amigo não é esconder, não é botar o rosto no travesseiro para não enxergar. Ser amigo é ter coragem de dizer: isso é errado e isso deve ser modificado.

Acho que isso deve ser feito, Sr^a Presidente. Torço e rezo para que possamos ver o Presidente Lula e o PT reconduzidos à posição para a qual o País os escolheu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, suplente de Secretário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a já está inscrito, em primeiro lugar, logo após.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

É francamente para um estudo de caso da política universal a transformação sofrida por Luiz Inácio Lula da Silva a partir do instante em que assumiu a Presidência da República.

Já se falou um montão sobre o abandono das bandeiras históricas dele e de seu partido, em especial em matéria de política econômica.

Deu-se nesse caso o seguinte fenômeno: Lula tinha meia dúzia ou pouco mais de afirmações sobre outro tanto de temas nacionais. Ao chegar ao poder, achou que todas não passavam de “bravatas” e mandou-as para o lixo da história.

Como nem ele nem seus imediatos tinham uma única idéia diferente das velhas “bravatas” para pôr no lugar, passou a seguir o manual básico da ortodoxia.

Na área social, aumentou, de fato, ao menos segundo a propaganda oficial, o número de beneficiados pelos programas de transferência de renda, o elegante nome que se dá ao “sopão para os pobres”. Mas a inclusão, que era uma das “bravatas” de sempre, nadica de nada.

A esse cenário, já desolador, pelo que caracteriza de estelionato eleitoral, soma-se agora o abandono também do partido. Na entrevista que o “Fantástico” divulgou no domingo, Lula parece envergonhado do PT, a ponto de dizer, muito rapidamente...

Disse o Presidente Lula: “Já faz tempo que deixei de ser presidente do PT. Depois que virei presidente, não pude mais participar da direção do PT, não pude mais participar da reunião do diretório”. Como se Lula não tivesse sido também seu fundador, presidente de honra, referência principal e único candidato presidencial que o partido teve em toda a sua história. Não é esse mesmo Luiz Inácio Lula da Silva que exibiu orgulhoso a estrelinha do PT na lapela durante a visita a George Bush pouco antes da posse. Todo o Brasil lembra que, quando visitou George Bush, antes de tomar posse, Lula, ao invés de levar a Bandeira brasileira, levou a estrela do PT.

Pois bem, não foi na residência oficial do mesmo Luiz Inácio Lula da Silva que se desenhou uma estrela vermelha no gramado, para horror dos puristas zelosos do patrimônio histórico nacional? Quem não se lembra da estrelinha vermelha que estava lá no gramado da casa do Presidente Lula? A casa oficial. Agora, o horror é de Lula em relação à estrela vermelha. É tarde! Não há erro nem pena do PT que não respingue, pelo menos, em Lula.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o jornalista Clóvis Rossi por essa brilhante peça que escreve na **Folha de S.Paulo**, mas também quero lembrar que, quando vai à televisão, às emissoras de rádio, na hora dos improvisos nas inaugurações, que são poucas, o Presidente Lula diz que não tem nada a ver com o PT. Diz que os bons ficaram no Governo. Acho que tem muito petista que não se sente bem com essas palavras do Governo, principalmente aqueles que estavam à frente do falido PT. Mas saem alguns do PT e o Presidente diz que não tem ligação com o PT, que não se lembra mais onde fica o PT, que depois que assumiu não participou de mais nada do PT. É bom que se lembre.

E aqui está, Sr. Presidente: Executiva do PT mantém Delúbio no Partido. Esse que está hoje mentindo à Nação, esse que está ali numa CPI envergonhando o PT, o seu Partido, e a Executiva que foi expulsa porque estava desviando os recursos públicos que chegavam por meio do empresário Marcos Valério, “carequinha”, e que era pago, e esse dinheiro chegava para bancar campanhas e caixa dois.

Sr. Presidente, e o que fez o Presidente Lula? Saiu Genoino, entrou Tarso Genro. E quem é Tarso Genro? Ainda é, hoje, o Ministro da Educação. Saiu do Governo direto para o PT – é claro, contrariando o seu maior Líder, o pai do PT, o fundador do PT, o Presidente Lula. Um Ministro do Presidente Lula é o Presidente do PT, e o Presidente da República diz que não tem nada a ver com o PT.

Ora, nessa mesma foto está o Sr. Ricardo Berzoini. Este jornal é de hoje, está aqui, **Folha de S. Paulo**. E quem é Ricardo Berzoini? Não é só aquele ex-Ministro do Governo Lula que não gosta dos velhinhos, é aquele que forçou – talvez com recursos do mensalão – muitos Parlamentares a votar contra os aposentados, taxando-os em 11%; é aquele que colocou os velhinhos nas filas dos bancos. E esse cidadão, semana passada, saiu do Ministério do Presidente Lula para ser um dos diretores da Executiva do PT.

Ora, está aqui Tarso Genro, está aqui, Senador Mão Santa, Berzoini, e ainda há o Humberto Costa, que era o Ministro da Saúde até semana passada e saiu do Ministério diretamente para a Executiva do PT.

Ora, Srs. Senadores e Senadoras, o Presidente Lula não tem nada a ver com o PT. E o Presidente Lula não quer mais saber da estrelinha vermelha. Não há como separar, dividir, mudar a história da noite para o dia. O Presidente Lula sabia o que estava acontecendo dentro do PT. O Presidente Lula sempre soube o que aconteceu desde a sua fundação até agora. E não adianta tentar enganar a opinião pública e o povo brasileiro, um povo que se encontra, hoje, sem esperança e envergonhado do voto que deu ao Partido dos Trabalhadores. É um povo que, com certeza, espera muito deste Congresso Nacional que não vive os seus melhores dias.

Nós sabemos, a sociedade sabe, pois já comprovou, e as pesquisas estão mostrando que a credibilidade da classe política não anda nada bem e a credibilidade em relação ao Presidente está em queda livre.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a oportunidade única que nós, os representantes do povo brasileiro...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... temos uma oportunidade única de recuperar a imagem, o valor, o tamanho deste Congresso Nacional. Temos que fazer a boa investigação. Temos que contar não só com o apoio do povo brasileiro, não só com o apoio da imprensa nacional, mas também com o da Justiça brasileira, porque, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que estamos vendo de ontem para cá na CPI dos Correios são dois ex-diretores do PT mentindo, e mentindo sem a menor vergonha na cara, escondendo aquilo que não podem dizer.

Será que o Sr. Delúbio sabia disso tudo? Será? Será que o PT e o Presidente Lula – que entrou nessa conexão, pois na hora da entrevista de domingo passado, tentou fazer o mesmo discurso de Delúbio e o mesmo discurso de Marcos Valério? Pareciam combinados, era a mesma coisa. Pensam que o povo brasileiro não raciocina mais, não entende qual é a

verdade? Será que eles pensam que o povo brasileiro está acreditando nisso? Não. Confesso que o povo brasileiro sabe o que quer. A crise está solta e fará muitas vítimas, mas há o que não pode ser vitimado: a democracia, as instituições e o povo brasileiro. Convoco o Congresso Nacional.

E peço também aos companheiros do PT que já jogaram na lata de lixo a ética; aos companheiros do PT que diziam que não se chegaria ao PT, que era coisa do PL, PP e do PTB – mas chegou-se, e a prova é a relação do banco –, que agora busquemos a verdade para tentar salvar a democracia, as instituições e o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que não votamos a LDO. De qualquer sorte, nesta Casa, embora vazia por causa da CPI dos Correios, nós temos a tribuna livre para dizer as verdades que o povo brasileiro quer ouvir.

Hoje, mais um mentiroso: o Sr. Delúbio Soares, o mais cínico dos depoentes nesta Casa. Pensei que fosse o Silvinho, de ontem, mas não. O Silvinho, de ontem, ficou desmoralizado quando viu que o empresário, por sinal baiano, deu-lhe de presente um Land Rover e, mais ainda, deu-lhe a oportunidade de viajar em aviões a jato.

Um dos insensatos – e são muitos – do PT, principalmente da minha terra, foi fisdado dando como documento para receber dinheiro no Banco Rural a carteira de Parlamentar. É inacreditável, mas é verdade. Não tenho nenhum prazer em ver o Sr. Josias Gomes fora do Parlamento. Não é esse o meu estilo. Não gosto nem mesmo de me vingar dos que foram injustos comigo, mas tenho o direito de dizer que este Governo caminha a passos largos para piorar a sua situação, levando consigo, infelizmente, o PMDB.

E aqui está chegando o nosso Presidente Renan Calheiros.

Mas a ânsia dos seus maiores Líderes em dar a tal governabilidade, que ninguém nega, ao Presidente Lula, nos leva também a dizer que não podemos concordar com esses que – como agora o eminente Pedro Simon, a quem esta Casa tanto deve – dizem

que Lula está fora desses processos. S. Ex^a sabe que não está. Defender aqui o Lula é impossível. Porque tudo, tudo, tudo, no PT – hoje a Senadora disse isto com muita propriedade – é feito sob a égide do Presidente da República.

Senador Luiz Otávio, Presidente desta sessão, nada mais grave do que eu vi ontem: o PT está se regozijando com uma pesquisa que é totalmente contra o Partido. É só fazer a análise: 42% dos brasileiros querem o *impeachment* do Presidente Lula; 48% – eu me incluo entre estes – não desejam o *impeachment*. Eu posso não desejar o *impeachment*, mas não posso negar que o Presidente é o principal responsável por tudo isso. Esta situação é muito triste para o País.

O Presidente Lula tem que explicar ou mandar explicar por um dos seus Ministros, ou pela Dr^a Dilma Rousseff, o caso da Gamecorp. Talvez ninguém saiba o que é a Gamecorp. A Gamecorp é a empresa do filho do Presidente Lula que recebeu da Telemar R\$5 milhões. O próprio filho do Presidente recebeu da Telemar R\$5 milhões para a Gamecorp. Será que ele não vê que a vida do seu filho mudou, talvez mais do que a dele, Presidente da República, e que nunca teve patrimônio para fazer mudar a vida da sua família? Sua Excelência tem que explicar por que a Telemar está fazendo assim, dando R\$5 milhões para a firma do filho dele. Isso passa batido, sem que o Presidente dê qualquer explicação. Nem ele, nem ninguém do seu Governo, inclusive o seu Líder nesta Casa.

O Presidente Lula tem que dizer como funcionam esses fundos – e esses fundos funcionam, Sr. Presidente, da maneira mas desonesta possível. Não é de agora, vem de longe. Mas agora piorou muito, está como rosa que só tem espinhos, porque tudo que se pratica fere realmente a sociedade e fere os fundos no País.

E ainda vejo o que o Lula declarou. Tenho em mãos a seguinte manchete: “Lula diz que é melhor falar bobagem do que fazer bobagem”. Ele faz as duas coisas: fala bobagem e faz bobagem no governo.

O linguajar do Presidente é terrível! Até mesmo quando ele combina com os seus parceiros Marcos Valério e Delúbio, o linguajar fica muito ruim.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já concluo, mas, por favor, deixe-me terminar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a pode ficar inteiramente à vontade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há poucas pessoas nesta sessão e eu não quero deixar de falar sobre este assunto.

Quantas vezes o Senador Aloizio Mercadante vem a esta tribuna para dizer que as coisas melhoram em todos os sentidos? Mas aqui está, é de hoje: “Dieese aponta em maio queda na renda dos assalariados”.

Quem são os assalariados? São aqueles mais necessitados. Quem são os assalariados? São os colegas de Lula no tempo em que ele era pobre e a sua família também.

Ora, Sr. Presidente, abra-se a Petrobras, para ver o que lá acontece! Abram-se os fundos, para ver o que está acontecendo. E temos de fazer isso, Sr. Presidente! Claro que não vamos tumultuar a CPMI dos Correios. Aliás, se encerrassem hoje a CPMI dos Correios, já estariam provados o roubo e o mensalão, e nem todos estariam aqui acanhados, porque estaria à visibilidade total, até de muitos que não admitíamos que fosse possível, como o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo. Até ele está realmente metido!

E, como disse no início, um deputado da Bahia, presidente do partido na Bahia, deu, como comprovante para receber R\$100 ou R\$200 mil reais da conta Marcos Valério, a carteira de parlamentar. É incrível! É incrível! Outro recebeu um automóvel, como ficou provado ontem, pago em dinheiro, R\$73.000,00 (setenta e três mil reais). Não é assim um Celta, que custa R\$20.000,00 (vinte mil reais), foi um *Land Rover*! E só mesmo um petista de vulto como Silvio Pereira poderia receber um *Land Rover* e nele andar!

Enquanto isso, os salários caem, o povo sofre e não se apura. Em qualquer setor da administração pública, com raras exceções, vão se encontrar as falcatruas deste Governo.

Nós temos deveres, Sr. Presidente; nós, até agosto, vamos ter sessões do tipo desta, em que apenas aqueles que têm um dever maior do que os outros vêm à tribuna para dizer: não adiantam ameaças comigo.

Tudo o que na vida tinha que sofrer já sofri. Depois que sofri a perda do meu filho, tudo o que me fizeram é pouco e não me atinge, e eu continuarei com a voz cada vez mais forte...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...para denunciar os malversadores do dinheiro público.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a simboliza a grandeza da Bahia. Foi lá que tudo começou, lá em Porto Seguro. Nós comemoramos os 500 anos do Brasil lá. Mas eu quero dizer a V. Ex^a que desde Porto Seguro até os dias de hoje, de Brasília, a história não relatou tamanha corrupção, tamanha vergonha, tamanha indignidade. Quis

Deus eu estar aqui com o livro de Ulysses, que retrata muito bem o que o nosso Presidente Sarney chama de liturgia do cargo. “Eu já disse ao Café que nenhum presidente da República sobrevive no Brasil se não impõe respeito.” Então, o desrespeito está aí campeando. O mal, como diz Antônio Vieira, o padre, nunca vem só. Vem a corrupção em seguida. E aí está.

Deus escreve certo por linhas tortas: mandou seu filho para o céu, está lá lhe dando força, e V.Ex^a está continuando a grandeza da Bahia de Rui Barbosa, que advertiu: “Vai chegar o dia em que vamos ver a corrupção tornar-se maior do que o mar; vamos rir da honra e ter vergonha de sermos honestos” E esse dia chegou. É o Governo do PT de Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito grato ao aparte de V.Ex^a, que tem a força da verdade; e nada mais forte do que a verdade e nada pior do que a mentira. O Governo atual é um governo da mentira. E isso está se vendo todos os dias nos depoimentos na CPMI.

Portanto, o que eu quero dizer, neste instante, é que nós, no Senado, Sr. Presidente, temos a sorte de ter um homem independente, corajoso e de tradição. Eu fico muito feliz com isso, de ter V. Ex^a na Presidência do Senado, porque é uma garantia que não há interesse seu, nem partidário, nem político. V. Ex^a é político e age, muitas vezes, politicamente. Mas nada que vá ferir a dignidade do Congresso Nacional acontecerá com V. Ex^a na Presidência. Isso já é um consolo para os brasileiros que, não tendo um governo com a dignidade que o povo merece, vai ter um Senado da República que vai dignificar esta Nação e a cada dia crescer aos olhos do povo, que vai confiar em nós em tudo que aqui fizermos. Ninguém deseja o *impeachment* do Presidente Lula. Mas nós não queremos que este Presidente continue no rumo que está e que aqui ainda venham pessoas, mesmo dignas, dizerem que o Presidente não tem nada com isso. É o Presidente o principal culpado. Os outros um dia falarão, principalmente esses que ele hoje está acusando e que ontem eram aqueles que lhe davam tudo, tudo, tudo, inclusive a própria eleição para Presidente da República.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, sei da sua juventude, da sua luta, V. Ex^a é nordestino e, antes de tudo, um bravo. Eu queria apenas adverti-lo do momento que V. Ex^a passa. V. Ex^a é um protegido, um iluminado de Deus. Na História do Brasil, em pouco tempo, uma pessoa teve uma ascensão, navegou... Navegar é preciso, viver não é preciso, criar é preciso. V. Ex^a tem sido iluminado. Nós sabemos, a História e o Brasil sabem. Mas queria adverti-lo do seguinte: a história se repete. V. Ex^a se lembra de Getúlio Vargas, Café Filho, que citei, faltou ao respeito, e o País estava assim e, de repente, a Câmara não segurou. Foram buscar Nereu Ramos, que tranqüilizou, entregou a Presidência a Juscelino Kubitschek. Talvez Deus tenha escolhido V. Ex^a, assim como escolheu Davi e Moisés, para guiar o Brasil neste momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Sr^s e Srs. Senadores, já vi muita coisa na vida para me surpreender com os fatos contemporâneos, mas algo me chamou profundamente a atenção, mesmo não me causando qualquer surpresa. Por defender o programa do PT, por defender os direitos dos trabalhadores, a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Babá, a Deputada Luciana, o Deputado Fontes, foram expulsos do PT. E ontem a Executiva do Partido dos Trabalhadores, reunida mais uma vez, que é só o que ela faz ultimamente, por 11 votos a 7, rejeitou uma mera suspensão daquele que se habituou a roubar, daquele que inaugurou formas modernas de dilapidar o patrimônio público, utilizando o dinheiro do povo brasileiro para custear patifaria neste País. Ontem, a Executiva do PT rejeitou a suspensão do seu ex-tesoureiro, Delúbio Soares.

Então, a lição que se tira é a seguinte: o Parlamento do PT que defenda seu programa, que defenda o direito dos trabalhadores brasileiros merece a execração. Mas todo aquele que rouba, que malversa, que promove “mensalão”, que atravessa, é premiado com o reconhecimento desse Partido como sendo digno de nele pertencer, como qualquer de seus membros. E olhe que eu conheço pessoas no PT da maior dignidade. Por eles, sinto-me envergonhado de ter na companhia daquele Partido pessoas como Delúbio Soares, Silvano Pereira. Deus me livre! Por militantes, por Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que são genuinamente a maioria, por eles eu sinto vergonha.

Sr. Presidente, no final de semana, no meu Estado, fui procurado por representantes do Movimento dos Excedentes do Concurso da Polícia Federal, que está em curso ou sendo encerrado este ano, que postulam algo que acredito ser legítimo. A Polícia Federal promoveu um concurso para seus quadros, no qual se inscreveram 218 mil candidatos; 6.651 candidatos foram aprovados, mas apenas 3.684 serão aproveitados de imediato.

Temos ouvido das autoridades judiciárias federais, inclusive do Presidente do STJ, a afirmação de que, sendo a Polícia Federal a polícia judiciária da Justiça Federal, há muito se faz necessário o aumento do seu quadro, que ele chega a estimar em pelo menos vinte mil integrantes, para que ela possa cumprir com sua finalidade institucional.

Portanto, o ofício a mim dirigido veio com uma sugestão e uma proposta de apoio a esse movimento dos excedentes do concurso da Polícia Federal, que eu prazerosamente assinei, por achar que é uma postulação, uma pretensão absolutamente legítima.

A Polícia Federal de que eu falo é a polícia federal que realiza e cumpre sua finalidade constitucional sem pirotecnia, sem espalhafato; é aquela Polícia Federal do dia-a-dia, séria, compenetrada, que precisa realmente reforçar seus quadros de agentes, de peritos, de delegados, ou seja, todo o seu quadro funcional. Até porque, quando observamos as operações da Polícia Federal, sempre registramos que, quando ela sai para uma grande operação, tem de recrutar membros da Polícia Militar e da Polícia Civil, e, tendo reforço no seu quadro, tal fato seria dispensável. Ela mesma, por si só, poderia cumprir com suas missões sem precisar recrutar força policial de outras corporações. Assim, digo aqui que assinei o documento de apoio a essa postulação com muito prazer, por considerá-la legítima.

Outro assunto que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é uma notícia divulgada também neste final de semana na minha terra. Estou aqui com o jornal **O Rio Branco**, de domingo, dia 17, que traz a seguinte matéria: “ONG demite agrônoma por ousar apoiar movimento de protesto”. Na manchete da capa, “Demissão em ONG por incompatibilidade ideológica gera revolta e protesto”. Explico: A ONG aqui referida é o Pesacre – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre.

Eu queria aqui lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que no meu Estado já houve época em que os sindicatos rurais iam para cima, como se diz, não deixavam barato, eram atuantes, como o sindicato de um Chico Mendes, por exemplo, que enfrentaram situações as mais complicadas e as mais diversas, com grileiros querendo se apossar de imensas áreas

no nosso Estado. E o Chico Mendes, o Osmarino e tantos companheiros dele de então promoveram o movimento que ficou conhecido no País como Empate. Iam para dentro da mata e, de forma pacífica, mas firme, resistiam à derrubada das nossas florestas pelos grileiros, por aqueles que queriam transformar o Acre num grande pasto.

Hoje, os sindicatos rurais do meu Estado se acomodaram. Essa técnica Marineide foi excluída da ONG Pesacre – que tem como integrantes, na sua totalidade, membros do PT – por apoiar, por orientar, por simpatia com o Movimento dos Pequenos Agricultores, que, em face da leniência, da acomodação dos sindicatos rurais do meu Estado, hoje se consolida como um movimento que representa os interesses dos pequenos produtores no Acre. Essa senhora, uma agrônoma, profissional competente, foi excluída do Pesacre, que – repito – é mais Governo do que ONG.

Temos que acabar com essa história de validar determinadas ONGs que atuam no nosso Estado, no nosso País, porque elas são genuinamente braços, extensões de governos. Essa, por exemplo, é uma. Todos os seus integrantes são membros do PT. A essa história já ouvíamos na época da ditadura. Como diz aqui o jornal, incompatibilidade ideológica.

Vejam onde chegamos. O PT, por intermédio dos seus representantes naquela entidade, recomendou que aquela servidora, que aquela funcionária, que aquela agrônoma que reconheceu a necessidade, a importância do Movimento dos Pequenos Agricultores, o qual se firma, consolida-se no Estado, fosse expulsa, porque o Movimento dos Pequenos Agricultores no Acre se colocou e se coloca de forma firme nas reivindicações daquilo que o Governo do Estado precisava e precisa fazer.

Tenho dito desta tribuna: o Governo do Estado cortou a parceria com os pequenos produtores no meu Estado a ponto de o Estado do Acre ter perdido a capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Hoje, no Acre, no mínimo 70% do que nós comemos – eu não estou falando aqui de automóvel, estou falando do que nós comemos – vem de fora.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Um Estado pequenininho como o nosso, que já foi capaz de produzir o que a sua população necessita.

O Movimento dos Pequenos Agricultores se coloca de forma firme, intransigentemente, exigindo que o Estado cumpra a sua parte. O Estado não precisa ir lá plantar feijão e arroz, mas participar dessa parceria, criando as condições para que principalmente os pe-

quenos agricultores, que são aqueles que produzem alimentos, possam suprir as necessidades internas e gerar excedentes, invertendo esse ciclo perverso que nos maltrata, termos que importar mais de 70% do que consumimos.

Essa senhora, essa técnica, quero repetir, foi excluída dos quadros do Pesacre, cujos conselheiros são todos do PT, vinculados ao Governo do Estado ou à Prefeitura Municipal, que é também do PT, por apoiar o movimento dos pequenos agricultores; por entender que essa é uma saída justa, uma reivindicação que precisa ter guarida e amparo das entidades que deveriam servi-los e se colocam contrariamente a seus interesses.

Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, trazer a denúncia de um fato gravíssimo ocorrido no meu Estado. Retira-se daquele baú que imaginávamos há muito tempo lacrado e fechado: o baú da truculência, da perseguição, do tratamento ignominioso de pessoas que ousam discordar, insurgir-se contra a instalação do pensamento único e se colocam de forma firme naquilo que no Acre nós passamos a chamar de movimento de resistência democrática.

O nosso Estado ultimamente... Eu tenho dito – e que o País que não se surpreenda – que no nosso Estado muitos pensam que nós vivemos uma plena democracia, mas isso não procede, isso não é verdade. O que temos é um ambiente governamental insustentável, de perseguição dos que discordam, dos que divergem, de intranquilidade, de imprensa manietada, de instituições controladas. Essa é mais uma instituição que recebeu a determinação de cumprir um ato de violência, de expulsar de seus quadros uma técnica que, cônica de sua responsabilidade, pensava estar cumprindo o desígnio daquela organização ao dar apoio a uma organização de pequenos agricultores, e foi por isso punida com a exclusão dos quadros do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre).

Quero aqui lamentar o fato, denunciá-lo à população de meu Estado, à população de meu País, e torcer para que dias melhores estejam reservados a meu querido povo acreano.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a dispõe de até dez minutos para sua intervenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^s e Srs. Senadores, mais uma vez a indústria madeireira paraense

pede socorro. Empresários do setor consideram que a crise enfrentada por eles é a maior dos últimos dez anos, causada principalmente pela morosidade dos órgãos públicos que regulamentam a atividade.

Não podemos deixar de lembrar, neste momento, que o setor madeireiro é o segundo mais importante do Estado, ficando atrás apenas do mineral, e um dos que bravamente vêm conseguindo agregar valores aos seus produtos. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa, entre os anos de 1998 e 2004, o setor aumentou em 420% a participação dos produtos beneficiados na pauta de exportações paraenses. Hoje, a pauta do Estado é composta por mais de 56% de produtos com valor agregado, conforme ainda a Fiepa.

No Pará, o setor congrega 1592 empresas, divididas em 33 pólos, que geram cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos. Em 2004, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, a indústria madeireira movimentou cerca de US\$1,5 bilhão.

Apesar dos números grandiosos, a participação do Brasil ainda é muito pequena no mercado mundial de produtos florestais, levando em conta que temos a maior floresta tropical do mundo. A nossa participação é somente de 3 a 4%. Ficamos atrás de vários países como Canadá, Estados Unidos, República dos Camarões e Congo, na África, por exemplo.

Quando faço essa ressalva de que poderíamos produzir muito mais em termos de produtos tropicais, não quero dizer que essa produção deva ser feita de forma predatória, sem levar em conta os estoques para as gerações futuras.

A atividade madeireira precisa ser feita dentro dos padrões de desenvolvimento sustentável, respeitando a utilização racional dos produtos e em prol de melhoria da qualidade de vida do povo amazônico que, como a de muitos outros Estados brasileiros, enfrenta uma situação de grande miséria.

Voltando à questão da crise do setor floresta, é preciso enfatizar que, segundo estatísticas do Dieese – Pará, há comprovação da gravidade da crise. De janeiro a maio deste ano, a indústria da madeira demitiu 10.290 pessoas e admitiu somente 8.053, gerando um saldo negativo de 2.237 postos de trabalho no Estado.

A cada dia, a atividade madeireira é surpreendida com medidas governamentais, que, ao invés de contribuir para o crescimento do setor, só vem engessá-lo. Vejam o caso da moratória verde, anunciada há pouco tempo pelo Governo. Ninguém do Governo explicou de que forma será aplicada e se será realmente aplicada.

Enquanto isto, o setor madeireiro, no início do período da safra, vem enfrentando graves empecilhos. Só em julho esperava-se contratar 20.000 pessoas, mas, segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do Pará, Fetracompa, já foram registradas 7.000 demissões e a tendência é que o quadro se agrave ainda mais.

Não podemos deixar de registrar que a crise do setor florestal atinge outros segmentos da economia paraense. A queda na produtividade madeireira afetará a indústria da construção civil e a produção de ferro-gusa, só para citar dois exemplos, e de um modo geral refletirá na economia paraense.

Muitas pessoas que tomam medidas relacionadas à Amazônia nunca sequer colocaram o pé em terras amazônicas. Acreditam que só lendo notícias sobre a região ou com base em estudos pseudo-científicos podem decidir sobre o destino de milhares de pessoas.

Eu mesmo, como cidadão paraense, não posso falar sobre a realidade de Roraima ou Rondônia, já que a Amazônia é muito grande. Cada Estado tem sua especificidade.

Mas do Pará e dos problemas que o prejudicam, eu posso, Sr. Presidente, falar com toda a segurança do mundo. E, neste momento, a crise do setor florestal é um dos problemas que mais está afligindo o Estado e que pode ainda trazer muito mais prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico paraense.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos resolver questões que todos os anos vêm engessando a indústria madeireira do Pará. Precisamos resolver a constante criação de reservas extrativistas com potencial de exploração e a paralisação de emissão de novas autorizações para planos de manejo.

As já corriqueiras greves do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também atrapalham enormemente as liberações de Autorização de Transporte para Produto Florestal (ATPF), essencial para o andamento da atividade florestal.

Em relação aos órgãos responsáveis pelo controle fundiário, a questão é mais grave ainda. Muitas pessoas tentaram regularizar suas terras quando nelas chegaram, há trinta anos, e começaram a trabalhar. Não conseguiram! E hoje muitos trabalhadores são confundidos com grileiros. É necessário separar o joio do trigo.

É preciso destacar também que 65% do território do Estado está nas mãos do Governo federal, omisso na aplicação da legislação.

Há muito tempo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não tem conseguido dar conta de suas atribuições. A demanda é maior do

que a capacidade administrativa dos órgãos, e sem a contribuição deles o setor florestal enfrenta uma dificuldade na raiz, que é a da regularização fundiária.

Devemos registrar que a Lei de Concessões Florestais, em trânsito no Congresso, especificamente tramitando no Senado Federal, resolve em parte a situação florestal. Há muitos outros problemas que a lei não soluciona e que precisam ser mais amplamente discutidos com os que realmente conhecem a questão: o setor produtivo paraense e a sociedade do Estado.

Por último, gostaria de falar sobre um caso concreto, Presidente Tião Viana, que me foi relatado pelos prefeitos de Itaituba, Roselito Soares da Silva, e de Novo Progresso, Tony Fabio. Segundo os relatos, a situação dos Municípios de Novo Progresso, Jacareacanga, Trairão, Itaituba, Rurópolis, Medicilândia, Brasil Novo, Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, está extremamente precária em decorrência da crise do setor florestal.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que diz um trecho do ofício assinado pelo Presidente do Simaspa, enviado ao Ouvidor Agrário Nacional, Sr. Gercino José da Silva, com cópia para minha pessoa:

A crise desmedida que assola as empresas e a economia regional dos Municípios descritos acima está ocorrendo por motivo da suspensão dos projetos de manejo florestal sustentável e da não aprovação de novos projetos, o que, conseqüentemente, está gerando a falta de matéria-prima. O setor, que vinha cada vez mais buscando o aperfeiçoamento de seus produtos e conseqüentemente gerando empregos, agora está em retrocesso.

Já concluirei, Sr. Presidente.

No ofício que me foi encaminhado, o Presidente do Simaspa também me relata que, no último dia 15, trabalhadores demitidos pela crise reuniram-se na praça municipal de Novo Progresso para protestar. Por pouco, como explica o documento, não houve um conflito mais grave.

Ainda citando o ofício, explico-lhes que o Prefeito de Novo Progresso chamou o gerente executivo do Ibama de Santarém, Paulo Maier, que tem responsabilidade sobre Novo Progresso, para dar explicações na Câmara dos Vereadores. E a explicação foi a seguinte, Sr^{as} e Srs. Senadores: o Ibama não pode aprovar os projetos acima de 100 hectares sem a Assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, e que a gerência de Santarém não possui o número de funcionários suficientes para acelerar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Peço a V. Ex^a que conclua. V. Ex^a dispõe de mais um minuto, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, concluirei no tempo que sua generosidade me ampliou. Continuando: ... para acelerar as liberações dos projetos de assentamento e projetos de áreas de até 100 hectares.

Preciso informar que os termos de Ajuste de Conduta vêm sendo solicitados há muito tempo pelo setor florestal sem que até hoje fossem emitidos.

Ontem, 19 de julho, uma comitiva de 62 pessoas, entre industriais e sindicalistas, representando 36 entidades – à frente o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Sr. Danilo Remor –, reuniu-se com o Governador do Estado, Simão Jatene, para discutir a crise do setor florestal.

Gostaria de parabenizar e de elogiar a atuação do Governador Simão Jatene frente a essa situação. Faço também um apelo, assim como fará o Governador, Sr. Presidente, Tião Viana, que alguns ministros cujas pastas possam trazer soluções para a crise do setor florestal...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... não deixem de visitar o Estado para poder entender a real situação e negociar um pacto de transição que permita o funcionamento regular e estável da atividade, além de tomar medidas emergenciais que evitem uma crise não só econômica, mas também social no Estado do Pará.

E, por último, não podemos esquecer que nós já temos leis suficientes para coibir os desmandos ambientais na região, o que falta é a aplicação delas e condições para que os bons empresários e produtores consigam trabalhar dentro do estabelecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Estou solicitando a minha inscrição pela Liderança do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito como Líder e tem direito à palavra por até sete minutos, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores,

O leme da natureza humana é o alvedrio, o piloto é a razão: mas quão poucas vezes obedecem à razão os ímpetus precipitados do alvedrio?

Padre Antônio Vieira

Eu sei que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, não pode ter a qualificação de letrado. Como primeiro mandatário não tem prosa nem poesia. Aliás, para o Brasil, pouco importava se o pai constitucional do País não falasse inglês, desde que fosse um razoável gerente, um administrador casto, inventivo e simpático. Em toda a sua trajetória política valeu-se da intuição e fundamentou o próprio idealismo na simples oralidade do homem de bem. Lula era a Nação com todas as qualidades e os vícios de linguagem do português falado ao sul do Equador. Era um dogma, que um dia pretendeu se tornar uma doutrina e agora se aproxima de perder a própria biografia. Desde os tempos de São Bernardo do Campo até a rampa do Palácio do Planalto, o Presidente Lula foi um disseminador do “ouvir dizer”. Talvez por esta razão seja aquele perfeito parlapatão traído pelo verbo e maculado pela praxe indesejável. Corre sério risco de acabar ensimesmado.

Mesmo sabendo que o Presidente Lula não é um leitor habitual, tenho o dever parlamentar de recomendá-lo, neste momento de agrura, o sermão de Santo Antonio aos Peixes, pregado em São Luís do Maranhão, em 1654, pelo padre Antônio Vieira. A peça é uma obra-prima da literatura portuguesa e, como todo o sermão, tem um caráter de advertência, mas também algo de motivacional. Um remédio eficaz para angústia da alma de qualquer cristão ou não-cristão.

Presidente Lula, Padre Antonio Vieira vai lhe trazer conforto. No sermão que lhe recomendo, o exímio observador dos primeiros tempos deste País estava, como Vossa Excelência deve se sentir neste momento, completamente descorçoado com os homens e, à maneira de Santo Antonio, decidiu voltar-se da terra ao amar e pregar aos peixes. Vieira argumentou como se estivesse falando em cadeia de rádio e de televisão, tal a contemporaneidade da palavra. E assim iniciou o sermão:

Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os Pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra porque quer que façam na

terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm o ofício de sal, qual será ou qual pode ser a causa desta corrupção?

No sermão, Presidente Lula, o sábio religioso vale-se de estímulos alegóricos para qualificar nos peixes os vícios e desmandos dos homens. Mas parece que Vieira observava a lassidão com que Vossa Excelência contaminou a esperança do Brasil, ao assim pregar: “Vede, peixes, quão grande bem é estar longe dos homens”.

O sermão é dividido em duas partes. Na primeira, Padre Vieira louva as virtudes. Na segunda, repreende, com veemência e fina ironia, os defeitos. Eis um resumo da qualidade dos peixes: “Ouvem e não falam”. Foram as primeiras criaturas que Deus trouxe ao mundo. Entre todos os animais são a maioria e os maiores e os únicos que não se deixam domar nem domesticar. Ao condenar os vícios, Vieira é implacável com os peixes. Nos roncadores, embora pequenos, identifica tanto o absenteísmo, quanto a arrogância e a soberba. Presidente Lula, nos bons tempos do otimismo confortável da sua cortesia, não eram os petistas quem tratavam a democracia com insolente malvadez? Até um regulamento para a liberdade de expressão Vossa Excelência propôs para enquadrar o Brasil! Não foi por conta da inapetência do PT ao trabalho que a sua governança mergulhou na calma? Não foi a audaciosa inclinação às práticas devassas que levou a pique a sua nau no baixo dos mares enlameados?

Sr^{as} e Srs. Senadores, na conduta dos pegadores, aqueles que se sustentam na servidão dos grandes peixes, Padre Vieira localizou um vício humano muito particular nestes tempos de PT Sociedade Anônima. Trata-se do parasitismo. Presidente Lula, o que diria o religioso seiscentista caso fosse convidado a observar o aparelhamento partidário que Vossa Excelência promoveu na máquina administrativa do Brasil? Quais palavras Vieira buscaria em sua vasta picardia vernacular, diante de tão néscias companhias de que Vossa Excelência se cercou, para sangrar a substância deste País? Presidente Lula, gostaria de sugerir a Vossa Excelência que, ao ler o Sermão de Santo Antônio aos Peixes, se detivesse na pregação sobre os peixes voadores, cuja conduta para o religioso significa a presunção, a vaidade e a ambição. Presidente Lula, eu sei que Vossa Excelência é um apreciador das frases feitas, e nada como esta sentença do Padre Vieira: “Quem quer mais do que lhe convém perde o que quer e o que tem”.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, é brilhante na tribuna, usando, inclusive, o sermão de Vieira aos peixes. Dê um conselho ao Presidente Lula. Sermão para ele fazer é um pouco complicado; vamos arranjar algo mais simples, em que diga: “Fala aos meus tubarões”. Vai ficar muito bem se o Presidente falar sobre os tubarões. Ele vai ver que criou todos os tubarões que estão destruindo o Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a tem a sabedoria de Padre Antonio Vieira. Esperamos que o Presidente o ouça.

O sermão é encerrado como se Padre Vieira dissecasse a alma do PT e nela encontrasse a perfídia em estado puro. Ao fazer as suas reclamações do polvo, o religioso o qualifica de “peixe aleivoso e vil” e certifica que “Judas em tua comparação já é menos traidor”.

O polvo, com seu capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles seus raios estendidos, parece uma estrela; com aquele não ter osso nem espinha, parece a mesma candura, a mesma mansidão. E debaixo desta aparência tão modesta, desta hipocrisia tão santa, é o maior traidor do mar.

Presidente Lula, nada que não tenha sido praticado de pior no priorado imoral de Vossa Excelência! Não há nada, repito.

Sr. Presidente, como todo brasileiro, estou estarecido com a maneira insolente, ambiciosa e vil com que o PT rebaixou o Brasil. Primeiro, eles conduziram ao poder a tecnoburocracia da mala-preta. Depois transformaram a Presidência da República em uma empresa de *factoring* e, como se não bastasse, querem se livrar ilesos por intermédio das artimanhas da advocacia criminal.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a dispõe de mais um minuto, para a conclusão do seu discurso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Presidente Lula, atenha-se às sentenças de Padre Antônio Vieira e deixe de ser mal aconselhado pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos. Vossa Excelência não terá restituída a glória, mas ainda pode salvar a sua própria honra. Para tanto, precisa perseguir a verdade e se despojar da processualística normalmente empregada na defesa do crime organizado. Presidente Lula, o preceptor Bastos fez muito mal, ao recomendar a sua participação na tal Operação Paraguai. Essa impropriedade pode antecipar-lhe o assento nos bancos dos réus. Vossa Excelência está-se com-

portando como Cândido, o personagem de Voltaire, que seguiu os ensinamentos do sábio Pangloss e imaginou que tudo estava o “melhor possível no mundo físico e moral, e nada poderia ser diferente”.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, é certo que, no âmbito da sociedade petista, reinava harmonia nitente. Mas, como no poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade, as coisas não vão acabar bem. Era assim: o Presidente amava Dirceu, que amava Delúbio, que amava Sereno, que amava Genoíno, que amava Silvinho, que amava Valério, que pagava o mensalão e faturava bilhão. Acabada a festa, vieram as decepções intestinas. O Presidente Lula foi para a obscuridade. Dirceu acabou no ostracismo dos levantes improváveis. Delúbio chorou. Sereno se tornou professor de corrupção. Genoíno ficou amorfo e desmoralizado. Silvinho sucumbiu-se à própria influência bastarda, enquanto estava desfeito o casamento com comunhão universal de bens entre o PT e Marcos Valério Fernandes de Souza.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo mais um minuto, improrrogável, a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A outrora louvação afetuosa com que se nutriam reciprocamente os petistas e agregados foi substituída pela conjugação do verbo trair. No rastro da palavra: a mentira, o choro, o capital e o crime! No epitáfio do PT está a marca do cifrão ilegal, do *l'argent* ignominioso, da nota de 13 dólares, da moeda suja. Busco novamente socorro em Voltaire, exatamente para concluir que o Presidente Lula foi um belo discípulo do otimismo, mas precisa entender a moral da história, deixar de seguir os protocolos das varas criminais do preceptor Bastos, acordar para a realidade e deixar de acreditar “que tudo está bem porque é necessário ter um País desta espécie”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito após o orador que está na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR.
SENADOREDISONLOBÃO NA SESSÃO DO
DIA 20 DE JULHO DE 2005, QUE, RETIRA-
DOPELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por até sete minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, estamos aqui vivendo mais um dia de surpresas. A cada dia, a crise aumenta. Ontem, foram nove ou dez Deputados ou assessores de Deputados que estiveram no Banco Rural para retirar dinheiro. Hoje, já são 39, e ainda estamos examinando o ano de 2003.

Ressalto que essa crise também aumenta pela inércia do Governo e pela forma errada como reage aos fatos. Ontem, tivemos mais uma etapa dessa famigerada reforma ministerial, quando foi anunciada a substituição do Ministro Olívio Dutra, que sairia do Ministério das Cidades para dar oportunidade ao Sr. Márcio Fortes, indicado pelo Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara. Tudo estava anunciado e certo, mas hoje foi suspensa a substituição do Sr. Olívio Dutra, porque o seu chefe de gabinete e alguns movimentos sociais acharam ruim; então, o Presidente Lula resolveu suspender a nomeação.

Em segundo lugar, há um novo Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, por sinal pernambucano. Vim de Recife, na segunda-feira, no avião com os professores da Universidade de Pernambuco que viriam para a posse, que seria hoje. A posse foi adiada, porque fora marcada erradamente. A posse será na sexta-feira.

O Ministro Nilmário Miranda, cuja secretaria iria para o Ministério da Justiça, agora não vai mais, porque algumas pessoas não quiseram que fosse.

Enfim, a cada dia, o Governo realiza nova confusão no sentido dessa reforma ministerial.

E ainda tivemos ontem no PT um julgamento preliminar do Sr. Delúbio Soares, que é réu confesso, pois afirmou que distribuía dinheiro de caixa dois. Ele inventou até um nome novo para esse dinheiro: recursos não contabilizados, o popular caixa dois. Pois ele foi absolvido por onze a sete. Houve onze pessoas da executiva do Partido que votaram a favor do Sr. Delúbio.

Então, o que nós, que estamos de fora, interpretamos? Que essas pessoas têm o rabo preso. São eles que recebiam dinheiro do Sr. Delúbio, inclusive dois ex-ministros recém saídos do Governo: Ricardo Berzoini e Humberto Costa.

O próprio novo Presidente, Tarso Genro, votou a favor da expulsão do Sr. Delúbio Soares, e foi derrotado. Quer dizer, na realidade, o Governo não toma as providências devidas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E o PT quer realmente manter a atual situação. Não quer mudar, tanto que prestigiou Delúbio contra Tarso Genro. Agora, quero ver se o Severino Cavalcanti tem coragem ou não, com essa desconsideração do Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. V. Ex^a deve estar lembrado que uma vez, inocentemente, um ano atrás, convoquei o tesoureiro Delúbio para uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre aquele projeto do fim do dízimo do PT. Então, aproveitei uma hora em que havia pouca gente e achei que não iria ter problemas para aprovar o requerimento. No entanto, em cinco minutos, todos os mais importantes Senadores do PT estavam lá para defender o Sr. Delúbio, e fui fragorosamente derrotado no meu requerimento contra o voto dos mais importantes Senadores da Casa, do PT principalmente. Inclusive, até fico feliz de hoje o Sr. Delúbio estar depondo no Senado para ver que o mundo pode até andar devagar, mas anda para frente. Infelizmente, gostaria que ele tivesse vindo em outras condições e não nessas em que veio.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador José Jorge, meus parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz. Quero dizer que o depoimento do Sr. Delúbio, que está acontecendo neste momento na CPMI dos Correios, é lamentável. O Sr. Delúbio está-se limitando a mentir; não fala nada, não diz nada e, da mesma forma que o Sr. Silvio Pereira, o outro diretor do PT faz a mesma coisa. Quanto à questão de afastar o PT, a minha pergunta é a seguinte: com esse

comportamento dele de não falar nada, de não dizer nada, de assumir tudo sem saber o que ele assumiu, será que o PT tem coragem de expulsar Delúbio? Essa é uma pergunta que o Brasil todo está fazendo. Será que a nova Executiva do PT...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, o Delúbio já ganhou ontem: por 11 a 7.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Veja bem, V. Ex^a: será que eles têm coragem de afastar o Sr. Delúbio? Essa é uma pergunta que fica. A outra é uma pergunta que a CPMI não consegue responder, até porque não tem quem dê essa informação. É a seguinte: segundo informações, o Sr. Marcos Valério tem um movimento estimado entre 1,2 bilhão e 1,7 bilhão em sua conta – isso baseado no que é pago de CPMF. Quem depositou o dinheiro na conta do Sr. Valério?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É isso que a gente quer saber.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – O Sr. Valério é aquele carequinha, né?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É ele mesmo.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – São essas as duas perguntas para as quais queremos resposta. Repetindo: o PT tem coragem de expulsar o Sr. Delúbio?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não tem.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a respondeu bem, vai ganhar o prêmio. Segundo: quem depositou o dinheiro na conta do Sr. Valério?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Também não sei.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, quando diz que ele devia vir de outra forma ao Congresso, é porque pensa que ele deveria vir algemado?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, eu queria que ele tivesse vindo antes, Presidente. Se ele tivesse vindo naquela época, talvez hoje ele não precisasse vir nessas condições.

Por último, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que nós tivemos agora a instalação de mais uma CPMI, a chamada CPMI do Mensalão. Essa CPMI vai investigar o mensalão por seus dois lados, já que o mensalão tem dois lados: tem o lado da despesa, que é o pagamento dos Deputados, e tem o lado da receita, que é de onde veio o dinheiro. Veio tudo do Sr. Marcos Valério? Não, não veio. Muita gente depositou dinheiro na conta do Sr. Marcos Valério.

Agora mesmo fizemos um esforço – a Oposição – para fazer uma CPMI que tivesse na sua direção Governo e Oposição, para que não fosse uma CPI chapa branca, como é a CPMI dos Correios – o Presidente e

o Relator estão fazendo um esforço para afastar essa imagem de chapa branca, mas nós só saberemos se ela é chapa branca ou não no final, quando o relatório for aprovado. Por enquanto, ainda estamos nas preliminares.

Infelizmente, porém, o Governo mais uma vez não aceitou: usou o seu rolo compressor e elegeu como presidente um parlamentar da Base do Governo; indicou como relator um parlamentar da Base do Governo. Temos, então, a segunda CPMI chapa branca. Só não é chapa branca a CPMI dos Bingos, porque nós elegemos o presidente e pedimos que o Governo indicasse um relator.

Então, Sr Presidente, lamento mais uma vez esse resultado que faz com que o Congresso seja obrigado a ter todas as CPIs sendo governadas inteiramente pelo Governo sem que a Oposição possa exercer o seu papel, como está na Constituição e no Regimento da Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa.

S. Ex^a tem dez minutos, com tolerância de dois.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não irei me reportar à crise que estamos vivendo. Entendo que todos têm todas as razões para falar dela, inclusive, já me manifestei nas vezes em que julguei adequado. Estamos no meio, de fato, dessa grande catarse aristotélica e entendo que, do jeito que as coisas estão, não sabemos qual será o limite.

Entretanto, quero me reportar, numa justa homenagem, a um dos mais belos movimentos e atividades da vida brasileira, do cotidiano brasileiro: nos dias 15, 16 e 17 de julho, no Estado do Acre, em plena Amazônia Ocidental, teve lugar o XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo, um movimento legítimo e bellissimo da Igreja Católica, que, com o tema “Relações Familiares: Manjedoura da Santíssima Trindade na Vivência da Paz e da Solidariedade”, enfocou as relações familiares.

Esse encontro foi dirigido por D. Joaquín Pertíñez Fernandes, Bispo da Diocese de Rio Branco, Acre; D. Lino Dinis, Bispo da Diocese de Itumbiara, Goiás, que é o Assistente Eclesiástico Nacional do ECC; D. Moacyr Grechi, Arcebispo da Arquidiocese de Porto

Velho, Rondônia, que abrilhantou o evento com palestra marcante e notável; D. Moser, Bispo Diocesano do Vale do Juruá, de Cruzeiro do Sul. Enfim, foram onze bispos visitando o Estado do Acre, pela primeira vez em toda a história, e mais de 110 padres acompanhando as famílias representadas pelos casais de todos os Estados do Brasil.

O encontro contou com a participação de pelo menos três mil pessoas, numa atividade de reflexão sobre o cotidiano da família brasileira, com propósitos muito bem definidos. O congresso teve como objetivo geral:

“Fortalecer, através do Encontro de Casais com Cristo, a identidade da família cristã, como experiência de paz, como partilha de Deus na comunidade eclesial, e construtora, numa sociedade pluralista, de um mundo verdadeiramente solidário”.

Os objetivos específicos:

- redescobrir o modelo e a utopia das relações da família na Trindade;

- refletir as características e perspectivas das novas formas de constituição familiar, analisando suas causas e conseqüências nas relações da Família Cristã, reafirmando a importância de sua missão na renovação da Sociedade;

- destacar as características e perspectivas das relações da família na Comunidade Eclesial, apresentando pistas de ação que favoreçam o engajamento pastoral;

- sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agentes de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade;

- refletir o espírito e a espiritualidade do serviço ECC, serviço à Igreja, na promoção da paz e da solidariedade;

- favorecer o engajamento pastoral dos casais que vivenciam aquele tipo de atividade;

- apresentar experiências bem-sucedidas tendo em vista melhor desempenho na missão dos dirigentes do Encontro de Casais, bem como o aprofundamento e o fortalecimento da vivência da fé cristã;

- refletir sobre os objetivos pastorais do ECC através da troca de experiência dos seus dirigentes nas diversas realidades do Brasil;

– proporcionar, através de momentos litúrgicos, uma experiência de fé com a Santíssima Trindade, como modelo das relações familiares na busca da paz e da solidariedade.

Enfim, foi um dos mais belos encontros do cotidiano da vida brasileira, com casais do Brasil inteiro refletindo e no qual se teve como fator determinante a doação, o exercício da simplicidade, do voluntarismo, da solidariedade, do afeto nas relações entre as pessoas. Acho que, se o Brasil pudesse viver aquela experiência em todas as suas atividades cotidianas, teríamos um País vivendo momentos bons, momentos de troca, de bons sentimentos, de troca de virtudes, de troca de boas experiências e não um País que, muitas vezes, substitui as virtudes, a solidariedade, o afeto e a capacidade de espiritualidade pela hostilidade, pelo denunciamento apenas.

Acho que é digna de registro no Congresso Nacional a mensagem de Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da CNBB do Brasil. Disse o seguinte Dom Geraldo antes do encontro:

Saúdo, em nome dos Bispos do Brasil, os participantes do XVII Congresso Nacional de Casais com Cristo, que se realiza na Arquidiocese de Rio Branco, Acre.

Que Deus abençoe e inspire os melhores propósitos para ir ao encontro dos grandes desafios à evangelização da família no mundo de hoje. Que a Mãe de Deus esteja presente ativamente como esteve nas Bodas de Canaã, a lhes dizer: “Fazei tudo o que Ele vos disser”. Vale a pena recordar o ensinamento do pranteado Papa João Paulo II, em 4 de outubro de 1997 no Rio de Janeiro: “A família é patrimônio da humanidade, porque é mediante a família que, conforme o desígnio de Deus, se deve prolongar a presença do homem sobre a terra. Nas famílias cristãs, fundadas no sacramento do matrimônio, a fé nos vislumbra maravilhosamente o rosto de Cristo, esplendor da verdade, que enche de luz e de alegria os lares que inspiram a sua vida no Evangelho.”

Mais ainda, vem Dom Moacyr Grechi, um dos nomes mais extraordinários da inteligência religiosa brasileira, do catolicismo brasileiro, e faz mais uma abordagem marcante a todos os casais. O tema que ele desenvolve diz respeito às relações da família nas novas expressões do mundo de hoje, suas características, seus desafios e suas perspectivas. E discorre, com absoluto brilhantismo, sobre os componentes dos

desafios da família cristã no cotidiano da sociedade brasileira.

Pude testemunhar, no exercício de colaborador voluntário, no exercício de doação e de simplicidade de todos que estavam ali, daqueles milhares que estavam ali, a importância do encontro. Foi um encontro que trouxe doutrinas consagradas da Igreja, Senador Edison Lobão, como homossexualismo, separação, divórcio e outros tipos de enfoques já definidos dentro da doutrina da Igreja, para que os casais que participavam do encontro pudessem refletir e emitir a sua opinião, tentando traduzir o desafio de que a Igreja somos nós: aqueles que a vivenciam, aqueles que participam do seu cotidiano.

Esse foi um avanço extraordinário e marcante dentro das relações entre os cristãos e as suas atividades pastorais.

O casal Ylêdo e Dione deixaram um mensagem marcante, dizendo que a família deve aventurar-se em águas mais profundas, refletir com mais liberdade os desafios do que é a relação entre pais e filhos hoje, que não é mais apenas uma relação do mando, do exercício da autoridade, do exercício da hierarquia, mas uma relação em que se apresentam as virtudes, o esclarecimento, as manifestações de conteúdo, muito mais convincentes e agregadoras.

Acredito que foi um momento consagrado e belo, em que milhares de pessoas participaram e transferiram responsabilidades, para que, daqui a dois anos, haja o próximo encontro nacional de casais da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal. No ano que vem, além dos encontros regionais, será realizado o encontro mundial de casais que estão vinculados ao dia-a-dia das atividades pastorais da Igreja Católica.

Foi um momento belíssimo, de justo reconhecimento e homenagem aos 11 bispos que participaram e testemunharam aquela etapa de doação, simplicidade e religiosidade, ao lado de 110 padres, que, junto com as famílias brasileiras, visitaram o Estado do Acre e a Amazônia brasileira.

Antes de concluir, concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão, que nos antecedeu, expondo um dos maiores desafios da inteligência do Estado brasileiro, que é a consolidação da rodovia que pode permitir a integração nacional de todas as forças produtivas brasileiras.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, fala V. Ex^a sobre esta que considero a mais importante instituição da humanidade, que é o casamento, a família, e refere-se ao primeiro dos milagres de Jesus, feito no casamento em Canaã. A partir dali, Jesus Cristo praticou muitos outros milagres. E Ele, certa

vez, chegando a Jerusalém, foi praticamente escorraçado da sua terra e pronunciou esta frase admirável: “O profeta produz milagres e é homenageado por toda a parte, exceto em sua própria terra, em sua própria casa”. Cumprimento V. Ex^a por trazer um assunto tão importante, sobretudo neste momento de tanta convulsão política, neste momento tempestuoso, quando traz V. Ex^a a palavra de Cristo e menciona o retiro a que também se submeteu. Cumprimentos!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e agradeço à Mesa a oportunidade do tempo para fazer o registro.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

XVII CONGRESSO NACIONAL DO ECC
Encontro de Casais com Cristo



TENHO SEDE DE TI, Ó CRISTO, CAMINHO, VERDADE E VIDA

Diocese de Rio Branco
15, 16 e 17 de julho de 2005
Rio Branco - Acre



Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Arcebispo de São Salvador da Bahia

Av. Cardeal de Sbrá, 26 - sala 33
CEP: 40.231-250 - Salvador/BA - Brasil
Tel: (71) 3431-1708 Fax: (71) 3513-113
E-mail: geral@cnbb.org.br

AO 17º CONGRESSO NACIONAL DE CASAIS COM CRISTO

DOM GERALDO MAJELLA AGNELO
Cardeal Arcebispo de Salvador
Presidente da CNBB

Saúdo, em nome dos Bispos do Brasil, os participantes do 17º Congresso Nacional de Casais com Cristo, que se realiza de 15 a 17 de julho de 2005 na Diocese de Rio Branco, Acre;

Que Deus Pai os abençoe e inspire os melhores propósitos para ir ao encontro dos grandes desafios à evangelização da família no mundo de hoje. Que a Mãe de Deus esteja presente ativamente, como esteve nas Bodas de Caná, a lhes dizer: “Fazei tudo o Ele vos disser”. Vale a pena recordar o ensinamento do pranteado Papa João Paulo II, em 4 de outubro de 1997 no Rio de Janeiro.

“A família é patrimônio da humanidade, porque é mediante a família que, conforme o desígnio de Deus, deve se prolongar a presença do homem sobre a terra. Nas famílias cristãs, fundadas no sacramento do matrimônio, a fé nos vislumbra maravilhosamente o rosto de Cristo, esplendor da verdade, que enche de luz e de alegria os lares que inspiram a sua vida no Evangelho”.

Assim nos disse o saudoso João de Deus. Ainda tão cedo, ele próprio perdeu sua mãe, mas teve a graça de receber do pai atenção, carinho e testemunho de fé que o ajudou superar o vazio deixado pela mãe.

A felicidade da família é de fato o grande patrimônio e herança da humanidade que nada e ninguém pode substituir. Amor e carinho não se compram, não se improvisam, não se fabricam, mas se cultivam na doação, compreensão, no perdão, no diálogo.

A família é obra divina. “Relação Familiares, manjedoura da Santíssima Trindade” é muito inspirador esse tema. Quanto será necessário fazer nossas famílias conscientes dessa fonte inspiradora! Sobretudo aos que procuram o sacramento do Matrimônio para não torná-lo apenas uma festa social. A Santíssima Trindade deve habitar no seio da família humana na qual deve atuar para a sua plenitude. Há conceitos como egoísmo, ausência de diálogo, violência que jamais poderiam se

ORAÇÃO

Ó Trindade Santa, fonte de amor-comunhão, quisestes que os homens e as mulheres pudessem chegar a experimentar esse amor através da vida familiar. Nestas horas tão difíceis da nossa história, queremos que sejas sempre fonte do nosso amor: amor conjugal, amor filial, amor fraternal, amor paternal e maternal.

Neste XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo, queremos renovar e fazer renascer esse amor em todos os casais que tiveram a felicidade de vivenciar esse encontro com Cristo, amor visível do Pai para com a humanidade.

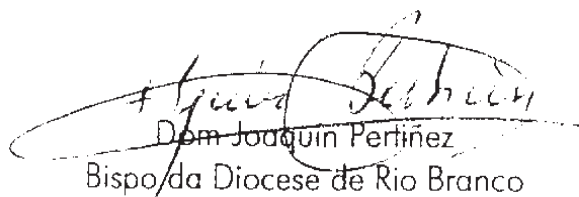
Que todos sintamos, realmente, a sede de Cristo em nossas vidas, para que ele seja o Caminho, a Verdade e a Vida que devemos viver como família cristã.

E que nossas famílias, muitas vezes sofridas, agredidas e desamparadas pela sociedade, sejam, porém, manjedouras da Trindade, onde possam se fazer presentes os valores cristãos que favoreçam a vida e a paz.

Que Maria de Nazaré, Mãe que gerou, criou e fez crescer o Filho de Deus, nos ensine os valores da fidelidade, do amor e da entrega generosa em favor da vida.

Tudo isso vos pedimos em nome do Pai que nos ama, do Filho que nos salva e do Espírito que nos santifica.

Amém!


Dom Joaquín Pertinéz
Bispo da Diocese de Rio Branco

MENSAGEM DO CASAL COORDENADOR GERAL

Avançar, aventurar-se em “águas mais profundas”, este é o provocante desafio de Cristo a todos os cristãos de ontem e de hoje. Assim, lançando-se a este grande desafio, é que a Diocese de Rio Branco, sob a bênção de seu Padroeiro São Peregrino, se faz hoje manjedoura da Trindade, para sediar, pela primeira vez em sua história, um Congresso Nacional do ECC, e o acolhe como missão recebida do Pai.

A realização deste Congresso, em nossa cidade, geograficamente tão distante dos grandes centros deste nosso imenso Brasil, constitui uma das provas de que a Palavra de Deus não tem fronteiras.

Ao contrário do vento forte da tempestade, que perde velocidade no encontro com a floresta amazônica, o Evangelho de Jesus arma sua tenda e ganha forças nesses rincões, pois é movido pela Sede do Cristo – amigo, Caminho, Verdade e Vida e pelo espírito missionário de tantos casais e religiosos que acreditam na proposta evangelizadora do Encontro de Casais com Cristo.

Vislumbramos um Congresso onde a SS.Trindade possa se aconchegar na manjedoura divina do coração de cada um, e que pela força do amor Trinitário, a Família Brasileira possa verdadeiramente promover a paz e a solidariedade.

A pequena, mas calorosa e acolhedora cidade de Rio Branco, abençoada por Maria de Nazaré, carinhosamente recebe todos vocês, com alegria estampada no amarelo ouro dos seus Ipês e com o abraço carinhoso dos casais, que há dois anos formam conosco o grande e incansável exército de Cristo, em prol desse evento.

Que o XVII Congresso Nacional do ECC possa colher os frutos plantados pelo Senhor, através de cada um de nós.


Ylêdo e Dione
Casal Coordenador Geral

OBJETIVO GERAL

Fortalecer, através do Serviço ECC, a identidade da família cristã, como experiência de paz, como partilha de Deus na comunidade eclesial, e construtora, numa sociedade pluralista, de um mundo verdadeiramente solidário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Redescobrir o modelo e a utopia das relações da família na Trindade.
- Refletir as características e perspectivas das novas formas de constituição familiar, analisando suas causas e conseqüências nas relações da Família Cristã, reafirmando a importância da sua missão na renovação da Sociedade.
- Destacar as características e perspectivas das relações da família na Comunidade Eclesial, apresentando pistas de ação que favoreçam o engajamento pastoral.
- Sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agente de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade.
- Refletir o espírito e a espiritualidade do serviço ECC, serviço à igreja, na promoção da paz e da solidariedade.
- Favorecer o engajamento pastoral dos casais que vivenciam a 1^o etapa.
- Apresentar experiências bem sucedidas tendo em vista um melhor desempenho na missão dos dirigentes do ECC, bem como o aprofundamento e o fortalecimento na vivência da fé cristã.
- Refletir sobre os objetivos pastorais do ECC através da troca de experiências dos seus dirigentes, nas diversas realidades.
- Proporcionar, através dos momentos litúrgicos, uma experiência de fé com a Santíssima Trindade, como modelo das relações familiares na busca da paz e da solidariedade.

4º PALESTRA

As Relações da Família nas Novas Expressões do Mundo de Hoje – suas Características, Desafios e Perspectivas.

Palestrante: Dom Moacyr Grechi, Arcebispo da Arquidiocese de Porto Velho - RO.

1 Objetivo

- Sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agente de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade.

2 Fundamentação Bíblica

Mateus 28, 16-20; Marcos 16, 15-18; João 20, 19-23; 13, 1-17; Efésios 2,14; 5, 31-32; Tiago 2, 14-26.

3 Resumo da Palestra

Aos casais de todo Brasil, de modo particular, do Acre, a minha saudação fraterna. Saudando cada família aqui presente, quero saudar “a igreja que está em sua casa”(Rm16,3;AT18), que hoje é chamada a ser um sinal luminoso da presença de Cristo neste mundo.

Em preparação ao Encontro Mundial das Famílias, de julho de 2006, o Papa Bento escreve: “Todos os povos, para dar um rosto verdadeiro humano à sociedade, não podem ignorar o bem precioso da família, fundada sobre o matrimônio. A aliança matrimonial é o fundamento da família, patrimônio e bem comum da humanidade...A Igreja não pode deixar de anunciar que, de acordo com os planos de Deus (Cf. Mt 19, 3-9), o matrimônio e a família são insubstituíveis e não admitem outras alternativas...A família cristã tem, hoje mais que nunca, uma missão nobilíssima e iniludível: transmitir a fé e inserir-se na comunidade eclesial.”

Para fundamentar a missão da família, a CNBB aprovou durante a Assembléia de 2004, o Diretório Nacional da Pastoral Familiar. Em vista dos desafios novos enfrentados pelas famílias engajadas, era necessário um novo documento da CNBB, com orientações atualizadas e que apontasse Diretrizes claras e adequadas para a evangelização da família, na forma de um Diretório, como pedia a *Familiaris Consortio*. No novo Diretório

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, V. Ex^a ficou exatamente no tempo.

Convido V. Ex^a a presidir esta sessão, para que eu possa usar a tribuna por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Ex^a se vai ou não haver Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendo que haverá Ordem do Dia. Os Líderes estão dialogando para construir um entendimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Já há um entendimento para haver Ordem do Dia, mas já são 17h15min.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, em seguida, consultar o Presidente para tomar os procedimentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de o nosso orador começar.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda há uma vaga para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está completamente absorvido, no tempo e no espaço, por uma dedicação extrema em defesa do PT.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da tribuna, neste momento, quero homenagear a Direção do Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre, na pessoa do seu Diretor-Superintendente, Dr. João Constantino Pavani Motta.

O Grupo Conceição, Sr. Presidente, em Porto Alegre, possui quatro unidades hospitalares, atende 50% da população, realiza cinco mil consultas por dia e mais três mil cirurgias por mês; 100% dos atendimentos são disponíveis ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

É bom, Sr. Presidente, ver a responsabilidade e a inovação com que o Grupo presta seus serviços ao oferecer políticas afirmativas de inclusão e de acessibilidade às pessoas com deficiência e também políticas voltadas para o combate ao racismo e ao preconceito e para o atendimento dos idosos.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a considerasse como lido na íntegra este pronunciamento em que rendo as minhas homenagens à Direção do Grupo Hospitalar Conceição.

Eu falava aqui da questão do atendimento à saúde da população, mas quero destacar a implantação de um projeto que tive a alegria de levar para o Rio Grande, que é o projeto Cantando as Diferenças. E o que é cantar as diferenças? É fazer com que os excluídos sejam incluídos, respeitando as diferenças. E falamos do negro, do índio, do deficiente e do idoso. O Grupo Hospitalar Conceição comprou essa boa batalha, essa boa luta, e está implantando, dentro dos hospitais, o projeto Cantando as Diferenças, que é articulado pelo meu gabinete e por empresas, inclusive da área privada, pela Ulbra e por prefeituras do meu Rio Grande.

Faço esta declaração, Sr. Presidente, entendendo que a iniciativa do Grupo Hospitalar Conceição deveria servir como exemplo para outros empreendedores do nosso Estado, tanto da área estatal como também da área privada.

E, nessa linha, Sr. Presidente, referindo-me ainda ao Grupo Hospitalar Conceição, quero deixar no meu pronunciamento uma nota de esclarecimento.

Diz a nota:

O Hospital Fêmeina, através da sua Direção, com o objetivo de esclarecer e tranquilizar a comunidade hospitalar e os usuários a respeito de sindicância envolvendo o médico Desidério Fülber, funcionário deste hospital, informa:

Temos o dever público de esclarecer, através dos meios legais e providências administrativas cabíveis, todas as denúncias e irregularidades ocorrentes no Hospital Fêmeina.

O Dr. Desidério Fülber, em mais de dezessete anos de trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, sempre se destacou pelo envolvimento com a instituição, procurando atender os pacientes com o maior respeito, da mesma forma que se relaciona com os funcionários.

Sua atividade profissional é motivo de orgulho ao conjunto do Hospital, por reconhecido envolvimento, razão pela qual destaca-se com quantidade e qualidade de serviços prestados. Esse foi um dos motivos por que foi convidado a colaborar com a gestão hospitalar no período de 2003 a 2004. Dentre outros, sua capacidade de liderança e sua permanente disponibilidade. (...)"

Faço uma homenagem ao Dr. Desidério Fülber pela forma como ele tem colaborado, juntamente com o Diretor Superintendente, Dr. João Mota, para a condução do atendimento na rede de saúde do Hospital Conceição.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a um outro tema: os arrozeiros gaúchos. Não é novidade que eu venha à tribuna defender a situação dos produtores de arroz. É uma situação difícil, provocada principalmente pela importação de arroz dos países integrantes do Mercosul. As entidades representantes dos produtores, sindicatos, federações, confederações, estão atuando junto ao Governo Federal pela prorrogação das parcelas vencidas e vincendas referentes aos contratos de financiamento do custeio do arroz irrigado firmados junto ao Banco do Brasil.

A prorrogação das parcelas, amparada legalmente, depende neste momento de uma decisão da área econômica do Governo Federal.

Sabemos que o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, e o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, têm empenhado enormes esforços no sentido de atender rapidamente a essas reivindicações.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o atendimento da prorrogação dos vencimentos, que já foi assegurada à Região Centro-Oeste e também à Bahia, será estendida aos produtores gaúchos. Por isso, as negociações envolvendo o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e o Ministério da Reforma Agrária deverão acontecer com rapidez, tranquilizando os produtores do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a essa tribuna parabenizar a atuação da Direção do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) de Porto Alegre, na pessoa de seu Diretor-Superintendente Dr. João Constantino Pavani Motta.

O Grupo, em Porto Alegre, possui quatro unidades hospitalares, atende 50% dessa população, realiza 5 mil consultas por dia e mais 3 mil cirurgias por mês. Cem por cento dos atendimentos são disponíveis aos usuários do Sistema único de Saúde (SUS).

É muito bom ver a responsabilidade e inovação com que o Grupo presta seus serviços ao oferecer políticas afirmativas de inclusão e de acessibilidade às pessoas com deficiência e também políticas voltadas para o negro.

O grupo promove maior inclusão aos usuários e funcionários portadores de deficiência, quando cria a Comissão Especial de Políticas de Promoção da ACESSI-

bilidade e da Mobilidade do Grupo Hospitalar Conceição (CEPPAM-GHC), gerando melhor mobilidade aos funcionários e usuários do hospital. Sem contar com as ações específicas voltadas apenas para os deficientes.

A Comissão deve atuar também na adaptação das estruturas arquitetônicas do hospital, acomodando melhor os portadores de deficiência. Ela deverá ser composta por funcionários portadores de deficiência, ONGs e representantes de conselhos estaduais e municipais.

Nesse aspecto o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de nossa autoria, supre uma lacuna. Ele enumera objetivos e diretrizes destinadas para assegurar a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por limitações físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltiplas, que dificultam a regular inserção social.

É fundamental também a capacitação dos funcionários para o bom funcionamento dos projetos dentro de qualquer instituição. A oficialização da Comissão vai contribuir para a efetiva aplicação da democracia e da acessibilidade.

Queremos registrar, inclusive, nossos cumprimentos às políticas afirmativas para os negros. Por meio da Comissão Especial de Promoção de Igualdade Racial (CEPPIR), o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) tem como objetivo implementar políticas direcionadas à saúde de várias etnias.

A Comissão da Igualdade Racial possui, entre outras, a responsabilidade de pesquisar dados e buscar indicadores da anemia falciforme, por exemplo, doença que atinge a maioria da população negra.

O hospital possui grupos de aconselhamento que proporcionam apoios psicológico e fisioterápico para os portadores da anemia.

Estivemos recentemente em Porto Alegre participando da criação dessa Comissão Especial de Promoção de Igualdade Racial. Acreditamos no projeto do Grupo e incentivamos ações como essas, que buscam, através de políticas positivas, implementar a gestão para tratamentos direcionados.

O Grupo Hospitalar Conceição está de parabéns por abraçar um grande projeto que com certeza vai modificar a vida de milhares de pacientes.

Elogiamos mais uma vez as duas iniciativas e defendemos que seria de fundamental importância que todas as instituições públicas e privadas aderissem a projetos como esses.

É de grande relevância que se aprove e sancione, o mais rápido possível, o Estatuto da Igualdade Racial, já que este é o Ano Nacional da Igualdade Racial.

Aproveito aqui para ressaltar também a importância social do Estatuto do Idoso, que regulamenta os direitos especiais para as pessoas maiores de sessenta anos.

O Estatuto já é lei e deve ser utilizado como peça fundamental para a realização da cidadania plena. Ele estabelece e garante o direito dos nossos idosos, antes, ameaçado ou violado.

Mas alertamos que a sociedade cumpre um papel fundamental nesse processo, o de pressionar para que a lei seja efetivamente cumprida. Assim, por meio das leis que o Estatuto regula, os direitos dos nossos idosos irão se transformar em realidade.

Um projeto que pode representar um pouquinho de cada um dos três Estatutos é o projeto "Cantando as Diferenças", implantado em diversos Municípios do Rio Grande do Sul.

O "Cantando as Diferenças" é mais um projeto social que insere milhares de cidadãos excluídos: uns pela idade, outros por algum tipo de deficiência e alguns pela cor da pele.

O projeto aplica os artigos dispostos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e nos projetos dos Estatutos da Igualdade Racial e da Pessoa Portadora de Deficiência.

A implantação do projeto significa um comprometimento com a construção da cidadania de todas essas pessoas. Apoiamos o projeto, pois cantar as

diferenças com olhares de cidadania é perceber uma realidade que muitos se negam a enxergar. Esse é um exemplo a ser seguido.

Outra grande ação benéfica do Grupo Hospitalar Conceição foi a abertura de um concurso público que vai beneficiar pessoas portadoras de deficiência e os afro-brasileiros.

Do total de vagas abertas, o concurso disponibiliza 5% das vagas para os deficientes e 10 % para os afro-brasileiros.

Essas são ações sociais de grande valor para o desenvolvimento da sociedade e do País. Elas contribuem para a prática efetiva da democracia e do respeito.

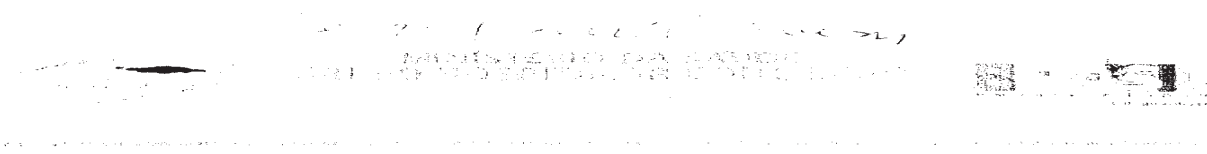
Portanto, deixamos aqui o nosso abraço a todos que fazem parte do grande Grupo Hospitalar Conceição e, mais uma vez, parabenizamos a todos pelo belo trabalho.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)



Porto Alegre, 15 de julho de 2005

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Hospital Fêmina, através de sua Direção, com o objetivo de esclarecer e tranquilizar a comunidade hospitalar e os usuários a respeito de sindicância envolvendo o médico Desidério Fülber, funcionário deste hospital, informa:

Temos o dever público de esclarecer, através dos meios legais e providências administrativas cabíveis, todas denúncias e irregularidades ocorrentes no Hospital Fêmina.

O Dr. Desidério Fülber, em mais de dezessete anos de trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, sempre destacou-se pelo envolvimento com a instituição, procurando atender os pacientes com o maior respeito, da mesma forma que relaciona-se com os funcionários.

Sua atividade profissional é motivo de orgulho ao conjunto do Hospital, por reconhecido envolvimento, razão pela qual destaca-se com quantidade e qualidade de serviços prestados. Este foi um dos motivos com que foi convidado a colaborar com a gestão hospitalar no período de 2003 e 2004. Dentre outros, sua capacidade de liderança e sua permanente disponibilidade.

Por isso, reafirmamos que as condutas adotadas pela Diretoria do Grupo Hospitalar Conceição, de conteúdo administrativo, tem como único intuito o esclarecimento definitivo de informações oficiais oriundas do Ministério Público Estadual.

Direção do Hospital Fêmina

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão sobre assunto que é do maior interesse também do Partido que V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, preside. Eu gostaria, diante de todos esses episódios que estão nos preocupando e nos entristecendo e que atingem todo o Congresso Nacional, de pensar a respeito de proposições para o aperfeiçoamento da vida política brasileira e da reforma política.

Quero assinalar que esses episódios devem nos levar, primeiro, a apurar inteiramente toda a verdade e a responsabilizar os que, porventura, cometeram erros. Obviamente que uma organização política ou outra qualquer é constituída de seres humanos; e, como seres humanos, podemos, a qualquer momento, realizar erros. O importante é saber como corrigi-los. Este é o momento em que precisamos tomar os caminhos de correção.

Todos estamos examinando a reforma política. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, aprovou, num primeiro passo, um estágio da reforma, que irá ao plenário e depois virá para cá.

Ainda ontem, o Senador Marco Maciel falou a respeito de diversos aspectos da reforma política, e eu gostaria de comentar alguns deles.

Em primeiro lugar, a questão relativa à fidelidade partidária. Penso que esse é o tema a respeito do qual a grande maioria dos Senadores e Deputados tem consenso. Avaliamos que, quando um Senador ou um Deputado é eleito por um partido, deve permanecer, durante todo seu mandato, naquele partido. Não tenho dúvida sobre isso, assim como acredito que um prefeito, um governador, um presidente da República deve manter a sua filiação ao partido durante o tempo de seu mandato, até porque foi eleito pela população com base não apenas na pessoa, mas também no programa do partido que abraçou.

Além da fidelidade partidária, outro item muito importante refere-se ao financiamento de campanha. Sou favorável ao financiamento público de campanha. Devemos discutir em que medida tal financiamento será

exclusivo ou se irá conviver com o financiamento de pessoas privadas e até de pessoas físicas.

Se, porventura, for para conviver também com financiamento de pessoas privadas e financiamento de pessoa jurídica, então faço uma proposição que vou apresentar na forma de projeto de lei, como uma contribuição nessa direção. Aliás, ela leva em consideração a proposição feita, na reunião do Diretório Nacional do nosso Partido, pelo Deputado Chico Alencar, ainda em 2002, quando travamos um debate a respeito. E qual é a proposição? É que haja a transparência, em tempo real, de todas as contribuições, ou seja, do lado da arrecadação, bem como de todos os gastos, de todas as despesas efetuadas por cada candidato, por cada partido. Que haja um meio de termos isso divulgado, em tempo real, pela Internet. É um meio de comunicação hoje vigente, que não existia, digamos, há dez anos e que nos ajuda a dar maior transparência ao processo. Esses dados, inclusive, devem ser comunicados ao Tribunal Superior Eleitoral, que, por sua vez, digamos, uma vez por semana, estará atualizando aquela informação que, do ponto de vista do partido, será realizada em tempo real, diariamente, para que os eleitores, a opinião pública, a população possam conhecê-la.

Portanto, essa é uma sugestão que formulo, no sentido da transparência, em tempo real, dos gastos e da arrecadação de cada candidato e de cada partido.

Mesmo que essa proposição não se transforme em lei para o próximo ano, é a minha disposição, o meu compromisso, como candidato ao Senado em 2006 – acredito que será confirmada minha indicação; segundo a direção do Partido, municipal, estadual, nacional, em princípio, sou pré-candidato –, disponibilizar as despesas de minha campanha, em tempo real, para conhecimento da população.

Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que aguarde um pouco pelo aparte, porque preciso avançar na formulação das proposições.

O outro ponto importante refere-se à votação em lista ou votação para o próprio representante, no que diz respeito às eleições para o Parlamento, para a vereança, para deputados estaduais e federais, sobretudo. Deveríamos ter o voto em lista organizada e aprovada pela convenção de cada partido, ou o voto feito pela própria pessoa naquele representante escolhido pela pessoa, tendo obviamente esse representante escolhido o seu partido e sabendo qual é esse partido?

Quero assinalar que, ontem, a Rede Globo de Televisão divulgou dado da pesquisa Ibope informando que 83% dos pesquisados preferem continuar votando

nos candidatos, mas tendo a chance de votar só no Partido e 12% preferem escolher somente o Partido.

Ora, eu quero aqui assinalar, Sr. Presidente, que, como existe a possibilidade, na *home page* de cada um de nós Senadores, de fazermos pesquisas, eu tenho aproveitado isso. Por exemplo, na ocasião da criação da CPI, fiz uma pesquisa a todos os que acessam a minha *home page* se eu deveria ou não assinar o requerimento e o resultado foi que a enorme maioria desejava que eu assinasse o requerimento. Há poucos dias também consultei as pessoas se o PT deveria lançar o meu nome a candidato para mais um mandato e novamente a grande maioria, mais de 83%, respondeu que sim. E, a partir de hoje, faço uma nova enquete, Senador Sibá Machado. V. Ex^a poderá até acessar, aí no terminal do seu computador em sua bancada, a página <http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy> e encontrará um ícone “Dê sua opinião”. O Senador Antonio Carlos Magalhães também, se quiser, pode responder à pesquisa agora: como você prefere votar para o Parlamento, diretamente, escolhendo, portanto, o nome do seu representante, ou em lista fechada?

Até três minutos atrás, o resultado era 94,2% para ‘diretamente’ e 5,88% para ‘lista fechada’. Todos podem votar. Isso, obviamente, servirá para que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde?

O SR EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na minha *home page*. Basta acessar a página do Senado, Eduardo Suplicy, “Dê a sua opinião” e, então, votar.

Aliás, salvo engano meu, está aberta a página em uma das duas; se quiser, pode votar, Senador Heráclito Fortes.

No que diz respeito à questão do financiamento público de campanha, meu caro Senador José Sarney e Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho uma nova proposição, que é a seguinte: vamos ter o financiamento público de campanha e isso significará que os 115 milhões de brasileiros com direito de votar terão, em 2006, o direito de financiar os Partidos políticos, com uma quantia entre R\$5 ou R\$10. Digamos que sejam R\$5 por pessoa. Qual é a proposição que eu formulo? Digamos que, quatro ou seis meses antes, haja uma eleição preliminar, em que cada eleitor escolha a que Partido e que candidato destinará os seus R\$5.

Aqueles que avaliam que o Senador Eduardo Suplicy poderá ser um bom candidato poderão então destinar os seus R\$5. Assim poderão fazer com os Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes ou Sibá Machado...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu discordo, porque V. Ex^a vale muito mais do que R\$5. Vamos melhorar esse preço, pois ele não faz jus a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pode ser R\$5 ou R\$10, mas, no que se refere ao financiamento público, será o próprio eleitor a dizer a quem quer destinar os recursos. Ou seja, isso antes de começar a campanha eleitoral.

Senador Heráclito Fortes, tenho a convicção de que V. Ex^a vai refletir bem sobre isso. Quero assinalar que essa é uma idéia de Bruce Ackerman e Ian Ayres, ambos professores de Direito da Universidade de Yale, no livro...

(interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, os Srs. Senadores estão querendo saber como será esse sistema. E apenas com o som poderemos esclarecer.

O nome do livro é **Voting with dollars** ou Votando com Dólares, que sugere um novo paradigma para o financiamento de campanha.

Concedo um breve aparte aos Senadores Sibá Machado e Antonio Carlos Magalhães, antes de concluir, por favor.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Confesso que não entendi, Senador, a história dos R\$5. Mas queria apenas me reportar a sua candidatura de Senador. V. Ex^a já é para nós um símbolo, e creio que não apenas para o PT, como para o Brasil inteiro e para esta Casa. O exercício parlamentar que V. Ex^a tem feito aqui é indiscutível. Foi o primeiro, é o nosso pioneiro nesta Casa. Chegou aqui, naquele momento, como o único Parlamentar considerado de Esquerda. Não são pequenos o trabalho e o esforço de V. Ex^a aqui. Então, é uma honra para nós contarmos com a reiteração de seu nome para mais um mandato aqui no Senado Federal. E gostaria de entender melhor a história dos R\$5, porque não compreendi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou explicar em seguida. Agradeço muito o aparte, Senador Sibá Machado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, trata-se de uma proposta original e estamos aqui para pensar e colaborar. Mas fica a idéia e quero ouvir a sua apreciação a respeito.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu já disse no meu Partido que sou contra as teses que o meu Partido está esboçando. Eu sou contra as listas. Sou a favor do voto direto, sem lista. E sou contra o financiamento público. Esse financiamento de V. Ex^a é um financiamento privado das pessoas mais pobres. O único perigo é que o pessoal do “mensalão” vá querer comprar esse pessoal para votar. É o único perigo. V. Ex^a encontrará o caminho para evitar isso. Agora, o financiamento público não vai evitar o financiamento

privado. E nós vamos ter as duas coisas, quando o povo não quer financiamento público...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...o povo quer escolas, hospitais, creches, polícia na rua. É isso que o povo quer e para isso serve o dinheiro do povo. Nas eleições, eu sou contra se utilizar o dinheiro do povo. Penso que o Fundo Partidário já é o suficiente. De maneira que, em tese, estou com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, assinalo, Senador Antonio Carlos Magalhães, que ainda não fui persuadido do voto em lista. E, sobretudo, sou extremamente crítico àquilo que a Câmara aprovou. Imagine uma lista composta por aqueles que já têm o seu mandato para assegurar o seu direito e congelar a atual composição da Câmara dos Deputados. Isso é algo que contraria inteiramente qualquer princípio ético. Podemos já avisar à Câmara que isso não passará no Senado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, apenas para colaborar com o discurso de V. Ex^a, registro que é uma volta camuflada da cadeira biônica. A lista que está sendo apresentada, premiando, na primeira leva, todos os parlamentares é a volta da cadeira biônica, indiretamente, mas é isso, e uma tentativa de, já que na nossa colonização tivemos as Capitânias Hereditárias, agora termos as cadeiras hereditárias. De qualquer modo, eu queria dizer a V. Ex^a que eu também tenho muita dúvida com relação ao financiamento de campanha e acho que o único Partido que não pode defender é o Partido de V. Ex^a, porque assumiu prometendo matar a fome dos brasileiros, dar casa e comida pelo menos três vezes ao dia. Não conseguiu fazer isso pelo menos até agora. O maior investimento social que fez foi comprar um avião por R\$168 milhões, deixando a prioridade programática de lado. O Partido endossar agora financiamento público de campanha, com o povo passando fome, é mais uma das incoerências. E tenho certeza de que V. Ex^a jamais concordará com isso...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, primeiramente, quero dizer que estou acompanhando a evolução do programa Bolsa-Família que visa a atender ao propósito do Presidente Lula de, até o final do ano que vem, fazer com que 11,2 milhões famílias, ou seja, um quarto da população brasileira esteja recebendo esse benefício, que vai, na medida do possível, atender ao propósito de garantir a todos os brasileiros pelo menos três refeições ao dia. Isso significa um passo na direção de termos a renda básica de cidadania.

Com respeito ao financiamento privado de pessoas físicas ou jurídicas, a minha proposta é que haja, se for para conviver com o financiamento público, total transparência na arrecadação e na destinação dos recursos. Finalmente, concluindo, a minha proposta é que, na parte relativa ao Fundo Público, ao financiamento público...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a última frase, Sr. Presidente, mais um minuto e termino.

Que possa haver, então, uma eleição, digamos, seis meses antes, para que cada eleitor escolha para qual partido ou candidato os seus recursos – pode ser R\$5,00, R\$10,00, **per capita** –, entre os 15 milhões, serão destinados. Como vai haver um montante global para ser distribuído a todos os Partidos, que sejam os eleitores, seis meses antes, que escolham o candidato e o partido para os quais serão destinados os seus recursos.

Essa é a proposta, cujo mentor especial é o Professor Bruce Ackerman e que considerarei muito positiva.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para pedir a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Aguardo autorização do Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia, conforme autorização.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por permuta com o Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento

em que as atenções do Congresso estão obviamente concentradas nas três CPIs que apuram as denúncias de irregularidades, o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje publica na seção Notas & Informações comentário que tem por título uma indagação inquietante: Governo parado?

O comentário detecta, em meio à crise atual, um quadro de paralisia das iniciativas do Governo, advertindo que, caso permaneça em seu imobilismo, o Planalto abreviará na prática a sua administração.

De fato, o tempo voa. Mas, Sr. Presidente, se já eram bastante fracas a atuação e a eficiência administrativa do Governo, agora, em vista dos presentes e graves problemas é que a lerdeza da ação governamental está a indicar que pouco ou quase nada será feito não só neste segundo semestre, mas também no próximo ano.

Esse padrão tartaruga de governar – pelo menos no que diz respeito à administração pública propriamente dita –, não é novo, como já disse. Eu mesmo e inúmeros Senadores Colegas de Oposição, sempre no exercício de uma crítica vigilante, mas construtiva, viemos inúmeras vezes a esta tribuna cobrar resultados efetivos do Governo, mas nunca tivemos uma única resposta cabível e convincente, isto é, ações práticas e visíveis.

Exemplo de inação está no Fust, Fundo de Telecomunicações, que já acumula mais de R\$4 bilhões sem atender um dos seus principais e mais primordiais objetivos, que é a inclusão digital dos alunos das escolas públicas brasileiras.

Outro exemplo está aí na malha rodoviária do País, que se vai desmoronando em buracos, apesar de existir uma fonte própria de recursos para se construir, reparar e manter as nossas estradas, qual seja, a Cide, Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico, arrecadada dos contribuintes brasileiros de cada litro de combustível que compra no País e que soma este ano um saldo acumulado não aplicado de nada menos que R\$4 bilhões – outra vez, R\$4 bilhões; é verdade que o Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tem envidado esforços para reverter esse quadro. Quando aqui estive, no Senado, S. Ex^a foi coerente quando manifestou as suas posições.

Ora, se mesmo com o dinheiro da Cide em caixa, o Governo simplesmente não consegue cuidar das nossas rodovias, o que dizer de medidas administrativas e políticas mais ousadas? Esse é o ponto focalizado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que chega a alertar sobre o risco de não se discutir e votar o projeto do Orçamento Geral da União para 2006. A advertência interessa a todos nós, Congressistas da Oposição, que, responsáveis, como temos sido na atual legisla-

tura, estamos preocupados com o futuro do Brasil nos próximos 18 meses.

Além da falta de resultados na esfera administrativa, já sobejamente conhecida e apontada pela Oposição, causam inquietação a paralisia e o desnorreamento do Planalto quanto a ações que precisariam ser feitas para dar suporte ao desenvolvimento econômico e social do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, a crise é grave e tensa, mas desse triste e nefando episódio já cuidam o Congresso, o Ministério Público e a Polícia Federal! O que não se admite é que o Governo se dedique apenas a defender a si e ao seu Partido e aliados, deixando de lado as verdadeiras tarefas e missões para as quais foi eleito.

Da articulação política do Governo no Congresso somente se ouve silêncio. Até o momento, não há nenhuma atuação digna de nota dos novos gestores políticos do Planalto. Isso faz crer que, de fato, não se trata de se saber qual o nome que estava ou está à frente da articulação do Executivo com o Legislativo, mas, sim, que se trata de ausência de propostas e objetivos claros capazes de aglutinar apoios e assegurar a aprovação de proposições de real interesse público e nacional.

Sem capacidade para somar esforços, para somar apoios, o resultado é que, por falta de iniciativa governamental, permanecem distantes e inalcançáveis alvos estratégicos do desenvolvimento nacional.

É de se perguntar, como fez o comentarista do jornal a que me referi, em que situação se acham as proposições de lei que tratam da reforma tributária, do saneamento básico, do parcelamento de débitos fiscais, que permitiriam o acesso aos benefícios da nova Lei de Falências. Todas elas estão pura e simplesmente no limbo, do qual não se vê o fim.

Igualmente inerte está o Governo em relação às medidas também importantes para impulsionar novos investimentos na economia. É o caso da não-integralização do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, instituto que foi alardeado pelo Governo como panacéia para todas as demandas de crescimento e que, apesar de havermos alertado para mais essa quimera de **marketing** governista, só foi aprovado graças aos votos patrióticos da Oposição.

Aliás, passados dois anos e meio do mandato do atual Governo Federal, o balanço do que se fez de mais relevante e estrutural, entre os tímidos empreendimentos político-administrativos do Governo, mostra que só foram realizados porque a Oposição foi fiel ao seu posicionamento construtivo. Além da aprovação da lei das Parcerias Público-Privadas, podem-se citar como produto da ajuda oposicionista as reformas da Previ-

dência e a tributária – no caso, aprovada por enquanto apenas no Senado, e há um ano e seis meses.

Por outro lado, como não precisa ser levada ao Congresso e como depende apenas do próprio Executivo, o Planalto não realizou até agora o que a Oposição, com a sua competência técnica e clareza de objetivos, não deixaria de fazer: uma profunda reciclagem de gestão, visando a cortar custos e a enxugar a máquina administrativa, exatamente para disponibilizar recursos para os investimentos públicos, como fazem outros Governos do PSDB, Governos estaduais do meu Partido, como Aécio Neves, em Minas Gerais, e Geraldo Alckmin, em São Paulo.

Ora, o Governo demonstra não ter visão administrativa nem audácia para empreender tal racionalização. Por isso, não consegue sair do círculo vicioso da obsessão em gerar superávits crescentes. Assim, transforma, às custas da Nação e dos contribuintes, o ato de governar em mera escrituração contábil.

Esperamos, Sr. Presidente, que os juros não sejam alterados e que possam até ser baixados. Tem havido deflação, por meio do IGPM. Já era hora de o Governo concluir, juntamente com as suas autoridades monetárias, que não há necessidade de se manter os juros tão altos. Já há três meses seguidos de deflação pelo IGPM, o que justificaria, sem dúvida alguma, uma redução dos juros para possibilitar a volta do crescimento.

Entretanto, para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero dizer que o andamento das três CPIs de modo algum justifica que o Governo continue de braços cruzados, na vã ilusão de que surtam efeito as tentativas de dificultar as investigações e que elas acabem em nada. Nem é isso o que vai acontecer e nem é a inação que vai ajudar o País a sair da crise. Pelo contrário, a continuar desorientado e sentado à espera de um ilusório final feliz, o Governo só vai piorar as coisas.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Há três CPIs fazendo investigações, mas o Governo deveria continuar trabalhando de forma coordenada e competente. Infelizmente, não é isso o que acontece. Se V. Ex^a ler os jornais de hoje, verá o que está acontecendo com essa pseudo-reforma ministerial: o Governo convida Ministro, volta atrás, marca posse, volta atrás, está perdendo as condições. O mandato do Presidente Lula não acabou, mas, infelizmente, o seu Governo já terminou.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Jorge, agradeço-lhe o aparte. V. Ex^a antecipa o final do meu pronunciamento, cujo teor é exatamente o de que é necessário que o País continue funcionando, que os projetos sejam apresentados, discutidos e realizados. Do contrário, nós, brasileiros, acabaremos pagando caro por uma possível contaminação da economia pela gestão administrativa e política atual.

A mudança de Ministros parece ser uma tentativa do Executivo de dar um novo rumo à administração, mas resta saber, em primeiro lugar, se as escolhas foram as melhores, sob o ponto de vista técnico, as mais respaldadas pelos respectivos Partidos e as mais comprometidas com os interesses públicos e, em segundo lugar, se o principal Partido situacionista – o PT – abandonará seu cacoete de concentrar autoritariamente o poder e se irá compartilhá-lo democraticamente, em termos de autêntica aliança política, em vez de cobrar apenas a habitual subserviência que espera de seus parceiros.

Eram essas as palavras que eu queria trazer hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sem nos afastarmos das obrigações com que o Congresso está envolvido nas três CPIs, devemos dar continuidade às discussões neste plenário. O Governo também deve continuar agindo e aplicando os recursos existentes, como os da Cide e do Fust, a que me referi.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade de abordar o importante tema do desenvolvimento econômico e do crescimento do País.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, V. Ex^a está inscrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Ney Suassuna fica inscrito como Líder do PMDB.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do Bloco, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho dizer que o Governo está trabalhando. Felizmente, o Governo não terminou, e o País está funcionando, e a prova disso foi a aula inaugural para 1,2 mil jovens realizada hoje pelo Presidente Lula, dando início, em Recife, ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem, executado pelo Governo Federal em parceria com Prefeituras das Capitais.

Muito me alegra, Sr. Presidente, que, nessa etapa primeira do programa, a Capital do meu Estado, Porto Velho, esteja entre as cinco Capitais que iniciam sua execução, com 2,4 mil alunos inscritos. Para a nossa Capital, que detém um dos maiores índices de violência do Brasil, é muito importante um programa dessa natureza.

Instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho deste ano, o ProJovem significa inclusão social – é isso o que este Governo está fazendo. A realidade das ruas e da periferia do País é diferente do que acontece aqui, no Congresso Nacional.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu gostaria muito, meu querido, mas estou falando em nome da Liderança e tenho apenas cinco minutos, com muita coisa para dizer.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa é merecedor das melhores qualificações e deve contar com o apoio de todos nós.

Os alunos do ProJovem terão curso para conclusão do Ensino Fundamental, Língua Inglesa, Informática Básica, qualificação adequada ao nível de ensino e oportunidades de trabalho em sua cidade. Receberão, ao término de um ano, certificado de conclusão do Ensino Fundamental e habilitação profissional inicial.

Os jovens terão um incentivo mensal de R\$100,00 e serão orientados a desenvolver ações comunitárias para valorizar a participação social e cidadã e o protagonismo juvenil. É necessário que cumpram 75% da carga horária e todas as atividades previstas no currículo.

Além de Recife e Porto Velho, as Capitais selecionadas nessa fase são Boa Vista, com 1,5 mil alunos; Fortaleza, com 1,2 mil alunos; e Salvador, também com 1,2 mil alunos. Em agosto, começam as aulas em três Capitais, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio

de Janeiro, numa escala crescente, até atingirmos as 26 Capitais e o Distrito Federal.

Executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o ProJovem terá investimento, neste ano, de R\$311 milhões.

Esse Programa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a Política Nacional de Juventude, instituída por meio da Medida Provisória nº 238, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei de grande relevância.

Para todos nós, que cerramos fileiras nesta Casa em defesa dos direitos de nossas crianças e adolescentes, o Governo avançou de forma extraordinária. Afinal, pela primeira vez na História, o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens.

O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem 48 milhões de habitantes na faixa etária definida pela ONU como juventude, entre 15 e 29 anos. Desses, 34 milhões têm entre 15 e 24 anos, e é nessa faixa que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Enfrentar esses desafios é tarefa de toda a sociedade brasileira. Entendo que o Governo do Presidente Lula faz sua parte. Parabenizo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todos os que tornam o ProJovem uma realidade, tanto quanto o Fundeb, proposta que vai, com certeza, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da formação neste País. O ProJovem tem a parceria de instituições federais, de Prefeituras, de movimento social, de educadores, de orientadores, de assistentes sociais e, especialmente, dos jovens da minha querida cidade de Porto Velho.

Quero parabenizar também o Prefeito Roberto Sobrinho e a Secretária Municipal de Educação, Epifânia, que têm feito todos os esforços para buscar espaços na rede pública e atender 2,4 mil jovens na cidade de Porto Velho.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo o momento

em que serão escritas as melhores matérias da imprensa e, seguramente, também as piores. É por isso que chamo a atenção da imprensa brasileira para que tenha muito cuidado com aquilo que é publicado, especialmente quando há uma concorrência entre os veículos, aquela intenção, aquele estímulo, aquela adrenalina para o furo diário, para o escândalo da última hora, a fim de que não se cometam injustiças e de que as pessoas possam sempre se defender antes de a matéria ser publicada, para haver o contraditório e para os fatos serem apurados.

Nas últimas 24 horas, fui vítima de pretensa denúncia, publicada primeiramente na **Folha de S.Paulo** pela jornalista Marta Salomon, que me ouviu e, portanto, colocou pelo menos parte da minha versão, e, hoje, no jornal **O Globo**, pela jornalista Regina Alvarez, que não me ouviu. A pretensa denúncia teria sido feita pelo Senador Alvaro Dias e, agora, repetida pelo Deputado Onyx Lorenzoni, na CPMI, e diz basicamente o seguinte: o Senador Mercadante tomou empréstimos do PT no valor de R\$3.750,00.

Quero dizer que tenho 25 anos de militância no PT e me orgulho muito da minha trajetória. Nunca aceitei receber pelo Partido. Nunca!

Eu não tinha mandato, a partir de 1994, quando fui candidato a Vice-Presidente da República com o Presidente Lula. Eu era da Executiva Nacional do Partido, Secretário de Relações Internacionais, contribuía com o meu salário para o Partido e vivia do meu salário de professor universitário. Durante a vida inteira, fui economista e professor. Portanto, nunca aceitei receber, nunca me profissionalizei no Partido e sempre contribuí religiosamente, durante 25 anos, com o Partido: dou 20% do meu salário, todos os meses, para o PT. Por isso mesmo, sinto-me muito indignado com as coisas que estou vendo.

Como Secretário de Relações Internacionais, acompanhei o Presidente Lula numa viagem internacional por vários países da Europa, quando estivemos com vários Chefes de Estado e Primeiros Ministros, do dia 29 de setembro ao dia 09 de outubro de 2001. E, na véspera, o Partido liberou R\$1 mil, para indenizar a compra da passagem, e R\$2.750,00, que equivaleriam, hoje, a algo em torno de US\$100.00, que era a diária que o Partido antecipava; diária que não pagava as despesas, como nunca pagou, em nossas viagens. Parte eu paguei com o meu cartão de crédito. E, como sempre fiz, retornei da viagem e apresentei a prestação de contas. Eu viajava, como Secretário de Relações Internacionais, a eventos, conferências, seminários e, sobretudo, acompanhava o Presidente em viagem que fizemos com o Primeiro-Ministro da França, Jospin, com o Primeiro-Ministro da Itália, com o da

Espanha, com o de Portugal, com várias autoridades e com vários partidos. No entanto, essa prestação de contas, não sei por que razão, ficou perdida na burocracia partidária, que não é das mais eficientes. Um ano depois, fui informado que a prestação de contas não estava... e o Partido queria transformar em diária aquilo que era uma antecipação de gastos com a contrapartida das despesas. Falei: “Não, essa solução não me serve. Faço questão de pagar ao Partido”. Dei dois cheques e paguei os R\$3.750,00. Então, o que fiz? Viajei a serviço do Partido, numa missão oficial do Partido, acompanhando o candidato a Presidente da República, e a paguei do meu bolso, do meu bolso! Porque, diferentemente de alguns que hoje estão aí, e que endividaram o Partido, que se beneficiaram do endividamento do Partido, sem discussão no Partido, eu não faço parte dessa história! A minha história está naquela militância que construiu palmo a palmo esse Partido, dando contribuição de seu salário, como dei a vida inteira.

Então, vou repetir: nunca, nunca fui remunerado pelo Partido! Nunca tomei dinheiro do Partido para o que quer que seja, muito menos empréstimo! A não ser aquilo que o Partido faz nas campanhas eleitorais.

Devo muito ao Partido. Não cobro nada do Partido. Devo muito ao Partido. Devo-lhe a minha história de vida, esse projeto de 25 anos! Portanto, vou lutar muito para que a gente supere essa crise e possa ter o Partido, com a importância que ele tem na democracia brasileira, no debate político e ideológico.

Eu queria esclarecer isso. Sei que não houve má-fé por parte do Senador Alvaro Dias, mas a imprensa, no seu açodamento, não tem permitido que as coisas sejam colocadas. Pergunto: como é possível que eu, contribuindo com R\$2.500,00 por mês, durante a minha vida inteira – é o que eu dou hoje ao Partido, o equivalente a isso –, tenha que explicar, mesmo que fosse um empréstimo de R\$3.750,00? Como é possível isso, em detrimento de não publicarem aquilo que deveria ser um elogio a minha atitude de nunca aceitar ser remunerado? Mais do que isso: paguei a passagem do meu bolso, paguei a diária do meu bolso, porque tinha orgulho de acompanhar o Presidente Lula na viagem.

No meu caso, sei que tenho sido bastante preservado nesse processo. A imprensa tem de apurar tudo, divulgar tudo, e, em momentos como esse, é o fato que determina a política: são os documentos, são as provas. É a partir daí que temos de seguir a investigação, sem perseguir quem quer que seja, sem poupar ninguém. Investigar com equilíbrio, com ponderação e isenção. Mas que não se cometam denúncias precipitadas sem apuração.

Outro dia, vi no “Jornal Nacional” – comentei isso com alguns colegas da Globo – uma lista pretensa de dez Parlamentares, feita pelo Líder do PFL na Câmara, dizendo que todos estavam envolvidos com retiradas de recursos no Banco Rural, sem nenhuma comprovação. Agora estão aparecendo os nomes; agora estão aparecendo os cheques; agora estão aparecendo os valores, e quem está naquela lista vai ter que se explicar; e, se não o fizer, seguramente terão de ser tomadas providências em relação a esses Parlamentares, assessores, dirigentes e quem quer que seja. Mas houve uma precipitação naquela denúncia. Alguns Parlamentares, que não estão na lista, que não foram denunciados, que não aparecem nesse processo, foram incluídos na matéria.

A popularidade, podemos ganhá-la ou perdê-la na vida pública; a credibilidade, só se tem uma, e essa tem que ser preservada, e preservada sempre, e preservada com rigor.

Por isso, venho aqui, basicamente, pedir aos membros da CPMI cuidado nas investigações. Não acho que ela tenha se excedido, não acho que ela tenha extrapolado. Às vezes, algumas perguntas – eu diria – são feitas num tom acusatório, violento, contra um sujeito que nem sempre pode sequer se defender. Então, acho que tem que ter respeito; têm que ser feitas todas as perguntas de forma respeitosa, aprofundando a investigação, e, sobretudo, buscando provas documentais, que são, seguramente, o melhor caminho para a apuração dos fatos.

Quero esclarecer esse episódio, menos porque isso, de alguma forma, poderia prejudicar minha história partidária, ou a minha contribuição ao PT, ou a minha vida pública, mas para que sirva de alerta para que se tome cuidado em momentos como esse, porque é muito fácil arranhar a reputação, sobretudo dos anônimos que vão aparecendo, das pessoas que nem têm como se defender: não têm mandato, não têm tribuna, não têm acesso à imprensa e, de repente, é a família que se sente constrangida no trabalho, na profissão. E que se façam as coisas com responsabilidade, com equilíbrio, com ponderação, para que possamos apurar tudo, o Congresso se preservar, o País sair melhor do que está.

Quero terminar dizendo que ouvi, hoje, também, ponderações no sentido de uma concertação. Acho a motivação nobre, mas os argumentos nem tanto. Uma concertação porque o Governo está numa situação extremamente difícil? Não, não acho que seja esse o caminho. Acho que a concertação é sempre bem-vinda. Mas, neste momento, o que o País quer é a apuração de tudo: identificar os responsáveis e puni-los. Feito isso, nesse processo, temos que construir uma agenda de

reformas institucionais que permitam ao País avançar e aprender com esta lição dolorosa que as instituições democráticas estão atravessando: partidos – e muitos partidos – e sobretudo o Congresso Nacional, em particular a Câmara dos Deputados.

Creio que podemos centrar esse esforço de concertação em torno de uma profunda reforma eleitoral e partidária. Esse é o único caminho, é o melhor caminho para darmos um salto de qualidade, e que possamos avançar e aprender com essas lições, não repetir experiências como essa, e construir, portanto, o aprofundamento do processo democrático, pois essa crise abre espaço para isso.

No chinês antigo, crise era perigo e oportunidade, dois caracteres. Os perigos são muitos, sobretudo para aqueles que se envolverem em episódios tão lamentáveis como esse – e devem pagar por isso, e pagar com muita severidade –, mas as oportunidades também se abrem: de entendimento, de ponderação, de equilíbrio, de racionalidade, de espírito público e, sobretudo, de coragem para fazer a reforma política no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

De acordo com o art. 14, V. Ex^a poderá usar da palavra para uma explicação pessoal. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo transmitir à Casa a real participação minha nesse episódio relatado pelo Líder do Governo.

Cumprindo o dever de membro da CPMI dos Correios, fui investigar, no balanço do PT, os empréstimos realizados pelo Partido no Sistema Financeiro Nacional. Em nenhum momento fiz referência ao adiantamento concedido ao Senador Aloizio Mercadante, sobretudo por uma manifestação de respeito ao Colega. Não transferi à imprensa essa informação. Não porque o valor é irrelevante – o Senador Aloizio Mercadante realmente não necessita desse tipo de empréstimo –, mas, sobretudo, porque reconheço a necessidade de ser duro no ato de investigar, cumprindo o dever que me impõe a condição de representante do meu Partido nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas sem ignorar a importância da elegância em relação aos Colegas do Senado Federal. Portanto, não transferi à imprensa essa informação. É um documento público, à disposição de qualquer cidadão no Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se da Prestação de Contas do Partido, em que encontramos o livro razão, a contabilidade,

o balanço, com a aprovação da Comissão Executiva Nacional do PT. Obviamente, um jornalista, no cumprimento também do seu dever, buscou, junto à nossa assessoria, que trabalha conosco na CPML, as informações desse balanço e as publicou no jornal **Folha de S. Paulo**. Não fui ouvido, quando da publicação dessa matéria no jornal **Folha de S. Paulo**. Posteriormente, o jornal **O Globo** repetiu a publicação, e fui ouvido. Apenas manifestei estranheza pelo fato de o Partido dos Trabalhadores realizar adiantamentos na forma de empréstimos. Eu não imaginava que fosse essa uma função do Partido, até porque, conforme se verificou, os recursos são oriundos da conta onde se depositam recursos do fundo partidário, que são recursos públicos consignados no Orçamento da União.

Mas, em nenhum momento, fiz referência ao Senador Mercadante. Hoje, sim, quando do depoimento do Sr. Delúbio Soares, na CPML, indaguei dele – uma vez que ele dissera não ter mantido nenhum contato com o Presidente da República para tratar de assuntos financeiros – se não manteve contato com o Presidente da República para rolar uma dívida acumulada em dois anos, no ano de 2003, quando já Presidente da República, no valor de R\$30 mil, também como adiantamento a terceiros. Isso consta da contabilidade do PT.

Realmente, é surpreendente, porque não é esta a função de um partido político: fazer empréstimos às lideranças partidárias. É evidente que, na contabilidade, se consigna como adiantamento a terceiros. Portanto, trata-se de uma modalidade de empréstimo, sem juros e sem correção monetária.

Justiça se faça. O Presidente pagou o empréstimo no ano passado, mas eu não imaginava que fosse essa a tarefa de um partido. E o tesoureiro do Partido, Delúbio Soares, nesse caso, confirmou que houve, realmente, esse adiantamento.

Portanto, Sr. Presidente, tenho o cuidado de não perder credibilidade ao transmitir informações a quem quer que seja, especialmente à imprensa, que tem prestado uma colaboração extraordinária nessa tarefa de investigar, para se desmontar esse esquema de corrupção instalado, lamentavelmente, no Governo da República, com essa triangulação já visível de Governo, Marcos Valério e outras lideranças políticas do Congresso Nacional ou fora dele.

Portanto, creio que a minha manifestação de apreço...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...ao Senador Aloizio Mercadante, que tem sido, Sr. Presidente, elegante conosco. Travamos sempre um debate elevado e, às vezes, duro, mas com elegância. E não creio que

o Senador Mercadante possa, neste episódio, merecer de minha parte qualquer tipo de censura, uma vez que já deu a explicação. O que houve foi certamente um descuido da organização partidária, especialmente daqueles que tratam da contabilidade do Partido, porque essa não é a forma de contabilizar, em função das explicações dadas pelo Senador Mercadante, de que se tratava de uma despesa de viagem que S. Ex^a quis saldar com o Partido.

Portanto, Sr. Presidente, é evidente que não aprovo essa prática no interior de qualquer partido – não importa que seja o PT. Essa não é uma prática adequada de se oferecer empréstimos, evidentemente a que título não importa, de que natureza não importa, mas não é o melhor exemplo de contabilidade partidária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, requisito também o art. 14, de forma muito breve, por ter sido citado, para concluir este diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, registro a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator na CPI dos Bingos.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, com base no art. 14, do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, quero dizer que os procedimentos do Partido dos Trabalhadores são os mesmos do Senado Federal. Qualquer Senador que for fazer uma viagem tem um adiantamento dos recursos referentes às diárias, compatível com o número de dias que o Senador for viajar.

É assim no Senado, é assim no PT, é assim na maioria das empresas. O jornalista, quando vai viajar, tem um adiantamento da instituição ou na forma de diária, porque, nesse caso, não precisa prestar conta, ou com a contrapartida da prestação de contas das despesas.

O nosso Partido, como sempre foi rigoroso, pelo menos na história do Partido que ajudei a construir, do ponto de vista da sua disciplina fiscal, administrativa e financeira, que foi perdida e comprometida nessa gestão atual, sempre definimos um teto por antecipação, que é inferior, inclusive, às despesas que se tem numa viagem, por exemplo, em qualquer país europeu.

Então, sacamos, nos dias 26 e 27 para viajar do dia 29 de setembro ao dia 9 de outubro, o equivalente a US\$100 por dia, que qualquer um que viajou para a Europa sabe que não paga as despesas, muito menos de uma delegação presidencial, em que se tem

almoços, transportes, convidados e despesas que vão além disso.

Houve, de fato, um problema na administração financeira do Partido – antes fosse só esse o problema, teríamos uma situação muito melhor –, e a prestação de contas não foi efetivada da Secretaria de Relações Internacionais junto à Secretaria Financeira.

Num momento como este, vir discutir R\$3,750 mil, e isso virar um debate do Senado Federal, sem sequer terem a delicadeza de me ligarem antes e perguntar: “Mercadante isso aqui tem alguma procedência?” Eu explicaria na hora.

É evidente que o PT não empresta dinheiro a ninguém. Não emprestou ao Presidente Lula, nem a nenhum dirigente partidário. Antecipou despesas de viagem, e só. Poderia ser feito como diárias, como faz o Senado. No Senado, nós não temos que prestar contas. O Senado antecipa, a União Interparlamentar antecipa as diárias, que são gastas sem se precisar prestar contas. No Partido, não. As diárias são antecipadas, tem-se que prestar contas e há o teto de despesas.

Por isso, espero que esse esclarecimento seja definitivo, que não se repita esse tipo de argumentação. Jamais recebi empréstimo, e mais, vou repetir, jamais aceitei receber do Partido dos Trabalhadores. Nunca fui um dirigente profissionalizado. Sempre me recusei a receber. E trabalhei voluntariamente para construir esse Partido, contribuindo mês a mês a minha vida inteira. E continuo dando R\$2,5 mil por mês, para o Partido, apesar de tudo o que estou vendo hoje, e lastimo, porque nunca fui informado, jamais aceitaria esse nível de despesa, esse nível de endividamento, essa falta de controle da administração, o que tem que ser apurado com rigor.

Mas vamos ter cuidado nos procedimentos e na forma de atuar, porque eu tenho uma tribuna, tenho uma história, sei me defender e explico cada ato da minha vida. Mas nem todo cidadão tem esse espaço e essa possibilidade de defesa. Por isso, peço, sobretudo aos membros da CPI, muito equilíbrio, muita responsabilidade e muita ponderação.

Agradeço as palavras finais do Senador Alvaro Dias e, seguramente, dou esse episódio como superado e espero que possamos tratar com essa responsabilidade os graves fatos que temos pela frente para serem apurados na vida parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, com toda certeza, o centro de toda a civilização é o homem e, certamente, o elemento mais importante de uma sociedade, seja ela nacional ou supra-nacional, é o homem.

A qualificação desse homem, se mais preparado ou menos, se mais qualificado ou menos qualificado, é que faz a diferença, e é isso que conta hoje no mundo globalizado. A qualificação existe sempre por intermédio do ensino no trabalho ou nos cursos, em suas várias gradações, mas principalmente da universidade como um todo.

A Paraíba tem três universidades: duas federais e uma estadual. A Universidade de Campina Grande pretende se expandir para o Cariri, o nosso sertão, e para o Vale do Piancó, que fica paralelo ao sertão, embora não deixe de ser sertão, mas um vale com características específicas.

Ontem, para minha alegria, toda a Bancada do meu Estado esteve com o futuro Ministro da Educação, Fernando Haddad, com o Reitor Thompson, da Universidade Federal de Campina Grande, e com o Governador. Fiquei muito feliz porque não tinha nem Governo nem Oposição. Eram todos paraibanos e pediam o quê? Exatamente aquilo que acabei de falar: a expansão da Universidade Federal de Campina Grande para todo o interior sofrido do nosso semi-árido.

O Senador José Maranhão e eu fomos, como membros da Oposição, acompanhados por Prefeitos e Deputados, e lá fizemos um coro único. O Governo Federal está fazendo bem, quando cria universidades, como as que criou no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais. O Governo expandiu cursos por vários lugares. Esperamos que o mesmo aconteça com a nossa Paraíba.

Saúdo a Bancada paraibana como um todo, que, unida, luta por causas que são de importância para o Estado. Saúdo também o Governo, porque está buscando expandir as universidades. Com toda a certeza, isso é importante para a qualificação do trabalhador brasileiro, da juventude brasileira, num mundo globalizado, onde vão enfrentar, cada vez mais, pessoas treinadas em alta tecnologia, em tecnologia de ponta. Só por meio dessa qualificação, teremos condição de enfrentar a concorrência.

Muito obrigado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a ainda dispõe de bastante tempo. V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse tema até me comove. Na semana passada, fiz um pronunciamento. Depois, uma pessoa me mandou um

e-mail; acredito que não tenha entendido bem o que falei. Falava justamente sobre o papel das universidades, sobre a criação das novas universidades que o Congresso votou nos últimos momentos do mês de junho, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Mato Grosso e em Minas Gerais. Reportei-me à Universidade do Acre. Aproveito este momento para falar ao Ministro Antônio Palocci e ao nosso novo Ministro da Educação que o que queremos, no Estado, não é a criação de uma nova universidade, mas a expansão da atual universidade para todo o interior. Diante disso, pedi a liberação de duas importantes emendas, uma delas, uma emenda de Bancada. A nossa Bancada inteira – os onze Parlamentares, três Senadores e oito Deputados – aceitou colocar aquela emenda para interiorização. E mais: dentro das emendas individuais, cada um dos Parlamentares destinou cerca de R\$150 mil, para gerar perto de R\$2 milhões, a fim de que possamos instituir a Universidade da Floresta, que vai ter um tema específico para o estudo da nossa biodiversidade. Então, proponho que nos irmanemos nessa grande causa, para que tenhamos essa conquista no nosso Estado. Eu pediria a força de V. Ex^a, para que nos ajude neste empreendimento de garantir recursos para a Universidade Federal do Acre, dentro da sua expansão, que é colocar centros de trabalho em cada um dos nossos Municípios no Estado. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigada, nobre Senador Sibá Machado. Com toda a certeza, conte comigo para ajudar no que seja possível.

Eu cometi um equívoco, quando disse que a Paraíba tem três universidades. Não, o Estado tem mais. Ele tem universidades privadas e até uma universidade do trabalho, a Universidade Corporativa, que é da Federação das Indústrias, que treina, num grau mais aperfeiçoado, pessoas que, uma vez qualificadas, encontram emprego com muita facilidade. Basta dizer que todos das últimas turmas que passaram pela Universidade Corporativa da Indústria em Campina Grande, sem exceção, obtiveram emprego imediato.

Então, estarei lutando juntamente com V. Ex^a, porque esse é um objetivo dos nossos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em função da necessidade de votarmos a Medida Provisória nº 242, que trata da Previdência Social e cuja eficácia está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal, conforme reunião que fizemos, ontem, com os Líderes partidários, combinamos – e precisamos da aquiescência do Plenário, obviamente – transformá-la em projeto de lei, para que possa tramitar, evidentemente abrindo tempo e condições para que seja aprimorada, emendada e revogada, se for o caso.

Em seguida, votaremos a Medida Provisória que abre crédito para o Ministério da Defesa e convocaremos sessão do Congresso Nacional, para dar concretude ao acordo que fizemos com os Líderes das duas Casas do Congresso Nacional, a fim de votarmos apenas alguns poucos créditos que foram entendidos como consensuais.

Realizaremos, dessa forma, a última sessão deliberativa do Senado Federal e do Congresso Nacional do mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005), que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 de julho, quando teve sua apreciação transferida em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À medida provisória foram apresentadas 43 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Henrique Fontana (PT – RS), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito favorável à Medida Provisória e às Emendas de nºs 2, 3, 9, 15 a 18, 24 a 27 e 32 a 35, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1, 4, 5, 7, 8, 14, 19, 28, 29 e 30, na forma do Projeto de Lei de Conversão que oferece; com alterações que promove, e pela rejeição das demais Emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 29 de março e não se instalou;
- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 11 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 15 de junho;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 12 de maio, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 18, de 2005, e se esgotará no dia 25 de agosto;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 1.313, DE 2005 – PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Medida Provisória tem como objetivo fundamental buscar construir novos procedimentos relacionados ao problema do déficit da Previdência Social, em particular, dos gastos com auxílio-saúde.

O gasto médio, até 2001, era de R\$2,5 bilhões e hoje chega a mais de R\$10 bilhões. Houve um crescimento exponencial pela forma e pelos procedimentos como a Previdência passou a atuar em relação a essa matéria. A falta de médicos peritos, a terceirização do parecer médico geraram uma deformação muito grande no sistema, que não consegue absorver esses gastos, o que seguramente abriu espaço para fraudes que precisam ser revertidas.

Foi em função disso que o Governo promulgou essa Medida Provisória, que, no entanto, está com efeitos suspensivos com base em um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Estamos no mês de julho, evidentemente não há quórum pelo fato de as CPIs estarem trabalhando, e não há acordo com a Oposição para a aprovação dessa Medida Provisória. Como ela vence no dia 25 e, sofrendo qualquer alteração, teria de voltar para Câmara e não poderia ser aprovada em tempo hábil, acordamos, com os Srs. Líderes, um encaminhamento – que é o único que resta a esta Casa; não vejo outra solução – em que o Senado não acataria os pressupostos de urgência e relevância.

Deixando de aprová-los, poderíamos, em seguida, quanto ao mérito, transformar em projeto de lei a Medida Provisória, que é meritória e necessária e cuja discussão deve ser aprofundada, para que se faça o ajuste dos gastos abusivos que estão ocorrendo com o auxílio-saúde. Depois, abriríamos espaço para votar a outra Medida Provisória, que diz respeito a crédito para as Forças Armadas brasileiras.

Meu parecer, portanto, é essa proposta de encaminhamento que foi acordada com os Líderes da Casa, no sentido do não-atendimento dos pressupostos de urgência e relevância e da transformação da Medida Provisória em projeto de lei, cuja tramitação permitirá uma discussão mais detalhada da matéria, para que no futuro – tenho certeza – aproveemos essa Medida, que é necessária para diminuir o déficit previdenciário do País.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005 (Medida Provisória nº 242, de 24 de Março de 2005)

O PLV nº 15 de 2005, estabelece condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios, combater fraudes e irregularidades contra a Previdência Social e equalizar regras que requerem base legal, de modo a aumentar a inclusão de cidadãos à condição de segurado da Previdência Social.

I – Relatório

A Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, modificada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005, tem por objetivo assegurar base legal para melhor combater as fraudes e irregularidades que, se não forem contidas, colocam em risco o equilíbrio do sistema e as garantias dos direitos previdenciários das futuras gerações.

Outro objetivo relevante da Medida Provisória em tela é enfrentar o fato de que milhões de trabalhadores não têm direito à cobertura da Previdência Social. A Medida Provisória cria regras que facilitam o ingresso do trabalhador autônomo ao sistema da Previdência Social por meio da opção da redução da alíquota sobre o salário-de-contribuição de 20% para 11%, para o segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria e para o segurado facultativo.

Os principais elementos integrantes do PLV 15 de 2005 são listados a seguir:

“Art. 1º Cria a opção da alíquota de 11% sobre o valor correspondente ao limite míni-

mo mensal do salário-de-contribuição para o contribuinte individual que trabalhe por conta própria. Neste caso, prevê que para a obtenção de aposentadoria por tempo de serviço o segurado deverá complementar a contribuição mediante o recolhimento de mais 9%.

Estabelece para os Cartórios de Registro Civil a necessidade de comunicação na época própria referente a óbitos de segurados, aplicando a penalidade por óbito não informado ou informado com inexatidão. Institui que o Cartório de Registro Civil responde, subsidiariamente, com o beneficiário pelo ressarcimento de benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexatidão de comunicação de óbito.

Art. 2º Institui que cabe à empresa enviar à Previdência Social, até o dia da contratação, os dados de identificação do trabalhador, a respectiva norma para este procedimento e institui multa se houver ocorrência de acidente de qualquer natureza com o empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social.

Estabelece que a renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição.

Impede que o beneficiário condenado por crime que resulte na morte do segurado tenha direito à pensão.

Assegura à Previdência Social meios de recuperar recursos originados de atos comprovadamente fraudulentos, mesmo depois do prazo decadencial de 10 anos.

Art. 3º Obriga o INSS a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242 de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto na forma deste PLV.”

II – Análise

Desde o ano de 2001 a concessão do Auxílio-Doença praticamente dobrou, sem qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do País, e os valores quase quadruplicaram, passando de 2,5 bilhões de reais para mais de 9 bilhões de reais.

O aumento referente ao auxílio-doença, tanto na quantidade de benefícios concedidos quanto no valor dos mesmos, e uma distorção não correlacionada com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

É importante notar que este aumento explosivo se deu a partir de 2001, quando os peritos do INSS não tiveram mais como atribuição fazer a homologação dos laudos médicos emitidos pelos médicos credenciados.

Neste sentido, foi oportuna a edição da Lei nº 10.876 de 2004, pelo Congresso Nacional, que criou a carreira de perito médico da previdência social, bem como a portaria do Ministério da Previdência Social, de 16-6-2005, dando posse aos novos concursados. Este é um caminho importante que está sendo trilhado.

Mas, há brechas no texto legal que precisam ser sanadas para impedir a percepção do benefício fora do propósito legalmente estabelecido.

A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadoria e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador.

Por outro lado, é amplamente reconhecido o grave problema social representado pelos cerca de 18 milhões de brasileiros que trabalham na informalidade sem contribuir para a Previdência Social. O mérito da redução da alíquota do contribuinte individual para 11% é inquestionável.

A Exposição de Motivos nº 7/2005 justifica o uso da Medida Provisória para que, prontamente, sejam asseguradas à Previdência Social condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios e para combater as fraudes e irregularidades.

Em que pese o seu evidente mérito, os pressupostos de urgência e relevância da Medida Provisória nº 242, foram questionados pelo Supremo Tribunal Federal, na concessão de Medida Cautelar às ações diretas de inconstitucionalidade, suspendendo os seus efeitos. Em consequência, para evitar eventuais novos questionamentos na Justiça, propõe-se rejeitar o PLV nº 15, dela originado.

No entanto, dado o mérito da matéria é necessário discuti-la com profundidade no âmbito do Congresso Nacional visando equacionar os problemas relacionados com racionalização na concessão de benefícios, o combate às fraudes e irregularidades contra a Previdência e a inclusão de cidadãos hoje fora do regime de Previdência Social.

III – Voto

Em vista do exposto, recomendamos a rejeição da Medida Provisória 242 por não atender os pressupostos de relevância e urgência. Nesta mesma oportunidade

submetemos à apreciação dos nobres pares o seguinte projeto de lei que preserva o mérito da matéria.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2005

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

§ 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei.” (NR)

“Art. 45.

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, limitados ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

..... “(NR)

“Art. 68.

§ 2º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à penalidade prevista no art. 92 desta Lei, aplicada por óbito não informado ou informado com inexatidão.

§ 5º O titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais responderá, subsidiariamente, com o beneficiário, perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo ressarcimento dos benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexatidão de comunicação do óbito do segurado, especialmente quanto ao ressarcimento dos valores pagos.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 92.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

..... ” (NR)

“Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuem na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

“Art. 23-A. Caberá à empresa enviar a Previdência Social, até o dia da contratação, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social, o nome completo do trabalhador que pretende contratar como empregado, além de 1 (um) dos seguintes elementos a ele correspondentes:

I – o Número de Inscrição do Trabalhador – NIT;

II – o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

III – o número da identidade e do respectivo órgão emissor;

IV – o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

V – a data de nascimento e o nome da mãe.

§ 1º Ocorrendo acidente de qualquer natureza ou causa com empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social na forma do **caput** deste artigo ou que não conste de documento de apresentação obrigatória entregue ao órgão competente, na forma do § 2º deste artigo, fica a empresa sujeita ao pagamento de multa equivalente a até 48 (quarenta e oito) vezes a remuneração mensal do empregado correspondente ao mês do acidente, limitada ao limite máximo do salário-de-contribuição, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo será aplicada da seguinte forma:

I – até 12 (doze) vezes a remuneração mensal, no 1º (primeiro) anos de vigência deste artigo;

II – até 24 (vinte quatro) vezes, no 2º (segundo) ano;

III – até 36 (trinta e seis) vezes, no 3º (terceiro) ano; e

IV – até 48 (quarenta e oito) vezes, a partir do 4º (quarto) ano.

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao acidente que ocorrer em data posterior à da efetiva entrega, por parte da empresa, da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em que o nome do trabalhador acidentado esteja consignado como empregado.

§ 4º A informação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser enviada por meio eletrônico e, excepcionalmente, por outra forma disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 5º O disposto neste artigo não prejudica a aplicação do art. 120 desta lei.”

“Art. 26. Não se aplica o disposto no inciso II ao segurado que optar por contribuir na forma do § 2º art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, aplicando-se, na hipótese, a carência prevista no inciso I do art. 25.”

“Art. 29.

§ 10. A renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.” (NR)

“Art. 55.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do citado artigo.”(NR)

“Art. 74.

Parágrafo único. Não fará jus à pensão o beneficiário condenado, com trânsito em julgado, por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.” (NR)

“Art. 103-A. O direito de a Previdência Social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, exceto nos casos de fraude ou comprovada má-fé do beneficiário, hipóteses em que o referido prazo será contado a partir do conhecimento do fato pela Previdência Social.

§ 2º Qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato considera-se exercício do direito de anular e suspende, de imediato, o decurso do prazo decadencial.

§ 3º A partir da impugnação da validade do ato administrativo, a Previdência Social terá o prazo de 3 (três) anos para decidir sobre sua manutenção ou revisão.

§ 4º A percepção cumulativa de benefícios vedada por lei acarretará a penalização do beneficiário, na forma da lei.” (NR)

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social fica obrigado a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto nesta lei.

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 23-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que entrara em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Aloizio Mercadante**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Aloizio Mercadante é pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. O parecer preliminar do Relator Deputado Henrique Fontana é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e o do Relator revisor Aloizio Mercadante, pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, nos termos da Resolução nº 1, art. 8º, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência. O parecer do Relator revisor é pelo não-atendimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator revisor.

A medida provisória vai, portanto, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos passar à apreciação do Item 2 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda sobre o item anterior, entendo que o PSDB deve prestar uma satisfação à opinião pública, à Nação brasileira, porque se viu, neste momento, uma vitória clara de teses defendidas e esposadas pela Oposição nesta Casa.

O Projeto de Lei vai ser debatido com toda a urgência que a prudência permita, e nós, do PSDB, que fomos ao Supremo Tribunal Federal e obtivemos uma vitória parcial, sentimo-nos, portanto, recompensados duplamente, primeiro porque não queremos impedir a tramitação da matéria – e, portanto, não jogamos para zerar o jogo – e, segundo, porque foi vitoriosa a tese que preconiza que aquilo que não seja urgente e relevante, ao mesmo tempo, vire projeto de lei para passar por um debate, por uma maturação de peso na Casa.

Portanto, concordamos com a decisão a que chegou o Líder do Governo, Senador Mercadante, e mantemos claramente a posição do PSDB, que era, desde

o início, a de estudar a fundo a matéria, desde o início tendo denunciado o PSDB que não via como sendo ela motivo para edição de medida provisória por não ser urgente e relevante ao mesmo tempo, conclusão a que chegou, antes tarde do que nunca, o Governo – e a ela chegou sabiamente, e é bom que reconheçamos isso. O Governo chegou a uma tese que já era esposada pela Oposição há mais tempo.

Portanto, Sr. Presidente, nada a acrescentar a não ser o fato de que o Brasil começa a demonstrar claramente ao Governo que também é findo o tempo da edição indiscriminada e abusiva de medidas provisórias, atravancando a pauta do Congresso Nacional e impedindo a análise em profundidade de assuntos que precisam ser maturados para renderem bons frutos à sociedade e à economia brasileiras.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge, Líder da Minoria no Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra apenas para dizer que também concordamos com essa questão da Medida Provisória nº 242, com a rejeição, mesmo porque o nosso Partido, o PFL, em reunião da Executiva Nacional do Partido, fechou questão quanto a essa Medida Provisória.

Desde que essa Medida Provisória tramitou na Câmara dos Deputados, fomos contrários. Ela foi aprovada, apesar do nosso voto contrário. Agora, chega ao Senado Federal, e, como já éramos contrários desde aquela época, mantivemos a nossa posição. Agora, estamos de acordo com que ela seja rejeitada e tramite como projeto de lei, quando, então, teremos tempo de discuti-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha posição é a mesma do Senador José Jorge, ou seja, o PFL, o tempo todo, foi contrário a essa Medida Provisória. Ela não tem razão de ser, e achamos que ela devia tramitar mesmo como projeto de lei. Daí por que votaremos pela sua rejeição e pela sua tramitação como projeto de lei, como deveria ter acontecido desde o início.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, que responde pela Liderança do PFL, nesta oportunidade.

Senador Aloizio Mercadante, de acordo com o art. 314, inciso XI, do Regimento Interno, V. Ex^a tem o prazo de dois dias para apresentar à Mesa o Projeto de Lei conseqüente da decisão do Senado Federal.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que eu preferia apoiar e aprovar a Medida Provisória. Isso não é possível politicamente, mesmo com essa decisão do Supremo, que prejudica o entendimento do Senado.

Mas o que estamos fazendo aqui, pela segunda vez, deve ser o caminho mais importante de mudança no processo de tramitação das medidas provisória. Essa foi uma sugestão que V. Ex^a e o Presidente do Supremo, Nelson Jobim, fizeram. Considero que isso distenciona a relação entre Executivo e Legislativo, porque, se simplesmente não aprovamos uma medida provisória, não podemos legislar sobre a matéria.

Dessa forma, quando não considerarmos a urgência e a relevância, podemos permitir a tramitação na forma de um projeto de lei, com um debate mais aprofundado, mais detalhado.

Parabenizo, portanto, esse procedimento, esperando que, no mérito, possamos construir uma solução para um tema que é indispensável à situação da previdência social do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Fazendo exatamente o que estamos fazendo aqui, entre outras coisas, estamos também principalmente respeitando a decisão da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou apresentando já, em tempo hábil, o Projeto de Lei, para que possa tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns! Agradeço muito a V. Ex^a.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2005

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

.....
 § 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei.”(NR)

“Art. 45.

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

.....
 § 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, limitados ao percentual máximo de 500/o (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

..... “(NR)

“Art. 68.

.....
 § 2º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à penalidade prevista no art. 92 desta Lei, aplicada por óbito não informado ou informado com inexatidão.

.....
 § 5º O titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais responderá, subsidiaria-

mente, com o beneficiário, perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo ressarcimento dos benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexactidão de comunicação do óbito do segurado, especialmente quanto ao ressarcimento dos valores pagos.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

..... “(NR)

“Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuem na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.”(NR)

“Art. 23-A. Caberá à empresa enviar à Previdência Social, até o dia da contratação, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social, o nome completo do trabalhador que pretende contratar como empregado, além de 1 (um) dos seguintes elementos a ele correspondentes:

I – o Número de Inscrição do Trabalhador – NIT;

II – o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

III – o número da identidade e do respectivo órgão emissor;

IV – o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

V – a data de nascimento e o nome da mãe.

§ 1º Ocorrendo acidente de qualquer natureza ou causa com empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social na forma do **caput** deste artigo ou que não conste de documento de apresentação obrigatória entregue ao órgão competente, na forma do § 2º deste artigo, fica a empresa

sujeita ao pagamento de multa equivalente a até 48 (quarenta e oito) vezes a remuneração mensal do empregado correspondente ao mês do acidente, limitada ao limite máximo do salário-de-contribuição, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo será aplicada da seguinte forma:

I – até 12 (doze) vezes a remuneração mensal, no 1º (primeiro) ano de vigência deste artigo;

II – até 24 (vinte quatro) vezes, no 2º (segundo) ano;

III – até 36 (trinta e seis) vezes, no 3º (terceiro) ano; e

IV – até 48 (quarenta e oito) vezes, a partir do 4º (quarto) ano.

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao acidente que ocorrer em data posterior à da efetiva entrega, por parte da empresa, da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em que o nome do trabalhador acidentado esteja consignado como empregado.

§ 4º A informação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser enviada por meio eletrônico e, excepcionalmente, por outra forma disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 5º O disposto neste artigo não prejudica a aplicação do art. 120 desta Lei.”

“Art. 26. Não se aplica o disposto no inciso II ao segurado que optar por contribuir na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, aplicando-se, na hipótese, a carência prevista no inciso I do art. 25”.

“Art. 29

§ 10. A renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.”(NR)

“Art. 55

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do

benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do citado artigo.”(NR)

“Art. 74

Parágrafo único. Não fará jus à pensão o beneficiário condenado, com trânsito em julgado, por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.”(NR)

“Art. 103-A. O direito de a Previdência Social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, exceto nos casos de fraude ou comprovada má-fé do beneficiário, hipóteses em que o referido prazo será contado a partir do conhecimento do fato pela Previdência Social.

.....
§ 2º Qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato considera-se exercício do direito de anular e suspende, de imediato, o decurso do prazo decadencial.

§ 3º A partir da impugnação da validade do ato administrativo, a Previdência Social terá o prazo de 3 (três) anos para decidir sobre sua manutenção ou revisão.

§ 4º A percepção cumulativa de benefícios vedada por lei acarretará a penalização do beneficiário, na forma da lei.”(NR)

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social fica obrigado a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto nesta lei.

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 23-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Justificação

Desde o ano de 2001 a concessão do Auxílio-Doença praticamente dobrou, sem qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do País, e os valores quase quadruplicaram, passando de 2,5 bilhões de reais para mais de 9 bilhões de reais.

O aumento referente ao auxílio-doença, tanto a quantidade de benefícios concedidos quanto no valor dos mesmos, é uma distorção não correlacionada com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

É importante notar que este aumento explosivo se deu a partir de 2001, quando os peritos do INSS não tiveram mais como atribuição fazer a homologação dos laudos médicos emitidos pelos médicos credenciados.

Neste sentido, foi oportuna a edição da Lei nº 10.876 de 2004, pelo Congresso Nacional, que criou a carreira de perito médico da previdência social, bem como a portaria do Ministério da Previdência Social, de 16-6-2005, dando posse aos novos concursados. Este é um caminho importante que está sendo trilhado.

Mas, há brechas no texto legal que precisam ser sanadas para impedir a percepção do benefício fora do propósito legalmente estabelecido.

A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadoria e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador.

Por outro lado, é amplamente reconhecido o grave problema social representado pelos cerca de 18 milhões de brasileiros que trabalham na informalidade sem contribuir para a Previdência Social. Para promover a incorporação desse contingente ao sistema de previdência, propõe-se a redução da alíquota do contribuinte individual para 11%.

Justifica-se a presente proposição em face da necessidade de que, prontamente, sejam asseguradas à Previdência Social condições para implementar as medidas de racionalização na concessão de benefícios e combater as fraudes e irregularidades apontadas, mas também para permitir que se possa assegurar a quem de direito a garantia do acesso aos benefícios, por meio da equalização de regras e procedimentos que requerem base legal.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 244, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 de julho, quando deixou de ser apreciada, em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do Item 1 da pauta.

À medida provisória foi apresentada uma emenda perante a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado João Leão (PL – BA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição da emenda.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 11 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 15 de junho;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 20 de maio, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2005, e se esgotará no dia 2 de setembro.
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antecipadamente, quero cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Relator, concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Senador Aloizio Mercadante, que, a par do brilhantismo com que exercita a Liderança e participa das articulações políticas, demonstra hoje uma produtividade como Relator que é de se chamar a atenção. Portanto, é super-Relator. Enfim, parabéns a V. Ex^ª!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 1.314, DE 2005 – PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, agradeço os comentários, mas, lamentavelmente, como Líder do Governo, é só o osso que relatamos. O filé *mignon*, sempre faço questão de distribuir aos parceiros, inclusive para os Senadores da Oposição, para que possam colocar em seus currículos uma contribuição inestimável à vida parlamentar.

Essa não é propriamente uma contribuição inestimável, mas é uma contribuição indispensável e inadiável às Forças Armadas do País.

Passo, então, à análise da Medida Provisória.

A Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, alínea “d”, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, §3º, que somente permite a abertura de crédito extraordinário para “atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Relativamente à imprevisibilidade, embora considerando que os conflitos no Estado do Pará já vêm ocorrendo desde longa data, há que se considerar que, de fato, eles foram muito intensificados no início do corrente ano, passando a ter forte repercussão nacional e internacional, especialmente após o assassinato de lideranças localmente atuantes. Por isso, pode-se concluir que as ações em realização pelo Comando do Exército na região conflituosa do Estado do Pará conformam-se ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário.

No que se refere à relevância e ao mérito, também há que se concluir que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Comando do Exército na região, desde 16 de fevereiro de 2005, no contexto da denominada Operação Pacajá, com o objetivo precípuo de garantir a lei e a ordem, revestem-se de grande relevância e mérito.

A participação efetiva do Exército Brasileiro, em segurança e logística, compreendendo a realização de diversas operações conjuntas com outras instituições governamentais, tem criado as condições necessárias para que esses órgãos executem as suas tarefas de forma regular.

Além disso, há que se ressaltar a ação Cívico-Social que o Exército Brasileiro também está desenvolvendo em diversos municípios da região conflituosa, abrangendo o atendimento médico-farmacêutico-odontológico à população carente, que já ultrapassou a marca de 50 mil atendimentos médicos, entre consultas, tratamentos odontológicos e exames laboratoriais.

Por tudo isso, parece não restar dúvida de que a presença do Exército Brasileiro na região tem suprido uma crônica ausência do Estado, respondendo, pelo menos em caráter emergencial e temporário, às demandas da sociedade local em termos de proteção dos cidadãos e de seu patrimônio e na garantia da lei e da ordem.

Diante do exposto, pode-se concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, imprevisibilidade das despesas, assim como pelo mérito das ações por ela custeadas. Da mesma forma, considera-se que ela atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Considera-se, por último, que a Emenda nº 00001 deve ser rejeitada, por não se conformar às normas vigentes.

Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 244, de 2005, nos termos da proposta original do Poder Executivo e pela rejeição da Emenda nº 1.

Está feito o parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de 20.327.000.00, para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 28, de 2005-CN (184, de 2005, na origem), submete

ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 244, de 4 de abril de 2005, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000,00, para os fins que especifica”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 72/2005-MP, a aprovação da Medida Provisória – MP “possibilitará o apoio às ações das Polícias Federal e Militar e Civil do Estado do Pará nas atividades de logística, segurança, inteligência e nas operações de busca e apreensão, envolvendo 40 organizações militares do Exército, bem como atender aos gastos com o deslocamento das tropas e materiais pela Aeronáutica, em razão das características da região envolvida, que não permite outro tipo de transporte, de forma a assegurar a ordem e o equilíbrio social nas áreas de conflito”.

Esclarece, ainda, a EM 72/2005-MP que a urgência e relevância da Medida justificam-se pela imprevisibilidade dos fatos que originaram a necessidade de abertura do crédito extraordinário em exame, consistente na exacerbação de ilícitos (assassinatos, grilagem de terras públicas, venda ilegal de madeira, tráfico de drogas etc.), que estão a exigir ação tempestiva e firme do governo central no sentido de restabelecer a lei e a ordem na região de conflitos naquele Estado.

Informa, por último, que o crédito extraordinário de que trata a MP em exame será atendido, integralmente, com recursos provenientes de anulação parcial da Reserva de Contingência, e está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

Afirma, por último, que a abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e será viabilizada por meio da anulação das dotações das seguintes ações:

No prazo regimental foi apresentada a Emenda nº 1 à Medida Provisória em exame, de autoria do Deputado Anivaldo Vale.

É o relatório.

I – Análise da Medida Provisória

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º, alínea **d**, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º, que somente permite a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Relativamente à imprevisibilidade, embora considerando que os conflitos no listado do Pará já vêm ocorrendo desde longa data, há que se considerar que,

de fato, eles foram muito intensificados no início do corrente ano, passando a ter forte repercussão nacional e internacional, especialmente após o assassinato de lideranças localmente atuantes. Por isso, pode-se concluir que as ações em realização pelo Comando do Exército na região conflituosa do Estado do Pará conformam-se ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário.

No que se refere à relevância e ao mérito, também há que se concluir que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Comando do Exército na região, desde 16 de fevereiro de 2005, no contexto da denominada de Operação Pacajá, com o objetivo precípua de garantir a lei e a ordem, revestem-se de grande relevância e mérito.

A participação efetiva do Exército Brasileiro, em segurança e logística, compreendendo a realização de diversas operações conjuntas com outras instituições governamentais, tem criado as condições necessárias para que esses órgãos executem as suas tarefas de forma regular.

Além disso, há que se ressaltar a ação Cívico-Social que o Exército Brasileiro também está desenvolvendo em diversos municípios da região conflituosa, abrangendo o atendimento médico-farmacêutico-odontológico à população carente, que já ultrapassou a marca de 50.000 atendimentos médicos, entre consultas, tratamentos odontológicos e exames laboratoriais.

Por tudo isso, parece não restar dúvida que a presença do Exército Brasileiro na região tem suprido uma crônica ausência do Estado, respondendo, pelo menos em caráter emergencial e temporário, às demandas da sociedade local em termos de proteção dos cidadãos e de seu patrimônio e na garantia da lei e da ordem.

Diante do exposto, se pode concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas, assim como pelo mérito das ações por ela custeadas. Da mesma forma, considera-se que ela atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Considera-se, por último, que a Emenda nº 00001 deve ser rejeitada, por não se conformar às normas vigentes.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 244, de 2005, nos termos da proposta original do Poder Executivo e pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O parecer do Senador Aloizio Mercadante é favorável; portanto, é pela aprovação da matéria.

Os pareceres preliminares do Relator, Deputado João Leão, e do Relator revisor, Senador Aloizio Mercadante, são pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a medida provisória e a emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 1, de parecer contrário, da Comissão Mista.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$20.327.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$20.327.000,00, (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais) para atender à programação constante do Anexo 1 desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
8032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS									20.327.000
ATIVIDADES									
05 182	8032 868N	APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.327.000
05 182	8032 868N 0001	APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	17.327.000
			F	4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									20.327.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.327.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA									20.327.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							20.327.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	20.327.000
TOTAL - FISCAL									20.327.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.327.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para a apreciação dos Itens 3 a 5.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 3 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.*

Relator revisor:

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Relator revisor:

– 5 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de encerrar a presente sessão, vou conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, vamos encerrar esta sessão para dar continuidade à sessão do Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes que o nosso orador comece a falar,

apenas para tirar uma dúvida. Fiz minha inscrição para uma comunicação inadiável, e a minha pergunta é: se a sessão está encerrada, aí nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É porque o tempo da sessão acabou. O Senador Arthur Virgílio acabou de pedir a palavra como Líder, e não tínhamos como não conceder a palavra a S. Ex^a. Fizemos, aliás, a advertência de que, tão logo concedêssemos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, encerraríamos a sessão para retomarmos a sessão do Congresso Nacional, conforme o acordo de Líderes que acabamos de realizar.

Na sessão do Congresso Nacional, concederei, com muito prazer, a palavra a V. Ex^a e ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR.
SENADORARTHURVIRGÍLIONASESSÃO
DO DIA 20 DE JULHO DE 2005, QUE, RE-
TIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão conjunta a realizar-se às 19 horas, reabertura da sessão do Congresso Nacional, neste plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Jefferson Péres, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan e Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebemos, no final de abril, a notícia de que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, autorizou a confecção de um novo modelo de título eleitoral.

Por um tempo, ganhou força a idéia de que os novos títulos conteriam um **chip** capaz de armazenar todas as informações do eleitor, o que foi descartado

devido ao elevadíssimo custo que a implantação dessa tecnologia acabaria acarretando aos cofres públicos.

De qualquer maneira, o novo título de eleitor valerá como carteira de identidade e, pela quantidade de informações nele contida – tais como retrato, impressão digital eletrônica, registro geral, CPF e tipo sanguíneo –, será o documento de identificação mais completo do País.

É válido ressaltar que a modernização do título eleitoral é uma bandeira defendida desde a posse do Ministro Carlos Velloso como Presidente do TSE. Essa tem sido, também, uma preocupação nossa, o que acabou motivando a proposição do Projeto de Lei do Senado nº 71/2004, que não só defende a modernização do documento eleitoral, mas também sustenta a necessidade – e a oportunidade – de efetuarmos um recadastramento geral de eleitores, minimizando ao máximo a possibilidade de fraudes.

Tudo indica que o recadastramento será feito simultaneamente ao plebiscito sobre a venda de armas. A expectativa do Tribunal é de que, até 2008, todos os mais de 120 milhões de eleitores já estejam com o novo título.

Devo confessar a V. Ex^{as} que fiquei muito contente ao perceber que as iniciativas do TSE têm convergido, em larga medida, com os objetivos que me motivaram a apresentar o PLS nº 71/2004.

É inevitável reconhecer os avanços que temos vivenciado no âmbito do armazenamento de dados e da apuração da vontade do eleitor por meio do voto. Quando lembramos da confusão advinda das eleições presidenciais do ano de 2000 nos Estados Unidos e fazemos o cotejo com as eleições de 2004 no Brasil, que terminou sem um pedido sequer de impugnação de resultados, é claro que sentimos orgulho do êxito brasileiro.

A urna eletrônica, no Brasil, provou ser um sucesso inequívoco, ao unir praticidade e confiabilidade em um sistema que, além do mais, permite a apuração de resultados com celeridade, impensável há alguns anos.

Não é à toa que os técnicos do TSE foram instados a prestar consultoria em vários países, mostrando as vantagens e a segurança da tecnologia de apuração eletrônica de votos desenvolvida no Brasil.

Nesse contexto, entendo que um recadastramento geral de eleitores coroar os enormes avanços obtidos por nossa já consolidada democracia. A emissão de um novo documento, sustentada sobre banco de dados plenamente confiável, expurgaria de vez bizarrices tais como a substituição e a ressurreição de eleitores.

Ora, Sr. Presidente, se nos lembrarmos de que as eleições – e o voto – simbolizam o elemento legitimador do processo democrático, os custos envolvidos na emissão de um novo documento eleitoral e no recadastramento de eleitores se diluem na certeza da lisura dos procedimentos eleitorais. Por outras palavras, atualizarmos o banco de dados da Justiça Eleitoral bra-

sileira significa continuarmos os avanços na esteira da modernização que a urna eletrônica nos trouxe.

Até porque, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dinamismo das novas tecnologias é inexorável e não nos permite descansar em berço esplêndido. Para V. Ex^{as} terem uma idéia do que já está sendo testado por aí, alguns estados federados dos Estados Unidos, bem como a Inglaterra e a Holanda, já implementaram experiências-piloto no sentido de viabilizar o voto pela Internet! Por meio de certificação digital, já é factível falar em atualizações de dados, efetuadas em tempo real, nos sítios de tribunais eleitorais de alguns países europeus, feitas pelo próprio eleitor!

É claro que o voto pela Internet, por exemplo, ainda está envolto numa densa bruma de polêmicas. Porém, avanços de tal natureza não tardarão muito a chegar por aqui, e logo serão objeto de debate entre nós também.

Para que possamos dar os próximos passos, porém, é mister podermos contar com um banco de dados que reflita, de modo impecável, a realidade do eleitorado brasileiro.

Felizmente, é nesse sentido que se encaminha o TSE. E são essas as razões a justificar o recadastramento dos eleitores e a emissão de um novo modelo de título eleitoral.

Quando olhamos para o lado e verificamos que alguns países vizinhos ainda lutam para manter a realidade democrática, é com orgulho que percebemos que, no Brasil, nossas preocupações giram em torno do aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos democráticos.

É nesse tom que parableno os frutíferos esforços do Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa de seu Presidente, o Ministro Carlos Velloso!

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Tudo isso parece um pesadelo” – gemeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 8, ao saber que o militante petista José Adalberto Vieira da Silva, assessor do Deputado Estadual cearense José Nobre Guimarães – irmão do até então Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno –, havia sido preso no aeroporto de Congonhas com R\$200 mil em dinheiro vivo na mala e US\$100 mil escondidos na cueca.

Para Lula, o “pesadelo” começou cerca de dois meses antes, quando o ex-Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado Roberto Jefferson, denunciou o pagamento de generosas mesadas a Parlamentares da base governista em troca de votações favoráveis às propostas do Executivo. De lá para cá, novos indícios e evidências, surgidos diariamente, constroem uma série aparentemente sem fim de escândalos envolvendo autoridades do Governo, dirigentes petistas, aliados de outros partidos e empresários fornecedores de bens e serviços à administração federal.

Para o País, no entanto, esse pesadelo deita raízes em passado muito mais remoto. E aqui peço licença aos historiadores para cometer uma ousadia metodológica e usar as confissões do prócer petebista, que até agora tem fornecido uma linha segura de investigação à CPMI dos Correios, a fim de lançar um pouco de luz também naquelas espessas sombras da nossa história.

“Todo mundo sabe de onde vem o dinheiro” sentenciou Roberto Jefferson: vem de empresas estatais, como os Correios e as gigantes do setor elétrico, cujos conselhos e diretorias são loteados entre afilhados de políticos. Esses afilhados fraudam licitações, às vezes bilionárias, para favorecer parceiros na iniciativa privada, que retribuem a generosidade daqueles padrinhos com doações em dinheiro “lavado” em operações como aquelas de que está sendo acusado o empresário Marcos Valério de Souza, suposto pagador do “mensalão”.

Ora, Sr. Presidente, sofisticações tecnológicas e financeiras à parte, eis aí, em pleno funcionamento, o modelo do Estado patrimonialista, herança da colonização ibérica, implantado aqui e em outros países da América Latina pelas coroas portuguesa e espanhola e lucidamente dissecado por notáveis intelectuais como o falecido escritor mexicano Octávio Paz, no livro **O ogro filantrópico**, e o nosso compatriota, também de saudosa memória, Raymundo Faoro, na obra **Os donos do poder**.

O patrimonialismo, conceito originalmente cunhado por Max Weber, descreve a confusão entre público e privado, dada a inexistência de fronteira nítida a separar o patrimônio particular do rei – e dos “amigos do rei” – do patrimônio do Estado.

Com a evolução política do Brasil, sobretudo desde a proclamação da República, tais campos foram formalmente demarcados, mas, de fato, o Estado continuou a ser parasitado pelo estamento governante.

É assim que a coisa pública é tratada como **cosa nostra** nas velhas e novas repúblicas de sempre.

A rigor, a ascensão do PT ao vértice do Estado brasileiro não rompeu esse longo padrão histórico – o que se me afigura, a um tempo, espantoso e revoltante.

Revoltante porque, no último quarto de século, o PT, empunhando vigorosamente o estandarte da ética na política, vergastou todos os governos anteriores com sérias e abundantes acusações de desonestidade na manipulação do dinheiro público, até cristalizar-se no imaginário coletivo como o detentor do monopólio da moralidade. Agora, o partido que jurava ser feito de um barro diferente da lama usual da política brasileira, o partido isento de todos os pecados habituais de nossa vida pública, o único partido que estava moralmente proibido de delinquir ocupa o epicentro da pior crise política nacional desde 1992, quando Fernando Collor, para fugir ao impedimento iminente, renunciou ao mandato.

Espantoso porque as suspeitas e informações ora trazidas ao conhecimento público já permitem entrever um projeto de poder hegemônico de caráter realmente sistêmico, no qual os recursos financeiros e organizacionais do aparelho de Estado se achavam totalmente submetidos ao imperativo de perpetuação do PT no poder.

Parenteticamente, lembro que, há mais de um ano, quando o Presidente da República e seu Governo singravam o céu de brigadeiro de uma aprovação popular quase unânime, eu mesmo cheguei a divisar, em meus discursos parlamentares e artigos para a imprensa, que era na história de 70 anos de domínio ininterrupto do Partido Revolucionário Institucional (PRI) sobre a política mexicana – muito mais que no castrismo cubano ou no populismo chavizta venezuelano – que se escondia o modelo acalentado pela cúpula petista: perpetuar seu mando no Brasil, a cavaleiro da dupla estratégia de aparelhamento da administração pública, de um lado, e controle dos movimentos populares e organizações sindicais da sociedade civil, de outro.

Do aparelhamento, a evidência mais cabal foi o “grande salto para a frente” da receita partidária, graças aos descontos compulsórios sobre o salário da militância, boa parte da qual agora instalada em cargos públicos. Sem computar os descontos de Parlamentares, que são obrigados a deixar 30% do que recebem para o partido, o “dizimo” dos filiados em 2004, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, totalizou R\$3,32 milhões, em contraste com apenas R\$341 mil em 2002. Ora, descontada a inflação do período, isso equivale a um crescimento de 730%!

O que realmente explica esse espantoso crescimento é, como já disse, a invasão petista da máquina pública, quase sempre sem qualquer consideração pelos requisitos técnicos, profissionais e mesmo educacionais ao preenchimento dessas posições, unicamente com base na filiação dos seus ocupantes ao Partido dos Trabalhadores.

O saldo negativo do aparelhamento se traduz não apenas nos prejuízos sociais decorrentes da ineficácia gerencial da máquina pública e do esbanjamento do dinheiro do contribuinte, mas também em um flagrante e injusto favorecimento eleitoral.

Por isso, têm razão aqueles que afirmam não possuir o PT nenhum plano de governo, mas tão-somente um projeto de poder alicerçado no círculo vicioso de criação de cargos públicos, nomeação de petistas, drenagem de recursos públicos para o caixa partidário, campanhas eleitorais vitoriosas e novas nomeações – ao infinito...

Quanto a evidências do controle dos movimentos sociais em benefício desse projeto petista, creio que o exemplo mais eloqüente seja o inchaço dos cofres do Movimento Sem-Terra com dinheiro público. De janeiro de 2003 a fevereiro deste ano, três organizações notoriamente ligadas ao MST receberam do Governo, no mínimo, R\$22 milhões. Oficialmente destinado a

atividades de assessoria técnico-educacional, o dinheiro é desviado para o financiamento de invasões. O Senador Alvaro Dias, Presidente da CPI que investiga irregularidades na aplicação de recursos públicos na reforma agrária, chama atenção para a clara correlação entre o aumento de repasses governamentais para as organizações comandadas pelo MST e a proliferação das invasões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lado dessas nocivas inovações introduzidas pelo modo petista de governar, o Governo Lula, legitimado na promessa solene de mudar o País, de passar o Brasil a limpo, entre outras ardentes profissões de fé, acomodou-se rapidamente às mais vetustas mazelas do nosso sistema político, a saber: a eleição proporcional uninominal com lista aberta, responsável por um individualismo doentio das campanhas eleitorais para cargos proporcionais, onde se consomem montanhas de dólares; a convivência com a perpetuação do 'caixa dois', de onde se origina a parcela esmagadora do financiamento das campanhas; o orçamento autorizativo, pretexto de chantagens mútuas entre o Executivo e o Legislativo em torno da liberação de emendas de parlamentares; e o fomento do troca-troca partidário a fim de engordar a maioria governista no Congresso.

Para ser sincero, em face de tantos erros de "fabricação própria" – por omissão, ou omissão –, torna-se revoltante o cinismo do Governo e seus aliados quando tentam convencer a opinião pública de que estão sendo vítimas de um "golpe branco" da oposição, orquestrado por elites dispostas a interromper "no grito" uma inédita experiência de "poder popular" sob a égide impoluta de autêntico líder operário. Aí, já é o pesadelo transformado-se em puro delírio.

Aliás, vários desses delirantes da má-fé, para reforçar o colorido emocional de suas alucinações, recorrem às frases feitas da política brasileira acusando a nós, da oposição, de moralismo udenista. Julgam, com essa piroeta retórica, poder desviar a perplexidade, a desilusão, a indignação e as críticas que chovem sobre um PT prestes a se arrebentar no abismo da incoerência entre a rigorosa ética que sempre cobrou dos outros e a amoralidade com que se comporta no poder.

Moralista, minhas Sr^{as} e meus Srs. Senadores, é a atitude condenável e hipócrita daqueles que lutam para impor aos outros padrões de conduta que não ousam aplicar a si mesmos. Nesse sentido, o PT é moralista.

Moralismo não pode, por um segundo sequer, ser confundido com a defesa da ética na política. Ética na política se identifica com a igualdade de todos perante a lei e com a exigência de que a lei seja cumprida, doa a quem doer.

Moralismo é um capricho arbitrário de consumo privado. Ética é o mais precioso dos bens públicos.

Não podemos permitir que o PT e seu Governo, depois de enganar, iludir e decepcionar um País inteiro, ainda tentem subverter o significado da ética e as-

sim desmoralizá-la para sempre na política brasileira! Mesmo porque, conforme o ensinamento da milenar sabedoria chinesa, a crise ético-político que abala o País já está grávida de oportunidades para a sua própria superação.

Bem sei, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que, neste momento, a visão da maioria dos brasileiros é bem outra. Sentem indignação e desalento, descrem da classe política e até desesperam do futuro do Brasil. Percebo tudo isso nas manifestações que me chegam de todos os lugares e por todos os meios. São inúmeros os e-mails, cartas e telefonemas. Inúmeros, também, são os comentários que ouço, de viva voz, de conhecidos e desconhecidos que me abordam em aeroportos, lojas, supermercados, restaurantes e nas ruas.

Claro que eu também me sinto nauseado por esse lamaçal. Mesmo assim, insisto, não tenho uma visão pessimista da crise.

Na contracorrente das opiniões generalizadas, estou convicto de que o Brasil vai ficar bem melhor depois de cessada a turbulência que ora vivemos, qualquer que seja o desfecho político e jurídico das investigações em curso.

Da mesma forma que, no passado recente, a Constituinte de 1987/88 introduziu avanços, como a autonomia do Ministério Público e a exigência de concurso para as carreiras de Estado; ou que o escândalo dos precatórios partejou a lei de responsabilidade fiscal, também agora a exibição das vísceras pútridas do nosso sistema político vai impor mudanças institucionais profundas, por exigência de uma sociedade que amadureceu e não mais aceita conviver com essa nojeira.

Doravante, dificilmente a Justiça Eleitoral aceitará prestações de contas mentirosas de campanhas milionárias. Doravante, dificilmente partidos exigirão diretorias de estatais para fazer caixa. Doravante, dificilmente alguém terá coragem de propor pagar ou receber mensalões. Doravante, dificilmente as licitações deixarão de ser transparentes. Doravante, dificilmente sobreviverão dezenas de milhares de cargos de livre provimento na administração pública, para serem aparelhados por militantes partidários ou afilhados de políticos. Doravante, dificilmente se elegerão, para os cargos mais importantes, candidatos que não comprovem por suas ações práticas um firme compromisso com a ética.

Verdade é que esses avanços deverão ser secundados por medidas que fortaleçam as instituições encarregadas do combate à corrupção, tais como o aprofundamento da reforma do Judiciário, com modificações no Código de Processo Penal que eliminem o excesso de expedientes protelatórios à disposição de advogados bem pagos a serviço de criminosos de colarinho branco; e a reestruturação filosófica e organizacional do sistema de Segurança Pública nos estados. (Por sinal, faço ardentes votos de que o MP e a

PF colaborem com as investigações da CPI ostentando uma parcela, minúscula que seja, do brioso empenho exibido na recente invasão da Daslu, cuja presidente, pelo menos, foi capaz de criar cerca de 3 mil postos de trabalho, em agudo contraste com o fiasco do programa Primeiro Emprego, do Governo federal...)

Acima de tudo, é preciso ter sempre em mente as lições de dois sábios do iluminismo setecentista: o italiano Cesare Beccaria, para quem é a certeza da punição que inibe o malfeitor (aí incluídas a pena de prisão e a devolução do dinheiro roubado) e o francês Montesquieu, segundo o qual sem bons costumes não pode haver boas leis. Em outras palavras, seremos coniventes com toda essa corrupção se negligenciarmos o fato de que uma de suas principais causas reside na extrema tolerância com que nossa sociedade e nossa cultura encaram a roubalheira e a mentira. Afinal, o problema não é só do cidadão extremamente pobre e desassistido que troca seu voto por uma cesta básica, um par de sandálias de borracha, uma camiseta ou material de construção, é também da classe média e até mesmo dos ricos que procuram os políticos para pedir sinecuras e privilégios para si mesmos ou seus familiares. Claro está que a responsabilidade maior compete sempre àqueles homens e mulheres que aspiram ao papel de líderes políticos ou sociais, em qualquer esfera ou nível – uma responsabilidade fundada na força legitimadora do exemplo moral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar desses desafios e dificuldades, quero encerrar aqui reafirmando meu otimismo realista.

Essa crise é fecunda.

Essa crise nos possibilita transformar o lodo em adubo, que haverá de fertilizar o terreno para o renascimento de um novo Brasil.

Essa crise nos dá a oportunidade de acordar do pesadelo e retomar o sonho de um País muito melhor.

Muito obrigado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A radiografia do mensalão”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 13 de julho do corrente.

Como a CPMI dos Correios virou um emaranhado de informações, ficou difícil, para quem não a acompanha diariamente, desvendá-la. Dessa maneira, faz-se mister, para que todos entendam, publicar o presente mapa, que traça o papel dos 64 atores que participam desta história, dando destaque para os três principais: Roberto Jefferson, José Dirceu e Marcos Valério.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago a esta tribuna, Sr. Presidente, diz respeito ao comportamento das opo-

sições, o qual, desde que foi deflagrada a crise ética e moral sem precedentes que se abateu sobre a República, vem se pautando pela irrestrita observância da mais elevada e digna postura democrática. Em momento algum, qualquer integrante do Bloco da Minoridade, seja na Câmara dos Deputados seja no Senado Federal, ocupou a tribuna do Parlamento para pregar a interrupção do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo contrário, a palavra de ordem da oposição tem sido “Fica, Lula”, um contra-ponto ao bordão “Fora, FHC”, tão entoado pelos integrantes do Partido dos Trabalhadores.

Recentemente, o instituto de pesquisa de opinião Ibope revelou que 42% dos cidadãos pesquisados acreditam que o Presidente Lula corre o risco de perder seu mandato. A inclusão desse questionamento específico no rol de perguntas do referido instituto indica que já está esboçada para a sociedade brasileira a possibilidade de que o Presidente da República não tenha condições de concluir o seu mandato, em face da avalanche de denúncias que cresce a cada semana.

Há sinais preocupantes de que a governabilidade pode ser afetada em razão do flagrante descontrole da máquina de Estado. No Palácio do Planalto, em que pese a presença profissional da ministra Dilma Rousseff à frente da Casa Civil e do núcleo ultra-ortodoxo (o FMI doméstico – Fundo Monetário Internacional) da Fazenda, e as honrosas atuações pontuais dos ministros Roberto Rodrigues e Luiz Furlan nas pastas da Agricultura e do Comércio Exterior, o que impera é a mais completa paralisia gerencial diante do clima de corrupção que se instalou no País.

Nesse contexto, para agravar os contornos da *débâcle* do brio e da decência governamentais, os depoimentos da semana, colhidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – “dos Correios”, contribuíram de forma definitiva para configurar a moldura de um governo em ruína.

Os Srs. Silvio Pereira e Delúbio Soares, na seqüência patética encenada para sustentar a fantasiosa versão apresentada à nação para justificar os vultosos recursos movimentados nos porões da Executiva do Partido dos Trabalhadores e irrigados pelas conexões bilionárias do Sr. Marcos Valério, com a chancela de circuitos oficiais de inúmeras instâncias do Governo federal, insistem em desafiar as faculdades mentais do povo brasileiro.

O testemunho prestado pelo ex-secretário-geral e secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores à CPMI “dos Correios” é a prova cabal de que a farsa continua, bem como do enredo burlesco que a nação perplexa assiste.

A velocidade dos acontecimentos e a virulência das revelações que parecem advir de um poço sem fundo expõem as vísceras do derradeiro espectro da crise: ausência de condições objetivas de o Presidente Luís Inácio Lula da Silva concluir o seu mandato.

Se eu fosse instado a traçar um cenário da conjuntura política nos próximos noventa dias, centrado na figura do primeiro mandatário, não me restaria alternativa: recorreria a uma máxima do inefável Paulo Francis: "... só o imprevisível pode salvá-lo".

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O

SR.SENADORALVARODIASEMSEUPRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT A radiografia do MEN- SA- LÃO

A atual crise é um entaralhado de informações indecifrável para quem não acompanha os capítulos diariamente. Para entender a história, que traz uma novidade a cada dia, é preciso conhecer dezenas de personagens, além, é claro, dos três principais: Roberto Jefferson, José Dirceu e Marcos Valério. E é a partir deles que o mapa a seguir traça o papel de 64 atores desta novela

Roberto Jefferson

Partido dos Trabalhadores

José Genoino – O presidente do PT negou as denúncias, inclusive a relação entre o partido e Marcos Valério. A afirmação caiu por terra com a revelação de um empréstimo feito pelo PT que teve Valério como avalista. Em outra acusação, Genoino teria oferecido R\$ 20 milhões ao PTB para as campanhas de 2004. Segundo Jefferson, foram entregues R\$ 4 milhões não declarados.

Sílvio Pereira – Secretário-geral do PT, pediu afastamento em 4 de junho, um mês depois das primeiras denúncias. Era responsável pelas indicações de cargos do governo que negociava com os partidos da base aliada.

Delúbio Soares – O tesoureiro do PT é um dos principais envolvidos no escândalo. Tinha feito para Jefferson a proposta de pagar o mensalão aos deputados do PTB, além de arribar com o amigo Marcos Valério a entrega do dinheiro. Delúbio pediu afastamento do PT um dia depois de Sílvio.

Marcelo Sereno – Jefferson diz que o secretário de Comunicação do PT sabia do mensalão e esteve presente na reunião em que foram oferecidos R\$ 20 milhões ao PTB.

Luiz Gushiken

Globalprev – A frente da Secretaria de Comunicação, a Secom, Gushiken tem ligações com a Globalprev Consultores Associados, empresa que ganhou contratos com vários fundos de pensão a partir de janeiro de 2003. Em 2002, o ministro se desligou da Globalprev, que se chamava Gushiken & Associados e hoje pertence aos seus ex-sócios.



José Janene



Pedro Corrêa

Pedro Henry



Waldemar da Costa Neto



Sandro Mabel

Carlos Rodrigues



José Borba

...on.cit: os
...ados do partido da
...se governista que
...riam beneficiários do
...mensalão. ISTOÉ revela
...que Janene possui
...patrimônio incompatível
...com seus vencimentos e,
...seu assessor, João
...Carlos Genu, que seria
...responsável pela
...distribuição do
...mensalão, está
...desaparecido desde a
...explosão do escândalo

"Eu afirmo que Vossa
Excelência recebe os
repassos", disse Jefferson ao
presidente do PL, Waldemar da
Costa Neto. Mabel também foi
acusado pela deputada Raquel
Teixeira (PSDB-GO) de oferecer
R\$ 1 milhão de luvas e mesada
de R\$ 30 mil para que ela
ingressasse no PP. Já Carlos
Rodrigues seria o "inventor do
mensalão", segundo Jefferson.
"Tudo começou com ele na
Assembleia do Rio", disse.
Todos negam

O nome do líder está na lista
dos que foram à agência do
Banco Rural em Brasília,
onde, segundo Jefferson,
eram sacadas quantias do
mensalão. Borba negou ter
recebido o dinheiro, mas
disse que negociava cargos
no governo com Marcos
Valério (leia à pág. 38)

CORREIOS

Correios – A divulgação de um vídeo no qual o funcionário Maurício Marinho aparece recebendo uma propina de R\$ 3 mil é o estopim da crise. Na fita, ele diz que age em nome de Jefferson para engordar os cofres do PTB. A gravação foi feita a mando do empresário Arthur Washeck, com a ajuda de ex-agentes da Abin. Marinho é seu chefe, Antônio Osório, são afastados. Jefferson disse que os contratos mais gordos estão no departamento de tecnologia, cujo ex-diretor, Eduardo Medeiros, teria sido indicado pelo secretário-geral do PT, Sílvio Pereira

FURNAS

Furnas – Roberto Jefferson denuncia um suposto caixa dois na estatal que iria para os cofres do PT. O esquema teria sido relatado pelo ex-diretor de engenharia do órgão Dimas Toledo. "Ele explicou que sobram R\$ 3 milhões por mês. Deste total, R\$ 1 milhão vai para o PT nacional, pelas mãos de Delúbio, e R\$ 1 milhão vai para o PT de Minas, por meio de Rodrigo Botelho, diretor de Administração de Furnas". O governo afastou os dois diretores e José Roberto Casaroni Cury, diretor financeiro

IRB Brasil Resseguros S.A.

IRB – O ex-presidente da estatal Lídio Duarte, indicado pelo PTB, teria sido pressionado a arrecadar R\$ 400 mil por mês para os cofres de seu partido. As pressões viriam de Henrique Brandão, dono da corretora Assurê e amigo de Jefferson há 30 anos. Todos negaram as informações. O sucessor de Lídio, Luiz Apolônio Neto, também era ligado ao PTB e deixou o cargo. Depois das denúncias, Lula nomeou o técnico Marcos Lisboa para a presidência do órgão.

Caso Celso Daniel – Jefferson relacionou o assassinato do prefeito de Santo André, petista, em janeiro de 2002, ao mensalão. Na última semana, fitas revelaram conversas suspeitas entre Gilberto Carvalho, secretário de Lula, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e o empresário Sérgio Gomes, o Sombra, acusado do homicídio. João Francisco, irmão de Daniel, já havia denunciado um esquema de propina na prefeitura que irrigava o PT.

Quem foi avisado sobre o mensalão

Aido Rebelo, ministro da Articulação Política
Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional
Miro Teixeira, deputado pelo PT-RJ, então ministro das Comunicações
Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo
José Dirceu, então ministro da Casa Civil, teria sido avisado, mas não confirmou
Antonio Palocci, ministro da Fazenda, também nega que tenha conversado com o deputado sobre o assunto

Quem confirma as afirmações de Jefferson

José Múcio – O deputado do PTB diz que esteve no encontro com a cúpula do PT para tratar de uma doação de R\$ 20 milhões ao PTB durante a campanha de 2004.
Emerson Palmieri – O tesoureiro do PTB confirma a versão de que o PTB teria recebido R\$ 4 milhões não declarados do PT
Marconi Perillo – O governador de Goiás declarou ter conversado com Lula sobre o mensalão numa visita do presidente a seu Estado
Raquel Teixeira – A deputada licenciada e secretária do governo de Goiás confirmou no Conselho de Ética a proposta financeira feita pelo deputado Sandro Mabel para trocar de partido

José Dirceu

O ex-ministro da Casa Civil é o principal alvo de Roberto Jefferson. Segundo ele, Dirceu sabia do mensalão. "Sai já daí, Zé, sai senão você vai fazer rei um homem inocente, o presidente Lula." E Zé saiu dois dias depois da declaração, em 16 de junho. Foi a primeira grande baixa do governo

Sandra Cabral – A assessora especial da Casa Civil confirmou que recebeu Marcos Valério em seu gabinete, três, quatro ou cinco vezes, segundo ela, para tratar da eventual candidatura de Delúbio Soares, de quem é amiga, há 29 anos, ao governo de Goiás

Glênio Guedes – Documentos revelaram depósitos que somam R\$ 902 mil feitos por Marcos Valério na conta do procurador da Fazenda Nacional, membro do Conselho de Administração do Sistema Financeiro Nacional, ligado ao Ministério da Fazenda. O procurador também parece favorável ao Banco Rural, onde Valério possui contas, pedindo o arquivamento de um processo do Banco Central contra a instituição. Guedes foi afastado

Aluguel – O ministro já morou na casa que hoje é a sede da Globalprev, em Indaiatuba. O imóvel pertence à cunhada de Gushken, mas o aluguel é pago pelo filho do ministro, Elizabeth Renel Ferreira

Contrato – Na gestão de Gushken, a Secom alterou as regras de uma licitação para um contrato de publicidade dos Correios, o que beneficiou a agência de Marcos Valério na concorrência

Marcos Valério

O nome do empresário aparece pela primeira vez na segunda entrevista de Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 12 de junho. O mineiro seria o operador do mensalão e teria entregue pessoalmente a Jefferson R\$ 4 milhões dos R\$ 20 milhões prometidos pelo PT ao PTB. Em seu depoimento à CPI dos Correios, Valério negou tudo. Suas agências, entre elas a SMP&B e a DNA, fizeram contratos de R\$ 507,7 milhões com estatais – entre elas os dos Correios, do Banco do Brasil e da Eletronorte

Fernanda Karina Somaggio

A ex-secretária de Valério revelou, em entrevista à ISTOÉ Dinheiro, que o ex-patrão tinha freqüentes contatos com Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Segundo ela, funcionários da empresa sacavam grandes somas em dinheiro antes de viagens a Brasília. Na semana passada, ela confirmou que Valério e o deputado José Borba (PMDB-PR), suspeito de operar o mensalão no PMDB, conversavam toda semana pelo telefone

Saques

Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) revelado por ISTOÉ mostrou que, entre julho de 2003 e maio de 2005, mais de R\$ 20 milhões foram sacados das contas das agências SMP&B e DNA. Jefferson afirmou que os saques também eram feitos numa agência do Banco Rural em Brasília. Na portaria, estão registradas as entradas de políticos como José Borba e João Carlos Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR), e das funcionárias da SMP&B Geiza Dias dos Santos e Simone Vasconcelos

Bancos

Banco Rural – É o mesmo banco usado por PC Farias para abrir contas fantasmas no esquema de corrupção nos tempos de Collor. Marcos Valério admitiu ter boas relações com o banco, do qual o PT emprestou R\$ 5,2 milhões entre 2003 e 2004

Banco do Brasil – É o principal cliente da DNA no governo e, em 2004, gastou R\$ 262,8 milhões em publicidade. Um terço da quantia (R\$ 87,6 milhões) é administrado pela empresa de Valério. O banco emprestou R\$ 20,6 milhões ao PT depois que Lula assumiu o governo. Na quarta-feira 6, os vice-presidentes de Finanças e de Varejo, Luís Eduardo Franco de Abreu e Edson Monteiro, foram demitidos

Banco BMG – Emprestou R\$ 2,4 milhões ao PT tendo Marcos Valério como avalista e tem mais de 36% dos contratos de empréstimo com desconto na aposentadoria do INSS. Esta modalidade foi aprovada por medida provisória em 2003

Investigações

CPI dos Correios – Criada para apurar apenas os supostos esquemas de corrupção no órgão, mas também investiga o mensalão

Presidente: Delcídio Amaral (PT-MS); **relator:** Osmar Serraglio (PMDB-PR)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Maurício Marinho, Arthur Washeck, Arlindo Molina, Eduardo Medeiros, Antônio Osório, José Fortuna, Edgar Lange, Jairo Martins, Kasser Bittar, Marcos Valério e Fernanda Karina

Conselho de Ética

Investiga a suposta quebra de decoro de Roberto Jefferson por dizer que parlamentares receberiam o mensalão

Presidente: Ricardo Izar (PTB-SP); **relator:** Jairo Carneiro (PFL-BA)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Miro Teixeira, Carlos Alberto Leréia, Sandro Mabel, Raquel Teixeira, Fernanda Karina, José Múcio, Pedro Henry e Carlos Rodrigues

Corregedoria da Câmara – Apura representações por quebra de decoro contra Jefferson e sobre os repasses que os indicados do PTB em estatais fariam ao partido

Presidente: Ciro Nogueira (PP-PJ); **relator:** Robson Tuma (PFL-SP)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Fernanda Karina, José Genoíno, José Dirceu, Carlos Rodrigues, Emerson Palmieri, Aldo Rebelo, Walfrido Mares Guia, Pedro Corrêa, José Janene, Pedro Henry e Ciro Gomes

CPI do Mensalão – Instalada na terça-feira 5 para apurar compras de votos desde 1995

CPI dos Bingos – Instalada no dia 29 de junho, convocou Carlinhos Cachoeira para depor na quarta-feira 13. Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu flagrado cobrando propina de Cachoeira em 2002, será ouvido uma semana depois

Outras investigações: Polícia Federal, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União e Receita Federal

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ocupar a tribuna neste momento para registrar dois artigos publicados nas duas últimas semanas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e pela revista **Veja**.

Os artigos, intitulados, respectivamente, “A única agenda positiva” e “Mensagem dos Correios para Lula”, mostram que “a sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os

pratos sujos”. Além disso, mostram que as palavras e os atos do presidente Lula “andam numa estrada que, de repente, se bifurca – e os atos vão para um lado e as palavras vão para o outro”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que os dois artigos acima citados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

30

MÊS/ANO:

Junho/05

A única agenda positiva

No encontro com o presidente Lula, a que o levou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na segunda-feira à noite, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, ouviu de seu audiência, entre uma queixa e outra sobre as suas dificuldades: “Quero tudo em pratos limpos.” Lula já deve ter perdido a conta de quantas vezes disse isso ou coisa parecida desde que irromperam as denúncias de corrupção no governo e no relacionamento do PT com os outros partidos da base aliada. E a sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os pratos sujos.

Tanto na CPI mista do Congresso como no Conselho de Ética da Câmara, a conduta dos representantes governistas se orienta claramente pela intenção de atrapalhar as apurações. Na Comissão, passando por um episódio que por pouco não termina em baixaria, envolvendo o deputado petista Maurício Rands e a senadora ex-petista Heloísa Helena, o PT conseguiu impedir a antecipação, da semana que vem para ontem, do depoimento do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o mais do que provável “homem da mala” do esquema de suborno de políticos denunciado pelo deputado Roberto Jefferson. E, no Conselho, as intervenções dos deputados do PT ao longo do depoimento da ex-secretária de Marcos Valério Fernanda Karina Soma-ggio tinham o evidente propósito de desqualificá-la.

Eles sabem o que fazem – e não é crível que o presidente da República não saiba que o que fazem é tudo, menos limpar pratos. De fato, a CPI que nasceu (porque o governo não conseguiu abortá-la) como uma investigação sobre cobrança de propinas nos Correios e eventualmente em outras estatais logo se transformou, pela força das coisas, em CPI de Jefferson – e agora em CPI de Valério. Há poucas dúvidas de que ele, mais do que ninguém, é a figura cujas atividades e teias de lucrativas relações no PT e no governo, quando expostas à luz do dia, permitirão ligar os pontos no intrincado mapa da corrupção federal. No fim da semana passada, a

imprensa comprovou, com base em dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o que Fernanda Karina vinha dizendo, de forma genérica, sobre seu ex-patrão.

Entre julho de 2003 e maio de 2005, ele sacou, em dinheiro, um total de R\$ 20,9 milhões. Quase 3/5 dessa dinheirama entre setembro e março de 2004, no auge do troca-troca de partidos promovido na Câmara pelo então ministro José Dirceu e dos acertos para a definição de candidaturas às eleições municipais. E ontem se comprovou, com base na agenda de Fernanda entregue à Polícia Federal, que datas dos saques coincidiam com as das reservas em um hotel de Brasília para o chefe e, ao menos em um caso, para a sua gerente financeira Simone Vasconcelos. Ao Conselho de Ética, Fernanda disse que esta relação que ficava em um quarto de hotel, o dia todo: “Era um entra-e-sai de homem (...). Só contava dinheiro e passava para essas pessoas.”

As fontes primárias da bolada ainda são desconhecidas. Mas é significativo que no ano passado a Receita tenha multado uma das agências de Valério, a DNA, em R\$ 63,2 milhões por receber, em sua conta no Banco do Brasil, depósitos de origem não comprovada e por movimentar recursos muito superiores ao faturamento declarado. Em suma, tudo que servir para não manter o foco da apuração no publicitário “amigo do peito” do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e do secretário-geral Sílvio Pereira, é abafa ou diversionismo, o que vem a dar no mesmo. É o caso da transparente jogada petista para criar na Câmara uma CPI do “mensalão”, que investigaria também – a esta altura – compras de votos em 1997, quando o Congresso aprovou a emenda da reeleição.

Diante disso, o presidente Lula deve entender que esgotou a sua cota de juras de não deixar “pedra sobre pedra” em busca da verdade, enquanto o PT trata de fazer o contrário. Ou ele manda já o partido mudar de atitude – publicamente –, ou será tido como cúmplice, quando não mentor, do ocultamento das evidências de podridão. Ao governador Aécio, Lula defendeu uma “agenda positiva”. Ele que não se iluda: a única agenda positiva, hoje, é a do esclarecimento cabal das falcatruas denunciadas, com a identificação e punição dos seus responsáveis últimos.

ANDRÉ PETRY

Mensagem dos Correios para Lula

Presidente Lula: existe uma torcida coletiva para que o senhor não esteja envolvido nessa lama toda. Parece que os 52 milhões de brasileiros que votaram no senhor em outubro de 2002 estão, neste momento, cruzando os dedos para que não se tenham enganado em relação a um aspecto sobre o qual, a rigor, nem nutriam dúvidas — o de que o senhor faria um governo de respeito à ética e à moralidade pública.

Em nome dessa torcida coletiva, presidente, tome uma providência: transforme suas palavras em atos de tal modo que um e outro passem a andar no mesmo sentido. O que fica mal,

presidente, o que gera dúvidas e desconfiança, o que acaba deixando aquela torcida com um receio danado de estar na arquibancada errada é verificar que suas palavras e seus atos andam numa estrada que, de repente, se bifurca — e os atos vão para um lado e as palavras vão para o outro.

O senhor já disse que investigaria tudo, que cortaria na própria carne, que não

sobriria pedra sobre pedra. O senhor já disse que “nenhum governo na história republicana” fez “20%” do que o seu tem feito no combate à corrupção. O senhor já disse tudo o que o país precisava ouvir. Agora, é a vez de seus atos entrarem em sintonia com suas palavras. Por exemplo: o senhor chegou a mandar imprimir uma edição extra do *Diário Oficial da União*, com uma página apenas, só para publicar uma medida provisória e, assim, evitar a instalação da CPI do Mensalão no Congresso Nacional. Logo o senhor, que, num discurso recente dirigido a uma platéia de agricultores, disse que os parlamentares

deveriam investigar tudo e arrematou assim: “Que criem quantas CPIs quiserem criar!”.

Agora mesmo, presidente, alguns de seus mais próximos correligionários, como o presidente do PT, José Genoíno, e o ex-ministro José Dirceu, se empenharam em evitar que a CPI dos Correios quebrasse o sigilo bancário das empresas de Marcos Valério, acusado de ser o operador do mensalão. Presidente: repita aos seus liderados que sua ordem é para investigar tudo, sem ficar pedra sobre pedra, e isso inclui examinar as contas de Marcos

Valério. O senhor prometeu, naquele discurso aos agricultores, que seriam feitas investigações “contra quem quer que seja, sem bravata”. Repetindo: sem bravata. São palavras suas.

Presidente: o senhor acaba de lançar um pacote contra a corrupção, apertando o torniquete contra roubalheiras de servidores públicos. É bom que seja assim. O problema é que, em seu governo, há

ministros que, à luz do seu pacote anticorrupção, não poderiam ser mantidos no cargo. Assim, presidente, não há pacote que resista.

O senhor tem prometido um duro combate à corrupção e o senhor sabe que boa parte das roubalheiras é comandada pelos partidos por meio de seus apaniguados nos cargos públicos. Mesmo assim, o senhor acaba de oferecer quatro ministérios ao PMDB. Ao PMDB, presidente! O PMDB é o partido de Romero Jucá, que está sob suspeita de desvio de dinheiro! O PMDB é o partido do ministro que cuida dos Correios. Dos Correios, presidente!

“O problema é que, em seu governo, presidente, há ministros que, à luz do seu pacote anticorrupção, deveriam ser afastados. Assim, presidente, não há pacote que resista”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para dar seqüência ao registro das matérias publicadas pela imprensa sobre a reação do Presidente em relação às denúncias de corrupção que, há quase dois meses, permeiam o atual Governo do PT.

O Presidente Lula nunca esteve tão preocupado, decepcionado e irritado com o seu partido e seus amigos, que não conseguem se livrar da lama que está impregnando o Governo. A crise já é tamanha que começa a denegrir a imagem do Presidente, pois, segundo a pesquisa da Ipsos-Opinion, 55% dos brasileiros acreditam que o Lula sabia de toda essa corrupção.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

“Punhaladas”, revista **IstoÉ**, 13 de julho do corrente;

“A maioria acha que ele sabe”, revista **Veja**, 13 de julho de 2005;

“Rio de lágrimas”, revista **IstoÉ**, 13 de julho de 2005;

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto, mais uma vez desejo abordar um tema que já se tornou repetitivo.

No início do mês de junho, descrevi aqui a situação dos pescadores artesanais de camarão, que, por causa do defeso da espécie, estavam passando por necessidades, sobrevivendo da caridade alheia ou então furando o período de defeso e arriscando a ter seu material de pesca apreendido pelo Ibama. Isso porque os pescadores artesanais não receberam o seguro defeso referente aos meses de março a maio. Convidado por mim para esclarecer a política de pesca do Governo Lula, na Comissão de Agricultura, o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch nos garantiu que o pagamento desse seguro seria feito logo no dia 10 deste mês.

Pois bem, minha assessoria entrou em contato com as comunidades de pescadores e verificou que ninguém até agora recebeu qualquer parcela do seguro-desemprego. Nenhum dos oito mil pescadores artesanais de camarão recebeu o seguro prometido pelo Ministro na Comissão de Agricultura.

Para piorar a situação, nesta semana a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, assina uma portaria determinando um novo período de defeso, que vai de 15 de julho a 15 de novembro, mais quatro meses que, somados aos três meses do início do ano, deixam os pescadores artesanais sem trabalho por mais de meio ano.

O pior de tudo isso é a arrogância deste Governo, que não conversa, que não escuta quem conhece o

mar. O defeso determinado pelo Ibama visa proteger o camarão rosa, aquele grande pescado em alto mar por grandes embarcações. Mas acontece que, por falta de uma estrutura eficiente de fiscalização, o Ibama incluiu nesse período de defeso o camarão sete barbas, que é a fonte de sustento dos pescadores artesanais. A Unival já apresentou estudos a respeito que provam que o camarão sete barbas precisa de um período de defeso de quatro meses por ano, entre agosto e novembro, mas, ao que parece, o Governo Lula se faz surdo aos argumentos tanto da comunidade científica de Santa Catarina, quanto aos apelos dos pescadores.

Quero esclarecer que o pescador artesanal é o equivalente ao lavrador que planta para seu sustento e que precisa plantar na época certa para ter uma boa colheita. Os pescadores artesanais também precisam de uma época certa para a captura do camarão, que vai de janeiro a julho, após o que a espécie migra para reproduzir em outras áreas. Mas como o defeso é feito também no começo do ano, quando a espécie não se reproduz, e liberado por apenas dois meses, quando o camarão migra e já não é mais encontrado pelos pescadores, o líder da comunidade de pescadores de piçarras, Emanuel de Souza, informou que não existe defeso para o camarão sete barbas, mas, sim, para o camarão rosa. Só que, por não haver fiscais suficientes, o Ibama prefere generalizar o período do defeso, porque é mais fácil impedir que todos os barcos saiam para o mar do que fiscalizar cada embarcação.

Nessa história, o prejudicado, como sempre, é o pescador artesanal. Quando a pesca não era proibida, no início do ano, um pescador artesanal chegava a capturar até 150 quilos de camarão sete barbas por dia. Agora, nos dois meses permitidos, junho e julho, só se conseguem no máximo 40 quilos, vendidos a R\$3,00 o quilo, algo em torno de R\$120,00 depois de um dia no mar. E daqui a alguns dias, nem isso esses pescadores terão, porque mais um período de defeso será decretado de forma autoritária, sem que a comunidade seja ouvida, sem que se pague o seguro-desemprego.

Até onde fui informado, receberam esse seguro apenas os pescadores que vivem e trabalham nas regiões onde o PT obteve votos. Quero lembrar ao Presidente Lula de sua promessa durante a posse em 1º de janeiro de 2003: o senhor afirmou que seria o Presidente de todos os brasileiros e não dos filiados do PT.

Ainda estamos esperando que o senhor cumpra suas promessas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PUNHALADAS

Decepcionado e irritado com o PT, Lula tenta evitar que os radicais assumam o comando do partido e passem a atirar na política econômica de Palocci

FLORENCIA COSTA

Com a estrela do PT rasgada de ponta a ponta e os companheiros de muitos anos se esvaindo em sangue, o presidente Lula nunca esteve tão preocupado, irritado e decepcionado com o seu partido e com os amigos que mergulharam em desgraça em meio à torrente de denúncias. O furacão de acusações que há quase dois meses paralisa o governo obrigou Lula a trocar ao mesmo tempo dois pneus com o carro em movimento. Na sexta-feira 8, o presidente acertava detalhes da terceira reforma ministerial. No mesmo dia em que retocava seu governo, ele interveio também na reformulação do PT, para evitar que o partido afunde de vez na planície. Lula estendeu seus tentáculos a São Paulo e enviou Ricardo Berzoini, que acabava de abandonar a Pasta do Trabalho, para a reunião dos setores moderados do PT – o chamado Campo Majoritário. O grupo tem maioria no Diretório Nacional – instância decisória máxima do partido, integrada por 83 pessoas. Mas os moderados, humilhados, perderam força com as notícias de que o homem-bomba Marcos Valério – publicitário que tem contratos com o governo – avalizou dois empréstimos para o PT, com as assinaturas do então tesoureiro Delúbio Soares e do presidente nacional do partido, José Genoíno. A plástica no rosto do PT inclui a substituição na direção partidária dos quadros inexpressivos por figuras públicas de peso, vindas do Planalto e do Parlamento.

Como se não bastasse a montanha de problemas, mais um pesadelo tomou conta do Planalto nos últimos dias: o de que o rachado PT caia nas mãos da ala mais radical, que detona a política econômica liderada pelo ministro Antônio Palocci (Fazenda). Uma preocupação que vem aumentando e promete tirar o sono do governo até setembro, quando será realizado o Processo de Eleição Direta (PED) do PT, com a renovação da direção partidária pelo voto dos seus 800 mil filiados em todo o País. O grupo moderado tem as rédeas do partido nas mãos, representado na presidência por Genoíno. Mas ele e os outros caciques do PT caíram em desgraça após as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre o chamado mensalão. Como peças de dominó, Jefferson empurrou a primeira, e as outras foram caindo enfileiradas. Começou com José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), que presidiu o partido de 1995 a 2003. Mesmo quando reinava no Planalto, Dirceu continuava dando as cartas no partido presidido por Genoíno. O ex-ministro era o mentor da estrutura burocrática do PT encabeçada por Delúbio Soares e por Sílvio Pereira (ex-secretário-geral). Dirceu deu o pontapé inicial no processo de “profissionalização” do partido, que incluiu a sua informatização em todo o País e até o sonho de comprar um prédio inteiro para servir de sede nacional em uma das regiões mais ricas de São Paulo. O partido estava sendo organizado para servir de espinha dorsal do projeto de poder de longo prazo.

Bombas – A alma de guerrilheiro impiedoso de Dirceu passou o trator sobre os adversários internos que se insurgiram contra seu projeto de poder. A coluna vertebral desse plano era a formação de um leque amplo de alianças, inclusive com partidos como o PP de Paulo Maluf e o PTB de Roberto Jefferson. Tudo deu certo até quando um dos novos companheiros, Jefferson, detonou várias bombas sobre o PT. Agora, os xiitas estão vitaminados e ganham adesões até de setores do centro ideológico do partido, envergonhados com o sangue jorrado sobre uma de suas bandeiras mais caras: a da ética. Caos na planície, medo e solidão no Planalto. Do tripé que sustentava Lula, só sobrou firme e forte o ministro Antônio Palocci, aplaudido pela opinião pública. Dirceu tombou e Luiz Gushiken (Comunicação e Gestão Estratégica) está ferido por rajadas de denúncias. Mas Lula, com seu estilo de governar com o coração, insiste em manter a seu lado o amigo Gushiken, o “China”, como o chama carinhosamente. Na crise, o ministro que mais se aproximou de Lula foi o da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Um dos melhores advogados criminalistas do País, Bastos é amigo de Lula há anos. Bastos e Palocci são hoje os donos das vozes mais influentes nos ouvidos presidenciais. Além de conselheiros nos momentos de pânico, os dois ministros transitam fácil pela oposição e tentam construir pontes com PSDB e PFL. Várias cartas estão sendo colocadas na mesa de negociação para evitar o cerco total a Lula, uma delas a desistência do projeto de reeleição.

VOZ DA RAZÃO

Com Dirceu na planície, Márcio Thomaz Bastos é hoje um dos ministros mais influentes do Planalto

Coração - No início, quando a estrela vermelha reluzia até nos jardins presidenciais, Lula estava amparado por amigos dos tempos das greves do ABC. Mas esses companheiros foram se desiludindo com as agruras do poder. O primeiro a deixar o barco foi o empresário e amigo Oded Grajew, que estava ao lado de Lula desde a campanha presidencial de 1989. Depois, o jornalista Ricardo Kotscho e o dominicano Frej Beto, ambos velhos companheiros. Restaram ainda os conselheiros petistas Gilberto Carvalho, chefe de gabinete, Clara Ant, que anota as audiências, e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. Apesar de não ter nascido no berço petista, o comunista Aldo Rebelo, que tenta fazer a articulação política, apesar do bombardeio do PT, conquistou o coração de Lula por sua discrição e fidelidade.

Anteparo emocional de Lula, a primeira-companheira Marisa Leticia acabou até se instalando em um gabinete a 50 metros da sala do marido. Sem interlocutores dentro de seu partido, Lula trata de refazer as pontes para evitar que o PT se transforme na principal pedra a ser atirada nas vidraças do Planalto. Assim, o presidente tem chamado para atuar como bombeiros no front petista amigos como Jaques Wagner, presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e o governador do Acre, Jorge Viana, este com lugar cativo no quarto de hóspedes do Alvorada, a residência oficial. Wagner e Viana são petistas com perfil bem diferente do de

Dirceu: ambos têm jogo de cintura e não pisam na bola. É o mínimo que o presidente Lula precisa. ▀

Um parto de reforma

O longo parto da reforma ministerial, prolongado pelos nove meses de hesitação e induzido pelas contrações dolorosas de uma crise política sem precedentes, aconteceu finalmente na sexta-feira 8. Lula amarrou o apoio da família governista do PMDB, liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), e deu ao partido um novo Ministério - o da Saúde, para onde foi o deputado Saraiva Felipe (MG), no lugar do petista Humberto Costa. E fez trocas. Eunício Oliveira (PMDB-CE), que vai disputar o governo cearense, deixou as Comunicações para outro mineiro, o senador Hélio Costa. O partido trocou a Previdência pelas Minas e Energia, para a qual foi nomeado um apadrinhado de José Sarney com perfil técnico: Sílas Rondeau, ex-presidente da Eletrobrás. No Trabalho, Lula trocou o petista Ricardo Berzoini pelo presidente da CUT, Luiz Marinho. O objetivo de Lula é reforçar o apoio petista extrapartidário. A meta de Renan é ganhar os votos de Minas e garantir a maioria em qualquer convenção do PMDB.

REFORÇO Hélio Costa, Sílas Rondeau e Saraiva Felipe: tentativa de ampliar a base política

Lula anunciou que a reforma será concluída na terça-feira 12. O governador do Acre, Jorge Viana, é o ministro do Conselho de Desenvolvimento Social, Jaques Wagner, estão cotados para assumir cargos no Palácio. Aldo Rebelo, hoje na Coordenação Política, pode ir para a Pasta da Defesa. O PMDB

entra no governo, como sempre, rachado. Na quarta-feira 6, enquanto Sarney e Renan fechavam o acordo com Lula, a ala oposicionista do partido divulgava uma dura nota oficial, assinada pelos sete governadores, exigindo o afastamento do governo. Lula também iniciou uma operação limpeza nas estatais, afastando nomeações exclusivamente petistas. A operação começou pelo Banco do Brasil, com a demissão de dois diretores na quinta-feira 7. Outros já sabem que cairão.

LUÍZ CLÁUDIO CUNHA E SÔNIA FILGUEIRAS

(*) Originais ilegíveis fornecidos pelo autor.

Brasil

A crise começa a erodir a imagem do presidente. Uma pesquisa da Ipsos-Opinion mostra que 55% dos brasileiros acreditam que Lula sabia da corrupção no governo

É um clichê, mas certamente não maior do que o de políticos sendo corrompidos com malas de dinheiro, assim como se dizia a respeito da mulher de César, não basta a um presidente ser honesto. Ele precisa parecer honesto. E, infelizmente, na percepção da maioria dos brasileiros, Luiz Inácio Lula da Silva já começa a não parecer tão honesto ou capaz de garantir a honestidade de seu governo. A lama da corrupção, na qual sobrou o Partido dos Trabalhadores, sujou sua imagem. Uma pesquisa feita pelo instituto Ipsos-Opinion mostra que 55% dos brasileiros acreditam que o presidente sabia sim do esquema montado por seu partido para burlar políticos da base aliada. De 39% apontam o dedo acusado, um julgamento sumário. Lula não só sabia, como estava envolvido. Os outros 16% dizem que, informado sobre o esquema, foi omissivo. O dado conflitante que surge da pesquisa do instituto Ipsos-Opinion é que, apesar de a maioria acreditar que Lula sabia do esquema, 55% da população afirma que o presidente é honesto. A explicação para esse paradoxo, segundo os pesqui-

sadores, é que parte dos que acreditam na alternativa "Lula sabia, mas não fez nada" simplesmente não acreditam na possibilidade de um grave crime de responsabilidade em se tratando de presidente da República e, assim, optam por acreditar que o presidente é honesto. Para salvar a honra de Lula, o relatório do instituto Ipsos-Opinion cita o nome do senador Antonio Carlos Gomes, que denunciou o esquema de corrupção em 2002. O senador afirmou que, naquele momento, não sabia da existência do esquema de corrupção. O relatório também cita o nome do senador Antonio Carlos Gomes, que denunciou o esquema de corrupção em 2002. O senador afirmou que, naquele momento, não sabia da existência do esquema de corrupção.

A MAIORIA ACREDE QUE ELE SABIA

O PRESIDENTE E OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO, NA OPINIÃO DOS BRASILEIROS

45%	39%	16%
Lula não sabia de nada	Lula sabia, mas não fez nada	Lula sabia e foi envolvido

Pesquisa realizada pela Ipsos-Opinion de 21 a 23 de junho de 2004, com 1.000 entrevistados.



bizarrias como petista sendo preso em aeroporto com dólares na cueca (veja reportagem na pág. 78), só um otimista irrecuperável diria que é possível deter a erosão por que passa o governo Lula. Um governo que, mais do que qualquer outro na história recente do Brasil, cometeu o erro de confundir-se com o partido político do qual se originou.

De acordo ainda com a pesquisa do instituto Ipsos-Opinion, o PT, que dava a impressão de ter o monopólio da honestidade, hoje é visto como um partido de larápios. Apenas 36% da população acha que o PT é honesto. E chega a 54% a parcela dos que acreditam que toda, fri-se-se, toda a cúpula do partido está envolvida em corrupção. O que inclui o ex-

ministro da Casa Civil José Dirceu, que foi o homem mais forte do governo nos primeiros trinta meses da gestão Lula. "Para o eleitor, o PT acabou no sentido de ser um partido diferenciado dos outros", afirma Carlos Augusto Montenegro, do Ibope. As desculpas esfarrapadas para os indícios e provas de corrupção que envolvem os petistas somente reforçam que o PT é mesmo um partido igual às mais fisiológicas agremiações da República — ou pior que elas. Ministros que dizem não saber o que faziam seus auxiliares mais próximos, políticos que afirmam ter assinado contratos de empréstimos milionários sem ler (um genuíno Genoíno), líderes de bancada que juram desconhecer o mensafão, para não

falar daquela malandragem de dizer que todas as acusações são "golpismo das elites contra o governo operário" (operário ou de operadores?) — todos esses argumentos e justificativas píftios, se não convenciam, agora irritam.

O pior é que fica cada vez mais difícil acreditar que Lula não sabia de nada. Diz-se que o presidente teria tomado conhecimento das denúncias do mensafão em mais de uma ocasião. O deputado Roberto Jefferson afirma que contou tudo a Lula em janeiro. Essa versão foi confirmada pelo ministro de Coordenação Política, Aldo Rebelo. O líder do PTB na Câmara, José Múcio Monteiro, declarou ter presenciado outro relato feito por Jefferson ao presidente. E o governador de Goiás,

Marconi Perillo, afirma que relatou a Lula no ano passado o pagamento de mensalão a parlamentares da base do governo. Será possível que todos estejam mentindo? Sim, é possível. No entanto, se as CPIs em curso no Congresso comprovarem a existência do mensalão e se for provado que o presidente foi informado de tudo, Lula estará numa situação crítica. A comissão, aqui, pode ensejar a abertura de um processo de impeachment.

A crise liquidou o humor de Lula. Seus ministros dizem que o presidente anda deprimido, solitário e, não raro, pático. Seu estado de espírito piorou bastante na semana passada, depois que o EJA revelou que o lobista Marcos Valério Fernandes de Souza havia avalizado e pago um empréstimo feito pelo BMG ao PT. Também não foi reconfortante saber (se é que não sabia) que o patrimônio da antiga empresa de consultoria do minist-

rio da Secretaria de Comunicação do governo, Luiz Gushiken, um de seus amigos mais íntimos, havia crescido 600% na gestão petista. Para evitar que o ensinamento do presidente seja entendido pela população como incapacidade para lidar com a crise, seus assessores o aconselharam a manter a viagem à Escócia, onde participou como convidado do encontro do G8, a reunião dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, no qual Lula manteve um breve colóquio com o presidente americano, George W. Bush. Mas até no exterior a imagem do líder brasileiro está arranhada. Seus assessores também vendem a idéia de que o presidente comanda integralmente a reforma ministerial — uma reforma que pretendia conduzir ao Planalto figuras ilustres, como o médico Drauzio Varella e os empresários Antônio Ermírio de Moraes e Abílio Diniz, e que só conseguiu atrair a segunda linha do PMDB.

Os ministros que ficaram com Lula estão divididos entre aqueles que acham que ele deve se preocupar apenas em concluir o mandato e salvar a biografia e os que acham que ele pode sair da crise e conseguir um novo mandato. Entre os que acreditam que a maior tarefa de Lula é controlar a crise e tentar sair não muito chamuscado dela estão os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Nos últimos dias, começou a ter eco em Brasília uma idéia surgida no ninho do PSDB. Por ela, Lula deveria articular uma saída honrosa para desistir da reeleição. O caminho seria aprovar com o apoio dos tucanos uma emenda constitucional eliminando essa alternativa. Por enquanto, Lula não cogita levar o projeto adiante. "Vamos deixar o povo decidir se serei ou não candidato", disse a um colaborador. O povo que, unido, dificilmente será convencido. ■

SÓ PALAVRAS

Genoino tenta explicar na TV por que mentiu ao dizer que Valério não era avalista do PT, mas não convence. Lula larga a crise para se encontrar com Bush na Escócia. As denúncias também corroeram sua imagem internacional

RIO DE LÁGRIMAS

Na semana passada, o País assistiu a cenas de choradeira. Mas nem sempre o pranto é sincero

GREICE RODRIGUES

A crise política está provocando muito mais que discussões e troca de acusações entre políticos. Tem causado também muito choro. Nos últimos dias, o País assistiu a alguns dos envolvidos nas denúncias desabarem em lágrimas em situações nas quais estavam expostos à opinião pública. A lista dos chorões incluiu o presidente do PT, José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, o publicitário mineiro Marcos Valério e o deputado Carlos Rodrigues (PL/RJ). Cada um mostrou seu pranto em momentos e por motivos diferentes. "O choro é uma resposta a um tipo de situação, de tristeza ou de alegria, que pode

POR QUE CHORAMOS

Algumas emoções podem provocar o choro. Entenda como o cérebro traduz esses sentimentos em lágrimas

Diante de uma situação ou emoção que provoque algum tipo de reação, o cérebro responde da seguinte forma:

- 1 O sistema límbico (sistema do cérebro responsável pelo processamento das emoções) associa esse estímulo com aqueles que já temos guardados (afeto, amor, tristeza, raiva, medo)
- 2 Esse processo gera uma resposta. Uma delas é o choro. Quando se chora, várias substâncias envolvidas no processamento dos sentimentos são liberadas. Entre elas a noradrenalina e a serotonina. Por meio do sistema nervoso autônomo (responsável por atos como piscar dos olhos), causarão a contração da glândula lacrimal, liberando a lágrima (líquido composto por sais, proteínas, glicose e água).

ser ou não controlada pela pessoa", explica o neurologista Ivam Hidayokamoto, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Na verdade, esse tipo de reação pode até ser uma necessidade provocada pelo organismo. Quando o sistema límbico (estrutura do cérebro responsável pelo processamento dos sentimentos) é estimulado por emoções

... e as lágrimas de crocodilo

Essa é uma expressão antiga e conhecida de todos. Está baseada na observação de que, quando os crocodilos comem uma presa, eles a engolem sem mastigar. Para isso, abrem

a boca de tal forma que ela comprime a glândula lacrimal, localizada na base da órbita, o que faz com que os répteis lacrimejem. Por isso, passou-se a dizer que as pessoas que choram sem razão, ou por fingimento derramam lágrimas de crocodilo.

fortes, é gerada uma necessidade de resposta que pode se expressar em forma de choro. No entanto, nem todo pranto é originado desse processo. Algumas pessoas têm a capacidade de treinar essa manifestação em situações específicas. Um recurso muito utilizado por artistas em novelas, por exemplo. “O ator que usa essa técnica pensa em algo pessoal que ajude a desencadear a sua emoção”, explica a atriz Layla Roiz, do teatro *Oficinão do Galpão* de Belo Horizonte. A técnica foi criada pelo russo Constantin Stanislavski (1863-1938) e é aplicada em escolas de teatro. Muitos artistas também recorrem ao chamado “cristalzinho japonês”. O produto, vendido em farmácias, é à base de mentol. Os atores o esfregam nas mãos e passam debaixo do olho para produzir lágrimas.

Finalidade – Segundo especialistas, o choro é resultado de uma cascata de fenômenos neurológicos e endócrino-lógicos (leia quadro à pág. ao lado) e está relacionado ao instinto de defesa do homem. Existem alguns tipos identificáveis de choro, segundo o psiqui-

atra Orestes Vicente Forlenza, do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo. Além daquele resultante de algum tipo de emoção, há ainda o intermitente ou persistente, que pode derivar de motivos injustificáveis ou banais. Esse pranto pode sinalizar a presença de alguma enfermidade – uma depressão, por exemplo.

Mas nem sempre essa reação se traduz como uma manifestação verdadeira, sincera. “O choro pode ser usado só para provocar uma reação. Esse é um artifício utilizado pelas crianças, por exemplo, quando querem chamar a atenção da mãe. Ou seja, o pranto é

também um recurso que pode ser adotado dependendo do objetivo que se quer atingir”, explica o oftalmologista Rubens Belfort, da Unifesp. A verdade é que o choro pode de-

desencadear uma reação de empatia, de solidariedade. Quem nunca usou das lágrimas ou viu alguém se valer do pranto para conseguir alguma coisa? ■

EMOÇÕES José Genoino, Marcos Valério, deputado Rodrigues e Delúbio Soares caíram no choro quando estavam expostos à opinião pública

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar os artigos intitulados “Operação Paraguai” e “Lula endossa a farsa”, publicados na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em suas edições dos dias 18 e 19 de julho do corrente, respectivamente.

Os textos tratam das declarações de Delúbio Soares e Marcos Valério que visaram construir uma versão claramente fantasiosa para desmentir o chamado “mensalão”. Tratam, também, da última entrevista do Presidente Lula, concedida a uma produtora independente de TV, na França, e que, segundo o texto “foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT

Delúbio Soares, as quais, por sua vez, avalizaram a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza”. O Presidente da República, infelizmente, associou-se pessoalmente a essa armação cuja fragilidade é gritante.

Sr. Presidente, é no contexto desse caos que requero que os artigos acima citados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO • SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:

- PRESIDENTE
Ribeirão C. Mesquita
- MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Marta Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

- Julio Mesquita (1891-1971)
- Rui Vieira de Carvalho Mesquita (1953-1997)
- Américo de Campos (1875-1984)
- Nelson Rangel Pestana (1927-1993)
- Pietro Brêzeli (1927-1984)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PARX), Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Operação Paraguai

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza foram os brasileiros por trás. De fato, só imaginando que vive em meio a uma população de alproprados poderia alguém construir — como eles fizeram — uma versão tão primária a respeito das realidades que não fossem de ganhar corpo nesses quase dois meses, a contar da exibição do vídeo do recebimento de propina nos Correios e da primeira entrevista do deputado Roberto Jefferson que incorporou ao léxico nacional o termo mensalão.

Não existe a um só tempo o produto da tosse jogada ensaiada pelo companheiro que o efelivou presidente do PT, José Dirceu, pós a cuidar das finanças do partido, como instrumento do projeto de poder concebido no bojo da eleição de Lula, e pelo seu bom amigo acusado de ser o homem da mala das mesadas pagas a um número ainda indeterminado de membros da base aliada do governo na Câmara. A armação não poderia ser mais transparente: em depoimentos "espontâneos" ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e em entrevistas ao *Jornal Nacional* (JN), em

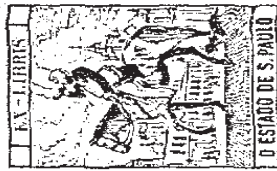
dias subsequentes, eles tiveram um risível conto-da-carochinha — que, resta esperar, terá o final que eles e outros merecem.

Valério, que deve ter deixado o comparecimento em pé no primeiro momento, ao se candidatar, sem êxito, à delegação premiada — o acordo pelo qual acusados abrem o coração em troca do abrandamento das penas a que estiverem expostos —, disse que tudo o que fez foi emprestar dinheiro das suas empresas a um PT atolado em dívidas de campanha, "a pedradas" de Delúbio. Os seus montanhosos saques no Banco Rural, calculados em R\$ 20,9 milhões, seriam parte dessa benemerência confundida que transbordaria ao partido, ou a pessoas indicadas pelo tesoureiro, R\$ 30 milhões, a contar de 2003.

Naturalmente, a origem da dinheiro seriam as bem-sucedidas atividades profissionais das empresas de propaganda SMPB e DNA, de Belo Horizonte — as agências preferidas por 10 entre 10 petistas em posição de declinar na administração, nas estatais, a começar dos Correios e do Banco do Brasil, e na Câmara dos Deputados. Assim como os empresti-

mos, tudo conforme a letra e o espírito das leis. "Não foi ao partido, mas à pessoa que me pediu", disse Valério à TV Globo, referindo-se aos incessantes financiamentos. "Essa pessoa nunca nos beneficiou em nada." Portanto, nada de favorecimentos em licitações e contratos superfaturados. E nada também de mensalão: não tinha conhecimento, muito menos envolvimento.

Assim como o publicitário esquivou por completo as suas literalmente inenunciáveis alegações anteriores para as opulentas retiradas — compra de gado e pagamentos a fornecedores —, o seu comparsa perdeu a memória da teoria conspiratória que alardeou para explicar a crise: "um movimento de direita que pretende derrubar o governo". Falando ao JN



salvado, avalizou a história da caridade valeriana — a sua origem, o seu fim e, sobretudo, a sua limitação ao âmbito das relações entre duas pessoas. Ninguém sabia de nada: nem o chefe imediato de Delúbio, o presidente petista José Genoino, nem o seu chefe imediato, José Dirceu, nem o chefe dele, Luiz Inácio Lula da Silva. E o mensalão é uma ficção.

É um escárnio à inteligência de qualquer um. Em que organização, empresa ou país, o tesoureiro toma empréstimos — "vários, vários", nas palavras de Valério —, somando, por baixo, algo como US\$ 13 milhões, ao câmbio médio do período, sem consultar o seu superior? E onde seria admissível este não levar a consulta ao topo do topo da hierarquia? Para azar de Delúbio, ele deixou de combinar com Valério o proverbial "pequeno detalhe" — ou se combinou, o amigo o traiu. Pois ele, sim, disse ao procurador-geral ter ouvido do outro que Dirceu estava a par das transações. Paradoxalmente, as lorolas da dupla estão fazendo com que as peças se encaixem no quebra-cabeça.

A "Operação Paraguai", como um deputado chamou esse arremedo da Operação Uruguai — o falso empréstimo de US\$ 5 milhões a Fernando Collor —, também deixa claro o esforço de circunscrever a um solitário "bode expiatório" os extravagantes negócios do PT e de acobertar a verdadeira finalidade dos recursos aportados por esse bom samaritano. Pelo galope dos fatos, tudo isso virá abaixo antes do que tarde. Prepare-se, pois, o País, para as consequências.

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO • TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:
PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Marin Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
José Carlos Mesquita (1952-1970)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Cactano Álvares, 95 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a *TV Globo* levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para chamucelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-soureiro do PT Delúbio Soares, transmitidas ao sábado à noite pela mesma emissora - as quais, por sua vez, avalizaram a entrevista do publicitário Marcos Valério. Ferriarides de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela mesma emissora. No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensaleiro denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Felis negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os enfiados "passos" de Valério, cu intermediações por ele, coisa de R\$ 80 milhões,

com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004. Os empréstimos irriaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eletivos - menos o de presidente da República - do PT, PP, PL, PPS, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admirar dolentes piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confiou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos de todas as legendas - o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratagem, a que decerto não ficou alheia a eretividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruibosa a seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ancaça: se a oposição for logo demais nas investigações, tampouco sairá ileso. Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de de-

por na CPI dos Correios, poderá "arrastar junto o Brasil"? E não disse o presidente Lula em Paris que "o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feito no Brasil sistematicamente"? E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que "o Brasil não merece o que está acontecendo" (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida *free-lance* brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista. Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela *Realê Globo* para exibição no *Fantástico*. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria



ao risco de um embaraço. Fisso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que "o PT está sendo vítima do seu crescimento", que as atuais denúncias "não chegaram ao governo", que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que "a direção ficou muito enfraquecida" (porque os "melhores quadros" foram para o governo) e "possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos".

É o caso de invocar o ditado do "pior a entenda". Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armação cuja fragilidade e gritante (daí o rebulo Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não pela oposição, com certeza pela mídia - para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos. A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser "poupado dos detalhes". Se um governante precisa se esforçar para saber o que seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para uma celebração, uma mensagem positiva em meio ao noticiário corriqueiro dos últimos dias. Porque as boas-novas também existem no mundo e em nosso País – é importante que não nos esqueçamos disso no meio da tempestade.

Aliás, as tempestades são fenômenos naturais e, como tais, necessários e inevitáveis. Transformadoras, mais ou menos recorrentes, dependendo do tempo e do lugar, as tempestades são passageiras, por natureza. É fundamental não esquecermos disso também.

Portanto, como eu gostaria de ter feito há alguns dias, saúdo, desta tribuna, as 52 brasileiras selecionadas pelo projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 – uma iniciativa que objetiva destacar o papel da mulher na construção da paz no mundo.

Em 104 anos de premiação do Nobel, apenas 13 mulheres foram contempladas.

Em 2005, no entanto, mil mulheres concorrerão juntas ao prêmio – após dois anos de democrático processo seletivo, entre as muitas guerreiras na luta pela paz em todo o mundo.

No Brasil, o comitê executivo do projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz recebeu 262 indicações de nomes e biografias em condições de concorrer. Desses 262 nomes e biografias, 52 foram selecionados.

Entre as escolhidas estão algumas das mulheres que o nosso mandato teve oportunidade de indicar: a líder indígena Maninha Xucuru e a escritora feminista Rose Marie Muraro – em nome de quem abraço as demais brasileiras selecionadas.

Rose Marie Muraro, escritora e editora, empresta sua vasta experiência de autora – com 19 livros publicados – para desvendar o universo feminino no País e no mundo.

Rose Marie Muraro desde jovem se interessou pelas letras. Escreveu para jornais estudantis, e, em 1961, começou a trabalhar na Editora Vozes, em Petrópolis, organizando coleções de livros nacionais. Em 1966 escreveu seu primeiro livro, **Mulher na construção do mundo futuro**.

Por sua iniciativa, muitas obras literárias, banidas pelo então regime militar, foram produzidas pela Editora Vozes durante os 17 anos em que Rose Marie Muraro foi sua diretora editorial junto com Leonardo Boff. Em 1986 dedicou-se à fundação da editora Rosa dos Tempos, a única especializada em Gênero na América Latina.

Muitas vezes premiada por diferentes instituições brasileiras, em reconhecimento à sua obra e à sua militância feminista, a vida não foi fácil para essa mulher:

Nasceu cega – tem apenas 5% da visão em um dos olhos e com o outro não enxerga nada. Teve de reaprender a andar, vítima de mal reumático, ainda na infância.

De família abastada, viu a riqueza se transformar em carência, depois da morte de seu pai. Dessa condição viu aflorar sua vigorosa opção pelos oprimidos – conforme sua autobiografia, intitulada **Memórias de uma mulher impossível**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no exemplo dessa mulher que transmutou suas limitações em grandeza e amplitude de realização criativa, quero saudar o movimento de mulheres brasileiras, lembrando aqui um rito preservado entre alguns povos do Parque Nacional do Xingu, no Estado do Mato Grosso, que ilustra bem a universalidade da causa feminista:

No meio da floresta amazônica, mulheres de uma comunidade convidam as mulheres dos povos vizinhos, adornam-se com a pintura corporal e os adereços e as armas dos homens, reúnem-se no pátio da aldeia anfitriã e dançam a noite inteira, evocando uma história muito antiga, na milenar cerimônia de Yamurikumã.

A festa ritual rememora que um dia os homens saíram para caçar e não voltaram. Depois de longa espera, as mulheres resolveram procurá-los e os encontraram vivendo entre os animais, sem qualquer intenção de voltar a viver com as mulheres.

Os homens acreditaram que se bastavam – e perderam a festa.

Sim, porque as mulheres retornaram à aldeia e ocuparam os espaços e as funções até então atribuídas aos homens. E, para celebrar a nova condição, as mulheres se cobriram com as pinturas e os adereços dos homens, e então dançaram e cantaram a noite inteira.

A festa das mulheres afinal atraiu os homens. Mas elas não os aceitaram de volta.

Estabeleceram-se com sucesso sobre o padrão masculino que herdaram, governaram com eficiência e guerrearam com mestria.

Elas também acreditaram que se bastavam – e perderam o seio direito no manuseio do arco.

Não sei quanto tempo nem o que se passou depois disso. Sei apenas que, entre os povos que hoje contam essa história, homens e mulheres compartilham a comunidade em harmônico equilíbrio e revivem, na festa de Yamurikumã, o processo de construção da consciência do masculino e do feminino como universos independentes e complementares.

Complementares e independentes, homens e mulheres desses povos rememoram a ousada travessia da disputa excludente para a solidariedade que agrega. E, há milênios, atualizam e maturam a compreensão de que tudo se completa, revigora e recomeça no abraço.

Portanto, saúdo tempos de Yamurikumã no Brasil e na humanidade.

Como festa de Yamuricumã, vibrem entre nós a causa e a luta de Rose Marie Muraro e Maninha Xucuru – em nome de quem saúdo todas as mulheres em luta por um mundo mais solidário e em paz!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O combate à corrupção no governo”, de autoria do Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 20 de julho do corrente.

Segundo o autor, as numerosas denúncias e os diversos indícios de ampla rede de corrupção que atingem o Governo federal, instituições públicas e membros de partidos políticos, estão deixando os bra-

sileiros profundamente abalados e decepcionados. E endossa mensagem da CNBB, de 23 de junho, que diz: “O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política, que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder político em benefício de interesses privados. A apuração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIAL:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	20	Julho/05	Espaço Aberto	A	2

O combate à corrupção no governo

Numerosas denúncias e sérios indícios de ampla e intrínseca rede de corrupção abalaram neste momento o poder público, instituições públicas, membros do partido que está no poder e de outros partidos políticos. A investigação já está em andamento. Nós, o povo brasileiro, estamos profundamente abalados e indignados. Pedigamos que tudo seja plenamente investigado, esclarecido e, se houve crimes, que os culpados sejam devidamente punidos segundo a lei, pois a impunidade alia-se a corrupção.

Diante deste quadro, muitos já se manifestaram publicamente. Também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em mensagem ao povo brasileiro, de 23 de junho passado, ela diz: “O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política, que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder político em benefício de interesses privados. A apu-
 não se torne oportunidade perdida de avanço real nem sirva de trampolim para interessados em se promover política-mente, sem atenção ao bem comum, aproveitando um momento de fragilidade. O País tem todas as condições de vencer a crise e continuar avançando na direção e construção de um verdadeiro e integral progresso para todos os brasileiros.

Não cabe à Igreja se pronunciar sobre questões técnicas da reforma política, mas ela deve contribuir com critérios éticos. A mensagem da CNBB, que citou, declarou: “O poder econômico, a multiplicidade de partidos políticos sem programas definidos e a falta de fidelidade partidária fragilizam sempre mais o nobre sentido da política e frustram o voto do cidadão. O atual sistema administrativo e eleitoral beneficia favorece a clientelagem e a corrupção. A responsabilidade, a punição dos culpados, bem como a restituição dos bens subtraídos não deve ser, pois, celegar ao esquecimento o desafio maior: a reforma do Estado e do próprio sistema político.”

Dom Cláudio Hummes é Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo

mesmos, mas em vista do bem comum.”

A ética constitui-se num valor maior, que deve ser buscada e defendida constantemente. Ela exige respeito à dignidade e à igualdade fundamental de direitos de todos os seres humanos e de cada um, bem como respeito à justiça no que se refere à administração das coisas públicas e ao bem comum da sociedade. Resultará no fortalecimento do tecido social e na melhoria da convivência humana. Na verdade, a ética necessita ser construída e reconstruída em cada pessoa e em cada geração no dia-a-dia da vida, a partir das pequenas coisas. Disse Jesus: “Quem é fiel nas pequenas coisas será também fiel nas grandes e quem é injusto nas coisas pequenas será-lo também nas grandes” (Lc 16,10).”

NÓS, O POVO, ESTAMOS PROFUNDAMENTE ABALADOS E INDIGNADOS

ração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto.”

A Igreja assina sempre dentro do princípio da autonomia que rege seu relacionamento com o governo. Ela e suas instituições, que representam a Igreja, não devem abrir mão desta autonomia, não serem, sobretudo quando o necessário emitir uma crítica construtiva no tempo da ética na política, mantendo nos diálogos de envolvimento partidário. Por outro lado, a Igreja que contrária para a manutenção e o fortalecimento das

instituições públicas democráticas e do Estado de Direito, que devem prevalecer sobre as crises políticas que periodicamente ocorrem. Por isso, devemos também contribuir para que o povo não perca a esperança nem apele para o cinismo, neste momento de desencanto e indignação diante de políticos corruptos, que ameaçam um governo tão esperado e festejado pela maioria da população que o elegera, e se orgulhou, com razão, por ter levado ao poder presidente um metáfora, um verdadeiro mecânico, portanto, alguns dos grandes papais.

Não se pode culpar o sistema. Alguns são corruptos, então, todos podem ser-o e se virar cada um como puder! Além, os políticos não são todos corruptos.

O presidente Lula continua preservado. Cabe, então, reagir positivamente, procurar e combater a corrupção, viver e exigir a ética em todos os níveis da vida pública, social e individual. Também não se deve cair na desesperança, mas acreditar na possibilidade real de se continuar a construção de um Brasil que vença a desigualdade social, a miséria e a fome, um Brasil justo, fraterno, próspero para todos, e não apenas para alguns, construção essa já iniciada, sem dúvida, antes do atual governo. O processo histórico de construção de um Brasil moderno e justo é e deve ser maior do que um governo ou um partido.

Um parlamento não bastará para combater os corruptos, mas urge também finalmente fazer a reforma política, que atinja nas raízes a endêmica corrupção e aperfeiçoe a democracia. Então, a crise atual poderá gerar um salto de qualidade para frente. O povo exige este salto. Mas precisa haver vontade política no Congresso Nacional e no Executivo para que a crise

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

-

Ata da 116ª Sessão não Deliberativa, em 21 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Gilberto Mestrinho, Mão Santa, Pedro Simon,
Alberto Silva, Paulo Paim e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001** (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001**, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *altera o art. 5º da Lei 7347, de 24 de julho de 1985 – Lei de Ação Civil Pública, para legitimar os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores para a sua propositura*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2004**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que *inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e adolescentes e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2005**, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que *permite a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pagamento de anuidades do ensino superior*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2005**, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *autori-*

za a criação da Universidade Federal Rural de Roraima.

Tendo sido aprovadas terminativamente pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.081, de 2004** (nº 700/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Boa Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barro, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.317, de 2004** (nº 976/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Manchester Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.342, de 2004** (nº 1.097/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio do Leste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.349, de 2004** (nº 1.121/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.350, de 2004** (nº 1.124/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Municipalista de Botucatu Ltda. para explorar ser-*

- viço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.354, de 2004** (nº 1.132/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.361, de 2004** (nº 746/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Lorena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lorena, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.385, de 2004** (nº 1.120/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.386, de 2004** (nº 1.123/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garça, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.388, de 2004** (nº 1.126/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Centro-Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garça, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.420, de 2004** (nº 1.357/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Victorio Lanza para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2005** (nº 1.231/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro – Ascomoquinno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2005** (nº 1.366/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Redonda, Estado da Paraíba;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2005** (nº 1.398/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu – Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2005** (nº 1.440/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2005** (nº 1.387/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário do Arraial D’Ajuda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2005** (nº 1.223/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jamacaru – ACJ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2005** (nº 1.388/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural – RTVE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2005** (nº 1.369/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Município de Mirinzal – Asmomi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2005** (nº 1.381/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2005** (nº 1.402/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé/PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairé, Estado de Pernambuco;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2005** (nº 1.415/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração da Comunidade de Três Lagoas a executar*

- serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2005** (nº 1.419/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Água Fria e Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Fria, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2005** (nº 1.429/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Enéas de Carvalho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga do Piauí, Estado do Piauí;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2005** (nº 1.446/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Centro América Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2005** (nº 1.448/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macatuba, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2005** (nº 1.453/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Apai – Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacaré, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2005** (nº 1.454/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Nova Glória a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Glória, Estado de Goiás;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2005** (nº 1.455/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Jandaia – Estado de Goiás (Rádio Cultural Jandaia FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaia, Estado de Goiás;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2005** (nº 1.459/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Conjunto Prefeito José Walter a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2005** (nº 1.461/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itapuranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2005** (nº 1.467/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouvidor, Estado de Goiás;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2005** (nº 1.469/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Elshadday a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2005** (nº 1.470/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2005** (nº 1.473/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2005** (nº 1.442/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Friburgo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro; e*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2005** (nº 1.485/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.*
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
- O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2005 – CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, o parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– N^{os} 6.298 e 5.299/2005, de 5 do corrente, comunicando providências adotadas em relação aos Requerimentos n^{os} 604 e 665, de 2005, respectivamente, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de autoria do Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as respostas.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N^o 345, DE 2005

(N^o 1.094, de 2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29^a Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1^o Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV aprovado na 29^a Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2^o Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS

(Texto aprovado na 29^a Conferência da FAO)

ÍNDICE

ASSUNTO

PÁGINA

PREÂMBULO.....	02
ARTIGO I – Propósitos e responsabilidades.....	02
ARTIGO II – Terminologia utilizada.....	02
ARTIGO III – Relação com outros acordos internacionais.....	04
ARTIGO IV – Disposições gerais relativas aos acordos institucionais de proteção fitossanitária nacional.....	05
ARTIGO V – Certificação fitossanitária.....	06
ARTIGO VI – Pragas regulamentadas.....	07
ARTIGO VII – Disposições relativas à importação.....	07
ARTIGO VIII – Cooperação Internacional.....	09
ARTIGO IX – Organizações regionais de proteção fitossanitária.....	10
ARTIGO X – Normas.....	10
ARTIGO XI – Comissão de Medidas Fitossanitárias.....	10
ARTIGO XII – Secretaria.....	12
ARTIGO XIII – Solução de controvérsias.....	12
ARTIGO XIV – Substituição de acordos anteriores.....	13
ARTIGO XV – Aplicação territorial.....	14
ARTIGO XVI – Acordos suplementares.....	14
ARTIGO XVII – Ratificação e adesão.....	14
ARTIGO XVIII – Partes não contratantes.....	15
ARTIGO XIX – Idiomas.....	15
ARTIGO XX – Assistência técnica.....	16
ARTIGO XXI – Emendas.....	16
ARTIGO XXII – Vigência.....	17
ARTIGO XXIII – Denúncia.....	17
ANEXO	
Modelo de certificado fitossanitário.....	18
Modelo de certificado fitossanitário para reexportação.....	19

PREÂMBULO

As partes contratantes,

- *reconhecendo* a necessidade da cooperação internacional para controlar e prevenir as pragas de plantas e produtos vegetais, bem como sua disseminação internacional, e especialmente sua introdução em áreas ameaçadas;
- *reconhecendo* que as medidas fitossanitárias devem estar tecnicamente justificadas, ser transparentes e não devem ser aplicadas de maneira a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada ou ainda uma restrição implícita ao comércio internacional em particular;
- *desejando* assegurar uma estreita coordenação das medidas tomadas para tais fins;
- *desejando* estabelecer um marco para a formulação e aplicação de medidas fitossanitárias harmonizadas e para a elaboração de normas internacionais com esta finalidade;
- *tendo em conta* os princípios aprovados internacionalmente que regem a proteção das plantas, da saúde humana e dos animais e do meio ambiente; e
- *observando* os acordos concluídos durante as Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada do Uruguai e, particularmente, os relativos ao Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias;

convencionaram o seguinte:

ARTIGO I

Propósitos e responsabilidades

1. Com o propósito de atuar eficaz e conjuntamente para prevenir a disseminação e introdução de pragas de plantas e de produtos vegetais, bem como promover medidas apropriadas para controlá-las, as partes contratantes comprometem-se a adotar as medidas legislativas, técnicas e administrativas especificadas na presente Convenção e em outros acordos suplementares para dar cumprimento ao Artigo XVI;
2. Cada parte contratante assumirá a responsabilidade de fazer cumprir em seu território as medidas prescritas pela presente Convenção sem prejuízo das obrigações assumidas em virtude de outros acordos internacionais;
3. A divisão das responsabilidades para o cumprimento dos requisitos desta Convenção entre as Organizações Membros da FAO e seus Estados membros, que

sejam partes contratantes da presente Convenção, far-se-á de conformidade com suas competências respectivas.

4. As disposições da presente Convenção podem, quando as partes contratantes julgarem-nas apropriadas, ser aplicadas não só aos vegetais e seus produtos, mas também a locais de armazenamento, de embalagem, aos meios de transporte, *containers*, solo e todo outro organismo, objeto ou material capaz de abrigar ou disseminar pragas de plantas, em particular quando envolver o transporte internacional.

ARTIGO II

Terminologia utilizada

1. Na presente Convenção, os termos especificados terão o significado conforme definido a seguir:

"Análise de Risco de Pragas" - processo de avaliação de provas biológicas, científicas e econômicas para determinar se uma praga deve ser regulamentada e a intensidade de quaisquer medidas fitossanitárias que devem ser adotadas para controlá-la;

"Área de Baixa Prevalência de Pragas" - área delimitada pelas autoridades competentes, que pode corresponder à totalidade de um país, parte de um país ou à totalidade ou partes de vários países, em que uma determinada praga se encontra em baixo nível e que está sujeita a medidas de efetiva vigilância, controle ou erradicação;

"Área em Perigo" - Área na qual os fatores ecológicos favorecem o estabelecimento de uma praga cuja presença dentro da área dará como resultado importantes perdas econômicas;

"Artigo Regulamentado" - qualquer planta, produto vegetal, lugar de armazenamento, de embalagem, meio de transporte, *container*, solo e qualquer outro organismo, objeto ou material capaz de abrigar ou disseminar pragas que se julgue dever estar sujeito a medidas fitossanitárias, especialmente quando estiver envolvido o transporte internacional;

"Comissão" - a Comissão de Medidas Fitossanitárias, estabelecida conforme o disposto no Artigo XI;

"Estabelecimento" - perpetuação, em um futuro previsível, de uma praga dentro de uma área depois da sua entrada;

"Introdução" - entrada de uma praga que resulta no seu estabelecimento;

"Medida fitossanitária" - qualquer legislação, regulamento ou procedimento oficial que tenha o propósito de prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas;

"Medidas fitossanitárias harmonizadas" - medidas fitossanitárias estabelecidas pelas partes contratantes tendo como base normas internacionais;

"Normas Internacionais" - normas internacionais estabelecidas de conformidade com o disposto no Artigo X, parágrafos 1 e 2;

"Normas Regionais" - normas estabelecidas por uma organização regional de proteção fitossanitária para servir de guia aos seus membros;

"Plantas" - plantas vivas e partes delas, incluindo-se suas sementes e o seu germoplasma;

"Praga" - qualquer espécie, raça ou biótipo vegetal ou animal ou agente patogênico daninho para as plantas ou produtos vegetais;

"Praga Quarentenária" - praga de importância econômica potencial para uma área em perigo, quando ainda a praga não existe ou, se existe, não está dispersa e encontra-se sob controle oficial;

"Praga Não Quarentenária Regulamentada" - praga não quarentenária cuja presença em plantas para plantio influi no seu uso proposto, com repercussões economicamente inaceitáveis e que, portanto, está regulamentada no território da parte contratante importadora;

"Praga Regulamentada" - praga quarentenária ou praga não quarentenária regulamentada;

"Produtos Vegetais" - material não manufaturado de origem vegetal (inclusive os grãos) e aqueles produtos manufaturados que, por sua natureza ou por sua elaboração, podem gerar um risco de introdução e disseminação de pragas;

"Secretário" - Secretário da Comissão nomeado em conformidade com o Artigo XII;

"Tecnicamente Justificado" - justificado com base nas conclusões de uma apropriada análise de risco de pragas ou, quando aplicável, outro exame e avaliação comparável da informação científica disponível;

2. Considerar-se-á que as definições que figuram neste Artigo, dada a sua limitação à aplicação da presente Convenção, não afetam as definições contidas nas leis nacionais ou regulamentações das partes contratantes.

ARTIGO III

Relação com outros acordos internacionais

O disposto na presente Convenção não afetará os direitos e obrigações das partes contratantes em virtude dos acordos internacionais relevantes.

ARTIGO IV

Disposições gerais relativas aos acordos institucionais de proteção fitossanitária nacional

1. Cada parte contratante compromete-se a tomar as medidas necessárias para estabelecer da melhor forma possível, uma organização nacional oficial de proteção fitossanitária, cujas principais responsabilidades são estabelecidas no presente Artigo.
2. Dentre as responsabilidades de uma organização nacional oficial de proteção fitossanitária incluem-se as seguintes:
 - a) a emissão de certificados referentes à regulamentação fitossanitária do país importador para o envio de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados;
 - b) a vigilância de vegetais tanto os cultivados, (por exemplo campos, plantações, viveiros, jardins, casas de vegetação e laboratórios) como os da flora silvestre, das plantas e produtos vegetais em armazenamento ou em transporte, particularmente com o objetivo de informar da presença, do foco e da disseminação de pragas, bem como controlá-las, incluindo a apresentação dos informes referidos no parágrafo 1 a) do Artigo VIII;
 - c) a inspeção das cargas de vegetais e de seus produtos envolvidos nas trocas internacionais e, quando for apropriado, a inspeção de outros artigos regulamentados, particularmente com vistas a prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas;
 - d) a desinfestação ou desinfecção das cargas de plantas, produtos vegetais, e outros artigos regulamentados, particularmente aqueles que estejam envolvidos no trânsito internacional, para cumprir os requisitos fitossanitários;
 - e) a proteção de áreas em perigo e a identificação, manutenção e vigilância de áreas livres de pragas e as de baixa prevalência de pragas;
 - f) a realização das análises de risco de pragas;
 - g) assegurar, mediante procedimentos apropriados, que a segurança fitossanitária das cargas, depois da certificação fitossanitária, com respeito à composição, substituição e reinfestação, seja mantida antes da exportação; e
 - h) a capacitação e formação de pessoal.
3. Cada parte contratante tomará as medidas necessárias, da melhor forma possível, para:

- a) a distribuição, dentro do território da parte contratante, de informação sobre pragas regulamentadas e meios de preveni-las e controlá-las;
- b) a pesquisa no campo da proteção fitossanitária;
- c) a promulgação da regulamentação fitossanitária; e
- d) o desempenho de qualquer outra função que possa ser necessária para a aplicação desta Convenção.

4. Cada uma das partes contratantes apresentará ao Secretário, uma descrição de sua organização nacional encarregada oficialmente da proteção fitossanitária e das modificações que nela sejam introduzidas. Uma parte contratante proporcionará à outra parte contratante que a solicite, uma descrição de seus acordos institucionais em matéria de proteção fitossanitária.

ARTIGO V

Certificação fitossanitária

1. Cada parte contratante adotará disposições para a certificação fitossanitária, com o objetivo de garantir que as plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados exportados e suas partidas estejam de acordo com a declaração de certificação que deve ser feita em cumprimento do parágrafo 2 b) deste Artigo.
2. Cada parte contratante adotará providências para a emissão de certificados fitossanitários de acordo com as disposições seguintes:
 - a) A inspeção e outras atividades a ela relacionadas que conduzam à emissão de certificados fitossanitários, serão efetuadas somente pela organização oficial nacional de proteção fitossanitária ou sob sua autoridade. A emissão de certificados fitossanitários estará a cargo de funcionários públicos tecnicamente qualificados e devidamente autorizados pela organização oficial nacional de proteção fitossanitária para que atuem em seu nome e sob seu controle, dispondo dos conhecimentos e das informações necessárias, de tal forma que as autoridades das partes contratantes importadoras possam aceitar os certificados fitossanitários como documentos dignos de fé;
 - b) Os certificados fitossanitários ou sua versão eletrônica se esta for aceita pela parte contratante importadora, deverão ser redigidos de acordo com os modelos constantes no anexo à presente Convenção. Estes certificados serão preenchidos e emitidos levando-se em conta as normas internacionais pertinentes.
 - c) As correções ou supressões não certificadas invalidarão os certificados.
3. Cada parte contratante compromete-se a não exigir que as partidas de plantas ou produtos vegetais ou outros artigos regulamentados importados para o seu território, sejam acompanhados de certificados fitossanitários que não estejam

de acordo com os modelos Anexos a esta Convenção. Toda a declaração adicional exigida deverá limitar-se ao que estiver tecnicamente justificado.

ARTIGO VI

Pragas regulamentadas

1. As partes contratantes poderão exigir a aplicação de medidas fitossanitárias para as pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas, sempre que tais medidas sejam:

- a) não mais restritivas que as medidas aplicadas às mesmas pragas, se elas estiverem presentes no território da parte contratante importadora; e
- b) limitadas ao que seja necessário para proteger a sanidade vegetal e/ou salvaguardar o uso proposto e esteja tecnicamente justificado pela parte contratante interessada.

2. As partes contratantes não exigirão a aplicação de medidas fitossanitárias no comércio internacional para as pragas não regulamentadas.

ARTIGO VII

Disposições relativas à importação

1. Com a finalidade de prevenir a introdução e/ou a disseminação de pragas regulamentadas nos seus respectivos territórios, as partes contratantes terão autoridade soberana para regulamentar, de conformidade com os acordos internacionais em vigor, a entrada de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados e, para esse fim, podem:

- a) prescrever e adotar medidas fitossanitárias com respeito à importação de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados, incluindo, por exemplo, inspeção, proibição da importação e tratamento;
- b) proibir a entrada, reter ou exigir tratamento, destruição ou retirada do seu território, de plantas, produtos vegetais e outros artigos regulamentados, bem como de cargas que não estejam em conformidade com as medidas fitossanitárias prescritas ou adotadas nos termos da alínea "a" deste Artigo;
- c) proibir ou restringir o movimento de pragas regulamentadas em seus territórios;
- d) proibir ou restringir em seus territórios, o movimento de agentes de controle biológico e outros organismos de interesse fitossanitário que sejam considerados benéficos;

2. Com a finalidade de minimizar a interferência no comércio internacional, as partes contratantes, no exercício de sua autoridade e tendo em vista o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, comprometem-se a proceder de acordo com as disposições seguintes:

- a) As partes contratantes, ao aplicarem sua legislação fitossanitária, não tomarão nenhuma das medidas especificadas no parágrafo 1 deste Artigo, a não ser que sejam necessárias por razões fitossanitárias e que sejam tecnicamente justificáveis.
- b) As partes contratantes deverão publicar e divulgar os requisitos, restrições e proibições fitossanitárias imediatamente após sua adoção a quaisquer das partes contratantes que considerem que possam ser diretamente afetadas por tais medidas.
- c) As partes contratantes deverão, se alguma delas solicitar, colocar a disposição os fundamentos dos requisitos, restrições e proibições fitossanitárias.
- d) No caso de uma parte contratante exigir que as cargas de certas plantas ou produtos vegetais sejam importados em determinados pontos de ingresso, tais pontos deverão ser selecionados de maneira que não dificultem desnecessariamente o comércio internacional. A respectiva parte contratante publicará uma lista dos referidos pontos de entrada e a enviará ao Secretário, a qualquer organização regional de proteção fitossanitária a que ela pertença, a todas as partes que poderiam ver-se diretamente afetadas, e a outras partes contratantes que solicitarem a referida lista. Estas restrições sobre os pontos de ingresso não serão aplicadas a menos que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados em questão, necessitem ser amparados por certificados fitossanitários ou serem submetidos a inspeção ou tratamento.
- e) Qualquer inspeção ou outro procedimento fitossanitário exigido pela organização de proteção fitossanitária de uma parte contratante para uma remessa de plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados que sejam ofertados para importação, deverá efetuar-se o mais rápido possível tendo devidamente em conta a sua perecibilidade.
- f) As partes contratantes importadoras deverão informar, com a antecedência possível, os casos importantes do não cumprimento da certificação fitossanitária pela parte contratante exportadora interessada ou, quando aplicável, pela parte contratante reexportadora interessada. A parte contratante exportadora ou, quando aplicável, a parte contratante reexportadora em questão, investigará e comunicará à parte contratante importadora em questão, quando solicitado, as conclusões de sua investigação.
- g) As partes contratantes deverão estabelecer somente medidas fitossanitárias que estejam tecnicamente justificadas, adequadas ao respectivo risco de pragas e que se constituam nas medidas menos restritivas disponíveis e determinem um impedimento mínimo ao deslocamento internacional de pessoas, produtos básicos e meios de transporte.

- h) As partes contratantes deverão assegurar, quando as condições se modificarem e se disponha de novos dados, que procederão a pronta modificação das medidas fitossanitárias ou sua supressão, caso elas não sejam mais necessárias.
- i) As partes contratantes deverão estabelecer e atualizar, da melhor forma possível, listas de pragas regulamentadas, com seus nomes científicos e colocá-las periodicamente à disposição do Secretário, das organizações regionais de proteção fitossanitária a que pertençam e a outras partes contratantes, caso elas as solicitem.
- j) As partes contratantes deverão conduzir, da melhor forma possível, uma vigilância de pragas, desenvolver e manter informação adequada sobre a situação delas para facilitar sua categorização, assim como para que sejam elaboradas medidas fitossanitárias apropriadas. Esta informação será colocada à disposição das partes contratantes que a solicitarem.

3. Uma parte contratante poderá aplicar as medidas especificadas neste Artigo a pragas que possam não ter a capacidade de estabelecer-se em seus territórios mas que, caso consigam neles entrar, causariam danos econômicos. As medidas a serem adotadas para controlar tais pragas devem estar tecnicamente justificadas.

4. As partes contratantes poderão aplicar as medidas especificadas neste Artigo às partidas em trânsito pelos seus territórios, só quando elas estiverem tecnicamente justificadas e sejam necessárias para prevenir a introdução e/ou disseminação de pragas.

5. Nada do disposto neste Artigo impedirá às partes contratantes importadoras ditar disposições especiais, estabelecendo as salvaguardas adequadas para a importação com fins de pesquisa científica ou de ensino, de plantas e, produtos vegetais, outros artigos regulamentados e pragas de plantas.

6. Nada do disposto neste Artigo impedirá a qualquer parte contratante adotar medidas apropriadas de emergência ante a detecção de uma praga que represente uma possível ameaça para seus territórios ou a notificação de tal detecção. Qualquer medida nesse sentido deverá ser avaliada o mais breve possível para assegurar que esteja justificada a sua manutenção. A medida tomada será notificada imediatamente às partes contratantes interessadas, ao Secretário e a qualquer organização regional de proteção fitossanitária a que pertença a parte contratante.

ARTIGO VIII

Cooperação internacional

1. As partes contratantes cooperarão entre si o máximo possível para o cumprimento das finalidades da presente Convenção e deverão, em particular:

- a) cooperar no intercâmbio de informações sobre pragas de plantas, principalmente comunicando a presença, o foco ou a disseminação de

pragas que possam constituir uma ameaça imediata ou potencial, de conformidade com os procedimentos que possam ser estabelecidos pela Comissão;

- b) participar, sempre que possível, em quaisquer campanhas especiais para controlar as pragas que possam ameaçar seriamente a produção de cultivos e que requeiram medidas internacionais para fazer frente às emergências; e
 - c) cooperar, na medida do possível, no fornecimento de informações técnicas e biológicas necessárias para as análises de risco de pragas.
2. Cada parte contratante designará um ponto de contato para o intercâmbio de informações relacionado com a aplicação da presente Convenção.

ARTIGO IX

Organizações regionais de proteção fitossanitária

1. As partes contratantes comprometem-se a cooperar mutuamente para estabelecer organizações regionais de proteção fitossanitária nas regiões apropriadas.
2. As organizações regionais de proteção fitossanitária funcionarão como organismos de coordenação nas regiões de sua jurisdição, participarão nas diversas atividades para alcançar os objetivos desta Convenção e, quando convier, reunirão e divulgarão informações.
3. As organizações regionais de proteção fitossanitária cooperarão com o Secretário na consecução dos objetivos da Convenção e, quando for o caso, também com o Secretário e com a Comissão na elaboração de normas internacionais.
4. O Secretário convocará Consultas Técnicas periódicas de representantes das organizações regionais de proteção fitossanitária para:
 - a) promover a elaboração e utilização de normas internacionais relevantes para medidas fitossanitárias; e
 - b) estimular a cooperação inter-regional para a promoção de medidas fitossanitárias harmonizadas destinadas a controlar pragas e impedir sua disseminação e/ou sua introdução.

ARTIGO X

Normas

1. As partes contratantes acordam em cooperar na elaboração de normas internacionais de conformidade com os procedimentos adotados pela Comissão.

2. A aprovação das normas internacionais estará a cargo da Comissão.
3. *As normas regionais devem ser consistentes com os princípios desta Convenção; tais normas poderão ser depositadas na Comissão para sua consideração como possíveis normas internacionais sobre medidas fitossanitárias caso elas sejam de aplicação mais ampla.*
4. *Quando forem empreendidas atividades relacionadas com esta Convenção, as partes contratantes deverão ter em conta, se for o caso, as normas internacionais.*

ARTIGO XI

Comissão de Medidas Fitossanitárias

1. As partes contratantes comprometem-se a criar a Comissão de Medidas Fitossanitárias no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO.
2. As funções da Comissão serão as de promover a plena consecução dos objetivos da Convenção, e em particular:
 - a) examinar a situação da proteção fitossanitária no mundo e a necessidade de medidas para controlar a disseminação internacional de pragas e sua introdução em áreas em perigo;
 - b) estabelecer e manter sob revisão, os mecanismos e procedimentos Institucionais necessários para a elaboração e aprovação de normas internacionais e aprová-las;
 - c) estabelecer regras e procedimentos para a solução de controvérsias de conformidade com o disposto no Artigo XIII;
 - d) estabelecer os órgãos auxiliares da Comissão que possam ser necessários para a apropriada implementação de suas funções;
 - e) aprovar diretrizes relativas ao reconhecimento das organizações regionais de proteção fitossanitária;
 - f) estabelecer cooperação com outras organizações internacionais relevantes sobre assuntos compreendidos no âmbito da presente Convenção;
 - g) adotar as recomendações que sejam necessárias para a aplicação da Convenção; e
 - h) desempenhar outras funções que possam ser necessárias para o alcance dos objetivos desta Convenção.
3. Poderão pertencer à Comissão todas as partes contratantes.
4. Cada parte contratante poderá ser representada nas reuniões da Comissão por um só delegado, que pode estar acompanhado de um suplente e por

especialistas e assessores. Os suplentes, especialistas e assessores poderão tomar parte nos procedimentos da Comissão, mas não terão direito a votar, exceto no caso de um suplente devidamente autorizado para substituir ao delegado.

5. As partes contratantes farão todo o possível para alcançar um acordo sobre todos os assuntos por consenso. No caso em que se esgotem todos os esforços para alcançá-lo e não se haja chegado a um acordo, a decisão adotar-se-á, em última instância, pela maioria de dois terços das partes contratantes presentes e votantes.

6. Uma Organização Membro da FAO que seja parte contratante e os Estados Membros desta Organização que sejam partes contratantes exercerão os direitos e cumprirão suas obrigações que lhes correspondam como membros, em conformidade, *mutatis mutandis*, com as disposições da Constituição e o Regulamento Geral da FAO.

7. A Comissão poderá aprovar e emendar, caso necessário, seu próprio regulamento, que não deverá ser incompatível com a presente Convenção e com a Constituição da FAO.

8. O Presidente da Comissão convocará uma reunião ordinária anual da Comissão.

9. As reuniões extraordinárias da Comissão serão convocadas pelo seu Presidente por solicitação de pelo menos um terço dos seus membros.

10. A Comissão elegerá seu Presidente e não mais do que dois Vice-Presidentes, cada um dos quais ocupará o cargo por um período de dois anos.

ARTIGO XII

Secretaria

1. O Secretário da Comissão será nomeado pelo Diretor Geral da FAO.
2. O Secretário contará com a ajuda do pessoal de secretaria que seja necessário.
3. O Secretário se encarregará de implementar as políticas e atividades da Comissão e de desempenhar quaisquer outras funções que lhe sejam designadas na presente Convenção, mantendo a Comissão informada a esse respeito.
4. O Secretário divulgará:
 - a) normas internacionais, dentro de um prazo de 60 dias a partir de sua aprovação, a todas as partes contratantes;

4. As partes contratantes acordam que as recomendações do referido Comitê, embora não tenham caráter obrigatório, constituirão a base para que as partes contratantes interessadas examinem novamente as questões que geraram o desacordo.
5. As partes contratantes interessadas dividirão os gastos dos especialistas:
6. As disposições do presente Artigo serão complementares e não derrogarão os procedimentos de solução de controvérsias estipulados em outros acordos internacionais relativos a assuntos comerciais.

ARTIGO XIV

Substituição de acordos anteriores

Entre as partes contratantes, a presente Convenção põe fim e substitui a Convenção Internacional relativa às medidas que devem ser tomadas contra a *Phylloxera vastatrix*, subscrita em 3 de novembro de 1881, à Convenção adicional firmada em Berna a 15 de abril de 1889 e à Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária firmada em Roma em 16 de abril de 1929.

ARTIGO XV

Aplicação territorial

1. Qualquer parte contratante pode, no momento da ratificação, da adesão ou posteriormente, enviar ao Diretor Geral da FAO a declaração de que esta Convenção estender-se-á a todos ou a alguns dos territórios de cujas relações internacionais sejam responsáveis, e esta Convenção aplicar-se-á a todos os territórios especificados na referida declaração a partir do trigésimo dia de sua recepção pelo Diretor Geral.
2. Qualquer parte contratante que enviou ao Diretor Geral da FAO uma declaração de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo, poderá, em qualquer momento, remeter uma nova declaração que modifique a abrangência de qualquer declaração anterior ou que faça cessar a aplicação das disposições da presente Convenção a qualquer território. A citada modificação ou cancelamento surtirá efeito trinta dias após a data em que a declaração tenha sido recebida pelo Diretor Geral.
3. O Diretor Geral da FAO informará a todas as partes contratantes de qualquer declaração recebida relativa a este Artigo.

ARTIGO XVI

Acordos suplementares

1. As partes contratantes poderão, com a finalidade de resolver problemas especiais de proteção fitossanitária que necessitem particular atenção ou cuidado, celebrar acordos suplementares. Tais acordos poderão ser aplicáveis a regiões específicas, a determinadas pragas, a certas plantas e produtos vegetais, a determinados métodos de transporte internacional de plantas, produtos vegetais, ou que seja complementar de qualquer outra forma às disposições desta Convenção.
2. Qualquer acordo suplementar deste tipo entrará em vigor para cada parte contratante interessada, depois de ser aceito em conformidade aos acordos suplementares pertinentes.
3. Os acordos suplementares promoverão o alcance dos objetivos desta Convenção e se ajustarão aos seus princípios e disposições, assim como aos princípios de transparência, não discriminação e de evitar restrições implícitas, especialmente ao comércio internacional

ARTIGO XVII

Ratificação e adesão

1. Esta Convenção ficará aberta para assinatura de todos os Estados até 1º de maio de 1952 e deverá ser ratificada com a maior brevidade possível. Os instrumentos de ratificação serão depositados no Escritório do Diretor Geral da FAO, que comunicará a todos os Estados signatários a data em que se verificou tal depósito.
2. Imediatamente após ter entrado em vigor esta Convenção, conforme o disposto no Artigo XXII, ficará aberta para a adesão dos Estados não signatários e Organizações Membros da FAO. A adesão efetuar-se-á mediante a entrega do instrumento de adesão ao Diretor Geral da FAO, que comunicará o fato a todas as partes contratantes.
3. Quando uma Organização Membro da FAO torna-se parte contratante desta Convenção, ela deverá, de acordo com o disposto no parágrafo 7 do Artigo II da Constituição da FAO, segundo a qual ela se convencionou, notificar, no momento de sua adesão, as modificações e esclarecimentos a sua declaração de competências de acordo com o parágrafo 5 do Artigo II da Constituição da FAO, caso seja necessário, tendo em conta sua aceitação nesta Convenção. Qualquer parte contratante desta Convenção poderá, em qualquer momento, solicitar a uma Organização Membro da FAO que seja parte contratante nesta Convenção, que facilite informação sobre quem, entre a Organização Membro e seus Estados membros, é responsável pela aplicação de determinado assunto regulado por esta Convenção. A Organização Membro deverá fornecer esta informação dentro de um prazo razoável.

ARTIGO XVIII

Partes não contratantes

As partes contratantes encorajarão a qualquer Estado ou Organização Membro da FAO que não seja parte da presente Convenção a aceitá-la e encorajarão a qualquer parte não contratante a aplicar medidas fitossanitárias que estejam de acordo com esta Convenção e com toda norma internacional adotada em virtude da citada Convenção.

ARTIGO XIX

Idiomas

1. Serão textos autênticos da Convenção os redigidos nos idiomas oficiais da FAO.
2. Nenhuma das disposições da presente Convenção será interpretada como uma exigência às partes contratantes de proporcionar e publicar documentos ou proporcionar cópias deles em idiomas distintos daqueles da parte contratante, com as exceções das indicadas no parágrafo 3 do presente Artigo.
3. Os seguintes documentos serão redigidos ao menos em uma das línguas oficiais da FAO:
 - a) informação feita de acordo com o disposto no parágrafo 4 do Artigo IV;
 - b) notas contendo dados bibliográficos transmitidas de acordo com o disposto no parágrafo 2 b) do Artigo VII;
 - c) informação comunicada com vistas ao disposto nos parágrafos 2 b), d), i) e j) do Artigo VII;
 - d) notas com dados bibliográficos e um breve resumo sobre documentos de interesse relativos à informação proporcionada de acordo com o disposto no parágrafo 1 a) do Artigo VIII;
 - e) solicitações de informação aos pontos de contato, assim como às respectivas respostas, excluídos os documentos anexados;
 - f) todo documento colocado à disposição das partes contratantes para as reuniões da Comissão.

ARTIGO XX

Assistência técnica

As partes contratantes comprometem-se em fomentar a prestação de assistência técnica mútua, especialmente àquelas que sejam países em desenvolvimento, de maneira bilateral ou por meio das organizações internacionais apropriadas, com o objetivo de facilitar a aplicação da presente Convenção.

ARTIGO XXI

Emendas

1. Qualquer proposta que uma parte contratante faça para emendar esta Convenção deverá ser comunicada ao Diretor Geral da FAO.

2. *Qualquer proposta de emenda a esta Convenção recebida pelo Diretor Geral da FAO de uma parte contratante deverá ser apresentada durante um período ordinário ou extraordinário de sessões da Comissão para sua aprovação e, se a emenda implica mudanças técnicas de importância ou impõe obrigações adicionais às partes contratantes, deverá ser estudada por um comitê consultivo de especialistas convocado pela FAO antes da reunião da Comissão.*

3. O Diretor Geral da FAO notificará às partes contratantes *qualquer proposta de emenda à presente Convenção, que não seja ao seu Anexo, no máximo na data em que for enviado o programa do período de sessões da Comissão na qual será apreciada a referida emenda.*

4. Qualquer proposição de emendas a esta Convenção exigirá a aprovação da Comissão e entrará em vigor após 30 dias de sua aprovação por dois terços das partes contratantes. Todo instrumento depositado por uma Organização Membro da FAO, não será considerado adicional aos depositados pelos Estados Membros da referida organização.

5. Entretanto, as emendas que impliquem novas obrigações para as partes contratantes somente entrarão em vigor, para cada uma das referidas partes, depois que elas as aceitem e após transcorridos trinta dias dessa aceitação. Os instrumentos de aceitação das emendas que impliquem novas obrigações deverão ser depositados junto ao Diretor Geral da FAO que, por sua vez, deverá informar a todas as partes contratantes, do recebimento das aceitações e da entrada em vigor das emendas.

6. As propostas de emendas aos modelos de certificado fitossanitário que figuram no Anexo a esta Convenção, serão enviadas ao Secretário e examinadas pela Comissão para sua aprovação. As emendas ao Anexo a esta Convenção que a Comissão aprovar, entrarão em vigor noventa dias após a sua notificação pelo Secretário às partes contratantes.

7. Durante um período que não exceda doze meses, contados a partir do momento da entrada em vigor de uma emenda aos modelos de certificado fitossanitário constantes no Anexo a esta Convenção, as versões anteriores do certificado permanecerão legalmente válidas.

ARTIGO XXII**Vigência**

Tão logo esta Convenção tenha sido ratificada por três Estados signatários, entrará em vigor entre eles. Para cada Estado ou Organização Membro da FAO que a ratifique ou que a ela adira posteriormente, entrará em vigor a partir da data do depósito do seu instrumento de ratificação ou adesão.

ARTIGO XXIII**Denúncia**

1. Qualquer parte contratante poderá a qualquer momento denunciar esta Convenção mediante notificação dirigida ao Diretor Geral da FAO, que por sua vez informará imediatamente a todas as partes contratantes.
2. A denúncia surtirá efeito um ano após a data em que o Diretor Geral da FAO tiver recebido a notificação.

A N E X O**Modelo de certificado fitossanitário**

Nº _____

Organização de Proteção Fitossanitária _____
 A: Organização de Proteção Fitossanitária de _____

I. Descrição da Partida

Nome e endereço do exportador: _____
 Nome e endereço do destinatário: _____
 Número e descrição dos volumes: _____
 Marcas que os distinguem: _____
 Lugar de origem: _____
 Meios de transporte declarados: _____
 Ponto de ingresso declarado: _____
 Quantidade declarada e nome do produto: _____
 Nome científico das plantas: _____

Pelo presente certifica-se que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados aqui descritos, foram inspecionados e/ou testados, de acordo com os procedimentos oficiais adequados e considera-se que estão livres das pragas quarentenárias especificadas pela parte contratante importadora e que cumprem os requisitos fitossanitários vigentes da parte contratante importadora, incluídos os relativos às pragas não quarentenárias regulamentadas.

Considera-se que estão substancialmente livres de outras pragas (*)

II. Declaração Adicional

III. Tratamento de Desinfestação e Desinfecção

Data ____ Tratamento ____ Produto químico(ingrediente ativo) _____

Duração e Temperatura _____ Concentração _____

Informação adicional _____

Lugar da expedição _____

(Carimbo da Organização) Nome do servidor autorizado _____

Data _____

Assinatura

Esta Organização _____ (nome da organização de proteção fitossanitária), seus servidores e representantes declinam de toda a responsabilidade financeira resultante deste certificado. (*)

(*) Cláusula facultativa

Modelo de Certificado Fitossanitário para Reexportação

Nº _____

Organização de Proteção Fitossanitária de _____ (parte contratante de reexportação)

A: Organização de Proteção Fitossanitária de _____ (parte(s) contratante(s) de importação)

I. Descrição da Carga

Nome e endereço do exportador: _____
 Nome e endereço do destinatário _____
 Número e descrição dos volumes _____
 Marcas que os distinguem _____
 Lugar de origem _____
 Meios de transporte declarados _____
 Ponto de ingresso declarado _____
 Quantidade declarada e nome do produto _____
 Nome científico das plantas _____

Pelo presente certifica-se que as plantas, produtos vegetais ou outros artigos regulamentados descritos acima, foram importados de _____ (parte contratante de reexportação) desde _____ (parte contratante de origem) baseado no Certificado Fitossanitário N° _____ do qual o original * a cópia autenticada * está anexa ao presente certificado; que são embalados * reembalados * dentro das embalagens iniciais * dentro de novas embalagens * ; que segundo o certificado fitossanitário original * e a inspeção adicional * , são considerados em conformidade com as exigências fitossanitárias em vigor da parte contratante importadora, e que durante o armazenamento em _____ (parte contratante de reexportação) a partida não foi exposta ao risco de infestação ou infecção.

* : Pôr uma cruz na alternativa que corresponde.

II. Declaração Adicional**III. Tratamento de Desinfestação e Desinfecção**

Data _____ Tratamento _____ Produto químico (ingrediente ativo) _____

Duração e Temperatura _____ Concentração _____

Informação adicional _____

Lugar da expedição _____

(Carimbo da Organização) Nome do servidor autorizado _____

Data _____

Assinatura _____

Esta Organização _____ (nome da organização de proteção fitossanitária), seus servidores e representantes declinam de toda a responsabilidade financeira resultante deste certificado. (**)

(**) Cláusula facultativa

MENSAGEM Nº 1.792, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado,

Interino, das Relações Exteriores, o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), aprovado na 29ª Conferência da FAO, em novembro de 1997.

Brasília, 27 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 345

DPB/ARC-MRE - EAGR

Brasília, 27 de outubro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), aprovado na 29ª Conferência Internacional da FAO, em novembro de 1997. A presente versão em português do referido texto, devidamente aprovada pelo Ministério da Agricultura, substitui versão encaminhada pela Exposição de Motivos nº 92, de 5 de abril de 1999, na qual o Ministério da Agricultura havia identificado imprecisões de tradução.

2. A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais tem por objetivo a prevenção da introdução e disseminação nos países-membros de organismos nocivos aos vegetais e produtos vegetais, por intermédio da cooperação internacional e mediante a adoção de medidas legislativas, técnicas e administrativas. As Organizações Regionais de Proteção dos Vegetais (ORPV) que atuam sob a égide da mencionada Convenção são reconhecidas no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS/WTO) como referência para a adoção de disciplinas ligadas à sanidade vegetal em todo o mundo, ao lado do Escritório Internacional de Epizootias (OIE, na sigla em francês), em matéria de saúde animal, e da Comissão do Codex Alimentarius, no que se refere à inocuidade dos alimentos. A Convenção data originalmente de 1951, tendo, por força dos avanços científicos e do desenvolvimento da cooperação internacional, sido revista e atualizada pela FAO, em trabalho concluído em novembro de 1997.

3. Com vistas ao encaminhamento do presente texto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópia da nova versão em português da Convenção, aprovada pelo Ministério da Agricultura.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA
 Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 346, DE 2005

(Nº 1.394/04, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE FACILITAÇÃO PARA O INGRESSO E TRÂNSITO DE SEUS NACIONAIS EM SEUS TERRITÓRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que estimule e facilite o trânsito de pessoas, com fins de turismo ou de negócios, entre os territórios de ambos os países, podendo para isso seus nacionais viajar certificando sua identidade e nacionalidade com seu respectivo Documento Nacional de Identidade; e

Tomando em consideração a Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Peru, subscrita durante a visita de Estado realizada pelo Presidente da República Federativa do Brasil ao Peru entre os dias 24 e 25 de agosto de 2003,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O trânsito de nacionais de ambas as Partes, que viajem entre seus territórios com fins de turismo ou de negócios, reger-se-á pelas normas que se estipulam no presente Acordo.

ARTIGO 2

Os nacionais de cada uma das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.

1. Entretanto, deverão cumprir com as normas sanitárias internas de cada Estado.

2. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam desconhecer nem impedir o uso do passaporte como documento de viagem internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em trânsito para um terceiro país.

3. Os nacionais de cada uma das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades de turismo ou de negócios, por um período de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

ARTIGO 3

Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão

1. Para a República Federativa do Brasil:

- Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional.

Para a República do Peru:

- Documento Nacional de Identidade (DNI) vigente.

2. As Partes se comprometem a intercambiar espécimes dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação aos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias calendário, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

ARTIGO 4

O documento nacional de identificação com o qual se tenha realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades de cada uma das Partes para todos os efeitos migratórios, civis e administrativos.

ARTIGO 5

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, *excetuando-se o trânsito para terceiros países*, o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. Conforme o exposto, entende-se que as facilidades que se outorgam mediante o presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

ARTIGO 6

A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais de ambas as Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do Estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

ARTIGO 7

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer alguma atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

ARTIGO 8

As autoridades migratórias de ambas as Partes, no momento de realizar o controle migratório de ingresso, procederão a qualificar o status migratório com o qual o nacional da outra Parte ingressará, com o fito de admitir seu ingresso com fins de turismo ou de negócios.

ARTIGO 9

A bagagem que portem consigo as pessoas que transitem ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos que a constituam, sujeitar-se-á às disposições legais que regem em cada Parte.

ARTIGO 10

As autoridades competentes de cada Parte se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como devolver a seu país de origem aquelas pessoas que não cumpram os requisitos de lei, ou que estejam impedidos de sair do território nacional de cada Parte, conforme suas disposições legais vigentes.

ARTIGO 11

As autoridades competentes de ambas as Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos Estados.

ARTIGO 12

As autoridades competentes de ambas as Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a execução do presente Acordo, assim como para propor modificações que sejam requeridas para sua aplicação.

ARTIGO 13

Cada uma das Partes poderá suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

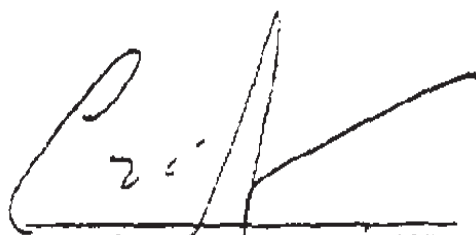
ARTIGO 14

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.

1. O presente Acordo vigorará por prazo indefinido e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo entre as Partes. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo anterior.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

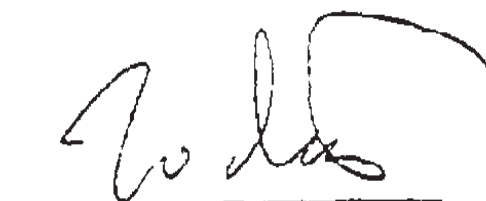
Feito na Cidade de Lima, aos 10 dias de fevereiro de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM

MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL



PELO GOVERNO DA REPUBLICA
DO PERU

MANUEL RODRIGUEZ CUADROS

MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO PERU

MENSAGEM N.º 301, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima em 10 de fevereiro de 2004.

Brasília, 9 de junho de 2004.

EM N.º 00112 DIM/DAI/DAM-IV/MRE CIVIS/BRAS-PERU

Brasília, 28 de abril de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, assinado em Lima, em 10 de fevereiro último.

2. A assinatura do Acordo em apreço reflete o estágio adiantado em que se desenvolve o relacionamento bilateral entre Brasil e Peru, preenchendo uma lacuna que se fazia perceber no que diz respeito à isenção de vistos para viagens com fins de turismo ou negócios. Ao mesmo tempo, atende às intenções expressas por Vossa Excelência e pelo Presidente da República do Peru na Declaração Conjunta assinada em Lima, em 24 de agosto passado.

3. Nesse entendimento, o presente Acordo vem facilitar a intensificação do fluxo turístico e das viagens de agentes de negócios com vistas à importação e exportação, abrindo a possibilidade de que os nacionais brasileiros e peruanos viajem entre os territórios de ambos os países portando documento nacional de identidade. O Acordo em pauta formaliza, portanto, as desejadas condições privilegiadas para o desenvolvimento dos processos de integração, em nível continental, para igualar o tratamento bilateral que o Brasil já possui com os países do Cone Sul, grupo ao qual, pelo Acordo em pauta, o Peru vem se juntar.

4. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação Legislativa, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias do Acordo

Respeitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 347, DE 2005
(Nº 1.559/05, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 9 de julho de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos á aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA SOBRE FACILITAÇÃO PARA O INGRESSO E TRÂNSITO DE SEUS NACIONAIS EM SEUS TERRITÓRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia;
(doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que estimule e facilite o trânsito de pessoas, com fins oficiais, de turismo ou de negócios, entre os territórios de ambos os países,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

O trânsito de nacionais das Partes, que viajem entre seus territórios com fins oficiais, de turismo ou de negócios, será regido pelas normas que se estipulam no presente Acordo.

ARTIGO II

1. Os nacionais das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.

2. Os nacionais não estão isentos de cumprir com as normas sanitárias internas das Panes.

3. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam desconhecer e impedir o uso do passaporte como documento de viagem internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em trânsito para um terceiro país.

4. Os nacionais das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades oficiais, de turismo ou negócios, por um período de até 90 (noventa) dias prorrogáveis por outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

ARTIGO III

1. Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão:

Para a República Federativa do Brasil:

– Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional; e

Para a República da Bolívia:

– Cédula de identidade (CI) vigente

2. As Partes se comprometem a intercambiar modelos dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação Elos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

ARTIGO IV

O documento nacional de identificação com o qual tenha se realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades das Partes para os efeitos migratórios, civis e administrativos.

ARTIGO V

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, excluindo-se o trânsito para terceiros países o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. As facilidades outorgadas no presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

ARTIGO VI

1. A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais das Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

2. As autoridades competentes das Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos estados.

ARTIGO VII

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer qualquer atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

ARTIGO VIII

As autoridades migratórias das Partes no momento de realizar o controle migratório de ingresso, indicarão o status migratório de turismo, de negócios ou oficial.

ARTIGO IX

A bagagem das pessoas que transitam ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos, estará sujeita a legislação interna das Partes.

ARTIGO X

As autoridades competentes das Partes se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como de repatriar aqueles que não cumpram os requisitos de

lei, ou que estejam impedidos de sair do território das Partes, conforme suas disposições legais vigentes.

ARTIGO XI

As autoridades competentes das Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a aplicação do presente Acordo, assim como para propor as alterações necessárias.

ARTIGO XII

As partes poderão suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO XIII

1. O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.

2. O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo ente as Partes.

3. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

Feito em Santa Cruz da Serra, aos oito dias de julho de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República, Federativa do Brasil, **Celso Amorim** – Ministro de Estado das Relações Exteriores – Pelo Governo da República, da Bolívia, **Juan Ignacio Siles**, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Culto.

MENSAGEM Nº 653, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84 inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Serra em 8 de julho de 2004.

Brasília, 4 de outubro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 276/MRP/PAIN/BRAS/POU

Brasília, 9 de setembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz de la Sierra, em 8 de julho de 2004.

2. A assinatura do Acordo em apreço reflete o estágio desenvolve o relacionamento bilateral entre Brasil e Bolívia, expandindo a isenção de vistos para viagens com finalidade oficial, de turismo ou de negócios.

3. Nesse entendimento, além do âmbito do intercâmbio de viagens oficiais, o presente Acordo vem facilitar a intensificação do fluxo turístico e das viagens de agentes de negócios com vistas à importação e exportação, abrindo a possibilidade de que os nacionais brasileiros e bolivianos viajem entre os territórios de ambos os países portando documento de identidade. O Acordo em pauta formaliza, portanto, as desejadas condições privilegiadas para o desenvolvimento dos processos de integração em nível regional, para igualar o tratamento bilateral que o Brasil já firmou com os países do Cone Sul e com o Peru, grupo ao qual, pelo Acordo em pauta, a Bolívia vem se juntar.

4. Com vistas ao encaminhamento do tema à apreciação legislativa, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias do Acordo em pauta.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 345 a 347, de 2005**, que acabam de ser lidos, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, te-

rão o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GL/PMDB Nº 255/2005

Brasília, 21 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Antonio Leite, em substituição ao Senador Gilberto Mestrinho, como membro suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN – para apurar denúncias de recebimento de vantagens patrimoniais indevidas por membros do Congresso Nacional.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, o Senador Jonas Pinheiro antes, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de fazer uma breve comunicação no momento em que V. Ex^a achar adequado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saber do Senador Mão Santa se S. Ex^a vai pedir a palavra para uma breve comunicação. Se for, S. Ex^a tem o direito, também, de ser o segundo. Sou o terceiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito que V. Ex^a me inscreva pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a está inscrito para falar pela Liderança do PFL.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Ex^a entender oportuno, já que estou enquadrado no art. 17. Eu gostaria de fazer uso da palavra para trazer a esta Casa a verdade.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a mesma providência, no momento em que V. Ex^a entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Com a palavra o nobre Líder Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cessão do Senador José Agripino Maia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não entrando no mérito do assunto, peço, mais uma vez, providências ao Ministro da Justiça e ao Dr. Paulo Lacerda em relação à prisão do ex-Ministro de Estado e Prefeito, há até bem pouco tempo, de João Pessoa, o Dr. Cícero Lucena.

O Brasil se transforma quando o Governo rouba no aparelho policial. Um aparelho policial que prende inocentes, invade empresas, invade escritórios de advocacia, atitudes que revoltam a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Ninguém patrocina ou quer privilégios para o ilícito. O ilícito tem que ser punido, Sr. Presidente, seja quem for o praticante. Mas o que quero saber é porque até hoje a Polícia Federal não diz de onde veio e para onde foi o dinheiro pego na cueca PT – US\$100 mil e R\$250 mil. Isso a Polícia Federal ainda não disse. Tinha a obrigação de dizer porque a Nação pede esclarecimentos sobre isso. A Nação pede esclarecimentos sobre a firma que recebeu cinco milhões da Telemar, do filho do Presidente da República. Aliás, são duas firmas.

Não é possível que o Presidente da República não saiba coisa alguma de seu Governo, em que se rouba impunemente todos os dias, como está provado na CPMI dos Correios, e também ficará provado na CPI dos Bingos. Talvez até aí o Presidente não saiba de seu Governo, mas deve saber, porque sua família não poderia enriquecer de um minuto para outro. Isso não poderia acontecer, e está acontecendo.

O Brasil está estarecido com os Delúbios, com os Valérios e com as empresas que participam da ilicitude. A Petrobras não pode ser examinada; os fundos, também não; da mesma forma, a Previ e a Petrus. Ainda hoje, o Presidente da Petrobras disse que a Petrus está devendo cinco bilhões. Enquanto isso, a própria Petrobras faz festas de Carnaval em vários Municípios brasileiros, e de São João em vários Municípios do Nordeste.

Pasmem, senhores! Há inclusive Parlamentares que são beneficiados com centenas de *outdoors*, dizendo o que fazem aqui. E não fazem nada, apenas defendem a ilicitude e o roubo.

O Ministério Público, tão ciente de suas funções, não pode se prestar a dar cobertura a coisas da Controladoria-Geral da República, que não controla os Correios, que não controla a Petrobras, que não controla a Infraero, que não controla o Dnit, que não controla nenhum órgão do Brasil.

Não queremos isso. Nós queremos, Sr. Presidente, um Governo sério. Ninguém tem nada pessoal contra os Presidentes da República. E o Presidente da República não devia ter nada contra o Brasil, que o elegeu de forma tão expressiva. A cada dia, Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha, surgem mais escândalos. A cada dia, o Brasil se entristece mais com o lamaçal que está por aí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Brasil todo está estarecido com o que assiste. V. Ex^a tem toda a razão. Há uma ação arbitrária. O ex-Prefeito Cícero Lucena foi Ministro de Estado, é uma pessoa com endereço sabido, Secretário de Estado da Paraíba. A obra em questão foi, inclusive, fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. Não entendo o porquê de tanta violência, a não ser que seja ação partidária, ação política, o que é lamentável. O Brasil inteiro, Senador, sabe o que aconteceu em Santo André. Nunca se viu uma ação policial a fim de

tentar ter acesso a documentos que estão por aí. Isso é desespero ou irresponsabilidade. Lamento que fatos dessa natureza estejam acontecendo. E o que vemos? Vemos líderes, pessoas importantes do Governo dizer, todo dia, que tais ações são obras do Governo, e elencam como conquista do Governo. Ora, a Polícia, que ouve o Governo para fazer, ouve também para parar. Com isso, descredenciam inclusive o próprio trabalho da Polícia Federal. É lamentável que fatos dessa natureza aconteçam. Nem na época discricionária, nem na época da revolução se viu no Brasil o que está ocorrendo agora. Levo também minha solidariedade pessoal a Cícero Lucena, não apenas pelo homem público que é, mas pelas ligações piauienses que tem. Lamento o que está acontecendo, e sou solidário a V. Ex^a no pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que há é o desejo de nos intimidar. Querem nos intimidar com o Estado policial, que nem no regime militar existia. Essa situação não pode perdurar. Meu querido amigo Márcio Thomaz Bastos, por quem tenho grande amizade, está se mostrando impotente junto à Polícia Federal. Mande o Ministro invadir a sede do PT para saber o que é que tem lá dentro. Mande o ministro saber para onde foi o dinheiro que caiu nas mãos do irmão do Presidente do PT.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira, Sr. Presidente. O Brasil inteiro já sabe o que está havendo. Não queremos o *impeachment* do Presidente da República porque não queremos fazer vítimas, mas 42% da população brasileira já pede o *impeachment*.

Senhor Presidente da República, mude os rumos de seu Governo. Entre no caminho certo. Puna o seu filho, que recebeu R\$5 milhões da Telemar; puna a Telemar por ter dado R\$5 milhões ao seu filho.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Polícia Federal até agora não desvendou isso. Seria mais fácil desvendar isso do que prender o Cícero Lucena, que hoje foi preso e humilhado no seu Estado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem e anteontem foram duas vergonhas nacionais, retratadas na imprensa de todo o Brasil, de ponta a ponta: os depoimentos do Sr. Silvío

Pereira e do Sr. Delúbio Soares. Ambos, pessoas das relações do PT, do Presidente da República, do alto petismo, que vieram para desdenhar do Congresso, desdenhar da opinião pública, brincar com a sociedade, brincar de cinismo, brincar de mentira. Vieram com um **habeas corpus** preventivo e nem por isso a Polícia Federal, nem antes nem depois, falou em prender nenhum deles.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, concedemos mais cinco minutos ou o quanto V. Ex^a achar suficiente pela importância do assunto e pela importância que V. Ex^a representa para a Nação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – A vergonha nacional hoje chama-se Delúbio Soares e Silvío Pereira, e não houve nenhuma admoestação a esses dois senhores. V. Ex^a está falando sobre um assunto que significa, na verdade, uma tese: é a desfaçatez do Governo. Chama-se desfaçatez do Governo. Este Governo está atingindo as raízes do inimaginável. Veja bem: quem é Cícero Lucena? Ex-Prefeito, ex-Ministro, ex-Governador, tem residência fixa, sabia que estava sendo investigado, procurou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mais honesto do que Valdir Pires.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ... procurou a Procuradoria-Geral da República e disse: “O que há contra mim?” É acusado de um crime que não existe porque as obras que dizem que não foram feitas estão feitas. E ele foi preso e está preso. Para quê? Para provocar uma comoção nacional para dizer “a Polícia é republicana; este é um Governo batuta”. Governo batuta seria se mandasse, sim, prender Delúbio, se mandasse prender Silvío Pereira, se mandasse investigar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Toda a gangue deles.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ... a sociedade da Gamecorp, R\$5 milhões da Telemar para o Sr. Fábio, Fábio Lulinha. Está tudo por aí; está tudo como era. A última pérola: dinheiro sacado na conta da SMP&B pela sócia de Duda. Quem é Duda Mendonça, Senador Antonio Carlos Magalhães? É o marqueteiro do Presidente da República. Será que ele não sabe que houve esse saque? Mas resolvem prender o Sr. Cícero Lucena porque para eles o marginal é Cícero Lucena, que fez obra **sub judice**. Então, tenha paciência. Conversei com o Governador Cássio Cunha Lima,

prestei a ele minha solidariedade, se eu puder, darei um abraço pessoal nele e no Secretário dele, Cícero Lucena, que, na minha opinião, é um homem público como muitos, que tem grandes serviços prestados à Paraíba e ao País e que merece, sim, o nosso respeito e o nosso desagravo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador José Agripino, muito obrigado a V. Ex^a, que lidera com tanto brilho o nosso Partido.

A nossa posição é esta, Sr. Presidente: queremos que a dignidade impere neste País, e não a roubalheira. Nós queremos que o Presidente da República mude o seu caminho, não enverede cada vez mais pela corrupção e não prestigie os corruptos, Delúbio, Marcos Valério, Silvio Pereira e tantos outros.

Como eu disse ainda há pouco, quando uma pessoa dá R\$400 mil para Osasco, avaliem o que não daria para o Governo do Presidente da República! Quanto o Marcos Valério não tirou? E a própria Petrobras, quanto não se serviu desse seu empreiteiro?

Hoje os empreiteiros não são mais aqueles de estrada; são os da Petrobras, os da Infraero, os que vivem atrás dos recursos do IRB, os que roubam dos Correios, enfim, os que roubam em todos os lugares do Brasil.

Este Governo, Sr. Presidente, a cada dia vai cair aos olhos da Nação, que estão bem abertos para as ações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não quer se corrigir, somente quer viajar para justamente não ser pego toda hora no Brasil pelos seus amigos que são os verdadeiros denunciadores.

Ainda ontem, dizia com propriedade o Senador Heráclito Fortes que nós não precisávamos sequer estar procurando saber o que acontece neste País, porque a Oposição se encarrega de mostrar as falcatruas, as roubalheiras, o clima amoral, porque vive na lama o Governo do Presidente da República.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Presidência que estou exercendo quer se solidarizar com V. Ex^a pelas palavras manifestadas em relação a um homem público, Cícero Lucena. A bem da verdade – e Deus permitiu que neste instante eu presidisse esta sessão –, quando eu governava o Piauí, disso é testemunha o

Senador Heráclito Fortes, houve uma grande enchente e Cícero Lucena, de pronto, de chofre, ajudou muito nosso Estado. Naquela ocasião, simbolizando a gratidão do povo piauiense ao Ministro, nós o condecoramos com a Grã-Cruz Renascença, mostrando nosso apreço ao ex-Ministro Cícero Lucena, ex-Governador da Paraíba e ex-Prefeito.

Concedemos a palavra pela Liderança do PSDB ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo certa marcha da insensatez neste País. Ontem o Presidente, numa solenidade, dizia que era preferível fazer besteira a dizê-la, e o Senador Antonio Carlos Magalhães e eu observamos que Sua Excelência está sendo muito pródigo em fazer as duas coisas: em fazer besteira e em dizer besteira.

Hoje vejo duas notícias graves. O **Financial Times** diz que a crise pode custar o escalpo de Lula. Trata-se de um dos jornais mais importantes como referência para investidores do mundo inteiro. Imaginem como muito grave é a crise por que passa o País. E o jornalista Reale Júnior, correspondente de **O Estado de S. Paulo**, em Paris, diz que o Presidente criticou de maneira pueril a Justiça brasileira em Paris, deixando a opinião pública francesa perplexa. O Presidente disse que no Brasil há muita burocracia, não se resolve nada. Continua falando, continua no despautério, continua falando pelos cotovelos, continua sem consequência, sem responsabilidades.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, ao mesmo tempo, há uma ação desesperada que, a meu ver, culminou hoje com a prisão do ex-Ministro, do ex-Governador, ex-Prefeito de João Pessoa, Presidente da Executiva Estadual do meu Partido, na Paraíba, e membro da Executiva Nacional do PSDB, Dr. Cícero Lucena.

Eu soube da notícia de manhã, fiquei chocado e tomei a iniciativa de telefonar para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, Senador Antonio Carlos. Disse ao Ministro: “Ministro, eu falo como alguém que o respeita. V. Ex^a tem a convicção de que o Cícero merecia esse tratamento?” Ele ficou de me mandar os documentos, e eu os estou esperando. Mas eu disse: “Ministro, a prisão punitiva” – e ele sabe disso muito melhor do que eu – “é aquela que vem depois da condenação. As outras, a temporária, a preventiva, são cautelares. Alguém suspeito de estupro deve ser preso para supostamente não estuprar mais, até que se forme o juízo sobre ele.

O administrador temerário ou desonesto deveria ser preso para ser impedido de continuar fazendo temeridades no manuseio da coisa pública. Mas o cidadão preso, Dr. Cícero Lucena, é ex-Prefeito e não Prefeito. Então, eu perguntei ao Ministro: “Ministro, o senhor acha que o Dr. Cícero Lucena vai comprar uma passagem de ida e fugir do Brasil fantasiado de Marcos Valério? Não vai. Será que ele não é figura de domicílio e residência certos e sabidos em João Pessoa, no Estado da Paraíba? Claro que sim.” E, aí, eu pergunto à Nação: será que alguém compreende que esse processo tenha resultado na prisão tão violenta e tão espetaculosa do ex-Prefeito Cícero Lucena quando os mudos do PT entram e saem das CPIs sem dizer nada e não são presos? Quando o Marcos Valério está solto? Será que não estamos presenciando o arbítrio crescer neste País, com a tentativa desesperada de um Governo que não quer se explicar perante a Nação – até porque silencia nas CPIs – com a tentativa de colocar todos no mesmo saco, criando um novo princípio geral do Direito, aliás, um Direito que seria antijurídico, ou seja, em vez de todos iguais perante a lei, passariam a ser considerados todos iguais perante a lama? Se for esse o caminho, o Brasil passará por momentos de inquietação. Se for essa a rota do Governo, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Brasil passará por momentos de enorme agitação porque o mais simples seria o Presidente se explicar perante a Nação. O mais simples seria o Presidente limpar o seu Governo, limpar o seu Partido, provar claramente que não há vinculação sua com todos esses malfeitos. Nós estamos vendo o contrário.

Sr. Presidente, como Líder do PSDB, peço oficialmente a inserção nos Anais do Senado de nota em que a Executiva Nacional do Partido condena a ação arbitrária praticada contra o ex-Prefeito Cícero Lucena. E fica denunciada aqui a forma facciosa com que se houve a Controladoria-Geral da União. Novamente advertimos aqui o Ministro Márcio Thomas Bastos, que tem um nome a zelar, para o fato de que a saída para este Governo não está em ficar criando culpas fictícias para quem quer que seja. A saída para este Governo está em explicar convenientemente à Nação as denúncias de corrupção que sofre. Essa é a única saída capaz de aplacar a indignação da Nação brasileira. Da mesma maneira, Sr. Presidente, se cortina de fumaça surge aqui e acolá nesta política do Governo de todos iguais não perante a lei, mas todos iguais perante a lama, faço aqui um pedido muito forte, muito expressivo da Bancada do PSDB ao Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito dos Correios. Entendo, Senador José Agripino, que não é mais possível termos um terceiro mudo na CPI;. Não é mais possível! É fundamental que – aliás, de acordo com sugestão da brilhante jornalista Dora Kramer – é fundamental que o Presidente da CPI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, use o seu direito de contestar esses pedidos de **habeas corpus** dos mudos do PT; que ele não concorde mais com essa pantomima – porque está virando uma pantomima, sim, uma CPI em que figuras que se assumem culpadas e abrem mão da respeitabilidade moral pura e simplesmente buscando aproveitar brechas de leis para se manter soltas, para não ser presas. Quem não se defende eticamente, quem não se defende politicamente, quem não se defende vigorosamente, quem se escuda em artifícios jurídicos apenas para não ir para a cadeia, assume a sua culpa, não quer ser respeitado por vizinhos, por parentes, por amigos, não quer ser respeitado por ninguém, apenas porque seu objetivo passa a ser não ir para a cadeia. E homem público que se preza...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, regimentalmente o tempo acabou, mas V. Ex^a terá o tempo necessário para usar da palavra que engrandece a democracia.

Aprendi de Nabuco que a impaciência é uma das faces da estupidez; e nós não queremos ser impacientes com uma pessoa tão vibrante, que nos relembra seu pai combatendo o AI-2 nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Arthur Virgílio, repito o que disse num aparte que fiz ao Senador Antonio Carlos Magalhães. É estarrecedor o que estamos vendo. Não se admitem atitudes dessa maneira, violência cometida contra um homem público de vida reta, correta, que é o ex-prefeito Cícero Lucena. Nós estamos diante de um paradoxo. Há dez dias, uma senhora denuncia ajuda financeira para um partido político de maneira ilegal vinda de um País com o qual o Brasil não mantém relações diplomáticas, no caso, Taiwan, e que o Partido dos Trabalhadores recebeu essa ajuda, dá o valor, diz como foi, e não vi nenhuma pressa em se apurar isso. Esse sim é um fato da maior gravidade. Que história é essa de dois pesos e duas medidas? O mais grave é que as contas a que se refere a ação da Polícia

Federal foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Há conflito entre o Tribunal e a CGU. Esse fato precisa ficar bem esclarecido. De qualquer maneira, Senador Arthur Virgílio, estamos vivendo uma época de terror absoluto. Isso é uma tentativa de intimidação, e tenho a impressão de que não surtirá efeito, mas, infelizmente, o País está vivendo disso. Parabênizo V. Ex.^a pela atitude de defender não só um companheiro, mas um cidadão brasileiro que passa por esse vexame. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu concluo dizendo que para mim está em jogo a questão do princípio do enfrentamento ao árbitro. Quem silencia perante o árbitro...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – (PSDB – AM) – Quem silencia, quem cede ao árbitro, amanhã pode ser vítima dele. Eu aprendi que não se pode conceder nada à figura do árbitro. Não se pode abrir um milímetro de espaço para atitudes ditatoriais.

Este Governo tem a obrigação de se explicar quanto às denúncias de corrupção, inúmeras, que chovem sobre as cabeças de praticamente todos os grandes dignitários da atual Administração petista. Isso, sim! O mais é insinuar que, mais do que a tática diversionista da difamação, agora é a tática do terror, que, por outro lado, fracassa nela mesma porque, se eventualmente prejudica alguém num Estado ou no outro, não obtém espaço na imprensa nacional, que está procurando saber por que Delúbio está solto, por que Sílvio Pereira está solto, por que Valério está solto. Ela quer saber por que há agilidade, como diz o Senador Heráclito Fortes, muito grande num caso e não há agilidade no outro para se chegar a objetivos exigidos pela consciência saneadora da nação. Essa é a verdade!

Pobre Presidente Lula, que fala mal da Justiça brasileira no exterior, que diz que é melhor falar besteira do que fazer! Ele, que fala e faz besteira o dia inteiro, todo o tempo! O seu Governo, hoje, até pela corrupção que o cerca, na verdade representa um emaranhado de besteira. Sua Excelência é pródigo em fazer e em falar besteira. É o que percebemos, de maneira gritante, o tempo todo, com constrangimento!

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Eu gostaria de dizer a V. Ex.^a – aliás, V. Ex.^a o sabe – que sou adversário do ex-prefeito Cícero Lucena, mas, por formação democrática, sou contra qualquer tipo de excesso. Não conheço ainda o processo em nome do qual se fez a prisão do Sr. Cícero Lucena, não sei sequer se realmente havia ordem judicial para tanto. Reservo-me o direito de conhecer melhor o processo para poder dar uma opinião mais abalizada, mas posso me antecipar a isso dizendo que, se houve qualquer deslize judicial, se a Polícia agiu por ação administrativa, ou por ação própria, por determinação administrativa ou vontade própria, de forma arbitrária, eu virei para cá para condenar o gesto dos agentes que, em nome da lei, fizeram a prisão do Prefeito Cícero Lucena. Mas apenas ponderaria a V. Ex.^a que não concordo também que isso seja um processo de represália ao Prefeito da Capital por suas posições políticas, até porque tenho conhecimento de que há uma relação cordial entre o PSDB da Paraíba, do qual o Sr. Cícero Lucena é o Presidente, e o Governo da República. V. Ex.^a mesmo, aqui, num discurso cheio de indignação, condenou a atitude do Líder maior do PSDB da Paraíba, exigindo que ele se definisse, tamanha era a sua intimidade com a administração e com a ação política do Governo central. Por isso ousei dizer a V. Ex.^a que a impressão que tenho é que nessa prisão não houve o dedo do Governo Federal. Se houver, da mesma forma que eu condenarei excesso judiciário ou administrativo, eu virei à tribuna para também condenar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Maranhão. Aliás, V. Ex.^a, eu e o Senador Heráclito Fortes, entre tantos outros, estivemos juntos em momentos duros de condenação ao árbitro quando ele se representava pelo regime militar. Portanto, de V. Ex.^a eu não esperava outra atitude.

Eu apenas pegaria a expressão de V. Ex.^a para dizer que, sendo tão cordial como é a relação entre o Governador da Paraíba e o Presidente da República, isso pode denotar também a que ponto chega o desespero deste Governo, que passa a não respeitar nem sequer os seus amigos, nem sequer seus aliados conjunturais, nem sequer as pessoas com que tem boa relação. Passa a não respeitar porque quer se salvar. O Governo quer se salvar não pela explicação cabal dos fatos. Quer se salvar procurando mostrar que, se é verdade que teria perdido a correção moral, então todos os maus setores da política brasileira são também eles indignos do respeito da população brasileira. Ou seja, ninguém prestando, fica quem está no Poder.

Ninguém prestando, as coisas continuam como estão. Temos que separar o joio do trigo.

E a resposta que a Nação quer ouvir, muito simplesmente, muito claramente, é: por que Valério, por que Delúbio, por que Silvio Pereira estão soltos diante de um Governo que se vangloria e propagandeia tantas ações que supõe moralizadoras e que, em alguns casos, resvalam, claramente, para a falta de respeito à Constituição brasileira, para a falta de respeito à pessoa?

Eu não via por que se teria de prender. E o Sr. Cícero Lucena não foi algemado porque tinha saído cedo de casa. Quando soube que estavam à sua procura, dirigiu-se à Polícia Federal. Mas a ação espetacular era para algemá-lo, era para dar aquela cena de algemas no ato da prisão, para tentar fazer alguma notícia concorrer com o Jornal Nacional, com o jornal do Boris Casoy, alguma notícia para concorrer com o escândalo que está varrendo de indignação a sociedade brasileira contra este Governo decepcionante, píffio, tolo e, ao mesmo tempo, extremamente possuído do viés da corrupção, que é o Governo do Presidente Lula da Silva.

Senador José Agripino,

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, não tenho nenhuma dúvida de que o objetivo do Governo ou o objetivo dessa prisão é gerar uma imagem capaz de tentar fazer sombra às imagens que estão desgastando este Governo, como as imagens da farsa de Sílvio Pereira, de Delúbio, a farsa dos que estão vindo aqui para não dizer nada, para desdenhar do Congresso brasileiro. Agora, estão esquecendo de uma coisa: estão brincando com pessoas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A República da mudez moral.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Isso. Estão brincando com pessoas que vão contar, na hora em que tiverem a oportunidade, o que aconteceu. São pessoas que dizem “eu fui preso porque fui acusado de ter usado licitação da Administração anterior, fato que era permitido pela lei, para executar obras que fiz durante a minha Administração. Disseram que as obras não estavam feitas, e as obras estão aí feitas para quem quiser ver. Então, essa é uma primeira constatação. A minha acusação é de que usei concorrência de Administração anterior para executar obra da minha Administração. Isso era proibido ou era permitido? Era permitido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A legislação da época permitia.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – A obra está feita ou não está feita? A obra está feita. O Tribunal de Contas da União aprovou ou não as contas? Aprovou as contas, sim, senhor. Sabendo da interpelação da Polícia Federal, procurou o órgão próprio ou não para dar as explicações se fosse o caso? Procurou. De repente, não mais que de repente, numa brincadeira, ele é preso. Por quê? Porque ele é ex-Ministro, é ex-Prefeito, é Secretário de Estado, é do PSDB, e eles precisam de instrumentos diversionista, achincalhando com a honra de um cidadão chamado Cícero Lucena. O objetivo é só esse. Só que há maré enchente e maré vazante; só que há ponto e contraponto. Os argumentos vão ser colocados, e esse pessoal vai ser desmoralizado. Agora, o que não vai ser desmoralizado, Senador Arthur Virgílio, é o que está sendo constatado lá naquela sala, lá embaixo, na CPI, onde os papéis da Coaf estão sendo abertos. Ali é onde se está fazendo a triste ilação de um Partido político que se apoderou do Governo, a começar por botar a estrelinha do Partido nos jardins do Alvorada, usar as lanchas e os aviões para transportar os amigos do filho... Isso tudo é o que vai ficar aparecendo claramente, fazendo a ilação do assalto. Estou lamentavelmente convencido de que o País estava sendo assaltado porque, para onde nós mexemos, há denúncia: é Banco do Brasil, Banco Rural, BMG.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É gangrena.

O Sr. José Agripino (PLF – RN) – É gangrena! É um processo sanguinolento, é uma hemorragia incontrolável. Ainda bem que existe um Congresso com pessoas que possuem autoridade moral para fazer a investigação, com a audiência dos meios de comunicação, a ponto de ser ouvida e aplaudida pela opinião pública. A minha solidariedade renovada ao PSDB de V. Ex^a. Amanhã poderei estar aí e V. Ex^a aqui, porque, repito, nós dois somos alvos permanentes dessa gente. Nós dois, eu e V. Ex^a, o seu Partido e o meu Partido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro dizendo de maneira muito simples e muito sentida: pobre Presidente Lula. Deus, quando quer perder alguém, primeiro lhe tira o bom senso.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRESS RELEASE

A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal, iniciou na manhã de hoje, 21 de julho, a Operação Confraria. A ação da PF visa desarticular uma Organização Criminosa que atuava na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. A CGU identificou desvios de pelo menos R\$ 13 milhões em licitações de obras públicas.

A investigação teve início em março deste ano e constatou que desde 1999 o grupo fraudava processos licitatórios da Prefeitura de João Pessoa em obras que recebiam repasses de verbas do orçamento da União. Além de superfaturadas, as obras eram pagas mesmo que não realizadas. No período entre 1999 e 2001 empresas foram favorecidas por licitações "esquentadas" realizadas no ano de 1991, ou seja, empresas vencedoras de licitações em 1991, quase dez anos depois realizavam novas obras com base na mesma concorrência.

Entre as principais fraudes estão a Orla de Cabo Branco - prejuízo de R\$ 597 mil e o esgotamento sanitário e a drenagem de águas pluviais do Bairro do Bessa - prejuízo de R\$ 5 milhões. Dos 10 contratos analisados, todos apresentaram irregularidades.

Participam da Operação Confraria 150 Policiais Federais do RN, CE, PE, PB e AL. Os 27 mandados de busca e apreensão e os mandados de prisão foram expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

•Com o apoio da Corregedoria Geral da União e do Ministério Público, a Polícia Federal obteve mandado de prisão em face do ex-ministro, ex-governador, ex-prefeito de João Pessoa, Cícero de Lucena Filho, presidente da executiva estadual da Paraíba e membro da executiva nacional do PSDB sob a acusação de irregularidades em licitações públicas. Cícero, tomando conhecimento dos rumores sobre sua iminente constrição, se apresentou à Polícia Federal.

- Diante do inusitado da ação policial, a Direção Nacional do PSDB se permite dividir com os brasileiros as seguintes informações e reflexões:

1- A acusação principal é de que o ex-prefeito utilizou licitações de gestões anteriores para executar obras em sua Administração. A legislação da época das licitações permitia esse procedimento. O próprio Tribunal de Contas da União constatou que as obras estão integralmente executadas e que não houve superfaturamento nem prejuízo ao Erário Público.

2- O próprio ex-Prefeito procurou, espontaneamente, o Procurador-Geral da República, em Brasília, e o Procurador da República na Paraíba, pondo-se à disposição do Ministério Público Federal para quaisquer esclarecimentos.

3- O ex-prefeito sequer foi ouvido na esfera penal antes da medida extrema, sendo-lhe negado qualquer direito de defesa.

O PSDB entende necessária a mais cabal apuração de quaisquer denúncias ou suspeitas de corrupção e desvios de conduta administrativa e política, mas não pode silenciar diante do absurdo jurídico e da espetaculosidade de ações que são antes cortina de fumaça para encobrir os reais problemas éticos que o Brasil já conhece.

- É estranho que a CGU avalie ações policiais sem sequer haver concluído o julgamento de processo correspondente. É absurdo que o Governo avalie procedimentos fascistas de fuzilamento moral de pessoas e lideranças políticas para fazer crer que todos são iguais perante a lei. Essa é uma prisão de motivação claramente política e vamos denunciá-la e combatê-la pelos mesmos princípios e com a mesma indignação com que ontem defendemos os prisioneiros políticos da ditadura. O PSDB gritará sempre contra o arbítrio e jamais admitirá que o Brasil volte ao fascismo da ditadura, qualquer que seja seu novo rótulo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência vai proceder da seguinte maneira: considerando que a sessão é não deliberativa, temos oradores inscritos e outros que se inscreveram para comunicações inadiáveis e como Líderes. Então, vamos alternar.

Seguindo a lista de oradores previamente inscritos...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pedi a palavra para falar do mesmo assunto. Solicito que me seja concedida a oportunidade de falar em nome da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido, mas está pacientemente esperando, desde o início da sessão, o primeiro orador inscrito que é do Estado de V. Ex^a, o Senador José Maranhão, do PMDB. Concederei a palavra ao Senador José Maranhão. Logo em seguida, V. Ex^a fará uso da palavra, pois a Paraíba e o País ansiosamente aguardam. V. Ex^a terá, de acordo com o Regimento, dez minutos mais cinco. V. Ex^a sabe que a admiração pelo Senador é enorme e eu não terei a ousadia de cortar a palavra que o País quer ouvir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Obrigado a V. Ex^a pela generosidade de seu conceito, mas creio que não precisarei de tanto tempo.

Sr. Presidente, estou aqui para, na condição de representante da Paraíba, registrar um fato da maior importância, ocorrido ontem no Ministério da Educação, em virtude de uma audiência solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande, para apresentar, com o apoio e a solidariedade de toda a Bancada de Parlamentares paraibanos – desta Casa, estávamos presentes eu, o Senador Efraim Morais e o Senador Ney Suassuna, portanto, a unanimidade da Bancada – o Plano de Expansão...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, quero informar que há um orador na tribuna, o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Para

apresentar, como dizia, o Plano de Expansão da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. Eu até diria, com mais propriedade, o plano de interiorização do ensino de terceiro grau no Estado da Paraíba, um dos princípios que defendo desde muito tempo, desde a época que fui Deputado Federal, porque entendo que o Brasil não pode continuar com a sua universidade insulada, isolada nos grandes centros do País. A universidade tem que ir até o estudante, porque todos sabemos – e isso está provado estatisticamente – que

apenas 25% da juventude brasileira que conclui o segundo grau acessam a universidade brasileira.

Uma das causas desse baixo índice de acesso à universidade é, sem dúvida alguma, a questão econômica. Nem sempre os filhos dos trabalhadores, os filhos dos operários e até mesmo a classe média, que, no interior do Nordeste, cada vez mais se empobrece, têm condições de cursar uma universidade na capital do Estado, pagando pensão e outras despesas de estadia. Portanto, sempre me pareceu absolutamente correto e democrático que a universidade se desencastelasse das capitais dos Estados ou das grandes cidades brasileiras e adentrasse no interior para abrir os seus **campus**. Pois é isso que está fazendo agora o Reitor Thompson Mariz, titular da Universidade Federal de Campina Grande.

Naquela audiência, ficou provado também que as boas causas podem unir todos os paraibanos, porque estávamos ali os integrantes de todas as Bancadas, suprapartidariamente apoiando a iniciativa do reitor.

Eu gostaria de pinçar aqui, do relatório e da exposição que foi feita pelo reitor, alguns dados estatísticos que me parecem absolutamente oportunos neste momento. No Brasil, desde a liberalização do ensino de terceiro grau, constata-se o seguinte quadro: 70,8% das universidades pertencem à iniciativa privada, apenas 29,2% pertencem ao Governo Federal ou estadual, são universidades públicas. Essa é uma questão de fundo.

Para os países emergentes ou do Terceiro Mundo, como o Brasil, em que o padrão econômico das pessoas é bastante baixo, dificilmente o modelo que existe nos Estados Unidos poderia dar o mesmo sucesso aqui no Brasil. Até porque existe outro conceito aí, em voga nos círculos acadêmicos, muito equivocado, o de se dizer que o modelo correto de universidade é a universidade privada, é a iniciativa privada no ensino superior, citando-se, como exemplo, a universidade americana.

O processo de criação e manutenção da universidade americana é muito diferente do brasileiro. A universidade americana privada, na realidade, é mantida fundamentalmente pelo Governo americano, por intermédio de uma política de renúncia fiscal que permite às grandes empresas que investirem na educação, na pesquisa científica e tecnológica, deduzir do Imposto de Renda muitas vezes até a parcela de 30% do imposto devido.

Se o Governo brasileiro, à semelhança do Governo americano, estivesse procedendo da mesma maneira, eu daria razão àqueles que defendem a precedência do ensino privado em oposição ao ensino público no Brasil.

Outra realidade que vem em abono ao conceito da interiorização da universidade: as universidades brasileiras se concentram na razão de 66% nas capitais. Apenas 34% estão localizadas nas cidades do interior. Se compararmos esses dados com o percentual bastante baixo dos estudantes do interior que acessam a universidade, encontramos mais um motivo e razão para se ir ao encontro à reivindicação da Universidade Federal de Campina Grande.

Aqui nós temos outra estatística, na Exposição do Reitor, de muito interesse, sobretudo para o Nordeste brasileiro. A Paraíba, por exemplo, tem apenas 4,98% de seus jovens matriculados nas escolas de nível superior; o Distrito Federal tem 13%; o Rio Grande do Sul, 11%; Santa Catarina, 10%; Rio de Janeiro, 10%.

De novo, acho que é um dado social e econômico, sobretudo, de grande valia para que se processe, até como uma prioridade nacional, a interiorização da universidade.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Maranhão, quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento, que faz um exame de Raios X do ensino superior. Até aí o Brasil é desigual. As universidades federais, só muito recentemente, avançaram para o Norte, para o Centro-Oeste. Quando se fala em interiorização, como V. Ex^a frisou, aí nem se fala. E, se formos partir para os cursos de pós-graduação, para os cursos de mestrado e doutorado...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Licenciatura...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ... V. Ex^a vai ver que está tudo concentrado basicamente no Sul e no Sudeste. Então, o País tem que ser repensado, principalmente a partir desse caminho da educação superior. Obviamente, o prioritário é o ensino fundamental. E não estamos querendo aqui defender uma pátria de doutores, mas pensar num País que possa avançar sem doutores, sem especialistas, sem pessoas que realmente possam pesquisar, inovar, ter tecnologia, não vamos ser nunca o País que queremos, ou seja, um País que possa competir neste mundo globalizado. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que esse é um tema que precisa ser mais debatido, mais olhado, porque V. Ex^a cita números que tenho certeza que até a maioria dos doutores que estão lá no Sul e Sudeste desconhecem.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ainda corroborando com o que V. Ex^a diz, eu tenho os dados frios da estatística da universidade no Brasil. Esses cursos estão concentrados, por região, na Região Centro Sul do País (68.7%), na Região Nordeste (16% apenas),

na Região Norte e Centro-Oeste (14%). Isso comprova inteiramente o que V. Ex^a está falando.

Acho que de um modo geral a política de ensino no Brasil vem errada e continua errada. Há, no entanto, um alento. O atual Ministro da Educação tem enfatizado sua determinação de aumentar o número de vagas nas universidades e de aumentar o número de universidades também.

Todos os países do mundo que estão bem situados nessa competição globalizada, como por exemplo, os Tigres Asiáticos, investiram maciçamente em todos os níveis da Educação, desde o ensino fundamental até o ensino de terceiro grau, pós-graduação, formação de doutores etc. E a grande competição no mercado internacional não é hoje em dia em torno dos recursos materiais. Os recursos materiais são importantes, o capital é importante, mas muito mais importante do que o capital é o domínio da ciência, do saber, do conhecimento. Não fosse isso, o Brasil estaria muito bem situado no mercado internacional. Mas nós estamos competindo apenas com aquele pequeno nicho dos produtos primários. Hoje, o produto da bola da vez é a soja. O Brasil se vangloria de ter safras excepcionais, mas nós sabemos que aí também está um grande risco que a economia brasileira sofre. Basta examinar a história recente da economia nacional para verificar que todos os produtos primários já tiveram seu auge e sua decadência. Alguns nunca mais se levantaram. Eu vou citar, aqui, só o exemplo do cacau, do café, da cana-de-açúcar, do sisal na Paraíba e do algodão no Nordeste, que está se recuperando no Centro-Sul – no Nordeste, dificilmente se recuperará. Isso porque nunca o Governo brasileiro tratou de agregar valor a essa produção.

Ainda há poucos minutos, eu conversava aqui com um grande representante do setor produtivo da agricultura. E eu lamentava que o Governo ainda não tinha tomado essa política de incentivar a industrialização da soja, para que ela não ficasse na dependência da cotação do dólar – que é variável – ou na vontade dos países consumidores do mundo. Eu tenho alguma experiência com produtos exportáveis, porque, durante muito tempo, fui exportador na minha juventude na Paraíba, participando da empresa que meu pai fundara. A política dos países do primeiro Mundo é tão leonina em relação aos países periféricos que todas as vezes que a política cambial brasileira tinha um considerável aumento de dólar, no dia seguinte os produtos nacionais eram reajustados para baixo. Dessa forma, a cotação mais alta do dólar pouco ou nada beneficiava os exportadores nacionais, porque eles, como detentores absolutos dos mercados de compra, reajustavam o pre-

ço dos produtos e terminavam sendo os verdadeiros beneficiários da política monetária do País.

Isso aconteceu quando o Brasil, depois de 20 anos de política monetária rígida, com taxa de dólar naquela época de dezoito e trinta e dois – era essa a taxa de conversão para a moeda da época – de repente, o então Presidente Jânio Quadros, numa das suas famosas vassouradas, baixou a Instrução nº 204. Em três meses, o dólar, que valia 19 cruzeiros e 24 centavos, pulou para 500 a expressão monetária da época. Nem por isso os produtos primários brasileiros foram efetivamente beneficiados.

Então, o Brasil precisa fazer um esforço como se fosse um esforço de guerra, investindo de forma prioritária e maciça na Educação de todos os níveis. O Brasil tem um sistema educacional absolutamente equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fique tranqüilo, porque nós vamos começar o primeiro investimento pela universidade. Em tempo, V. Ex^a pode utilizar o tempo que quiser nesse palpitante e importante assunto da educação em nosso País.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Como eu ia dizendo, o sistema de ensino brasileiro é inteiramente equivocado. O jovem que conclui o segundo grau e não vai acessar a universidade – esses 80% que não ingressam na universidade – vai fazer o que no mercado de trabalho se ele não tem uma profissão, se ele não aprendeu a fazer, para se inserir no mercado de trabalho cada vez mais exigente de habilidades e conhecimentos?

O Governo precisa mudar inteiramente esse sistema e priorizar o ensino de segundo grau profissionalizante, para formar profissionais para o mercado de trabalho que temos aí, pelo menos nos grandes centros do País.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero enfatizar essa audiência de ontem com o Ministro da Educação, que, como já disse, levou a sua presença à Bancada inteira, na Câmara e no Senado, do nosso Estado e a figura do próprio Governador, que também compareceu.

Esse é um ato que só engrandece a classe política paraibana, que se mostra assim afinada com as necessidades e com as urgências do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concederemos a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Jonas Pinheiro, do PFL de Mato Grosso do Sul. E, em seguida, vai usar a palavra pela Liderança da minoria o Senador Efraim Moraes, cuja audiência é extremamente forte. Basta dizer, Senador Efraim, que ontem, pela noite, eu o ouvia V. Ex^a

dizer ao Delúbio que ele não teria fundos para pagar a dívida, nem ele nem o companheiro dele, Valério, e que aquilo iria acabar era na cadeia. Isso provando que V. Ex^a tem a audiência do Brasil, inclusive a minha.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me fez tomar a iniciativa de pedir aqui esta oportunidade para uma comunicação de urgência é o que está acontecendo no Brasil.

Falou-se tanto aqui na prisão do Ministro Luceña que todos nós conhecemos. Sr. Presidente, nessas últimas quarenta e oito horas, divulgou-se no Brasil o assunto do Ministério das Cidades. O Senhor Presidente Lula, de forma titubeante, pediu que saísse daquele Ministério o seu companheiro Ministro Olívio Dutra. Sua Excelência escolheu, por acordo com o PP, do Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para substituir o Ministro Olívio o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Márcio Fortes. Conhecemos o Dr. Márcio Fortes por ser um grande diplomata que honra a diplomacia brasileira e por ter sido grande companheiro do Ministro Pratini de Moraes, que retomou a política agrícola do País e abriu espaço para os produtos brasileiros no exterior. O Ministro Pratini de Moraes foi bem-sucedido exatamente pela presença do Dr. Márcio Fortes.

Mudou-se o Governo da República, mudou-se de partido, foi escolhido Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o Sr. Luiz Fernando Furlan. E quem o Ministro foi buscar para ajudá-lo nesse trabalho? O Ministro e Embaixador Márcio Fortes, exatamente pelo trabalho e pela eficiência desse homem público brasileiro. Mas foi só sair a informação de que seria o escolhido pelo PP e o seu nome ser apresentado ao Presidente Lula que começou a aparecer uma onda de denúncias contra o Ministro Márcio Fortes, como o fato de, supostamente, haver processos contra ele e que, por isso, não seria uma indicação aconselhável para o Ministério das Cidades.

Se houve alguma denúncia no passado, o próprio Secretário-Geral Márcio Fortes fez com que esses processos fossem todos investigados. Já transitaram em julgado e nada consta contra o Dr. Márcio Fortes, contra a sua honra pessoal e a sua administração.

Por isso, Sr. Presidente, eu não estou aqui em apoio à nomeação dele para Ministro. Isso depende do Governo Lula. Mas estou aqui em defesa – o que faço por justiça e com inteiro conhecimento de causa – da presença desse homem na vida pública brasileira, de forma leal, legal e altamente convincente.

Sr. Presidente, agradeço os cinco minutos que me foram concedidos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jonas Pinheiro o seu tempo foi prorrogado por mais dois minutos, por isso, fique à vontade.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Então, Sr. Presidente, continuarei falando da importância que o atual Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem para o Brasil. Oxalá tivéssemos esse homem como Ministro das Cidades. Quem ganharia com isso seriam as cidades brasileiras e seus cidadãos, o povo brasileiro.

Portanto, a minha homenagem à vida e à honra do nosso querido Dr. Márcio Fortes, que, como disse, prestou serviços em todas as posições que já ocupou e dignifica todas elas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, do PFL do grandioso Estado da Paraíba, que usará da palavra como representante da Minoria nesta Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, a minha intenção hoje não era tratar deste assunto que domina principalmente o meu Estado da Paraíba: a ação da Polícia Federal que fez a prisão do ex-Prefeito de João Pessoa Cícero Lucena. Eu iria tratar de outro assunto, por isso já peço a V. Ex^a que seja dado como lido este pronunciamento, diferentemente do que eu farei. Passarei à assessoria para que seja dado como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para, mais uma vez, falar da crise. Crise Política, sim, e institucional – mas, acima de tudo, crise moral. Dói-me, como brasileiro, ver meu País exposto, na mídia mundial, como o país da corrupção, nivelado à pior das republiquetas de bananas.

Não o somos. E a prova disso é a indignação popular contra os desmandos do Governo do PT. A sociedade brasileira não se vê refletida nas práticas que vieram à tona.

Outra prova – categórica e inapelável – de que não nos cabe essa carapuça é o empenho deste Congresso Nacional em apurar tudo, ainda que cortando na própria carne.

O Congresso já o fez assim no passado recente. Ao tempo da CPI dos Anões do Orçamento, não hesitou em cassar diversos Parlamentares, alguns inclusive ilustres.

Este é um Poder transparente por natureza. É a Casa do Povo – e aqui nada fica oculto por muito tempo. Quem tem máscaras que se cuide, pois o tempo é de arrancá-las.

Neste momento, há três CPIs em funcionamento, além da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados – todas empenhadas em esclarecer os fatos e punir, sem contemplação ou corporativismo, todos os responsáveis.

Faço este preâmbulo para denunciar a hipocrisia do Governo Lula e de sua base nesta Casa, que insistem em dizer que querem apurar tudo, mas, na prática, agem de outra forma. Basta dizer que a instalação de cada uma das CPIs em funcionamento foi precedida de luta, muita luta, por parte da oposição e da opinião pública.

O Governo resistiu a todas.

A CPI que me coube presidir – a dos Bingos – só se instalou porque a oposição recorreu ao Judiciário. E foi por determinação do Supremo Tribunal Federal – e tão somente por essa determinação – que a CPI começa agora, um ano após sua aprovação, a investigar as falcatruas do Sr. Waldomiro Diniz, preposto do Sr. José Dirceu, ex-homem forte do Governo Lula.

Talvez porque a CPI dos Bingos tenha se instalado por ordem do Judiciário, acabou sendo a única a ver adotado o critério de divisão de comando entre governistas e oposição.

Trata-se de velha e admirável tradição parlamentar, que leva em conta que a CPI é, acima de tudo, um instrumento das minorias.

Lamentavelmente, nas outras duas CPIs – a dos Correios e a do Mensalão -, o Governo ignorou essa prática democrática e apoderou-se de todas as funções de comando: presidência, vice-presidência e relatoria.

Não venham os governistas com o falso argumento de que os cargos foram preenchidos pelo critério democrático do voto.

O compartilhamento de funções – presidência e relatoria – por Governo e oposição tornou-se tradição parlamentar exatamente porque dá à investigação o caráter de neutralidade, essencial para que a verdade não seja escamoteada.

Aos situacionistas, em regra, não interessa investigar o Governo a que dão sustentação. É a oposição que tem esse interesse – e a CPI é o instrumento mais eficaz de investigação. Como sabemos, uma das missões do Congresso – a principal delas – é exatamente a de fiscalizar o Executivo.

Quando o Governo tenta cercear essa função, age contra a sociedade, contra o Estado democrático de Direito.

Por essa razão, denunciemos o comportamento do Governo Lula e de sua base no que se refere à investigação da presente crise. Duvidamos que estejam empenhados em investigar. Não estão.

Suas palavras não estão em coerência com os seus atos. E o triste em tudo isso é que nem percebem o vexame a que se estão expondo. A patética e espantosa entrevista do Presidente da República em Paris, já tão comentada nesta Casa e em toda a mídia, nivelou o Supremo Mandatário deste País às figuras tristes e sinistras de Marcos Valério e Delúbio Soares. O Presidente, certamente mal-assessorado, afinou (ou por outra, desafinou) seu discurso pelo diapasão daqueles dois meliantes.

Aderiu ao truque de tentar resumir todos os delitos em pauta ao rótulo de “crime eleitoral” – e de tentar diluí-lo sob o espantoso argumento de que, se todos o praticam, seu caráter delituoso deixa de existir, ou ao menos reduz-se ao nível de mera contravenção.

Dito por um Presidente da República, já seria razão bastante para que contra ele se abrisse um processo de *impeachment*. O Presidente não apenas prevaricou ao deixar de agir diante de um crime do qual tinha conhecimento, como também – e eis aí um agravante – passou a defendê-lo.

Incluo-me entre os que, no início desta crise, buscaram preservar a figura do Presidente da República, dissociando-o dos delitos que a camarilha que comandava o PT praticou.

Procurei dissociar não apenas o Presidente da República, mas também a maioria das bancadas petistas, compostas por gente íntegra e idealista. Mas o comportamento do Presidente, de associar-se às manobras anti-investigação, e de querer fraudar a natureza dos delitos praticados pela cúpula de seu partido, indica que não quer o esclarecimento dos fatos. Indica que teme alguma coisa. E deixa claro que ele não ignora o que se passa.

Penso hoje que o Presidente sempre soube de tudo. E comportou-se dentro do raciocínio que expôs na entrevista de Paris: se todos fazem, então não há problema.

Além de não ter qualquer sustentação jurídica, esse raciocínio depõe contra as instituições políticas, transmitindo a falsa impressão de que todos somos igualmente delinquentes – o que, além de grossa inverdade, é um desserviço à República e à democracia.

Estamos apenas no início desse processo investigativo. Segundo o roteiro do Deputado Roberto Jefferson, há ainda temas não tangenciados pelas investigações: fundos de pensão, Dnit, Banco do Brasil, Petrobras.

Tudo isso será apurado. O argumento de que as investigações ameaçam a estabilidade da economia – argumento que o Presidente insinuou na entrevista de Paris -, não engana mais ninguém. A economia vai bem, porque o Brasil, felizmente, é maior e melhor que seu Governo. Sua população é laboriosa e gera riquezas, apesar do Governo.

O que fica de tudo isso é a decepção dos que votaram no PT. A idéia de que um operário, egresso das camadas mais humildes da população, proporcionaria uma redenção social, foi atropelado pelas malas de Marcos Valério e Delúbio Soares e pelos dólares na cueca do assessor do irmão de José Genoíno.

O sonho – o belo sonho – foi desfeito.

Mesmo em quesitos em que buscava se mostrar como detentor do monopólio da virtude, como o meio ambiente, o Governo do PT chocou os que nele acreditaram.

Os recentes números dos desmatamentos na Amazônia, divulgados pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mostram que o Governo Lula terá de promover uma revolução para evitar o vexame de ser recordista histórico em desmatamentos.

Os últimos três índices anuais divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam uma curva ascendente de desmatamento, da ordem de 6% ao ano, a partir do patamar escandaloso de 23 mil km²/ano registrado a partir de 2003.

A sociedade está triste e desencantada. E cabe a nós políticos promover uma faxina em regra, sem corporativismos, sem conchavos ou acordos. O que está em pauta, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães, é “Sua Excelência, o Fato”. Nada mais – e nada menos. Curvemo-nos à Verdade, ainda que ela nos choque e entristeça.

Somente a partir dela – e dentro dela, a Verdade – poderemos recuperar a imagem e a respeitabilidade de nosso País e recolocá-lo na rota de seu glorioso destino.

Que assim seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento. E como a prisão foi arbitrária, também serei arbitrário. V. Ex^a terá o tempo que quiser para salvaguardar a honra e a história do homem público Cícero Lucena, da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Devo dizer ao Brasil e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, para mim, não é nenhuma surpresa a forma como vem agindo o Governo Federal.

O Ministério Público tem grandes serviços prestados a este País. Há pouco, na CPI dos Bingos, da qual sou presidente, ouvíamos cinco Srs. Procuradores. E peço, como diz V. Ex^a, que atentem bem para a importância de uma entre tantas as afirmações feitas, que ficou registrada. Os Procuradores queixaram-se de excessos de colegas. Ao responder uma pergunta, um dos procuradores falou, em detalhes, sobre uma espécie de modelo-padrão utilizado para criação e legalização do jogo nos Estados. A minha pergunta foi: “Qual o efetivo papel do Sr. Waldomiro Diniz nesse modelo-padrão”? E logo em seguida: “A investigação do Ministério Público em relação à gravação feita entre o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Carlos Cachoeira sofreu alguma interrupção? De que natureza e de quem”? Foram essas as perguntas que fiz.

Aqui está o Vice-Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, que presenciou a cena, vista também pelo Brasil inteiro. Para surpresa nossa, disseram os Srs. Procuradores que o inquérito do Sr. Waldomiro Diniz que ocorre na Procuradoria foi interrompido e que não foi concluído. E perguntado sobre a natureza e de quem teriam partido essas notícias, não houve outra palavra: “influência do Chefe da Casa Civil da época, o Sr. José Dirceu”. Pasmem, Srs. Senadores! Interferência da Casa Civil no Ministério Público para se parar o inquérito de um cidadão que é tido como marginal perante o próprio Ministério!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa preocupação é enorme, porque hoje isso ocorreu com o ex-Ministro, o ex-Prefeito, o Presidente do Diretório do PSDB de João Pessoa e ex-Prefeito, por ser do PSDB. E o que aconteceu? Façamos uma pequena análise. O Tribunal de Contas da União analisou o edital e todas as obras e concluiu que não havia danos ao Erário em novembro de 2004. Foi essa a decisão do Tribunal de Contas da União, cujo Relator foi o Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, no Acórdão nº 1.683, de 2004. O Tribunal de Contas da União julgou que era lícito, que não havia improbidade, que não havia nenhuma irregularidade, que não houve danos ao Erário e que todas as obras foram concluídas. Foi por isso que prenderam o ex-Prefeito Cícero Lucena, porque estava certo, porque estava correto.

Em seguida, ainda para conhecimento dos senhores, a Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – o órgão técnico daquele Tribunal –, no dia 02 de setembro de 2003, informou que o fato foi legal e que também não houve danos ao Erário nem improbidade.

Sr. Presidente, a Procuradoria da República moveu ação penal ao Tribunal Regional Federal em Recife contra o Sr. Cícero Lucena, e o processo foi distribuído

para a Desembargadora Margarida Cantarelli. Nada foi deferido. Sequer o Prefeito Cícero Lucena foi ouvido ou convidado a depor para oferecer as suas explicações e a sua defesa. E o processo pelo qual foi preso o Prefeito Cícero Lucena e outros cidadãos paraibanos é o mesmo; é outro igual, construído nas caladas da madrugada para que o Governo do Senhor Presidente Lula, para que o Governo do PT tente mudar o foco da corrupção que está acontecendo neste País.

Há pouco, Senador Pedro Simon, na CPMI dos Bingos, foi dito por um Procurador da República, em relação ao inquérito contra o Sr. Waldomiro Diniz, que, na hora em que ele assumiu a Subprocuradoria da Casa Civil, do ex-Ministro José Dirceu, pararam o inquérito. Eu perguntava aos Srs. Procuradores se esse inquérito começou lá no Estado do Rio de Janeiro, se pelo simples motivo, ou pelo motivo de o cidadão assumir a subchefia de um Ministro de Estado, vai parar esse inquérito.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim, o Brasil começa a desacreditar em tudo. Resta-nos a Justiça, a Procuradoria, o Ministério Público. Interferência de um ex-Ministro? De um cidadão que está aí hoje para ser ouvido na CPMI do Mensalão, que será ouvido na CPMI dos Correios, que será ouvido na CPMI dos Bingos? Paciência, Sr. Presidente. O que estão cometendo é um ato ilegal. O que aconteceu com o Presidente do PSDB da Paraíba, o ex-Prefeito Cícero Lucena, é apenas uma prisão arbitrária. O Sr. Cícero Lucena é um preso político, em função da corrupção que existe hoje em todos os recantos do País e que vem estourando por todos os lugares. Enganase o PT e engana-se o Presidente da República se pensam que vai desviar o foco dessa corrupção para chegar à Paraíba.

Daqui a pouco, concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, mas antes queria fazer um apelo – nem sei se seria um apelo. Eu queria chamar a atenção do Sr. Waldir Pires, curador, procurador, Ministro da Controladoria-Geral da União. Sr. Waldir, se V. Ex^a quer fazer o seu trabalho com isenção, com transparência, atente bem para o seguinte: vou ler aqui duas ou três manchetes. Para que V. Ex^{as} tomem conhecimento, tudo isso que tenho em mãos são notícias – publicadas no **Paraíba Online** – de escândalos que acontecem com a ex-Prefeita do PT de Campina Grande. E por que não se fiscalizam a Prefeita e as contas do PT? E não se trata de dinheiro só da Prefeitura, mas também da Fundação Nacional da Saúde e do Ministério da Educação.

Consta em uma manchete que um Secretário da Prefeitura, que não tem nada a ver com a história, “confirma desvios de R\$2,5 milhões na prefeitura campinen-

se”. Diz a matéria: “Houve efetivamente uma série de desvios de recursos oriundos da Fundação Nacional da Saúde”. Está aqui, Sr. Waldir Pires. Trata-se de recurso público, de recurso federal, e não há fiscalização na Prefeitura do PT, ou melhor, do ex-PT, porque A SRA. Cozete Barbosa era Prefeita e filiada ao PT.

Outra matéria, intitulada “Ex-assessor revela gastos de campanha com recursos públicos”, confirma a utilização de recursos públicos para fazer a campanha, que foi derrotada. Houve compra de camisas.

Diz, ainda, outra manchete: “Pagamento a ‘Duda Mendonça’ foi feito através do Bank Boston”, com dinheiro público. O Sr. Duda Mendonça, que é o feiticheiro do PT. Consta aqui também que “Cláudio Barroso, por exemplo, até meados de outubro do ano passado foi contemplado com quatro pagamentos de 197 mil (cada).”

Observem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, quando aqui se descobriu o tal do mensalão, estavam o Governo e a sua base envolvidos. Quero saber de onde vem tanto dinheiro das contas do Sr. Valério! Será que esse dinheiro é mágico? Será que ele aparece nas contas sem ter vindo das contas e dos cofres públicos? É isso que o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores não conseguem explicar.

E querem desviar o foco da crise em que vive o Brasil para o meu Estado da Paraíba.

Outra manchete do mesmo jornal: “Familiares e auxiliares de ex-prefeita eram contemplados com ‘mensalão’.” Sabem o que acontece? O pai, o filho, a filha, o irmão, a sobrinha... Está aqui! Entregarei a matéria à assessoria. Vou ler somente um pedacinho:

O servidor afirmou que (...) às seguintes pessoas: Francisca Carvalho (ex-secretária de Assuntos Jurídicos), Josenilta Dantas (Josy, secretária particular da ex-prefeita), ‘Seu Sena’ (pai de Cozete), Socorro Ramalho (...) (presidente municipal do PT), Francisco Avelino ‘Didi’ (irmão da Cozete), Ana Lígia Barbosa (irmã de Cozete).

E o Sr. Waldir Pires não viu nada disso. Por que não viu? Porque a Prefeitura estava sendo administrada pelo PT. E estão aqui mais de duzentas denúncias feitas **on line** pela imprensa da Paraíba. Mas não interessa ao Sr. Waldir Pires fiscalizar nenhuma Prefeitura do PT ou S. Ex^a está recebendo ordem para tentar envolver companheiros do PSDB e do PFL. Com certeza, amanhã será meu dia, amanhã será o dia de outros companheiros. Mas estamos preparados.

Sr. Presidente, vou além. Está aqui: “Aparece outra conta do ‘vaqueiro’, que é considerado ‘laranja’.” Era um vaqueiro o “laranja” da SRA. Cozete Barbosa.

Vou encerrar com esta manchete: “Dívidas de R\$220 milhões – 220 milhões! – assustam Veneziano”. Veneziano é o Prefeito, do PMDB, de Campina Grande, filho do ex-Deputado Vital do Rêgo, que todos nós conhecemos, essa figura extraordinária, esse homem de bem, esse homem que passou por este Congresso Nacional e marcou história por suas posições. Veneziano, filho de Vital do Rêgo e que apoiou e recebeu apoio da SRA. Cozete – está aqui – revela: R\$220 milhões é a dívida da Prefeitura de Campina Grande, que era administrada pelo PT.

A minha pergunta é a seguinte: a Curadoria não chega às Prefeituras do PT? E isto tudo que está aqui, que é nacionalmente divulgado todos os dias, que tive oportunidade de registrar no plenário? Mas não é esse o caminho que deseja o Sr. Waldir Pires, porque está faltando, permita-me, com todo o respeito, seriedade ao seu trabalho, porque S. Ex^a não está indo buscar os fatos que estão sendo denunciados. Sua única preocupação é agradar seu chefe, fazendo com que os escândalos que estejam envolvendo um ou outro prefeito da Oposição sejam divulgados para tentar mudar a rota.

Ao Prefeito Cícero Lucena a minha solidariedade por saber que ele está sendo um preso político. Ele foi se apresentar. Está na Polícia Federal o recibo comprovando que ele se apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, peço permissão para interrompê-lo enquanto passo a Presidência ao Senador Tião Viana, a quem peço que mantenha minha palavra, pois, diante da arbitrariedade que está havendo no País, com prisões arbitrárias, eu, arbitrariamente, concedi-lhe tempo para denunciar as injustiças.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito bem, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a. Sei que esta sessão, que tão bem vinha sendo dirigida por V. Ex^a, em ótimas mãos estará sob a Presidência do Senador Tião Viana, do PT, por sua experiência.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Efraim Moraes, peço a palavra para um aparte.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouvirei V. Ex^a. Antes, porém, ouço o nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – São apenas cinco segundos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tem V. Ex^a os cinco segundos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Apenas para dizer que, no meu entendimento, não assiste muita razão a V. Ex^a quando critica a Corregedoria. Afinal, ela é míope.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Fica esclarecido.

Agora, quero, acima de tudo, dizer, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon, que deixo minha solidariedade ao Prefeito Cícero Lucena, porque ele está sendo vítima de um processo político. Ele é um preso político. Pensei que tinha acabado, neste País, a prisão política. Mas o Prefeito Cícero Lucena, quando soube da denuncia, foi à Polícia Federal, foi prestar seu depoimento. É um homem que tem endereço certo, Secretário de Estado, um cidadão respeitado, com muitos serviços prestados à Paraíba e a João Pessoa.

Hoje, tenho a certeza, tenho a convicção de que o Sr. Cícero Lucena tem muitos adversários, mas hoje ele deve estar recebendo a solidariedade de muita gente da Paraíba, principalmente de João Pessoa, pelo ato brutal que ele e outros companheiros sofreram.

Em nome do meu Partido, como Presidente do PFL da Paraíba, quero me solidarizar com o Prefeito Cícero Lucena. Espero a apuração dos fatos. Quero também registrar a posição do Senador José Maranhão, adversário político do ex-Prefeito Cícero Lucena, meu adversário político, que se posicionou aqui de forma elegante, esperando os acontecimentos para se pronunciar. Quero, então, parabenizar o Senador José Maranhão pela posição.

Ouçó, primeiramente, o aparte do nobre Senador Pedro Simon. Em seguida, ouvirei o aparte do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nobre Senador, não tenho nenhuma dúvida de que o companheiro Cícero Lucena – que nós conhecemos muito bem aqui em Brasília, inclusive como Ministro, no Governo Fernando Henrique – é uma pessoa que merece o nosso respeito e a nossa admiração. Todas as informações são de que ele foi um Prefeito importante na capital da Paraíba e que é uma dessas pessoas que impõem o respeito e a admiração de todos. Sr. Senador, sou daqueles que defendem que a cadeia não foi feita só para ladrão de galinha, que gente de colarinho branco também tem que ir para a cadeia. Se o PT quer fazer um movimento no sentido de abrir as portas das cadeias para as pessoas importantes que cometeram delitos, tudo bem. Mas não me parece que foi o que aconteceu aqui: não houve inquérito, não houve decisão judicial, não houve absolutamente nada. Por um fato que ocorreu há não sei quantos anos, um cidadão se apresenta: “Estou aqui. O que vocês querem?” E fica preso? Não sei. Estão falando que o PT quer manchetes para desviar a atenção daqui do Congresso Nacional. Foi o caso da empresária de São Paulo, foi este caso... Mas não é por aí. Não é por aí que o Governo

vai sair das suas dificuldades. Poderia até, de repente, se fazer um grande movimento, uma Operação Mãos Limpas, dizendo que agora gente importante vai para a cadeia, que vão apurar. Mas assim, não! Não sei quem está fazendo a parte política do PT. Por exemplo, os que vieram depor na nossa Comissão estão com um esquema que pode ser bom juridicamente, mas que é um absurdo politicamente. O Secretário-Geral do PT e o Tesoureiro Nacional do PT chegaram à CPI e se negaram a responder a respeito dos seus bens. Quem diria que o Secretário-Geral do PT não pode dizer o que tem? E agora uma prisão desse estilo, querendo ganhar manchete... É triste, realmente lastimável, que criem um clima de instabilidade, que já está crescendo. Outro dia, um bravo companheiro nosso, uma das figuras mais extraordinárias do Congresso Nacional, o Senador Jefferson Péres, escreveu um artigo nos jornais do centro do País dizendo que, já que não deu para “mexicanizar”... No artigo, ele fala que haveria movimento no sentido de que o PT, no Governo, partisse para outro caminho, tentando fechar a boca dos promotores. Penso que o Governo se deu mal. O Governo tem que realmente tomar posição, caminhar rumo ao seu final de Governo, para readquirir a credibilidade e a seriedade que tem. Fatos como esses fazem com que nós todos, inclusive nós do PMDB, que temos algumas mágoas com relação ao Sr. Lucena, porque ele era nosso, foi indicado por nós ao Ministério, mas permaneceu no Governo quando o Partido saiu. Mas respeito sua posição. Mas, mesmo nós, os adversários, reconhecemos que é um homem de bem, um homem sério, um homem digno, um homem capaz. O que se faz com ele não é correto, porque a pessoa que conhece o Lucena pode imaginar que, se hoje está ele sendo preso, amanhã pode estar ela. Amanhã eles podem prender quem bem entender, sob o pretexto mais variado. Por isso é importante o pronunciamento de V. Ex^a, que foi cruel, pois mostrou, de um lado, o que aconteceu com o Sr. Lucena e, de outro, a Prefeitura de Campina Grande, com casos e mais casos que não foram nem averiguados. Com relação ao que V. Ex^a falou, que o Procurador disse que foi arquivado o processo do Waldomiro, isso é muito sério...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Interrompido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Interrompido. É muito sério. Sabíamos que o negócio estava parado, que não andava, mas não que tinha vindo uma ordem da Casa Civil para parar. Isso é sério demais. É uma coisa realmente mais grave do que podemos imaginar. É este Governo, com essas medidas dúbias, que faz com que nos perguntemos para onde estamos indo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, o aparte. Não tenha dúvida da posição do ex-Prefeito Cícero Lucena, que passou pelo Ministério da Integração Nacional – indicado pelo Partido de V. Ex^a –, que na época era do PMDB e que, por disputas localizadas, deixou o Partido.

O que quero da Controladoria, do Sr. Waldir Pires, não é que se mande prender a ex-Prefeita Cozete, não. Não quero, não. A ex-Prefeita vai se defender, está se defendendo, tem o direito de se defender, de provar que é inocente – se é que é inocente. Não estou pedindo a prisão da ex-Prefeita, não. Pelo contrário, eu quero que seja dado o mesmo tratamento. Se não quiser dar esse tratamento no País, que o faça no meu Estado. As duas cidades mais importantes da Paraíba são João Pessoa e Campina Grande, e se trata de dois ex-Prefeitos. O do PSDB é o Sr. Cícero Lucena, sobre o qual acabei de mostrar que há parecer no Tribunal de Contas da União, auditoria no Tribunal de Contas do Estado. Há aqui um processo aberto contra ele em que não foi sequer ouvido, e vem um novo processo, referindo-se às mesmas obras, ao mesmo edital. Criaram-no na madrugada, para que se pudesse fazer a vontade do Sr. Waldir Pires.

Agradeço a V. Ex^a o aparte. Com certeza, levarei à Paraíba essa posição do Senador Pedro Simon, uma das maiores autoridades deste Congresso, em todos os tempos, pela seriedade, pela honestidade, pela dedicação, pelo amor ao seu Rio Grande do Sul e pelo carinho enorme pelo Brasil. A palavra de V. Ex^a pesa em qualquer Estado desta Nação.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim, quero também prestar minha solidariedade ao ex-Prefeito Cícero Lucena. Sendo vizinho, pois nasci e moro no Estado do Rio Grande do Norte, que é vizinho a Paraíba, sei que Cícero Lucena é um cidadão de bem, é um homem íntegro, que está sendo vítima, como disse V. Ex^a, de uma grande injustiça, de uma prisão realmente arbitrária. O nosso temor, como dizia o Senador Pedro Simon, é de que, amanhã, outros prefeitos que não tenham o nome do ex-Prefeito Cícero Lucena venham a ser vítimas dessa injustiça, sem a possibilidade que o Sr. Cícero Lucena está tendo de ser realmente alvo de tanta solidariedade, como agora, de correligionários, como V. Ex^a, e de adversários, como o Senador José Maranhão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi. V. Ex^a conhece muito bem o ex-Governador da Paraíba, Cícero Lucena, que foi Vice-Governador, Governador da Paraíba, Prefeito da Capital por duas vezes, Presidente do PSDB. Talvez seja

por aí. É exatamente por aí. É candidato a Senador da República, com a candidatura já posta nas ruas.

O que estamos vendo é a vontade de alguns cidadãos, que não têm – o PT e o Governo do Presidente Lula – como explicar à sociedade brasileira o volume de corrupção que vem ocorrendo neste País. Não é pouco dinheiro não: são bilhões de reais.

Apareceu ontem a Operação Taiwan. Trata-se de recursos para a campanha de 2002, para a campanha do Senhor Presidente Lula, denunciou a ex-esposa do Sr. Valdemar Costa Neto.

Está posto. Esperamos que seja feito na Corregedoria o que está sendo feito em João Pessoa. Eu não vi nenhum posicionamento. Parece que essa Corregedoria só não fiscaliza o Governo, o que era sua maior obrigação. Como diz Mão Santa, vai atrás dos prefeitos; sorteia todo mês dois prefeitos, procura algum desvio de pouca coisa. Alguns merecem estar na cadeia, outros não, mas pertencem a partidos que não são aliados do Governo e que têm que ser manchete.

Está aqui: “Caixa Econômica Federal desvia dinheiro para PT”, diz relatório. Olha, não vi nenhuma providência. O Presidente da Caixa Econômica continua lá, assim como os seus diretores.

O Presidente Lula e o PT estão deixando o povo brasileiro sem esperança. Essa juventude está sem saber para onde vai. O pior é que não explica à Nação o que está acontecendo, nem mostra sequer uma pequena esperança para a saída dessa crise. Seu Governo está totalmente dentro da lama, sem explicações. Toda a Executiva do seu Partido saiu, porque acabaram com a história de um Partido político. Mas estão todos aí.

Ontem mesmo eu perguntava ao Sr. Delúbio. Ele disse: “Não, eu continuo tesoureiro, só estou afastado”. Eu disse: “Garanto ao senhor que ninguém aceita um cheque seu, Sr. Delúbio. Ninguém mais, neste País, tem coragem de aceitar um cheque seu nem que o avalista seja o tal do Sr. Marcos Valério”. Eu disse ontem isso a ele. Ele, ontem, deu realmente uma aula de cinismo na CPMI dos Correios, gozando com a cara do povo brasileiro.

Concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – As primeiras palavras são de respeito ao Senador Tião Viana, que preside esta Casa. Entendo que o PT vai sair purificado, porque vem a hora da verdade. Nomes como os do Senador Tião Viana e do seu irmão, Jorge Viana, dão garantia de que esse Partido haverá de continuar engrandecendo a democracia. Trata-se de Partido humano, com virtudes e pecados. Sou orgulhoso de ser

do Piauí. Atentai bem, Presidente Tião Viana. No período mais difícil deste País, o Supremo Tribunal Federal tinha um piauiense, igual a Rui Barbosa – Evandro Lins e Silva –, que não permitiu essa arbitrariedade. Miguel Arraes contou-me que ia apodrecer em Fernando de Noronha, que era uma cadeia, pensando já em ser comido pelos jacarés, pelos tubarões, quando Evandro Lins e Silva mandou soltá-lo. Enfrentou os generais, os fuzis, a ditadura. Agora, o que vemos aí? Montesquieu desrespeitado, porque imaginou essa democracia, Senador Efraim, com três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas o poder policial é uma força assessória do Judiciário. O Judiciário tem de estar acima. Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça. A justiça é o pão que mais a humanidade precisa, Senador Tião Viana. Aprendi que força sem justiça é tirania. Estamos vivendo isto, este regime: força sem justiça. E justiça sem força é anarquia. Elas têm de andar casadas. Queria fazer a minha homenagem a Cícero Lucena. Quando eleito Governador do Piauí, eu o visitei – ele era Governador da Paraíba, um Estado do Nordeste. E escolhi um outro, do PMDB, Iris Rezende. E o Piauí tem uma grande gratidão por ele, quando era Ministro. Em um fenômeno meteorológico de grandes enchentes, o Piauí, que tem dezenove rios, seis perenes, ficou alagado. Ele, de chofre, nos acudiu, entregando-nos US\$5 milhões. Pude acudir Teresina e as cidades ribeirinhas. Portanto, manifesto aqui a gratidão e o respeito do povo do Piauí àquele homem público, que tem demonstrado sensibilidade política e responsabilidade administrativa. Senador Efraim Moraes, enquanto Governo do Estado, em nome de todos os piauienses, eu o condecorei com a Grande Cruz Renascença, a maior comenda do Estado. Leve a ele, Senador Efraim Moraes, a solidariedade, o respeito, a gratidão e a estima do povo do Piauí.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Sei da amizade e do carinho que V. Ex^a tem para com o ex-Governador da Paraíba e ex-Prefeito, Cícero Lucena.

Sr. Presidente, vou concluir e dizer a todos os brasileiros que nos escutam neste momento que não adianta esse caminho que está sendo traçado pelo Presidente da República, seus assessores e o Partido dos Trabalhadores. Sabemos onde está a corrupção, sabemos onde estão os desvios de recursos públicos brasileiros. Estão aí, em todas as CPIs, surgindo a cada instante.

Não entendo, Sr. Presidente, como um Chefe da Casa Civil interfere para que seu assessor, o Sub-Chefe da Casa Civil, Waldomiro Diniz... E não venha dizer, na CPI, que o conhecia mais ou menos, porque

ele morou no apartamento do Presidente José Dirceu. Não venham me dizer que não se conhecem.

Srs. Senadores, na época da CPI dos Anões, o Waldomiro já era assessor do Sr. José Dirceu. Agora, os Procuradores confirmam que houve interferência da Casa Civil para que se interrompesse o processo do “laranja” da Casa Civil, o Sr. Waldomiro Diniz.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras lembrando como anda o País. Está aqui a manchete a que me referi há pouco:

CEF desvia dinheiro para o PT, diz relatório

Um relatório aponta que a Caixa Econômica Federal também teria registrado arrecadação para campanhas do PT. O dinheiro público seria desviado por meio de fraudes na área de tecnologia, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Em dois minutos encerro, Sr. Presidente.

O relatório, feito pela Gerência Nacional de Segurança da Caixa – vejam bem, feito pela Gerência Nacional, não foi pelo Sr. Waldir Pires não – e encaminhado ao então vice-presidente de Logística, Paulo Bretas, em 18 de dezembro de 2003 – observem a data –, afirma que, segundo denúncia recebida, o dinheiro colhido seria repassado mensalmente a “Clarice de tal”, “braço direito” do presidente da CEF, Jorge Mattoso.

Segundo a **Folha de S.Paulo**, trata-se de Clarice Coppetti. Na época, assessora externa de Mattoso. Hoje, vice-presidente de Tecnologia do banco. Nomeada por Mattoso, Clarice é casada com César Alvarez, assessor da Presidência da República. Bretas, que teve sua imagem desgastada durante o caso Waldomiro Diniz, deixou a Caixa em maio deste ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho minhas dúvidas. Ainda não nascia o 1º de janeiro, e o atual Governo já tinha uma quadrilha formada para roubar o Brasil. Sinceramente, lamento que isso venha a acontecer.

O Sr. Jorge Mattoso já está convocado para a Comissão dos Bingos. Virá no início da primeira semana do mês de agosto. E tudo isso vai ter que ser esclarecido. É uma ligação: a Casa Civil da Presidência, o assessor da Presidência, o Sr. José Dirceu, Waldomiro Diniz, o Presidente da Caixa Econômica. E o Governo não sabe de nada que está acontecendo no Brasil.

Chega de mentir para o povo brasileiro. É hora de ter coragem de vir à tribuna, de vir à televisão e explicar à sociedade brasileira. Não é possível que o Governo seja tão bobo. Não é possível que o Presidente não saiba de nada que acontece em seu Governo.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, é mais fácil prender inocentes a fim de tentar modificar a rota, a visão do povo brasileiro. O que o povo brasileiro quer, Presidente Lula, é a verdade. Sr. José Dirceu, Sr. Waldomiro Diniz e senhores que estão envolvidos nesse escândalo, o que o povo brasileiro deseja é simplesmente a verdade. Saíam de trás da cortina, porque vocês já são vistos como pessoas comprometidas com o desvio de recursos do País. Lamentavelmente, isso acontece no momento em que a democracia está tão forte. Aqui no plenário, há homens e mulheres de bem do PT, mas o núcleo duro, como disse muito bem o Senador Mão Santa, acabou com o PT e está querendo acabar com o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. S. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar que a Senadora Ana Júlia Carepa, que havia me cedido o tempo porque estava em audiência, chegou. Portanto, S. Ex^a passa a ter o tempo. Mas gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, inclusive porque solicitei ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal algumas informações a respeito do episódio, aqui comentado, da prisão do Secretário Cícero de Lucena. Peço que V. Ex^a me conceda a palavra, no momento oportuno. Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável e, assim, prover algumas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, já há três inscritos para comunicação inadiável. Concederei a palavra a V. Ex^a somente se houver desistência de alguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, quando chegar minha vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, uma Comissão externa do Senado Federal esteve em Roraima a fim de analisar a demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol. Captamos o sentimento das pessoas que lá vivem, que estão muito tristes com a posição adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ouvindo apenas as ONGs e desrespeitando a vontade da maioria da população de Roraima.

Segunda-feira, estava em casa, quando chegou um amigo meu, Lauro Joaquim Barbosa, ex-tuxaua do Flechal. O atual tuxaua é Abel Barbosa. O tuxaua veio conversar comigo. Há um mês ele perdeu a esposa, Dona Amazonina Barbosa, e me trouxe uma carta que queria que eu enviasse ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados, e que desse conhecimento dela aos Srs. Senadores. Pensei que a carta falava apenas da demarcação da Reserva Raposa/Serra do Sol, mas fiquei muito preocupado com o desfecho dela, o seu fechamento, porque traduz um sentimento. Flechal é uma das últimas aldeias, onde a estrada acaba. Atualmente, durante seis meses do ano, chega-se ali somente com carro traçado. Não existe luz elétrica normal, mas apenas motores, que são utilizados para movimentar alguns aparelhos e alimentar a parabólica. Existe água encanada somente na escola, onde chega água da serra. Então, trata-se de uma comunidade isolada.

Essa carta que ele trouxe desperta-me um sentimento em relação a esses desmandos que estão ocorrendo no País. Naquela aldeia, o PT recebeu muitos votos. Sempre. E o desfecho da carta não é muito favorável ao Partido.

Passo a ler a carta do Sr. Lauro Joaquim Barbosa, um cidadão da Aldeia do Flechal, perto do Monte Caburá, extremo norte do Brasil. Os indígenas da Raposa/Serra do Sol escrevem sobre os assuntos que desejam tratar, pois têm o pensamento definido, principalmente os da Sodiur, da Alidcir e da Arikon. São independentes e não precisam de nenhum antropólogo, missionário ou alguém “apitando” no ouvido deles. Falam o que sentem porque são cidadãos que, há quase dois séculos, estão em convivência com a nossa sociedade.

Esta carta trata da demarcação e estas são as palavras do Tuxaua Lauro Joaquim Barbosa – Tuxaua em Roraima é o cacique da região de V. Ex^{as}.

Lerei a carta exatamente como foi escrita:

A demarcação de forma contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, poderá torna-se em sangue porque não aceitarmos de maneira alguma, que os nativos da região, sejam expulsos da terra que seus pais deixaram como herança. Nós somos pessoas, humanas, não somos animais, que são levados para qualquer lugar.

O município de Uiramutã está dentro da Área Raposa Serra-do-Sol; E Pacaraima, entre São Marcos. Nenhum dos habitantes vão ser expulsos daquela área demarcada, quem comanda somos nós, que está dentro da área demarcada. E quero dizer ainda mais, que nós Povo Roraimense devemos nos unir, e juntos vamos à batalha, inclusive os produtores de Arroz, que estão sendo prejudicados, estou falando em prol da população de nosso Sofrido Estado, tanto faz índios e não-índios. Nós queremos o desenvolvimento, queremos Progresso, somos iguais a qualquer cidadão, por isso estamos lutando pelo bem-estar do nosso Povo, de nosso Estado não queremos ser manipulados pelos estrangeiros, como está acontecendo com nossos irmãos Yanomamis.

Neste trecho da carta, ele deixou de lado assuntos dele para entrar no assunto geral do País. Vejam que se trata de uma comunidade isolada, que não tem sequer luz elétrica.

E crítico o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por ter tomado a decisão de Homologar esta Área de forma contínua, contrário ao desejo da maioria da população de Nosso Estado.

Temos que expulsar os padres e não os brasileiros que aqui moram, que tem Uma História, que produzem, que estão ajudando no desenvolvimento do Estado de Roraima, gerando emprego à todas as pessoas que trabalham para manter a sua família. Por isso vamos levantar a Bandeira do Nosso Estado e dizer ao Presidente e às pessoas contrárias ao desenvolvimento, que somos roraimenses e todos somos BRASILEIROS.

Neste ponto da carta, ele se refere ao PT:

O PT aqui em Roraima não tem mais vez, fora PT. Vá pegar a enxada e pague a sua conta, o Brasil precisa de Trabalhadores e não de Traidores.

Lauro Joaquim Barbosa assina a carta.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a e eu temos, reiteradamente, da tribuna do Senado e nas Comissões, alertado insistentemente o País sobre o que está ocorrendo na Amazônia, mais notadamente no nosso Estado. Ou seja, a demarcação de maneira atabalhoada, excessiva, de reservas indígenas, feitas de propósito para engessar a Amazônia. No caso de Roraima, a Reserva Raposa/Serra do Sol é a 35^a. Quer dizer, já há 35 reservas indígenas demarcadas, ou seja, mais de 50% de área demarcada para uma população que corresponde a 8% da população do nosso Estado. E essa carta que V. Ex^a acabou de ler é de um índio que vive lá, na Raposa/Serra do Sol, e não de índio que atende à manipulação de certas ONGs, e ela reflete muito bem a indignação dele. Esse índio não é igual ao que Pedro Álvares Cabral encontrou ao chegar aqui; é um índio informado, que sabe o que quer, que quer ter realmente espaço igual a de outros não-índios que vivem naquela região. Faz muito bem V. Ex^a em lê-la na tribuna, porque dá conhecimento ao Presidente da República por meio dos seus serviços de informação, aos Senadores e à Nação. Mas V. Ex^a deve realmente remetê-la ao Presidente da República, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara a fim de que fique registrada. Neste particular, não se tem mais confiança no Presidente da República. Sua Excelência dispunha do Relatório da Comissão Externa do Senado, – como V. Ex^a disse –, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, que hoje é o Líder do Bloco de Apoio ao Governo aqui no Senado. Portanto, uma pessoa que seria completamente insuspeita para fazer o Relatório que fez e que foi remetido ao Presidente Lula. Mas, apesar dessas informações, Sua Excelência demarcou aquela área de maneira contrária aos interesses dos índios, dos não-índios e dos miscigenados que, repito, moram lá. Portanto, contrariando os interesses daquelas pessoas, para fazer graça, como ele mesmo disse, para a ONU, a OEA e para outras entidades não-governamentais. Associe-me ao pronunciamento de V. Ex^a e manifesto aqui a minha revolta em ver que fomos tratados como se fôssemos o quintal do Brasil. Mas vamos mostrar que nós não somos o quintal do Brasil. Vamos realmente nos indignar, nos revoltar e usar de todos os meios. Já estamos na Justiça, no Supremo Tribunal Federal, contra esse decreto do Presidente que foi feito de maneira ilegal. E provaremos isso na Justiça! Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Desejo também complementar que lá, na Aldeia do Flechal, eles praticamente são independentes, porque cultivam

feijão e outros cereais e vendem nas cidades. Quando precisaram de capital, a Associação dos Produtores de lá se organizou e foi ao Banco da Amazônia para conseguir empréstimo. Levamos quase dois anos e seis meses para conseguir esse empréstimo, o primeiro para uma comunidade indígena no Brasil. A Funai de Boa Vista colocou dificuldades e, depois, a Funai daqui – ficavam jogando para lá e para cá. Foram dois anos e seis meses para obtermos o empréstimo e agora, com esses recursos, eles estão fazendo plantio mecanizado pela primeira vez – eles mesmos estão administrando. Quando for feita a colheita, trarei o valor total da produção, para mostrar como o crédito melhorou a vida deles. Os indígenas não querem apenas a terra; eles querem crédito, condições de trabalho. Lá, em Roraima, é assim que fazem: demarcam e abandonam as pessoas.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, nossos índios são primariamente os verdadeiros donos do Brasil – eles e não os portugueses. Eles tiveram nesta Casa um grande defensor: Darcy Ribeiro. V. Ex^a e o Senador Mozarildo Cavalcanti têm que substituir aqueles pensamentos filosóficos de Darcy Ribeiro, que pregava o respeito ao índio. Estão aí as obras escritas, as lutas, as conquistas de Darcy Ribeiro, e quero crer que tudo isso não foi em vão. Vejo o amor, a obstinação de Mozarildo Cavalcanti primeiramente. Um bem nunca vem só, mas arrasta o exemplo, como diz Padre Antonio Vieira. V. Ex^a está nesse mesmo caminho aqui. Daí esse tratamento pacífico aos nossos índios, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos. Darcy Ribeiro era uma sentinela em defesa da vida, da história dos índios.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Mais uma vez repito: os nossos indígenas de Roraima, da Raposa/Serra do Sol, sabem o que querem. Não precisam de ninguém para falar por eles. Estou apenas transmitindo o pensamento deles porque são meus amigos. Eles sabem o que querem e sabem como querem trabalhar. Eles querem escolas boas para seus filhos, querem hospitais, querem luz elétrica, e nós vamos trabalhar para conseguir isso, porque são cidadãos, são nossos irmãos brasileiros, que vivem lá abandonados. A dívida histórica que o País tem com eles, que eu não tenho, porque sempre trabalhei com eles e continuo trabalhando, vai ser saldada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa

a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Está inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria que, na ausência do Líder do meu partido, com base no art. 66 do Regimento Interno, V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – V. Ex^a está inscrito.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar de seminário de especialistas sobre o tema Aplicação da Legislação relativa aos Direitos das Populações Autóctones, que a União Interparlamentar e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem realizarão nos dias 25 e 26 de julho de 2005, na sede da União Interparlamentar em Genebra – Suíça, venho solicitar, nos termos do inciso II, *a*, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 23 a 27 de julho do corrente.

Sala das Sessões, 21 de julho de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Defiro o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, tendo em vista que só haverá sessão deliberativa ordinária no dia 2 de agosto próximo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 793, DE 2005

Nos termos regimentais e com fundamento no disposto no § 1º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996, submeto à Mesa Diretora proposta de homenagem ao ex-Senador Nelson Carneiro, por intermédio da publicação de sua biografia, como parte da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Justificação

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996, determina que cabe à Mesa Diretora decidir, por maioria de seus integrantes, sobre a proposta de inclusão de homenageados na coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, publicada pelo Senado Federal.

Nesse sentido, apresento o presente requerimento, com o fito de prestar justa homenagem a esse que foi um dos mais ilustres membros do Poder Legislativo brasileiro.

Natural de Salvador, Bahia, Nelson Carneiro cumpriu, com eficiência e probidade, seis mandatos parlamentares, como Deputado Federal e Senador.

Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1932, iniciou sua carreira política em dezembro de 1945, como suplente de Deputado, pelo Estado da Bahia, à Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1950, foi eleito Deputado Federal pela Bahia e, no decurso desse mandato, iniciou a cruzada em favor do divórcio, pauta principal de sua perene preocupação com a regularização da realidade conjugal de milhares de casais brasileiros.

Eleito novamente, em 1958 – desta feita, pelo Estado do Rio de Janeiro, para onde havia transferido residência e domicílio —, exercitou seus dotes de grande homem público na Câmara Federal. Com a transferência da Capital para Brasília, em 1960, Nelson Carneiro passou a representar, na Câmara dos Deputados, o recém-criado Estado da Guanabara.

Em 1970, foi eleito Senador pelo MDB da Guanabara, mandato para o qual foi reeleito por duas vezes consecutivas, desempenhando, inclusive, a missão de Senador Constituinte.

No biênio 1989-1990, Nelson Carneiro presidiu o Senado Federal.

Faleceu em 1996, no Rio de Janeiro, deixando o legado de sua profícua carreira parlamentar. Dentre as inúmeras iniciativas de sua autoria, destaca-se a Lei do Divórcio, pela qual lutou por mais de vinte anos, e que representa um marco no ordenamento jurídico nacional.

Pelo exposto, considerando que a coleção em apreço destina-se a homenagear ex-Senadores que tenham se destacado como personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar (Resolução nº 84, de 1996, art. 1º, § 1º), e no intento de render justo tributo a Nelson Carneiro, digno homem público, solicito acolhimento.

Sala das Sessões, 21 de julho de 2005. – Senador **Efraim Morais**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao companheiro Mozarildo Cavalcanti por cinco minutos, como Líder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Nação está, nesses últimos dias, acompanhando atentamente o desenrolar das CPMI's no Congresso Nacional. A CPMI dos Correios, que começou primeiro e tem, portanto, chamado muito mais a atenção; a CPI dos Bingos, que tem o objetivo de investigar o funcionamento de casas e concessionárias de jogo com lavagem de dinheiro e com desvios das mais diversas espécies; e agora a recém-instalada CPMI do Mensalão. A situação é realmente revoltante para a população. Tenho recebido não só do meu Estado, mas de vários lugares do Brasil, correspondências que mostram a indignação do povo no que tange à corrupção.

Eu poderia dizer que o Congresso instalou uma grande investigação da corrupção em geral, porque são três comissões que, no fundo, estão investigando o quê? Corrupção.

Uma, a dos Correios, se originou de uma fita gravada em que aparecia um funcionário dos Correios recebendo uma propina de três mil reais, que foi, digamos assim, a pequena porta que abriu para vermos um grande escândalo.

A CPI dos Bingos, instalada recentemente em cumprimento a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que ordenou a sua instalação, uma vez que não havia sido instalada pelo Senado, já ouviu vários depoentes. Hoje ouviu procuradores da República de vários Estados, que levaram subsídios importantes para os trabalhos.

A CPMI do Mensalão, instalada recentemente e que ainda não ouviu ninguém, tem na Presidência o Senador Amir Lando, que foi o Relator da CPI que resultou no **impeachment** do Presidente Collor.

Tenho certeza de que agora é o momento de fazermos uma grande investigação, que precisa contar com a colaboração de todas as instituições, do Ministério Público, estadual e federal, do Poder Judiciário, federal e estadual. É preciso a colaboração da sociedade de modo geral, por meio de suas instituições ou diretamente da população.

É lamentável o que estamos vivendo, mas, em compensação, é oportuno que isso tenha vindo à tona e que possamos efetivamente fazer uma verdadeira cirurgia e uma mudança. Se não tivesse havido essas fitas, essas denúncias, isso estaria passando silêncio-

samente, e ninguém estaria sabendo, nem nós aqui nem a população.

É o momento oportuno até para separar o joio do trigo.

É importante que o povo brasileiro entenda que, em virtude da corrupção que aconteceu nos Correios, não se pode tachar todo mundo que trabalha lá de corrupto. Os Correios não são uma instituição corrupta, ali existem pessoas muito sérias, desde o carteiro até os funcionários de carreira, o que também ocorre em outros órgãos e no Congresso Nacional. Em todo lugar existem corruptos, mas temos de identificá-los e puni-los de maneira adequada. É o momento, inclusive, de fazermos um grande pacto nacional, não só para apurar essa corrupção, como também para aprovar uma legislação. Por coincidência, Senador Pedro Simon, que está presidindo neste momento, há um projeto seu nesse sentido. E eu apresentei outro, inspirado no de V. Ex^a, que visa a combater essa prática. Dizem que a corrupção sempre existirá enquanto existir um ser humano, mas, pelo menos, no que tange a usar o dinheiro público, tenho certeza de que este projeto vai dificultar enormemente a vida daqueles que vivem de corrupção. Por quê? Segundo o projeto, toda pessoa que assumir um cargo público, seja um funcionário concursado, seja um cidadão nomeado para um cargo em comissão, seja um ministro ou um quem tiver um mandato eletivo, vereador, senador, terá o seu sigilo bancário automaticamente quebrado. Portanto, os passos financeiros desse cidadão serão monitorados pela Receita Federal, pelo Poder Judiciário e pelas comissões do Congresso Nacional.

Da mesma forma, as empresas que recebem dinheiro público, de qualquer maneira, prestadoras de serviços, empreiteiras, empresas de publicidade, enfim, toda empresa que receber recursos do Poder Público, seja de uma prefeitura, seja de um governo estadual, seja do Governo Federal, também terá o seu sigilo bancário automaticamente quebrado. Só poderá receber recurso público se tiver o seu sigilo bancário imediatamente quebrado. Com isso, então, o dinheiro público será tratado como dinheiro público e não como dinheiro privado, como hoje.

Há uma confusão geral. Se uma empresa recebe dinheiro de uma instituição, por exemplo, dos Correios para fazer publicidade, esse dinheiro está sendo pago por quem? Pelo povo brasileiro. Se recebe de outro órgão federal dinheiro público para fazer publicidade, esse dinheiro é do povo brasileiro. E se, depois, a empresa pega esse dinheiro e usa para ajudar o partido A ou o partido B, ou para pagar parlamentar para votar de uma maneira ou de outra, é recurso público que está sendo usado para corromper, de toda forma.

Então, é preciso pôr um freio nisso. As CPIs têm de avançar, o Poder Judiciário tem de investigar, e o Ministério Público deve, mais do que nunca, estar atento e vigilante, colaborando com as CPIs. Neste momento, coincidentemente, ou por um dedo de Deus, estamos vendo este triste espetáculo de corrupção por todos os lados, nos jornais, nas rádios, nas televisões; só se fala nisso.

Então, este é o momento de nos revoltarmos e mostrarmos, primeiro, que as pessoas não são todas iguais, que há pessoas boas e ruins em todos os lugares. E que os bons têm que se juntar para fazer com que o Brasil saia deste atoleiro e que dinheiro público não seja desviado da mesa do trabalhador, não seja desviado da saúde nem da educação para engordar contas de pessoas sem dignidade e que não deveriam estar ocupando cargos em entidades partidárias, muito menos ocupando cargos na administração pública.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me conceder a palavra pela Liderança do PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra o nobre Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, V. Ex^a foi Governador do Rio Grande do Sul e, tanto quanto eu e tantos outros aqui neste plenário, sabe que a corrupção ocorre nas duas pontas de formação do Orçamento público: na ponta da receita e na ponta da despesa. A receita do orçamento, tanto municipal, estadual, quanto federal, vem dos contribuintes, de todos aqueles que pagam impostos, ou seja, de toda a sociedade brasileira. Na ponta da receita, a corrupção se dá pela sonegação dos impostos, pela apropriação indébita desses impostos. Também a corrupção se dá nas subvenções ou nas isenções fiscais, também chamadas de incentivos fiscais. Acho que o Senado deveria debruçar-se numa análise profunda sobre as isenções fiscais, sobre os incentivos, porque iríamos descobrir coisas como as da Sudam, que caíram no esquecimento. Enfim, vem aí a corrupção na ponta da aplicação do dinheiro público. Essa se dá mediante nota fiscal fria, superfaturamento e até mesmo saque puro e simples na boca do caixa, como tivemos oportunidade de ver lá no meu Estado, há três anos, quando o presidente da Assembléia Legislativa sacou na boca do caixa cerca de R\$ 1,5 milhão, e não aconteceu nada. Está aí, sem nenhuma punição. A corrupção que se dá na arrecadação dos impostos precisa ser combatida de forma eficiente, mediante os mecanismos da

informática, com a participação decisiva da Receita. Eu diria até com a federalização do ICMS, imposto que mais se arrecada no País e que é mais sonegado. É o imposto que faz gente tornar-se rica do dia para a noite e que termina criando dificuldade para a concorrência entre empresários. Na ponta da arrecadação, na ponta da receita, tem de haver, além de uma fiscalização, uma repressão.

Ora, é intolerável... Deveríamos decretar a tolerância zero com a sonegação de impostos e meter o sonegador na cadeia. Não importa o **status** social dele. Nesse aspecto, queria aqui parabenizar a Polícia Federal pelo seu trabalho. Ela está agindo corretamente, junto com o Ministério Público. A sonegação não é praticada pelos pobres. Esses são sistematicamente perseguidos, são simplesmente fuzilados nas periferias, e ninguém levanta a voz para protestar.

Quando a Polícia Federal coloca a mão e prende sonegador rico, há manifestação de protesto. Ora, com a sonegação, a tolerância tem de ser zero, porque foi ela que encurtou os braços do Estado. Hoje o Estado brasileiro não consegue dar segurança pública ao cidadão que mora nas periferias, não consegue atendê-lo com saúde, nem com educação.

Então, é preciso, sim, que todos sejam tratados por igual. Se for necessário, tem de ir para a cadeia. Não importa se é um homem rico, ou um homem pobre! Todos devem ser tratados do mesmo modo.

No que diz respeito à corrupção praticada com recursos públicos, pagos pelo contribuinte, na hora da aplicação, o Congresso Nacional está com três CPIs. A primeira é a CPMI dos Correios, instituição em que deve ter ocorrido superfaturamento e nota fiscal fria, o que a CPMI está investigando. E tem de meter na cadeia na hora em que concluir os trabalhos. Não pode o Congresso concluir, mandar para o Ministério Público e levar vinte anos para ser julgado. Há também a CPI dos Bingos e a CPMI do Mensalão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos mecanismos eficientes para controlar a aplicação dos recursos públicos. Um exemplo nos vem do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em breve, o Ministro Eduardo Campos deixará esse Ministério. S. Ex^a me deu uma informação preciosa. O Ministério da Ciência e Tecnologia tornou transparente, ou seja, colocou na Internet o detalhamento de seus gastos. Então, qualquer pessoa tem acesso ao detalhe da despesa. Se alguém quiser entrar no **site** do Ministério da Ciência e Tecnologia para saber quanto custa uma garrafa de água mineral comprada pelo museu paraense Emílio Goeldi ou pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São Paulo, saberá porque o detalhe da despesa está lá.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– O Ministro Eduardo Campos informou-me que, com a implantação desse projeto, as despesas de custeio do Ministério foram reduzidas em 20%. V. Ex^{as} sabem o que significa reduzir 20% nas despesas públicas deste País? Se pegarmos o Orçamento da União Federal, de R\$400 milhões ou R\$500 milhões, vamos supor 500 milhões, e aplicar 20 milhões teríamos uma redução de gasto, em um ano, de R\$100 bilhões. Agora, imagine os orçamentos municipais e os orçamentos estaduais. Teríamos dinheiro suficiente para zerar o déficit. Não seria necessária aquela idéia do Sr. Ministro Delfim Netto, Senador Pedro Simon, que quer zerar o déficit desvinculando os recursos da educação, da saúde, da assistência. Não precisa disso, basta tornar público o detalhamento dos gastos públicos, para que a sociedade possa controlar o Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) –E,

por último, Sr. Presidente, para encerrar, pedi uma audiência ao Presidente Lula. Porque o nosso problema é zerar o déficit. O Presidente Lula recebeu o ex-Ministro Delfim Netto, que levou uma proposta para zerar o déficit. Eu tenho uma proposta também, com resultado concreto, obtido no Ministério da Ciência e Tecnologia, com resultado concreto no meu Estado, onde fui governador. Reduzimos o custeio, os gastos dos investimentos e também de custeio para zerar esse déficit. Espero que o meu pedido de audiência seja atendido pelo Presidente Lula, para que Sua Excelência possa implantar, com ato administrativo, tornando todos os gastos federais de todos os ministérios visíveis diante do olho do contribuinte.

Finalmente, se imaginarmos que as empresas públicas são maioria, a economia poderia ser alavancada neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estou reasumindo o mandato de Senador de república, representando o Estado de Roraima, pelo PMDB, a partir desta data.

Brasília, 21 de julho de 2005. – Senador **Romeiro Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje no meu Estado, a Paraíba – já foi assunto de discussão aqui no plenário –, prenderam um ex-prefeito da capital. Embora adversário, quero lamentar a forma como essas ações têm acontecido, não que eu queira me meter no mérito. Acho que ninguém, seja da justiça, da Polícia Federal, da Procuradoria ou do Ministério Público, prende ninguém sem mandado judicial, mas, de qualquer forma, invadir uma casa de família, às 6 horas da manhã, sem se preocupar com a forma como está fazendo isso... Acho que há meios mais civilizados de fazer isso. Quero apresentar à família minha solidariedade e dizer da minha tristeza de ver que está se tornando uma tradição no Brasil, antes mesmo de se ter uma condenação, efetuar prisões com efeitos bombásticos. Não estou entrando no mérito. O mérito cabe ao Ministério Público, cabe à Procuradoria, cabe à Controladoria, cabe ao Tribunal de Contas. Que isso seja visto lá. Mas estou aqui apenas me solidarizando com a família que deve ter passado o vexame de ver acontecer na sua residência, ao amanhecer do dia, uma ação tão drástica e dura.

Isso era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao Líder Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a Polícia Federal desencadeou uma operação, “confraria”, com 150 policiais em vários Estados da Federação, especialmente na Região Nordeste. Nesta operação, inicialmente, foram pedidas prisões preventivas, de até 5 dias úteis, de algumas personalidades e empresários: os Srs. Cícero de Lucena Filho, Evandro de Almeida Fernandes, Potengi Holanda de Lucena, Rúbria Beniz Gouveia Beltrão, Marcelo José Queiroga Maciel, Julião Antão de Medeiros, Wagner Pérciles Amorim Pereira, Fábio Magno de Araújo Fernandes e Joel Javan Trigueiro Beserra.

É verdade que o Sr. Cícero Lucena Filho tem uma vida pública, prestou importantes serviços ao País, foi Ministro de Estado da Integração Regional do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi Prefeito da Capital João Pessoa; é Secretário do Governo da Paraíba, do Governador Cássio Cunha Lima, é da Executiva Nacional do PSDB. Inegavelmente é uma personalidade

que prestou importantes serviços ao País. Mas, ouvi manifestações, inclusive do nosso Presidente – agora preside a sessão o nobre Senador Pedro Simon – protestando porque era uma prisão arbitrária, porque não tinha decisão judicial e era uma iniciativa da Corregedoria Geral da União. Vi outros Senadores manifestando que consideravam isso uma prisão política. Penso que é precipitado esse tipo de avaliação.

Quero deixar nas mãos do Presidente e dos Senadores que quiserem ter acesso às informações. Essa é uma decisão da Justiça, da Justiça Federal, do gabinete do Desembargador Federal João Batista de Almeida Filho, do Poder Judiciário, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que decidiu por esse posicionamento de decretar a prisão preventiva. Primeiro, tem amparo judicial: a Polícia Federal está cumprindo ordem da Justiça brasileira. Segundo, o pedido de decretação da prisão é amparado em uma investigação, ao que consta, bastante prolongada, há muito tempo, como tem feito a Polícia Federal em todos esses episódios, trabalhando juntos o Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

Não me cabe, nunca fiz isso, prejudicar quem quer que seja. Mas entendo que a Polícia Federal vem se comportando com uma atitude republicana; republicana no sentido de que o rigor das suas atitudes tem sido aplicado a todo e qualquer um, seja um importante empresário, seja uma loja de grife, seja um funcionário público, seja um policial federal, seja um Governador de Estado, seja um prefeito, a Polícia Federal tem se comportado de forma republicana. Às vezes, o Ministério Público e a Polícia Federal têm cometido exageros. Recentemente, inclusive, fiz um protesto desta tribuna, em função da prisão de um diretor do Ibama que não tinha nenhuma responsabilidade com aquela máfia que foi desmontada e que há anos operava no Mato Grosso e que era responsável por um desmatamento sem nenhum tipo de controle, quando 123 pessoas foram presas. Naquela ocasião, por exemplo, a capa da revista **Veja** era a seguinte: “Petistas envolvidos”. Dos 123, havia 3 petistas. Um, está demonstrado, não tinha nenhum tipo de envolvimento. E a segunda pessoa também, que era filiada ao Partido, não tinha nenhum envolvimento. Mas se fossem petistas envolvidos no escândalo, não haveria por que a Polícia Federal não atuar com o mesmo rigor. Ela não pode ser rígida, quando se trata de um ladrão pobre, da periferia, e não estabelecer as mesmas regras para o rico que rouba milhões. E não vamos aqui criar a jurisprudência da fraude. Ou seja, como há outros episódios de cor-

rupção sendo investigados, portanto, vamos diminuir o que é que possa ter acontecido.

A Polícia Federal tem desencadeado operações em todos os Estados do País, sempre com o mesmo procedimento: prisão domiciliar, busca e apreensão. É uma novidade na história republicana, mas não é uma novidade para a história do FBI americano. Não é uma novidade para as polícias alemã, inglesa ou francesa que sempre atuam com esse padrão de atitude. Se houve arbitrariedade, eu serei o primeiro a voltar a esta tribuna e protestar com a mesma veemência com que já protestei em outras situações, com o mesmo rigor; mas um político preso não é necessariamente um preso político. Não é.

Hoje, na CPI dos Bingos, o Procurador, que estava depondo e que não estava associado a esse episódio, sequer tinha conhecimento do que havia acontecido, disse à CPI que esta administração, neste período, transferiu R\$1 milhão para a conta do Comendador Arcanjo, um chefe de quadrilha poderoso, que operava no Mato Grosso. Ele está preso, já condenado a 34 anos, numa prisão do Uruguai, porque são algumas centenas de milhões de dólares que foram depositadas no Uruguai, e o Governo uruguaio, por sua vez, não está liberando os dólares nem o preso – e é importante que o faça, para que as coisas possam ser esclarecidas no Brasil. A prefeitura transferiu R\$1 milhão para a quadrilha do Comendador Arcanjo, quadrilha que pagou R\$85 milhões a Deputados Estaduais, além de ter financiado a candidatura de importantes homens públicos daquele Estado. E nós estamos falando de fraude, superfaturamento, desvios, irregularidades das licitações.

Não vou prejudicar.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já lhe concederei o aparte, Senador Magno Malta.

Não vou prejudicar, estou relatando o depoimento da CPI dos Bingos, a decisão do Desembargador Federal José Batista de Almeida Filho. A Polícia Federal pediu, junto com o Ministério Público, a prisão preventiva, e essa operação, ao contrário do que foi dito, não é circunscrita à Paraíba, ela se estende a vários outros Estados do Nordeste; é uma operação bastante ampla, como foram outras operações da Polícia Federal.

Entendo que os que têm uma relação de lealdade e companheirismo de militância o defendam, porque conhecem a sua biografia, de fato, uma biografia de serviços prestados ao País. Vamos aguardar a inves-

tigação. Torço para que não tenha sido cometida qualquer arbitrariedade, porque isso prejudicaria a imagem da Polícia Federal.

A Polícia Federal, dirigida pelo nobre Delegado Paulo Lacerda, com quem trabalhei em duas CPIs – e V. Ex^a também sabe da competência, da isenção e da seriedade –, quero aqui testemunhar que ela vem se comportando com rigor. Às vezes um rigor abusivo, mas, seguramente, um rigor republicano, porque não vem diferenciando partido, estatura, conta bancária, prestígio ou poder político. Ela atua com a mesma eficácia diante de qualquer situação.

(Interrupção no som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, nobre Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Só para colaborar, Senador Aloizio, lá no Mato Grosso foi a Assembléia que depositou R\$85 milhões na conta do comendador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Exatamente, e ele controlava a Assembléia Legislativa, financiava campanhas eleitorais e era um esquema bastante, eu diria, comprometedor de um setor da classe política, mas com ramificações com o narcotráfico, o crime organizado, o jogo do bicho e toda sorte de ilícitos.

Portanto, são episódios bastante graves que estão sendo apurados e investigados. Espero que chegue, realmente, aos culpados e que não se cometa qualquer arbitrariedade.

Termino como comecei, se tiver tido qualquer tipo de motivação política partidária nesse episódio ou em qualquer outro, seja com correligionário ou com adversário, virei a público e protestarei, porque a Polícia Federal não pode perseguir quem quer que seja, mas também não pode proteger só porque se trata de alguém que tem prestígio, poder ou dinheiro. E penso que é isso que o povo espera de uma polícia isenta e que se comporte de forma republicana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra a companheira Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria exatamente de ler uma nota da Polícia Federal sobre o que aconteceu hoje, mas vou ler alguns trechos apenas.

A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União e do Ministério Público Federal,

iniciou, na manhã de hoje, 21 de junho, a Operação Confraria. A ação da PF visa desarticular uma organização criminosa que atuava na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Foram expedidos 27 mandados de prisão pelo Desembargador Federal Carlos Rebelo Júnior do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Na região de João Pessoa/PB 21 buscas foram realizadas; duas em Fortaleza/CE, duas em Teresina/PI e duas em Recife/PE.

Então, foi dito que houve prisões arbitrárias, sem mandado judicial. Isso não é verdade.

Quero concordar com o Senador Aloizio Mercadante, que diz: não queremos nenhum tipo de arbitrariedade. Sei o quanto tem havido de arbitrariedades lá no meu Estado, o Pará; quando matam um trabalhador rural, Senador Augusto Botelho, 98% dos mandantes sequer vão a julgamento. Estou falando de um Estado campeão em violência e morte no campo! Quem investiga as mortes não é a Polícia Federal, mas a Polícia Civil, com apoio da Polícia Militar do Estado, mas nunca acham. Não descobrem os mandantes; no máximo, encontram aqueles que apertaram o gatilho – e olhe lá! Aqueles que financiam a violência, esses só foram achados no caso da Irmã Dorothy, diga-se de passagem, porque a Polícia Federal entrou, deu apoio e teve visibilidade. Do contrário, também não achariam, porque é assim que normalmente tem funcionado.

Nós queremos uma polícia diferente. O povo quer segurança, e notamos a ação da Polícia Federal, que tem um outro papel, investigando apenas 5% dos crimes praticados. Pela legislação, 95% dos crimes são investigados e apurados pelas polícias civis, 5% pela Polícia Federal. Queremos uma polícia isenta, que não persiga A, B ou C, pobre ou rico.

Não é possível, toda vez que alguém importante, Senador Pedro Simon, vai para a prisão, dizerem que se trata de uma ação para desviar a atenção. Minha gente! Neste País, às vezes, as pessoas agem como o ministro das comunicações do Hittler: repetem e repetem tantas vezes uma mentira, para que o povo pense que é verdade, como se a corrupção tivesse apenas acontecido agora.

Senador Pedro Simon, tenho orgulho na minha vida, é o patrimônio que tenho. Sempre digo que meus filhos não se envergonharão. Agora, não vamos tolerar a corrupção, seja onde for. Estou aguardando as investigações, inclusive as do pró-

prio PT, porque serei a primeira, ao lado de tantos outros militantes, a pedir a expulsão daqueles que, com certeza, tomaram atitudes à revelia da direção e da grande maioria de militantes.

Eu conversava com V. Ex^a ontem sobre isso. Não vamos permitir isso em um Partido que contribuiu para a democracia neste País, que contribuiu com os movimentos sociais, que surgiu da luta dos trabalhadores, diferente da história de todos os partidos no Brasil.

Não vamos permitir. Teremos eleição direta para a direção do PT em setembro. Não sei que partido faz eleição direta para eleger seus dirigentes, mas no PT nós fazemos. No PT, elege-se o presidente de forma separada, com o voto direto do filiado, e elege-se a chapa para a direção. A militância definirá os rumos para o PT.

A Polícia Federal não tem agido sozinha, mas com apoio do Ministério Público, Senador, e todas as suas ações têm amparo em ordens judiciais. A Polícia Federal não pode prender ninguém sem ordem judicial. Se provarmos, depois, que é arbitrário, realmente vamos aqui fazer o mesmo protesto. No entanto, não é justa a crítica que se faz sempre que alguém de colarinho branco é preso. Quando são presas – como já aconteceu – algumas pessoas do PT, há aplausos; quando são do PSDB, é um absurdo, é arbitrário. A dona da Daslu, imagina. É um absurdo! Empresários vão começar a sair do Brasil. A Fiesp, que nunca soltou uma nota por tanto absurdo que aconteceu neste País, vai defender sonegadora de impostos?! Não é possível! Será?

Estou aqui com artigo de Luís Nassif, da **Folha de S. Paulo**, intitulado “Lições do caso Daslu”, mostrando que a sonegação é ainda maior, porque há uma megasonegação de ICMS. Mais do que a União, quem está perdendo é o Estado de São Paulo, o Fisco de São Paulo, porque, ao pagar US\$1 mil por um produto, fazer a nota no valor de US\$100,00 e vendê-lo por US\$4 mil, só se pagam os impostos por US\$100,00. Assim, estão sonegando impostos. Além do enriquecimento fácil, estão sonegando, exatamente para a população que sequer pode passar na porta daquela loja, o acesso à saúde, à educação. Por quê? Porque essa população deixa de receber esses serviços quando maus empresários sonegam impostos.

Quanto a essa desculpa de que empresários não podem ser presos, quantos empresários em nosso País estão tranquilos, que não sofrem a ameaça de prisão? Por quê? Porque agem de forma correta: estão pagando os seus impostos. E não vamos crer que só aqui que se prendam empresários. Aliás, foi

interessante porque, no mesmo dia em que se fez esse protesto, estava nas primeiras páginas da imprensa norte-americana a prisão de um empresário por sonegação de impostos. Nos Estados Unidos, a terra da livre concorrência e do capitalismo, empresários também são presos quando não cumprem o que a legislação determina.

Quero, novamente, elogiar a ação da Polícia Federal e fazer uma correção, uma justiça. Foi mencionado aqui que estava sob investigação a ex-Prefeita Cozete Barbosa, que assumiu a prefeitura por dois anos e meio. S. S^a que me relatou que isso não é verdade. Ao contrário, quando aconteceu um caso em sua administração, ela mesma solicitou ao Ministério Público a investigação, abriu inquérito administrativo e demitiu a funcionária que praticava a fraude, e porque ela fez isso, Senador, ela está sendo perseguida. Mas ela já abriu, inclusive, o seu sigilo bancário para todos. Ela diz que não vê nenhum problema em abrir o seu sigilo bancário e em ver investigado o seu patrimônio. Então, quero aqui fazer justiça a esta mulher, que é Cozete Barbosa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a está tratando do caso do ex-Prefeito, ex-Ministro da Integração Nacional e atual Secretário de Planejamento e Gestão da Paraíba, Cícero Lucena. Com relação a isso, em primeiro lugar, quero registrar que diversas vezes tive oportunidade de dialogar com ele. Sempre o tratei, e ele a mim, com muito respeito e nunca o vi proceder de maneira inadequada. Tive a preocupação de, diante dos diversos protestos que aqui foram trazidos desde o início da tarde, procurar o Ministro da Justiça e o próprio diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, para ter acesso aos documentos necessários e saber mais detalhadamente o que está acontecendo. Se V. Ex^a avaliar como adequado e se me permitir, gostaria que fosse transcrita como parte de seu pronunciamento a decisão proferida pelo Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho, do Tribunal Regional Federal da 5^a Região. Que ela possa ser transcrita na íntegra como parte de seu pronunciamento, uma vez que ressalta o seguinte:

Deflui do exame dos autos, a complexidade das práticas delituosas apuradas no procedimento em questão, revelando fortíssimos indícios do cometimento da prática de crimes

contra as finanças públicas, que tem nos investigados suficientes elementos indiciários de autoria, já que a materialidade restou comprovada nos exames dos documentos analisados pela CGU, em que se evidenciou o prejuízo milionário aos cofres públicos.

Encaminho o documento a V. Ex^a e à Mesa para que seja transcrito, de forma a que se possa dispor da documentação completa sobre o que aqui se explica.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Aceito a sugestão de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, e solicito à Mesa a transcrição completa desse documento que ajuda a esclarecer os fatos.

Também quero dizer que recebi, há cerca de um mês, o ex-Prefeito e atual Secretário de Governo da Paraíba, Cícero Lucena. Eu o recebi a pedido do Governador da Paraíba. Ele veio apresentar explicações e eu o ouvi. Estou analisando esses fatos. Eu não prejulgo ninguém por ser do PSDB ou do PFL, mesmo partidos como o PFL, que já mudou tanto de nome, mas que apenas saiu do poder uma única – agora, a partir de 2003 –, e que é responsável por todas essas heranças que recebemos. Não discriminamos absolutamente ninguém.

Sr. Presidente Tião Viana, aceito a sugestão do Senador Eduardo Suplicy de incluir o documento citado por S. Ex^a em meu pronunciamento para que seja registrado nos Anais da Casa. Solicito também que seja registrado nos Anais da Casa o artigo de hoje de Luiz Nassif “Lições do caso Daslu”, caso que, volta e meia, vem à tona.

Quando se trata de grandes empresários milionários, parece que ninguém pode ser preso. Parece que somente os pobres, somente os filhos de gente pobre é que podem ser presos neste País. A prisão não é apenas para os pobres, para os filhos de trabalhadores, mas, sim, para todos aqueles que descumprem a legislação, sejam eles pobres ou ricos, empresários ou trabalhadores, ou políticos. Seja quem for, independentemente de raça, religião ou cor partidária, a lei precisa valer para todos. É assim que vamos construir um Brasil melhor, mais justo e mais humano, talvez não para nós, mas pelo menos para os nossos filhos.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Etapas do caso Daslu

O SÁBIO recluso, com quem converso de vez em quando, anotou todos os dados divulgados sobre o esquema Daslu, e chegou a conclusões relevantes para avaliar a dimensão do crime fiscal:

1) Se um vestido de US\$ 1.000 na origem entra no Brasil com documentos de importação de US\$ 100, o pagamento pelo dólar comercial só pode ser desses US\$ 100 correspondentes à fatura comercial que acompanha a mercadoria. Os outros US\$ 900 que precisam ser pagos ao fabricante na origem têm que ser remetidos pelo paralelo.

2) Para fazer a remessa pelo paralelo, é preciso ter reais em caixa dois que correspondam a dez vezes o valor das importações. Havia, então, uma megasonnegação pura gerar esses reais. Segundo indícios prováveis, a Daslu registra vendas de R\$ 120 milhões a R\$ 130 milhões por ano. Várias notícias da mídia econômica falam em vendas efetivas em torno de R\$ 400 milhões.

3) Se for verdadeiro, o maior prejudicado pelo esquema Daslu não é a União, mas o Tesouro paulista. Um vestido que entra no país por US\$ 100, quando na realidade custou US\$ 1.000 na fábrica, será vendido a um preço de boutique de US\$ 1.600. Ora, se a tributação no desembaraço (Imposto de Importação + IPI + ICMS) incide sobre US\$ 100, significa que a Daslu vai ter um crédito de ICMS só sobre esses US\$ 100, uma vez que a importadora laranja repassa pelo preço pelo qual recebeu. Então haveria um ICMS gigantesco sobre a diferença (18% sobre US\$ 1.500). Para o esquema se manter em pé, haveria a necessidade de uma megasonnegação de ICMS. A Secretaria da Fazenda trabalha em cima de cruza-

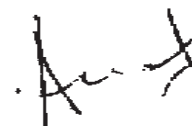
mento de dados e alterações estatísticas. Para não deixar marcas, o esquema deve ter sido desenvolvido por anos e anos.

4) Registre-se outro lado inexplicável do esquema Daslu. A Alfândega é uma das instituições mais antigas do Brasil. Tem a mesma idade do Brasil enquanto nação. Seus técnicos sabem perfeitamente o valor das mercadorias importadas. Possuem catálogos e listas de preços de tudo o que é importado. Pode até, por acaso, fazer-se uma vez ou algumas vezes, mas não por anos a fio, como um canal livre de importação.

5) Se ainda existisse a Cacex —abolida pelo governo Collor—, um caso Daslu não poderia ter existido, diz ele. A Cacex operava por setores de produtos e com especialistas que conheciam mais do que os próprios empresários. Para licenciar uma importação, era preciso juntar a lista de preços oficial do fabricante e os catálogos completos. Além disso, ela tinha seus próprios meios de verificação. Era uma máquina eficiente e íntegra de defesa dos interesses do país.

O governo Collor aboliu a Cacex porque já estava em tratativas para assinar um megac contrato de verificação de importações com a suíça SGS (Société Generale de Surveillance), empresa verificadora que checa a importação e a exportação em vários países da África, inclusive da Nigéria. A empresa só atuava em países sem estrutura própria. O fechamento da Cacex não foi acompanhado pelo devido aparelhamento da Alfândega.

@ → E-mail:
luisnassif@uol.com.br



DECISÃO

Vistos, etc.

Cuida-se de pedidos de:

- Pedido de prisão temporária;
- Requisição de documentos (procedimentos licitatórios, contratos, aditivos contratuais, atos justificadores dos pagamentos realizados, etc) existentes na Secretaria de Infra-Estrutura do Município de João Pessoa.

O caso é de procedimento apuratório sigiloso oriundo da relatoria do Desembargador Federal Marcelo Navarro, sendo redistribuído a este Juízo em virtude do mesmo ter-se averbado suspeito por razões de foro íntimo (fls. 849).

A espécie trata da investigação policial, denominado Operação CONFARIA, de caráter sigiloso, que tem como finalidade a apuração de irregularidades cometidas na Prefeitura Municipal de João Pessoa por políticos, empresários, servidores públicos e outras pessoas.

Investigação preliminar que foi instaurada no âmbito da Seção Judiciária da Paraíba, ao depois remetida a este Sodalício em razão da prerrogativa de foro de um dos investigados, sendo inicialmente detectada pelas conclusões do relatório da Controladoria Geral da União -CGU, cujas conclusões dão conta de crimes cometidos por grupo de pessoas contra a Administração Pública (principalmente fraudes em processos licitatórios), lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, falsidade ideológica, corrupção, tráfico de influência, advocacia administrativa, formação de quadrilha, entre outros.

O referido procedimento criminal foi recebido neste Juízo com investigações em curso, cópias de documentações advindas das auditorias da CGU e escutas telefônicas realizadas reduzidas a termo em autos circunstanciados em apena, no mais estrito segredo de justiça, sob a égide das Leis, 7.960/89, 9.034/95, 9.296/96, 9303/96, 10.217/01 e LC 105/01, que dão regramento às investigações dos crimes praticados por organizações criminosas, tendo sempre em vista as prescrições da Lei 4.898/65, com o intuito de coibir qualquer abuso de autoridade.

Dos autos verifica-se que a Autoridade Policial, no ofício nº 2960-SR/DPF/PB (fls. 583/689), representou pela tomada de algumas providências no sentido da produção de provas, quais sejam: decretação de prisão temporária; decretação de busca e apreensão; quebra de sigilo bancário, fiscal e financeiro.

O Desembargador Federal que originariamente recebeu o procedimento apuratório, sempre ouvindo o Ministério Público Federal (fls. 814/815, 834/835) já havia deferido a continuidade das interceptações telefônicas, bem como a interceptação de novos números de telefone, dando prosseguimento aos atos iniciados na Justiça Federal da Paraíba (fls. 816/817, 836/837).

Recebido os autos neste Gabinete (fls. 851) e analisado o conjunto probatório existente, considerando as promoções do Ministério Público Federal (fl. 855/866 e 886/887), deferi parcialmente os requerimentos apenas no tocante à busca e apreensão de materiais relacionados com os fatos investigados, quebra de sigilo bancário, fiscal e financeiro e rastreamento de contas públicas (fls. 888/900), sendo negados naquele momento, a decretação de prisão temporária e a busca e apreensão de documentos junto a Secretaria de Infra-Estrutura de João Pessoa.

Vale lembrar que o pedido de prisão temporária requeria a custódia de 16 (dezesseis) pessoas, e que, segundo a promoção do Ministério Público Federal (fls. 855/866), os autores dos crimes estariam em conluio.

O Ministério Público Federal então formulou um pedido de reconsideração consubstanciado no requerimento nº 0303/2005, reiterando o pedido de decretação da prisão temporária e da requisição pela Autoridade Policial, sob o pélio da ação controlada, de toda a documentação existente na SEINFRA do Município de João Pessoa, relacionada com os convênios investigados.

Desta vez, entendeu o Ministério Público Federal por reduzir a amplitude do decreto de prisional antes requerido (fls. 672/676), cingindo a requisitório a elementos-chaves, ou como se refere, aos cabeças da organização no âmbito da Administração de João Pessoa e de alguns empreiteiros que entende possam criar empecilhos à produção de provas, totalizando 9 (nove) investigados.

O *Parquet* argumenta demonstrando a necessidade e a presença dos requisitos da prisão temporária, apontando, ante a coleção de provas até agora produzidas, a flagrante existência do crime de quadrilha, a autoria dos investigados e o perigo que representam para a investigação, dada a própria posição política e social que ocupam, de virem a destruir provas e influenciar negativamente, criando obstáculos à condução das apurações.

Quanto à requisição dos documentos junto à Secretária de Infra-Estrutura de João Pessoa (fls.954/955), argumenta serem tais provas imprescindíveis à elucidação dos fatos e, que o grupo investigado, capitaneado pelo ex-prefeito Cicero Lucena, não mais controla a administração do município, não havendo, portanto, perigo que tais documentos sejam destruídas, requerendo, sob os auspícios da ação

controlada, que sejam requisitados por este Juízo, e a diligência seja realizada pela Autoridade Policial no momento oportuno.

Isto posto,

Antes de enfrentar o cabimento da aplicação ou não, da prisão temporária dos investigados, nos moldes da Lei nº 7.960 de 21 de dezembro de 1989, convém traçar breve consideração sobre o instituto e da presença dos requisitos que lhe dão ensejo, *funus commissi delicti* e *periculum libertatis*, em cotejo com as prescrições cogentes dos incisos I, II e III do art. 1º, da referida norma.

A prisão temporária, modalidade de prisão provisória de natureza cautelar, teve seu nascedouro no mundo jurídico através da Medida Provisória nº 111, de 24 de novembro de 1989, convertida posteriormente na citada Lei 7.960/89¹, ao argumento de enfrentar o recrudescimento das ações do crime organizado, especialmente, nos grandes centros urbanos.

Teve como escopo de se tornar sucedânea à injurídica prisão para averiguação, prática corriqueira e arbitrária, até então, na apuração criminal, que, em verdade, nunca fez parte do nosso sistema jurídico repressivo.

Em sendo prisão pré-processual, deve o Magistrado ao ter que aplicá-la, verificar se o seu manejo está em consonância com a principiologia constitucional-penal vigente, que coloca num patamar muito alto, quase sacrossanto, a presunção de inocência e, principalmente, a garantia férrea do *status libertatis*.

Como se vê são idéias diametralmente opostas, daí o dilema, sacrificar a liberdade individual, sem o convencimento formado da culpabilidade do acusado versus necessidade de se apurar crimes. Manifestação do fenômeno de confrontação entre o interesse privado e o interesse público.

Talvez aí estejam encerradas as maiores dificuldades encontradas pela doutrina na interpretação da lei em comento, dificuldade ainda mais árdua por parte do Poder Judiciário, destinatário final do comando legislativo, e que tem a grave incumbência de decidir sobre a conveniência de medida extrema de cassação da liberdade individual.

Vejamos o art. 1º da Lei 7.960/89:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

- I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;
- II - quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;
- III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:...

À luz do artigo citado, os requisitos dos incisos devem ser interpretados de forma conjuntiva ou disjuntiva?

Impõe-se uma reflexão sobre a classificação doutrinária da interpretação do artigo 1º da Lei 7.960/89. Diversas correntes se digladiam. Doutrinadores que afirmam que os incisos podem ser invocados isoladamente, outros cumulativamente, outros que só aceitam a aplicação se presente o requisito do inciso III, e outros, que a admitem desde que, presentes os requisitos da prisão preventiva, art. 312 do CPP.

Para Tourinho Filho e Júlio Mirabete é cabível a prisão temporária, diante de qualquer das três hipóteses consignadas no art. 1º da referida lei, sendo os quesitos alternativos².

Antonio Scarance Fernandes entende ser cabível apenas se presentes concomitantemente os requisitos dos três incisos, implicando na cumulatividade das situações previstas³. Neste caso, tal limitação interpretativa acarretaria dificuldades imensas na aplicação da referida medida acautelatória, tornando-a praticamente inócuo.

No entender de Damásio Evangelista de Jesus e Antonio Magalhães Gomes Filho, tal só tem cabimento naqueles crimes apontados pela lei, desde que apareçam a primeira ou a segunda hipótese legal, que o crime apurado seja previsto na lei⁴.

Com esse entendimento também comunga Ada Pellegrini Grinover:

[...] A prisão temporária, prevista na Lei 7.960, de 21.12.1989, providência excepcional é admitida na fase investigatória de crimes particularmente graves, elencados pelo art. 1º, III, da citada lei, desde que "imprescindível para as investigações" ou "quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade" (art. 1º, incs. I e II); para sua imposição, bastam o interesse da investigação e fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado; seu prazo é de cinco dias, prorrogável por igual período, salvo na hipótese de tratar-se de delito referido pela Lei 8.072/90, quando será, então, de trinta dias, igualmente prorrogável pelo mesmo período.

A redação dada ao art. 1º da Lei 7.960/89 pode ensejar dúvidas de interpretação quanto à necessidade da presença concomitante ou isolada dos três requisitos ali elencados. Não parece razoável entender que a existência de apenas um desses requisitos autorizaria a medida, pois assim haveria uma espécie de prisão temporária obrigatória para os crimes mencionados no inc. III; também não se poderia aceitar que a

² CAPEZ, Fernando. *Curso de processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2001, 7ª ed. rev. e ampl. p.238.

³ Op. cit. p. 238.

⁴ Op. cit. p. 238.

Imprescindibilidade para a investigação (inc. I) ou a ausência de residência fixa ou ocultação de identidade do investigado (inc. II) pudessem, isoladamente, autorizar a medida, inclusive para crimes não referidos no inc. III. Por outro lado, se fosse exigida a presença concomitante das três condições, a medida estaria circunscrita a casos raríssimos, em que, no estado da necessidade para investigação, o suspeito também fosse pessoa de identidade duvidosa ou de domicílio incerto. Sendo assim, a melhor expressão, até porque consentânea com os princípios constitucionais do processo, prescinza a cumulação de um dos requisitos previstos nos inc. I e II (caracterizadores do *periculum libertatis*) com a condição do inc. III, que configura o *fumus bonis juris*⁶.

Entendo, pois, que para o manejo desta excepcional medida cautelar, de privação de liberdade prevista no art. 1º da multicitada lei, é suficiente, como no último exemplo citado, que concorram um dos requisitos dos incisos I ou II, conjugados com a ocorrência dos crimes taxativamente definidos no inciso III.

Fixadas tais premissas, passo analisar a pertinência da aplicação ao caso concreto.

No concernente ao inciso II, quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, tal hipótese não merece invocação, *in casu sub examine*.

Do exame do conjunto probatório (fls. 678/680) verifica-se que todos os investigados têm suas identidades reveladas desde o início da apuração e suas residências são conhecidas, ainda mais, sabendo-se que são pessoas que possuem posições sociais de destaque no Município de João Pessoa. Destarte, não há falar em motivação da presente decisão com arrimo no inciso II.

Quanto à incidência do inciso III, esta configura a mais objetiva das motivações que podem informar o decreto prisional.

Deflui do exame dos autos, a complexidade das práticas delituosas apuradas no procedimento em questão, revelando fortíssimos indícios do cometimento da prática de crimes contra as finanças públicas, que tem nos investigados suficientes elementos indiciários de autoria, já que a materialidade restou comprovada nos exames dos documentos analisados pela CGU, em que se evidenciou o prejuízo milionário aos cofres públicos.

Ora, dada a sutileza e a complexidade das operações criminosas, operações essas que envolviam vultosas quantias e decisões técnicas que requereram o conhecimento e anuência dos ordenadores de despesas, necessitou-se para tanto, que fosse criada toda uma ardilosa estrutura criminosa com o intuito de avanço sobre verbas públicas.

⁶ GRINOVER, Adá Pellegrin e outros. *A nulidade no processo penal*. 8.ed. rev. atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. P. 364/365.

Também, observa-se que essa estrutura criminosa especializou-se. Desenvolve, atualmente, dentro dos mesmos esforços conjugados, uma desesperada e urgente "técnica" para apagar seus rastros, tentando assim, ou sumir com as provas ou maquiá-las gravames causados.

Sem embargo, o cenário caracteriza a incidência da previsão legal autorizadora da prisão temporária, mais precisamente a alínea "I" do inciso III, configurado, pois, em face da conduta dos diversos agentes que contribuíram com o crime e contribuem para ocultação em *consilium sceleris*, do crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do CP.

As provas coletadas engendram a adequação das condutas dos agentes envolvidas à conduta descrita no retrocitado artigo: "associarem mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes".

Subendo da adequação do caso ao inciso III, este o mais objetivo dos critérios propostos pela lei, impõe cogitar se o caso também se amolda à hipótese do inciso I, uma vez que a do inciso II foi rejeitada, como demonstrado.

Neste caso, o mais espinhoso, pois encerra além critérios objetivos também considerações de ordem subjetiva, que precisam ser avaliados com a mais rigorosa cautela, no resguardo de prevenir injustiças.

Em relação à potencialidade deletéria dos investigados, cujo decreto prisional o Ministério Público Federal reputa imprescindível para melhor apuração do crime, cumpre transcrever trecho da promoção que considera primordial para a decisão (fls. 952/954):

[...] No caso concreto, ainda que se entenda pela razoabilidade dos argumentos no sentido de que não se faz necessária a prisão de todos os investigados, a exemplo dos fiscais de obras e parte dos empreiteiros, apresenta-se como requisito para a livre colheita do depoimento dos co-réus e o sucesso das medidas de busca e apreensão a prisão temporária de alguns dos investigados, exemplo daqueles que se apresentaram como cabeças da organização no âmbito da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB e bem assim de alguns dos empreiteiros cujos elementos probatórios demonstram terem potencialidade para criar empecilhos à busca de provas na segunda fase das investigações.

Examina-se, então, de forma individualizada, a potencialidade lesiva de algumas das pessoas cuja prisão foi requerida:

a) Cícero de Lucena Filho: além de detentor de grande poder político, fato que, por si só, já se configura como entrave para que pessoas simples sintam-se à vontade para revelar fatos em seu desfavor, está claro nos autos suas incursões para abortar investigação com o mesmo objetivo por parte do Senado Federal, além de estar utilizando recursos obtidos pelo Estado da Paraíba, do qual é Secretário do Planejamento, com o fito de maquiá-las obras realizadas de forma parcial, para, com isso, fazer desacreditadas as conclusões da CGU - Controladoria Geral da União. Esses fatos demonstram,

data vênia, a razoável potencialidade de uma ação para evitar o recolhimento de provas dos fatos.

b) Evandro de Almeida Fernandes: apesar de não possuir o poderio político de Cicero Lucena Filho, inegável que possui muito prestígio no âmbito do Catadão da Paraíba, fato inibidor do recolhimento de provas contra ele, além de haver demonstrado claramente seu objetivo de utilizar dados para confundir a apuração da verdade real, com isso demonstrando que tem toda aptidão potencial para buscar a obstrução da verdade material.

c) Potengi Holanda de Lucena: também detentor de grande poderio político, tanto que recebeu do povo de João Pessoa o mandato de Vereador, vem demonstrando aptidão para atingir seus objetivos por meio de pagamento de propinas, mesmo em situações onde poderia realizá-los de forma legal (obtenção de certidões de atos públicos, por exemplo), o que demonstra sua potencialidade ainda maior para concretizá-los quando isso for necessário para lhe garantir a impunidade de crimes cometidos.

d) Rúbrica Beniz Couveia Beltrão: além do poderio político demonstrado pela sua antiga condição de Secretária-Substituta e depois titular da SEINFRA no Município de João Pessoa/PB, bem como pelo atual status de Secretária de Infra-Estrutura do Município de Cabedelo/PB, está registrado nos autos sua disposição para montar provas que se apresentarem necessárias ao encobrimento dos fatos e com isso a potencialidade de atuar de forma perniciosa à obtenção da verdade material.

e) Marcelo Queiroga Maciel: representante da empresa COESA, foi uma das peças importantes do esquema, desde que realizou grande parte das "cessões" de contratos antigos, além de haver executado um deles, de tal forma que será certamente forçado pela organização a encobrir as provas obtidas e impedir a realização de outras, para o que certamente tem todas as focas necessárias, principalmente no que diz respeito à documentação existente na indicada empresa.

f) Julião Antão de Medeiros: sócio da empresa COJUDA, revela-se nos autos como empresário com grande poder político, fato que demonstra nas conversas com o genro Deputado Federal, além de deixar nítida a forma ilegal que utiliza para obter a concessão de obras públicas, com o que também deixa clara a potencialidade para influenciar negativamente na busca das provas que serão objeto da segunda fase das investigações.

g) Fábio Magu Araújo Fernandes: sócio da empresa Link Engenharia – Indústria e Comércio Ltda.: apresentava-se como empresário detentor de grande prestígio, principalmente em relação a Cicero Lucena Filho, participa de verdadeira organização nacional destinada à obtenção de obras públicas por meios fraudulentos, além de estar sendo processado por outros fatos criminosos e mostrar-se adepto de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, com o que deixa à descoberto toda sua aptidão e poderio para frustrar a verdade material neste momento tão importante das investigações, principalmente no que se refere nos registros na sua empresa.

h) Wagner Péricles Amorim Pereira: também integrante da empresa Link Engenharia, sócio de Carlos Magno, revela-se nos autos como pessoa usceira e vezeira na participação em fraudes licitatórias para obter obras públicas, com o que demonstra total aptidão para buscar a destruição de provas necessárias à verdade material, principalmente aquelas que se constituem em registros da indicada empresa.

i) Joel Javan Trigueiro Reserra: representante da empresa Link Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., revela-se importante assessor de Fábio Magno Araújo Fernandes, de tal modo que participa naturalmente de fraudes em licitações para obtenção de obras públicas e realiza pagamentos de propinas como se fosse a coisa mais natural do mundo, fatos que demonstram sua potencialidade para obstruir a verdade material, principalmente no que se relaciona aos registros importantes existentes na empresa.

Enfim, atingiu-se o momento em que é extremamente importante a obtenção das provas necessárias ao desenvolvimento dos fatos, principalmente no que toca ao destino que foi dado aos recursos desviados, de tal sorte que não se pode correr qualquer risco de frustração por atos dos investigados, mormente pela importância de se levar às barras dos tribunais todos aqueles que, através da criminalidade difusa, torna-se responsável pela miséria e pelas grandes dificuldades sofridas pelo povo brasileiro (...)

Como se vê, a imprescindibilidade do decreto de custódia temporária para as investigações é necessária, mesmo com o afastamento provisório do *status libertis*, ante ao fato de que os investigados já vêm buscando ocultar as provas, destruindo-as ou tentando minorar os efeitos delituosos, conforme se verifica das transcrições nos autos circunstanciados apensos.

Também, o fato de serem pessoas muito importantes no meio social da cidade, o que fatalmente impediria o curso normal desta nova fase das investigações, pela própria potencialidade de intimidar as testemunhas e influenciar na coleta de indícios.

Evidentemente, a imprescindibilidade do decreto prisional se dá apenas no tocante àquelas pessoas que realmente tem força para obstaculizar a investigação, em face do poderio e influência, como se deflui das considerações do Procurador Regional, o que corrobora a presença do inciso I do artigo 1º da lei 7.960/89.

Na esteira deste entendimento, inclusive, colho precedentes das Cortes Superiores:

DECISÃO: Os fundamentos em que se apóia o acórdão ora impugnado parecem descaracterizar a plausibilidade jurídica da pretensão deduzida pelo ora impetrante, eis que - segundo enfatizou o E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 167/174) - a decretação da prisão temporária do paciente foi ordenada no caso ora em exame, com estrita observância de que se contém na Lei n.º 7.960/89 (art. 1º, incisos I e III, "n.º", c/c a Lei n.º 8.072/90 (art. 2º, § 3º).

Consoante registram estes autos, existiram indícios veementes da suposta participação do ora paciente no tráfico ilícito de entorpecentes. Tais indícios - decorrentes da apreensão de certa quantidade de droga e de armas, na propriedade do ora paciente - teriam o sentido de caracterizar a necessidade da decretação da prisão cautelar em referência, em ordem a propiciar ampla investigação penal em torno da alegada participação de Jorge Rafael Toumani no evento delituoso (fls. 157/161). A circunstância de achar-se foragido o ora paciente, a existência de elementos indiciários que parecem revelar o seu envolvimento na prática delituosa e a imprescindibilidade de sua presença no distrito da culpa, para o efeito de viabilizar o regular desenvolvimento das investigações penais qualificam-se como pressupostos legitimadores da privação cautelar da liberdade imposta a Jorge Rafael Toumani. O ato judicial que decretou a prisão temporária do ora paciente, embora conciso em sua fundamentação, está adequadamente motivado, segundo atesta o acórdão questionado na presente sede processual (fls. 179). Sendo assim, tendo presentes as razões expostas, indefiro o pedido de medida liminar. 2. O órgão ora apontado como coator já prestou as informações que lhe foram solicitadas (fls. 164/174). Ouça-se, portanto, a d.ª Procuradoria-Geral da República. Publique-se. Brasília, 14 de dezembro de 2000. Ministro CELSO DE MELLO Relator ⁶

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO TEMPORÁRIA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ART. 1º, I E III, "A", DA LEI Nº 7.960/89.

Atendidos os requisitos previstos no art. 1º, I e III, "a", da Lei nº 7.960/89, afigura-se perfeitamente cabível a decretação da prisão temporária.

[Precedentes.]

Recurso desprovido. ⁷

Expositis, decreto a prisão temporária nos termos do art. 1º da Lei 7.960/89, pelo prazo de 5 (cinco) dias, das seguintes pessoas:

1. CÍCERO DE LUCENA FILHO

Endereço residencial: Rua Norberto de Castro Nogueira, 311, Bessa, João Pessoa/Paraíba;

Endereço do escritório particular: Praça da Independência, 18, sala 210, Edf. Empresarial Independência, Centro, João Pessoa/Paraíba;

2. EVANDRO DE ALMEIDA FERNANDES

Endereço: Rua Inácio Ramos de Andrade, 312, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa/Paraíba (endereço de fl. 678);

Endereço: Rua Terezinha Ferreira de Lima, s/n, Lucena/Paraíba (cf. Ofício 3179/2005-SR/DPT/PP - fl.848);

⁶ Decisão na Medida Cautelar no HC 80494/MS, Relator Ministro Celso de Melo, DJ 19/12/2000, p. 33.

GRUPOS NOSSOS

⁷ Acórdão unânime da 5ª Turma do STJ, Relator Ministro Félix Fischer, julgado em 02 de março de 2004, DJ 29/03/2004, p. 254.

3. POTENGI HOLANDA DE LUCENA - Rua Santos Coelho Neto, 257, apto. 2001, Edf. Hannover, Manaira, João Pessoa/Paraíba;
4. RÚBRIA BENIZ GOUVEIA BELTRÃO - Rua José de Oliveira Curchatuz, 15, Bloco B, apto 1800, Aeroclube, João Pessoa/Paraíba;
5. MARCELO JOSÉ QUEIROGA MACIEL - Rua Tomaz Tajra, 1222, apto. 700, Jôquei Clube, Teresina/Piauí;
6. JULIANO ANTÃO DE MEDEIROS - Av. Rio Grande do Sul, 1250, bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba;
7. WAGNER PERICLES AMORIM PEREIRA - Rua Mar da Sibéria, 26, apto. 402, Edf. Porto Seguro, Intermares, Cabedelo, Paraíba;
8. FÁBIO MAGNO DE ARAÚJO FERNANDES - Rua Zilda Pessoa Barreto, 898, Areia Dourada, Cabedelo, Paraíba;
9. JOEL JAVAN TRIGUEIRO BESERRA - Rua Pomal, 871, Manaira, João Pessoa, Paraíba;

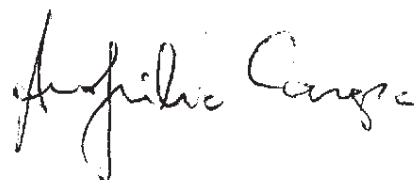
O cumprimento dos mandados em residências deve ser implementado entre 06:00h e 18:00h.

Dê-se ciência desta decisão ao Ministério Público Federal, na pessoa do representante que vem atuando nos autos, guardado o devido sigilo, bem como à autoridade policial, nos mesmos termos.

Cumpra-se.

Recife, 18 de julho de 2005.

Desembargador Federal **CARLOS REBÊLO JÚNIOR**
Relator Convocado



Ex-ministro tucano é preso em João Pessoa

O secretário de Planejamento e Gestão do Governo do Estado da Paraíba e membro da Executiva Nacional do PSDB, Cícero Lucena, foi preso esta manhã, pela Polícia Federal, na capital do estado, João Pessoa. Ele está sendo acusado de desvio de verbas federais e de fraudar licitações somando montante de R\$ 13 milhões, que seria utilizado para obras de infra-estrutura e construção de um canal no bairro do Bessa e construção do “calçadão” na praia de Cabo Branco.

O ex-prefeito é acusado, também, de “esquentar” licitações do ano de 1991, durante o período de 1999 e 2001, quando era prefeito da capital. A detenção ocorreu na residência do ex-prefeito, no bairro do Bessa, onde foram apreendidos lap-tops, duas malas contendo documentos e um gabinete de computador. Lucena foi ex-ministro da Integração Nacional do primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1995) e é o presidente estadual do PSDB na Paraíba.

A operação denominada de “Confraria” envolve um aparato de 150 policiais de cinco estados (Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte) e investigação do Ministério Público Federal a pedido da Controladoria Geral da União.

Além do ex-prefeito, também, foram detidos na sede da Polícia Federal, em João Pessoa mais seis pessoas envolvidas no esquema: Evandro Almeida, ex-secretário de Infra-estrutura, Rúbia Beltrão, ex-sub-secretária de Infra-estrutura de João Pessoa; Fábio Araújo, da Construtora Conorte; Wagner Péricles Pereira, proprietário da Construtora Link; Julião Medeiros, empresário da Construtora Cojuda e Joel Javão Trigueiro, líder da Cojuda.

Conforme informação da Polícia Federal, a “Operação Confraria” visa prender pessoas envolvidas em fraudes em licitações e desvio de dinheiro público nos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande Norte. Foram expedidos 27 mandados de prisão pelo Tribunal da 5ª Região da Justiça Federal, em Pernambuco.

POLÍCIA FEDERAL DESARTICULA QUADRILHA QUE FRAUDAVA LICITAÇÕES

JOÃO PESSOA/PB – A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal, iniciou na manhã de hoje, 21 de julho, a Operação Confraria. A ação da PF visa desarticular uma organização criminosa que atuava na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. A CGU identificou desvios de pelo menos R\$ 13 milhões em licitações de obras públicas.

A investigação teve início em março deste ano e constatou que desde 1999 o grupo fraudava processos licitatórios da Prefeitura de João Pessoa em obras que recebiam repasses de verbas do orçamento da União. Além de superfaturadas, as obras eram pagas mesmo que não realizadas. No período entre 1999 e 2001 empresas foram favorecidas por licitações "esquentadas" realizadas no ano de 1991, ou seja, empresas vencedoras de licitações em 1991, quase dez anos depois realizavam novas obras com base na mesma concorrência.

Entre as principais fraudes estão a Orla de Cabo Branco – prejuízo de R\$ 537 mil e o esgotamento sanitário e a drenagem de águas pluviais do Bairro do Bessa – prejuízo de R\$ 5 milhões. Dos 10 contratos analisados, todos apresentaram irregularidades.

Participam da Operação Confraria 150 Policiais Federais do RN, CE, PE, PB e AL. Os 27 mandados de busca e apreensão e os mandados de prisão foram expedidos pelo Desembargador Federal Carlos Rebelo Junior do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Na região de João Pessoa/PB 21 buscas foram realizadas, duas em Fortaleza/CE, duas em Teresina/PI e duas em Recife/PE.

A Operação Confraria apura crimes relacionados a lavagem de dinheiro, contra a administração pública, sonegação fiscal, falsidade ideológica, corrupção, tráfico de influência, advocacia administrativa, formação de quadrilha, entre outros.

PIAUI

Em Teresina, a ação dos policiais se concentrou nos escritórios da Construtora OAS e Coesa Engenharia Ltda, no edifício Eurobusiness, e, conforme os mandados, tinha como objetivo a busca e apreensão de documentos, materiais, disquetes e computadores relacionados às práticas delituosas.

Na operação foi cumprindo o mandado de prisão temporária expedido em desfavor de Marcelo José Quelroga Maciel, preposto das empresas neste Estado, preso nas primeiras horas da manhã em seu apartamento. Na residência do preso, os policiais federais encontraram várias armas de fogo (pistolas e revólveres) - algumas sem registro ou de uso proibido, além de muita munição. Este fato, determinou sua autuação por posse irregular de arma de fogo, crime tipificado nos arts. 12 e 16 da lei 10.826/03 - "estatuto do desarmamento", cuja pena prevista é a detenção, que vale de 1 a 3 anos, ~~em regime de~~

O cumprimento dos mandados será comunicado ao Juiz competente e o preso encaminhado, ainda de hoje, ao Estado da Paraíba, onde será interrogado e cumprirá a prisão temporária. Os materiais apreendidos - computadores, celulares, palm tops e documentos também serão remetidos à Superintendência da PF na Paraíba, onde serão submetidos às análises e perícias.

PREÇOS

Em João Pessoa e nas cidades da região foram presas 6 pessoas, ao mesmo tempo, em Teresina/PI, policiais federais prendiam mais um dos envolvidos do esquema. Até o momento estão presos:

1. Cícero Lucena
2. Evandro de Almeida Fernandes
3. Rubria Beniz Gouveia Beltrão
4. Julião Antônio da Medeiros
5. Wagner Péricles Amorim
6. Joel Javan Trigueiro Bezerra
7. Marcelo José Quelroga Maciel

Por: Comunicação Social – Superintendência da Polícia Federal na Paraíba
com informações da Comunicação Social da PF no Piauí
Telefone: (83) 214-2521

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos hoje mais um dia de intensa expectativa e perplexidade, ante o indizível acirramento desta crise que nos vem cada vez mais demonstrando a falência de nosso atual modelo de administração eleitoral e partidária.

Todos sabemos que grande parte dos múltiplos episódios de corrupção hoje investigados, assim como os absurdos desvios de gastos públicos, viciados por esquemas ilícitos, podem perfeitamente ser evitados, num sistema em que os mandatários políticos se submetam a regras mais claras e coerentes; num sistema em que as pessoas exerçam efetivamente os cargos para os quais foram eleitas; num sistema em que desmandos não se escondam sob artifícios de duvidosa legalidade, permitindo que, graças ao uso indevido da máquina governamental e das brechas da legislação, indivíduos e grupos se perpetuem no poder.

Por isso, trago hoje mais uma vez à reflexão a proposta para unificar mandatos e proibir a reeleição.

A óbvia fragilidade de nossas regras eleitorais e de nossas estruturas partidárias sabota os princípios da democracia representativa e compactua para que posições oportunistas ou alianças circunstanciais se sobreponham ao interesse público e arrogantemente desrespeitem os limites dos mandatos conferidos pelo voto do eleitor ao candidato eleito.

Ademais, tal fragilidade se reforça por uma solerte impotência organizacional, expressa pela insuperável dificuldade de operacionalização das regras vigentes. Isto porque as eleições teoricamente teriam a função de agrupar correntes ideológicas e organizar os grupos representativos da vontade popular. Porém, tal organização costuma durar no máximo alguns meses, após os quais as conveniências pessoais e de momento levam à fragmentação destes grupos. Resultado: fisiologismo, ilegitimidade, instabilidade, imprevisibilidade e, muitas vezes, ameaça à governabilidade.

Ambas as Casas deste Parlamento reconhecem a inadiável necessidade de darmos seqüência ao processo de aperfeiçoamento dos mecanismos que compõem nosso sistema de representação política.

Assim, em meio à escalada da crise e às urgentes providências que ela reclama, prioridades de ordem lógica se impõem. Mudanças imediatas se determinam, quando não pelo consenso sobre a urgência de determinadas propostas, pela tempestiva precedência que devem exercer umas sobre as outras.

Nesta vertente de raciocínio, tenho reiterado desta tribuna minha preocupação com a retomada do debate acerca de pontos nevrálgicos – a meu ver essenciais e inadiáveis –, dentre os quais ressaltam a duração das legislaturas, o período e a coincidência de mandatos nas eleições proporcionais e majoritárias e a impossibilidade da reeleição para os chefes do Poder Executivo nas três esferas de governo.

Entendo ser extremamente oportuna esta discussão. Entendo que manter a realização de eleições de dois em dois anos e permitir a reeleição do Presidente da República, de governadores e de prefeitos é compactuar com a máquina viciada que aí está. É um prejuízo para os habitantes das cidades; um prejuízo para a população brasileira; um prejuízo para o Congresso Nacional e um prejuízo para os cofres públicos.

Por isso, defendo a adoção de emenda constitucional com o objetivo de fazer coincidir os períodos de duração de todos os cargos eletivos – de Presidente da República a Vereador –, fixando-lhes o mandato em cinco anos, sem direito a reeleição.

Trata-se de alterações constitucionais baseadas em consistentes argumentos, tanto do ponto de vista da economicidade e otimização de recursos, da legitimidade do instituto representativo e do princípio da alternância, quanto sob a ótica da má experiência acumulada, no que diz respeito aos numerosos abusos e reincidentes excessos verificados no uso indevido da máquina pública.

O tripé formado pela concomitância de mandatos, a proibição de reeleições e a redefinição do prazo – indistintamente em cinco anos – para todos os cargos busca fortalecer a sustentabilidade e a coerência da representação popular. Busca proporcionar aos representantes eleitos uma posição mais nítida e aproximada dos anseios coletivos, além de maior estabilidade para o planejamento de sua atuação política e administrativa. Busca proporcionar que, ao fim do período quinquenal, segundo o julgamento do eleitor, o representante tenha sua atuação avaliada mediante a viabilidade de escolha do candidato que se comprometa com o prosseguimento de sua plataforma, de modo a apontar seu sucessor.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Sibá Machado, concedo-lhe o aparte, com o maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Esse tema é apaixonante. V. Ex^a estava bastante inspirado quando teve essa idéia, e, sem ter conhecimento da matéria que V. Ex^a apresentou ainda quando Deputado Federal na Câmara dos Deputados, acabei fazendo algo parecido. Mas estou disposto até a retirar o que apresentei no Senado, para endossar a idéia de V. Ex^a. É um projeto, no meu entendimento, de bastante lucidez, posto que compreende a necessidade do Brasil, já que saímos de um jejum de eleição para uma banalização das eleições brasileiras. Penso que o Brasil peca demais ao proceder a eleições um ano sim, outro não. Isso é muito complicado. Não é possível nem comentar o tamanho dos prejuízos. Além disso, fica parecendo que estamos brincando de democracia. A única coisa a que ainda me dobro é quando dizem que estou nacionalizando as eleições em prejuízo das questões da municipalidade ou coisa parecida. Mas, ainda assim, penso que V. Ex^a tem inteira razão. Só não sei que métodos poderíamos utilizar aqui no Senado para que a Câmara também desse uma olhada com mais carinho nessa idéia e pudesse acelerá-la, discuti-la melhor, avançá-la. E, no Senado, como poderíamos fazer? V. Ex^a poderia reiterar o projeto? Isso não está muito claro para mim. De qualquer forma, é um projeto de grandeza, que pode contribuir com o sucesso do nosso Brasil e aprimorar nossa democracia. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a, neste momento, dá um gesto de grandiosidade. De maneira nenhuma, eu poderia pedir que V. Ex^a paralisasse o projeto que já está em andamento nesta Casa. O nosso projeto foi, sim, iniciado na Câmara dos Deputados, em 1999, foi o primeiro projeto apresentado naquela Legislatura, passou por todas as Comissões, até formar-se uma Comissão Especial. Essa Comissão Especial já deu o parecer, inclusive estabelecendo a coincidência dos mandatos, mas, infelizmente, com o excesso de medidas provisórias, o assunto não é discutido na Câmara como deveria ser.

Então, hoje, esse seu aparte me é muito importante. Pelo menos nós dois estamos juntos numa mesma proposta, uma proposta que consideramos importante para o futuro do Brasil. Parabênizo V. Ex^a pelo projeto e quero dizer que estaremos caminhando juntos. Estou pronto para endossar o seu projeto no Senado. Juntos, seremos mais fortes e, juntos, poderemos, quem sabe, buscar a grande aliança de todos

os Parlamentares para o futuro que o Brasil quer. O Brasil, efetivamente, não quer reeleição.

A combinação desses três fatores tem como condão a capacidade de, a um só tempo, unificar a manifestação da vontade nacional, mediante uma captação mais constante, equilibrada e isenta das expectativas do povo, e garantir os meios para que a correlação de forças eleitorais se estabilize, exteriorizando-se dentro de um projeto político definido, claro e transparente, em cuja fidelidade residirá a continuação ou a mudança de rumos ao final do mandato.

Temos forçosamente de considerar que a atual sistemática de realização de sufrágios a cada dois anos não só é cara, como também banaliza o exercício democrático e condena as correntes partidárias a uma mobilização quase permanente à corrida eleitoral, com óbvios comprometimentos que se refletem tanto na qualidade das candidaturas, quanto no planejamento das plataformas e na gestão delas conseqüentes, sem falar da constante manipulação das famigeradas sobras de campanha.

Para os Municípios, ademais, a medida se mostra altamente salutar. Da forma como está, o prefeito assume o mandato e não pode fazer seu planejamento, pois, no segundo ano de mandato, ele não consegue passar incólume pelas eleições para Governador e para Presidente da República. São convênios e repasses de recursos paralisados. E isso tudo ocorre novamente, no quarto ano de mandato, quando ele terá de tratar da própria sucessão.

E tudo isso favorece ainda mais a corrupção.

Lembre-mo-nos de que a Lei de Responsabilidade Fiscal, combinada com a Lei nº 10.028/00, impossibilita que sejam contraídas quaisquer despesas nos últimos oito meses de mandato, o que dificulta enormemente o desenvolvimento econômico e social dos Municípios, os quais ficam impossibilitados de dar continuidade às suas ações.

Acontece que, no primeiro ano de gestão, o prefeito herda problemas da administração anterior, tendo de recompor a equipe e toda a estrutura administrativa. O segundo ano é tumultuado, por conta das eleições para Governador, Deputados e Presidente. Três meses antes das eleições, o prefeito não pode celebrar convênios ou repassar recursos. Assim, o prefeito fica, em função do período eleitoral, praticamente seis meses sem poder contratar. Sobra o terceiro ano. No quarto, já tem de suspender outra vez o programas, devido às novas eleições.

Assim, o Poder Executivo Municipal tem apenas dois anos e meio de trabalho. O restante do tempo, fica impedido de receber os repasses estaduais e federais. A aprovação da emenda proposta ajudará,

portanto, a que os prefeitos cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que as municipalidades aprovariam o Plano Plurianual, em condições mais estáveis e previsíveis, sem as conturbações políticas da troca de cargos nos Governos Federal e Estadual no meio do mandato.

Além do mais, a recomendação pela coincidência de mandatos encontra suporte também numa consulta encomendada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores, na qual a população demonstrou francamente aprovar a unificação das eleições.

Neste momento extremamente delicado em que a crise de confiança se abate sobre o Governo e os Partidos que compõem sua base, neste frágil momento de um enredar sem fim de verdades e mentiras em que se põem em jogo nossa honra parlamentar, nossa credibilidade e nossa lisura de propósitos, conclamo as lideranças e inteligências deste Congresso, para que nos dediquemos com especial atenção a estes dois dispositivos – o mandato de cinco anos e a proibição de reeleições –, de modo a viabilizarmos o esteio sobre o qual haveremos de assentar a instrumentação ideal da verdadeira vontade do povo, em prol da legítima representatividade do mandato a nós conferido em todas as situações e instâncias.

Sabemos que, no aprimoramento dos mecanismos de representação popular, consiste o futuro de nossa democracia. Que Deus nos ajude, então, para que o façamos de forma inequívoca e insuspeita!

Estou certo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que este Plenário se sensibiliza com tudo aquilo que vem ao encontro da moralização da coisa pública e do aperfeiçoamento de nossa democracia representativa.

Peço, portanto, que promovamos uma discussão serena, madura e imparcial sobre as vantagens que poderão advir para o Brasil na adoção dos dispositivos que compõem a proposta da unificação dos mandatos e da vedação das reeleições.

Nesta hora em que duramente investigamos desvios de caixas de campanha, compras de votos e promiscuidades éticas de toda espécie, acredito com firmeza que saberemos explorar as melhores alternativas e dar as melhores respostas à sociedade que nos assiste estupefata. Acredito com firmeza que a ela saberemos dar respostas institucionais claras e eficientes, respostas livres e sem personalismos, comprometidas unicamente com o povo e com o desenvolvimento nacional.

Em nome da lógica e do bom senso; em nome do respeito ao Erário; em nome, enfim, da moral pública e da própria governabilidade, estou convicto de que esta Casa, com sua aprovação à proposta de vedar a

reeleição e propiciar a coincidência geral de mandatos eletivos, saberá dar a resposta que nosso sistema político reclama.

Pois é essa, no meu entendimento, a solução de muitos dos mais graves problemas hoje por nós enfrentados. É, sobretudo, e sem dúvida, um importante passo rumo à concretização da verdadeira Reforma Política que a Nação tanto espera e que o eleitor tanto merece; a Reforma Política que, por tantos e tantos anos, aqui discutimos; a Reforma Política que não temos tido a coragem e a força de realizar. É o momento, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, pela Liderança do PL, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por até sete minutos. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, senhoras e senhores que estão na galeria visitando esta Casa – sejam bem-vindos –, público de casa que nos assiste. Hoje, pela manhã, tivemos a felicidade, na CPI dos Bingos, de ter a presença de Procuradores da República que há mais de cinco anos vêm estudando a questão que envolve a jogatina, os bingos, os caça-níqueis e a contravenção no Brasil.

Os procuradores naquela ocasião deram uma panorâmica para a CPI, mostrando como os criminosos de comando do crime organizado trabalham nessa teia, usando a jogatina como fachada e com um discurso, uma falácia, de geração de emprego, de que estão colocando comida na mesa do cidadão – e há outras atividades criminosas que dizem fazer a mesma coisa –, e mostrando por “A” mais “B” o mal que o crime organizado tem feito a este País com a jogatina. E não é um discurso do Parlamento, Sr. Presidente Tião Viana, que também esteve na Comissão esta manhã, mas do Ministério Público.

O meu Estado, durante doze anos, pagou o preço de ter sido algemado pelo crime organizado. A jogatina fez um grande mal ao Espírito Santo.

Senador Tião Viana, somos um País com fronteiras abertas, porque temos ínfimos efetivos da Polícia Federal, que não dão conta do tamanho das fronteiras brasileiras. Fazemos fronteiras com países que, além de plantar e industrializar, fazem toda ordem de contrabando para dentro do Brasil. Os nossos portos, os nossos aeroportos e a nossa malha rodoviária acabam

sendo entrepostos desses e de outros tipos de crimes para o mundo inteiro.

Agora, avalie V. Ex^a, se legalizarmos o jogo no Brasil, com as fronteiras e os vizinhos que temos, certamente faremos deste País um paraíso para os que cometem crime usando a jogatina para lavar dinheiro.

Detectamos, na CPI do Narcotráfico, uma modalidade que não é nova, a mesma que o crime usa em muitos lugares para lavar dinheiro: revendedoras de carros usados, lugares onde o dinheiro sujo vai entrando aos poucos, junto com os valores aferidos em uma ou duas noites, seja num bingo, seja em uma casa de jogos. Se obteve numa noite R\$20 mil, depositam-se R\$50 mil no outro dia: R\$20 mil aferidos e R\$30 mil de dinheiro sujo. E assim vai-se lavando o dinheiro aos poucos. Essa é uma das modalidades aplicadas dentro das casas de jogatinas, como dinheiro de corrupção, dinheiro de superfaturamento, para poder lavá-lo.

Não temos cultura de jogos, e não adianta tentarmos comparar e mostrar que os Estados Unidos se deram bem com a jogatina.

Não sei se felizmente ou infelizmente temos fronteiras abertas e, por isso, seremos um paraíso. Para se ter uma idéia, toda a maconha consumida da Bahia para baixo – da Bahia para cima é o polígono da maconha – vem do Paraguai, infelizmente das grandes fazendas de criminosos brasileiros. Parte delas é da família Morrel, de Mato Grosso do Sul, daquela área de Dourados, investigada por nós na CPI do Narcotráfico.

Sr. Presidente, aproveito para externar a minha solidariedade e mandar o meu abraço ao Dr. Odilon, um Juiz Federal de Mato Grosso, um dos melhores quadros, um dos homens mais destemidos e corajosos deste País. Dr. Odilon está vivendo dentro do seu próprio gabinete, dormindo num colchonete, cercado de seguranças todos os dias, porque, simplesmente, está dando sentenças duras aos narcotraficantes, aos grandes contrabandistas da fronteira brasileira.

Homenageando o Dr. Odilon, um orgulho para Mato Grosso, um orgulho para o Brasil, homenageamos juízes e juízas, homens e mulheres corajosos, capazes de enfrentar o crime organizado.

Todas as vezes que falo disso, lembro-me da Dr^a Selma Couto, chefe de polícia do meu Estado. É uma mulher corajosa, valente. A Dr^a Fabiana Maioral é outra delegada corajosa, valente. Homenageio aqueles que enfrentam destemidamente o crime organizado neste País.

Estamos vivendo um momento crucial na vida da Nação. O Congresso está funcionando com “n” CPIs. Quando se fala em reformular a lei eleitoral – e é preciso fazer isso urgentemente –, tenho as minhas dúvidas sobre o financiamento público de campanha,

pois o povo já paga um preço muito alto, os impostos são muito altos. No meu coração, não me sinto à vontade para ainda ver esse povo pagar uma campanha eleitoral, Senador Sibá Machado. Existem outras mecânicas sendo praticadas por países no mundo inteiro, e o Brasil pode muito bem copiá-las, porque a roda já foi inventada.

É preciso passar este País a limpo. É preciso que o homem público tenha a coragem de declarar ao TRE as ajudas que recebeu.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, tenho acompanhado os trabalhos da CPI dos Bingos, pois sou membro indicado pelo meu Partido. V. Ex^a foi o autor do requerimento de criação da CPI. Há uma expectativa de que possamos, de fato, fazer um grande trabalho que elucide toda a problemática da contravenção do jogo no Brasil. Estamos falando após o depoimento do Dr. Pedro Taques, Procurador Federal, apontando que somente em Mato Grosso houve uma lavagem da ordem R\$800 milhões por ano, em média, com a contravenção. Imagine o volume que isso representa se considerarmos o Brasil como um todo! Gostaria apenas de dizer da expectativa de todos. Tenho certeza de que, com a colaboração de V. Ex^a, de outros Parlamentares e do Presidente Efraim Morais, teremos oportunidade de definir, de maneira muito sólida, o marco legal que determina a relação de Estado com o jogo no Brasil. Pessoalmente, votarei contra e sei que V. Ex^a também. Gostaria apenas de ajudar V. Ex^a quando se referiu aos nossos vizinhos: “Também com os vizinhos que temos!”. Sei que V. Ex^a pedirá a correção à Taquigrafia, porque a sua relação é de respeito com os vizinhos sul-americanos e fala, de fato, que o aparelho de Estado é fraco para garantir a fiscalização efetiva, como é no Brasil. Não temos o controle total da lavagem de dinheiro na América do Sul e em muitos países, inclusive de Primeiro Mundo. Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex^a e, no momento, até me veio à mente o fato ocorrido: não falei sobre os nossos vizinhos de uma forma pejorativa. Tenho respeito por eles e até muito carinho. Falo exatamente da fraqueza do aparelho de Estado, que não é só deles. Com o País que temos, há só sete mil homens na Polícia Federal. A minha dificuldade é entender que toda e qualquer arma de fogo, principalmente arma curta de fogo, que mata o homem na vida urbana brasileira, vem de contrabando. Por isso estou falando sobre isso. Portanto, não é

um comentário pejorativo, mas preocupo-me com os grandes carregamentos de maconha. Temos 1.100 quilômetros de fronteira aberta com o Paraguai e mais 700 quilômetros abertos com a Bolívia.

Na época da CPI do Narcotráfico, Senador Sibá Machado, constatamos que havia duas mil pistas clandestinas para vôos de pequenas aeronaves para o tráfico de drogas e contrabando dentro da nossa Amazônia.

Então, retiro o que disse, agradecendo ao Senador Tião Viana. A minha palavra é exatamente sobre esse aparelho fraco de Estado, que acaba trazendo prejuízo a todos nós.

Concedo um aparte ao Senador Siba Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, quero usar da palavra rapidamente para dizer que, cada vez que V. Ex^a sobe à tribuna para tratar desses assuntos, não vejo ninguém que tenha maior lucidez e autoridade do que V. Ex^a. Quando tratamos desse problema de fronteira, que V. Ex^a conheceu muito bem durante a CPI do Narcotráfico, verificamos que estamos vivendo, hoje, uma realidade pior do que aquela que a CPI constatou. V. Ex^a contribuiu muito para o nosso Estado. Acredito piamente que a grilagem de terras, o problema do narcotráfico, o roubo de madeira – e soube agora que há empresas clandestinas, inclusive asiáticas, utilizando-se de pobres do Peru, invadindo florestas no Acre, fazendo com que o Exército passe a tomar conta –, a questão do jogo, da contravenção em geral, todas essas questões parece que estão juntas, muito misturadas. Esses esquemas utilizam-se de uma inteligência que não somos capazes de imaginar até onde vai. São pessoas muito experimentadas, muito capacitadas, que se utilizam de artifícios da alta tecnologia e de bons conhecimentos. Tenho dito que a grilagem tem me surpreendido. Conhecem cartórios como a palma da mão, conhecem pessoas que sabem o que fazer. E nós não somos capazes. Acredito que estamos começando essa limpeza no Brasil. Aquela CPI foi um sucesso e acredito que a CPI dos Bingos pode chegar a muitas informações importantes.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, para não passar mais do tempo, quero apenas dizer que V. Ex^a deveria voltar mais vezes à tribuna para tratar deste assunto. O Brasil precisa conhecer mais de perto esse tema de grande importância que V. Ex^a traz para todos nós.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado Senador Sibá Machado. Na verdade, V. Ex^a e o Senador Tião Viana sabem bem, pois sofreram muito

na fronteira com a Bolívia, onde havia aqueles marginais fardados, quadrilhas fardadas que iam buscar drogas na Bolívia e traziam nos próprios carros da Polícia, patrimônio do povo do Acre, para poder cometer crime contra a população do Acre. Mas, graças a Deus, estão na penitenciária e, certamente, outros que aparecerão vão pensar dez vezes e, se vierem, vão para a penitenciária também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Mão Santa, por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, Senadores e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, terei cinco minutos mais dois minutos, de acordo com o Regimento. E, pela nossa irmandade do Piauí e V. Ex^a, como Presidente do nosso Partido, evidentemente, levará em conta que cinco mais cinco são dez, que é a nota para V. Ex^a como Senador da República.

Senador Alberto Silva, nós vamos falar de números. Onde está o Senador Flexa Ribeiro? A economia brasileira está vivendo um ritmo mais lento, mas a voracidade do Governo Federal, Senador Tião Viana, em arrecadar não dá sinais de diminuir. Muito pelo contrário, o Governo acaba de apresentar os números de arrecadação relativos ao primeiro semestre de 2005. Senador Tião Viana, são 76 impostos. Este é o País que mais paga imposto. Senador Augusto Botelho, e os juros são dez vezes maiores do que a média mundial. Então, o povo não tem poupança individual. Não tendo poupança, não há obra; não tendo obra, não há trabalho.

Senador Flexa Ribeiro, é muito oportuna a sua presença, pois o meu discurso trata de dinheiro e V. Ex^a é um homem que entende de dinheiro. O seu Estado é rico e V. Ex^a também é muito.

Foram arrecadados R\$7 bilhões acima do previsto. Senador Alberto Silva, há dois anos meio, V. Ex^a fala que consertaria todos buracos das estradas brasileiras com pouco dinheiro. Foram R\$7 bilhões arrecadados a mais, só neste semestre; mas o dinheiro desaparece. As estradas estão esburacadas, o povo está sem segurança, a educação está pior ainda, entrou em desespero, porque até o Ministro foi embora, mostrando que Educação não é prioridade neste País. Para se ter saúde é preciso recorrer ao sistema privado.

Foram arrecadados R\$175,7 bilhões, uma alta de 6,19% – descontada a inflação – em relação ao mesmo período do ano passado. Só para se ter uma idéia da dimensão desses R\$7 bilhões adicionais, o polêmico Projeto de transposição do rio São Francisco, Senador Eduardo Suplicy – desligue o telefone e leve esse número para o Planalto –, totalizará R\$4 bilhões. Logo, esse dinheiro daria para financiar praticamente dois projetos de transposição do São Francisco.

Quanto o Senador Alberto Silva queria, em bilhões, para tapar todos os buracos das estradas brasileiras? Seis bilhões! Pois é, Senador Alberto Silva, V. Ex^a, que é a maior experiência daqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... e Deus lhe deu também a experiência da lei e a do coração. Pois bem, esse dinheiro daria para recuperar as estradas.

Dom Pedro II já disse a sua filha, Isabel, que estrada é o maior presente que se dá a um povo. Houve um Presidente que disse que “governar é fazer estradas”. Juscelino Kubitschek falava em “energia e transporte”, e transporte é estrada. E não atenderam ao apelo da experiência do empreendedor Alberto Silva.

Mas vamos aos números. Tudo aumentou:

No primeiro semestre de 2004, o Imposto de Renda arrecadado foi R\$55,15 bilhões e, em 2005, R\$61,39 bilhões; a Cofins aumentou de R\$40,75 bilhões, em 2004, para R\$42,31 bilhões, em 2005; a CPMF passou de R\$13,73 bilhões, em 2004, para R\$14,44 bilhões, em 2005; a CSLL subiu de R\$10,97 bilhões, em 2004, para R\$13,15 bilhões, em 2005; o IPI, de R\$11,44 bilhões, em 2004, para R\$12,51 bilhões, em 2005; o PIS/PASEP, de R\$10,57 bilhões, em 2004, para R\$10,65 bilhões, em 2005.

Então, este Governo é nota dez para arrecadar e para tirar de você, brasileiras e brasileiros que trabalham. É dez. Não é o Fome Zero, não; é o Governo dez para arrecadar, para explorar quem trabalha.

Senador Alberto Silva, lembrai de Vangi, a santa que está nos céus, mãe de V. Ex^a, quando Cristo andava pelo mundo – sei que esse negócio de imposto é coisa velha –, perguntavam: “Oh, Cristo, é justo pagar a César esse imposto?” Ele respondia: “Quem está na moeda? É César. Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.” Se Cristo andasse hoje neste Brasil, em Brasília, no meu Piauí, Ele diria para não pagar, porque esse imposto está sendo roubado, está indo para o mar de lama e para a corrupção.

Senador Alberto Silva, V. Ex^a é um empreendedor e um abençoado de Deus, o mais experiente e o mais jovem. Não há quase ninguém aqui da Oposição, só a juventude desses jovens do Acre, um piauiense,

Sibá, que nós emprestamos. O Acre, onde nasceu o PMDB, o General...

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Oscar Passos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Oscar Passos.

Mas eu queria dizer o seguinte: no desespero, estamos igual a Castro Alves, no Navio Negreiro: “Oh, Deus, onde estás que não vês tanta sofrimento...”

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço. Em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso, que é o melhor discurso.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Já lhe dei cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Oh, Deus! Oh, Deus! Incute no nosso Governo as leis de Deus!

Ó, Lula, é simples. Sei que Vossa Excelência não gosta de ler, nunca lê a Constituição, as leis dos homens, mas leia a Lei de Deus. Só são dez os Mandamentos. Fixe-se pelo menos no sétimo: “Não roubarás”. “Não roubarás”. “Não roubarás”!

Senador Tião Viana, sei que este Senado existe porque Moisés, que era Líder e que tinha uma história de 40 anos, Senador Alberto Silva, quis desanimar. Ele enfrentou o exército do faraó, o mar Vermelho, o deserto, a fome, o bezerro de ouro. Ele quis desanimar, mas ouviu a voz de Deus.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a tem um minuto. Já lhe dei seis minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, Sr. Presidente Alberto Silva. Mas Deus disse – e tem muito a ver com V. Ex^a. Atentai bem, Senador Alberto Silva! Então, ele ouviu a voz de Deus, Senador Augusto Botelho.

Moisés quis desanimar quando viu o bezerro de ouro, quando viu que o povo não o seguia, mas ouviu de Deus: “Buscai os mais experimentados, os mais experientes, os mais idosos, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Então, nasceu a idéia do Senado. Aqui, nós estamos, e V. Ex^a simboliza esta mensagem de Deus: a experiência, dando exemplo a todo o Senado. O Parlamento, vazio; e o Senador Alberto Silva, presente.

Agradeço a grandeza do Piauí, que mostra a nossa superioridade naquilo que é o mais importante: a gente, que V. Ex^a representa tão bem!

Augusto Botelho, Sibá, não conheço a Bandeira do Acre, mas, na do Piauí, existe uma estrela, que é representada pelo Senador Alberto Silva, que está dando exemplo de trabalho a esta Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição, se possível, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Pois não, estou inscrevendo V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Tião Viana por dez minutos e mais cinco de prorrogação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para prestar o que julgo ser uma justa homenagem e um justo reconhecimento ao dedicado trabalho do Ministro de Estado Humberto Costa à frente da Pasta da Saúde do Governo brasileiro nesses 25 meses. É justo que façamos o devido reconhecimento, um quadro comparativo, analisando a evolução do processo de saúde pública no Brasil.

Tem sido muito cara a construção do Sistema Único de Saúde. Muita responsabilidade está em jogo, muito compromisso, muita luta ideológica, muita responsabilidade sanitária.

Desde 1975, o Brasil definiu como caminho de organização da saúde pública brasileira o Sistema Nacional de Saúde. Houve evolução nas reformas sanitárias do País, e a Lei Orgânica da Saúde, de 1990, tem sido objeto de análise permanente, de avaliação permanente de toda a dinâmica do processo de construção da saúde pública brasileira.

O sistema de saúde pública no Brasil tem os primeiros sinais de organização a partir de 1923. Antes, havia ainda a água e o sal, Senador Mão Santa, que curavam as cicatrizes dos escravos, as feridas, as chibatadas. A partir de 1923, na formação da malha ferroviária brasileira, começam os modelos de proteção social e da organização mais efetiva de um sistema de saúde, confundido muitas vezes com o sistema previdenciário.

Oswaldo Cruz, na primeira década do século XX, e Carlos Chagas, a seguir, estabeleceram os parâmetros de organização e de avaliação do sistema de saúde pública no Brasil.

O Ministro Humberto Costa exerceu com muita responsabilidade a sua função. Com muito esforço, montou uma equipe para intervir adequadamente na política nacional de saúde. E colheu frutos. Posso falar, com muita tranquilidade, dos frutos colhidos por S. Ex^a.

O SUS hoje atende 79% da população que procura os serviços de saúde. É um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo atenção integral, universal e gratuita a todo cidadão brasileiro.

Alguns resultados muito bem expostos pelo Sistema Único de Saúde a partir de 2004:

- 1,2 bilhão de procedimentos de Atenção Básica;
- 310 milhões de exames de patologia clínica;
- 10 milhões de exames de ultra-sonografia;
- 2,3 milhões de partos;
- 104 mil procedimentos de alta complexidade em cardiologia;
- 107 mil procedimentos em pacientes internados na área de oncologia, o que envolve cirurgia oncológica, radioterapia cirúrgica, quimioterapia e iodoterapia;
- 11 mil transplantes de órgãos, o que representa 75% do total de transplantes realizados no Brasil, Senador Augusto Botelho;
- 8 milhões de sessões de TRS, Terapia Renal de Substituição, cumprindo 97% da oferta.

Quando verificamos a Atenção Básica, no final de 2002, ou seja, no governo anterior, havia 16.698 equipes de saúde da família. Houve um aumento na gestão do Ministro Humberto Costa de 32%. Em julho de 2005, o número saltou para 22.683 equipes de saúde da família. O número de pessoas atendidas no final de 2002 era 55 milhões e, em junho de 2005, passou para 74 milhões.

O número de Municípios atendidos saltou de 4.161, em 2002, para 4.837, em meados de 2005.

Programa de Saúde Bucal.

No final de 2002, havia 4.261 equipes; em junho de 2005, esse número saltou para 10.628, ou seja, durante o Programa Brasil Sorridente, do Governo Lula, de 26 milhões de pessoas atendidas, esse número passou para 55 milhões.

No financiamento do Sistema Único de Saúde, obtivemos um acréscimo de 50% no financiamento sobre os valores e incentivos repassados para o custeio das equipes saúde da família e saúde bucal, nos seguintes critérios:

- na Amazônia Legal, a nossa Amazônia: Municípios com até 50 mil habitantes e um Ín-

dice de Desenvolvimento Humano menor que 0,7 – um aumento de 50%;

– nas demais regiões: Municípios com população de até 30 mil habitantes e IDH menor ou igual a 0,7 – todos tiveram acréscimo de 50% no financiamento. Se observarmos a série histórica anterior, vamos verificar uma diferença abissal entre o que se fazia, em termos de financiamento, progressividade, e a progressividade de financiamento do nosso Governo.

São dados indiscutíveis, comparativos, que mostram a responsabilidade social e a política de saúde do Ministro Humberto Costa.

Em relação ao Programa Agentes Comunitários de Saúde, que foi um outro enorme desafio, no final do ano de 2002, havia 175 mil, 463 agentes de saúde; em junho de 2005, 198 mil, 743. Ou seja, havia agentes de saúde por meio dos PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde –, num total de 98 milhões e 600 mil, e passamos para 101 milhões e 500 mil.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a uma breve interrupção?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o maior prazer, Senador Lobão.

Esses dados demonstram a total sensibilidade e responsabilidade da Pasta de Saúde do Presidente Lula.

Infelizmente, a ebulição, a fervura do caldeirão político criou situações que determinaram novas decisões políticas e que levaram a algumas substituições, nos moldes que estamos vendo, diante de uma reorganização da política de Governo.

Ouçó V. Ex^a, Senador Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, não se faz oposição e muito menos política praticando injustiças ou sequer omitindo os dados da realidade, muitas vezes visíveis, como esses que V. Ex^a menciona. Não tenho dúvida de que no Governo Lula o setor de saúde tem recebido um tratamento especial. Esses dados são, por si mesmos, claros e gritam ao nosso coração, ao nosso conhecimento e à nossa inteligência. É claro que essas vitórias vêm sendo obtidas de Governos anteriores para cá. No Governo Fernando Henrique, as vitórias foram amplas também nesse setor, mas quero chamar a atenção de V. Ex^a, e sobretudo do Senado, para o fato de que, no período da Revolução – que é tão mal falada neste País –, havia apenas 12 milhões de pessoas atendidas pelo Sistema de Saúde. A Revolução aumentou esse número para 120 milhões, e, hoje, V. Ex^a começa o seu discurso citando dados que são verdadeiros e dizendo que 180 milhões de brasileiros são atendidos gratuitamente pelo Sistema de Saúde. É uma realidade. O Brasil é, hoje, um dos países que mais amplamente atendem a população

com saúde gratuita e até de razoável qualidade – eu não diria de muito boa qualidade, mas, pelo menos, de razoável qualidade. Cumprimento V. Ex^a por trazer justiça ao Ministro da Saúde deste Governo, que, de fato, exerceu um bom papel na Pasta que dirigiu.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, que cumpre um papel de oposição com a maior grandeza, com a maior responsabilidade política. Quem dera o nível do debate entre Governo e Oposição contasse com a honestidade intelectual exercida por pessoas como V. Ex^a!

Concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa. Depois, concederei apartes ao Senador Augusto Botelho e à Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, torci muito para que V. Ex^a fosse escolhido Ministro da Saúde. O PT tem quadro, e V. Ex^a traduz a sensibilidade política, a responsabilidade administrativa e a competência médica, tendo sido laureado em recente concurso na área da Saúde Pública. Daí vem a torcida por V. Ex^a, Senador Tião Viana. V. Ex^a tem noção de quanto se paga pela consulta de clínica geral? Houve melhoria nas especialidades de alta complexidade. Senador Tião Viana, Senador Alberto Silva, em nosso aeroporto, paguei R\$5,00 para ter engraxados estes sapatos. A pessoa estava com uma blusa vermelha, e eu até brinquei, dizendo para que trocasse por uma verde, da Pátria. Foram R\$5,00. A consulta de um médico, Senador Edison Lobão, custa cerca de R\$2,00. Então, ainda há muito o que se melhorar, e o PT perdeu a grande oportunidade de apresentar ao País um médico que faz da Medicina a mais humana das ciências e é um grande benfeitor da Humanidade: o Líder Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. De fato, Senador Mão Santa, o caminho a percorrer ainda é longo. O Senador Edison Lobão deixa claro o papel que o próprio movimento militar desempenhou, pois o Sistema Nacional de Saúde foi criado em 1975, em franca ditadura militar. Desde então, tem evoluído de maneira que traz esperança para a Saúde Pública do Brasil.

Peço a correção do tempo, por mais cinco minutos, que ainda tenho.

Ouçó o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Tião Viana, pedi um aparte a V. Ex^a porque, primeiro, penso como o Senador Mão Santa: V. Ex^a seria um ótimo Ministro da Saúde. No entanto, também o Ministro Humberto Costa, dentro da filosofia de trabalho do PT, avançou muito na Saúde, principalmente para os pobres. O Brasil Sorridente é um programa que permitiu que o pobre fizesse tratamento de canal. Os Centros de Saúde Bucal, que estão ainda em criação,

são um passo grandioso, porque nunca se deu valor ao tratamento de canal para a classe pobre. Em relação aos transplantes, orgulho-me de estar num País onde o pobre pode fazer transplante tanto quanto o rico, e o Ministro Humberto Costa ajudou, avançou nesse sentido, apoiando os transplantes. Em relação ao aumento da verba do SUS para as comunidades mais pobres, esse foi outro passo grandioso, porque sabemos que o Município é o principal responsável pela saúde do cidadão e que é nos locais mais pobres que falta mais dinheiro. Avançamos, mas temos de rever as formas de financiamento do SUS e estamos analisando isso. A Conferência Nacional de Saúde quer que seja feito um estudo a respeito, para podermos avançar mais, não só na forma de financiamento, como também no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde e dos Conselhos Estaduais de Saúde, que são menosprezados e desrespeitados pelos Governos. Devem-se obrigar os Governos Estaduais e Municipais a aplicar as verbas da Saúde, assim como as da Educação. É nosso dever trabalhar nesse sentido. Parabenizo o Ministro Humberto Costa pela sua gestão, que acompanhei com orgulho. Fiquei feliz porque sempre tive atravessada, nos meus 33 anos de exercício de Medicina, a falta de assistência bucal para o pobre. O pobre não tinha direito a tratamento de canal, tinha de extrair seu dente. Hoje, ainda não atendemos toda a população, mas, pelo menos, há centros de referência em praticamente todos os Estados do Brasil para fazer o tratamento bucal de canal dos pobres. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Augusto Botelho, como ao Senador Mão Santa, dois colegas que dão o testemunho vivo de décadas de experiência na relação humana tão sublime que a Saúde Pública nos permite como profissionais médicos. Colaboram muito com o meu pronunciamento os dois depoimentos.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Júlia, eu somente gostaria de citar dois dados mais: o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) assiste 60 milhões de brasileiros naquelas ambulâncias que correm as cidades brasileiras em quase todos os Estados, socorrendo as vítimas dos acidentes, dos traumas e das situações de emergências; há 13.548 leitos de UTI cadastrados no SUS, sendo que, na gestão do Ministro Humberto Costa, foram criados 2.269 novos leitos – e, até o final do Governo do Presidente Lula, haverá mais 2.233 leitos.

Esses dados nos orgulham e aumentam a esperança de que um dia teremos uma Saúde Pública à altura da dignidade do povo brasileiro.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia Carepa, já encerrando, Sr. Presidente.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Agradeço-lhe, Senador Tião Viana. Parabenizo-o e concordo com V. Ex^a em relação à gestão do Ministro Humberto Costa e ao que o Presidente Lula tem feito para a Saúde. Sou testemunha de sua atenção redobrada para com essa área. Sei que temos, sim, um caminho a percorrer, mas também tenho esperanças. Parabenizo toda a gestão do Ministro Humberto Costa. Estive, hoje, com o Ministro da Saúde, que se comprometeu a continuar esse trabalho e a ampliá-lo. No Estado do Pará, existe um hospital da Rede Sarah pronto, mas nele faltam equipamentos e pessoal. S. Ex^a comprometeu-se a colocar em funcionamento os hospitais que já estão prontos, porque o dinheiro público já foi gasto com essas obras. Sei também que V. Ex^a seria um maravilhoso Ministro da Saúde – e ainda poderá sê-lo, pois há muito tempo – mas não tenho dúvida de que o atual Ministro, Saraiva Felipe, vai fazer ainda mais do que já realizou o grandioso Ministro Humberto Costa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a generosidade do meu Presidente, eu gostaria apenas de ouvir o Senador Sibá Machado, antes de encerrar meu pronunciamento.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, acredito que os Senadores falaram pouco a seu respeito. Eu o conheço de perto. O Estado do Acre está de parabéns por esse filho de sua terra, que chegou a esta Casa e, em pouco espaço de tempo, tornou-se um brilhante Senador da República, que contribuiu ao máximo com o Governo do Presidente Lula e tem honrado a história do Partido dos Trabalhadores. Com certeza, para resolver esse problema, só se clonassem V. Ex^a, pois assim estaria conosco no Acre, aqui e em todos os lugares em que se faz necessário. Parabéns!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço que seja anexado a meu pronunciamento documento com os dados comparativos da evolução do Sistema de Saúde Pública no Brasil.

Sem ser injusto, reconheço todo o mérito e grandeza da gestão do Ministro José Serra e desejo pleno êxito ao atual Ministro, Saraiva Felipe.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.



✿ Publicação lançada pelo Ministério da Saúde, contendo os principais resultados de sua atuação no período de janeiro de 2003 a julho de 2005

✿ Ao longo desta gestão, o MS priorizou aspectos que visavam ampliar e melhorar a qualidade do atendimento à população, em especial a mais carente – melhorar os indicadores de saúde dos brasileiros

✿ Investiu na recuperação de hospitais, na formação e capacitação de profissionais, na ampliação e modernização dos serviços de saúde, na implantação de medidas para controle e monitoramento de recursos orçamentários. Investiu numa gestão pela inclusão social, com transparência e lisura administrativa

✿ Fortaleceu a gestão do SUS, tornando-a eficiente, eficaz e democrática

✿ O SUS atende hoje 79% da população. É um dos maiores sistemas públicos de Saúde do mundo, garantindo atenção integral, universal e gratuita

✿ Alguns resultados (2004):

- ✦ 1,2 bilhão de procedimentos de Atenção Básica
- ✦ 310 milhões de exames de patologia clínica
- ✦ 10 milhões de exames de ultra-sonografia
- ✦ 2,3 milhões de partos
- ✦ 104 mil procedimentos de alta complexidade em cardiologia
- ✦ 107 mil procedimentos, em pacientes internados, na área de oncologia (cirurgia oncológica, radioterapia cirúrgica, quimioterapia e iodoterapia)
- ✦ 11 mil transplantes de órgãos (75% do total realizado)
- ✦ 8 milhões de sessões de TRS (97% da oferta)

ATENÇÃO BÁSICA

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (acompanhamento básico da população no atendimento e prevenção de doenças)

- **cobertura aumentou em 32%**
- **redução da mortalidade infantil em 15%**

ANO	Equipes	População Atendida	Municípios Atendidos	Mortalidade Infantil (‰)
Final de 2002	16.698	55 milhões	4.161	31,3
Junho de 2005	22.683	74 milhões	4.837	26,7

PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL

- **cobertura aumentou em 112%**

ANO	Equipes	População Atendida
Final de 2002	4.261	26 milhões
Junho de 2005	10.628	55 milhões

Financiamento – esses e outros resultados puderam ser alcançados graças a mudanças introduzidas no financiamento dos Programas, tais como:

- **acréscimo de 50% sobre os valores dos incentivos repassados para o custeio das equipes de saúde da família e saúde bucal, dentro dos seguintes critérios:**

- * na **Amazônia Legal**: municípios com até 50 mil habitantes e IDH menor ou igual a 0,7;
- * nas **demais regiões**: municípios com população de até 30 mil habitantes e IDH menor ou igual a 0,7;
- * para os **19 municípios** que possuíam o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde e não contemplados pelos critérios anteriores; e
- * áreas com populações remanescentes de quilombos e populações assentadas pelo programa de reforma agrária

- aumento da remuneração dos agentes de saúde indígena

PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- o MS iniciou a formação profissional de 190 mil agentes comunitários de saúde que atuam nas equipes do Saúde da Família
- entre 2002 e 2005 o programa cresceu 13,2%

ANO	AGENTES	POUPLAÇÃO ATENDIDA
Final de 2002	175.463	90,6 milhões (52,6% da população)
Junho de 2005	198.743	101,5 milhões (55,7% da população)

ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA

ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

- presente em 20 estados e 275 municípios e mais de 60 milhões de pessoas atendidas
- atua desde 2003, com ambulâncias (910 já entregues) e equipamentos de UTI, num investimento superior a R\$167 milhões
- mensalmente são repassados R\$11,9 milhões para o Programa **QUALISUS/EMERGÊNCIA** (Política de Qualificação da Atenção à Saúde no SUS)
- está sendo implementado nas principais emergências dos hospitais do País. Atua em 14 capitais e a previsão até o final deste ano é o atendimento em todas as capitais brasileiras
- previsto um investimento de R\$640 milhões até 2006 (só para o estado do Rio, R\$40 milhões)
- objetivo: atendimento prioritário aos casos mais graves, em ambientes adequados

LEITOS DE UTI

- 13.548 leitos cadastrados no SUS
- entre 2003 e maio de 2005, credenciamento de 2.260 novos leitos (aumento de 20,3%)
- meta: até final de 2005, credenciar 2.233 leitos

TRANSPLANTES

- **o Brasil tem hoje o maior sistema público de transplantes do mundo – entre 2002 e 2004: aumento de 36% (de 7.981 para 10.920)**
- maior crescimento: transplante de córnea
- aumento do número de **doações de órgãos** – sucesso das campanhas promovidas pelo MS para conscientização da população – **entre 2003 e 2004, aumento de 18%**
- na rede pública são 1.260 equipes médicas, em 21 estados
- entre **janeiro de 2003 e maio de 2005**: 197 novos hospitais credenciados e 611 recredenciados
- **investimentos (entre 2002 e 2004: aumento de 43%)**
 - ✱ 2002: R\$280 milhões
 - ✱ 2003: R\$343 milhões
 - ✱ 2004: R\$400 milhões
- **transplante de fígado**: MS alterou as regras para a seleção de pacientes com indicação de transplante de fígado. **Pelas novas regras, havendo disponibilidade de órgão, terá prioridade o paciente em estado considerado mais grave, independentemente do tempo em que estiver na fila**
- **implantação da rede pública de bancos de sangue de cordão umbilical e placentário (Brasilcord)** – representa uma nova esperança para as pessoas que têm leucemia aguda e precisam de transplante de medula óssea. Hoje em funcionamento no INCA e no Hospital Albert Einstein

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- **medicamentos mais acessíveis à população**, tanto na rede pública quanto nas farmácias privadas
- **venda fracionada de remédios**, permitindo ao consumidor adquirir o produto na dose prescrita (objetivos: economia e diminuição da automedicação)
- **FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL** – hoje são 39 em funcionamento e 4 prontas para inauguração
- os **recursos para compra e distribuição gratuita de medicamentos** passaram de R\$2,4 bilhões em 2003 para R\$4,2 bilhões em 2005 (**aumento de 75%**)
- repasses aos estados para compra de **medicamentos de alto custo: aumento de 114,5% entre 2002 e 2005**
 - ✱ em **2002** – R\$457 milhões
 - ✱ em **2004** – R\$820 milhões
 - ✱ em **2005** – até o final do ano: cerca de R\$980 milhões
- MS está investindo na **modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção de laboratórios farmacêuticos oficiais**:
 - ✱ **2001/2002** – R\$20,7 milhões foram investidos
 - ✱ **2004** – R\$80 milhões
- Governo criou a **Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)**, com o objetivo de incentivar a concorrência e diminuir os preços para o consumidor. Pelas novas regras, desde 2004 os aumentos de preços de medicamentos só podem ocorrer uma vez por ano (em março), obedecendo a critérios definidos pela CMED.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- **investimentos em inovação tecnológica** são uma das marcas desta gestão: entre 2003 e 2005, investimento de cerca de R\$115 milhões em editais de pesquisa para áreas prioritárias do SUS
- **iniciativa inédita**: MS começou a financiar **pesquisas com células-tronco para tratamento de cardiopatias** – é o maior estudo do mundo nessa área
- estudos e pesquisas em outras áreas também estão sendo incentivados, em **parceria entre o MS e o Ministério da Ciência e Tecnologia**: dentre elas, saúde mental e dos povos indígenas; neoplasias; hanseníase; doença de chagas; pesquisas para o SUS Amazônia
- criação da **Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás**, com o objetivo de tornar o País auto-suficiente na **produção de derivados do sangue**. Investimento superior a R\$150 milhões. Atualmente, cerca de 90% dos hemoderivados utilizados no Brasil são importados
- em 2003: ações do MS no sentido de **reduzir o custo da importação dos hemoderivados** diminuíram em até **70%** os preços praticados desde os anos 90

SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

- em 2004: União, estados e municípios firmaram o **Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal**, com o objetivo de reduzir os índices de mortalidade de mulheres e bebês com até 1 mês de vida: até 2006 em 15%, e, até 2015, em 75%
- as **estratégias** para atingir esses objetivos estão voltadas ao planejamento familiar, à atenção pré-natal, ao parto, ao pós-parto, às urgências e emergências maternas e neonatais, ao aborto previsto em lei e às complicações do aborto inseguro, e à vigilância do óbito
- para isso, dentre outras ações estão sendo qualificadas equipes de profissionais em 31 maternidades brasileiras
- **especial atenção às mulheres vítimas de violência sexual** e em situação de abortamento
- criação da nova **Caderneta da Criança**, importante instrumento de vigilância da saúde, tanto nas instituições de saúde públicas como nas instituições privadas
- **o Brasil possui, hoje, a maior e mais complexa rede de bancos de leite humano do mundo**, reconhecida pela OMS, com 186 unidades em todos os estados brasileiros e DF. Numa iniciativa do MS, foi firmado este ano um compromisso de desenvolvimento da **Rede Latino-Americana de Bancos de Leite Humano**, visando a melhoria da saúde infantil por meio de programas de incentivo à amamentação

ATENDIMENTO ESPECIAL

SAÚDE INDÍGENA

- redução da desnutrição de crianças menores de 5 anos
- uniformização da cobertura vacinal nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas
- redução da mortalidade infantil (em 17% entre 2002 e 2004)
- controle da tuberculose

SAÚDE MENTAL

- **Programa de Volta para Casa** - 1.264 beneficiários, que recebem R\$240,00 para retornar ao convívio social
- ampliação da rede de serviços extra hospitalares – entre 2003 e 2005, implantação de 218 novos Centros de Atenção Psicossocial, totalizando 642 serviços em funcionamento (aumento de 48% em relação a 2002)
- redução de 5.519 leitos em hospitais psiquiátricos entre janeiro de 2003 e maio de 2005

SAÚDE DO IDOSO

- na rede do SUS existem hoje 707 estabelecimentos com atendimento geriátrico e 26 Centros de Referência em saúde do idoso
- mais da metade dos idosos brasileiros são acompanhados pelas equipes do Programa saúde da Família
- cobertura vacinal

ATENÇÃO HOSPITALAR

- MS está investindo na modernização e humanização do atendimento cirúrgico
- **HUMANIZASUS** – política implantada na rede SUS desde 2003, com o objetivo de tratar cada cidadão como usuário único, reduzindo filas (atendimento prioritário conforme a urgência dos casos e não mais por ordem de chegada) e tempo de espera para exames; e garantindo a gestão participativa dos trabalhadores e usuários do SUS
- **POLÍTICA NACIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS** – programa lançado em 2004, com os objetivos de aumentar a resolubilidade da atenção básica; diminuir filas de espera; ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços; estruturar a rede de serviços, permitindo cuidados integrais de saúde; aumentar a autonomia dos gestores

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- ações de vigilância em saúde e controle de doenças têm sido grandes prioridades do MS nos último dois anos
- criação da **Secretaria de Vigilância em Saúde** – trabalho integrado com estados e municípios
- investimento em comunicação, incorporando ao calendário das **campanhas publicitárias de interesse público** temas até então inéditos, como hanseníase, tuberculose, hepatites virais, diagnóstico do HIV, e outros
- investimento em **capacitação profissional**

- **orçamento** para as ações de vigilância em saúde aumentou de **R\$689 milhões, em 2003, para R\$823 milhões em 2004**
- **resultados:**
 - ✿ casos de **dengue**: redução de 57% entre 2002 e 2003, e 67% entre 2003 e 2004
 - ✿ **hanseníase**: hoje o País apresenta taxa de prevalência de 1,7 caso por 10 mil habitantes – isso significa que o Brasil está próximo de eliminar a doença
 - ✿ aumento do controle das **hepatites virais**
 - ✿ aumento do controle da **malária, doença de chagas** (dos 13 estados brasileiros que registravam a doença, 11 já receberam certificado a Comissão Internacional de Especialistas por terem eliminado a transmissão da doença pelo “Triatoma infestans”), **febre amarela, leishmaniose** (redução de 55% no número de casos humanos entre 2003 e 2004)
- **PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES** – as campanhas de vacinação superaram todas as expectativas
 - ✿ **vacinação de idosos**: em 2003, cobertura de 82%; em 2004: 85%; em 2005: 89%
 - ✿ **paralisia infantil**: em 2004, 96% das crianças menores de 5 anos foram vacinadas, índice que superou a meta da OMS
 - ✿ **sarampo**: em 2004, cobertura de 93%
- **PROGRAMA DST/AIDS**
 - ✿ o programa foi criado em 1986, garantindo atendimento a todos os portadores de HIV/Aids no País
 - ✿ o Programa tornou-se referência mundial

- * até o final de 2005, 170 mil pessoas serão beneficiadas
- * o Governo vem estimulando a necessidade de prevenção diagnóstico
- * em 2004: destinados R\$621 milhões; em 2005: R\$945 milhões
- * MS declarou **interesse público do anti-retroviral Kaletra**, Com isso, o Governo brasileiro adotará, **numa atitude inédita**, o licenciamento compulsório do medicamento, caso o produtor não atenda às condições apresentadas para a garantia da sustentabilidade do Programa DST/Aids – com o licenciamento, o laboratório Farmanguinhos produzirá o medicamento **para uso exclusivamente público**
- * **resultados:**
 - ◆ aumento da sobrevida das pessoas com Aids em 12 vezes (passou de 5 para 58 meses)
 - ◆ queda da mortalidade em 50%

MUDANÇA DE HÁBITOS DA POPULAÇÃO

- hoje mais de 40% das mortes registradas no País ocorrem por cauda das chamadas doenças não transmissíveis: infarto, derrame cerebral, enfisema, diabetes
- grande parte poderia ser evitada com mudança de hábitos, hábitos mais saudáveis
- MS lançou o **PROJETO BRASIL SAUDÁVEL**, com o objetivo de estimular a população a alterar modos de vida, com ênfase na atividade física, reeducação alimentar e controle do tabagismo e do álcool

- **203 Núcleos de Atividades Físicas** serão instalados, em todas as capitais, até 2006. Este programa está integrado com o Programa Saúde da Família, cujas equipes orientarão as atividades físicas
- até o final deste ano, o MS lançará o **Guia Alimentar da População Brasileira**, com o objetivo de orientar a população nos hábitos alimentares, em especial os diabéticos e hipertensos
- com relação ao **combate a tabagismo**
 - ◆ MS assinou portaria incluindo o tratamento da dependência do tabagismo no SUS
 - ◆ além das campanhas educativas (MS distribuiu 75 mil kits educativos), o MS repassará a cada estado R\$2,5 milhões para capacitar as vigilâncias sanitárias estaduais para fiscalizar o cumprimento da lei que proíbe o fumo em locais públicos
 - ◆ outro passo importante foi a **assinatura da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco**, que prevê medidas globais para redução do consumo de tabaco no mundo
- atento à questão do consumo de álcool, que se constitui num dos maiores problemas mundiais, o MS criou, em 2003, o **Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar política pública específica para o álcool**. Como resultado, foram apresentadas 53 recomendações que abordam aspectos preventivos, de tratamento, de restrição do acesso e de regulamentação da propaganda

RESPONSABILIDADE SANITÁRIA

- **LEI DE RESPONSABILIDADE SANITÁRIA-LRS – proposta inédita**, estabelece novo marco na administração da saúde pública ao criar mecanismos transparentes com relação a compromissos firmados, à fiscalização e à responsabilização dos gestores de saúde
- a exemplo da LRF, vai estabelecer obrigações e punições aos gestores, nos três níveis de governo, que não cumprirem metas e compromissos firmados com a área de saúde
- um dos pilares importantes da LRS é a criação do **Sistema Nacional de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria do SUS**, que será responsável por acompanhar, apoiar e fiscalizar o desenvolvimento dos planos de saúde e o cumprimento das metas estabelecidas, inclusive o controle das transferências de recursos financeiros e o processo de ressarcimento aos fundos de saúde de valores utilizados ou recebidos indevidamente e identificados por auditorias



O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra o Senador Edison Lobão por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, assistimos a diversas manifestações contra a violência policial. Não venho falar sobre esse tipo de violência, mas de uma outra violência: a violência financeira.

Não sei se o que vou relatar aqui está ocorrendo também nos demais Estados da Federação brasileira. Mas, no meu Estado, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste instante, inúmeras prefeituras – dezenas delas – estão sem receber o seu Fundo de Participação, porque, em razão da Lei nº 8.630, que permite isso, o INSS está conseguindo reter 70% do Fundo de Participação, no meu Estado, de 54 Municípios. Ou seja, 54 Municípios estão submetidos, portanto, à penúria financeira, porque todos os recursos ficam retidos em Brasília para cobrir débitos de administrações municipais antigas.

Imperatriz, segundo maior Município do Maranhão, tem, só no setor do INSS, uma dívida de R\$50 milhões. Dívida essa que não foi contraída pelo atual Prefeito. No entanto, é a atual administração quem está pagando o ônus de não receber o Fundo de Participação, com o qual haveria de governar o seu Município.

Qualquer um de nós – e aqui vejo ex-Governadores, o ex-Governador Alberto Silva, o ex-Governador Mão Santa, e eu próprio fui Governador –, sobretudo do Nordeste brasileiro e do Norte, sabe que os Municípios vivem basicamente por conta do Fundo de Participação dos Municípios, pois não têm outra renda. O ICMS é forte no Sul do País e no Centro-Sul; nas Regiões Norte e Nordeste é quase nulo nos Municípios. Pois bem: Imperatriz deve, apenas ao INSS, R\$50 milhões. De suas receitas, 7% são também retiradas, subtraídas para pagar precatórios, e já não falo em outras dúvidas. O Governo, então, retém 70% do Fundo de Participação e libera todo mês apenas 30% para pagar a folha de pessoal da Educação e da Saúde, absolutamente nada mais do que isso.

Sr. Presidente, 54 Municípios do meu Estado estão submetidos a esse regime de tortura financeira. E 54 significam um quarto dos Municípios do Estado. Como é possível conviver com uma situação dessa natureza? A Nação brasileira começa no Município; ela não se inicia em Brasília! Estamos assassinando a administração municipal de 54 Municípios em apenas um Estado da Federação brasileira.

Confesso que não sei mais o que fazer, porque algumas diligências, eu procedi. Os cálculos, realizados pelo INSS para chegar a esses valores absurdos, são, de algum modo, exóticos. Ninguém tem acesso a eles. Não se sabe com que critérios eles são realizados. O fato é que a conta é apresentada ao povo do Município e é paga com a retenção do Fundo de Participação.

Ouçó o eminente Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Edison Lobão, ao pronunciamento de V. Ex^a, farei algumas comparações que ouvi em outras oportunidades. Primeiro, é essa a discussão que se faz a respeito da criação de novos Municípios quanto ao item viabilidade econômica. E, quanto à viabilidade econômica, até o presente momento, não ouvi por parte de quem quer que seja como se deve proceder para que o Município seja viável economicamente. Segundo, é comum aos que estudam as questões municipais tratarem o Município e os cidadãos que lá vivem e mais todos os seus problemas imediatos: o do esgoto, o da limpeza, o do transporte urbano, enfim, há uma série de situações imputadas diretamente à figura do gestor municipal. Nos dizem os números do IBGE de 2003, se não me engano, que, dos 5.560 Municípios brasileiros, 1.270 deles não conseguem atingir 1% do PIB nacional. Em contrapartida, apenas nove Municípios conseguem atingir 25% do PIB nacional, ou seja, são verdadeiras ilhas. Como esses Municípios terão essa tal viabilidade econômica? Não foi por indução própria, porque aí foi o parque industrial de São Paulo e não o Município de São Paulo que resolveu; foi a Zona Franca de Manaus e não o Município de Manaus que resolveu esse problema. Então, onde existem esses nove Municípios-ilhas, porque os considero como verdadeiras ilhas paradisíacas, não se constituem como uma política do Município. Nesse caso, V. Ex^a nos chama a atenção para onde está o marco de um novo acordo. Porque houve uma guerra fiscal entre os Estados para levarem indústrias, investimentos, geração financeira e assim por diante, mas os Municípios ficam refém da criação de uma política, que só pode ser a de arrecadação tributária, e não a de se criar um novo mecanismo de receita própria. Quem sabe V. Ex^a possa, no meu entendimento, chamar a nossa Subcomissão para essa reflexão, ou seja, que tipo de negociação é possível ser feita para que os Municípios possam ser considerados como viáveis economicamente e, segundo, como sair dessa penalização sumária – não sei que outra palavra usar – em que, não cumprindo com a situação previdenciária, esses Municípios ficam relegados a sua

própria sorte. E quem vai pagar diretamente por isso é a população envolvida. Parabenizo V. Ex^a por trazer tema tão importante para todos nós.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Sibá Machado, acho que V. Ex^a tem toda a razão quando se refere aos critérios de criação dos novos Municípios. Indiscutivelmente, tem havido abusos, e muitos. Essa situação precisa ser melhor e inteligentemente definida. Porque também não basta ser definida equivocadamente. Necessitamos de uma legislação atualizada, que seja, ao mesmo tempo, justa e competente para que, com a criação do novo Município, não se esteja fazendo uma aventura. Assim também é para os novos Estados da Federação brasileira.

Sr. Presidente, em 1978, os Municípios brasileiros recebiam cerca de 9% do bolo dos tributos nacionais a título de Fundo de Participação. Com a Constituição de 1988, quis o Constituinte libertar os Municípios de andar com o pires na mão, tanto para o palácio governamental estadual quanto para os Ministérios, e elevou essa participação de 9% para 23%. Mais do que dobrou a participação dos Municípios na distribuição do bolo dos tributos nacionais. Isso não foi suficiente para salvar os Municípios. Em boa parte também por culpa das administrações municipais, que, muitas vezes, resolveram engordar a sua folha de pessoal além da capacidade financeira do próprio Município.

Mas o fato é que estamos vivendo hoje, em relação a essas comunas, essa questão da retenção por parte do INSS. Que culpa pode ter um prefeito que assumiu há um ano e meio por desmandos que eventualmente possam ter sido cometidos por administrações anteriores? Não pode o prefeito que assume pagar e responder por um delito que não é seu, e que, eventualmente, não seja nem mesmo dos seus antecessores, porque os cálculos realizados pelo INSS, que dobram pé com cabeça a despesa e o débito ...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – ... dos Municípios, têm que ser revistos para que as injustiças que hoje se praticam sejam pelo menos reduzidas em nível e não levem ao descalabro as finanças municipais.

Sr. Presidente, V. Ex^a me chama a atenção, mas antes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado a V. Ex^a. Ouço o Senador Mão Santa, com sua experiência de Governador e de Prefeito de Parnaíba.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a é um líder extraordinário. Somos vizinhos. Se V. Ex^a transferir seu título para o Piauí, eu e o Senador Alberto Silva ficaremos numa situação difícil. A liderança de V. Ex^a é forte, consolidada. Já vi – Deus permitiu-me, Senador Paulo Paim – uma eleição em que seu time estava perdido. Eu era Prefeito de Parnaíba. S. Ex^a reverteu a situação e ganhou lá. Quero dizer que é muito grave. Fui prefeitinho. Senador Edison Lobão, as prefeituras, em média, estão descontando 20% da sua receita, Senador Alberto Silva, para o INSS. Nos anos 90, o Governo Federal permitiu que se criasse o instituto municipal. Eu o criei. O Senador Heráclito Fortes era Prefeito de Teresina. Milhares de cidades grandes o criaram para não ter essa dependência, essa despesa insuportável. Em Imperatriz, não tiveram essa visão. Quero dizer que falta obedecer ao que Rui Barbosa disse: “Só há um caminho: a lei, a justiça”. O livro da lei é a Constituição. Vou ser exato, porque fui Prefeitinho e Governador. Reconheço que o tema de V. Ex^a é importante, deveria ser motivo de um debate. Por isso, entendo que o momento é sério. V. Ex^a deveria ir até lá explicar a questão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É dramático. Senador Paulo Paim, está na Constituição, o bolo. Aqueles meninos, entre eles o Ulysses, que beijaram a Constituição tinham competência. Foi um trabalho exaustivo, um sonho muito grande. Teve um anticandidato em 1974, Ulysses. Depois, as eleições diretas, em que eles já brigavam para ter a Constituinte, a Constituição. Dez anos depois de luta, fizeram e fizeram com responsabilidade. Lá diz: 54% do bolo arrecadado é da União; 22,5%, dos Estados; 21,5% dos Municípios; sobram 2%, dos fundos constitucionais. Mas esses 21,5% baixaram para 14%. Daí as dificuldades, crescendo a cobrança proibitiva da Previdência Social, que está levando à desgraça aquilo que é mais importante, que é a célula desta Nação, que é o Município.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Mão Santa, pelo aparte sempre judicioso de V. Ex^a. E V. Ex^a começa dizendo do meu prestígio no Estado do Maranhão – o que é apenas uma bondade do eminente colega do Senado e vizinho, do Piauí – e também do meu prestígio no Piauí. No Piauí, sei que é grande, e ele decorre exatamente pelo fato de eu ser amigo de V. Ex^a e do Senador Alberto Silva.

Ouçó o eminente Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, faço minhas as palavras do Senador Mão Santa e acrescentaria, porque V. Ex^a diz assim: “Não sei mais o que fazer. Os números não nos são entre-

gues, não sabemos os cálculos feitos, como chegaram a esses números”. Pergunto: E a lei onde está? Não seria o caso de requerer ao Supremo Tribunal Federal o acesso? É o direito do Município de receber, porque a Constituição Federal lhe garante. O Prefeito que está lá não tem culpa do que aconteceu no anterior, mas saber pelo menos quanto é verdadeiro e propor um parcelamento. O que é impossível, como V. Ex^a diz, é que cinquenta Municípios do Estado do Maranhão estejam na mesma situação. É um quarto do número de Municípios do Estado do Maranhão. V. Ex^a tem toda razão. Há que se encontrar um caminho. Qual é o caminho? O caminho da lei. Vamos ao Supremo Tribunal Federal. Creio que é uma solução, não? Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a nos oferece uma sugestão valiosa. Em verdade, a Prefeitura de Imperatriz já está batendo às portas do Poder Judiciário, mas não por essa questão que agora V. Ex^a sugere, que eu diria ser uma espécie de *habeas data*, para que a Previdência diga com base em que realiza cálculos tão exuberantes para ela e tão danosos para os Municípios. Precisamos saber realmente as razões de cada equação desta realizada pelo INSS.

Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que o Prefeito da cidade de Imperatriz, Dr. Ildon Marques, que já fora prefeito antes e um bom administrador e um grande realizador, que cuidou da educação, da saúde e do sistema de infra-estrutura com grande desvelo e competência, está em estado quase de desespero. Se ele amanhã fechar as portas da Prefeitura por inanição financeira, pela carência absoluta de recursos para pagar sequer a luz, a energia elétrica e a água da Prefeitura, ninguém se surpreenda. O fato é que o Governo Federal está retendo 70% do Fundo de Participação, vale dizer de todas as receitas do Município. E, com 30%, nenhum Município do Brasil consegue sobreviver.

É o protesto que deixo aqui, Sr. Presidente. É o apelo que faço ao Governo para que reveja essa situação de Imperatriz e de 53 outros Municípios do meu Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos mais dois minutos, para comunicação inadiável, e, em seguida, o Sena-

dor Sibá Machado, regularmente inscrito, pelo tempo de dez minutos mais cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a manutenção da taxa de juros básica na reunião de ontem do Copom, se não chegou a ser uma decisão surpreendente, foi mais uma vez equivocada e se mostrará extremamente prejudicial à economia brasileira. A prática conservadora do Banco Central nos últimos anos tem representado um custo cada vez mais elevado para a sociedade.

Ao manter inalterada a taxa de juros básica, na verdade, o Banco Central tem sancionado elevações constantes da taxa de juros real. Tomando por base a projeção de mercado para a inflação para os próximos 12 meses, a taxa real de juros atual é de 14% ao ano. Em maio, quando do último movimento de alta dos juros, essa taxa estava em 13%.

Essa elevação da taxa de juros real diante de um cenário de desaquecimento da atividade econômica e queda da inflação não faz o menor sentido. Senão vejamos, Senador Alberto Silva.

A atividade industrial não apresenta mais o ímpeto de crescimento que foi a tônica do ano de 2004. Pelo contrário, assistiu-se a um processo de acomodação neste início de 2005. Na média dos cinco primeiros meses do ano, a produção industrial cresceu apenas 0,3% ante o último trimestre de 2004, após o ajuste sazonal. O arrefecimento da produção, Sr. Presidente Paulo Paim, não foi uniforme, intensificou-se para os bens de capital e os bens intermediários e foi pouco percebida entre os bens duráveis. Isso mostra que, não fosse o oásis em que se transformou a produção de bens duráveis, em função do aumento do crédito consignado, a indústria já estaria apresentando queda de produção.

Em termos dessazonalizados, a produção média de bens de capital para a indústria, nos cinco primeiros meses de 2005, recuou 5%, ante o último trimestre de 2004. A formação bruta de capital fixo retraiu 7% entre o terceiro trimestre de 2004 e o primeiro trimestre de 2005. Ou seja, o aperto monetário está derrubando o nível de investimento da economia. E, sem investimentos, as perspectivas de crescimento da economia são drasticamente reduzidas.

Por sua vez, as vendas do comércio varejista mostram uma queda de 0,7% em maio, com relação a dezembro de 2004, já eliminadas as influências sazonais. E essa queda, assim como acontece na indústria, só não é maior em função do crescimento das vendas de bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos, que

estão sendo impulsionadas pela expansão do crédito direto ao consumidor. É bom lembrar que, nesse caso, o que cresce são os empréstimos consignados, para os quais a taxa de juros está em queda. Desde o início do aperto da taxa de juros básica, caiu de 38,5% para 35,6% ao mês a taxa de juros para essas operações.

A questão que se coloca é a seguinte: por que manter esse cenário desolador para a atividade econômica diante da forte queda da inflação?

Em junho, todos os índices de preços registraram deflação. O IPCA, índice utilizado pela política de metas de inflação, teve queda de 0,02%. Todas as medidas de núcleo usadas para excluir os efeitos de movimentos pontuais sobre a taxa de inflação foram menores em junho, se comparadas a maio. Além dessa forte redução dos índices que medem a inflação corrente, percebe-se também um expressivo recuo das expectativas. A inflação prevista para o IPCA nos próximos 12 meses caiu de 5,07% para 4,97% nas últimas quatro semanas. A retração na previsão para o IPCA de 2005 foi mais forte, tendo passado de 6,16% para 5,67%, também nas últimas quatro semanas.

Portanto, reiteramos, não faz sentido submeter a sociedade aos enormes custos envolvidos com a política monetária em vigor. Um dos reflexos negativos dessa política é a manutenção de uma taxa de câmbio artificialmente apreciada. O enorme diferencial da taxa de juros entre o Brasil e os demais países provoca uma entrada forte de capitais de curto prazo, que leva à apreciação da taxa de câmbio. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, estamos operando, atualmente, com uma taxa de câmbio real efetiva no mesmo patamar daquela experimentada no final de 1998, momentos antes da mudança da política cambial. Se ainda não podemos notar seus efeitos sobre as exportações e a balança comercial, graças ao enorme esforço do setor industrial pelo ganho de eficiência e à sua relutância em abrir mão de mercados internacionais duramente conquistados, isso não tardará a acontecer.

Se as exportações ainda não refletem os efeitos deletérios da política monetária, o mesmo não se pode dizer do emprego. A desaceleração da atividade industrial já havia enfraquecido o ritmo de contratações no mercado de trabalho. Em 2004, o emprego industrial cresceu, em média, 0,6% ao mês. Nos últimos quatro primeiros meses de 2005, a taxa de crescimento reduziu-se à metade. Em maio, entretanto, a desaceleração tornou-se mais visível, com a ausência de crescimento.

Finalmente, o próprio setor sofre as conseqüências da manutenção despropositada da taxa de juros nos níveis atuais. Desde o final do ano passado – Senador Mão Santa, faço essa reflexão devido ao brilhante pronunciamento que V. Ex^a fez sobre a carga tributária e a receita do Governo Federal –, o montante de juros pagos em doze meses, Senador Sibá Machado, subiu de R\$128 bilhões para R\$141 bilhões em maio, um acréscimo de 13 bilhões em juros. Isso equivale a um crescimento dos gastos do Governo com juros, em relação ao PIB, de 7,26% para 7,61%.

Diante desse quadro de redução da inflação, fica evidente a possibilidade de redução da taxa de juros básica. E, diante dos enormes custos em termos de produção, emprego, vendas e, conseqüentemente, renda, representados pela política monetária atual, torna-se urgente que se inicie o processo de redução da taxa de juros.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, não sou da área, tento entender e não consigo muito, mas, ao ouvir versões tão diferentes sobre números da economia, comportamento, decisões políticas e assim por diante, queria abordar um ponto: a autonomia do Banco Central. Quando vejo o setor da indústria, empresários da indústria dizendo que o comportamento da autoridade monetária tem sido lenta no sentido de dar uma resposta, vêm aqueles que afirmam que não pode haver decisão política no Banco Central, que a política monetária e fiscal não pode sofrer uma indução política, porque isso seria pirotecnia, irresponsabilidade e, no mínimo, populismo, ou seja, isso significaria jogar confetes, para poder aparecer bem e ganhar uma próxima eleição. Nesse sentido, acho que o Presidente Lula não precisa mais discutir. Sua Excelência tem sido correto, preciso, ao não fazer nenhum jogo de imediatismo, no sentido de aparecer, para estar bem nas pesquisas. Mas não consigo entender por que, no setor do capital brasileiro, há posições tão diferenciadas quanto ao comportamento da autoridade monetária. Então, se o Banco Central toma a decisão, a seu bel-prazer, de reduzir três pontos na taxa de juros, isso corresponde à dinâmica da economia ou é apenas, no meu entendimento, um jogo para a sociedade, algo que poderá acarretar um crescimento da inflação ou coisa parecida. Gostaria de entender isso melhor. Confesso a V. Ex^a que fico em dúvida sobre se apóio, ou não, a autonomia do Banco Central. Gostaria de ouvir V. Ex^a sobre isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Acredito que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está equivocado na manutenção dessa elevada taxa de juros, que é a maior do mundo em relação a juros reais. E mais: talvez V. Ex^a não entenda do processo e dos índices da economia, mas, com certeza, V. Ex^a e todas as brasileiras e brasileiros que nos assistem agora pela TV Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo a V. Ex^a, para que conclua e não conceda mais apartes. Já dei a V. Ex^a dez minutos, embora tivesse direito a cinco, mas vou dar mais um. Peço que não conceda mais apartes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Senador Sibá Machado, com certeza, V. Ex^a e todas as brasileiras e brasileiros que nos assistem agora pela TV Senado sentem no bolso o custo dessa elevada taxa de juros, na manutenção da sua atividade diária e da sua qualidade de vida.

Senador Mão Santa, certamente o Presidente concederá o tempo necessário para o brilhante aparte de V. Ex^a.

Embora essa não seja a única medida necessária, pois é urgente aprofundar a política fiscal, com a redução dos gastos públicos como âncora da estabilidade, o avanço no corte dos juros básicos é crucial para a retomada da atividade em ritmo mais intenso e para a consolidação de expectativas positivas quanto à trajetória da economia em 2005 e 2006. Na sua esteira virá, Presidente Paulo Paim, a intensificação do investimento e um círculo virtuoso de crescimento.

Era o que eu tinha a dizer. Com a sua permissão, Sr. Presidente, concedo o aparte ao ilustre Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, seu tempo terminou há quase 15 minutos. V. Ex^a tinha direito a cinco minutos de prorrogação. Há ainda quatro Senadores inscritos, e a sessão deveria terminar às 18h30min. Não abro mão de falar da saída do meu companheiro Olívio Dutra; vou brigar por esse espaço aqui.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronúncia do seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, não poderia deixar de vir à tribuna, no dia de

hoje, para falar de algumas coisas que me deixaram bastante alegre. Uma delas é a vitória do Flamengo sobre o Vasco, que tirou o Mengão da zona de rebaixamento. Isso é muito bom para mim e para a família flamenguista.

Mas mencionando os sucessos do Governo Lula, volto a citar a Petrobras. Ontem não foi possível falar tudo, mas quero concluir o assunto, dizendo que a Petrobras foi a empresa campeã, no mundo, em tecnologia de extração de petróleo em águas profundas. Depois desse grande feito, em abril ou maio deste ano, ela coloca o Brasil na condição de auto-suficiência em produção para o abastecimento do consumo de petróleo. E, agora em julho, é excedente e começa a exportar petróleo para a China, que será o primeiro cliente, gerando, nesse primeiro negócio, US\$600 milhões.

Imaginem que se faz, quando se quer. É isso que penso. Todo esse setor brasileiro está bem atendido.

Parabenizo aqui o Presidente Eduardo Dutra e toda a equipe da Petrobras, seus planejadores, sua equipe de trabalhadores. Cumpre de novo com aquele propósito de fazer o verde e amarelo da bandeira brasileira tremular mais alto.

A outra questão que trago à baila, Sr. Presidente, contradizendo com alguns números, é que recebi dados do IBGE mostrando que a taxa de desemprego no Brasil caiu, estava acima de dois dígitos e caiu para um dígito, ou seja, saiu de 10,2% para 9,4%. Esses são os mais recentes dados do IBGE. Com isso, mantém-se o crescimento do emprego formal, principalmente na indústria e no comércio, no País inteiro, nas regiões mais desenvolvidas.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente. O Ministro Antonio Palocci e o Ministro Roberto Rodrigues garantem os recursos mínimos necessários, R\$60 milhões, para que o serviço de vigilância sanitária continue atento ao combate à aftosa do gado bovino brasileiro. A respeito disso, quero parabenizar o meu Estado por ter conquistado recentemente o certificado de zona livre de aftosa, podendo comercializar a carne bovina para o mundo inteiro.

E, para não deixar de falar nos temas que permeiam o Brasil inteiro e esta Casa, que são a criação das CPIs e o trabalho de investigação, faço um pequeno relato, Sr. Presidente, neste tempo que ainda me resta, sobre aquilo a que estou assistindo e que me está incomodando bastante.

Até o presente momento, comportei-me na tribuna desta Casa sem atacar absolutamente ninguém. Tentei responder aquilo que considero certo e verdadeiro ao problema que foi imputado ao Partido dos

Trabalhadores. Mas começo a achar que não se quer mais investigação, que o que se quer é a extinção do PT. Quer-se extinguir um Partido político seguido por quase um milhão de pessoas, que, em 25 anos, nos trouxeram até aqui.

Veja os pontos, Sr. Presidente, dos ataques ao PT: querem o fim das contribuições, para que o PT não tenha mais direito a arrecadar recursos de seus filiados, e, acreditando que isso é pouco, querem o fim do Fundo Partidário. No meu entendimento, a questão relativa ao Fundo Partidário vai depender de decisão judicial. Não é preciso ninguém se arvorar no direito de prejudicar imediatamente o PT. Estamos discutindo a participação de petistas em atos de corrupção. Mas creio que generalizar que 820 mil filiados e filiadas do PT estão envolvidos nisso já não é mais um papel sadio de Oposição, mas se trata de outra coisa. E aí não posso mais ficar calado diante disso.

Querem o fim do registro partidário, Sr. Presidente! Chegaram a isso! Já há pessoas propondo o fim do registro do PT. Quero saber se estão com saudades da Lei Falcão, da pata do cavalo, da baioneta, do gás lacrimogêneo. De que estão com saudade?

O nosso Partido é feito de pessoas tão pecadoras quanto os filiados de qualquer Partido político. E não estou eximindo qualquer filiado ou filiada do PT que tenha participado de coisas inexplicáveis. O que quero dizer é que começa um cenário no Senado Federal, principalmente no Congresso Nacional, que me preocupa bastante. Diante disso, estou preparado para o debate.

Sr. Presidente, estou fazendo um voto em separado a um projeto do PFL para encerrar que qualquer pessoa que tenha função pública, filiada a partido político, contribua com esse partido. Quando fui ver a intenção do projeto, verifiquei que essa é a de atingir não os partidos políticos, mas sim o PT. Verifiquei os estatutos de alguns partidos e, agora, vou ler o de um, que diz o seguinte: o TSE acaba de criar uma sentença dizendo que é terminantemente proibido que um funcionário público tenha descontada a contribuição partidária em folha de pagamento. Quanto a isso, Sr. Presidente, V. Ex^a pode ficar tranquilo, sossegado, porque o Partido dos Trabalhadores recusa esse método; jamais cobramos de qualquer filiado desconto em folha de pagamento.

Leio o que diz o §2º do art. 106 do Estatuto do PFL, Partido que hoje apresenta uma matéria dessa natureza, dizendo que não pode haver cobrança em folha de pagamento. Diz o seguinte: “§2º – Os contribuintes poderão autorizar à respectiva fonte paga-

dora o desconto em folha e o recolhimento de suas contribuições à conta bancária do PFL”. Ou seja, é o Estatuto do PFL que diz que quer arrecadar em folha de pagamento.

Já que o PFL foi ao Supremo Tribunal Federal dizer que está na hora de o PT encerrar com a contribuição do Fundo Partidário...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo-lhe mais um minuto, para concluir o seu pronunciamento, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concluo-o em um minuto, Sr. Presidente.

Espero que o TSE decida sobre essa matéria. Se julgar que deve, será tirada e assim por diante. Não é problema. Mas, quando se diz que deve ser retirado o registro do Partido e que devem ser retiradas as contribuições da folha de pagamento, afirmo que, na semana que vem, vou entrar com ação no Supremo Tribunal Federal dizendo que o PFL tem um prazo de 30 dias para retirar do seu estatuto algo que é inconstitucional, ilegal e – agora, diante disso, julgo a dizer – e imoral. Refiro-me ao fato de não se poder arrecadar em folha de pagamento.

Não é o PT que faz isso, Sr. Presidente. Quem faz isso é o PFL, e está aqui o estatuto do Partido para ser colocado nos Anais da Casa.

Encerro este assunto, mas prometo voltar na próxima semana para continuar a dele tratar, porque ainda tenho mais coisas para falar sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, convidaria V. Ex^a para presidir os trabalhos, já que a Senadora Heloísa Helena entende que eu poderia falar primeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu pediria que o Senador Augusto Botelho assumisse a Presidência, porque vou ao médico agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho.

Prorrogamos a sessão por mais 20 minutos.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cinco minutos, mais a prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, apelo a V. Ex^a para que seja tolerante com o meu tempo. O que me traz à tribuna, na verdade, é uma homenagem ao meu companheiro Olívio Dutra, que, neste momento, está deixando o Ministério das Cidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certa vez, o meu amigo Olívio Oliveira Dutra me disse que todos nós, Senador Tião Viana, militantes por um Brasil mais justo, temos sonhos e os perseguimos durante todas as nossas vidas.

Temos trajetórias de luta – dizia Olívio Dutra –, fecundadas por sonhos que dizem respeito à dignidade das pessoas, à justiça social, às relações humanas mais qualificadas e criativas. E concluiu ele dizendo: “Paim, a minha preferência será sempre por construir sonhos coletivamente”.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permita-me um aparte, nobre Senador Paim. Acompanhando essa notável homenagem que V. Ex^a faz a Olívio Dutra, só fico pensando o quanto é bonito o testemunho da coerência. V. Ex^a iniciou a sua militância política construindo um projeto de nação a partir do Rio Grande Sul, da luta sindical. Fez a travessia dentro da Central Única dos Trabalhadores, caminhou ombro a ombro com Lula e com muitos personagens da história republicana, na luta pela liberdade democrática, na luta pela organização do movimento sindical, na luta pelo trabalhismo brasileiro, seguindo a tradição da força da representação trabalhista do Rio Grande do Sul, e conseguiu fazer isso em plena coerência e respeitabilidade, com um personagem dos mais extraordinários da história do Brasil, que se chama Olívio Dutra. É um homem de dignidade intocável, somente admirável em todos os sentidos; um homem que coloca o seu coração ao lado da responsabilidade política, ética e social; um homem que cumpriu, com muita grandeza, a sua responsabilidade como Ministro das Cidades. Pude acompanhar muitas críticas injustas a Olívio Dutra, algumas até entendendo que ele não aplicava os recursos, e o que se via ali é que tinha aberto todas as travas para o Orçamento da União ser executado – o que não havia era o descontingenciamento. Então, uma injustiça contra ele. Um homem que cumpriu seu papel com absoluta integridade, honradez e competência, além de tudo o que foi. O que mais me chama atenção no seu justo pronunciamento é a coerência de V. Ex^a em lembrar toda a travessia de vida que fez a seu lado, como companheiro legítimo de Olívio Dutra, pensando num Brasil mais justo, mais verdadeiro e mais ético. Tenho muita fé de que, um dia, teremos muitos e mui-

tos representantes neste País, neste Congresso, do porte e da dignidade de V. Ex^a e de um Olívio Dutra. Que ele siga seu caminho como uma referência de vida para nós e que esteja sempre ao nosso lado, nessa mudança de Nação que estamos tentando construir com tanta dificuldade. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Na linha do aparte de V. Ex^a, quero recordar que conheço Olívio Dutra há mais de 30 anos. Começamos a luta no movimento sindical. Ele esteve à frente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e, com a ânsia de todos os jovens, fez história em cima da esperança. E, com a esperança, foi o fundador do Partido dos Trabalhadores.

Olívio, filho de pequenos agricultores, é um guerreiro que nasceu no interior, em Bossoroca, na região das Missões do Rio Grande do Sul, por coincidência onde, na metade do séc. XVIII, o índio Sepé Tiarajú, cacique guarani, liderou a resistência contra o avanço dos exércitos português e espanhol.

Chamado carinhosamente pela gente do Sul de galo missioneiro, ele é a síntese daqueles brasileiros que amam a sua Pátria, que levam o cheiro da terra onde nasceram por onde andam. Um homem do caráter de Olívio é um cidadão de raiz.

Quando Prefeito de Porto Alegre, implantou o orçamento participativo, inaugurando, assim, uma seqüência de administrações petistas naquela cidade, na nossa capital. Deu início também à reestruturação do transporte coletivo da capital, fazendo o que é hoje um exemplo para o nosso País.

Recordo-me da sua brava atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 88. Incansável nos debates da ordem social, da educação e da previdência. Isso lhe valeu nota dez no Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Foi eleito Governador do Rio Grande do Sul em 1988. Implantou políticas que mudaram o perfil do Estado. Posso citar aqui algumas: o orçamento participativo, piso salarial regional, que só Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro têm, muito maior do que o salário mínimo atual, quase o dobro; o Programa Primeiro Emprego, para jovens; a universidade estadual; um movimento que para mim é o mais importante, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – Mova, para que não houvesse nenhum gaúcho analfabeto, da menor idade ao mais idoso; programas para a agricultura familiar e reforma agrária; programas para pequenas e microempresas; seguro agrícola; programa de econo-

mia popular e solidária; programa de crédito assistido e assistência técnica para mais de 330 Municípios.

Sr. Presidente, de tanto ler, busquei inspiração em Páris e Helena, Tristão e Isolda, Dom Quixote e Dorotéia, para falar daquela que pariu Espártaco e Laura, filhos de Olívio Dutra. A sua Anita Garibaldi... Falo da sua companheira, a nossa querida Judite da Rocha Dutra, por quem, sem sombra de dúvida, não só eu, mas o Rio Grande do Sul tem uma enorme admiração.

Sr. Presidente, Olívio Dutra ficou 30 meses no comando do Ministério das Cidades. Como um timoneiro, soube conduzi-lo com afinco, determinação e responsabilidade. As sementes para a reforma urbana foram jogadas por Olívio.

Os movimentos sociais lhe deram todo o apoio para combater as desigualdades sociais e transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, inclusive lá na área rural, ao saneamento, ao transporte e, em comum acordo com a Ministra Dilma Rousseff, o Projeto Luz para Todos.

É missão do Ministério das Cidades tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, saneamento básico, transporte urbano coletivo e trânsito.

Por intermédio da Caixa Econômica Federal, o Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os Estados e Municípios, além dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade.

Essa tarefa de garantir que cada moradia receba água tratada, coleta de esgoto e de lixo, luz; que cada habitação tenha em seus arredores escolas, comércio, praças e acesso ao transporte público, transformando as cidades em ambientes saudáveis e produtivos, é uma conquista da cidadania brasileira que está sendo, sim, implantada pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação de Olívio Dutra no Ministério das Cidades.

É claro que não fizemos tudo, mas fizemos muito. Sabemos que há muito ainda por fazer. Terminarei, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, considero a gestão de Olívio Dutra no Ministério das Cidades uma das melhores da Esplanada.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a.

Finalizo dizendo que o companheiro Olívio Dutra poderá ser candidato de consenso à Presidência do PT no meu Estado e, com isso – se assim o entender, já que não autoriza ninguém a dizer que é candidato –, irá caminhar pela estrada aplainada pela sua história rumo, novamente, ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.

Quero dizer, antes de passar a palavra ao Senador Sibá Machado: vida longa a você, companheiro, sindicalista, Deputado Federal, Prefeito da capital gaúcha, Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul e hoje Ministro das Cidades, Olívio Dutra!

Olívio Dutra, você volta para o nosso Rio Grande. Você volta para casa. Você é um exemplo a ser seguido por todos nós.

Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de transferir a emoção de V. Ex^a a todos nós. O pronunciamento que faz nesta tarde representa o pensamento da comunidade do Partido dos Trabalhadores e, com certeza, de todo o povo gaúcho. A tudo o que V. Ex^a já lembrou da vida e do currículo de militante de Olívio Dutra, tenho absolutamente quase nada a acrescentar. Gostaria apenas de dizer que, do pouco que sei, exerceu a autoridade dele como Governador e como Prefeito de Porto Alegre com a simplicidade de um trabalhador e, ao mesmo tempo, com a autoridade que os cargos exigia. E, desde aquele momento em que foi Prefeito de Porto Alegre, já nos ajudava no Acre. Mandou pessoas que ainda hoje estão lá conosco, ajudando-nos a trabalhar o planejamento das prefeituras, do Governo do Estado, pessoas cujos nomes nem vou lembrar, porque são várias. Mas quero dizer que essa vontade de crescimento não só da sociedade gaúcha mas também do respeito a toda a comunidade petista, creio que V. Ex^a já expôs isso muito bem. Quero me solidarizar com V. Ex^a pela emoção que sente e dizer que compreendo muito bem que Olívio Dutra, onde quer que esteja, será um militante à altura de tudo aquilo que esperamos, como V. Ex^a já muito bem se referiu. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Fiz esta homenagem mais que justa, entendo eu, a Olívio Dutra. Para mim, Olívio Dutra é um símbolo não só do PT, mas de todos os homens de bem deste País. Se há alguém por quem eu boto a mão no fogo neste País, sem nenhuma dúvida, é por Olívio Dutra.

Quando cheguei a Brasília, Senador Sibá Machado, como Deputado Federal Constituinte, fui convidado a morar com dois Deputados Federais Constituintes:

Olívio Dutra e Luiz Inácio Lula da Silva. Moramos no mesmo apartamento por dois anos. Ali, aprendi a respeitar mais e a conhecer melhor esses dois homens, Olívio Dutra e Luiz Inácio Lula da Silva. Por isso, dou esse depoimento, por isso coloco a minha mão no fogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena por dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cada dia tenho mais certeza de que o partido que eu ajudei a construir morreu. Ele existe enquanto instituição jurídica, mas, de fato, morreu.

Os trabalhos que vimos desenvolvendo na CPMI dos Correios são sempre muito difíceis, causam-nos um misto de indignação e tristeza profunda. Nós, que sempre fomos parte da militância socialista e democrática, sempre passamos por um constrangimento muito grande ao vermos determinadas coisas, coisas que têm muito a ver com a concepção de apropriação do aparelho de Estado.

Ao longo da nossa história, formulamos teses, aprendemos concepções programáticas e ideológicas acerca da importância da ocupação do aparelho de Estado. Mesmo que houvesse disputa dentro da esquerda socialista, entre aqueles que se proclamavam revolucionários e os que se proclamavam reformistas, sempre tivemos a convicção da necessidade do zelo em relação à ocupação do aparelho de Estado. Sempre dizíamos que lá deviam estar os mais preparados, os mais competentes, os honestos, aqueles que fossem capazes de, na administração pública, no exercício da função pública, fazer o melhor para viabilizar o projeto de desenvolvimento econômico e de inclusão social, de maneira a viabilizar a reforma do Estado brasileiro – o Estado, que sempre foi parasitado e privatizado por uma minoria, por uma elite carcomida, decadente, cínica, insensível e corrupta. Queríamos reformar o Estado brasileiro de modo a colocá-lo a serviço da grande maioria da sociedade, conferindo-lhe tanta permeabilidade que, mediante a participação na sociedade, pudéssemos um dia transformá-lo nos moldes da concepção socialista.

Isso foi o que discutimos ao longo da nossa história de vida. Para nós, que estamos analisando os documentos relativos às investigações nos Correios, é muito triste constatar que o Governo Lula não teve a capacidade de mostrar à opinião pública todo o processo de degeneração e corrupção do Governo Fernan-

do Henrique. Essa omissão, essa cumplicidade, essa prevaricação, isso foi absolutamente deseducativo, Senador Augusto Botelho. Estrebuchávamos aqui, nós e os companheiros na Câmara, nós estrebuchávamos todos os dias e atacávamos, com razão, com virulência, com ferocidade, os crimes contra a administração pública patrocinados pelo Governo Fernando Henrique, todos os crimes de corrupção no processo de privatização. Esperávamos nós, por zelo com a administração pública, para patrocinar um processo educativo, esperávamos nós que o Governo Lula fosse capaz de mostrar ao povo brasileiro os crimes contra a administração pública que foram patrocinados pelo Governo Fernando Henrique. Nada fez o Governo, omitiu-se, prevaricou, não foi educativo porque não mostrou a verdade à sociedade.

E o mais grave tem a ver com a forma de divisão da direita brasileira. Tem uma parte da direita brasileira, corrupta e carcomida, que está na oposição, e tem uma parte da direita brasileira, corrupta e carcomida, dentro do Governo. Imaginem a dificuldade para o povo brasileiro entender isso. É aquilo que eu digo sempre: os conhecidos delinqüentes de luxo que roubaram nos governos passados, em vez de serem obrigados a devolver o que roubaram, foram devolvidos aos cargos para continuarem a roubar, para continuarem a saquear, a privatizar, a tratar o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais que eles manipulam conforme os interesses de seus bandos partidários, suas corriolas empresariais e seus amigos ou aparentados. Imaginem o significado disso na gestão pública!

Quando você deixa de lado os melhores, os honestos, os comprometidos com as convicções ideológicas e programáticas do projeto que ao longo da sua história de vida você assumiu perante a sociedade e leva para a administração pública os seus adversários – não os adversários históricos do ponto de vista ideológico e programático, mas aqueles que nunca foram capazes de levantar a bandeira da ética na administração pública –, permite que aconteça o que acontece nos Correios hoje.

Mentem todos os dias para a opinião pública, todo o Governo mente dizendo que, para compor a tal da base de bajulação e viabilizar a governabilidade, tem que comprar o Congresso Nacional – toda essa mentira que, tal qual dizem os aprendizes de Goebbels*, que era o publicitário de estimação de Hitler, repetida muitas vezes, vira verdade. E ainda há pessoas boas, de bom coração e generosas que acham que tem de ser assim, tem de haver uma maioria artificial, juntar alhos

com bugalhos, fazer uma base de bajulação, base de bajulação essa que só funciona sendo comprada por cargos, prestígio, liberação de emendas e poder.

Assim, são deixados de lado aqueles que poderiam contribuir, aqueles que realmente têm uma identidade e são levados para a administração pública os velhos e conhecidos e ilustres excelências, saqueadores dos cofres públicos no passado que continuam a saquear os cofres públicos hoje. É o que está acontecendo nos Correios hoje.

Na vida do pobre é todo dia uma nova agonia; na vida política é toda dia uma nova patifaria. Quando analisamos a verdadeira guerra de gangues partidárias que foi montada dentro do Governo, para nós que somos militantes da esquerda, é motivo de tristeza profunda, corta mais dolorosamente a alma e o coração do que a mais amolada das navalhas. Corta a alma e o coração de tristeza do militante socialista, porque ele sabe que isso repercute na sociedade de forma geral, especialmente na esquerda. Qualquer liderança de esquerda que apareça poderá ouvir de alguém: “Adoro você, mas quem garante que, se um dia tocar os tapetes, supostamente sagrados, do Palácio do Planalto, não vai trair também, não vai ficar corrupto, não vai mudar de lado?”

Isso cria uma generalização perversa e legítima no imaginário popular que todos são iguais. Na política, os melhores, os mais promovidos, os mais excelências acabam sendo justamente aqueles que são mais acostumados com a arte do cinismo e da dissimulação. Isso cria uma generalização perversa com V. Ex^a, comigo, com quem trabalha, com quem não faz disso aqui um negócio particular, e isso é algo muito grave.

O que se instalou nos Correios foi uma verdadeira guerra de gangues partidárias entre PT, PTB e PMDB. Claro que quando digo isso não estou generalizando para todos os militantes, para todos os filiados, mas as cúpulas desses partidos são diretamente responsáveis por essa guerra de gangues partidárias instalada nos Correios em conluio com empresários apaniguados da base de bajulação e do Palácio do Planalto que, por sua vez, ganhavam licitações fraudadas e compensavam a vitória das licitações fraudadas dando dinheiro aos partidos que, por sua vez, davam dinheiro aos parlamentares vendidos.

O que é mais duro é que, quando a gente analisa os dados, os saques, Senador Paulo Paim, os dados assombrosos que estão na imprensa não significam nem 20% do que foi sacado em espécie do Banco Rural, e chegou hoje do Banco do Brasil, e ainda vai chegar muito mais!

Aí, a cúpula palaciana do PT, articulada com o Palácio do Planalto, tenta vender à opinião pública que foi um crime eleitoral. Por mais que seja uma manobra inteligente para tirar o foco das investigações dos crimes contra a administração pública, ela é uma tática diversionista e incapaz de chegar até o fim; incapaz. Porque, se dizem que foi para pagar fornecedor, vai ter que aparecer um fornecedor para dizer que recebeu; vai ter que aparecer um credor para dizer que recebeu. O militante que foi lá ou o dirigente ou o Deputado que sacou R\$200 mil ou R\$300 mil, a assessora do Marcos Valério que foi lá e pediu que providenciassem um carro-forte, Senador Augusto Botelho, para levar R\$1,5 milhão para a sala da SMP&B, da empresa do Marcos Valério, ou para o Hotel Blue Tree, onde se alugava um quarto para distribuir dinheiro.

Como é que dizem que não vai aparecer o fornecedor? Não vai aparecer o credor? Não vai aparecer o militante que recebeu o dinheiro? Porque é dinheiro demais! Não vai... não consegue, é de alta complexidade.

E o pior: só estamos analisando os contratos de publicidade do Marcos Valério! Quando chegar nos contratos de tecnologia da Novadata, da Rede Postal Aérea Noturna, que o empresário deu R\$800 mil para campanha do Presidente Lula e ganhou um contrato de R\$100 milhões nos Correios... Veja a gravidade do problema! A briga da Skymaster era esta: o cara da Skymaster, o empresário tinha um contrato superfaturado no Governo Fernando Henrique. Nos primeiros seis meses do Governo Lula, o Ministro Miro Teixeira baixou esse contrato dizendo que era obra superfaturada – e era! –, ou seja, baixou de R\$9 milhões para R\$4 milhões. E, seis meses, depois o cara já conseguiu recompor por R\$5 milhões. Em menos de um ano, na própria administração do Presidente Lula, ele subiu o contrato de R\$4 milhões para R\$9,8 milhões. O que é que esse cara tinha de tão especial? Sabem o que era? Ele dividia um contrato com o Sr. Augusto, da empresa Beta, da Rede Postal Aérea Noturna. Eram 50% para cada um. Havia um contrato registrado em cartório que dizia – isso no Governo Fernando Henrique – que independente de quem ganhasse o contrato, cada um receberia 50%. E estava tudo bem. Só que um financiou um candidato; e outro financiou o outro, que foi vitorioso.

Então, esse que foi o da Beta, que deu R\$800 mil para a campanha do Lula, ao invés de ter de dividir um contrato de R\$80 milhões com a Skymaster – R\$40 milhões para cada um –, ganhou sozinho um contrato de R\$100 milhões. Aliás, R\$98,7 milhões.

Veja a gravidade do problema! Então, não vai ter como segurar. Não tem! A cada dia, e o pior e mais

doloroso – sei da angústia de V. Ex^a, Senador Paim, no processo de votação da Previdência. E V. Ex^a sabe a minha dor no processo da votação da Previdência – é identificarmos que se comprou a reforma da Previdência aqui, se comprou nesta Casa. Todos os saques são relacionados a votações da reforma da Previdência, do salário mínimo, da blindagem do Banco Central, das eleições das Mesas, dos trocas partidários.

Então, é evidente que se quisermos, de fato, construir uma sociedade justa, igualitária, fraterna, soberana, ética e qualquer uma outra adjetivação que seja necessário ser estabelecido para quem ama o Brasil, para quem quer fazer um Brasil melhor, para quem quer tratar o espaço público como pérola...

Lembram-se daquela parábola linda sobre a pérola? Jesus tinha um discípulo que estava lá tentando ensinar a alguém a Palavra de Deus, e o cara não ligava, debochava, ironizava, ridicularizava. Ele chegou a Jesus e disse: “Meu Senhor, não tem jeito. Eu fico tentando falar sobre a tua Palavra e ele ridiculariza, ri e despreza”. Jesus, então, disse: “Não dê pérolas aos porcos, porque eles não saberão o que fazer com elas”.

Então, o espaço público, que deveria ser uma pérola, o atual Governo, repetindo o anterior, entregou pérolas aos porcos, que, por sua vez, estabeleceram guerras de gangues partidárias com empresários apaniguados e golpearam o Congresso Nacional, estabelecendo o tal do mensalão. Esse mensalão desmoraliza a todos. Quando se diz que todo político é ladrão, que todo político é desmoralizado, eu não coloco a carapuça. Mas é evidente que sabemos ser uma generalização perversa, pois há um Congresso Nacional desmoralizado. Eu não coloco a minha mão no fogo nem pela Câmara nem pelo Senado – claro que por alguns eu coloco. Mas pelo Senado, eu também não coloco a minha mão no fogo porque pode virar churrasco.

Então, não se coloca a mão no fogo, mas, efetivamente, temos que sair desse processo mais fortalecidos. E sair fortalecidos, aprimorando a democracia representativa não é acobertar, colocar embaixo dos tapetes, já sujos e apodrecidos, as denúncias graves de corrupção. Mas é desvendar os mistérios sujos da corrupção para que isso seja um aprendizado para as gerações futuras inclusive. Não é uma coisa qualquer.

É por isso que lutamos muito hoje para garantir que a CPMI funcione de 2^a a 6^a feira, para que novos depoimentos possam ser prestados, para que possam chegar os documentos. Para completar, para chegarem os documentos, é uma dificuldade. A Mesa Diretora dos trabalhos tenta, os Parlamentares tentam, mas é uma

dificuldade chegar alguma coisa aqui. E por quê? Por que teve patifaria. Para V. Ex^a ter uma idéia, um dos empréstimos... Veja, a tese levantada...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para concluir, Sr. Presidente. A tese levantada é que o empresário, que conhecia o tesoureiro do Partido há seis meses, quis se endividar pelos belos olhos do tesoureiro. Endividou-se e endividou todas as empresas – imagine a caridade que ele estava fazendo – com os supostos empréstimos. Chegou lá no banco – e sabemos todos nós que banco não faz filantropia nem caridade, se possível, faz “pilantropia”, mas, caridade não faz – e o banqueiro diz: aceito que você se endivide.

O empresário ou qualquer um outro que vai pedir um empréstimo tem que deixar uma garantia, claro, porque o empresário não vai emprestar, o banco não vai emprestar milhões sem nenhuma possibilidade de receber os milhões. Aí, o Marcos Valério foi lá e disse: está bem, empreste-me esses milhões e darei como garantia um contrato dos Correios, um contrato de publicidade dos Correios.

Comunicou, então, ao Sr. José Otaviano, que é gestor administrativo do contrato, que depositasse o dinheiro do contrato com os Correios no BMG, o que é óbvio, porque seria uma garantia do Banco, ou seja, teria o dinheiro do contrato dos Correios depositado na conta do BMG. Isso porque se o empresário atrasasse a prestação, o Banco pegaria o dinheiro. Essa era a garantia. Mas não funcionou.

O gestor administrativo disse que iria depositar no BMG, mas não o fez. Depositou no Banco Rural. E o BMG não fez nada, não reclamou. Por quê? Porque teve compensação. Ele teve compensação na maioria do percentual do crédito consignado; os fundos de pensão fizeram aplicações financeiras justamente nesses setores.

Realmente, Sr. Presidente, é muito difícil não se irritar com uma coisa dessas. É muito difícil. Quando você está sendo roubado pessoalmente, pode até ficar sereno, tolerante. É o seu dinheiro, não é? Se é o seu dinheiro, deixe roubar. Você tem todo o direito de ficar tranquilo. Mas ficar tranquilo quando alguns poucos saqueiam os cofres públicos e a grande maioria nada tem; quando o destino de um pobre que rouba um pão para alimentar o seu filho é a cela imunda e os maus tratos, e o rico vai ser recebido nos tapetes azuis do Senado, nos tapetes do Palácio do Planalto, nos salões da **high society**, aí não é justo, Sr. Presidente.

É por isso que, por mais que eu queira ter paciência – porque sabem V. Ex^a e o Senador Paulo Paim que sou uma pessoa muito boazinha. Os

meninos do café e os funcionários da Casa sabem que eu sou uma pessoa muito boazinha –, não tem jeito de ficar serena, impassível, omissa, caladinha diante de uma situação extremamente desprezível e deplorável como essa. É uma verdadeira guerra de gangues partidárias parasitando, privatizando, saqueando os cofres públicos, dando dinheiro, por meio dos empresários apaniguados, a políticos vendidos que, por sua vez, ao invés de representarem o que está na sua convicção ideológica, na sua vergonha na cara, no seu amor no coração, no seu compromisso de campanha, passam a fazer a grande representação política da promiscuidade com o Palácio do Planalto.

É doloroso ver a relação dos saques com a reforma da previdência, a blindagem do Banco Central, o salário mínimo, a troca de Parlamentares, a troca de Partidos para viabilizar a eleição da Mesa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui registrada a minha tristeza e a minha profunda indignação. Como militante socialista, falo da minha tristeza, porque sei que isso significará para a Esquerda, no mínimo, mais quinze anos disputando, no imaginário popular, mentes e corações, as concepções com que, ao longo da nossa história, nós nos comprometemos. Como mãe de família, como cidadã brasileira, registro a minha mais profunda indignação.

E continuo acreditando que este Congresso Nacional é capaz de desvendar os mistérios sujos da corrupção, doa a quem doer. Se é do Governo passado, do Governo anterior, do atual Governo, que o Congresso seja capaz de aprimorar a já combatida e desmoralizada democracia representativa!

Desejo que todos nós, que nos inspiramos em valores da democracia, sejamos capazes de fazer pressão e que a sociedade infernize a vida dos Parlamentares, porque o povo brasileiro não pode esperar simplesmente pelo caráter e pela honestidade de um ou outro. Os meios de comunicação que não são vendidos, independentes, que zelam pelo esclarecimento dos fatos, e a população, de uma forma geral, têm de se mobilizar, controlar, fiscalizar.

Às vezes, durante a madrugada na Comissão, penso: “Meu Deus, como as pessoas agüentam assistir à CPMI?” Nós quase morremos de raiva! Mesmo assim, as pessoas estão assistindo, pressionando, mandando *e-mail*, telefonando, dizendo que não aceitam operação-abafa, que estão fiscalizando, que estão controlando e monitorando o gesto de cada Parlamentar.

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Desculpe-me.

Se não for pela pressão da sociedade, vira operação-abafa, com a união do capital financeiro com determinadas estruturas políticas e econômicas. E, daqui a um, dois, três anos, estaremos nós na lamúria, na lamentação, nas nossas eternas cantilenas para viabilizar algo melhor para o nosso Brasil.

Desculpe, Senador Augusto Botelho, pois passei do meu tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte e Antônio Leite enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, “Os homens e os regimes”: esse é o título do artigo de autoria do ex-Ministro e ex-Senador Jarbas Passarinho, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 12 de julho do corrente.

Nessa peça antológica, o autor mostra sua discordância com a máxima do eminente historiador liberal inglês Lord Acton de que “o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”. Para o ex-Senador, o poder, mesmo absoluto, corrompe quem é corruptível. É uma relação de causalidade; o poder da corrupção não existe senão em mão dupla: a do corruptor e a do corrupto.

Ao fazer comparações com a “enxurrada de lama que está manchando a República petista”, o artigo mostra, também, que “se a democracia representativa provoca decepções, felizmente a alternativa, que é o regime autoritário, não seria melhor”.

Para concluir, Sr. Presidente, faço minas as palavras do ex-Senador Jarbas Passarinho em seu artigo: “O que acaba vencendo é a natureza do homem”. Assim, pela oportunidade do texto, e para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	12	Julho/05	Espaço Aberto	A	2A

Os homens e os regimes

Jarbas Passarinho

Um amigo, historiador, perplexo pela encurrada de lama que está manchando a República petista, que ele imaginava limpa, pergunta-me se isso não sugere o fim da democracia representativa. Sinto-me tentado a ser simpista e dizer que não é culpa do regime, mas dos homens. Do mesmo modo tenho ousado disreparar da máxima conhecida de Lord Acton de que "o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente". Resisto a concordar, pois acho que o poder, mesmo o absoluto, corrompe quem é corruptível. É uma relação de causalidade.

Não acho que estejamos vendo o funeral da democracia representativa. Continuamos defendendo a democracia, sem saudade do tempo em que, pretendendo defendê-la de uma mistura da esquerda "negativa" - como a chamava San Thiago Dantas - e oportunistas, em 1964, acabei por ajudar a restringi-la. Nem me socorro de Ortega Y Gasset, lembrando dele a boa desculpa: "Eu sou eu e a minha circunstância." Sim, o império das circunstâncias existe. Num mundo dividido em dois hemisférios, o democrático e o totalitário, em guerra fria, não havia como deixar de fazer a escolha, por um ou pelo outro. Repito, sem mérito, o pensamento de Churchill de que a democracia é um regime ruim, só que, até agora, não se achou outro melhor. Ela é um processo, dinâmico, e não um conceito estático. Uma forma de viver, mais do que uma forma de governo. Já tivemos a democracia governada, em que cada um de nós abdicava de sua soberania e a delegava a alguém que nos vai representar nas arenas políticas, de presidente a vereador. Hoje, estamos provando a democracia governante, em que o corpo de

eleitores luta por dispensar intermediários e procura exercer o poder. Algo próximo do que poderíamos chamar de democracia direta, impossível que é restaurar os tempos da Grécia antiga, mas por meio das pressões populares junto aos congressistas no ato de fazer as leis, ou de submetê-las ora a um referendo, ora a um plebiscito, como é habitual na Suíça. Se a democracia representativa provoca decepções, felizmente a alternativa, que é o regime autoritário, não seria melhor. Reconheço o que o historiador chamou de lodaçal que nos aflije, na hora em que aparentemente o PT prova o desastre que foi aparelhar o Estado, ocupando milhares de funções do Estado e cevando com o mensalão - ressalvadas as honrosas exceções do estilo - os que lhe permitem governar o País, sem nítida característica socialista ou capitalista, e raivosamente apelidada de neoliberal. O que acaba vencendo é a natureza do homem, repito.

Veja-se o poder da corrupção, que não existe senão em mão dupla: a do corruptor e a do corrupto. A necropsia do Estado, hoje, mostra o amálgama de empresários e o PT. Tenho um amigo, homem de negócios, que tem horror de ser chamado de empresário. Explica: "Tanto se pode chamar empresário a mim (ele é honrado) como a todo tipo de pilantras." Exemplifica: o segurança do falecido prefeito de Santo André, que passou a gerir empresas várias e é indigitado assassino do então prefeito, é identificado na polícia como empresário. Também a píccosa mulher que se especializou em furtar bebês saídos de outros ventres, responde na Justiça como empresário. Empresários envolveram o PT e o governo, na mais descarada for-

ma de corrupção. A estrelinha vermelha que foi a marca do exército de Trotski, na guerra civil de 1918, que o presidente Lula portava no encontro formal na Casa Branca, diante de Bush, hoje não se compara com a estrelinha da Texaco. Uns, menos cusados, se recomendam aos donos do poder aproximando-se de seus parentes, de forma normal, a exemplo do sinuoso Marcos Valério, que se disse "um cidadão normal". É o caso, revelado pela imprensa, com todos os detalhes, da Telemar, que descobre o talento do jovem Fábio Luiz Lula da Silva, sócio da firma produtora de videogames, na qual investiu, em janeiro deste ano, R\$ 5 milhões, quantia quase igual ao total do capital social da firma contratada, que é de R\$ 5,2 milhões. Fê-lo sem saber que dela fazia parte o jovem Fábio, segundo o honrado intermediário da contratação, amigo pessoal do presidente Lula. Teria tido esse cuidado exatamente para evitar maldosas insinuações. A mesma cautela não tiveram os que, sucedendo ao ministro Gushiken na

**ACHO QUE O PODER,
MESMO O ABSOLUTO,
CORROMPE QUEM
É CORRUPTÍVEL**

empresa Globalprev, aumentaram seu faturamento em 600%.

gozando da preferência de alguns poderosos fundos de pensão em que o ministro já tinha influência antes de ministro e continua a ter. Já a tentativa de limpeza ética não resiste quando o empresário é o publicitário Marcos Valério, que mente mais que o barão de Münchhausen ou o mais conhecido Pinóquio. Não explica como só no ano de 2004 faturou R\$ 400 milhões em contratos com órgãos públicos e arrecadou R\$ 1,2 bilhão no período de 2000, ano em que suas empresas faturavam R\$ 120 milhões, a 2004, saltando para R\$ 585 milhões, um crescimento coincidente com o governo petista. Na CPI só mentiu e guardou seus segredos, garantido o silêncio pela Justiça.

Para desventura do PT, ainda é preso num aeroporto um petista do Ceará portando, em mala, R\$ 200 mil de suas honestas vendas de hortaliças em São Paulo e, na cueca, milhares de dólares, porque, chocando-as no calor de "suas vergonhas", como escrevia o escriba Pero Vaz Caminha, da frota de Cabral, na carta a dom Manoel, podem dar filhos, à maneira das gáinhas e seus ovos...

Jarbas Passarinho,
ex-presidente da Fundação
Milton Campos, foi
senador pelo Estado do Pará
e ministro de Estado

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Sem explicação”, de autoria da colunista Miriam Leitão, publicada na coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo**, do último dia 19 de julho do corrente.

O artigo trata da recente viagem do Presidente Lula à França e de sua entrevista concedida a uma produtora independente. Segundo a colunista, “a entrevista do presidente Lula em Paris é desrespeitosa à imprensa brasileira, pela forma como foi feita, e insultuosa ao país, pelo conteúdo do que disse”. Na referida entrevista, o Presidente sequer conseguiu defender-se de si mesmo.

A colunista conclui afirmando que “o país está num descaminho, vivendo a pior crise da sua história recente, sem que o presidente da República explique ao país como vai superá-la”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno..

CREFISA

Crédito Pessoal

www.crefisa.com.br

40 anos

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Sem explicação

• A entrevista do presidente Lula em Paris é desrespeitosa à imprensa brasileira, pela forma como foi feita, e insultuosa ao país, pelo conteúdo do que disse. Em todo o seu mandato, Lula tem tratado os jornalistas com desprezo. Aceita apenas os longos monólogos, nunca o rigor de uma entrevista séria, com livre direito do contraditório. Mas pior o conteúdo que a forma. Ele foi a Paris, vejamos o local, dizer que o Brasil não é um país sério.

Na entrevista que ele concedeu na França, não era possível disfarçar o amadorismo da repórter que, numa pergunta, dirigiu-se ao presidente com o impróprio pronome “você” para, na pergunta seguinte, exagerar com o “vossa excelência”. Jornalistas não usam nenhum dos dois tratamentos, apenas o cerimonioso “senhor”, que distancia e não bajula. Mesmo diante de perguntas lamentáveis a facilitar seu trabalho, o presidente Lula disse impropriedades.

Atribui-se a Charles de Gaulle a infeliz frase de que “O Brasil não é um país sério”. Talvez o líder francês tenha dito, talvez não, mas o país se ofendeu da mesma forma. E tem tentado seriamente, nas últimas duas décadas, livrar-se desse estigma.

da entrevista, que Lula prefere assim, perguntas do tipo alavanca, que o ajudem, como aquela: “Há males que vêm para bem?” E, desta forma, ele pode dizer que “doa a quem doer”, o “o governo vai ser implacável com a corrupção”. Sem que nada socorresse o jornalismo nesse diálogo de faz-de-conta. “On-de o pai Lula errou?”, perguntou a repórter, referindo-se ao “filho” PT. Foi quando Lula mostrou o que pensa.

A estratégia do presidente foi acusar o PT. O governo dele apura como nunca se apurou, já prendeu, de verdade, mais de mil pessoas, garantiu. O PT tinha os melhores quadros do Brasil, eles foram para o governo dele e aí o partido cometeu erros e agora tem que explicar ao país os erros que cometeu,

Pois bem, Lula saiu daqui, voou no seu avião de 56 milhões de dólares, para, de lá, mandar dizer que o que o PT fez foi exatamente o que todo mundo faz no Brasil. Qual a diferença entre essa frase e a dita por PC Farias numa outra CPI? Naquela época, querendo dizer que todos os políticos tinham os mesmos padrões morais que ele, PC disse: “Estamos todos sendo hipócritas aqui.” Aquela frase não ofendeu ninguém. PC Farias era um pária na política brasileira, chegara não se sabe de onde, a bordo do fenômeno da falsa promessa de caçar marajás. Completamente diferente é ver o mesmo conformismo com o desvio sendo demonstrado por um presidente da República: “O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente”, disse Lula na entrevista.

O que é sistematicamente feito no Brasil? Pegar empréstimos com o aval do fornecedor do governo, que pega outro empréstimo e dá como garantia o contrato com o governo e diz que é para o partido do governo? Essa promiscuidade é normal? Montar numa sala dentro do Palácio uma central de distribuição de cargos sob o comando de pessoas sem cargos na máquina pública? O que é feito sistematicamente? Ocupar a máquina com os quadros partidários, transformar cargos públicos em centrais de arrecadação? O presidente da República acha normal o caixa dois?

A TV Globo esclareceu que não teve interferências nas perguntas; apenas comprou o direito de transmiti-la. Ao pôr no ar a entrevista, ajudou a revelar duas coisas: a estranha avaliação do presidente da República sobre o que se faz no Brasil “sistematicamente” e a relação que ele quer ter com os veículos da imprensa nacional, a quem recusa sistematicamente conceder entrevistas. Fica-se sabendo, graças à divulgação

afirmou o presidente.

Se o problema foi só do partido, por que tantos foram demitidos dentro do governo Lula, a começar pelo chefe da Casa Civil, um dos dirigentes do qual ele desfalcou o PT? Nada se segura nesta tese de tentar jogar sobre o partido toda a culpa da grande confusão que houve, exatamente pelo erro de se misturar partido e governo.

Tanto que mais adiante — à pergunta: “Vossa Excelência sente mais peso hoje do que quando foi eleito presidente da República?” — Lula disse que agora deveria ser a hora de colher o bom momento econômico. “Não estava previsto acontecer era nenhum erro político, nenhuma crise mais forte, mas aconteceu.” Ora, se a crise é só do PT que decidiu fazer o que se faz sistematicamente no Brasil, não deveria haver risco algum. Mas Lula vê risco de o país perder uma chance. “O Brasil é mais respeitado hoje no mundo.” O mundo, felizmente, sempre separou o Brasil de seu governo, tanto que, em plena crise Collor, o país viu desembarcar no Rio dirigentes do mundo inteiro para discutir o destino do planeta na Rio 92.

A assessoria de imprensa do presidente Lula quis garantir a ele um ambiente confortável, livre das incômodas perguntas diretas ao ponto, livre do risco de uma segunda pergunta mostrando a inconsistência do seu pensamento. Fracassou porque não conseguiu defendê-lo de si mesmo. Lula contou ao país que o PT, que chegou ao poder garantindo que seria diferente, fez o que “sistematicamente” se faz. Lula encerrou a entrevista falando sobre 2006: “O Brasil está no caminho certo e não tem por que mudar de rota.” Não, o país está num descaminho, vivendo a pior crise da sua história recente, sem que o presidente da República explique ao país como vai superá-la.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A estrela e o horror”, de autoria do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 20 de julho do corrente ano.

O autor destaca a transformação sofrida pelo Presidente Lula a partir do instante em que assumiu a Presidência da República. “Lula parece envergonhado do PT, a ponto de dizer, muito rapidamente, que foi ‘apenas’ três anos presidente da legenda, como se não tivesse sido também seu fundador, presidente de honra, referência principal e único candidato presidencial que o partido teve em toda a sua história”.

E o autor conclui: “Agora, o horror é de Lula em relação à estrela vermelha? É tarde. Não há erro nem pena do PT que não respingue (pelo menos) em Lula”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A estrela e o horror

SÃO PAULO - É francamente para um estudo de caso da política universal a transformação sofrida por Luiz Inácio Lula da Silva a partir do instante em que assumiu a Presidência da República.

Já se falou um montão sobre o abandono das bandeiras históricas dele e de seu partido, em especial em matéria de política econômica.

Deu-se nesse caso o seguinte fenômeno: Lula tinha meia dúzia ou pouco mais de afirmações sobre outro tanto de temas nacionais. Ao chegar ao poder, achou que todas não passavam de “bravatas” e mandou-as para o lixo da história.

Como nem ele nem seus imediatos tinham uma única idéia diferente das velhas “bravatas” para pôr no lugar, passou a seguir o manual básico da ortodoxia.

Na área social, aumentou, de fato, ao menos segundo a propaganda oficial, o número de beneficiados pelos programas de transferência de renda, o elegante nome que se dá ao “sopão para os pobres”. Mas inclusão, que era uma das “bravatas” de sempre,

nadica de nada.

A esse cenário, já desolador, pelo que caracteriza de estelionato eleitoral, soma-se agora o abandono também do partido. Na entrevista que o “Fantástico” divulgou no domingo, Lula parece envergonhado do PT, a ponto de dizer, muito rapidamente, que foi “apenas” três anos presidente da legenda, como se não tivesse sido também seu fundador, presidente de honra, referência principal e único candidato presidencial que o partido teve em toda a sua história.

Não é esse mesmo Luiz Inácio quem exibiu orgulhoso a estrelinha do PT na lapela durante a visita a George Walker Bush, pouco antes da posse? Não foi na residência oficial do mesmo Luiz Inácio que se desenhou uma estrela vermelha no gramado, para horror dos puristas zelosos do patrimônio histórico nacional?

Agora, o horror é de Lula em relação à estrela vermelha? É tarde. Não há erro nem pena do PT que não respingue (pelo menos) em Lula.

@ → rossi@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo mais uma vez esta tribuna para comentar a crise política que assola o País e que atinge frontalmente o Governo do Partido dos Trabalhadores. Uma das conseqüências provocadas pela atual situação é a reforma ministerial que o Presidente Lula está promovendo no sentido de “moralizar” o seu Governo.

É nesse contexto que destaco dois artigos publicados no dia 8 de julho do corrente pelos jornais **Valor Econômico** e **O Estado de S. Paulo**, intitulados, respectivamente, “Na reforma, governo Lula troca o seis por meia dúzia” e “Pompa sem circunstância”. Os artigos mostram que as mudanças anunciadas até agora não representam absolutamente nada. O Governo nada mais fez do que novamente “mergulhar

mais uma vez nas águas barrentas da fisiologia bruta para blindar o seu governo contra o que pode vir por aí, não bastasse o que já veio”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que os artigos acima citados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Journal econômico de circulação nacional, publicadora desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Diretora Adjunta de Redação: Cláudia Safatê
Conselho Editorial: Antônio Manuel Teixeira Mendes, Caiso Pinto, João Roberto Marinho, Luis Frias, Luiz Eduardo Vasconcelos, Merval Pereira, Nicolino Spina, Otávio Frias Filho

Na reforma, governo Lula troca o seis por meia dúzia

As mudanças anunciadas até agora no ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não representam absolutamente nada: não ampliam a base parlamentar; não viabilizam o descarte do apoio de partidos marcados pela venalidade PP, PL e PTB; não sinalizam ao país uma moralização do governo nem são garantias de uma mudança na qualidade de gestão das pastas. O presidente Lula apenas resolveu pagar mais caro pelo que já tinha o apoio de uma parcela do PMDB, a “governista”, e o antagonismo de outra, a “oposicionista”.

Algumas fontes governistas interpretaram a decisão do presidente de ampliar a participação do PMDB no governo como um “ato simbólico” de “despetização” da administração pública. Não se sabe, todavia, se a “peemedebização” deve ser interpretada como uma medida intrinsecamente moralizadora. A contar pelos inúmeros processos a que responde o ministro da Previdência Social, Romero Jucá (RO) — um dos candidatos a perder o seu cargo no governo — esta não é, em absoluto, uma interpretação obrigatória.

“O MDB também não é santo. Querer salvar o governo dele em cima do MDB? Coitado (de Lula)! Ele está mal das pernas”. A observação é do senador Pedro Simon (RS) — que, conforme denúncia o tratamento “MDB” dado ao partido, é um peemedebista “histórico”. Em entrevista ao site “Congresso em Foco”, o senador afirma: “Vai ficar tudo igual: uns votando a favor, outros votando contra”. E, lá pelas tantas, para mostrar que Lula trocou seis por meia dúzia, reforça: “Se ele (Lula) fecha um acordo com o partido pondo mais cinco ministros, na hora da votação vai ser a mesma confusão. Daqui a pouco vão fazer uma CPI para investigar os caras do PMDB”.

Simon fala com a autoridade de seus 75 anos e da sua longa militância no antigo MDB, o partido de oposição à ditadura, e posteriormente no PMDB. Sabe exatamente em que partido está. A reação dos seus sete governadores, capitaneados pelo presidente da sigla, Michel Temer, contra a inclusão de mais três ministros peemedebistas no gabinete presidencial, mostra que o senador gaúcho tem razão. Em nota divulgada depois do encontro, os governadores dizem que “os

filiados que integram o governo não representam o partido” e ameaçam desfilializar Lula, portanto, não ganhou um voto peemedebista a mais.

As perspectivas do governo de retomar o controle político que lhe fugiu às mãos, na esteira das denúncias que se avolumam contra o seu governo e o seu partido, o PT, não são as melhores. O aumento da participação do PMDB no ministério não aumentará a base parlamentar. Lula acena com um ministério para o PP — o que, na prática, torna a sua vinculação com o partido, que antes comia pelas bordas do poder em cargos de segundo e terceiro escalões, mais forte. E esta, definitivamente, não é uma boa companhia. PPS e PDT fizeram um caminho sem volta para a oposição. E nem no próprio PT, hoje, tem garantias de apoio incondicional.

A crise política tem produzido um visível afastamento entre governo e PT. O governo tenta descolar-se do grupo dirigente que tornou-se o epicentro de denúncias de corrupção e tráfico de influência. Os grupos de oposição ao Campo Majoritário — comandado por José Dirceu e que viabilizou a eleição de Lula à presidência — também querem se livrar dos denunciados. Afastando Dirceu, Lula reforçou o poder do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Em confronto com o grupo de Dirceu no partido, no entanto, ganham força os grupos de esquerda que são visceralmente contrários à política econômica conservadora do ministro. Os dois movimentos simultâneos têm o poder de isolar ainda mais Lula politicamente.

Há evidências, portanto, de que o governo não vai garantir a governabilidade negociando partidariamente. Não existe clima para isso e os partidos são basicamente os mesmos que estão envolvidos até o pescoço, junto com o PT, nas denúncias de irregularidades. Talvez fosse o momento de o presidente Lula tentar compor um ministério com pessoas que se situem acima dos partidos e sejam respeitadas pela sociedade. Não se tenha ilusões: daqui para a frente, o governo terá que negociar com o Congresso, de forma transparente e clara, cada medida que precisar de apoio parlamentar. Teriam mais autoridade para negociar ministros reconhecidos por sua capacidade técnica ou com atuação respeitada pela sociedade. Pessoas que estivessem acima da crise de confiança que atinge todo o sistema partidário brasileiro.

NOTAS E INFORMAÇÕES Nº 7
O ESTADO DE S. PAULO - SEXTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2005

www.estado.com.br

Publicação do S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Esg. Custódio Alvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 24109 CEP 01060-970-SP
Tel. 3056-2122 (PAUX) Fax Nº (011) 3856-2040

Conselho de Administração:

- Presidente: Roberto C. Marquilha
- Assessores: Fernando Ara Mesquita, Francisco Mesquita Neto
- Julio Cesar Mesquita, Maria Cecília V. C. Mesquita, Patrícia Minna Mesquita



Fundado em 1875

- Julio Mesquita (1891-1927)
- Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1859-1997)
- Francisco Mesquita (1927-1969)
- Luiz Carlos Mesquita (1932-1970)
- José Vieira de Carvalho Mesquita (1939-1986)
- Nicitor Hanganj Prohiana (1927-1933)
- Plínio Barreto (1927-1956)

- Julio de Mesquita Neto (1969-1995)
- Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
- Américo de Campos (1875-1894)
- Nicitor Hanganj Prohiana (1927-1933)
- Plínio Barreto (1927-1956)

NOTAS E INFORMAÇÕES

Pompa sem circunstância

A ustera e composta como a dos seus antecessores ao tempo do presidente Fernando Henrique, a imagem do porta-voz do Planalto, André Singer, substituiu a do publicitário Marcos Valério nas emissoras que transmitem ao vivo seu depoimento na CPI dos Correios, no começo da tarde de quarta-feira. Soberanamente, Singer deu os nomes dos três novos membros do Ministério: Hélio Costa (Comunicações), Saraiva Felipe (Saúde) e Silas Rondau (Minas e Energia). Outra fosse a realidade do governo e da política, a pompa na circunstância do anúncio seria notada apenas como a expressão natural de uma presidência operosa, competente e respeitada pelos altos critérios que orientam a escolha dos integrantes do seu primeiro escalão, ao lado de um Congresso igualmente alto, íntegro e voltado para o interesse nacional.

Sendo a realidade, porém, essa que está aí atorrendo os brasileiros e uio a quimera que se acabou de descrever, saltou aos olhos o grotesco contraste entre a solenidade do anúncio do porta-voz e a obscuridade dos fatos que lhe deram origem - os conclavados do presidente

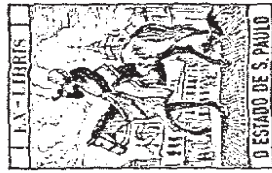
da República com os cardiais do chamado PMDB governista para aumentar a participação da legenda no Gabinete federal, em troca de proteção política na hipótese de a crise agravar-se ainda mais, como infelizmente tu- do indica que vai acontecer. Além do mensa- lio e das traficâncias que Marcos Valério foi chamado a esclarecer na CPI, no mesmo dia de sua inquirição ficou se sabendo que o loteamento político do fundo de pensão de Furnas, operado pelo PT, lhe causou prejuízos superiores a R\$ 153 milhões, decorrentes de investimentos no mínimo escabrosos.

Ao mesmo tempo, divulgava-se que dois vice-presidentes do Banco do Brasil foram exonerados em consequência da evidência de que o financiamento de R\$ 20 milhões ao PT para informatização dos seus diretórios foi feito sem avalista. Isso não é propriamente uma novidade, dada a notória petizção do banco. Basta citar o caso do candidato derrotado da legenda ao governo do Distrito Federal, em 2002, Geraldo Magela. A título de con- solação, foi nomeado presidente do Banco Po- pular, um braço do BB, na esperança de que

visse a demonstrar uma até então desconhe- cida competência gerencial. Lula havia prome- tido compensá-lo com qualquer cargo, como disse de público - e a função para a qual foi afinal escolhido fez dele o símbolo do aparelha- mento do Estado pelo governo petista.

A mesma falta de sensibilidade política e ética que fundamentou esse processo tornou a emergir, com outra roupagem, nas barganhas entre o presidente e os seus mais importantes aliados no PMDB, o titular do Senado Re- nan Calheiros e seu antecessor Jo- sé Sarney. O espantoso, no caso, é o ar de *business as usual*. Como se não tivesse havido o flagrante do paga- mento de propina nos Correios e co- mo se o deputado Roberto Jeffe- son nada tivesse dito sobre subor- no de deputados - com os explosivos desdo- bramentos de uma coisa e outra -, Lula mur- gulhou mais uma vez nas águas barrentas da fisiologia bruta para blindar o seu governo contra o que pode vir por aí, não bastasse o que já veio.

São principalmente os delalhes do negócio com o PMDB clapa-branca que sugerem que



o presidente não se deu conta de que a esta- altura não há mais o que blindar no seu gover- no, enquanto continuar sendo "o governo do PT", a não ser a auróla de sua imagem presi- dencial que já começa a desvanecer-se. Quan- do os punedebistas profestaram por não se- rem quatro as Pastas que receberiam, confor- me o prometido, o presidente argumentou, co- mo se estivesse negociando num bazaar do Oriente Médio, que leriam de ser três porque nem toda a bancada do partido na Câmara fe- cha com o governo: cerea da metade de seus membros não é confiável. Se fosse, ah, ai situ, o PMDB faria jus ao quarto ministério. Além disso, Lula queria que um dos três contempla- para as Cidades, no lugar do petista Olívio Du- tra. Foi preciso lembrar ao presidente - que mais parece o técnico de um time onde todos são pólvivalentes - que não seria bem o caso, pois Felipe é médico, com conhecimentos de saúde pública, não de problemas urbanos.

O trato de Lula com uma parte do PMDB exibiu ainda uma vez o seu total alicamento ao estado de espírito da sociedade diante do quadro de desagregação moral que a crise vai expondo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre os resultados da última pesquisa CNT/Sensus, que indicam a expansão das avaliações positivas do Governo Lula e do próprio Presidente da República.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição *on line* do último dia 12 de julho do corrente, publicou matéria intitulada “Presidente da Força Sindical diz que pesquisa da CNT é ‘fajuta’”, que traz a seguinte afirmação do sindicalista: “Os resultados mostram que a pesquisa é fajuta e encomendada pelo governo. Andamos pelas ruas e o que vemos é o desalento das pessoas e o descrédito do governo Lula”.

Sr. Presidente, é óbvio que a referida pesquisa teve o objetivo de tentar salvar a imagem do Governo e do Presidente, imagem essa extremamente desgastada com a seqüência de denúncias de corrupção que surgem, a cada dia, no nosso País.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente da Força Sindical diz que pesquisa da CNT é "fajuta"

» A crise » Fórum » Leia mais

São Paulo - O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, questionou os resultados da pesquisa CNT/Sensus divulgados hoje, indicando expansão das avaliações positivas do governo Lula e do próprio presidente da República. "Os resultados mostram que a pesquisa é fajuta e encomendada pelo governo. Andamos pelas ruas e o que vemos é o desalento das pessoas e o descrédito do governo Lula", disse o sindicalista à **Agência Estado**.

Ele acusou a pesquisa ser "encomendada pelo governo, para tentar salvar a imagem do presidente", embora não tenha provas para comprovar tal denúncia. "Além de vermos nas ruas qual a percepção do povo sobre as denúncias de mensalão, sabemos que o resultado da pesquisa é incorreto quando vemos o assanhamento do PSDB em disputar a eleição presidencial do ano que vem. Todo mundo quer ser candidato porque sabe que a avaliação do governo Lula é muito ruim", argumentou.

"Até o governo sabe que a pesquisa CNT/Sensus é fajuta porque deve ter também suas próprias pesquisas de consumo interno, qualitativas e quantitativas, demonstrando a queda de popularidade do presidente Lula depois do início da crise política", afirmou.

Irônico, o líder sindical sugere que os resultados da pesquisa CNT/Sensus "incentivem" o governo a tentar se recuperar politicamente e "de fato, aumentar sua popularidade". "Pessoalmente, acho que o governo Lula acabou. Qualquer pessoa ouve mais, nas ruas, as palavras impeachment do que reeleição", provocou.

Jander Ramon

◀ Índice de notícias ▶

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em meados de junho, que ele é a pessoa mais indicada para fazer o que precisa ser feito em relação à corrupção. “Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito nesse país”, afirmou o Presidente em discurso na cerimônia de abertura do Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, ocorrido em Luziânia (GO).

O artigo intitulado “Lula e a corrupção”, de autoria do jornalista José Nêumane, publicado na revista **Primeira Leitura**, de julho deste ano, mostra que não é bem assim. Ao enumerar várias denúncias ocorridas no atual Governo, o jornalista conclui: “Diante de tudo

Coluna do Zé

Lula e a corrupção

A platéia aplaudiu com entusiasmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que ninguém tem neste país mais autoridade moral que ele para combater a corrupção. Chega a ser comovente a esplendorosa imagem que Sua Excelência tem de si mesmo, mas aqui serão relacionados alguns fatos que produzem controvérsias a essa sentença:

1 – A viúva do ex-prefeito de Campinas Tomílio do PT tentou entregar ao chefe do governo um abaixo-assinado pedindo a reabertura do inquérito policial sobre o assassinio do marido, mas ele não a recebeu nem tomou conhecimento do seu pleito. Apesar de ser petista e popularíssimo em sua cidade, o falecido nunca foi muito benquisto na cúpula do partido e não era propriamente fã de Jacó Bittar, um velho amigo de Lula dos tempos do sindicalismo sobre cuja gestão na Prefeitura de Campinas pesam algumas dívidas, muitas das quais aventadas pelo *de cujus*.

2 – A família do ex-prefeito petista de Santo André Celso Daniel, também assassinado, tem certeza de que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência da República, sabe mais sobre o crime de que seu parente foi vítima, quando era chefe da campanha de Lula. Não há notícia de que o chefe tenha dado ordens para o subordinado se explicar de forma cabal a respeito. O tema é arrisado: a *Folha de S. Paulo* relacionou sete vítimas fatais entre testemunhas das relações perigosas da vítima com os acusados de serem seus algozes, entre os quais o primeiro-amigo Sérgio “Sombra”.

3 – O ex-subelefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares Waldomiro Diniz foi filmado e gravado achacando um elemento conhecido como “Carlinhos Cachoeira”. Apesar de ter confessado o delito, não foi afastado do importante cargo “a bem do serviço público”, mas pediu demissão. Seu ex-companheiro de quarto e superior hierárquico no Palácio do Planalto, José Dirceu, só saiu da chefia da Casa Civil um ano e quatro meses depois da denúncia, sem ter posto

isso talvez seja apenas uma licença semântica, um arroubo de egolatria, imaginar que Luiz Inácio Lula da Silva seja o brasileiro mais preparado para comandar o desmanche da velha e sólida instituição da corrupção nacional. Ou não?”

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

o pingo nos is, como prometia fazer a Polícia Federal, subordinada ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já teve três inquéritos devolvidos pelo Ministério Público por terem sido malfeitos, e o Judiciário não consegue enquadrar o acusado, que continua passeando sua impunidade nas superquadras e entre gondolas de supermercados na mesma cidade onde Lula vive.

4 – O presidente nacional licenciado do PTB, Roberto Jefferson, se vangloriava de que o presidente lhe teria dito que, por conta de uma tal travessia solitária do oceano, mereceria um cheque em branco. Sabe-se que o interlocutor eventual se queixou da falta de veracidade da versão, mas oficialmente nunca a negou. Aliás, ninguém tem conhecimento de nenhuma providência que Sua Excelência tenha tomado depois de informado sobre o tal “mensalão” (mesadas que o PT é acusado de pagar a parceiros da base aliada) por pelo menos dois políticos com cargos de responsabilidade: Jefferson e o governador goiano Marconi Perillo (PSDB). O ex-aliado, que virou desafeto e é sério candidato a bode expiatório da corrupção nacional, conta que Lula chorou, por se ter sentido apunhalado pelas costas, e que há indícios de que o pagamento cessou. Mas não há notícia de nenhuma providência prática contra os acusados de corrupção nos Correios, a não ser o afastamento do segundo Waldomiro, o burocrata “de terceiro escalão”, segundo o presidente da República, Maurício Marinho, por doença, e não por ter embolsado uma propina em cena transmitida ao país inteiro pela televisão.

Diante de tudo isso talvez seja apenas uma licença semântica, um arroubo de egolatria, imaginar que Luiz Inácio Lula da Silva seja o brasileiro mais preparado para comandar o desmanche da velha e sólida instituição da corrupção nacional. Ou não? ■

e-mail: neumane@estado.com.br

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nota-se a boa vontade do Excelentíssimo Senhor Presidente Lula em acertar.

Com o diagnóstico feito, é necessário o tratamento, o qual varia de paliativo até o chamado radical.

No momento, o Brasil necessita de tratamento radical em vários setores.

Por um lado, nota-se o sofrimento de membros do PT que são pessoas corretas ao verem os outros, que agiram e ainda agem de modo incorreto e com atos criminosos, denegrindo a imagem do partido.

Sabemos que administrar o Brasil é uma tarefa difícil, exige trabalho de grupo. E esta grande empresa chamada Brasil é rica, tem potencialidades infinitas e um povo que sempre acreditou em seu crescimento e desenvolvimento.

O Legislativo trabalha. No momento, as CPIs ou CPMIs estão em atividade. Que peguem os culpados e doa a quem doer. No momento o comentário geral é de que o quadro é imprevisível para os que cometeram atos delituosos.

A democracia continuará.

O Executivo deve procurar todos os meios para acabar com a corrupção.

O Legislativo mais do que nunca deve fiscalizar, orientar e criar os meios para que o que poderia ser “crise” passe a ser “Brasil passado a limpo”.

Sr. Presidente, após ouvir vários Colegas, também acho que, para que o trabalho parlamentar funcione adequadamente, seja feito nas Comissões de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou mais, se necessário.

As sessões deveriam ser todas deliberativas, pelo menos enquanto perdurar o atual clima. A presença das Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores deveria ser obrigatória de segunda a sexta-feira, também, pelo menos até passar o processo nebuloso pelo qual estamos passando.

Assim como fazem os bons médicos ao receber o paciente, indagando-lhe sobre a queixa principal, fazendo anamnese, às vezes utilizando os meios auxiliares em diagnóstico e aplicam o tratamento, Sr. Presidente do Senado e Senhor Presidente da República, o tratamento, além de urgente, deve ser emergencial.

As reformas, tipo reforma política, devem ser colocadas em pauta, mas não agora e, sim, logo após o “Brasil ser passado a limpo”.

A reforma que deverá a partir de hoje existir será a reforma da moralidade em todos os níveis.

Pouca falácia, muita eficácia e trabalho é o de que precisamos.

No tratamento não utilizamos os placebos. Exmo. Senhor Presidente Lula, se não usar o tratamento radi-

cal, como diz o ditado popular: “O feitiço poderá virar contra o feiticeiro”.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, pedindo a benção de Deus para esta Casa e para este País, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

OS Nº 14774/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 20 DE JULHO DE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, encaminharei para publicação, nos Anais do Senado, artigo publicado hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de autoria do Cardeal Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, intitulado “O combate à corrupção no Governo”.

Em seguida, Sr. Presidente, refiro-me a algo de muito grave que se passa dentro da crise brasileira. Não me refiro, Senador Geraldo Mesquita, especificamente à crise não; essa está rolando nas CPMIs, essa está na imprensa, essa está na boca do povo, essa está deixando aturdidos todos aqueles que, como o cineasta Sílvio Tendler, dizem: “Este filme, com este enredo, com estes personagens não dá para acreditar”.

Sr. Presidente, refiro-me a algo grave, profundamente grave. O Presidente Lula hoje, numa dessas solenidades que protagoniza, teria dito algo do tipo: é preferível alguém falar bobagens a fazer bobagens. Ora, na minha opinião, Sua Excelência tem feito as duas coisas, tem feito bobagem e tem falado bobagem, como dito aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

No entanto, o Presidente da República não deve nem falar, nem fazer bobagens. Cito alguns exemplos da história recente: Presidente Reagan, caso Iran-Contras. S. Ex^a, ao longo de um processo completamente desfavorável para ele no início, foi ao Congresso Nacional – é uma praxe americana – e, com enorme dignidade formal, conseguiu sair aplaudido de pé, vencendo um *round* importantíssimo na sua luta contra a oposição democrata. Mais tarde, o Presidente Bill Clinton, a quem o moralismo anglo-saxônico chegou a querer submeter a um *impeachment* da cintura para baixo, naquele fogo

inteiro, vai ao Congresso Nacional e faz uma aparição tão brilhante, tão significativa, que sai aplaudido de pé por democratas e republicanos. Mostrou, portanto, que sabia conquistar a governabilidade que teria de defender como prova de respeito ao povo norte-americano.

Poderíamos citar crises vividas por Charles de Gaulle, por Giscard d'Estaing, por tantos estadistas mundo afora, e percebo que, nesta crise, está faltando essa dignidade formal, está faltando o Presidente não se encalacrar mais a cada pronunciamento seu. São pronunciamentos vários durante uma semana, e nenhum serve para melhorar a imagem do Presidente. O último consistiu naquela cena do sofá e a entrevista à jornalista brasileira residente na França.

Já comecei estranhando o sofá, porque jardim não tem sofá. Jardim tem banco, seja de ferro ou de madeira, mas sofá, não. Fico imaginando as pessoas transportando um sofá para o Presidente sentar e, depois, o Presidente corroborando algo extremamente grave, que é a versão dos Srs. Marcos Valério e Delúbio Soares.

Senadora Heloísa Helena, se alguém é pessoa pública, pode e deve fazer a sua própria defesa olhando a questão jurídica, sim, mas olhando as questões ética, moral e política também. Quando alguém abdica de se defender do ponto de vista ético, moral ou político, e se dedica apenas à defesa jurídica, esse alguém está abdicando de ser respeitado pelos seus vizinhos, pelos seus familiares e pelos seus amigos mais íntimos.

É o que vi acontecer hoje com o Sr. Delúbio Soares, que optou clara e exclusivamente pela defesa jurídica, num País onde ninguém vai para a cadeia mesmo. Essa é a grande verdade do País.

O Presidente Lula está cometendo o erro de fazer o seu Governo endossar uma defesa meramente jurídica de um processo eminentemente político e ético. Então, Sua Excelência está cavando para o seu Governo um destino infeliz, extremamente desagradável e que poderá ser terrível.

Conta – não me canso de repetir nunca – com a mais democrática Oposição que já se constituiu neste País, de 1946 para cá. A menos democrática não sei se foi aquela oposição talentosa de Carlos Lacerda, contra Getúlio, contra Jango, contra Jânio, contra Juscelino ou essa, nem tão talentosa assim, que vimos o PT fazer durante os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não sei qual das duas propôs mais golpes, qual foi mais avessa ao respeito do que prescreveria a Constituição Brasileira.

A de hoje é uma Oposição que não está mobilizando ninguém nas ruas. A revolta brota espontaneamente. O Presidente vive em uma cratera lunar. O Presidente não está prestando atenção para o fosso que se cava em torno dele. E o Presidente teria de dar,

claramente, muito mais do que uma resposta jurídica. Resposta jurídica é para réu de CPI; resposta jurídica é para quem não quer mais o respeito de seus vizinhos; resposta jurídica é para quem tem dinheiro no exterior e, depois, acha que vai-se livrar e pronto, que não terá mais de falar com seus vizinhos do antigo prédio, da antiga casa, porque vai trocar de endereço.

O Brasil aguarda de Sua Excelência uma resposta política, ética, uma resposta histórica, e essa resposta tem de começar por um pronunciamento em que o Presidente peça desculpas à Nação e não corrobore mais esse jogo das inverdades que está sendo perpetrado no Brasil.

Ninguém em sã consciência acredita que seja possível isso, Sr. Presidente. Ninguém em sã consciência acredita que seja possível termos, depois de tantas evidências, o Sr. Valério, por nada, emprestando dinheiro ao PT, que deve R\$ 90 milhões.

A pergunta que faço é: como o PT vai sobreviver? Como um partido pode continuar existindo se deve R\$90 milhões? Que empresa poderia sobreviver a uma dívida impagável? Impagável não no sentido de ser engraçada, porque essa é trágica; foi constituída em cima de suspeita de lavagem de dinheiro, em cima de dinheiro que deveria ser usado em benefício do povo brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fiquei imaginando – e já concluirei – o que falar aqui hoje. Segundo, se falar. Sou avesso a factóides. Acredito que o fato político é algo que deve ser trabalhado legitimamente pelo homem público. Cheguei a pensar, Senador Mão Santa, em fazer algo diferente. O Presidente não fala a verdade para a Nação, participa de um jogo fraudulento, que foi a combinação, em Belo Horizonte, entre Delúbio e Marcos Valério. Sua Excelência corrobora isso com sua autoridade de Chefe da Nação.

Cheguei a pensar em vir a esta tribuna, colocar um esparadrapo na boca e ficar quieto durante os sete minutos a que tenho direito para falar como Líder do PSDB. Cheguei a pensar em não falar nada. Cheguei a pensar nisso porque os fatos estão falando mais eloqüentemente do que qualquer coisa que possa sair da boca de qualquer um de nós.

Tendo em mente as facetas dessa crise enorme, de voracidade pantagruélica, optei por esta advertência. Facetas da crise? Meu Deus do Céu, não repetiria o que tem sido dito por quem representa as oposições na Comissão Parlamentar de Inquérito. Não conseguiria repetir melhor.

Presidente Lula, Vossa Excelência tem abdicado, da dignidade formal, da liturgia do cargo. Vossa Excelência acabou com a liturgia do Palácio quando empenheiros foram recebidos lá dentro por ministros

e por pessoas do seu partido. Vossa Excelência está banalizando a figura do Presidente da República. Vossa Excelência está fazendo com que, hoje, 42% dos brasileiros digam espontaneamente, sem nenhuma manifestação de rua das oposições, que crêem que Vossa Excelência não termina o seu governo. Apenas 48% crêem, ou ainda crêem, que Vossa Excelência terminará o seu governo.

Concluirei, Sr. Presidente, dizendo ao Presidente Lula que Sua Excelência não tem o direito de terminar o governo, mas o dever de conseguir terminá-lo legitimamente, saindo pela porta da frente e entrando para a história brasileira também pela porta da frente. Não se trata do direito de terminar o governo como alguém que está acima do bem e do mal não, trata-se do dever de fazer por onde merecer terminar este governo indigitado.

Essa é a opção que faço, Sr. Presidente, sem alegria no coração, lamentando muito que tenhamos no exercício da Presidência alguém que abre mão da dignidade formal do cargo, da liturgia e da solenidade e que banaliza, com suas palavras, a figura e a majestade da Primeira Magistratura do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR EDISON LOBÃO NA SESSÃO DO DIA 20 DE JULHODE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, oh, tempos, oh, costumes de que se lamuriava o cônsul no senado romano.

Não vim aqui, para falar sobre o pensamento único a que se referia o Senador Geraldo Mesquita. Também não venho tratar da depressão política deste momento. O sermão de Padre Vieira, a que alude o Senador Demóstenes Torres, também nos chama à razão. Que fase esta, Sr. Presidente, tão dramaticamente tempestuosa? Prefiro tratar de outras questões que, no meu entendimento, neste momento, são mais relevantes. Pelo menos do ponto de vista da realização, temos que sair dessa depressão. Não podemos conviver com um mergulho profundo numa crise que parece não ter fim.

Sr. Presidente, desejo falar, vendo ali o Presidente José Sarney, da ferrovia que S. Ex^a teve a coragem de iniciar e que, lastimavelmente, até hoje não se concluiu. Refiro-me à Ferrovia Norte-Sul, com 2.100 quilômetros de extensão, da qual apenas 226 quilômetros foram até agora construídos.

Essa ferrovia atravessa as regiões Norte e Centro-Oeste, interligando-se ao norte com a Ferrovia dos Carajás e ao sul com a Ferrovia Centro-Atlântica. Com

isso, teremos a interligação de todo o sistema ferroviário, num abraço nacional da produção e da geração de riquezas.

Essa ferrovia não atravessa reservas indígenas, não passa por parques ecológicos ou áreas de preservação ambiental. São 1800Km² de cerrado, produtores intensivos de grãos.

Há 20 anos, o corredor norte de exportação produzia quatro milhões de toneladas de grãos. Hoje, produz 40 milhões de toneladas, e há estudos estimando em 140 milhões de toneladas de grãos a capacidade de produção do corredor que será servido pela Ferrovia Norte-Sul.

Sr. Presidente, estamos diante da obra mais significativa deste País nos últimos 30 anos, que, lastimavelmente, não tem tido o ritmo que a ela deveria ter sido emprestado. Esta ferrovia haverá de absorver 30% de todas as mercadorias que hoje se transportam por rodovias: produtos agrícolas, combustível, fertilizantes, minério de ferro e tantos outros produtos.

Concluída, ela estará sendo interligada com todos os grandes portos do País: Itaqui, Santos, Vitória, Sepetiba e Rio de Janeiro.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com todo o prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Fico feliz que V. Ex^a ocupe a tribuna para defender esta ferrovia. Nós que conhecemos, desde o início do Governo do Presidente Sarney, o esforço que ele fez e até a campanha que ele sofreu por tratar de um assunto tão importante, como V. Ex^a revela que é, talvez, uma das obras ou a mais importante obra do Brasil. Se pegarem o dinheiro errado da transposição do São Francisco e passarem para a Ferrovia Norte-Sul, este assunto estará inteiramente resolvido, e o próprio Presidente Lula poderá inaugurá-la. Portanto, é um crime a transposição do São Francisco. É um dever do Governante a Ferrovia Norte-Sul. V. Ex^a, mais uma vez, está de parabéns pelo seu amor ao Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Antonio Carlos, a contribuição de V. Ex^a, valiosa, porque V. Ex^a nos chama a atenção para a prioridade que se deve atribuir na realização de obras públicas.

Sem dúvida nenhuma, os recursos da transposição de águas do rio São Francisco seriam suficientes para a construção dessa ferrovia; essa ferrovia que foi iniciada com coragem, sobretudo por aquilo que diz V. Ex^a, a campanha insidiosa que à época se fez, dizendo-se que iríamos, neste País, ligar o nada à coisa nenhuma. Equívoco. Acabo de demonstrar que ela servirá a um corredor de 140 milhões de toneladas de grãos dentro de muito pouco tempo. Já estamos produ-

zindo hoje mais de 100 milhões de toneladas e, dentro de cinco a dez anos, somente esse corredor atenderá todas as exportações brasileiras e ajudará a construir a riqueza nacional.

Mas, uma de duas: ou atribuímos ao que tem prioridade a prioridade, ou vamos ficar permanentemente nesse passo lento do desenvolvimento nacional. A geração de empregos, que a todo instante ouço falar neste País, seria amplamente elevada se levássemos a sério a construção da principal obra brasileira dos dias atuais.

Sr. Presidente, o Porto de Itaqui, onde vai desembocar a Ferrovia Norte-Sul – já desemboca hoje, através da Ferrovia dos Carajás – é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores do País e o de águas mais profundas. É o mais próximo do mercado consumidor internacional e o de custo mais barato que temos neste País.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouvirei V. Ex^a com todo o prazer, Senador José Sarney, idealizador desta grande obra.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Só o interrompo neste instante porque vejo que V. Ex^a vai deixar a Norte-Sul e chegar ao Porto de Itaqui. Ninguém mais do que V. Ex^a sabe do meu testemunho sobre o seu talento, o seu espírito público, eu que tanto o louvei ao longo da vida, sendo um dos primeiros a incentivá-lo a dedicar o seu talento à vida pública, o que V. Ex^a tem feito com exemplar dedicação, ao longo de todos os cargos que tem ocupado, sobretudo quando foi Governador do Maranhão, marcando seu governo por grandes obras. Neste momento em que V. Ex^a trata da Norte-Sul, sou obrigado a dizer que se esta obra tivesse sido feita o Brasil seria outro hoje. Todo o País é testemunha que, àquele tempo, tínhamos um projeto para ser feito em dois anos e meio, mas, infelizmente, não pudemos fazer, porque foi feita uma campanha, nacionalmente, sobretudo no Centro-Sul, no sentido de que fazer esta estrada era jogar fora recursos públicos. Como V. Ex^a ressaltou, a campanha dizia que seria ligar o nada a coisa nenhuma. Coisa nenhuma era o Norte do Brasil e o nada era o Centro-Oeste. Hoje todos reconhecem. V. Ex^a neste instante, ao fazer este discurso, está trazendo o assunto à baila com a precisão que deve ser tomado. Hoje, todos reconhecem que esta é uma grande obra e pedem perdão por tê-la combatido, mas a verdade é que o tempo perdido não foi perdido para aqueles que defendiam a Norte-Sul, como V. Ex^a e eu defendíamos, mas foi perdido sobretudo para o Brasil.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador José Sarney, V. Ex^a está, de fato, na origem, na gênese da minha vida pública. Ainda me lembro do dia em que nós dois tomamos um avião aqui e fomos para São

Luís. Eu não era sequer eleitor no Maranhão, e V. Ex^a patrocinou a minha filiação partidária e me levou para sua residência, em São Luís. Isso há quase 30 anos. Nasceu ali a minha carreira pela vida pública deste País. Estivemos sempre juntos e, ninguém duvide, juntos estaremos sempre. Não há nada que possa nos separar e nos dividir. Nada. Não há tempestade política que consiga realizar essa obra deletéria.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a sabe o quanto me comove com essas palavras que acaba de pronunciar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É que seu coração é maior do que o território do nosso Estado.

Senador José Sarney, V. Ex^a sempre me teve ao seu lado nas suas grandes iniciativas, e a Ferrovia Norte-Sul foi uma delas, que somente tempos depois começou, de fato, a ser reconhecida inclusive por todos os candidatos a Presidente da República, mas lamentavelmente não pelos Presidentes e, sim, apenas pelos candidatos. Todos prometeram que concluíram a obra que obstinadamente fora iniciada por V. Ex^a.

Hoje, nos orgulhamos das nossas exportações. E nos orgulhamos também dos produtos agrícolas que temos e que constituem a parte fundamental das exportações. Mas, estivesse pronta essa ferrovia, o nosso orgulho seria em dobro.

Senador Antonio Carlos Magalhães – que há pouco deu-me a honra do seu aparte –, vejo que essa ferrovia vai servir igualmente à Bahia. Haveremos de construir um ramal até a Bahia, para que esta – com o seu poder generoso, sua economia, sua força, sua pujança – sirva ao Brasil, como sempre o fez, exportando também a sua soja por meio do Porto de Itaqui.

Queremos que os governantes atentem bem para esse fato.

O Sr. Antônio Leite (PMDB – MA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Atentem bem para esse fato e verifiquem o que é fundamental para o País! Se estamos vivendo um momento de escassez de recursos, é nossa obrigação priorizar as obras nas quais vamos aplicá-los. Não podemos desperdiçá-los. Não os temos para o desperdício, pois já não os temos para o aproveitamento. Imaginem para o desperdício!

Ouçõ V. Ex^a, Senador Antônio Leite, meu conterrâneo e meu companheiro do Maranhão.

O Sr. Antônio Leite (PMDB – MA) – Senador Edison Lobão, meus parabéns, em nome do povo maranhense, pelo seu brilhante pronunciamento. Parabenizo também o Presidente José Sarney, que também tem feito tudo pelo nosso Estado. É um duplo parabéns: a V. Ex^a pelo pronunciamento e ao Presidente José Sarney pela iniciativa da Ferrovia Norte-Sul e por tantas

outras, além do que fez pelo Maranhão e pelo Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado também, Senador Antônio Leite, pela contribuição que traz, V. Ex^a, maranhense tanto quanto eu, a este modesto discurso.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, terminada a construção da Ferrovia Norte-Sul, já existem tantos interessados, inclusive empresas internacionais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Dá-me um minuto, com permissão do Presidente?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Em seguida, Senador Alberto Silva.

Teremos, então, praticado uma obra de interligação do sistema ferroviário nacional. A ferrovia não servirá apenas ao Maranhão e ao Pará, como se dizia. Ela servirá a todas as regiões do País, porque dará acesso a todos os portos nacionais.

Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Apenas cumprimentar V. Ex^a a respeito do discurso que faz e dizer que tenho uma sensação de muita alegria quando o ouço falar, porque, no primeiro trecho, de Imperatriz a Açailândia, feito no Governo do Presidente José Sarney, eu, S. Ex^a e toda sua família viajamos nesse trem de Imperatriz a São Luís. Foram os 100 primeiros quilômetros. O restante, V. Ex^a acaba de dizer. É realmente uma grande obra, e aplicar-se-á bem o dinheiro do Brasil em uma obra dessa envergadura. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sabe V. Ex^a da admiração que lhe devoto, sobretudo por ser um estudioso, um técnico da maior competência e um político de longo curso. A opinião de V. Ex^a, para mim, sempre foi tomada em grande valia. Muito obrigado por sua intervenção.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância, dizendo que sou um homem de muita fé. E porque tenho fé, estou no convencimento de que, ainda neste Governo, haveremos de concluir essa grande obra ou de, pelo menos, atribuir-lhe a prioridade que ela merece, em benefício do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

Ata da 117ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 23, de 2005-CN (nº 977/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 959, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, vinculadas ao Programa de Trabalho 06.846.1027.10CZ.0002. (TC nº 004.324/2005-8).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O expediente lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que estamos vivendo um período de dificuldades, principalmente políticas.

O Brasil está ligado às antenas da TV Senado. Creio que a TV Senado tem mais ibope hoje e audiência do que a própria Globo. Claro, porque a população está interessada em saber, querem saber o que está acontecendo. E as Comissões estão aí apurando, e

temos certeza de que vão chegar a algum resultado, quem tiver culpa será punido. O Presidente já disse isso, já trocou os Ministros, tomou uma posição. Sempre falei: “Presidente, assumo o comando. Este País é muito grande. Não podemos deixar a população atônita, sem alguma ação.”

Sua Excelência parece que realmente fez isso. Já tirou aquele núcleo duro do Palácio, que impedia que se falasse com ele. Era complicado. O PMDB, por exemplo, que há dois anos apóia o Governo do Presidente Lula, não conseguia falar com Sua Excelência. Ali, no Palácio, era aquele pessoal, e todos sabem a quem estou me referindo.

Agora, o Presidente Lula colocou lá uma mulher séria, dinâmica. Naturalmente guardadas as proporções, a Ministra Dilma, hoje, na minha opinião e dos nossos companheiros aqui, representa uma espécie de Margareth Thatcher. Ela está ali para ajudar o Brasil. Ela diz coisas claras, simples. Ontem mesmo, ela determinou que aqueles quatorze mil DAS sejam substituídos por funcionários de carreira. Então, começa a pôr em ordem a casa administrativa do Brasil.

No momento em que o Presidente estava sozinho no meio de toda aquela encrenca, nós do PMDB – digo isso com certo orgulho –, os vinte Senadores e uns cinqüenta e poucos Deputados, assinamos esse documento que era em favor do Brasil. Não era em favor do que estava acontecendo, nem tampouco apoiando qualquer tipo de safadeza. De certa forma, conseguimos o equilíbrio. Por isso, ontem mesmo assistimos a mais novos Ministros nomeados, todos imbuídos da necessidade de trabalhar pelo País. O País não pode parar.

Fico feliz e satisfeito de ter entrado na primeira hora, com a consciência tranqüila de que não estamos apoiando exatamente esse mar de lama que está aí, que está sendo apurado, inclusive, por homens nossos que estão nas Comissões. Seguramente, o Relator da CPMI dos Correios é do PMDB.

Fiz esse preâmbulo, mas quero entrar num assunto que deve interessar a todos nós que fomos Governadores. Estou vendo o nosso ex-Governador Alvaro Dias, um grande Governador, e sei o que S. Ex^a fez no Paraná. Foi meu colega aqui. Acho que S. Ex^a era tão jovem, e continua jovem, na época em que fizemos o

PP, que se juntou com o MDB e fizemos o PMDB. E fomos buscar Tancredo em Belo Horizonte para que deixasse o Governo e fosse candidato à Presidência da República.

Então, tenho certeza de que os companheiros aqui presentes e os brasileiros que estão me ouvindo vão entender o que eu vou dizer: senhores, o petróleo está acabando. Anotem bem: o petróleo está acabando e o petróleo que existe ainda lá pela Arábia Saudita está sob o controle de uma grande potência. O exército americano está ali, naquela área. Não discutamos politicamente invasão de Iraque ou o quer que seja, mas, de qualquer forma, aquele petróleo todo daquela área – Arábia Saudita, Iraque, Irã, onde está o petróleo do mundo – está acabando também.

E o que vai ocorrer? Se não há mais petróleo e o mundo não vive sem energia... A energia é a mola do mundo, e a energia sob todas as formas, principalmente sob a forma de eletricidade, que tem que ser gerada e tem que haver combustível para gerar eletricidade para aquecer os países frios, para impulsionar a indústria, sem o que a humanidade não vai resistir.

Então, o que temos no Brasil? Temos sol, temos água e temos gente precisando trabalhar. Há dois dias, eu e o professor Bautista Vidal, um físico de renome internacional, homem extraordinário, que foi responsável pelo impulso do Proálcool à época em que ele trabalhou no Ministério da Indústria e Comércio, fizemos uma entrevista na TV Senado, que vai sair aí, e concluímos duas coisas importantes.

Primeiro, o biodiesel – naturalmente o primeiro caminho acompanhando o Proálcool –, a fonte de energia que o Brasil já vende ou fabrica, produz 14 bilhões de litros do Proálcool. Por que não vamos para os 20 ou 30 bilhões de litros de álcool? Podemos e devemos, porque o Japão precisa de energia, assim como a China, com mais de dois bilhões de habitantes e o desenvolvimento que tem. E quem tem energia, no mundo, hoje? Os países frios não podem ter. Eles usaram o petróleo, que está embaixo da terra.

A Petrobras é uma empresa mineradora, porque petróleo é mineral também. A Petrobras, apesar de ser hoje também uma companhia energética, é uma empresa mineradora. Propomos, então, a criação de uma empresa que vai gerar combustível, mas com características totalmente diferentes da Petrobras. Vamos criar uma empresa que parte da agricultura; do sol, esse presente que Deus deu ao mundo, mas muito mais ao Brasil.

Somos um País tropical numa região que tem água. Nós temos mais água do que o resto do mundo. Temos água, solo, sol e pessoas precisando tra-

balhar. Então, o que devemos fazer? Vamos criar uma companhia.

Meu caro Senador Alvaro Dias e meus companheiros aqui presentes, pensemos nisso. Vamos criar uma empresa maior do que a Petrobras. Ouçam bem: quando acabar o petróleo, a Petrobras não terá mais o que explorar daqui a 20 ou 30 anos. Assim, vamos criar uma empresa que pode gerar a energia de que o mundo precisa. E temos medo de que, se não ocuparmos o nosso território e produzirmos essa energia, eles venham aqui ocupá-lo, porque a fome de energia é tão grande que eles vão ter de vir aqui.

Vamos fazer um pequeno resumo: nossa empresa poderia chamar-se Empresa Brasileira de Biocombustível. A sigla seria até interessante: EBBC. BBC é a grande empresa de telecomunicações da Inglaterra. O que nós poderíamos produzir com essa nova empresa, cuja criação é urgente?

Meu caro Governador Alvaro Dias, sei que V. Ex^a está empenhado em apurar toda aquela lama. V. Ex^a é um dos Senadores que fala aquilo que é necessário dizer, nem mais nem menos, e é respeitado pelo que fala. Aquela Comissão tem seriedade, pelo fato de haver pessoas como V. Ex^a e outros companheiros. Então, vamos juntar um grupo aqui do Senado Federal – nós, ex-Governadores, Senadores, ex-Ministros – para levar ao Presidente a idéia desta empresa, que será maior do que a Petrobrás; anotem bem.

Querem ver um exemplo? Na Amazônia, considerando somente a área desmatada, se o Brasil realmente tomar a peito e fizer a empresa, serão 40 milhões de hectares de área de trópico úmido onde podemos plantar o dendê. O Brasil já tem toda a tecnologia do dendê, tem semente que pode produzir um pé de dendê em três anos, e um hectare de dendê dá oito mil litros de óleo!

Segundo Bautista Vidal, em um simpósio internacional, o Brasil propôs à Venezuela fazer uma multinacional entre o Brasil úmido da Amazônia e a Amazônia venezuelana. Seria uma grande multinacional, como Itaipu. Senhores que estão me ouvindo, sabem qual seria a produção? Seriam seis milhões de barris de combustível/dia.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite um aparte, Senador?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso é coisa demais! O Brasil tem quatro milhões de sem-terra.

Sr. Pedro Stédile, que está me ouvindo agora, reúna os seus sem-terra e vamos ocupar a Amazônia produzindo emprego, produzindo energia para o mundo, antes que eles venham cá e nos tomem. Vamos ocupar a Amazônia com gente nossa, produzindo petróleo ve-

getal, petróleo renovável, e apenas na Amazônia! Se nós plantarmos mamona no semi-árido, outros cinco, dez milhões de brasileiros podem ir para lá.

Podemos plantar o girassol. O girassol produz em dois meses. Imaginem, em dois meses, plantarmos milhares de hectares de girassol e ter petróleo, petróleo vegetal. Então, fazer a empresa é uma obrigação nossa como representantes do povo.

E quando a lama passar – e vai passar, se Deus quiser –, vamos juntar o que sobrar de bom do PT e dos outros partidos. Não vamos querer derrubar o Presidente e nem acabar com o PT. Há pessoas boas no PT, que trabalham conosco. Vamos fazer isso!

Senador Alvaro Dias, espero contar com o apoio de V. Ex^a. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Nobre Senador Alberto Silva, nada tenho a acrescentar ao seu discurso. Quero apenas cumprimentá-lo e aplaudi-lo, porque a sua característica que mais nos entusiasma é, exatamente, o pragmatismo, a objetividade. V. Ex^a só comparece a esta tribuna para propor e oferecer sugestões. É claro que ninguém melhor do que V. Ex^a para oferecer sugestões, pela experiência prática. Foi Governador brilhante, tem sido um político probo, intocável sob o ponto de vista da ética e tem autoridade moral e política para oferecer preciosas sugestões ao Governo. Pena que nem sempre o Governo o ouça. Se o ouvisse, muitos empregados estariam, certamente, trabalhando com salário e vida digna. No entanto, sempre resta a esperança de que um dia a sua voz cale fundo na alma dos que governam, e essas soluções simples, mas inteligentes, possam vir em benefício da população sofrida, sobretudo do seu Nordeste, mas, enfim, de todo o País, porque é o que mais almejamos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, nobre Senador. Incorporo as suas estimuladoras palavras para chegarmos a esse objetivo. Tenho certeza de que, seguramente, chegaremos ao Governo. Depois de passar esse terremoto – os que estão lá apressarão isso –, com o apoio da Ministra Dilma Rousseff, chegaremos a criar a nossa empresa e veremos um Brasil mais justo, um Brasil sem os sem-terra invadindo ministérios, andando na rua daqui para ali, com a oportunidade de uma vida digna.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Alberto Silva, se o Presidente Lula estivesse ouvindo seus conselhos, talvez já tivesse gerado cinco milhões de empregos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Acho que sim.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Aquele seu plano inicial de recuperação das estradas, feito no início do nosso mandato...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – ...criava dois milhões de empregos. Recuperaria, praticamente, a rede rodoviária do Brasil, e estaríamos em melhores condições, economizando, não gastando tanto combustível, peças e dando esse prejuízo aos transportadores. V. Ex^a também sugere a ida dos sem-terra para a Amazônia. Nós, da Amazônia, estamos de braços abertos para recebê-los lá.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Antes, porém, queremos que o Ibama e o Incra parem de atrapalhar o homem da Amazônia. Há três, quatro, cinco gerações em cima da sua terra, e o Incra não regulariza nem os 100 hectares do homem que está ali, à beira das estradas, à beira dos rios, trabalhando. Está até dificultando. Em Roraima, agora, estão querendo retirá-los. Há 25 anos, fizeram assentamentos e, até hoje, não regularizaram as terras. Muitos morreram de malária, muitos ficaram ser recursos, outros saíram, abandonaram o lote, e as pessoas, naturalmente, ocuparam aqueles lotes. Agora, estão querendo colocar as pessoas para fora, ao invés de fixar o homem na Amazônia. Por quê? Querem guardar isso tudo para entregar, no futuro, para os estrangeiros? Bom, agora, vão desarmar todo o Brasil. Não haverá uma arma para defender essa terra se houver alguma coisa. Os iraquianos estão resistindo porque têm armas; do contrário, já teriam capitulado. É lógico que não concordo em matar gente, mas também não concordo que invadam o país e queiram tomar as suas riquezas. Estão tomando o petróleo agora e no futuro vão querer tomar nossa floresta e a nossa água.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – O Senador Mozarildo Cavalcanti vai dar o tempo que for necessário, porque V. Ex^a, quando fala, nós temos de ouvir e temos de dar o tempo que for preciso para V. Ex^a falar.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, dois minutos e eu encerro.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Ontem, V. Ex^a estava inscrito, mas, quando procurei por V. Ex^a para falar, V. Ex^a tinha se retirado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Todo o tempo é tempo, e eu queria concluir simplesmente assim: concordo plenamente com a sua advertência sobre a Amazônia. Em primeiro lugar, que a ocupemos com todos os que já estão lá para compor esse exér-

cito novo de criação da riqueza brasileira, da energia brasileira e ocupar a nossa Amazônia para evitar que outros venham a fazê-lo. Também, no caso dos sem-terra, de que acabo de falar, eles vão se quiserem, porque podem ficar aqui. Só no Nordeste há muito mais de 20 milhões de hectares de sol e de água. Sim, existe água lá, há o rio Parnaíba e o rio São Francisco.

Encerro, Sr. Presidente, certo de que esta empresa que vamos criar, meus caros Senadores, terá, entre as suas funções, a de trabalhar com o Ibama de tal maneira que as coisas aconteçam e não fiquem na dependência de uma solução aqui e outra ali. Tenho fé e esperança no futuro do nosso País. Creio que, começando assim, chegaremos lá.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, faço só uma pergunta: eu gostaria de saber como fica a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O senhor será o próximo a falar.

Pela inscrição, seriam Sibá Machado, Luiz Otávio e Mozarildo Cavalcanti, Heráclito Fortes, Alvaro Dias. V. Ex^a é o próximo orador. (Pausa.)

Senador, eu li o nome do Senador Luiz Otávio e confundi V. Ex^a com o Senador Luiz Otávio. V. Ex^a não está inscrito. Quer se inscrever?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito na forma do art. 17. O Senador Alvaro Dias também.

V. Ex^a falará depois do Senador Alvaro Dias, se não chegar outro que esteja no art. 17.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Terei o maior prazer em ouvir o Senador Alvaro Dias, depois do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Por essa intromissão, peço desculpas ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia hoje deixar de abordar este assunto lamentavelmente momentoso, que é a corrupção generalizada no País.

Digo corrupção generalizada porque inúmeros órgãos, inúmeras instituições estão envolvidas, o que está chocando a opinião pública nacional, está chocando aqueles políticos que procuram fazer da política uma forma de agir de maneira séria em defesa da população, em defesa de seus Estados e que, portanto, ficam se perguntando como sair dessa e como evitar situação semelhante no futuro, porque tem havido escândalos sucessivos, escândalos que inclusive já levaram presidentes da República a suicídio, a renúncia, a **impeachment**.

Precisamos – V. Ex^a, Sr. Presidente, é médico, eu também tenho a honra de ser médico – buscar a cura desses males. O que menos gostamos de fazer em Medicina é aliviar apenas a dor do momento, remediar. Se a pessoa está com dor, e dou-lhe um analgésico, daqui a pouco, ela volta a sentir dor porque não cuidei da causa daquela dor.

Temos de ver por que o Brasil está permanentemente sendo vítima de corrupção. Eu diria que estamos tendo um momento especial, que tem o lado ruim e o lado bom. Se não corrigirmos as falhas, se não punirmos os culpados será muito ruim; mas será bom se conseguirmos punir todos os que estiverem envolvidos não interessa se daqui do Legislativo, não interessa se do Poder Executivo, não interessa se do Poder Judiciário, não interessa se é um burocrata de carreira nas repartições, nada disso interessa.

A outra coisa é como evitar que esses useiros e vezeiros do aproveitamento do dinheiro público possam, daqui a pouco, quando a população tiver, digamos assim, pensado que a coisa passou, continuar agindo. Porque, não fossem essas gravações que apareceram na televisão, essas coisas teriam continuado a ocorrer, sem que ninguém percebesse todas essas coisas que estão sendo denunciadas.

Então, agora, perguntamos: o que fazer? Primeiro, é providencial que tenhamos três CPIs funcionando – aliás, duas CPIMs, porque são comissões parlamentares mistas de inquérito, compostas de Senadores e Deputados, e uma CPI exclusiva do Senado, que é a CPI dos Bingos, da qual eu tenho inclusive a honra de ser Vice-Presidente. Eu diria até que essas três CPIs, duas mistas e uma exclusiva, na verdade, são uma só. Porque o que elas todas estão buscando? Investigar, identificar e punir corruptos.

Agora, é lógico, Sr. Presidente, que se ficarmos só em uma ponta, quer dizer, na punição do corrupto, de quem se beneficiou da corrupção, e não brecarmos os corruptores, aqueles que provocam e utilizam a corrupção como meio de ganhar dinheiro, ou de ganhar **status**, não vamos realmente fazer a cura definitiva ou, pelo menos, fazer uma cura que tenha duração.

Entendo que temos dois pontos a seguir. Primeiro, uma reforma administrativa profunda. Não sei qual é o conteúdo dessa medida provisória que foi assinada ontem pelo Presidente Lula, sob inspiração da Ministra Dilma Rousseff, que cria critérios para preenchimento de cargos de confiança, os chamados cargos comissionados, dizendo que 70% deles devem ser preenchidos por funcionários de carreira e 30% apenas por funcionários que estranhos ao órgão. Eu não sei, mas, pelo menos, o princípio é bom. Já mostra que é preciso profissionalizar o serviço público, porque já é uma maneira de se pôr certo freio nisso. Não quero dizer com isso que eventualmente um bom técnico que esteja na iniciativa privada, um profissional liberal não possa colaborar com a administração pública numa função de confiança num cargo elevado. Não estou querendo dizer isso, não. Não estou querendo dizer também que quem passa num concurso, que seja um funcionário de carreira, não possa ser corrupto. Nós temos exemplos disso.

O importante é que, pelo menos, tenhamos um critério que não está ao sabor de vontades, sejam elas políticas ou até pior, que sejam interesses empresariais, corruptos, ou interesses financeiros que não têm a ver com a vontade do povo brasileiro.

Mas há outro foco, o Orçamento. Houve uma CPI que tinha esse nome, a CPI do Orçamento ou CPI dos Anões. Este é outro ponto fundamental, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para ser corrigido: a questão do Orçamento. Porque nós fazemos aqui uma espécie de faz-de-conta. Quem trabalha seriamente na Comissão do Orçamento faz um trabalho de faz-de-conta, entra pela madrugada e tal, aprova aqui uma peça orçamentária, que é manipulada. O mais interessante é que o Orçamento é feito pelo Executivo, mandado para o Legislativo apreciar e emendar – conseguimos emendar cerca de 14% do que vem de lá –, e, ainda assim, o Executivo vem aqui fazer um **lobby** junto aos Parlamentares para incluir emendas ao Orçamento que veio do Executivo. Mas as emendas que propriamente podem ser feitas, de responsabilidade do Poder Executivo, as chamadas emendas parlamentares, mais de 70% não são executadas. Tem o termo técnico de dizer que “ficam contingenciadas”, mas, na verdade, não são executadas mesmo. Então, vamos lá, dizemos para a população: olhem, ouvimos a população

dos municípios, incluímos no Orçamento tanto para construir hospital, para construir escola, para universidade, para escola técnica, para o Centro Federal de Ensino Tecnológico.

E depois? Vem a questão da liberação de emendas, e aí entra um esquema, lamentavelmente, de barganha política do Poder Executivo com os Parlamentares. Isso é lamentável!

Então, já devíamos aqui ter aprovado o Orçamento impositivo, pelo menos no que tange às emendas parlamentares, que não correspondem nem a 10% do Orçamento. Por aí se frearia qualquer tipo de manobra, digamos assim, qualquer lance de corrupção. Por quê? Porque o Executivo seria obrigado a executar aquelas emendas de maneira a não precisar fazer nenhuma negociação. E aí, portanto, estaria, tanto o Executivo isento de pressões de ordem políticas, financeiras ou empresariais, como o Parlamentar estaria também sem necessidade de fazer esse tipo de barganha.

A Lei de licitações, quando foi promulgada, tinha um grande objetivo: evitar a corrupção nas compras, nas execuções e nas contratações de obras e serviços. Mas o que se sabe, na prática, é que isso é outro faz-de-conta, porque qualquer CPL faz arranjos entre empresários e os empresários fazem arranjos entre si para dizer: você ganha essa e eu ganho aquela.

É preciso um mecanismo que modernize essa lei de licitações, e esse instrumento tem de partir de uma ação conjunta do Executivo e do Legislativo. Sabemos que, se quisermos fazer algo aqui, não conseguiremos aprovar.

Essa questão do Orçamento impositivo há tempos se discute neste Senado, mas não se consegue aprovar, porque há uma manobra do Poder Executivo, que detém a maioria. Precisamos ter clareza nessa questão. Por que o Governo detém a maioria? Para que não haja “mensalões” nem outro tipo de jogada por trás disso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Quero ainda abordar outro ponto da cura: a reforma administrativa e a reforma política. O que acontece? Infelizmente, se uma pessoa é assassinada, se um motorista atropela uma pessoa de maneira irresponsável, ficamos com raiva de todos os motoristas, e os motoristas não são iguais. Se um médico, por uma fatalidade ou mesmo por imperícia, perde um paciente, a tendência é a família ficar com raiva de todos os médicos, e os médicos não são iguais. Se um padre comete pedofilia ou outro tipo de coisa que temos ouvido aí com tanta insistência, não quer dizer que todos os padres sejam iguais não. Assim, também, se alguns

políticos cometeram erros e crimes mesmo, não quer dizer que todos os políticos sejam iguais não.

Então, temos que pensar numa reforma política que reflita uma mudança forte. E o que está sendo discutido aqui a população, às vezes, nem entende. Aliás, muitos dos Parlamentares nem entendem. Até quero me incluir entre eles, porque muitos dos pontos que estão aí me parecem obscuros mesmo.

Primeiro, essa questão da lista. Hoje temos uma lista aberta, que, na prática, corresponde a quê? O eleitor tem o direito de escolher o candidato. Defender a lista fechada é tirar do eleitor o direito de ele escolher o candidato e dar ao grupo que domina o partido o direito de escolher os candidatos que devem ser eleitos. Eu sei que a intenção é fortalecer os partidos, mas os partidos que estão hoje aí merecem ser fortalecidos?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, permite-me um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Logo em seguida, porque gostaria de aprofundar mais, pois são vários itens.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É sobre a lista.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim. Mas aí, olhe só, a lista: Será que é o momento? A idéia, repito, é importante porque a lista visa fortalecer os partidos, mas os partidos como estão hoje aqui merecem ser fortalecidos? O povo quer? Vamos fazer um **referendum** para ver se é isso que o povo quer. Aliás, vou chegar, no final do pronunciamento, ao aspecto do **referendum**. Mas se V. Ex^a quer falar sobre a lista...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É rapidinho. Apenas para dizer, Senador Mozarildo Cavalcanti, que a única lista hoje que a população conhece é a lista do “mensalão”. Como é que vamos falar em lista nesta hora? Para proibir o povo de derrotar, de condenar os envolvidos em corrupção? Não temos autoridade política e, muito menos, moral para introduzir esse que seria um avanço em outras circunstâncias, como bem salienta V. Ex^a. Um dia nós chegaremos lá, mas ainda estamos devendo muito. Temos que pagar essa conta primeiro, para depois avançar. O povo tem que ter oportunidade de derrotar aqueles que considera desonestos na política. E, com a lista, fica impossível.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Muito bem, Senador Alvaro Dias. Concordo plenamente com V. Ex^a. Eu disse justamente isso. Acho que a idéia é interessante, importante, mas para esse momento seria aplicar um golpe, muito mais se é como está aprovado na Câmara: que os atuais Parlamentares terão prioridade para ficar na frente na lista. Quer dizer, se alguém vota no partido “A” e se o Deputado

do partido “A” não tiver sido alcançado e tiver praticado algum crime, e o eleitor votar no partido “A”, estará elegendo aquele Deputado que estava, talvez, envolvido e não chegou a ser condenado. Então, acho que não é o momento de se pensar na lista. A lista não deve ser, no meu entender, para esse momento.

Fidelidade partidária? Entendo que sim. Mas fidelidade partidária a quê? Aos dirigentes do partido do momento, ou fidelidade partidária ao programa do partido?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Acho que temos que ter essa discussão, realmente pensarmos em fidelidade ao programa. Então, se alguém entra em um partido tem que, primeiro, ler o programa, discutir se esse programa é o que interessa e aí, sim, tem-se fidelidade ao programa do partido e não a quem domina o partido naquele momento.

Depois, o financiamento. Muito bem, qual é o financiamento ideal? No mundo todo, não existe financiamento público exclusivo de campanha, quer dizer, só ter recursos do Tesouro Nacional, oriundos do povo.

Será que é isso que o povo quer? Será que isso funciona também? Talvez para esse momento até fosse interessante, porque fecharíamos qualquer participação particular das campanhas e faríamos só o financiamento público. Mas, depois, vamos discutir se esse remédio serve para sempre, porque entendo que é muito melhor ter um financiamento misto – público e também privado – de pessoa física ou de pessoa jurídica, mas que possamos, realmente, ter transparência, não ter negócio de caixa dois, embora eu saiba que é muito complicado evitar esse tipo de marginalidade.

Outro ponto, Sr. Presidente, é a verticalização que foi imposta por uma decisão, baseada na eleição passada, do Tribunal Superior Eleitoral. Não foi discutida – aliás, foi discutida, mas não houve tempo de corrigir. Acho que este País é muito grande para pensarmos em verticalização de Presidente da República a Vereador. Eu acho que é impossível. A realidade de cada região, de cada Estado é muito diferente. Nós temos que, pelo menos, eliminar, por enquanto, essa verticalização, até que, talvez, num futuro mais adiante, quando for possível fazer a lista partidária, quando houver partidos reformados, nós implantemos a verticalização.

A cláusula de barreira é outro ponto.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a tolerância para eu poder esgotar, porque eu acho que é um tema muito atual.

Aprovamos aqui no Senado Federal a cláusula de barreira, de 5%, quer dizer, um monte de partidos – com todo respeito aos partidos pequenos. Ninguém

nasce grande, quaisquer dos partidos que estão aqui nasceram pequenos. Então, eu defendo que existam partidos pequenos, mas que eles tenham, então, apelo popular, de maneira que possam permanecer. Para isso, eles precisam ter votos e, para ter voto, tem que ter um percentual. Eu defendo o percentual que foi aprovado no Senado de 5% e não de 2%, como a Câmara quer fazer, diminuindo e, portanto, permanecendo esse quadro de muitos partidos que não têm representação e apelo popular. E se não o têm, como querem sobreviver? Atendendo a certos grupos e interesses? Não! Não pode ser.

Depois, as coligações partidárias nas eleições proporcionais é outro tema que eu penso que não pode valer para a eleição do ano que vem. Aliás, seria até o momento, em outros países, de se anteciparem as eleições, mas já haverá eleições no ano que vem. Casualmente, o calendário está, digamos assim, antecipado, graças a Deus! Então, eu penso que as coligações proporcionais também deveriam ser permitidas nas próximas eleições. Da maneira como foi aprovado aqui no Senado, fazendo a federação de partidos, considero também uma grande idéia.

O voto distrital é outro assunto polêmico e difícil de entender até para os Parlamentares. Então, vamos deixar essa questão para um outro momento, em uma discussão mais ampla.

Há algo que não está aí e deveria constar: incluir na legislação o impedimento de que se registre como candidato alguém que está sendo processado. Eu quero distinguir aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que processado não é aquele sobre o qual se levantaram indícios, mas a pessoa cuja denúncia foi aceita pelo Poder Judiciário. Se isso ocorreu, ele não poderia ser candidato, porque está buscando no mandato uma proteção. Embora hoje não exista imunidade parlamentar, há ainda o fórum privilegiado. Se por um lado prejudica o cidadão, porque ele perde as etapas primeiras e fica somente com a final, no entanto se sabe que, ao ficar com o fórum privilegiado, ele muitas vezes escapa, durante o mandato todo, do alcance da lei.

Então, tínhamos que dividir, em meu entender, essa reforma política em dois blocos: o que prevê uma reforma emergencial, que deveria valer já para a eleição do ano que vem – e aí incluo as questões da fidelidade partidária, do financiamento, da verticalização e da cláusula de barreira – e os outros pontos deveríamos deixar para as outras eleições. Já poderíamos até começar a discussão, inclusive propondo um referendo popular. Não vamos fazer agora um referendo sobre desarmamento? Façamos um sobre o que o povo quer efetivamente para a política. Como é que ele quer? Listas fechadas, listas abertas como é agora, em que

ele escolhe o candidato e não o partido? Como ele prefere? O voto distrital ou o voto proporcional, como é hoje? Deve-se fazer um grande debate nacional. Esse debate deveria ser comandado pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, e não só pelos partidos, esclarecendo a população sobre essa questão e, principalmente, promovendo uma campanha continuada para o eleitor, mostrando-lhe que não pode trocar o voto, por exemplo, por um presente, que ele não pode trocar o voto por um favor que recebe naquele momento eleitoral, porque essa troca representa esse quadro que estamos vendo no País.

Mas não vamos também ficar aqui esquecendo esse meandro de corrupção que permanece nos Ministérios, que só prospera porque há funcionário corrupto. Nesse sentido, apresentei aquele projeto que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com pedido de urgência de todos os Líderes, que visa, em resumo, o quê? Que todo o mundo que lide com dinheiro público tem que ter o sigilo bancário quebrado de imediato. Isso vale para funcionário público concursado, para funcionário público que ocupe cargo em comissão, mesmo eventualmente, para funcionário público como nós todos, que temos mandato, do Vereador ao Presidente da República. E quando digo funcionário público também me refiro aos Ministros, aos seus auxiliares e também às empresas que transacionam com o Poder Público, isto é, as empresas que contratam obras, serviços de publicidade ou qualquer outro. Ou seja, para que uma empresa receba dinheiro do Poder Público, tem que estar com o sigilo bancário quebrado.

Então, podemos pensar sobre essas medidas e dividi-las assim: as emergenciais, que tratam o doente em sua emergência, e as mais duradouras, que curam ou pelo menos tentam curar essa doença de maneira definitiva.

Sr. Presidente, espero que esse debate se aprofunde, para que não fiquemos agora só com o foco nas CPIs e esqueçamos que elas existem porque chegamos a esse nível de corrupção.

E aí não adianta algumas pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– ...dizerem que não sabiam, que não foram informadas. Quem está no serviço público tem obrigação de estar informado e atento para tomar as providências na hora certa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao nobre Senador Alvaro Dias. S. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que todos nós estamos preocupados com a imagem que a população do País deve fazer desta instituição no momento de uma investigação de profundidade, que é a exigência maior para a necessária assepsia geral, diante de tantos escândalos de corrupção denunciados no Brasil.

Sr. Presidente, revelo esta preocupação porque, na CPMI dos Correios, estamos assistindo a um verdadeiro campeonato de cinismo – e aquele que compareceu por último, o Sr. Delúbio Soares, apresentou-se como fortíssimo candidato ao título de “mentiroso-mor” –, porque buscam preventivamente um **habeas corpus**. E é claro que, para mim, isto significa uma confissão de culpa, uma auto-condenação, porque alguém que busca preventivamente **habeas corpus** reconhece existirem razões para uma eventual prisão. E o buscam, também, para se proteger diante das mentiras assacadas, num desrespeito flagrante ao povo do País, que acompanha esses acontecimentos com muito interesse.

Apesar disso, Sr. Presidente, é preciso destacar o outro lado. Se há essa eventual blindagem – pelo menos imaginam que isso se constitua em blindagem para poder, de forma desafortada, mentir, subestimando a inteligência das pessoas –, há o outro lado, sim, que os penaliza certamente de forma mais vigorosa. Agrava a situação penal dos envolvidos em corrupção esse procedimento. Certamente o Poder Judiciário está atento para esse tipo de comportamento, como a CPMI deve estar. É inevitável a influência que esse gesto dos depoentes faz recair sobre as decisões finais da Comissão. Quando estivermos deliberando sobre quem indiciar, este fato, de forma preponderante, deve ser considerado. Ou seja, esta prerrogativa legal dever ser usada contra o réu. A lei impõe isso, já impôs. Pesa contra o réu o silêncio às perguntas; pesa contra o réu a mentira. Enfim, é o outro lado dessa história.

Certamente nenhum de nós que integramos esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito perderá a oportunidade desta análise no momento da definição dos indiciados, para que, ao remetermos ao Ministério Público, estejamos direcionando já a responsabilização civil e criminal como consequência da postura que adotaram durante o processo de investigação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já não há mais dúvidas. Quem tem dúvidas relativamente à existência do “mensalão”? Alguém ainda tem dúvida? Mas pergunto: sinceramente, alguém tem dúvida? Eu não tenho. Certamente não estou sozinho nessa conclusão antecipada. Já há indícios suficientes para a confirmação da existência desse modelo de corrupção apelidado de “mensalão”, que é a consequência da re-

lação espúria do Poder Executivo com o Poder Legislativo, partidos políticos e Parlamentares, sem a injusta generalização. Esta é, sobretudo, a hora da distinção. Vamos distinguir uns dos outros, até em nome do interesse nacional, da consolidação do processo democrático, do avanço das instituições públicas no campo da credibilidade popular. Estamos mal em matéria de credibilidade. Quem não sabe disso? É ainda preciso pesquisar? Creio que não. Somos, como instituição, condenados constantemente pela opinião pública, durante o processo eleitoral ou em qualquer manifestação de natureza popular, isolada ou coletiva.

Certamente nos causa um grande constrangimento assistirmos em programas populares da tevê àquelas perversas enquetes nas ruas do País. Sobre tudo agora, quando estamos trabalhando em uma comissão parlamentar de inquérito, é inevitável a afirmativa “vai acabar em pizza”. É o que ouvimos. Não há como ignorar que esse conceito está impregnado no inconsciente coletivo. Qualquer cidadão brasileiro, indagado sobre se acredita, diz: “Não acredito. Vai terminar em pizza.” Não é verdade, mas é a imagem que passamos.

Não vou citar as outras CPIs que não terminaram em pizza, que resultaram em condenações, que apresentaram resultados extraordinários sob o ponto de vista da penalização, da responsabilização civil e criminal e também da recuperação de tributos sonegados à Receita Federal, que soma valores ao final de cada CPI instalada no Congresso Nacional.

A CPMI dos Correios, evidentemente, não é a perfeição investigando; ao contrário, tem as suas deficiências. Além da ausência de instrumentos qualificados tecnicamente para a investigação, a comissão depende da contribuição de outros setores da estrutura pública nacional, como, por exemplo, CGU (Controladoria-Geral da União), Banco Central, rede bancária nacional, Polícia Federal, Ministério Público e, agora, sobretudo, o Supremo Tribunal Federal. Estou acreditando, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, quando recebermos do Supremo Tribunal Federal o inquérito encaminhado pelo Juiz da 4ª Vara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Dr. Jorge Costa, teremos certamente uma prova documental que pode ser fatal, cabal, inquestionável, alcançando verdadeiramente os reais beneficiários desse modelo de corrupção instalado na República.

As informações são oficiais, não são apenas ruídos ou suposições de que cerca de 120 nomes constam de documentos oficiais do Banco Rural encontrados no arquivo morto depois de uma busca e apreensão realizada pela Polícia Federal em Minas Gerais. Por existirem Parlamentares entre aqueles nomes que

constam desses documentos – e Parlamentar possui foro privilegiado – o juiz houve por bem encaminhar o caso ao Supremo Tribunal Federal. Hoje ainda o Presidente da CPMI dos Correios, Delcídio Amaral, irá ao Ministro-Presidente Nelson Jobim na busca desses documentos.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, foi Parlamentar no Congresso Nacional e sabe da importância da investigação política que o Congresso realiza neste momento. Por isso, acredito que, em regime de urgência, S. Ex^a nos remeterá esses documentos. Senador Mozarildo Cavalcanti, estaremos encurtando caminho e economizando tempo, porque chegaremos mais rapidamente aos nomes daqueles que se beneficiaram da corrupção instalada. E certamente, se isso ocorrer, a própria CPMI do Mensalão acabará perdendo o sentido porque, antes que ela aprofunde investigações, já estaremos chegando às conclusões desse deplorável episódio.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, quero inicialmente cumprimentar V. Ex^a pela condução que teve na CPMI da Terra, com isenção, sem preocupação com holofotes. A CPMI realmente aprofundou uma discussão que precisa ser levada à frente mais ainda. Voltando ao momento atual, quero referir-me à CPMI dos Correios. Lamentavelmente essa comissão tem esse nome, CPMI dos Correios, porque começou com aquela fita gravada naquela instituição. Os Correios não merecem estar com essa pecha de corrupção, porque, como eu disse ontem aqui, em um pronunciamento, do carteiro ao mais graduado funcionário dos Correios, a grande maioria, eu diria até que a quase totalidade, é de pessoas sérias, que trabalham muito bem; os Correios são uma instituição verdadeiramente exemplar para o Brasil. Lamentavelmente se infiltraram lá pessoas que fizeram esse tipo de coisa. Mas isso não está só nos Correios. Sabemos que o mesmo ocorre em várias instituições. E a minha preocupação está justamente aí, Senador Alvaro Dias: porque há Parlamentar envolvido, porque há Ministro envolvido, pode haver generalização. Temos que defender as instituições. Não temos que defender pessoas, temos que defender a Câmara, o Senado, temos que defender os Correios, temos que defender o Judiciário. Então, precisamos realmente fazer uma grande operação, como a que aconteceu na Itália, a Operação Mãos Limpas. V. Ex^a já exortou aí o Banco Central, a CGU, e acredito que, juntamente com o Ministério Público, com o Poder Judiciário como um todo, do Supremo até o juiz de primeira instância, devemos fazer um grande mutirão agora, para realmente limpar

o País e fazer uma legislação que possa ser duradoura, para não termos novamente, daqui a pouco, esse mesmo fato deplorável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Senador Mozarildo Cavalcanti, e é na linha dessa preocupação que entendemos deva proceder essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aproveito o ensejo para enfatizar duas revelações que fiz, durante os depoimentos desta semana, envolvendo o sistema bancário nacional público e privado como instrumentos para alavancar um projeto corrupto no País. Primeiramente, cito o BMG (Banco de Minas Gerais), que ofereceu ao Partido dos Trabalhadores, com o aval do Sr. Marcos Valério, aquele empréstimo inicial de R\$2,4 milhões – valor que hoje supera R\$5 milhões, está próximo de R\$6 milhões.

O que ocorreu? Esse banco foi privilegiado, favorecido de forma ilícita, com a conta para crédito em consignação dos aposentados brasileiros. São 25 milhões de brasileiros. Durante mais de três meses, Senador Augusto Botelho, o BMG teve o privilégio da exclusividade dessa conta, movimentando certamente mais de R\$1 bilhão. Portanto, o Governo pagou com sobras, indiretamente, o empréstimo efetuado a favor do Partido dos Trabalhadores. É crime, sim, contra a Administração Pública esse procedimento escuso.

É claro que isso provoca revolta. Não estamos aqui preocupados com os banqueiros concorrentes do BMG. Estamos preocupados com a ética, com a correção no trato da coisa pública, com o interesse do povo brasileiro, que vem sendo fulminado com essas ações promíscuas da Administração Pública Federal, lamentavelmente.

A outra denúncia que fiz alcança a direção do Banco do Brasil, partidarizada no Governo Lula. Uma instituição financeira da responsabilidade do Banco do Brasil não pode ter a sua direção partidarizada em momento algum. Houve partidarização na medida em que privilégios foram conferidos por essa direção...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... ao Partido dos Trabalhadores. Eu poderia me referir ao crédito especial de R\$3,5 milhões confessado por Delúbio Soares. Cheque especial com garantia de saque de R\$3,5 milhões é só para grandes empresas. O PT não é uma grande empresa, não tem patrimônio para garantir esse tipo de movimentação financeira. É um privilégio inexplicável, condenável sob o ponto de vista da ética e absolutamente condenável também sob o ponto de vista da correção administrativa.

A outra denúncia que fiz foi de que aquele empréstimo para a aquisição de computadores que o PT

realizou junto ao Banco do Brasil para a informatização dos seus diretórios também se deu de forma flagrantemente irregular e, sobretudo, imoral. Um empréstimo sem fiador. A cláusula nº 13 do contrato celebrado entre o Banco e o Partido impunha a assinatura, ao final, de fiadores. Ao final do contrato, não existia assinatura de fiador algum. E não aleguem que o fundo partidário é garantia para esse valor, pois não é, até porque, além de o Partido utilizar o fundo partidário para outras despesas, ele pode ser suspenso em determinados momentos, como agora.

O Senador Arthur Virgílio, Líder do nosso Partido, e o Senador José Agripino, Líder do PFL, encaminharam, ontem, representação à Justiça Eleitoral propondo a suspensão do repasse dos recursos do fundo partidário, já que o PT é réu confesso. Houve uma confissão de crime eleitoral. Mais do que isso, houve uma confissão de formação de quadrilha para a prática da corrupção eleitoral.

(O Sr Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir.

Diante desses fatos, não resta outra alternativa para os homens de bem que fazem política no País que não seja se juntarem, suprapartidariamente, para promover essa faxina geral, a fim de que, repito o que já disse, desses escombros provocados pela corrupção inusitada que se instalou no Governo Lula, com a sua complacência, conivência ou, quem sabe, participação, possamos emergir para um tempo diferenciado, com uma postura ética que possa significar respeito e credibilidade, recuperando, enfim, as esperanças do povo, que, lamentavelmente, as perderam para o apetite, que alimenta alguns, de se perpetuarem no poder mesmo que à custa da corrupção.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei por tópicos.

Peço inserção, nos Anais do Senado Federal, de editorial de **O Globo**, de ontem, intitulado: “O mensalão existe”. Ou seja, um jornal vetusto e correto como **O Globo** não pergunta, afirma: Existe o

“mensalão”. Da mesma maneira, peço a inserção do editorial da **Folha de S. Paulo**, do dia 21, cujo título é “Escárnio à Nação”, e também do editorial de hoje de **O Estado de S. Paulo**, que tem como título “Em estado de alienação”. Aí é retratado com crueza, com dureza, todo esse processo tortuoso por que tem passado o Presidente da República, com sua ora cumplicidade, ora tentativa de fingir que nada está acontecendo.

Também de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Resentido, Olívio diz que PT tem más companhias”. Volto a ressaltar: o diplomata Márcio Fortes, indicado pelo PP do Sr. Severino Cavalcanti é um profissional competente. O que está em jogo, portanto, não é sua competência ou sua correção, mas esse estado de decomposição a que chegou o Governo Lula.

E aqui exibo, Sr. Presidente, uma foto que é patética: o Presidente Lula e o Presidente Severino Cavalcanti, ambos sorrindo. O Presidente Lula, gargalhando. Não sei quem lhe contou qualquer piada. Está aqui a foto. Não sei quem disse algo engraçado para Sua Excelência. Não sei se Sua Excelência está achando engraçado o noticiário policial sobre o seu próprio Governo ou a insubordinação do seu Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que o critica – nunca vi isso – e não é demitido, fica por isso mesmo. Enquanto isso, avolumam-se as desconfianças de envolvimento cada vez mais próximos do Presidente da República em todo esse episódio de corrupção.

Sr. Presidente, peço ainda inserção, nos Anais, da coluna de Míriam Leitão, intitulada “As delubianas”, de **O Globo** de ontem.

Presto contas, agora, de viagem que fiz, ontem, a João Pessoa. Visitei o ex-Ministro e ex-Prefeito Cícero Lucena. S. Ex^a – que foi, a meu ver, preso sem necessidade, prisão temporária – poderia, perfeitamente, dar todas as explicações, e S. Ex^a as deu à correta delegada que o inquiriu. Poderia ter feito isso tudo com um mero convite da Polícia Federal para que lá comparecesse. Eu disse isso ontem a essa figura respeitável e estimada que é o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Nada contra a forma como se deu a operação, porque, dessa vez, foi sem sensacionalismo. Não há um só registro estapafúrdio nem espetaculoso da ação. Encontrei lá um profissional correto, o Sr. Gustavo Ferraz Gominho, Delegado da Polícia Federal – quero ser isento –, que se portou com correção, com seriedade, dando tratamento digno a todos os presos e ao ex-Ministro Cícero Lucena. Mas não tenho dúvida, por outro lado, de que a grande pergunta que está no ar é: por que fazerem algo tão rápido e, a meu ver, tão injusto

com Cícero Lucena quando os mudos do PT estão soltos, quando estão soltos o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira, esses que fazem a nudez moral virar uma espécie de nudez cívica? Nudez com eme, eme de mudo, nudez com ene, ene de nu, ene de desnudo, *strip-tease* moral, **strip-tease** ético. Cortina de fumaça? Perdem tempo, porque o que se quer mesmo investigar é a corrupção que está a desmoralizar este Governo, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Recebi, ontem, um envelope amarelo, e o meu chefe de gabinete, no gabinete pessoal – não no gabinete da Liderança –, abriu o envelope e constatou que nele havia um pó branco. Ele, evidentemente, se assustou, amassou o papel, o envelope, jogou na cesta e chamou a Segurança do Senado, que, a esta altura, está expondo, com certeza, para a imprensa brasileira, o tal envelope.

Francamente, não sei o que vão encontrar, se antraz ou não, no envelope enviado também para o Líder do PFL na Câmara, Deputado Rodrigo Maia. Gostaria de imaginar que é uma brincadeira, uma pilhéria. Outro dia, por pilhéria, ameaçaram de seqüestro a minha família. Por pilhéria devem ter mandado esse pó branco, que pode ser talco, pode ser Talco Johnson's.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o fato é que algumas pessoas se sentem incomodadas. Sentem-se incomodadas e se manifestam não mais pela grosseria dos *e-mails*, mas por atitudes que denunciam ser possível que o desespero de corruptos descambe para a violência. Que é possível que o desespero de corruptos descambe para o terrorismo, descambe para a tentativa de intimidar ou de silenciar quem quer que seja da Oposição brasileira.

Não vou tecer comentários. Por enquanto, para mim, aquilo é talco Johnson's, é talco para passar em bumbum de criança e não deveria, portanto, estar nas mãos de corruptos contrariados com as investigações – que vão continuar, haja o que houver.

Sr. Presidente, solicito que o meu chefe de gabinete seja examinado, bem como as demais pessoas do meu gabinete pessoal. Foi a instrução que recebi do médico Augusto Botelho, nosso querido Senador por Roraima. Que sejam examinados e comecem a tomar antibiótico imediatamente, até preventivamente, antes de se saber se o pó do envelope é antraz ou não. Afinal de contas, essas pessoas brincam com a vida dos outros.

Hoje, liguei cedo para a minha mulher, que está em Manaus, e avisei a ela: “Peça que todos nós passemos, daqui para frente, a apalpar o conteúdo de envelopes. Se for algo diferente do normal, não se deve abrir. Se alguém abrir, por favor, não deve tocar.” Francamente, nada disso vai impedir o essencial: a investigação desses fatos até o final.

Não tem faltado serenidade ao PSDB nem faltará coragem a ninguém do Partido. Queremos manter a nossa linha de conduta do começo ao fim desse processo. Primeiro: apuração, doa a quem doer. Algumas pessoas perguntam: “*Impeachment* do Presidente”? Se ficar provado que o Presidente delinqüiu, não há por que não haver. Mas não vou dizer que ele delinqüiu enquanto não houver constatação.

Por outro lado: punição de inocentes? De jeito algum. Preservação de todos os inocentes comprovados. Absolvição de culpados? De jeito algum. Punição de qualquer culpado: de pó, de antraz, de frente, de costas, de lado, de talco Johnson's, culpado do que quer que seja, culpado de **e-mail** ameaçador, culpado de qualquer coisa. Culpado é culpado, e culpado tem que ser levado à execração da opinião pública.

Portanto, registro apenas, com muita serenidade, o desespero crescente que vai tomando conta de pessoas que não sei o que pensavam fazer do Brasil. Parece que plano de Governo não tinham. Tinham plano para outra coisa. E essa outra coisa está sendo desmoralizada todos os dias nos jornais, nas televisões e nas rádios deste País, que construiu uma democracia. Democracia não é só para dar liberdade para poeta fazer poesia, não. Democracia é regime para se ter oportunidade de denunciar quem rouba, quem furta, quem solapa o Erário público.

Sr. Presidente, visando à integridade física, a saúde dos funcionários de meu gabinete, solicito à Mesa providências junto à Polícia Federal – aquelas coisas de praxe, enfim. O mínimo que essa gente estúpida, das ameaças, consegue é nos obrigar a tomar essa atitude que temos que tomar. Não acredito que seja nada demais. Para mim, é talco Johnson's, que deveria estar sendo passado em bumbum de nenê e não na mão de corrupto. Mas peço providências tanto junto à Polícia Federal quanto médicas, para proteção dos funcionários de meu gabinete, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL FOLHA DE S. PAULO	DIA: 21	MÊS/ANO: Julho/05	EDITORIA: Opinião	CADERNO: A	PÁGINA: 2
------------------------------------	------------	----------------------	----------------------	---------------	--------------

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@tufol.com.br

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ESCÁRNIO À NAÇÃO

VAI FICANDO cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política — o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime. O depoimento do ex-secretário-geral petista Silvio Pereira à CPI serviu para alimentar ainda mais as suspeitas de que também o enriquecimento pessoal tem sido uma “causa” dos burocratas ou “apparatchiks” (para usar o termo russo) do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Orientado por seus advogados e protegido por um habeas corpus preventivo, Pereira sintomaticamente negou-se a responder questões relativas a seu patrimônio pessoal. Com efeito, seria muito difícil o depoente esclarecer como o construiu sem se ver obrigado a mencionar algumas operações heterodoxas.

Salvo fatos desconhecidos, as propriedades do secretário são incompatíveis com seus vencimentos. Seu automóvel, um Land Rover que custou R\$ 75,5 mil, teria sido pago à vis-

ta pela empresa vencedora da concorrência para reformar a plataforma P-34 da Petrobras.

Também os dados sobre saques de contas das empresas do publicitário Marcos Valério — feitos por pessoas ligadas a variadas instituições e partidos, entre os quais o PT, como é o caso da mulher do deputado João Paulo Cunha — indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários.

Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa

vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no governo federal.

Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática — e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à nação.

PROJETO ABSURDO

É DEPLORÁVEL o projeto de lei do deputado federal Milton Cardias (PTB-RS) que pretende tornar obrigatório o registro de gravidez. Pela proposta, médicos e hospitais que atendam gestantes ficariam obrigados a emitir um atestado de gravidez, que ganharia registro público, a exemplo de nascimentos, óbitos, emancipações e interdições.

Na justificação do projeto, o parlamentar deixa claro que seu intento é proporcionar meios para punir abortos clandestinos. É muito razoável que o deputado procure fazer cumprir a lei, mas precisa agir dentro dos limites impostos pela Constituição.

A idéia de um registro público de gravidez fere a Carta num preceito fundamental. Ela viola o direito à intimidade, assegurado pelo inciso X do artigo 5º da Constituição. Não dá para exigir que todas as mulheres tornem públicas suas gestações. É perfeitamente possível imaginar situações legítimas que as levem a que-

rer adiar um tal anúncio. De resto, registros médicos são o exemplo típico do material cujo sigilo — aliás assegurado por lei — se justifica.

No que talvez seja mais grave, o projeto trata todas as grávidas como homicidas em potencial. O que ocorrerá na hipótese de uma delas sofrer aborto espontâneo? Será submetida a investigação? Terá sua casa invadida pela PF e sairá algemada? E se ela tiver feito o aborto fora do país, hipótese em que não violou lei nenhuma?

A proposta é também inoportuna pelos transtornos práticos que acarreta. Clínicas e hospitais não são cartórios, que, aliás, cobram para manter a maioria dos registros. Quem arcaria com os custos? E a medida, provavelmente, seria pouco efetiva. Segundo o IBGE, 20% dos pais deixam de registrar os filhos no prazo legal. Por que o registro de grávidas teria um índice melhor? Seria mais oportuno que o Congresso abortasse desde já essa péssima idéia.

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIAS

22

MES/ANO:

Julho/05

EDITORIA:

Notas &
Informações

CADERNO:

A

PAGINA

3

Em estado de alienação

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O presidente Lula não perde oportunidade de exibir o seu despreparo para o cargo - que a crise da corrupção elevou à enésima potência. Enquanto o seu mundo se desmancha, ameaçando soterrar a sua biografia política sob os mesmos escombros em que jaz, sem esperança de resgate, a *nomenklatura* do PT, e enquanto a opinião pública, abismada, se pergunta no que vai dar tudo isso aí, ele continua obsessivamente em campanha eleitoral. Inventava motivos os mais fúteis para ter uma tribuna depois da outra de onde poderá proclamar as virtudes que pretende ter e as realizações do "melhor governo que o Brasil já teve". Na terça-feira, a pretexto de prestigiar a ampliação de uma fábrica de celulares, foi a Taubaté advertir que "é preciso de uma vez por todas parar com o pessimismo no País", soberbamente alheio ao fato de que a matriz do pessimismo reside nos escândalos que se acercam mais e mais da Presidência da República.

No dia seguinte, no Recife, aproveitou a inauguração de um centro científico para armar ali o seu palanque. Em certo momento, dando a impressão de que ao menos iria reiterar as promessas de não esmorecer no combate à corrupção, começou com um "Estamos dispostos a enfrentar o que for necessário", completando, porém, "para provar que este país não vai jogar fora a oportunidade que tem" - decerto, a de reelegê-lo. Depois, comentou os seus constrangedores improvisos. "Melhor falar do que fazer bobagem", argumentou, sem se dar conta de que falava mais uma, ao sugerir que não as faz com frequência, precisamente porque fala mais do que age. Voltando-se contra o ex-presidente Fernando Henrique, que parece não lhe sair da cabeça, sustentou que "governar independe da quantidade de escolaridade (sic) e formação acadêmica, dependendo muito mais do caráter e da inteligência".

A parte a noção tosca da inteligência como um atributo estático, que não se desenvolve com a massa de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, a apologia da indigência cultural apenas confirma uma suspeita que não cessa de crescer à medida que Lula vai exercendo o seu mandato: a de que, tendo percorrido e tornado a percorrer os quatro cantos do País

do que tanto se orgulha, da missa não entendeu a metade. Lula jamais captou a complexidade da vida nacional, os diferentes tempos históricos que nela coexistem, as relações entre o Estado, a política e os inumeráveis interesses em movimento na órbita do poder. Daí, afinal, o seu estado de alienação, perceptível a olho nu, diante das revelações dos grossos delitos que se propagam, como uma metástase, pelo organismo da administração federal. Alienação que nos sugere a imagem de Nero tocando sua lira diante de Roma incendiada.

O que não significa, obviamente, que Lula seja desprovido de inteligência. O problema é que ela está voltada como que em tempo integral para o seu projeto personalista.

O presidente pode não querer saber ou não conseguir saber do que vinha se passando nos promíscuos porões onde ambições de poder guiadas pela "ética bolchevista" se encontram com negócios movidos por uma ganância insaciável, urna coisa e outra expressas em cifras de assombrar até os brasileiros mais abonados. Mas Lula sabe perfeitamente o que quer: ficar no Planalto até 2010, com o PT ou

sem, com o que há de mais execrável na política, se necessário. É para isso que "estamos dispostos a enfrentar o que é necessário". Mais difícil de explicar é o desconhecimento do País revelado pelos companheiros com "quantidade de escolaridade" maior do que ele, responsáveis pelas enormidades que passaram a vir à tona nos últimos dias.

Todo delinqüente racional procura avaliar os riscos a que as suas malfetorias o sujeitarão, antes de praticá-las. Os Delúbios, seus iguais e superiores agiram como se esse risco fosse nulo. Isso porque vêem o Brasil como uma republiqueta, com uma imprensa tatibitate ou de aluguel e uma esfera pública inatingível pelos conflitos entre os seus parceiros do setor privado. Numa republiqueta esses parceiros econômicos são poucos, frágeis e incapazes, quando contrariados, de iniciar uma reação em cadeia como a que começou com o vídeo dos Correios e explodiu na denúncia do mensalão. "Deus não faz nada que não seja preciso fazer", disse o presidente no Recife. Aguarde-se, pois, o que a Divina Providência julgará preciso fazer com todos quantos, na era Lula, transgrediram sistematicamente o 8º mandamento.

JORNAL	DATA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	22	Julho/05	Nacional	A	12A

Ressentido, Olívio diz que PT tem más companhias

Depois de ceder o cargo para indicado de Severino, ex-ministro afirma que más influências estão dentro e fora do partido

Lígia Formenti
BRASÍLIA

Apesar de dizer que aceitava com tranquilidade a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastá-lo Ministério das Cidades, Olívio Dutra era puro ressentimento ontem. Logo depois de ceder o lugar para um ministro indicado pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, Dutra afirmou que na política às vezes não se escolhem companhias. E que, atualmente, as más companhias existem tanto dentro quanto fora do PT.

"Infelizmente, o PT, pelo seu crescimento e pela forma indiscriminada de filiação, acabou tendo más companhias em seu interior", avaliou. "Não fomos capazes de trabalhar na educação de quem fosse chegando para que eles seguissem o compromisso com a natureza do partido", disse.

Olívio Dutra afirmou que vai trabalhar para que Delúbio Soa-

res e parlamentares que receberam dinheiro no esquema do mensalão sejam julgados na Comissão de Ética do PT, como foi sugerido pelo presidente do partido, Tarso Genro. "O partido está agredido, foi desrespeitado em sua base", afirmou.

Dutra reconhece que o partido enfrenta uma situação grave. "O PT tem problemas seriíssimos que acabam respingando no governo", completou.

"Quero estar num campo que possa ajudar." Sobre a referência que Lula fez sobre sua eventual candidatura ao governo do Rio Grande do Sul em 2006, Dutra preferiu mandar um recado direto ao presidente: "Ninguém tem autoridade para impor candidaturas", disse. "Nenhum partido sério aceita que se construa candidaturas por cima das instâncias", completou.

O ex-ministro afirmou que Lula ofereceu a ele a direção da Infraero, em substituição ao ministério. Mas preferiu não acei-

tar. "Não quero cargos. Posso ajudar o governo sem ter nenhum cargo. Aliás, tem muita gente que ajuda o governo sem buscar posição pessoal, projeção", disse.

Na cerimônia, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, era só sorrisos. Questionado se estava satisfeito com a indicação do ministro Márcio Fortes, ele afirmou: "Evidente, fui eu que indiquei".

Acompanhado da filha, Severino afirmou que com a "influência e amizade" que tem entre os parlamentares, vai trabalhar para que o governo melhore seu relacionamento na Câmara.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, por sua vez, que ao longo dos últimos dois dias, ao lado de outros políticos petistas gaúchos trabalharam pela manutenção de Dutra no cargo, não escondeu seu descontentamento. "O governo perde, fica menor na sua representação política." ●

O mensalão existe

Enquanto o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira depunha na CPI, quarta-feira, escudado num hábeas corpus concedido pelo STF, chegavam numa sala próxima os primeiros documentos liberados pela quebra do sigilo bancário do publicitário Marcos Valério. E ali toda a falta de memória de Pereira e sua couraça jurídica tornaram-se inúteis. As informações trazidas pela papelada confirmavam a existência do mensalão denunciado pelo deputado petebista Roberto Jefferson. Mesmo assim, diante de todas as evidências, e agora provas, a distribuição de dinheiro ilícito pelo PT para políticos seus e de legendas aliadas também seria desmentida pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, no depoimento do dia seguinte à CPI.

Compreende-se que a estratégia de defesa de Delúbio e Pereira seja negar até o fim. Mas depois que começaram a surgir dados objetivos sobre a movimentação de altas somas pelas agências de Valério a favor de petistas e de legendas amigas, as negativas não passam de **manobra advocatícia. Não convencem mais ninguém — se é que convenciam.**

Essas primeiras provas mostram que, de fato, a benevolência financeira do PT era ampla e também irrigava contas de políticos de outros partidos. Além de estrelas petistas como o deputado João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara, apanhado numa tentativa de burlar a CPI e a opinião pública, os primeiros extratos atingem um político do PL, o ubíquo Carlos Rodrigues, que perdeu o cargo de bispo na Igreja Universal; uma pessoa ligada ao presidente do PTB José Carlos Martinez, já falecido; e um elo com o PP, Cláudio Genu, próximo do líder do

partido na Câmara, José Janene, um dos primeiros citados como receptadores do mensalão por Jefferson.

Agora, confirmado o esquema, cresce ainda mais de importância saber-se de onde veio o dinheiro para alimentar o propinoduto. A dupla Delúbio-Valério, sem qualquer credibilidade, agarra-se à versão de que o dinheiro saiu de empréstimos bancários feitos pelo publicitário, lastreados no relacionamento pessoal de Valério com o então tesoureiro do PT, a quem conhecera há pouco tempo. Tudo sem o conhecimento da Executiva do partido, muito menos de petistas em função de governo. A operação não é verossímil.

Deve-se investigar como o aparelhamento do Estado pelo PT serviu de canal de alimentação desse caixa dois — quem sabe caixa três.

Não pode passar despercebida a evidência de corrupção patrocinada por Sílvio Pereira, por ser presenteado com um jipe Land Rover no valor de R\$ 73.500 pela empresa GDK, segundo o vendedor do veículo. A GDK ganhou

milionária concorrência na Petrobras. O presente a Pereira foi em troca de quê? É um exemplo clássico de como políticos podem usar um estado obeso a favor de projetos pessoais e de poder. O mesmo vale para a história de um saque de R\$ 325 mil de um conta do esquema por ex-auxiliar de Henrique Pizzolato, petista e funcionário de carreira do Banco do Brasil, onde foi nomeado diretor de marketing. Pizzolato apressou-se em pedir aposentadoria. Por que essa remessa generosa de Marcos Valério? O ponto comum nos dois casos é a presença de uma grande empresa estatal no enredo. A pista é essa.

Propinas e presentes encobrem favores do Estado

POLÍTICA LEGISLATIVA

Insubordinado. Miguel Rosseto critica presidente pela demissão de Olívio Dutra e constrange o Planalt Severino Cavalcanti, padrinho do novo ministro das Cidades, só garante 43 dos 55 votos do PP na Câmara

LULA: "LAMENTO PELO POVO"

SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

Após semanas de negociação com a base aliada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva finalmente concluiu a reforma ministerial. Ao dar posse aos novos ministros da Previdência, Nelson Machado; da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; e das Cidades, Márcio Fortes, Lula citou a crise política. "Os momentos difíceis pelos quais passa o Brasil, lamento muito mais pelo povo, do que por nós, políticos." A saída de Olívio do ministério desagradou ao PT gaúcho e o presidente até foi criticado por um subordinado.

Lula afirmou ainda que a melhor resposta à crise é "trabalho, trabalho e mais trabalho" e que o Brasil já suportou momentos difíceis na história como o que o país passa atualmente. Disse que as investigações em curso no Congresso não impedem que o governo, especialmente a Polícia Federal, investigue os casos de corrupção. Pediu aos novos ministros que ajudem na articulação com o Congresso. "Eu quero dizer boa sorte aos que saem e, aos que entram, que o jogo é muito forte e precisamos trabalhar mais do que trabalhamos até agora para produzir ainda mais". O presidente afirmou que está com o "time montado para ir até o último dia do mandato" e que espera não efetuar novas trocas.

Com a conclusão da reforma, o PT perdeu espaço e os aliados avançaram sobre áreas antes consideradas intocáveis para políticos não petistas. Na última etapa, Lula contemplou o PP com o Ministério das Cidades, e assim, acredita ter ampliado o leque de apoios no Congresso. Antes, deu ao PMDB os ministérios da Saúde e de Minas e Energia, ambos retirados do PT. O PMDB manteve ainda o Ministério das Comunicações.

Com a saída de Romero Jucá (PMDB-RR) da Previdência, Lula concretizou a idéia de pôr à frente da pasta um técnico com o apoio da equipe econômica e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Optou por Nelson Machado, que tem a vantagem de ser do PT, o que não irritaria ainda mais o

partido, que já protestou contra a demissão de Olívio Dutra. No Ministério da Ciência e Tecnologia assume Sérgio Rezende no lugar de Eduardo Campos (PSB-PE), que voltou à Câmara dos Deputados. Rezende é do PSB pernambucano e mantém a cota do partido na Esplanada.

Alago

Pressionado por várias investigações no Congresso, que atingem integrantes do governo e do PT, o presidente aumentou a participação dos aliados durante a reforma ministerial a fim de garantir apoio político. "A presença do companheiro Severino é a demonstração que estamos construindo com o Congresso, a base aliada, os partidos uma relação sólida", disse. Ao discursar, Lula fez um afaço nos ministros que deixam os cargos. "A pior coisa do mundo é dizer para um companheiro que você terá de substituí-lo", afirmou. Lula teve um cuidado especial com o ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, cuja demissão causou protestos nos movimentos sociais e na esquerda do PT.

Para justificar a demissão do amigo, Lula afirmou que Olívio está "predestinado" a ser candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul em 2006. O critério utilizado pelo presidente na reforma foi demitir os ministros que serão candidatos em 2006. Na cerimônia de posse, ficou claro o constrangimento no governo com a demissão de Olívio.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, criticou a mudança. "O governo fica menor com a saída de Olívio. Ele é um dos melhores quadros e o governo perde representatividade política, mas a responsabilidade da mudança é do presidente Lula", afirmou Rosseto. Olívio também fez críticas. "Sempre fiz política de Estado no Ministério das Cidades. Nunca utilizei o órgão com interesses partidários", afirmou. "O PT está envolvido em coisas que jamais sonhei, tem problemas gravíssimos que respingam no governo, e más companhias devido a forma indiscriminada de filiação", disse Olívio. Fortes chega ao Cidades pela cota do PP, cuja hancada na Câmara é de 55 deputados, mas só 43 devem apoiar o governo.

Ministério da Previdência

NEILSON MACHADO

Formado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Administração Orçamentária e Financeira pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP, Machado ocupou o cargo de ministro do Planejamento entre a saída de Mantega para comandar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em novembro de 2004 e a nomeação de Paulo Bernardo (PT-FR) em março deste ano. Agora, vai para a Previdência com o aval do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Com perfil técnico, trabalhou para tucanos e petistas. Foi agente fiscal, professor universitário e chefe de gabinete da Secretaria de Finanças na Prefeitura Municipal de São Paulo entre 1991 e 1992, na administração da ex-pedista Luiza Erundina. Também foi coordenador do Programa de Modernização do Controle Interno e Administração Financeira entre 1995 e 2001, nas administrações dos tucanos Mão Covas e Geraldo Alckmin.

Ministério da Ciência e Tecnologia

SÉRGIO REZENDE

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sérgio Rezende, foi indicado por Eduardo Campos para assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia. Filiado ao PSB de Pernambuco, é professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e foi secretário de Ciência e Tecnologia do governo Miguel Arraes entre 1987 e 1990. Em 1963 formou-se em Engenharia Eletrônica na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), tendo em seguida obtido bolsa de estudos da Comissão Fulbright para estudos pós-graduados no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA. Em 1965 obteve o Mestrado em Engenharia Elétrica e em 1967 o PhD também no MIT. Entre janeiro de 2001 e janeiro de 2003 foi Secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda. Deixou o cargo para assumir a Finep.

MÁRCIO FORTES

Filiado ao PP-RJ desde 2001, Fortes chega ao Ministério das Cidades pelas mãos do presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP-PE), que o indicou para o cargo. Advogado em direito e diplomata, circula pelo segundo escalão do governo desde a gestão do ex-presidente Fernando Collor (1990-1992), quando atuou como secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia na gestão de Pratinde Moraes. Já no governo Itamar Franco (1992-1994), ele assumiu a pasta interinamente e presidiu o conselho de administração de várias estatais do setor. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Fortes foi secretário-executivo do Ministério da Agricultura, e também presidiu conselhos de administração da Embrapa e da Conab. Márcio Fortes aproximou-se do PP quando foi secretário-executivo do Ministério da Agricultura, na gestão de Pratinde Moraes, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

NA VIDA POLÍTICA, AS VEZES NÃO SE ESCOHEM AS COMPANHIAS. INFELIZMENTE NO PT, PELO SEU CRESCIMENTO E PELA FORMA INDISCRIMINADA DE FILIAÇÃO, ACABOU TENDO MÃS COMPANHIAS NO SEU INTERIOR. DE DENTRO DO PARTIDO OU DE FORA, OS ENVOLVIDOS TÊM QUE SER PUNIDOS COM O RIGOR DA LEI

Olívio Dutra, ex-ministro das Cidades

O GOVERNO FICA MENOR COM A SAÍDA DE OLÍVIO DUTRA. ELE É UM DOS MELHORES QUADROS E O GOVERNO PERDE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA, MAS A RESPONSABILIDADE DA MUDANÇA É DO PRESIDENTE LULA

”

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário

GUSHIKEN FICA SEM FUNÇÃO

O presidente Lula anunciou ontem que a Secretaria de Comunicação Estratégica (Secom) será desmembrada e o ministro Luiz Gushiken, que já perdeu o status de ministro, ficará responsável apenas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), um dos braços da Secom. A parte de publicidade da Secom será repassada à Secretaria Geral da Presidência da República, do ministro Luiz Dulci. A Secretaria Geral também será incorporada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que perdeu o status de ministério.

Com a mudança, Gushiken deixa de comandar a área de comunicação, responsável pela coordenação e controle da publicidade e de patrocínios oficiais. A ideia de desmembrar a Secom já vinha sendo discutida na Casa Civil desde a semana passada, quando a ministra Dilma Rousseff resistia em assumir o controle da publi-

cidade, como o Planalto chegou a anunciar. Indícios de má gestão de recursos da publicidade oficial e suposto favorecimento à Globalprev – antiga Gushiken e Assocados, da qual foi sócio até 2002 –, enfraqueceram Gushiken e ele colocou o cargo à disposição do presidente. Lula pediu que permanecesse, mas retirou da Secom o status de ministério. Gushiken é mais um integrante do núcleo duro do governo a perder poder na estrutura palaciana. Antes dele, caiu o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Luiz Dulci esteve na Secom, esta semana, discutindo as mudanças. Gushiken disse a Lula que gostaria de permanecer à frente do Núcleo de Assuntos Estratégicos, por considerar importante discussões amplas como o programa do Biodiesel. Apesar dos pedidos de Lula, ainda não está descartada a saída de Gushiken do governo. (SL)

DESPEDIDA ANTES DA HORA: *Presidente hoje votaria pela quebra do monopólio*

'Déficit da Petros, de R\$ 5 bi, é uma questão que gostaria de ter resolvido'

Dutra diz que há 8 mil funcionários da Petrobras sem plano de previdência

Flávia Oliveira
e Ramona Ordoñez

• Ao se despedir da presidência da Petrobras, José Eduardo Dutra confessou uma frustração. A de não ter conseguido resolver o problema do déficit atuarial da Petros (fundo de pensão dos empregados da estatal), que em 2004 passava de R\$ 5 bilhões. Dutra também admitiu que os dois anos e meio à frente da companhia o fizeram mudar de opinião em relação à quebra do monopólio no setor. Ele, que dez anos atrás esteve contra a abertura do mercado, hoje votaria a favor. A seguir, mais trechos da entrevista:

• **PETROS:** "Este foi um grande problema que não concluímos. A última reunião do Conselho de Administração apontou para o modelo de um novo plano que será apresentado aos empregados, mas o Conselho não deliberou sobre a questão do déficit do Plano Petros. Há duas questões. Uma é que a Petros hoje tem um déficit atuarial de R\$ 5 bilhões. Além disso, o plano como está é instável atuarialmente. Não adianta resolver esse déficit hoje, porque no ano que vem tem outro. Hoje, temos oito mil funcionários da Petrobras sem plano de previdência. Essa é uma questão que eu gostaria de ter resolvido. Mas ela está bem encaminhada".

• **MONOPÓLIO:** "Se eu voltar ao parlamento e tiver uma emenda propondo a situação anterior, voto contra. Aquele cenário catastrofista que acreditava que ia acontecer não se confirmou. Quando foi quebrado o monopólio, a Petrobras

produzia 600 mil barris por dia e tinha 6 bilhões de barris em reservas. Dez anos depois, produz 1,8 milhão de barris por dia e tem reservas de 13 bilhões. Venceu a realidade, que muitas vezes é bem diferente da idealização que a gente faz dela".

• **BOLÍVIA:** "Ainda não decidimos (ir à Justiça contra a mudança tributária na Bolívia). Estamos avaliando. Não tomamos nenhuma decisão, até porque em relação à Petrobras e Bolívia tem um componente diplomático que tem de ser considerado. Os contratos estão vinculados aos preços internacionais. Mas se os custos aumentarem muito pode chegar o momento em que os produtores, incluindo a Petrobras, queiram rediscutir os contratos".

• **INSERÇÃO INTERNACIONAL:** "O foco continua sendo Oeste da África, Golfo do México e América Latina, por questões regionais. Mas estamos atentos a oportunidades e, por isso, voltamos a atuar no Irã e na Líbia. O Oriente Médio, apesar de toda a instabilidade política, é uma região onde toda empresa de petróleo que se preze tem que estar".

• **PLANO ESTRATÉGICO:** "O calendário é apresentá-lo à diretoria na próxima semana e ao Conselho, no dia 29. O plano está praticamente concluído".

• **PETROLEIROS:** "Posso dizer que fui plenamente vitorioso. Em dois anos, tivemos greve de um dia, mas nenhuma pa-

ralização de produção. Como foi compromisso meu, uma questão que era de honra para os petroleiros foi resolvida: a greve de 1995. Todo mundo que quis voltar para a companhia voltou". ■

Pernambuco deve sediar refinaria

Letícia Lins

• **RECIFE.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não anunciou oficialmente, mas praticamente garantiu ao governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), que a Refinaria do Nordeste (Renor) deverá vir mesmo para o estado. A Renor é disputada ainda por Ceará e Maranhão, e até mesmo pelo Rio de Janeiro.

Parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA, a Renor exigirá investimentos superiores a US\$ 2,5 bilhões. A refinaria vai gerar dez mil empregos durante a construção e terá capacidade para produzir 250 mil barris de petróleo por dia.

Lula disse ao governador que conversou terça-feira com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o assunto e que o venezuelano também gostaria de ver a refinaria instalada no litoral Sul de Pernambuco, onde fica o

complexo industrial portuário de Suape.

Após café da manhã com Lula, em um hotel, Jarbas esperava que o presidente anunciasse projetos estruturais como a própria refinaria e a Transnordestina, ferrovia que ligará os pólos de produção do Nordeste, como o Vale do São Francisco. Lula disse a Jarbas que em agosto voltará a Pernambuco com Chávez, para anunciar a refinaria.

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITAO

As delubianas

• Não expulsar, nem suspender o tesoureiro licenciado Delúbio Soares mostra que a direção do PT perdeu até o instinto de sobrevivência. Mesmo diante do horror da opinião pública e da indignação das várias alas do partido que não têm coisa alguma com as confusões delubianas, a Executiva preferiu ficar ao lado de Delúbio. Ele confessou crime e suspeita-se que foi para esconder crimes maiores. Além disso, levou o Partido dos Trabalhadores à falência financeira.

Delúbio e Sílvio Pereira desembarcaram na CPI com licença para mentir. E abusaram desse direito. Durante os dois últimos dias, o país teve que assistir aos dois dirigentes petistas negando o sabido e comprovado, ou dando versões inverossímeis.

O tesoureiro licenciado contou ontem uma história delirante. Para acreditar nela, é preciso abdicar da capacidade de raciocínio. É o seguinte: necessitando pagar dívidas de campanha em 2003, procurou o recém-conhecido Marcos Valério e pediu que ele contraísse empréstimos, em seu nome e no das empresas dele, que atingiram o valor de R\$ 39 milhões, e repassasse o dinheiro a quem do PT e da base aliada tivesse dívidas para pagar. Nada disso foi declarado ou contabilizado, aliás a dívida era oculta porque o balanço do PT mostra um déficit mínimo. Escolheu esse caminho por razões éticas. Disse que, se pedisse dinheiro aos militantes e eles fossem nomeados para o governo, ficaria estranho. Se pedisse a empresas, pareceria uma forma de vender vantagens futuras. Ou seja, para não fazer algo que poderia ser visto como antiético, Delúbio Soares contratou empréstimos através de um teste-deferido fornecedor do governo, escondeu a informação, mentiu, sonou e mon-

to um caixa dois. No delírio de Delúbio, a crise atual não é provocada por esses absurdos, mas, sim, porque o governo atual está sofrendo um ataque violento por parte de quem quer desestabilizá-lo.

O partido que expulsou, nos anos 80, os deputados Bete Mendes e Airton Soares por terem votado em Tancredo Neves — eleição que representou o fim da ditadura — e, em 2003, expulsou Heloísa Helena e outros por votarem contra a reforma da Previdência, acha que a dupla Sílvio-Delúbio não deve ser nem mesmo suspensa. No partido das decisões coletivas, uma única pessoa comete desatinos, não conta a ninguém, ameaça o governo, mas é protegido pela nova diretoria que lhe paga o advogado.

Mesmo que todas as acusações contra Delúbio fossem falsas, mesmo que não houvesse o caixa dois, confessado por ele, ainda assim, Delúbio teria que ser responsabilizado por gestão temerária: estourou o caixa do partido, o caixa um; dilapidou o que poderia ter sido o melhor momento financeiro do PT, quando a arrecadação aumentou; endividou-se de forma irresponsável e aprovou gastos supérfluos.

O PT teve, com a chegada ao poder, uma coincidência feliz: mais contribuições individuais de militantes, mul-

tos deles por estarem mais bem empregados ou em cargos de chefia; mais doações de empresários, aumento de 100% do repasse do Fundo Partidário desde 2002. No ano passado, o PT arrecadou R\$ 48 milhões, segundo Delúbio disse à CPI; as empresas doaram R\$ 18 milhões, nove vezes mais do que doaram ao PSDB, por exemplo; os militantes entregaram ao partido R\$ 4 milhões em suas doações mensais. Se fosse uma empresa, estaria num bom momento, no de crescimento das suas várias fontes de receita. E, mesmo assim, ele afunda o partido em dívidas bancárias e pára de pagar aos fornecedores.

O Banco do Brasil disse que não exigiu avalista no contrato de leasing porque, segundo o presidente Rosário Maranhão, nessa modalidade de crédito não é exigido avalista. Alega que executará as dívidas, que têm como garantia os computadores e o Fundo Partidário, cuja conta é no próprio Banco do Brasil. O BMG avisou que irá executar também a partir de setembro. Cercado de dívidas e de credores, o PT anuncia que fará superávit primário. Essa é a única boa notícia. O PT, partido que queria dar o calote da dívida externa do país, agora reconhece e aceita pagar uma dívida interna partidária. O que o PT não vai reconhecer

é a milionária dívida oculta com Marcos Valério.

Pelas versões apresentadas pelo publicitário e por Delúbio, a coisa se passou assim: ele aceitou se encaixar no nome nos bancos em seu nome, em nome de sua mulher, Renúda, em nome de suas empresas para transferir esse dinheiro para quem Delúbio mandasse. Sem qualquer garantia de recebimento do dinheiro e sem querer qualquer vantagem no governo, apenas pela súbita e intensa amizade que nutria pelo tesoureiro do PT.

Em uma única reunião do Banco do Brasil, Marcos Valério recebeu um contrato sem licitação de R\$ 23 milhões. Ele ganhara a concorrência da publicidade com o banco em 2003, muito antes de ser criado o Banco Popular do Brasil. Mesmo assim, o contrato de publicidade foi ampliado para incluir a conta do Banco Popular e dado à DNA por uma simples decisão da diretoria.

Tudo é abusivo nesta história, as versões combinadas estrategicamente e apresentadas à CPI não são minimamente aceitáveis. O presidente da República erra sistematicamente. A hora é dramática para as instituições brasileiras. Não se viu nada tão devastador e perigoso desde que iniciamos a construção da democracia: há 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido tanto quanto à transcrição dos documentos como nessa outra parte. Levaremos as notas taquigráficas ao conhecimento do Presidente da Casa para as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, estamos enveredando por um caminho difícil.

Primeiro, começam a surgir denúncias de corrupção, que já vêm de longa data. Não começou agora essa corrupção. Como falaram os que me antecederam, devemos achar uma fórmula de punir os corruptos e os corruptores. A corrupção grassa neste País porque os corruptores praticamente nunca foram punidos. Temos que criar uma forma de punir os corruptores.

Agora começam a chegar envelopes com pó branco; chegou no gabinete do Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara, e, hoje de manhã, no gabinete do Senador Arthur Virgílio Neto. Isso é uma forma de luta política chamada terrorismo. Espero que o Brasil não enverede por esse caminho.

Lamento muito que isso esteja ocorrendo. Espero que seja pó inofensivo, mas sugiro às pessoas que tiveram contato com esse pó que tomem todas as providências médicas cabíveis. O bacilo **anthracis**, que é o pó que usam nos Estados Unidos e em outros países, é uma bactéria de alta virulência, com índice de mortalidade altíssimo, de mais de 90%, se não forem tomadas providências imediatas; ou seja, de cada 10 infectados, nove morrem.

Esse é um caminho pelo qual não queremos enveredar. Queremos democracia, queremos que melhore a vida das pessoas. O caminho em que este País estava, em que se permitiu essa história do mensalão, essa história de mesada, de compra de Deputados e de corrupção, não é o caminho que queremos, não é o caminho que as pessoas querem. Aliás, graças a Deus, neste Parlamento, uma minoria é corrupta. Quem estiver recebendo mesada, quem estiver recebendo dinheiro por fora é corrupto. As leis têm que ser mudadas.

Em relação à imunidade parlamentar, que as pessoas procuram para isso, realmente temos que tomar uma providência para acabar, para evitar que pessoas que estão sendo processadas se candidatem a cargo eletivo para adquirirem imunidade e se defenderem de atos e fatos que fizeram antes de ser parlamentares ou durante algum mandato.

Fiquei triste quando li hoje sobre esse pó nesses envelopes e fiquei mais preocupado ainda quando o Senador Arthur Virgílio me falou que um assessor dele tinha aberto um envelope com pó branco.

Não é esse o caminho que o povo quer. Não é esse o caminho da democracia, da República. Somos uma República e temos que respeitar as pessoas, respeitar

o pensamento das pessoas. Fazer terrorismo para quê? Certamente, estão fazendo isso para proteger os corruptos. Mas este é o caminho dos corruptos: eles começam com corrupção, roubando o dinheiro da merenda escolar, o dinheiro dos hospitais, o dinheiro dos pobres – já vi pacientes com câncer sem remédio, analgésico, por causa da corrupção –, o dinheiro das escolas e das estradas. E se associam com o crime organizado.

Temos que tomar uma atitude. Os parlamentares que não concordam com nada que está acontecendo têm que se reunir, pensar e achar um caminho. Daqui a pouco, vão começar a soltar bomba nesta Casa para fazer terrorismo.

Este caminho que está começando a aparecer, que começou a ser trilhado de ontem para hoje não é o caminho que o Brasil quer que tomemos, o caminho do terrorismo. Temos que tirar, temos que cortar na carne. Quem tiver comprovada a culpa, ou se houver um alto indício realmente, sem uma defesa que justifique, deve ser punido, punido de acordo com a lei, tendo amplo direito de defesa, mas deve ser punido.

Em relação às prisões que estão ocorrendo neste Governo também, dos colarinhos brancos, talvez seja uma forma truculenta. Mas é a primeira vez que pessoas que roubam o dinheiro da merenda escolar, das estradas, dos hospitais estão sendo presas neste País. Também os sonegadores de impostos têm que ser presos. No outros países eles o são, por que aqui não o são? Por que são privilegiados?

Quando deixamos um sonegador de imposto solto, fazendo o que quer, estamos prejudicando quem paga imposto direito, quem trabalha de acordo com a lei, quem assina a carteira dos seus trabalhadores, quem cumpre os seus deveres.

Faço um apelo às pessoas que estão tomando essa atitude, mesmo que seja a título de brincadeira, pois quem abre um envelope com pó só vai descobrir que é inofensivo depois de 72 horas e passa por um período de grande sofrimento, de grande constrangimento. Faço um apelo às pessoas envolvidas que não enveredem por esse caminho, porque esse não é o caminho que vai resolver os problemas do Brasil. O caminho que vai resolver os problemas do Brasil é o caminho da moralidade, da coisa certa, de punição dos corruptos e dos corruptores. Volto a afirmar: punição dos corruptos e dos corruptores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Sérgio Guerra e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e com o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agravamento da crise política que permeia o Governo Lula e o conseqüente desgaste da

imagem do Partido dos Trabalhadores vêm contribuindo de maneira incisiva para a tese que visa acabar com a reeleição. A Executiva do PSDB já havia decidido, por unanimidade, que a questão do fim da reeleição não seria assunto para ser tratado pelo partido e que qualquer iniciativa nesse terreno caberia ao Governo e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pois bem: a matéria intitulada "Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos", publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 13 de julho do corrente, já mostra essa iniciativa por parte do PT. Ressalto que é o próprio Partido dos Trabalhadores que está pedindo o fim da reeleição. Primeiro, foi o Senador

Cristovam Buarque; agora, o ex-Ministro da Saúde e Secretário de Comunicação do PT, Humberto Costa.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos

LUCIANA CONSTANTINO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ex-ministro da Saúde e agora Secretário de Comunicação do PT, Humberto Costa, defendeu ontem em entrevista à **Folha** o fim da reeleição.

Ele é o segundo ex-ministro a defender o fim da reeleição. O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que ocupou a Educação no primeiro ano do governo Lula, também sugeriu que fosse encaminhada proposta ao Congresso sobre o assunto. Setores da oposição e do governo vêm conversando sobre a questão diante do agravamento da crise política. Leia a seguir trechos da entrevista.

★

Folha - Haverá tempo até a eleição do PT, em setembro, de tentar resgatar a imagem do partido diante da crise?

Humberto Costa - Precisamos conduzir o partido até a eleição, que será um momento de renovação. Do ponto de vista imediato, a população quer ação do PT no sentido de explicar de forma transparente e apurar as denún-

cias. Acho possível resgatar a imagem do partido. Talvez não dê para concluir, mas avançará. O partido está sangrando.

Folha - Onde o PT errou?

Costa - Não tenho condição de fazer pré-julgamento. Teremos em breve um diagnóstico.

Folha - A reforma ministerial para incluir o PMDB veio em um momento acertado?

Costa - Ela veio para fazer algo extremamente necessário para nós e nosso governo, que é a garantia de sustentabilidade.

Folha - Mas o apoio no Congresso não mudou.

Costa - Eles [ministros do PMDB] poderão fazer a interlocução com os governadores e com o segmento de oposição no PMDB.

Folha - O sr. acha viável acabar com a reeleição?

Costa - Nunca deveria ter sido criada. Sou radicalmente contra a reeleição. Acho que o ideal era mandato de um ano a mais [cinco anos no total] sem direito à reeleição. Por conta da reeleição, todo mundo que entra no governo já é candidato desde o primeiro dia. Então vai enfrentar oposição sistêmica, dura, porque o tempo

todo está antecipando o debate eleitoral que vai acontecer anos depois. O próprio governo ou governante passa a cobrar resultados que viabilizem a reeleição.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina aos deputados do PTB, PL e do PP, conhecida como “mensalão”, e seus reflexos na imagem do PT e do Presidente Lula.

Marcos Valério não agüentou a pressão e acabou desvendando a história secreta de repasses de dinheiro do PT para outros partidos. Delúbio Soares confirmou o “caixa dois” do PT. O Deputado João Batista foi pego com malas contendo R\$10 milhões. O ex-assessor do Deputado e irmão do José Genoíno, José Nobre Guimarães, foi encontrado com dinheiro na mala e na cueca. E no meio disso tudo Tarso Genro assume a Presidência do PT e tenta resgatar a ética perdida do partido.

Portanto, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero dizer que o editorial de ontem, dia 21 de julho de 2005, do jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Escárnio à Nação”, expressa com muita sobriedade o momento de perplexidade que estamos vivendo, em face das relações de promiscuidade estabelecidas entre alguns integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo com a participação da alta cúpula partidária.

“Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática – e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à Nação.”

Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a a transcrição também da íntegra do referido editorial do jornal **Folha de S. Paulo** nos Anais desta Casa.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que a estupefação está incorporada ao cotidiano da Nação, diante de demonstrações explícitas de escárnio à inteligência do povo brasileiro e de depoimentos como o do “doutor cinismo”, ontem na Comissão Parlamentar Mista “dos Correios”.

É assombrosa a “devastação”, via partidarização, promovida pelo Governo Lula na máquina de Estado. No Banco do Brasil, por exemplo, a crise expôs de que forma uma instituição, até então mantida à mar-

gem de influências partidárias, foi transformada num espaço de “Pizzolatos”. Após a eleição do Presidente Lula, dos 33 cargos de direção do Banco do Brasil, 21 foram trocados e os mais cobiçados postos entregues aos petistas de carteirinha.

No contexto da conjuntura econômica, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ressaltar que a dívida do Governo em títulos ultrapassou R\$900 bilhões pela primeira vez na história. Em junho, essa dívida cresceu 1,98%, ou R\$17,58 bilhões, e chegou a R\$905,51 bilhões.

A maior parte desse aumento (R\$13,28 bilhões) é conseqüência da incidência de juros sobre a dívida.

Entre setembro do ano passado e maio deste ano, a taxa básica de juros, a Selic, passou por nove elevações e agora está em 19,75% ao ano.

O fato de a Selic estar em um patamar muito elevado é danoso para a dívida pública porque mais da metade dos títulos são remunerados por essa taxa. Ou seja, quanto mais sobe, mais alta fica a dívida brasileira.

O Brasil figurou, em junho, como o país que praticou as maiores taxas de juros do mundo, tanto nominais quanto reais, segundo relatório divulgado pela GRC Visão. O relatório traz um *ranking* com 40 países, listados de acordo com suas respectivas taxas.

Em 19,75% ao ano, a taxa Selic é a maior taxa básica de juros do planeta, seguida da taxa básica de juros praticada na Venezuela (17% ao ano) e na Turquia (14,3% ao ano). Na quarta e na quinta posição aparecem a Rússia (13% ao ano) e o México (9,7% ao ano).

No que diz respeito aos juros reais, considerando os últimos 12 meses e descontando a inflação do período, os juros reais brasileiros são os maiores do mundo. Hoje os juros reais no Brasil são 14%.

Os juros reais praticados na Turquia aparecem em segundo lugar (8,5% ao ano) e os praticados na Hungria em terceiro (7,5% ao ano). No outro extremo, vale citar, aparecem a Argentina (-5,2% ao ano) e a Grécia (-1,6%), com taxas de juros reais negativas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AMAURY RIBEIRO JR., SÔNIA FILGUEIRA E TALES FARIA

Uma semana antes de depor na CPI dos Correios, na quarta-feira 6 de julho, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza confessou a um amigo em Belo Horizonte que, sentindo-se abandonado, pretendia abrir o bico. "Na quinta-feira, o Brasil será outro país", disse ele, nervoso. Valério disse mais: "O Jefferson (Roberto, ex-presidente do PTB) está confundindo as coisas. Não sei de mesada ou mensalão para os deputados e sim de um repasse de dinheiro para as principais lideranças dos partidos." Ao mesmo amigo, ele afirmou que, desde 2002, financiava candidaturas de políticos para governos estaduais e para o governo federal como contrapartida dos contratos de publicidade que mantinha no setor público. Na conversa com o amigo, Valério deixou claro que estava prestes a adotar para si a mesma estratégia de Jefferson: espalhar a lama para não ficar sujo sozinho. Como alvo principal de seus ataques, escolheu as agências de publicidade paulistas, que, a exemplo da SMP&B e da DNA, tam-

bém financiariam candidaturas em troca de contratos graúdos com o poder público. "Vou explodir essas agências paulistas. Até agora, só eu estou sendo responsabilizado", disse. Aconselhado por amigos e militantes do PT, o publicitário recuou de seu roteiro-bomba e deu um depoimento pífilo à comissão. Acabou acusado de mentir várias vezes. Chegou a negar o empréstimo ao PT junto ao Banco Rural, que ele mesmo avalizou. No início da última semana, pressionado por dívidas, pela mulher e sócia, Renilda Santiago Fernandes de Souza — ele estaria até dormindo no sofá da sala —, e por seus advogados, Marcos Valério mudou de tática outra vez e desembarcou em Brasília na quinta-feira, como um autêntico homem-bomba, na sede da Procuradoria Geral da República. Ali ficou oito horas diante do procurador-geral Antônio Fernando Souza, a quem entregou documentos, citou nomes, revelou esquemas e jurou contar tudo, em troca de proteção policial e das vantagens da delação premiada como testemunha preferencial.

Dias antes, na segunda-feira 15, sentindo que o amigo fraquejava, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares fez

uma viagem suicida a Belo Horizonte para uma tensa reunião com Valério. Não avisou a ninguém do partido. No encontro, Valério teria ameaçado contar tudo o que sabe, caso o PT não se empenhasse em resolver seus problemas financeiros. O publicitário estaria exigindo que o Banco Central autorizasse a venda do Banco Mercantil de Pernambuco, em processo de liquidação, para o Banco Rural, coisa que lhe renderia uma boa comissão. A tentativa desesperada de Delúbio fracassou. Na sexta-feira 15, Valério divulgou uma nota e deu uma entrevista ao *Jornal Nacional* na qual apresentou uma nova versão para os saques milionários feitos nas contas de suas empresas: seriam empréstimos ao PT. Ele não quis dizer o montante, mas revelou que tudo foi combinado com Delúbio, inclusive os nomes de quem deveria sacar o dinheiro.

Um dia antes, acompanhado de seus advogados, Marcos Valério se apresentou ao procurador-geral da República e prestou um depoimento sobre as operações que fez com partidos da base aliada. O relato foi reforçado por documentos que mostravam como ele e suas empresas sustentavam o finan-

O HOMEM

QUE SABE DEMAIS

Acuado, Marcos Valério desvenda a história secreta do vai-e-vem de dinheiro repassado para o PT e outros partidos

ciamento de campanhas petistas e de outros partidos, além de recheiar o bofso de alguns líderes. No meio da papelada, Marcos Valério apresentou extratos bancários, além de operações de ingresso e remessa de dinheiro para o Exterior via doleiros. Uma das contas operadas, segundo a secretária Fernanda Karina Somaggio, foi aberta no banco Meryll Lynch. O depoimento caiu como uma luva no MP, que já investiga as movimentações de todas as agências de propaganda que têm contratos com o governo desde 1999. Porém, mais do que isso, ajudou a iluminar como funcionaria o esquema de financiamento de partidos instalados no poder no Brasil.

Como peças de um enorme quebra-cabeça, os depoimentos de Valério e dos principais envolvidos na maior crise política dos últimos 15 anos começam a dar sentido aos documentos obtidos pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela CPI. Revelam o desenho dos meandros do que Roberto Jefferson denunciou como mensalão, a tal propina que o governo estaria pagando a parlamentares da base aliada para votarem a favor dos projetos de interesse do Palácio do Planalto em tramitação na Câmara. A conclusão a que os investigadores estão chegando é que realmente haveria pagamentos mensais a políticos, mas essa não era a praxe. Também não está clara ainda a relação direta entre a aprovação de projetos e a distribuição de dinheiro que Jefferson estabelece. Parece mais um esquema de luta pela engorda de agremiações. Mas já foi constatado um grande duto de dinheiro entre o PT e os partidos aliados, como PTB, PL, PP e até PMDB. Por trás de tudo figurariam as fontes pagadoras: doações feitas pelo caixa 2 de empresas a título de contribuições para campanhas e até mesmo o dinheiro de propina obtido por funcionários com cargos de confiança no governo e apadrinhados pelos partidos. A crise do mensalão parece ter revelado que o sistema de financiamento político está podre.

Canal direto – Para autoridades envolvidas nas investigações, também há indícios de que o publicitário tinha um canal direto com o PMDB, por intermédio do ex-líder do partido na Câmara, José Borba (PR). Suas relações com

o partido começaram, anos atrás, com a ajuda do atual vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG), ex-PMDB. O sobrinho de Alencar, Daniel Freitas, que morreu em 2002, foi um dos fundadores da DNA. Com sua morte, a participação foi transferida para sua mulher, Margareth Maria Queiroz Freitas, sócia de Valério até hoje. Os vínculos com o vice-presidente não param por aí. Uma outra sobrinha de José Alencar, Simone Freitas, é casada com Márcio Hiram Guimarães Novais, sócio de Marcos Valério na Estratégica Comunicação Ltda. Criada às vésperas das eleições de 2004, a empresa operou o financiamento de Marcos Valério às candidaturas do PT para as prefeituras de Osasco, Itabira, Petrópolis e São Bernardo do Campo. “O Márcio Hiram era o operador político de Marcos Valério”, disse a ISTOÉ a ex-secretária Karina. Valério adora um vice. Tanto que foi sócio na agência SMP&B do vice-governador de Minas, Clésio Andrade, dirigente da Sindical Patronal dos Transportes (CNT), hoje seu dileto inimigo.

O publicitário revelou que suas empresas financiaram praticamente todos os gastos das campanhas de Osasco e de outras prefeituras. Além disso, acreditam integrantes da CPI, Valério se encarregava de legalizar com notas frias todo o dinheiro que conseguia. Em Belo Horizonte, a polícia civil apreendeu 12 caixas de notas prestes a ser incineradas. Boa parte delas foi emitida em nome de empresas e órgãos públicos que mantinham contratos com empresas do publicitário. Embora a Estratégica tenha gastado mais de R\$ 1 milhão com a campanha de Osasco, o PT comunicou ao TRE despesas de apenas R\$ 130 mil com a agência de publicidade. Ou seja, a especialidade do publicitário seria a arrecadação de fundos para campanhas e a legalização da origem do dinheiro e dos gastos feitos. Marcos Valério diz a interlocutores ter prestado os mesmos favores a políticos do PSDB.

Depoimentos colhidos nos últimos dias reforçam a tese de que o publicitário agia como um arrecadador-esquentador de dinheiro para financiar despesas de partidos. Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, disse em depoimento à Corregedoria da Câmara, em 28 de junho, que Marcos Valério foi designado pelo PT para conseguir por

meio de empresários os R\$ 20 milhões ao partido. Segundo Palmieri, caberia ao publicitário buscar meios para legalizar a transação. “O Marcos Valério ia cuidar dos recibos para a doação, ia ajudar a legalizar”, afirmou o tesoureiro. Ele revelou ainda que Marcos Valério chegou a participar de pelo menos uma das quatro ou cinco reuniões entre as cúpulas do PT e do PTB em que foi acertado o repasse. As evidências do esquema começam a brotar, agora, de todos os lados – inclusive dentro do PT. Na semana passada, Delúbio depôs na Polícia Federal e admitiu que desde 2002 Marcos Valério intermediava encontros da direção do partido com empresários. O ex-tesoureiro reconheceu que foi Valério quem apresentou a ele os diretores dos bancos BMG e Rural. A desenvoltura empresarial de Valério era tão grande que, segundo Delúbio, foi ele o promotor de uma visita do ex-presidente do partido José Genoino à siderúrgica Usiminas. Apesar desta intimidade com homens do dinheiro, Valério não ensinou aos executivos do PT como tratar do próprio dinheiro. O novo tesoureiro, deputado José Pimentel (CE), sucessor de Delúbio, encontrou um rombo de R\$ 20,4 milhões nos cofres do PT. Gente mais informada diz que o rombo chega a

R\$ 72 milhões. O novo secretário-geral do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), passou na sexta-feira um atestado público de inépcia ao velho grupo dirigente do partido: “Houve falta de planejamento, houve algum grau de descontrole, de despesas, para um partido que precisa muito mais de militância do que de estrutura física.” Pura verdade: a sede nacional do PT, no Centro

Empresarial Varig, fica do outro lado da rua do Brasília Shopping, onde funciona, no nono andar, a modesta sucursal do Banco Rural. O bunker do PT é vistoso e moderno. Muito mais do que a sucursal do banco. Esta confusão explica muita coisa. ■

Com os nervos à flor da pele

Tempos muito estranhos em Brasília: general vazando documento interno do Serviço Secreto para CPI, polícia apreendendo documentos nas salas da Corregedoria Geral da Receita Federal. Num mesmo dia, personagens surpreendentes, aparentemente aliados, invadiram a crise política com atitudes de hostilidade mútua que mostram o nível de tensão crescente que domina o governo e o Congresso. Na tarde da quarta-feira 13, cópia de uma mensagem eletrônica transmitida uma semana antes pela rede interna aos 1.700 funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) incendiou a CPI dos Correios. O líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), leu o trecho em que um depoente da semana anterior, o agente Edgar Lange, o Alemão, era tratado no texto como “um verdadeiro herói ao enfrentar as bestas-feras em pleno picadeiro”. O caldo entornou com o nome do signatário: Mauro Marcelo de Lima e Silva, o próprio diretor-geral da Abin. Deputados e senadores, até do PT, se revoltaram. “Este funcionário público não tem o direito de ofender o Parlamento”, reagiu o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). “Não admito que esse aprendiz de araponga incompetente ofenda a CPI, nem tampouco a instituição”, decretou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), selando a sorte do chefe dos espíões. No início da noite, ao voltar de férias em Miami, Mauro Mar-

celo foi direto para o Planalto, onde recebeu o bilhete azul das mãos do presidente em exercício, o vice José Alencar. Minutos antes, o ministro Jaques Wagner, estreando na função de articulador político, acertou a demissão com um telefonema para Lula, em Paris.

No ninho dos arapongas, o general Jorge Félix é apontado como o dedoduro que repassou a cópia do e-mail de seu desafeto para o líder do PFL. Com um único vazamento, o general acertou dois arapongas: o diretor Mauro Marcelo e o agente Lange, que disse na CPI ter partido do general Félix, em 5 de abril passado, a ordem para que a Abin investigasse a corrupção nos Correios — o ponto de partida da crise. No dia 17 de maio, horas depois de ter recebido a fita com a cena do funcionário dos Correios embolsando R\$ 3 mil, o general mandou suspender a operação. A incontinência na CPI irritou Félix, que agora teria dado o troco.

Na tarde da quarta-feira 13, cumprindo ordem judicial, dois delegados e cinco agentes da PF invadiram um escritório para busca e apreensão de documentos. O inusitado era o local: a Corregedoria Geral da Receita, que tem acesso a informações sigilosas. Segundo o MP, houve quebra de segredo de Justiça num processo de 2004 que envolve a importação fraudulenta de 200 mil máquinas de bingo, que teria como mandante Carlinhos Cachoeira, o algoz de Waldomiro Diniz.

AMAURY RIBEIRO JR. e LUIZ CLAUDIO CUNHA

Mais petistas na rede de Valério

A bancada do PT entrou na lista dos acusados de fazer saques nas contas de Marcos Valério, na agência do Banco Rural em Brasília. Um cruzamento feito pelo líder do PFL, Rodrigo Maia, apontou que parlamentares petistas, funcionários e parentes deles estiveram na agência no período em que ocorreram saques milionários na boca do caixa, segundo relatório do Coaf. Maia cruzou os nomes dos que sacaram com a lista dos servidores da Câmara e os parentes dos parlamentares. A CPI dos Cor-

reios não tem, no entanto, nenhuma prova de que os parlamentares e seus familiares tenham feito os saques.

Entre os suspeitos do PT estão o líder do partido, Paulo Rocha (PA), e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (SP). O levantamento mostra, por exemplo, que entre junho e dezembro de 2003, quando foram sacados cerca de R\$ 120 mil da conta da SMP&B, a servidora Anita Leocade Pereira, lotada no gabinete de Rocha, visitou a agência do banco. “A Anita é minha fun-

cionária, mas que eu saiba somente esteve no shopping em dezembro de 2005, quando foi a uma clínica neurológica”, afirmou o líder. Segundo o levantamento de Maia, a mulher de João Paulo, Márcia Regina Milanésio Cunha, e a secretária do deputado, Silvana Japiassu, também estiveram no banco em 2003 e 2004. Márcia foi ao Rural no dia 4 de setembro de 2003 e Silvana, no dia 16 de abril de 2004. Em defesa prévia enviada à CPI, João Paulo disse que a mulher e a servidora estiveram na agência

do Rural para pagar a assinatura de uma tevê a cabo.

O cruzamento demonstra ainda que Francisco da Silva Neiva e Raimundo Pereira da Silva, funcionários do deputado Paulo Delgado (PT-MG), visitaram a agência em maio de 2003. "Eles foram lá para pagar um serviço de carpintaria e para fazer uma ordem de pagamento", explicou Delgado. Josias Gomes (PT-BA) é o único deputado do partido que foi, segundo a lista, pessoalmente à agência, mas ele garante que não fez saques. "Fui ao banco pedir informações sobre os indicativos econômicos."

Também funcionários do gabinete do próprio Rodrigo Maia aparecem na relação dos que estiveram no Rural. Jairo Antônio Gomes e Antônio de Souza Filho foram ao banco pelo menos 15 vezes, como reconhece o líder do PFL, que anexou recibos de pagamentos, feitos no Rural, referentes a despesas com combustível.

SOB SUSPEITA Assessora de Rocha esteve no Rural

EM BUSCA DA ÉTICA PERDIDA

**Tarso Genro assume o PT,
enterra a dinastia de Dirceu
e quer autonomia do partido
em relação ao governo Lula**

FLORÊNCIA COSTA

Uma palavrinha de cinco letras tornou-se mais valiosa do que dinheiro para o endividado PT: ética. Um bem que não tem preço. Uma perda que ameaça jogar na lata de lixo da história a imagem de um partido que conseguiu, durante 25 anos, o feito de conquistar o coração e a credibilidade de boa parte dos brasileiros – sempre tão desconfiados dos políticos. Dinheiro se recupera. Já confiança... Só mesmo com "sangue, suor e lágrimas", como disse o próprio presidente Lula na terça-feira 13, repetindo frase famosa do então primeiro-ministro britânico

Winston Churchill, em 1940, quando preparava o espírito de seu povo para a guerra contra os nazistas: Lágrimas já estão sendo derramadas aos litros por parte de petistas e outros acusados no escândalo do mensalão. Ao ver seu partido debater-se na lama, o presidente Lula tirou três integrantes de sua equipe no Planalto para suar a camisa dentro do PT na planície. Uma tentativa de evitar que o partido se esvaia em sangue. Para comandar a "Operação Faxina Ética", Lula escolheu Tarso Genro, ministro da Educação até o dia 27, quando deixará a pasta para se dedicar de corpo e alma à presidência do partido, no lugar de José Genoíno. A intervenção de Lula afastou todos os

dirigentes acusados de envolvimento nas denúncias e que resistiam a abandonar seus postos.

O presidente encarregou mais dois jogadores de seu time para cortar na carne petista. Os ex-ministros Ricardo Berzoini (SP) e Humberto Costa (PE) substituíram Silvio Pereira na Secretaria-Geral e Marcelo Sereno na Secretaria de Comunicação. Coube ao deputado federal José Pimentel (CE) abraçar o abacaxi da Secretaria de Finanças de Delúbio Soares. "O PT deve dar exemplo. O bom exemplo vem de dentro de casa. Se alguém cometeu erro no partido, tem de pagar", avisou Lula. Ao contrário do neto Fernando – atacante do Grêmio (leia quadro às

págs. 42 e 43) –, Tarso, 58 anos, foi escolhido por Lula para fazer um complicadíssimo meio de campo no estre-mecido jogo interno do PT. A desconfiança entre os companheiros é geral. “A crise do partido é muito maior do que a crise política do governo. A crise do partido é de princípios. Nós dilapidamos o nosso capital moral, a nossa referência ética porque não havia duros controles no partido”, reconheceu Tarso Genro, prestigiado por Lula com o convite para acompanhá-lo a Paris, para as comemorações da queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. A Revolução Francesa marcou o fim dos tempos feudais, da monarquia absolutista e iniciou os tempos modernos. Mas esse processo também custou muito sangue nas guilhotinas. O terror da guilhotina política apavora almas petistas em todo o País. Outro ponto de tensão é o destino dos dois dirigentes que são alvo de uma Comissão de Ética do partido: Delúbio e Sílvio. Ambos são tidos como “homens-bombas”. Com o cerco se fechando em torno dos dois, ficará difícil evitar eventuais expulsões.

Gaúcho de São Borja – terra dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart –, Tarso Genro é hoje o principal teórico do partido, autor de vários livros sobre direito e política. Ex-prefeito de Porto Alegre, é o sétimo a assumir o leme do PT. Se Lula vai tocar o choque de gestão no Planalto, a Tarso caberá fazer a faxina ética e financeira no PT. O Diretório Nacional amarga uma dívida de mais de R\$ 20 milhões. O primeiro passo será dado na terça-feira 19, quando a Executiva Nacional anuncia o plano de reestruturação financeira, com o compromisso de honrar as dívidas. A tarefa mais urgente será livrar-se das dívidas mais suspeitas, contraídas junto ao BMG (R\$ 2,4 milhões) e ao Banco Rural (R\$ 3 milhões), com o aval do publicitário Marcos Valério. Bem que os petistas poderiam ter dado ouvidos a um de seus históricos e mais ilustres companheiros, o publicitário Carlito Maia (já falecido), que dizia: “Quando

a esquerda começa a contar dinheiro, converte-se em direita.”

Tarso foi alçado ao espinhoso posto no sábado 9, em meio à mais dramática reunião da cúpula petista, com direito a choros e xingamentos. Começou ali uma nova era do partido de Lula, com o fim da dinastia de José Dirceu. Há exatos dez anos, o ex-ministro da Casa Civil chegou à presidência do partido – e foi reeleito três vezes seguidas. Dirceu ergueu a máquina burocrática e passou, quando necessário, o trator sobre as correntes radicais. Apesar de hoje ser do mesmo Campo Majoritário, Tarso e Dirceu não são próximos. O ex-prefeito sempre teve voz autônoma e vida própria dentro do partido – daí ser visto com desconfiança pelo caciques que dominavam a legenda.

O novo presidente do PT é amigo de seu antecessor. Tarso e Genoino integraram o PCdoB nos tempos da ditadura e criaram, nos anos 80, uma organização clandestina radical chamada Partido Revolucionário Comunista

DEBACLE Depois de um reinado de dez anos no PT, José Dirceu perde aliados

(PRC). Mas o tempo fez com que ambos fossem ficando cada vez mais moderados. Hoje, no entanto, Tarso defende posturas mais esquerdistas do que seu amigo Genoino. Pai da deputada federal Luciana Genro (expulsa do PT em 2003 e hoje integrante do PSOL) –, ele cita frequentemente em seus textos o socialismo como uma “idéia reguladora”. Não foi à toa que Lula o escolheu para descascar o abacaxi petista: tem uma experiência de sucesso como governante. Foi prefeito de Porto Alegre em duas gestões, transformando a cidade em uma das vitrines do PT. No governo Lula mostrou jogo de cintura na presidência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – o Conselho que reúne empresários, sindicalistas, intelectuais para discutir os rumos do governo. Foi promovido na primeira reforma ministerial à Pasta da Educação. Tido como um dos poucos petistas com atuação aprovada – depois de Antônio Palocci (Fazenda) e Dilma Rousseff (primeiro nas Minas e Energia e agora na Casa Civil), Tarso está em alta com Lula.

Ditadura – O novo presidente já demonstrou que pretende fazer do partido uma voz muito mais autônoma em relação ao governo. Sempre defendeu

TRISTE FIM
Genoino teve
que deixar
a presidência
e renunciar à
candidatura na
eleição interna

a separação entre o papel dos partidos e o do Estado. “Subordinar o partido à máquina pública, tornando-o uma autoridade burocrática do Estado, é eliminar uma contradição que é vital para a democracia. O partido-Estado foi uma das características da ditadura burocrática da União Soviética e da ditadura perfeita do PRI mexicano”, afirmou em 2003. O PT parece ter ultrapassado esse limite, confundindo-se com o aparato estatal. Lula sempre defendeu que o partido fosse sua “consciência crítica” – como disse, inclusive, no documentário *Entreteos*, do cineasta João Moreira Salles.

A atual crise foi um alerta para o presidente Lula e para os petistas. E a decisão de promover a autonomia foi tomada em conjunto. Daí, as declarações de Tarso – ao lado de Lula na França – defendendo com mais firmeza um modelo de desenvolvimento para o País. Ao apontar para um monitoramento dos ministros do PT, Tarso tomou o cuidado de excetuar o ministro da Fazenda. Nome de Lula para disputar a presidência do PT em setembro, Tarso também usa todo o seu jogo de cintura para acalmar os ânimos dos dissidentes petistas, que lançaram candidatos. Prometeu abrir mais espaço para as correntes de esquerda: “Um partido unânime é um partido morto: ou ele é dominado pela burocracia ou é stalinista e fascista.” Estudioso da esquerda mundial, Tarso conhece como poucos a triste história dos partidos da social-democracia europeia que sucumbiram com as denúncias de corrupção. “O que ocorreu de negativo no Partido Socialista Operário Espanhol, com vários de seus quadros indo parar nas prisões, deve servir de referência negativa para nós”, advertiu Tarso em um artigo no primeiro ano do governo Lula. A nova direção assumiu cheia de promessas. Mas a descrente opinião pública está como São Tomé: só vai acreditar vendo. ■

SANTA MALA!

Ex-integrantes da Universal acreditam que os R\$ 10 milhões apreendidos seriam utilizados em alguma compra ou negociação entre políticos da igreja

GILBERTO NASCIMENTO

Há males que vêm para o bem e malas que vão para Belém, diz a piada. Mas, na Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, malas cheias vão para todos os lados, há muito tempo. O que se viu na segunda-feira 11, no aeroporto de Brasília – a apreensão pela Polícia Federal de R\$ 10,2 milhões em sete malas com o bispo e deputado federal João Batista Ramos (PFL-SP), num avião da Universal –, é fato comum, relatam ex-integrantes da igreja. Tanto que um dia antes, no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, outros dois políticos da igreja, o deputado George Hilton (PFL) e o vereador Carlos Henrique (PL), foram pegos com 11 malas lotadas de dinheiro e liberados, sem que ninguém soubesse do fato no dia.

Um dos “laranjas” na compra da TV Record Rio, José Antonio Alves Xavier, também confirmou em depoimento à PF que a negociação, em junho de 1992, foi

paga em espécie. Na oportunidade, disse ter visto “uma quantidade enorme de dinheiro acondicionada em malas”, além de “farto armamento de grosso calibre”.

Agora, em nota oficial, a Universal garantiu que o dinheiro veio de doações. Mas soou estranho para ex-integrantes da igreja a grande quantidade de notas de R\$ 100 e R\$ 50. Os fiéis são, em sua quase totalidade, pessoas de origem humilde, que não costumam doar notas de alto valor. Alguns maços de cédulas também tinham números em série e passaram por bancos, segundo a PF. Uma das hipóteses é a de que a Universal iria fazer algum pagamento.

Escondendo o jogo – Há

um mês, ISTOÉ recebeu informação de um ex-funcionário de que um avião da igreja sai uma vez por semana de São Paulo para recolher malas de dinheiro em capitais como Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia. Mas o informante não forneceu detalhes sobre locais, dias e horários. Outro ex-integrante revelou que Edir Macedo teria dado uma bronca nos parlamentares

eleitos pela Universal, em reunião no dia 19 de junho na sede da avenida Suburbana, no Rio, porque eles não estariam repassando recursos que pertenceriam à Universal. Aos gritos, diante de três parlamentares (entre eles João Batista), Macedo teria vociferado: “Tem gente escondendo o jogo. Os cargos públicos são da Universal e tem

que dar tudo para a igreja.” Por trás dessa cobrança estaria uma guerra surda entre a cúpula da Universal e o deputado e ex-bispo da Universal Carlos Rodrigues (PL-RJ), envolvido no caso Waldomiro Diniz e acusado por Roberto Jefferson de ser um dos distribuidores do mensalão.

Por outro lado, o deputado João Batista, expulso do PFL na terça-feira 12, não é um neófito. Ex-presidente da Rede Record, responde a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes de falsidade ideológica e contra a ordem tributária. Após sua eleição, em 2002, seu nome apareceu como sócio da TV Cabralia, da Bahia, o que é vetado pela Constituição e pela Lei Federal 10.610/2002. No inquérito, também consta o bispo e senador Marcelo Crivella (PL-RJ), apontado como sócio-proprietário. Documentos da Receita Federal ainda mostram que, em 1994, o patrimônio do deputado foi “substancialmente aumentado” com a aquisição de cotas da TV Goya, de Goiânia, no valor de 4,9 milhões de Ufirs (hoje, R\$ 5,2 milhões). Para a Receita, esse acréscimo foi “acobertado” por empréstimos “não confirmados pelo Banco Central”, vindos das empresas Invesholding, das Ilhas Cayman, e Cableinvest, das Ilhas Jersey, que seriam dirigidas, segundo a Procuradoria Geral da República, por Marcelo Crivella. Outra curiosidade: o avião onde estavam os R\$ 10 milhões – um Cessna modelo 525 Citation, prefixo PT-MJC – foi adquirido em 1996 por R\$ 2,5 milhões (R\$ 5,7 milhões em valores atuais) pela Cremo Empreendimentos e pela Rádio Record. ■

Ninguém assume o cifrão na cueca

O ex-assessor petista José Adalberto Vieira da Silva (foto), aquele mesmo que foi preso ao tentar viajar com uma mala de dinheiro e com milhares de dólares escondidos na cueca, foi solto pela Justiça na noite da quarta-feira 13. Mas a história ainda precisa ser esclarecida. Vieira era assessor do deputado estadual cearense José Nobre Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoíno. Uma das linhas de investigação é a de que o valor seria entregue a petistas do Campo Majoritário, a corrente política da qual fazem parte Genoíno e seu irmão. O curioso é que nenhum dos envolvidos assume ser o proprietário do dinheiro. Enquanto se aguarda uma solução para o caso, não param de sair piadas sobre o escândalo do cifrão da cueca.

Brasil

“POR RAZÕES DE ESTADO”

Foi essa a frase que o irmão de Genoíno teria usado para pedir a um advogado que assumisse os dólares da cueca

Juliana Linhares, de Fortaleza, e André Rizek

Há pelo menos um petista mentiroso nessa história. Na semana passada, o deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente do PT José Genoíno, veio a público para dizer que nada tinha a ver com os 100 000 dólares que a Polícia Federal encontrou escondidos sob a cueca de seu assessor, José Adalberto Vieira da Silva. Afirmou que nem mesmo sabia que o assessor havia viajado para São Paulo, onde foi preso no último dia 8, com mais 200 000 reais em uma sacola. Em sua defesa, Guimarães sugeriu que o dinheiro encontrado pela polícia se destinava a engordar um negócio particular de seu assessor. Exibiu um documento indicando que Adalberto e um outro funcionário de seu gabinete haviam recentemente aberto uma empresa de locação de carros em Fortaleza. E apresentou o tal outro funcionário: José Vicente Ferreira, que confirmou a existência do negócio e declarou que Adalberto havia lhe dito que conseguiria o dinheiro para o empreendimento com um advogado chamado Kennedy Moura. O advogado, fundador do PT no Ceará e até três meses atrás membro da executiva do partido no estado, vem a ser um velho amigo do deputado Guimarães. Foi a primeira pessoa para quem Adalberto ligou depois de ser preso. E co-

OMERTÁ

Adalberto Vieira da Silva, o homem da cueca: solto depois de seis dias preso na PF, não deu nem um pio até agora

meça aí o embate de versões entre os petistas. Moura desmentiu a versão apresentada pelo amigo Guimarães — de que teria prometido colocar dinheiro no negócio de Adalberto — e afirmou que o deputado lhe pediu que assumisse a responsabilidade pelo dinheiro encontrado pela polícia. “Ele disse que o pedido era em nome de razões de Estado” (veja entrevista na pág. 68).

Moura, segundo declara, foi indicado pessoalmente pelo presidente Lula para ocupar uma diretoria no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) em 2003. Diz que, na ocasião, preferiu aceitar o convite para ser chefe de gabinete do petista e economista Roberto Smith, indicado pelo deputado Guimarães para presidir o Banco do Nordeste. Em dezembro de 2004, Moura foi acusado de intermediar um contrato, feito sem licitação, entre a empresa Cobra Tecnologia e o Banco do Nordeste. O contrato, no valor de 130 milhões de reais, teve oito dos nove itens rejeitados pelo Tribunal de Contas da União. Moura pediu exoneração do cargo, mas, no lugar da demissão, ganhou uma promoção. Tornou-se assessor especial do Banco do Nordeste em Brasília.

Desde o estouro do episódio já batizado de “Cuecagate”, seu principal protagonista permanece mudo. Adalberto, o assessor flagrado com a dinheirama, diz que só fala em juízo. O problema é que a Justiça entendeu que o fato de ele carregar dinheiro escondido não configura, em si, um crime. A decisão da Justiça resultou na soltura do assessor, na última quarta-feira, e num entrave para as investigações. A polícia agora tem de encontrar provas de que a origem das notas é ilícita. Só assim o inquérito poderá virar um processo judicial que possibilite que Adalberto seja denunciado e, assim, obrigado a falar em juízo. Depois de ser libertado da carceragem da PF em São Paulo, onde permaneceu por seis dias, Adalberto hospedou-se na casa de um de seus advogados, José Ro-

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

NÃO É COMIGO

O deputado Guimarães, irmão do ex-presidente do PT José Genoíno: cueca? Que cueca?

berto Leal de Carvalho. Um dos mais famosos e caros criminalistas do Brasil, Leal de Carvalho defende, entre outros clientes, Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo. Para poder pagar um profissional desse naipe, deve haver mais cuecas com dólares por aí.

Até o momento, investigações feitas pela Polícia Federal apontam para uma possibilidade: a de que Kennedy Moura mente quando diz não ter nenhum envolvimento com o dinheiro que o assessor do deputado Guimarães tentou embarcar para Fortaleza. O Banco do Nordeste, para o qual o advogado trabalhava, é uma instituição pública federal que atua nos estados do Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo. Tem agências também em São Paulo e no Rio. Seu objetivo é apoiar iniciativas privadas que promovam o desenvolvimento regional. O Ministério Público do Ceará tem indícios de que Moura, de seu posto em Brasília, tinha o poder de comandar uma rede nacional de superintendentes do banco que liberava, a título de empréstimo, vultosas somas para empresários de diversos estados do país, em especial de São Paulo. A PF tem conhecimento de pelo menos um superintendente do Banco do Nordeste em São Paulo, supostamente ligado a Moura, que foi demitido sob acusação de fraude. O procurador Márcio Torres, responsável pelas in-

vestigações sobre o caso no Ministério Público Federal do Ceará, diz que o principal interesse do MP é saber se esses empréstimos eram mesmo concedidos. Há suspeitas de que eles poderiam ser apenas uma forma de "lavar" um dinheiro que voltaria mais tarde para as mãos de quem os teria liberado. A julgar por esse raciocínio, Adalberto teria agido como "mula" da operação.

Na quinta-feira, véspera de sua prisão, Adalberto esteve no escritório particular de José de Freitas, diretor administrativo do Grupo Cavan, da área da construção civil, em São Paulo. Freitas prestou depoimento à polícia e suas explicações sobre o motivo do encontro com Adalberto foram consideradas pouco convincentes pelos investigadores. Em entrevista a VEJA Moura negou conhecer Freitas, mas revelou ter estado em São Paulo dois dias antes da prisão de Adalberto. Diz ter vindo visitar um escritório de advocacia. "Retornei para Brasília na mesma noite e jantei com o deputado Guimarães." A se confirmar a hipótese da polícia, sobre o envolvimento de Moura no esquema, o próximo passo da investigação será descobrir se ele agia em benefício próprio ou sob o comando de um esquema maior, ligado ao partido ao qual declara orgulhosamente pertencer há 25 anos. ■

"LULA ME INDICOU PARA O GOVERNO"

Kennedy Moura diz que conheceu o presidente "há mais de 25 anos" que foi indicado por ele para um cargo no governo.

POR QUE ADALBERTO LIGOU PARA O SENHOR QUANDO FOI PRESO? Porque eu sou advogado e porque soumos amigos. Quando ele e minha esposa chegaram aqui, eu fui de rápido para a reconstrução.

QUANDO O SENHOR CONTOU AO DEPUTADO GUIMARÃES DA PRISÃO, O QUE ELE DISSU? Perguntou: "Ele não alguma coisa?" Ele respondeu: "Não. Ele disse: 'Graças a Deus'."

VOGOS VOLTARÃO SE FALTAR Nos sabre do depois da prisão de Adalberto, Guimarães ligou pedindo que eu fosse imediatamente para São Paulo. Ziga, meu filho, me disse: "O que ele..."

COMO FOI O ENCONTRO? Eu, no hotel Radisson. Ele pediu que eu fosse em um público que eu tinha em São Paulo. Eu não me lembro de ter ido. Eu não me lembro.

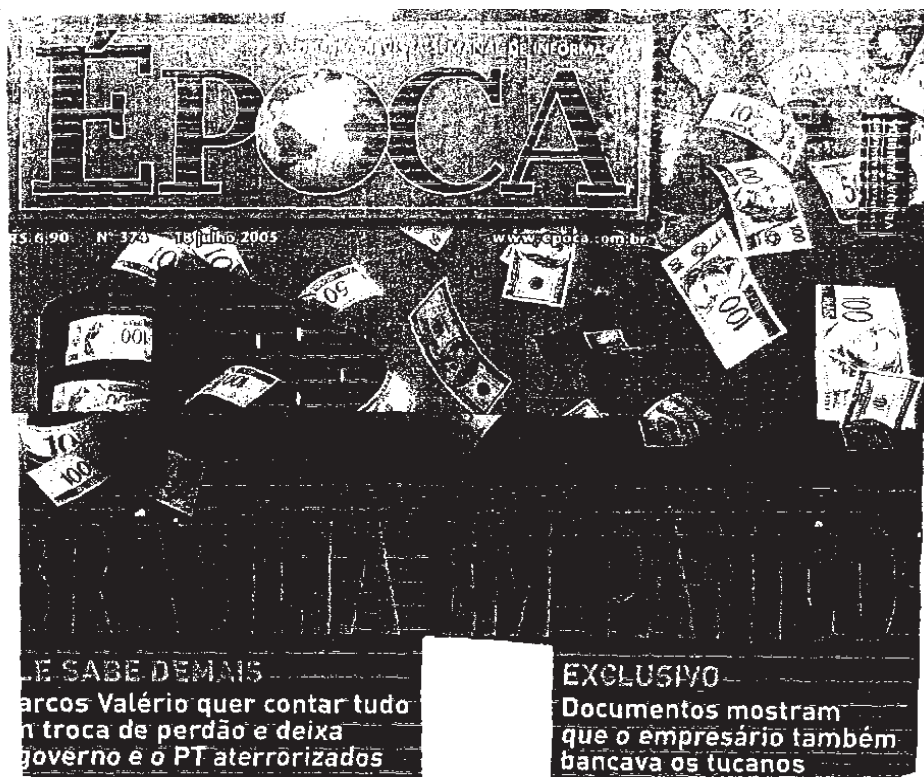
O SENHOR TEM REAÇÕES COMO PRESIDENTE LULA? Antes de eu ir para o banco, o presidente Lula havia me chamado para assumir uma diretoria no Dnocs. Nos dois meses seguintes, ele me chamou mais de 45 anos.

QUANTAS VEZES O SENHOR LIGOU ESTEVE COM ELE? Muitas, não sei quantas vezes.

CUECA JUSTA

O advogado Kennedy Moura

Guimarães pediu para que eu assumisse o dinheiro.



EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uel.com.br

ESCÁRNI0 À NAÇÃO

V AI FICANDO cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política —o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime. O depoimento do ex-secretário-geral petista Silvio Pereira à CPI serviu para alimentar ainda mais as suspeitas de que também o enriquecimento pessoal tem sido uma “causa” dos burocratas ou “apparatchiks” (para usar o termo russo) do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Orientado por seus advogados e protegido por um habeas corpus preventivo, Pereira sintomaticamente negou-se a responder questões relativas a seu patrimônio pessoal. Com efeito, seria muito difícil o depoente esclarecer como o construiu

sem se ver obrigado a mencionar algumas operações heterodoxas.

Salvo fatos desconhecidos, as propriedades do secretário são incompatíveis com seus vencimentos. Seu automóvel, um Land Rover que custou R\$ 75,5 mil, teria sido pago à vista pela empresa vencedora da concorrência para reformar a plataforma P-34 da Petrobras.

Também os dados sobre saques de contas das empresas do publicitário Marcos Valério —feitos por pessoas ligadas a variadas instituições e partidos, entre os quais o PT, como é o caso da mulher do deputado João Paulo Cunha— indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários.

Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa

vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no governo federal.

Tudo aquilo que os antigos campeões da moralidade política condenaram ao longo de anos de militância oposicionista foi posto em prática —e as justificativas apresentadas, com o concurso do próprio presidente Lula, vão se mostrando um verdadeiro escárnio à nação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Clóvis Rossi intitulado “De bombas e brumas”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 de julho do corrente.

Uma diferença entre a crise política do Brasil e os atentados a bomba em Londres é que lá as brumas duraram os segundos que duraram as explosões; depois, cabeça erguida, ao contrário do brasileiro, que está sendo pautado por costumes políticos poderes.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

C L Ó V I S R O S S I

De bombas e brumas

LONDRES - *Estava mesmo precisando sair um pouco do atoleiro em que o Brasil se meteu. Mas não para cobrir atentados a bomba, a pior forma de atoleiro concebível.*

O diabo, de um ponto de vista brasileiro, é que as coisas são menos desgraçadas em uma cidade vítima de atentados do que no Brasil. Depois que você lê as avaliações da crise que têm feito líderes do governo e do PT, depois daquela história idiota da conspiração das elites para depor Lula, você chega a Londres desconfiada de que coisas piores serão ditas aqui, sob o impacto de mais de 50 mortes, o que seria até relevável.

Mas não. Há um sentimento mais ou menos generalizado de que a vida tem de continuar e que não pode ser pautada pelo terrorismo, ao contrário do Brasil, onde está sendo pautada por costumes políticos podres.

Não me refiro às arengas dos líderes políticos, como Tony Blair. Espera-se de governantes que digam mais ou menos o que ele disse. O que é notável é que cidadãos comuns, alguns deles com dificuldade para falar inglês,

leiam corretamente a situação.

Firaz, por exemplo, sírio, há quatro anos com uma lojinha de doces árabes na Edgware Road (a Beirute londrina, um dos quatro pontos em que estouraram bombas), constata o óbvio: não será com esse tipo de atentados que os terroristas vão dobrar o Reino Unido (ou os Estados Unidos). “Matam apenas pessoas inocentes”, lamenta Firaz.

É óbvio, em sei. Mas, no Brasil, há tanta coisa óbvia que, mesmo assim, não consegue espaço na cabeça das pessoas. Já não digo das pessoas comuns, mas dos iluminados da política, incapazes de perceber que estão a anos-luz da sentença da rua.

Conseqüência: o Brasil vive um momento (mais um, aliás) de atonia, de perplexidade, de falta de ritmo, de incapacidade de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento, mesmo na paz. Aqui as brumas duram os segundos que duraram as explosões. Depois, cabeça erguida, ao contrário do brasileiro.

@ -> crossi@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 3 de julho do corrente.

Em seu artigo o colunista mostra que “Lula terá de cruzar um viaduto que liga o impensável, já descoberto, a malfeitorias ainda insabidas. Tudo porque o partido do presidente, antes idealista, descobriu que poderia lucrar com seu ideal”. Mostra, ainda, que “Lula gosta de dizer

coisas definitivas em seus discursos. Falta agora definir as coisas. Não adianta apenas vociferar que ‘não restará pedra sobre pedra’, que vai ‘cortar na própria carne’”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NO PLANALTO

Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

O QUE MAIS ASSUSTA na marcha resoluta da estrela do ex-PT rumo à sarjeta não é a sensação de que Lula se converteu num político igual aos demais. Espantosa mesmo é a impressão de que ele se tornou um líder diferente de si mesmo.

O repórter pensou em sugerir a Lula a leitura de um bom livro: “Why Things Bite Back”, de Edward Tenner. O diabo é que a tradução para o português “A Vingança da Tecnologia”, editora Campus, 1997) ocupa 474 páginas. Algo intratável para um presidente que maliz de auxiliares que ousam entregar-lhe relatórios com mais de duas folhas.

Melhor, talvez, resumir aqui a parte do livro mais valiosa para Lula. Vai da página 22 à 25. Conta a experiência do major John Paul Stapp. Médico e biofísico, Stapp foi selecionado pela Força Aérea dos EUA como co-baia de testes para medir a resistência humana a grandes acelerações. Desafiou a velocidade pilotando um trenó com propulsão de foguete.

Em 1949, Stapp bateu o recorde de aceleração. Não pôde, porém, festejar o feito. Os acelerômetros do trenó-foguete simplesmente não funcionaram. Desolado, Stapp encomendou ao engenheiro que o ajudava, o capitão Edward Murphy Jr., diligências para identificar a falha. Não tardou a descobrir que um técnico ligara os circuitos do veículo ao contrário.

No relatório em que informa sobre o malfeito, o capitão Murphy Jr. anotou: “Se há mais do que uma forma de fazer um trabalho é uma dessas formas redundará em desastre, então alguém fará o trabalho dessa forma”. Em entrevista a jornalistas, o major Stapp batizou de “Lei de Murphy” o diagnóstico do auxiliar. Resumiu-o assim: “Se alguma coisa pode dar errado, dará”.

Aplicada à gestão do ex-PT, a “Lei de Murphy” ajuda a entender a atmosfera de caos que enreda Lula. O presidente confiou os circuitos de sua gestão a José “Sai Rápido Daí”. Dirceu,

Podendo realizar o trabalho de diversas formas, o ex-chefe da Casa Civil optou por ligar os fios do governo ao contrário. Sobreveio o desastre.

Ignorar não é o melhor remédio para a ignorância. Mas Lula continua sustentando que desconhecia as estripulias atribuídas a Dirceu e a seus dois braços partidários: Delúbio “Unha Encravada” Soares e “Silvíssimo” Perreira. Dar crédito a essa versão significa admitir que o presidente não preside o país.

O comandante de fato foi até ontem, Dirceu. Mergulhou uma administração que se pretebia diferente no mesmo pantano fisiológico que sugou administrações anteriores. Pós-se a tricotar com personagens como Roberto Jefferson, que, para sorte do Brasil e azar do ex-PT, hoje ganha a vida com o suor do dedo.

A medida que a realidade à sua volta se torna inacreditável, Lula vai se distanciando daquele personagem eufórico que tomou posse em janeiro de 2003. Na última quinta-feira, um ministro que se julga conhecedor da alma presidencial disse ao repórter que Lula está deprimido. Oscila entre a apatia e o amargor. Julga-se traído.

Capitaneada à sombra por FHC, a oposição torce para que as investigações não convertam a “fração” em cumplicidade. O ex-presidente tem recomendado cautela ao tucanato. Diz que é preciso “balancear a árvore” com cuidado. Sob pena de derrubar do galho o fruto principal.

Por sorte, o alheamento parece não ter privado Lula de lampejos de lucidez. Privadamente, admite que errou ao vitaminar os poderes de Dirceu. Reconhece que falhou ao não impor limites à cobiça do ex-PT. Confessa que descuidou da ocupação predatória da máquina estatal.

Diante de tantos equívocos, a linha que separa o PT do ex-PT tornou-se o caminho mais longo entre um projeto e sua realização. Para chegar ao final de seu mandato, Lula terá de cruzar um viaduto que liga o impensável, já descoberto, a malfeitorias ainda insabidas. Tudo porque o partido do presidente, antes

idealista, descobriu que poderia lucrar com o seu ideal.

Bem geridos, desastres podem se transformar em poderosos instrumentos de mudança. Certas coisas, disse o capitão Edward Murphy Jr., às vezes só podem dar certo se derem errado primeiro. A despeito da falha que o descoratou em 1949, o major John Paul Stapp continuou festando, por mais cinco anos, a resistência do organismo humano à alta velocidade. No seu último teste, em dezembro de 1954, desacelerou de 1.011 quilômetros por hora para zero em 1,4 segundos.

Stapp iniciou, em seguida, uma vitívolosa campanha para que os cintos de segurança se tornassem obrigatórios nos automóveis. A “Lei de Murphy”, escreveu Edward Tenner, o autor de “A Vingança da Tecnologia”, não é um princípio fatalista, mas um apelo para que todos se mantenham alertas.

Se quiser levar o que lhe resta de mandato a bom termo, Lula, assim como o major Stapp, terá de testar sua própria resistência à alta velocidade. O tempo de que dispõe é exíguo para as mudanças que terá de operar. Beneficiado com a ausência de Dirceu na sede do poder, Lula serve-se agora de conselheiros mais sensatos. Gente como o ministro Márcio Thomaz Bastos, que sabe que o ilícito só se resolve com apurações francas, feitas com desassombro.

Lula gosta de dizer coisas definitivas em seus discursos. Falta agora definir as coisas. Não adianta apenas vociferar que “não restará pedra sobre pedra”, que vai “cortar na própria carne”. A sobrevivência no governo de “pedras” como Romero Jucá e Henrique Meirelles, ambos encarcerados no STF, demonstra que Lula hesita até em cortar na “carne” alheia.

A medida que o despudor do ex-PT vai sendo apurado, o Brasil virá mais uma página de sua história. Para trás. Cabe a Lula demonstrar que ainda reúne condições para mudar a folha de sua própria biografia para a frente. A mera renovação de promissórias com legendas como o PMDB não

o livrarão do risco de passar ao verbete da enciclopédia como o segundo presidente brasileiro a ser infelicitado pelo impeachment.

PS: O repórter informa aos seus (poucos) leitores que entrará em férias a partir de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB
– RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB
– RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 30 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Shessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995

2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001

4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
 Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
 aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
 Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALBERTO SILVA			
Faz considerações acerca da cultura da soja no Brasil.	122		
Faz proposta ao Presidente Lula de implantação no país de programa de leite produzido da soja.	122		
Defesa da utilização da soja no combate à fome.	226		
Comentários sobre a atual crise política no país.	226		
Considerações sobre a proposta de criação de uma empresa brasileira de biocombustíveis destinada a desenvolver projetos de geração de energias alternativas ao petróleo.	470	Parecer nº 1.290, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.373, de 2004 (nº 1.015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Educadora Música e Cultura Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.	36
ALOIZIO MERCADANTE			
Parecer nº 1.287, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.106, de 2005 (nº 920/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.	27	Parecer nº 1.291, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.474, de 2004 (nº 754, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Record S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	40
Parecer nº 1.288, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.348, de 2004 (nº 1.118/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Panamericana S/A, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	30	Parecer nº 1.292, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2005 (nº 1.270/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Distribuidora de Pão aos Pobres a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	43
Parecer nº 1.289, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.363, de 2004 (nº 828/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	33	Parecer nº 1.293, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2005 (nº 1.337/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga /SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga, Estado de São Paulo.	46
		Parecer nº 1.295, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.371/2004, de 2005 (nº 1.371, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Horizontes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Artur Nogueira, Estado de São Paulo. .	52
		Parecer nº 1.296, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2005 (nº 1.382/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a per-	

II

	Pág.		Pág.
missão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	55	nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000.00, para os fins que especifica.	324
Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão do dia quatorze de julho de 2006, em que seu nome foi citado.	139	Comentários sobre a “Operação Confraria”, desencadeada pela Polícia Federal.....	406
Esclarecimentos ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, no que tange às denúncias de corrupção envolvendo o PT.	144	ÁLVARO DIAS	
Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	183	Comenta acerca da ilegalidade nas alegadas transações de empréstimos concedidos pelo Sr. Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores.	146
Protesto contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo.	221	Registro do artigo “A mula-sem-cabeça do PT”, de autoria do articulista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 11 de julho de 2005.	251
Realiza tréplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, que comentou seu discurso em que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo.	225	Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante de repúdio à denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a	312
Defesa com relação à pretensa denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a	310	Registro da matéria intitulada “A radiografia do mensalão”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 13 de julho de 2005.	332
Resposta ao pronunciamento do Senador Álvaro Dias, que respondeu ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante de repúdio à denúncia publicada nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Globo</i> , envolvendo S.Ex ^a	313	Registro do artigo intitulado “A estrela e o horror”, de autoria do colonista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 20 de julho.	460
Parecer nº 1.313, de 2005 (do Projeto de Lei de conversão nº 15, de 2005- Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005), o PLV nº 15, de 2005, estabelece condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios, combater fraudes e irregularidades contra a Previdência Social e equalizar regras que requerem base legal, de modo a aumentar a inclusão de cidadãos à condição de segurado da Previdência Social.....	316	Dirige elogios ao Senador Alberto Silva quanto a sua atuação. Aparte ao Senador Alberto Silva. .	472
Discute o projeto de Lei do Senado nº 321, de 2005 que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social.	321	Realiza comentários sobre os trabalhos da CPMI dos Correios.	477
Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social.	321	Faz comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito da crise política.....	491
Parecer nº 314, de 2005 – PLEN do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória		ANA JÚLIA CAREPA	
		Importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.	240
		Defesa da honra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	240
		Comenta acerca da importância das investigações da CPI. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	247
		Defende o PT e a apuração das denúncias de corrupção envolvendo aquele partido. Aparte ao Senador César Borges.	267
		Considerações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, e a melhoria na qualidade de ensino no país.	268
		Comenta acerca da necessidade de certas mudanças no governo do PT. Aparte ao Senador Pedro Simon.	282

IV

	Pág.		Pág.
Réplica ao discurso do Senador Aloizio Mercadante, pois esse Senador foi citado por aquele em discurso de outra sessão.	142	Solicita transcrição de Nota da Executiva Nacional do PSDB, condenando ação arbitrária do governo contra o Dr. Cícero Lucena.	384
Tece elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	152	Comentários a artigo do ex-Senador Jarbas Passarinho, intitulado “Os homens e os regimes” publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , no dia 12 de julho de 2005.	457
Leitura de e-mail contendo ameaças a S.Ex ^a	194	Faz considerações sobre a crise política brasileira.	465
Realiza críticas ao Ministro Ciro Gomes.	219	Transcrição de matérias publicadas por jornais de circulação nacional sobre as denúncias de corrupção no governo Lula.	479
Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Parcerias Brasil-EUA na Amazônia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , de autoria do Embaixador dos Estados Unidos, Sr. John J. Danilovich.	201	Indignação pela tentativa de intimidação de S.Ex.a com o envio, ao seu gabinete, de envelope contendo substância não identificada.	479
Homenagem pelo cinquentenário da Diocese de Parintins.	201	Informe sobre viagem realizada por S.Ex. ^a , dia 21 de julho de 2005, a João Pessoa, Paraíba, de visita ao ex-Ministro Cícero Lucena, em virtude sua prisão.	479
Faz considerações a respeito das denúncias de corrupção no Governo Lula e sobre a crise política do Partido dos Trabalhadores.	203	Registro da matéria intitulada “Humberto Costa rejeita reeleição e defende mandato de cinco anos”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2005.	489
Referências ao pronunciamento do Sr. Jefferson Peres sobre o financiamento de sua campanha ao Senado.	218		
Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo.	223	AUGUSTO BOTELHO	
Artigo intitulado “A ética da cueca dos dólares”, de autoria do ex-Presidente do STF, Dr. Maurício Corrêa, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , do dia 17 de julho de 2005.	255	Apoio às reivindicações dos índios da reserva Raposa Serra do Sol.	400
Requerimento nº 787, de 2005, que requer, a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 128/2005 e 148/2005 de autoria do Senador Arthur Virgílio.	262	Comenta acerca das melhorias na saúde. Aparte ao Senador Tião Viana.	430
Requerimento nº 788, de 2005, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido no dia 19 de julho de 2005, no Estado do Rio de Janeiro.	262	Realiza comentários acerca do assentamento de sem-terra na Amazônia. Aparte ao Senador Alberto Silva.	472
Discute o projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005 que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social.	320	Faz análise dos reflexos na democracia brasileira, das denúncias de corrupção e dos episódios de recebimento, por parlamentares da oposição, de envelopes contendo pó branco.	489
Registro de artigo intitulado “O combate à corrupção no governo”, de autoria do Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 20 de julho de 2005.	348		
Faz considerações às declarações do Presidente Lula à imprensa francesa, referentes à Justiça brasileira.	384	CÉSAR BORGES	
		Parecer nº 1.306, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2005 (nº 1.462/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Nova Canaã Diácono Bruno Oliveira – ACNCD-BO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado da Bahia.	84
		Faz considerações acerca da obrigação de se oferecer à população os resultados das investigações da CPI. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	200
		Críticas ao Ministro Ciro Gomes, que defendeu a transposição das águas do rio São Francisco, em	

	Pág.		Pág.
reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Fortaleza - CE. .	229	pelo Sr. Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	148
Considerações sobre a oitiva na CPMI dos Correios, em 20 de julho de 2005, do Senhor Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores-PT.	266	Faz considerações ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio proferido no dia 14 de julho de 2006, em que teceu críticas ao Presidente Lula....	151
DEMÓSTENES TORRES		Considerações sobre as despesas de campanha eleitoral de S.Ex ^a	151
Recomendação ao Presidente Lula de leitura do Sermão de Santo Antônio aos peixes, pronunciado pelo Padre Antônio Vieira em 1654.	290	Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	182
Discute o projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005 que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social.	320	Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel.	192
EDISON LOBÃO		Sugere à mesa que encaminhe a ameaça de morte recebida por e-mail pelo Senador Arthur Virgílio para o Ministro da Justiça, para que a Polícia Federal examine a origem da mensagem.	197
Faz comentários acerca da realização do XVII Congresso Nacional do Encontro de Casas com Cristo. Aparte ao Senador Tião Viana.	295	Comenta acerca da necessidade de que se apure as denúncias de corrupção contra o Governo Lula e o eventual envolvimento do Partido dos Trabalhadores.....	243
Comenta acerca das vitórias alcançadas pelo Governo na área da saúde. Aparte ao Senador Tião Viana.....	430	Realiza comentários acerca da entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida em Paris a uma TV Francesa. Aparte ao Senador Mão Santa.	239
Demonstra preocupação com a retenção, pelo INSS, de expressiva parcela de recursos do Fundo de Participação, fato este que atinge 54 municípios do Estado do Maranhão.	446	Apela para que a verdade venha à tona com as investigações das CPIs acerca das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Pedro Simon. ..	281
Comenta sobre a importância da Ferrovia Norte-Sul.	467	Propostas para a reforma política.	305
EDUARDO AZEREDO		Comenta acerca da prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	409
Registro do artigo intitulado “Corrupção e democracia”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 3 de julho de 2005.	171	EFRAIM MORAIS	
Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel.	193	Reflexões sobre a crise política e as denúncias de corrupção no Partido dos Trabalhadores envolvendo o governo do Presidente Lula.	283
Registro do artigo intitulado “Foco de tensão”, publicado na seção opinião do jornal <i>O Globo</i> , edição de 12 de julho de 2005.	256	Comenta acerca do depoimento do Senhor Delúbio Soares à CPI. Aparte ao Senador José Jorge.	293
Comenta a respeito da inércia do Governo Federal.	307	Faz críticas à atuação do Governo Federal.	393
EDUARDO SUPPLY		Encaminha discurso à Mesa tratando da crise política no país.....	393
Tece comentários acerca da ilegalidade nas alegadas transações de empréstimos concedidos		Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB.	394

VI

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 793, de 2005, que requer homenagem ao ex-Senador Nelson Carneiro, por publicação de sua biografia, como parte da coleção <i>Grandes Vultos que Honraram o Senado</i>	402	Comenta acerca da crise na indústria madeireira paraense.	288
FÁTIMA CLEIDE		Registro dos artigos intitulados “A única agenda positiva” e “Mensagem dos Correios para Lula”, publicados pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> e pela revista <i>Veja</i> , respectivamente.	336
Comenta acerca do início do Programa Pro-Jovem pelo Governo Federal.	310	Comenta acerca da incoerência da manutenção da taxa de juros básica pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central - Copom.	448
Saudações às 52 brasileiras selecionadas pelo projeto “Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”, iniciativa que objetiva destacar o papel da mulher na construção da paz no mundo.	347	Comentários a artigo intitulado “Sem explicação”, de autoria da colunista Miriam Leitão, publicada na coluna Panorama Econômica do jornal <i>O Globo</i> , do dia 19 de julho de 2005.	459
FERNANDO BEZERRA		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	184	Comentários à matéria publicada pelo jornal <i>O Rio Branco</i> , edição de 17 de julho de 2005, sobre demissão de agrônoma pela ONG (Pesacre) - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre.	286
FLÁVIO ARNS		Realiza críticas à decisão da Executiva do Partido dos Trabalhadores de rejeitar a suspensão de Delúbio Soares.	286
Parecer nº 1.300, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2005 (nº 1.430/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASCOLI – Associação Comunitária do município de Lidianópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lidianópolis, Estado do Paraná.	67	GERSON CAMATA	
Parecer nº 1.302, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2005 (nº 1.433/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia – ADECUAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Paraná.	72	Parecer nº 1.297, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2005 (nº 1.405/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Ambientalista de Marilândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo.	58
FLEXA RIBEIRO		GILBERTO MESTRINHO	
Comentário sobre artigo intitulado “A saída Clinton”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2005.	172	Parecer nº 1.298, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2005 (nº 1.414, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.	61
Comentários ao artigo do professor de Filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , de 11 de julho de 2005, sob o título “A morte da esperança”.	254	HÉLIO COSTA	
		Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 1.363, de 2004 que aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Cultura de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	36

	Pág.	VII	Pág.
HELOÍSA HELENA			
Proposta para que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta, destacando a importância dos trabalhos das CPIs para o País.	197	Faz considerações sobre a crise política do país.	136
Indignação com fatos apurados pela CPI dos Correios, que demonstram a guerra entre partidos políticos em conluio com empresários articulados com a cúpula do Palácio do Planalto.	454	Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	185
HERÁCLITO FORTES			
Considerações sobre os trabalhos das CPIs em funcionamento no Congresso Nacional.	244	Crítica a excessos do Ministro Ciro Gomes ao agredir políticos na defesa do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.	220
Dirige elogios à conduta do Senador Eduardo Suplicy.	244	Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	383
Faz comentários à entrevista do Presidente Lula concedida em Paris, para uma TV Francesa.	244	Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	387
Faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	307	JOSÉ JORGE	
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	382	Parecer nº 1.284, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2005 (nº 1.578/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FA- EPE, a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Petrolina, Estado do Pernambuco.	18
Comenta acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	385	Parecer nº 1.308, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2005 (nº 1.472/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Squadron FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia.	91
JEFFERSON PÉRES			
Explicação pessoal sobre o financiamento de sua campanha ao Senado.	217	Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	182
Faz considerações sobre a crise no governo do Presidente Lula.	329	Requerimento nº 785, de 2005, que requer, nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondon Cavalcante Silva, para que forneça informações a respeito dos contratos de prestação de serviço de publicidade, propaganda e patrocínios estabelecidos pelas empresas ELETROBRÁS, ELETRONORTE, CHESF e FURNAS no período compreendido entre os anos de 2003 e 2005 inclusive.	188
JOÃO CAPIBERIBE			
Comenta acerca de mecanismos eficientes para o controle dos gastos públicos, exemplificando com o projeto implantado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos.	404		
JONAS PINHEIRO			
Considerações sobre a vida pública do Ministro Márcio Fortes.	392		
JOSÉ AGRIPINO			
Realiza críticas ao Presidente Lula por entrevista concedida em Paris, a uma repórter da TV francesa.	136		

VIII

	Pág.		Pág.
Mentiras que exemplificam que o Governo Lula não fala a verdade.	220	por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	186
Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que protestou contra expressões usadas por Parlamentares da Oposição, em pronunciamentos críticos ao Presidente Lula e a seu Governo.	223	Requerimento nº 786, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelos seus 41 anos de emancipação.	188
Faz comentários acerca da importância da construção da Gasene. Aparte ao Senador César Borges.	231	Comenta acerca da importância da instalação de CPIs para apuração de denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	198
Comentários às reações do Governo Federal ante a crise política do país.	292	Registro, nos Anais do Senado, de artigos publicados na Folha de S.Paulo, intitulados “A culpa de Lula” e “Não acerta uma”, edições de 5 e 7 de julho de 2005.	249
Discute o projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de julho de 1991, e dá outras providências, que trata da Previdência Social. .	320	Registro de matérias publicadas pelas revistas <i>Veja</i> e <i>IstoÉ</i> , tratando da reação do Presidente Lula em relação às denúncias de corrupção que permeiam o atual governo do PT.	338
JOSÉ MARANHÃO		Apelo ao governo para solucionar a situação crítica dos pescadores artesanais de camarão. ...	338
Realiza comentários acerca da prisão arbitrária do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	386	Comentário sobre a crise política que assola o País, destacando os artigos publicados no dia 8 de julho pelos jornais <i>Valor Econômico</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i>	461
Comenta acerca da audiência no Ministério da Educação solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande-PB, Professor Thompson Mariz, para apresentar o plano de expansão da Universidade Federal da Paraíba.	390	Registro do artigo intitulado “Má notícia: Lula é menor do que a crise que o engolfa”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 3 de julho de 2005. .	502
JOSÉ SARNEY		LUIZ OTÁVIO	
Faz comentários acerca da importância da Ferrovia Norte-Sul. Aparte ao Senador Edison Lobão.	468	Parecer nº 1.279, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2005 (nº 1.466/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Sapucaia a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Pará.	1
JUVÊNIO DA FONSECA		Parecer nº 1.280, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2005 (nº 1.484/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária Cultural Capimense a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de São Domingos do Capim, Estado do Pará.	4
Parecer nº 1.305, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2005 (nº 1.451/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.	81	Parecer nº 1.282, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2005 (nº 1.508/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação Comunitária DE Comunicação de Rio Maria	
LEONEL PAVAN			
Registro de artigo publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “O desmanche”, edição do dia 2 de julho de 2005.	170		
Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas			

	Pág.		IX Pág.
a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Rio de Maria, Estado do Pará.	11	Faz comentários acerca de corrupção envolvendo o Governo Lula. Aparte ao Senador César Borges.	267
Parecer nº 1.283, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2005 (nº 1.359/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.	15	Faz comentários acerca da importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	269
Parecer nº 1.285, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2005 (nº 998/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação (Rádio Comunitária Muaná FM), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muaná, Estado do Pará.	21	Reflexões sobre a história política e a democracia brasileira.	264
Parecer nº 1.286, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2005 (nº 1.406/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Gurupatuba FM de Monte Alegre, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.	24	Comenta acerca das denúncias de corrupção no governo Lula. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	285
MAGNO MALTA		Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Efraim Morais.	399
Comenta acerca da importância dos depoimentos dos procuradores federais na CPI dos Bingos.	425	Cita Darcy Ribeiro enquanto defensor dos índios. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	402
MÃO SANTA		Comenta acerca da voracidade do Governo Federal na arrecadação de impostos.	427
Parecer nº 1.301, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2005 (nº 1.432/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.	69	Comenta acerca das melhorias na área da saúde. Aparte ao Senador Tião Viana.	430
Trata acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel.	191	Realiza comentários acerca do discurso do Senador Edison Lobão que registrou sua preocupação com a retenção, pelo INSS, de expressiva parcela de recursos do Fundo de Participação, fato este que atinge 54 municípios do Estado do Maranhão. Aparte ao Senador Edison Lobão.	447
Faz críticas quanto à atuação do Presidente Lula. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	200	MARCO MACIEL	
Comenta acerca da utilização da soja no combate à fome. Aparte ao Senador Alberto Silva.	227	Critica o Presidente Lula, por entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	111
Comentários à entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida em Paris a uma TV Francesa.	237	Defesa da aprovação do projeto de lei de autoria de S.Ex ^a , já aprovado no Senado Federal, relativo à regulamentação da atividade do “lobby”.	111
Comenta acerca dos casos de corrupção no Governo Lula.	237	Considerações acerca da reforma política. .	190
		MOZARILDO CAVALCANTI	
		Faz comentários acerca da entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	110
		Comenta acerca da regulamentação da atividade do “lobby”. Aparte ao Senador Marco Maciel.	112
		Faz considerações a respeito da entrevista concedida pelo Presidente Lula, em Paris, a uma TV Francesa.	117

X

	Pág.		Pág.
Homenagem à classe dos comerciantes, pelo transcurso do "Dia do Comerciante" comemorado dia 16 de julho.	117	228, de 2005 (nº 1.468/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Santo Antonio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto Magalhães, Estado do Tocantins.	88
Comenta acerca da importância de uma reforma política. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	199	Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2005, que autoriza a criação de <i>campi</i> universitários nas cidades de Guaraí e Colinas, como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins.....	189
Comenta acerca da importância do Ensino Superior. Aparte ao Senador José Maranhão.	391		
Faz comentários acerca da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	401	PAPALÉO PAES	
Comenta acerca da importância da participação dos diversos setores da sociedade na apuração das denúncias de corrupção no Governo Federal. Propostas para o combate à corrupção.	403	Faz considerações acerca das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal.	115
Comenta acerca da necessidade de adoção de medidas destinadas ao combate à corrupção..	473	Faz apelo ao Presidente da República para que contribua no sentido do esclarecimento das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal.....	115
Comenta acerca dos trabalhos da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	478	Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel.	192
NEY SUASSUNA		Comenta acerca da impropriedade de que se discute, na atual conjuntura, o tema da reforma política. ..	198
Comenta acerca do posicionamento do PMDB favorável à apuração das denúncias de corrupção contra o Governo Federal.	149	Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena que propôs que os trabalhos da Casa sejam de segunda a sexta, destacando a importância dos trabalhos das CPIs para o País.....	198
Comenta acerca da pesquisa realizada na Paraíba sobre as maiores necessidades que a população daquele Estado vislumbra para atendimento pelo poder público federal.	149	Comenta acerca da confecção de um novo modelo de título eleitoral.....	328
Comenta acerca do pronunciamento do Senador Marco Maciel que faz considerações acerca da reforma política. Aparte ao Senador Marco Maciel.	193	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Sugestão de reunião de Lideranças de Partido no Senado para se discutir o andamento das CPIs..	197	Parecer nº 1.294, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2005 (nº 1.102/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rádio Elo de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará.	49
Saúda a bancada paraibana que, juntamente com o Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, vem trabalhando junto às autoridades federais, para a expansão da Universidade para todo o interior do semi-árido.	314		
Demonstra solidariedade ao Sr. Cícero Lucena Filho e a sua família, pela prisão arbitrária ocorrida na manhã de 21 de julho de 2005.	406	PAULO OCTÁVIO	
NEZINHO ALENCAR		Regozijo com a aprovação de projeto que concedeu reajuste salarial aos policiais civis e militares e aos bombeiros do Distrito Federal.	247
Parecer nº 1.281, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2005 (nº 1.544/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza Associação de Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado de Tocantins. ..	7	Realiza defesa da aprovação da proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que unifica os mandatos eletivos a cargos públicos e que proíbe a reeleição para os cargos do Executivo, nas três esferas de poder.....	423
Parecer nº 1.307, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº			

	Pág.	XI	Pág.
PAULO PAIM			
Parecer nº 1.299, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.299, de 2005 (nº 1.420/2004, na Câmara dos Deputados), que autoriza a Associação Comunitária de Júlio de Castilhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul.	64		
Parecer nº 1.303, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2005 (nº 1.434/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento do Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da cidade de São Pedro do Butiá – Amor Butiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.	75		
Demonstra solidariedade ao Senador Arthur Virgílio, por acusações sofridas.....	133		
Agradecimento pelos votos de pesar recebidos por ocasião do falecimento de seus entes queridos em junho de 2005.	133		
Registro do oitavo aniversário da Associação das Entidades Administradoras e Usuárias de Canais Comunitários Educativos e Culturais de Pelotas-RS e região.	133		
Faz registro da garantia pelo Governo Federal, da federalização da URCAMP - Universidade da Região de Campanha, no Rio Grande do Sul.	133		
Comenta acerca curso Pré-Vestibular para afrodescendentes e indígenas da Universidade de Caxias do Sul-UCS.	133		
Louvor à sanção do projeto de lei, de sua autoria, que institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.	234		
Comenta acerca da realização, no mês de novembro, da Marcha Zumbi + 10.	234		
Comenta acerca da questão da redução da jornada de trabalho como forma de geração de novos empregos.	234		
Expectativas com a votação da medida provisória que define o novo salário mínimo.....	234		
Apoio às reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul.	302		
Homenagem à direção do Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre/RS.	302		
Homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades.	451		
PEDRO SIMON			
Considerações sobre o clima de exaltação na reunião da CPMI dos Correios, com a oitiva de Delúbio Soares, e a necessidade de apuração das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal.		280	
Realiza protesto contra arbitrariedade na prisão do Dr. Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa-PB. Aparte ao Senador Efraim Morais.		397	
REGINALDO DUARTE			
Parecer nº 1.311, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2005 (nº 1.539/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., pra explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.		100	
Parecer nº 1.312, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2005 (nº 1.452/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântaras, Estado do Ceará.		103	
Comentário sobre os artigos intitulados “Operação Paraguai” e “Lula endossa a farsa”, publicados pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições dos dias 18 e 19 de julho de 2005, respectivamente.		344	
Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Lula e a corrupção”, de autoria do jornalista José Nêumanne, publicado na revista <i>Primeira Leitura</i>		464	
RENAN CALHEIROS			
Trata acerca dos trabalhos realizados pela CPI.....		181	
ROMEU TUMA			
Parecer nº 1.304, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2005 (nº 1.449/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.		78	
Parecer nº 1.309, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2005 (nº 1.499/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Bastos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.		94	

XII

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.310, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2005 (nº 1.532/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Independência FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piacatu, Estado de São Paulo.	97	Comenta acerca da criação de novas Universidades Federais. Aparte ao Senador Ney Suassuna. .	314
Realiza críticas ao Presidente Lula, por entrevista concedida a uma TV Francesa, em Paris, exibida em 17 de julho de 2005 pela TV Globo.	110	Faz comentários acerca do pronunciamento Senador Paulo Octávio que defende a unificação dos mandatos eletivos a cargos públicos e que proíbe a reeleição para os cargos do Executivo, nas três esferas de poder. Aparte ao Senador Paulo Octávio.	424
Designação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo.	187	Faz comentário acerca da importância da investigação da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta.	427
SÉRGIO GUERRA		Comenta acerca das dificuldades dos Municípios na área econômica e um conseqüente aumento da carga tributária. Aparte ao Senador Edison Lobão. ..	446
Registro do editorial intitulado “Lula tem o que fazer”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2005.	173	Realiza comentários acerca do pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro que tratou da incoerência da manutenção da taxa de juros básica pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central - Copom. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	449
Registro do editorial intitulado “Lula tem o que fazer”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2005.	173	Comenta acerca da queda da taxa de desemprego no Brasil.	450
Comenta acerca dos resultados da última pesquisa CNT/Sensus, que indica a expansão das avaliações positivas do Governo Lula e do próprio presidente da República.	463	Faz apelo para a destinação de recursos para a manutenção do combate à aftosa.	450
SÉRGIO ZAMBIASI		Comenta acerca do sucesso da Petrobrás, campeã de tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, e que alcançou a auto-suficiência na produção nacional de petróleo.	450
Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005, que altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado.	259	Faz homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades. Aparte ao Senador Paulo Paim.	453
SERYS SLHESSARENKO		TIÃO VIANA	
Comenta acerca da importância da apuração das denúncias de pagamento de dinheiro a parlamentares, por intermédio da CPML do “Mensalão”.	232	Registro da realização do XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo.	294
Registro do primeiro Encontro Nacional de Software Livre para Municípios.	232	Comenta acerca da importância da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta.	426
Defesa da expulsão sumária do Sr. Delúbio Soares do Partido dos Trabalhadores.	232	Homenagem ao trabalho do ex-Ministro Humberto Costa, à frente da pasta da Saúde.	429
Comenta acerca da situação do desmatamento no Estado do Mato Grosso.	270	Faz homenagem ao Sr. Olívio Dutra, que deixou, em 21 de julho de 2005, o Ministério das Cidades. Aparte ao Senador Paulo Paim.	452
SIBÁ MACHADO		VALDIR RAUPP	
Dirige elogios ao Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	306	Comenta acerca da importância de uma reforma política. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	499
		Projeto de Resolução nº 68, de 2005 que altera o disposto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando hipótese de competência terminativa das Comissões Permanentes. .	260